



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 8

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371, de 2021 e 1372, de 2021, para "apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios."

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues

RELATOR: Senador Renan Calheiros

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros e Humberto Costa, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Omar Aziz, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Kátia Abreu, Flávio Arns, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Depoimento de especialistas convidados a respeito de aspectos técnicos da Covid-19. **Participantes:** Natalia Pasternak, Microbiologista e Pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP); e Cláudio Maierovitch, Médico sanitaria da Fundação Oswaldo Cruz e Ex-Presidente da Anvisa. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Randolfe Rodrigues

Vice-Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/11>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se a ouvirmos Natalia Pasternak, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo; e Cláudio Maierovitch, médico sanitaria da Fundação Oswaldo Cruz e ex-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a respeito de aspectos técnicos da Covid-19.

Peço à Secretaria da Mesa conduzir os senhores convidados à mesa desta Comissão. *(Pausa.)*

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto, por gentileza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Não, é apenas parar registrar aqui, especialmente hoje, um dia em que nós recebemos duas pessoas de uma importância muito grande na saúde pública brasileira e, particularmente, no processo de acompanhamento e enfrentamento a essa pandemia, não é?

Quero registrar, com muita indignação, a informação dada ontem pelo Presidente da República de que havia encomendado ao Ministério da Saúde um parecer, um estudo que promovesse a liberação do uso de máscaras para pessoas que já contraíram a doença ou para aquelas que já tenham sido vacinadas, num contexto em que apenas 11% da população brasileira já foi vacinada com duas doses – não é? – das vacinas que estão sendo aplicadas aqui no Brasil, muito longe do que seria o ideal em termos de cobertura populacional com a vacina.

Isso é profundamente negativo e continua a demonstrar o desinteresse, a indiferença do Presidente da República com a sua população, e também a concepção que ele adotou, desde o início dessa pandemia, de permitir a maior transmissão possível entre as pessoas para que a pandemia se encerrasse mais rapidamente. É uma concepção, como nós já conversamos aqui, criminosa, na minha avaliação.

Mas o que eu queria registrar é que ficou muito mal pro Ministro da Saúde, não é? Ele esteve aqui, demarcou algumas diferenças com o Presidente da República, disse que não era sensor do Presidente, que as imagens falavam por si próprias – não é? –, e disse que estava sintonizado com as orientações não farmacológicas para o enfrentamento à Covid-19. E foi tratado inclusive de forma desrespeitosa: tem um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tal de Queiroga aí, que é Ministro da Saúde, que anda dizendo isso, aquilo e aquilo outro. Eu espero que o Sr. Queiroga tenha – não é? – a coerência de tomar atitudes conforme aquilo que ele nos falou e nos disse, e que não aceite, por parte do Presidente da República, essa tentativa de intromissão na ação do ministério para adotar uma posição profundamente equivocada. Então, eu espero que nós tenhamos do Ministro da Saúde uma posição digna no enfrentamento a mais essa tentativa de ampliar a tragédia que nós estamos vivendo no nosso País em termos sanitários.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Muito obrigado, Senador Humberto Costa. Antecipo que compartilho da opinião de V. Exa. Os acontecimentos de ontem são lamentáveis e só mostram a necessidade do serviço, do trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Cada vez mais, o serviço desta Comissão Parlamentar de Inquérito é imperioso para o Brasil e para os brasileiros.

De imediato, então, passo inicialmente à Dra. Natalia Pasternak.

Nós vamos adotar a dinâmica de 15 minutos para a Dra. Natalia, em seguida para o Dr. Cláudio Maierovitch. Em seguida, passaremos ao Sr. Relator, para as indagações que achar por bem serem necessárias. Em seguida, conforme a ordem de inscrição, passaremos para as Sras. e os Srs. Senadores, tanto presencialmente quanto no sistema remoto.

Dra. Natalia, por gentileza, fique à vontade.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Sr. Presidente, eu posso ter apresentação no PowerPoint?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente.

A Secretaria da Mesa pode disponibilizar a apresentação para a Dra. Natalia?

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Vocês vão passando para mim?

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, muito obrigada pela oportunidade de falar nesta Casa e falar principalmente sobre evidências científicas em políticas públicas, que é justamente o mote do Instituto Questão de Ciência, que eu presido.

Pode passar.

Para explicar um pouco...

Passa para mim, por favor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para explicar um pouco sobre o meu trabalho e o que significam, então, evidências científicas em políticas públicas, eu preciso explicar um pouco para os senhores qual é o meu trabalho e de onde eu venho, não para dizer que eu sou qualquer coisa de especial, certamente eu não sou, mas porque os senhores não têm a menor obrigação de saber qual é a minha trajetória e quais as minhas qualificações.

No centro do eslaide, os senhores estão vendo o Instituto Questão de Ciência, que é a minha atividade principal. O Questão de Ciência é uma ONG e é uma organização que se dedica a promover pensamento crítico e racional e políticas públicas baseadas em evidências científicas. Para isso eu tenho, no instituto, uma equipe multidisciplinar que produz conteúdo e assessoria para a população em geral e também para Parlamentares e gestores, para garantir que tenham embasamento para formular políticas públicas e decisões do dia a dia baseados em evidência científica e não em achismo, ideologia. Para isso, eu divido o meu trabalho em dois lados, como os senhores podem ver: um lado, que é a minha atividade acadêmica, e o outro lado, que é minha atividade de produção de conteúdo de divulgação científica.

Na minha atividade acadêmica, eu sou formada em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo e eu fiz meu doutorado também na Universidade de São Paulo, no Instituto de Ciências Biomédicas, em microbiologia, onde eu também conduzi diversos trabalhos de pesquisa de pós-doutorado, que são os projetos que a gente faz depois de se doutorar.

Eu também tenho o prazer de ser a única brasileira membro do Comitê para Investigação Cética, fundado nos Estados Unidos por ninguém menos do que Carl Sagan, na década de 70. Esse comitê também tem o papel de promover pensamento crítico e racional e combater pseudociências. Eu também atuo na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, como professora visitante, dando aulas para jovens gestores, justamente sobre o uso de evidências científicas em processos decisórios na vida pública. E, recentemente, tive a grande honra de ser convidada, como professora visitante, pela Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Estarei deixando o Brasil no mês que vem, para cumprir o meu papel em Colúmbia, onde vou ficar por dois anos desenvolvendo projetos de diplomacia científica e cursos nessa área, para garantir que as evidências científicas sejam encaradas de maneira global e sincronizadas entre os países, principalmente quando tivermos outras crises sanitárias como esta.

Do outro lado, eu atuo produzindo conteúdo para grandes veículos de imprensa e trazendo a ciência para a população. Para isso, eu tenho coluna no jornal *O Globo*, no Genetic Literacy, que é um portal internacional, na revista *The Skeptic*, do Reino Unido. Eu sou também a única brasileira colunista no Medscape internacional e eu tenho dois programas de rádio na rádio CBN, onde eu tenho o prazer, então, de levar para a população conceitos sobre como a ciência funciona e como a ciência interfere no nosso dia a dia.

A comunicação da ciência, senhores, provou ser essencial durante a pandemia. Se a pandemia nos trouxe algum benefício, foi o de mostrar que a ciência precisa e pode ser levada e compreendida por toda



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a população, porque ela já está presente nas decisões que nós tomamos no dia a dia, seja como cidadãos, seja como gestores e Parlamentares.

Pode passar, por favor.

Para isso, a gente precisa entender um pouco o que, afinal, a gente quer dizer com ciência quando a gente fala de defender a ciência. A ciência, então, é vista por nós, cientistas, como um processo, um método. É um processo de investigação da realidade que pressupõe a nossa capacidade de mudar de ideia diante de novas evidências, desde que essas evidências sejam robustas, e da crítica dos nossos pares quando apontam alguma falha metodológica, algum erro no nosso trabalho. Com isso, a gente consegue produzir a melhor descrição possível da realidade em um determinado momento histórico, com as melhores ferramentas que a gente tem na mão naquele momento. O momento histórico, político, social, econômico pode mudar; as ferramentas podem mudar, elas podem ser melhores. E, com isso, a gente pode mudar de ideia, diante de novas evidências, se essas evidências forem robustas o suficiente.

Pode passar.

O que a gente não quer dizer com ciência? Ciência não é uma verdade absoluta, um dogma; ciência não é qualquer coisa que seja publicada num artigo científico, como a gente tem visto muito durante esta pandemia: "Ah, mas saiu num *paper*". Não é porque saiu num periódico científico que automaticamente se torna ciência ou ciência de qualidade. Também não é qualquer coisa dita por um cara de jaleco que tem vírgula Ph.D. depois do nome e, definitivamente, não é qualquer coisa que seja ensinada numa universidade, porque infelizmente, nas nossas universidades, a gente também ensina bastante besteira.

Pode passar.

Portanto, a ciência não é uma questão de opinião, não é uma questão do que eu enxergo *versus* o que você enxerga, não é uma visão do mundo. Alguém desenhou um número no chão ali: ou é um seis ou é um nove. E não é como eu vejo, é o que desenharam no chão. E, pra descobrir o que desenharam no chão, a gente usa um método, esse método se chama método científico. É um processo investigativo que vai investigar pra descobrir que número, afinal, está no chão – é um seis ou é um nove. Não é uma questão de desprezar a opinião alheia, é questão que a ciência funciona buscando os fatos. E o fato é que ou é um seis ou é um nove, não dá pra ser os dois.

Pode passar.

Como que a gente faz, então, pra buscar os fatos – esse seis ou nove –, quando a gente está falando, por exemplo, de uma intervenção de saúde pública, do teste de um medicamento, como, por exemplo, a cloroquina? Vou usar a cloroquina como exemplo, porque, infelizmente, ela causa muita confusão no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso País até hoje. Então, vamos avaliar. Como que a gente faz o seis ou o nove da cloroquina? Como que a gente investiga se um medicamento funciona pra uma doença ou não?

A primeira coisa que a gente tem que ver é se existe plausibilidade biológica. Existe um mecanismo celular? Existe um mecanismo biológico que esse fármaco pode agir nessa doença? Ele pode impedir a entrada do vírus na célula? Ele pode impedir a replicação do vírus? O que ele pode fazer? No caso da cloroquina, infelizmente, ela nunca teve plausibilidade biológica pra funcionar. O caminho pelo qual ela bloqueia a entrada do vírus na célula só funciona *in vitro*, em tubo de ensaio, porque, nas células do trato respiratório, o caminho é outro. Então, ela já nunca poderia ter funcionado.

Aí a gente examina também a probabilidade de ela funcionar. Ela já funcionou pra outras doenças, pra outras viroses? Não, ela nunca funcionou. A cloroquina já foi testada e falhou pra várias doenças provocadas por vírus, como zika, dengue, chikungunya, o próprio Sars, aids, ebola – nunca funcionou. Então, também não tem grande probabilidade de funcionar, nunca teve.

Evidências anedóticas: "Ah, mas o meu vizinho, o meu cunhado, o meu tio tomou e se curou". Evidências anedóticas não são evidências científicas, elas não servem pra ciência, elas são apenas causos, histórias. E o plural de evidências anedóticas não é evidência científica, é só um monte de evidências anedóticas. Não interessa quantas pessoas a gente conhece que usaram cloroquina e se curaram, isso não se transforma em evidência científica, isso precisa ser investigado.

Por quê? Correlação não é a mesma coisa que causa e efeito. Correlação são coisas que acontecem ao mesmo tempo e que, de repente, até suscitam uma pergunta pra ser investigada, mas não uma resposta. Resposta a gente investiga... Pra ter uma resposta, a gente precisa saber uma relação de causa e efeito. Pra isso, a gente usa estudos randomizados, controlados, duplos-cegos e com grupo placebo, de que os senhores tanto já ouviram falar. Esse é o tipo de estudo que consegue estabelecer uma relação de causa e efeito.

Correlação a gente vê nos estudos observacionais. Estudos observacionais são aqueles que olham pra trás, eles vão observar o que já aconteceu: "Olhe, parece que tem um monte de gente que tomou cloroquina e melhorou". Isso é uma observação, isso é uma correlação. Isso dá pra gente uma pergunta – será que a cloroquina funciona pra Covid-19? –, mas não nos dá uma resposta.

Os estudos observacionais produzem perguntas. Os estudos randomizados, clínicos, duplos-cegos e com grupo placebo produzem respostas. E eles fazem uma comparação justa. Como que a gente desenha esses estudos? Os estudos randomizados olham pra frente e não pra trás, eles são prospectivos, eles vão ser desenhados exatamente pra responder àquela pergunta. E a pergunta é: será que a cloroquina funciona pra Covid-19? Esses estudos vão comparar grupos diferentes, grupos de pessoas onde uma toma cloroquina, que é o nosso exemplo, e a outra toma um placebo, uma pílula de mentira, de farinha. Esses grupos precisam ser similares em termos da sua composição – por isso, randomizados. Precisa ser duplo-



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cego, ninguém pode saber o que está acontecendo, pra gente reduzir os nossos vieses, porque nós somos humanos e nós temos vieses. Assim, a gente consegue dar uma resposta para aquela pergunta da cloroquina.

Pode passar.

Se a gente não fizer isso, senhores, a gente vai ter uma correlação parecida com essa, onde a gente vê um gráfico perfeito, plotado com dados absolutamente reais – os dados desse gráfico são reais –, e a gente vê uma correlação perfeita entre o consumo de queijo muçarela nos Estados Unidos e o número de bolsas de estudo concedidas pra Engenharia Civil. A correlação é perfeita. Se a gente for olhar a correlação da cloroquina assim, a gente pode concluir que, aqui no Brasil, o problema das bolsas de estudo de pós-graduação é muito fácil de resolver: é só as pessoas comprarem mais queijo.

Pode passar.

Ou a gente pode observar uma curva assim, uma curva epidemiológica. Isto é uma curva de doença epidemiológica, a gente vê que ela tem aí alguns picos. E, muitas vezes, esse tipo de correlação também é feito, essa correlação temporal. Aquela flechinha que os senhores estão vendo lá em cima muitas vezes é colocada como: "Olhe, eu introduzi tratamento precoce aqui, nessa cidade, Estado, País, e logo em seguida a curva caiu". Mas isso não é causa e efeito, senhores, isso é correlação. Qualquer coisa poderia estar naquela flechinha. Primeiro, eu tenho que ver se o tratamento precoce também não estava presente no resto do gráfico, onde não teve efeito nenhum. Segundo, eu tenho que ver o que mais aconteceu naquela flechinha.

Pode passar.

Será que teve uma queda da bolsa de valores nessa flechinha? E, se teve, os senhores será que me diriam que foi a queda da bolsa que provocou a queda da epidemia? Ou, então – pode passar –, teve uma seca muito grande e alguém fez uma dança da chuva. Foi a dança da chuva, então, que provocou – mais um – ou foi a cloroquina? Ou foi porque as pessoas pararam de se movimentar pela cidade, porque ficaram assustadas com o pico da doença e naturalmente se protegeram mais, andaram menos, usaram menos transporte público? Ou foi porque teve uma exaustão do número de pessoas suscetíveis, e esse é o caminho natural da curva de uma epidemia?

Como os senhores podem ver, tem vários fatores que podem influenciar a queda de uma curva, e colocar um único fator dizendo que foi ele a causa não é correto, porque é apenas uma correlação temporal.

Pode passar.

Pra saber, então, a gente precisa fazer aqueles testes clínicos. Eles começam com um teste pré-clínico, que é quando eu vou avaliar aquela plausibilidade biológica. Começa com estudos *in vitro*,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguidos de estudos em animais, que precisam ser roedores e não roedores. Então, geralmente, a gente usa camundongos e macacos. Daí, a gente vai – pode passar os três – àquelas três fases de teste clínico em humanos – pode ir mais um, obrigada –, que vocês já conhecem, porque todo mundo acompanhou aqui os testes clínicos de vacina. Nessas fases, a gente vai ver toxicidade, se o remédio realmente tem efeito, qual é a dose segura... E, na Fase III, a comparação justa... Estou terminando, Senador. Na Fase III, então, a gente vai ter aquela comparação justa entre os grupos.

Pode passar.

Como é que a gente fez, nesse caso, pra cloroquina? A gente não fez nessa ordem, por causa da pandemia e porque a gente teve uma pressão popular e política muito grande pra testar esse medicamento. Se tivesse feito na ordem, já teria parado ali nos pré-clínicos, porque a cloroquina não tinha plausibilidade biológica e nunca funcionou nos testes em animais, mas, como existia uma pressão popular muito grande, acabaram sendo feitos vários estudos.

O primeiro foi aquele... Opa! Volte um pouquinho, por favor. Aí!

O primeiro foi este, em março do ano passado, feito em células de rins de macaco, que são células genéricas, fáceis de trabalhar no laboratório. Esse estudo mostrou que a cloroquina conseguia bloquear a entrada do vírus nessas células genéricas, que são células onde existe um caminho biológico pra cloroquina atuar. E esse caminho não se concretiza em células do sistema respiratório. A cloroquina só funciona em tubo de ensaio, em células genéricas. Por isso é que ela nunca funcionou em modelo animal, nem em humanos.

Pode passar.

Em seguida, a gente teve aqui, no Brasil, o famoso estudo de Manaus, que foi um estudo de segurança e de definição de dose, onde eles testaram uma dose baixa e uma dose alta pra cloroquina. E o que eles perceberam? Que a dose alta era perigosa e que a dose baixa não funcionava. Só esse estudo já foi suficiente pra que vários países acendessem um alerta de: "Opa! Parece que esse negócio não funciona".

Em seguida, a gente teve um estudo muito bom, feito por um grupo alemão bastante experiente com o coronavírus, que estudou justamente as células específicas, não mais as células genéricas de macaco, mas as células do trato respiratório humano, e viu que realmente, nessas células, a cloroquina não funciona, porque a entrada do vírus que ela bloqueia não é a mesma entrada que o vírus usa nas células respiratórias humanas. O vírus, nas nossas células, usa outro caminho, um caminho para o qual a cloroquina não faz nem "cosquinha". Daí a gente vê que a cloroquina nunca poderia ter funcionado em humanos.

Pode passar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a gente teve um outro estudo. E eu tenho todos esses aqui, eu posso deixar depois com o Presidente. Eu tenho todos esses estudos aqui, catalogados. Esse foi um estudo muito completo, publicado também no meio do ano passado, onde foi avaliada a ação da cloroquina nas células genéricas, nas células do trato respiratório, em animais, em combinação ou não com azitromicina, de todas as maneiras que os senhores podem imaginar: foi uso profilático, foi uso profilático pós-exposição, que é o tratamento precoce – é logo que a pessoa ou o animal é exposto –, foi para casos leves, foi para casos graves... Cobriu tudo! Não funciona em células do trato respiratório, não funciona em camundongos, não funciona em macacos, e também já sabemos que não funciona em humanos.

Senhores, a cloroquina já foi testada em tudo! A gente testou em animais, a gente testou em humanos. A gente só não testou em emas, porque as emas fugiram, mas, no resto, a gente testou em tudo, e não funcionou.

Pode passar, por favor.

Não contentes com isso, mesmo com todos esses estudos em animais, que já teriam sido suficientes em qualquer outro medicamento para descartar e nem continuar com os estudos em humanos, a gente fez estudos em humanos, inclusive de tratamento precoce, que são os estudos de PEP e PrEP. PEP é a exposição profilática pós-exposição, ou seja, a pessoa foi exposta ao vírus e já começa o tratamento – não dá para ser mais precoce do que isso. Não funcionou. Aí a gente teve os de PrEP, que é profilático. Vamos dar para profissionais de saúde, porque eles são muito expostos: também não funcionou. Ou seja, a gente testou... E isso tudo é no ano passado. Tudo o que está nesse gráfico já era mais do que suficiente para enterrar a cloroquina de vez e a gente poder mover a discussão para coisas mais relevantes. Isso foi no ano passado. Nós estamos pelo menos seis meses atrasados em relação ao resto do mundo, que já descartou a cloroquina. E, aqui no Brasil, a gente continua discutindo isso.

O próximo, por favor.

Isso é negacionismo, senhores. Isso não é falta de informação. Negar a ciência e usar esse negacionismo em políticas públicas não é falta de informação, é uma mentira e, no caso triste do Brasil, é uma mentira orquestrada, orquestrada pelo Governo Federal e pelo Ministério da Saúde. E essa mentira mata, porque ela leva pessoas a comportamentos irracionais, que não são baseados em ciência. Isso não é só para a cloroquina. A cloroquina aqui é apenas um exemplo. Isso serve para o uso de máscaras, isso serve para o distanciamento social, isso serve para a compra de vacinas que não foi feita em tempo para proteger a nossa população. Esse negacionismo da ciência perpetuado pelo próprio Governo mata.

Deixo os senhores com um trecho de um texto que eu publiquei no jornal *O Globo*:

Não se trata de ignorância inocente. É mentir em nome de uma agenda política ou ideológica. Ou de encontrar desculpas para não fazer nada. Quando Jair Bolsonaro nega a pandemia, nega a ciência, e nega o direito à vida dos brasileiros, nega consensos científicos e nega direitos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos. Mente. Negacionismo é propagação intencional da mentira. E nós não devemos, nunca, permitir que negacionistas ocupem posições de poder.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dra. Natalia Pasternak, muito obrigado.

Os quinze segundos que são anunciados é automático no nosso sistema, mas esta Presidência terá a tolerância necessária. E, assim como teve com V. Sa., terá também com o Dr. Cláudio Maierovitch para poder concluir a sua exposição.

E a senhora fique à vontade no decorrer, no curso da audiência pública de hoje.

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dr. Cláudio Maierovitch, V. Sa. tem 15 minutos, obviamente com a tolerância desta Presidência.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) - Bom dia.

Agradeço muito o convite por estar aqui. Agradeço particularmente ao Senador Humberto Costa, ao Senador Randolfe, ao Senador Renan, autores dos convites. Espero poder trazer alguma contribuição para o debate e especialmente para as discussões e para as investigações realizadas por esta Comissão.

Bom, meu nome é Cláudio, como todos sabem, trabalho aqui na Fiocruz de Brasília, minha formação original é como médico. Eu fiz o curso, residência e mestrado na Universidade de São Paulo e especialização em Administração Hospitalar em Serviço de Saúde na Fundação Getúlio Vargas, em convênio com o Hospital das Clínicas.

Desde então, sou servidor público, inicialmente servidor público do Estado de São Paulo, como médico sanitário, servidor do Município de Santos, como médico - médico clínico, no caso -, e depois entrei para a carreira federal de especialista em política pública e gestão governamental, carreira essa em que me encontro até hoje. Ao longo dela, trabalhei na Anvisa, trabalhei no Ministério da Saúde e agora na Fundação Oswaldo Cruz, aqui de Brasília. E é sob essa ótica que eu queria olhar um pouco para a questão, sob a ótica da gestão pública, sob a ótica da política governamental - não apenas da política *sensu lato*, mas específica, pensando no planejamento envolvido em toda essa crise que a gente vive. Eventualmente, depois, a gente entra em detalhes mais específicos.

Apenas para trazer uma ilustração, no ano de 2019, houve um estudo feito pela Universidade Johns Hopkins em que o Brasil era o 22º país num índice chamado Índice Global de Segurança em Saúde, que avalia diferentes dimensões da preparação e da organização do país para responder a possíveis ameaças à saúde pública. Naquele momento, os Estados Unidos ocupavam o primeiro lugar nesse índice; e a China,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o 41º lugar, ou seja, 19 posições abaixo do Brasil. O Brasil, nesse mesmo estudo, ocupava o nono lugar no mundo, entre 195 países, no quesito resposta rápida ao alastramento de epidemias e mitigação.

Já um outro estudo realizado no ano passado – um ano depois, aproximadamente –, um estudo australiano situava o Brasil em último lugar na resposta à pandemia, 98º, para ser mais preciso, entre os países estudados; Estados Unidos, em 94º. O Brasil e os Estados Unidos, então, estavam juntos num conjunto de países com lideranças negacionistas, naquela definição que a Natalia apresentou agora, e que resistiram à imposição de medidas de contenção da epidemia, ao lado de Donald Trump, ao lado inicialmente de Boris Johnson, Alexander Lukashenko, que dizia que vodka e sauna poderiam resolver a epidemia. E, neste período, vários desses líderes foram revendo suas posições. Um exemplo mais conhecido, eu acredito, era o Primeiro-Ministro do Reino Unido, o Boris Johnson, que inicialmente falava do isolamento vertical, da necessidade de que o vírus se espalhasse, para que a população ficasse imunizada e que as pessoas mais frágeis deveriam ser isoladas.

Esses cursos, provavelmente, são familiares para muitos aqui no Brasil. No entanto, algum tempo depois, especialmente depois de ter sido afetado pela doença e ter sido, inclusive, internado pela doença, o ministro britânico resolveu escutar o conselho de cientistas do seu país – existe um conselho constituído – e passou, então, a adotar medidas rígidas, medidas importantes de *lockdown*, de limitação da circulação de pessoas e de funcionamento de diversos segmentos da economia.

Desde então, o Reino Unido atravessou períodos de alguma flexibilização e foi obrigado a voltar à estratégia de *lockdown*, na medida em que houve recrudescimento da epidemia. Diversas cidades daquele país estão a 200, 300 dias com restrições importantes à circulação de pessoas e nem por isso a economia daquele país foi à bancarrota; pelo contrário, vem sendo, atualmente, nos últimos meses, um dos grandes exemplos de enfrentamento da epidemia, com redução progressiva da incidência da doença, número de mortos e, agora, já em recuperação progressiva e controlada de atividades das pessoas e atividades da economia.

No Brasil, nós tínhamos um sistema instalado. Esse que aparece no estudo da Johns Hopkins reflete o que era a preparação do Brasil para a epidemia. E eu vou descrever sucintamente o significado disso.

Nós temos, em primeiro lugar, o Sistema Único de Saúde, um dos poucos países ou o único país com esta dimensão de mais de 100 milhões de habitantes com um sistema público dessa magnitude, de acesso universal, capilarizado, que, portanto, dá acesso a pessoas dos mais diferentes locais do país à atenção à saúde. Qual é a importância disso? Em qualquer lugar deste País que alguém apresente sintomas, esse alguém pode ser captado pelo serviço de saúde, pode ser diagnosticado, tratado e orientado e podem ser adotadas, em consequência, medidas de controle a partir daquela localidade, seja o Município, seja a vila mais remota deste País, particularmente, com a existência da estratégia de Saúde da Família, onde equipes de profissionais atuam no território, conhecem as pessoas e são conhecidas pelas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas, conhecem a maneira como se organizam os serviços, o comércio, o ambiente, o saneamento das suas áreas de atuação.

É um país que tem um sistema nacional de vigilância em saúde e que estabeleceu, ao longo dos anos – vou lembrar aqui uma referência – os seus planos de emergência e planos de contingência. Nós temos, desde 2014, um plano mestre para resposta em emergência de saúde pública neste País e vários planos específicos. Falo isso com certa tranquilidade, porque tive a oportunidade de estar envolvido na confecção e na coordenação do trabalho de elaboração desses planos quando estive no Ministério da Saúde naquele período. Esses planos... Qual é o sentido deles? É que justamente diversas coisas estejam pensadas previamente para quando da ocorrência de uma crise. Posso citar exemplos: no momento de crise, em que há necessidade de resposta, é preciso comprar insumos emergencialmente. É apenas um exemplo. Quando... O Senador Humberto foi Ministro, tive a honra de conviver com ele naquele momento e de integrar a equipe do ministério, e sabe do que eu estou falando aqui com muita propriedade. Quando, no momento de uma crise, se identificar: "Precisa comprar um medicamento tal", então isso passa por um período de definição de qual é o medicamento, definição técnica, especificação, elaboração de edital, passagem pelo jurídico etc. etc., até que se consiga, enfim, lançar uma compra emergencial ou uma licitação, qualquer coisa nesse sentido, para adquirir o medicamento. Quando há preparação, tudo isso deve ter sido aprontado previamente. Então, está lá pronto o edital, está lá pronta a especificação do medicamento adequado para cada uma das crises que podem surgir. Então, isso tem um significado enorme quando se trata de velocidade. E, em geral, se a gente fala de epidemia, a gente fala de velocidade, a gente fala de pressa para resolver as coisas.

Então, o Brasil tinha isto: planos de emergência, planos de contingência específicos.

O Brasil tem uma Agência Nacional de Vigilância Sanitária organizada. Isso significa a possibilidade de medidas necessárias nos pontos de entrada do País, nos pontos de circulação, medidas em relação a produtos, à organização de serviços, para verificação da garantia de segurança para os profissionais de saúde, segurança dos equipamentos como estes que a gente está utilizando, indicação de quando deve ser usado ou não deve ser usado, orientação à população quanto à sua proteção.

Temos uma rede de laboratórios de saúde pública, uma rede de laboratórios de pesquisa preparada para responder à emergência de saúde pública também. Temos laboratórios de produção de medicamentos invejáveis no mundo, laboratórios públicos de produção de medicamentos. Estamos entre os poucos países de baixa e média renda – somos de média renda nessa classificação – que têm esse tipo de estrutura.

O Programa Nacional de Imunizações, que vai completar seus 50 anos de vida, também é tido como exemplar no mundo inteiro. É um programa que oferece todas as vacinas do calendário sugerido pela Organização Mundial da Saúde de forma gratuita a toda a população, atingindo todas as faixas etárias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos planos específicos, como o treinamento de epidemiologia em serviço de saúde, o EpiSUS, já completando 20 anos. Apenas mencionando a existência desse programa, nesse momento estamos aqui, na nossa organização Fiocruz, formando 800 pessoas em especialização em Epidemiologia de Campo para respostas à epidemia. Temos estruturas de formação, tanto no aparelho universitário, como nas instituições próprias de Governo. A Fiocruz, onde eu trabalho – não represento aqui institucionalmente, estou como pessoa física, mas onde eu trabalho –, me traz orgulho pelo seu desempenho nesse campo, a universidade aberta do SUS, uma estrutura de comunicação que sempre conseguiu se colocar frente às crises do campo da saúde pública.

E, no entanto, com tudo isso, o que nós vimos, desde o início da crise, foi a existência de um plano, a existência de uma coordenação nacional de resposta à pandemia. Trago isso para explorar esta contradição entre aqueles dois estudos que citei inicialmente: o do Brasil como liderança e o do Brasil em último lugar na resposta à pandemia.

Então, o que poderíamos ter tido desde o início? Em primeiro lugar, a presença do Estado, naturalmente. A presença do Estado como? A presença do Estado com um plano de contenção – era a ideia inicial, antes de a epidemia entrar no Brasil. Isso significava uma preparação não apenas para as chamadas barreiras sanitárias, de muito baixa eficácia para doenças que têm portadores assintomáticos, mas, especialmente, para detecção rápida, para testagem, para isolamento, para rastreamento de contatos. Nós tínhamos experiência para fazer isso no nosso Sistema Único de Saúde em diversas doenças. Sarampo é um dos grandes exemplos, mas temos muitas doenças de natureza semelhante, de transmissão respiratória, que conseguimos controlar na nossa história.

Esse plano deveria prever uma organização, então: de que maneira o sistema de saúde deve funcionar para responder à epidemia? Um plano, naturalmente, tem que conter um planejamento em relação a insumos. Então, aquilo a que a gente assistiu... "Olha, falta oxigênio, falta *kit* de intubação, faltam profissionais etc.!" Vai faltar tudo se não houver plano. Um plano prevê necessariamente o seu monitoramento. Nós estávamos acostumados a trabalhar com isso em diversas crises com a constituição de um Comitê de Operações de Emergência em Saúde, o Coes, acompanhando as respostas e necessidades de cada Estado e de cada Município.

Trago, para o meu orgulho, no currículo, digamos assim, a experiência – e a experiência em si não é feliz no campo da saúde pública nunca – de um resultado positivo no enfrentamento da epidemia de zika, que aconteceu há poucos anos, cinco anos atrás, em que o Brasil foi o epicentro de uma emergência em saúde pública de importância internacional. Naquele período, se constituíram os mecanismos de gestão, planejamento, comunicação e organização, que conseguiram colocar o conjunto das forças da saúde e das forças do Poder Público e, inclusive, privado – houve cooperação privada naquele momento – com objetivos comuns. Então, tínhamos o nosso Coes funcionando com um comitê executivo, digamos assim, para cuidar dos assuntos operacionais da crise. Tínhamos o GEI, que é o Grupo Executivo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interministerial, que existe por força de dispositivo legal; é um dispositivo de emergência em saúde pública que reúne quase todo o conjunto dos ministérios dessa Esplanada, com as suas diferentes atribuições. Tínhamos, então, coordenação dentro da saúde, coordenação interministerial e coordenação nacional.

Naquele momento, funcionou um gabinete de crise e uma coordenação operacional, com a sala de controle nacional funcionando, com o apoio da Defesa Civil nacional, que se comunicava continuamente com todos os Estados, onde se instalaram também salas de controle estaduais e salas de controle em cada uma das capitais brasileiras, ou seja, trata-se de uma estrutura de coordenação, coisa que nós não vimos acontecer neste período, senão para caçar responsabilidade do próprio Ministério da Saúde, na medida em que se constituíram grupos fora do Ministério da Saúde para cuidar da crise.

Tampouco tivemos o planejamento da resposta social e da resposta econômica. O que significaria isso? Criar formas de permitir às pessoas que adotassem as medidas de isolamento físico, particularmente um auxílio emergencial substancial que fosse mantido. Apenas lembro que este Congresso Nacional aprovou um valor bastante superior àquele que era proposto pelo Governo inicialmente no ano passado e conseguiu mantê-lo até o final do ano passado. Entre janeiro e abril, não houve qualquer tipo de auxílio; houve, ao contrário, o estímulo pra que as pessoas trabalhassem e retomassem suas atividades normais. Em seguida, um auxílio de valor insuficiente pra manutenção das pessoas, que lhes permitisse qualquer medida de isolamento.

Tampouco tivemos algum plano na área econômica pra reorganizar o funcionamento dos diferentes segmentos à realidade da pandemia, desde a produção de insumos específicos necessários pra resposta à epidemia até a reorganização de trabalho em empresa, de forma que as pessoas fossem estimuladas a trabalhar em setores que necessitavam. Nós vimos aí muitos exemplos citados na imprensa, ao longo desse tempo, de segmentos que cresceram, cresceram de forma espontânea, sem apoio oficial, sem articulação, de forma que este crescimento significasse geração de emprego, significasse algum tipo de suporte às pessoas e distribuição de renda.

E mais especificamente, o plano de imunização que tivemos é um plano pífio, é um plano que não entra nos detalhes necessários pra um plano de imunização que deve existir no País. E, mais uma vez, assim, sinto-me à vontade, porque, no departamento que eu cuidava no Ministério da Saúde, encontrava-se a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações. Não tivemos, por exemplo, critérios homogêneos definidos para o Brasil inteiro, de forma que ficou a cargo de cada Estado e de cada Município definir seus próprios critérios. O que pode parecer democrático, um sistema descentralizado, mas, frente a uma epidemia dessa natureza e com a escassez de recursos que temos, isso deixa de ser democrático pra produzir iniquidades, na medida em que é difícil para os gestores locais ou mesmo para os estaduais gerenciar diferentes expressões e diferentes critérios pra adoção de prioridades pra vacinação. Não tivemos sequer um plano pra aquisição dos imunobiológicos. Então, assistimos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estarrecidos a um desestímulo oficial a que um grande laboratório nacional assumisse a produção de vacinas.

Certamente o cenário teria sido muito diferente se houvesse uma política oficial não apenas de busca da compra de imunizantes, mas de busca de articulações e de acordos para a produção nacional. Certamente o Instituto Butantan poderia ter agido mais rápido e com mais pujança, com uma produção mais relevante e possivelmente até mesmo acelerando os seus estudos.

Assistimos, esses dias, aos debates sobre o que aconteceu em relação à vacina da Pfizer. Pouca coisa foi mencionada em relação à vacina da Janssen, uma vacina importante, empresa esta que realizou estudos clínicos no Brasil; sem que, no entanto, houvesse qualquer negociação, de que houvesse uma contrapartida desses estudos na forma de priorização do fornecimento de vacinas para o Brasil.

Não assistimos, então, a nada que se parecesse com uma negociação. Não vimos a atuação da diplomacia, ao contrário, parece que, pelas informações que são divulgadas, a diplomacia funcionou no sentido inverso, pelo menos no caso das vacinas de países que eram extremamente próximos do Brasil, como os Brics, particularmente a relação com a China.

Não tivemos a implantação de um sistema de informação específico em tempo hábil e isso seria fundamental para organizar a imunização, especialmente com a quantidade de variedades de vacinas diferentes, com tempos diferentes, eventualmente com indicações ligeiramente diferentes.

Não tivemos treinamento – isso é uma coisa inédita praticamente no Brasil –, implantação de uma vacina nova sem o treinamento específico para que isso acontecesse.

Não tivemos investimento na atenção básica, que é o ponto do sistema de saúde mais fundamental para resposta a maior parte das epidemias. Nós temos perdido gente na atenção básica, perdido agentes comunitários de saúde, perdido médicos, apenas... Nem precisamos lembrar disso, do fim do Programa Mais Médicos, perdido enfermeiros, perdido outros profissionais; então, os profissionais que já estavam sobrecarregados antes desta crise foram insuficientes para qualquer tipo de resposta excepcional.

Não tivemos comunicação. Não me lembro, talvez alguém se lembre, posso citar como exemplo, algum tipo de campanha nacional, seja para orientação quanto a conduta das pessoas para se proteger, fosse especialmente para dizer o que é a vacina. Por que duas doses? Quem deve tomar? Qual é a ordem? Então, com isso, tivemos um sistema desorganizado que respondeu apenas pelo acúmulo anterior que ele tinha, sem protocolos operacionais, sem formação das pessoas para evitar perdas de vacinas, sem anotação adequada, sem que os profissionais estivessem preparados para orientar as pessoas.

Acho que vários aqui receberam a vacina, eu até perguntaria: Quantos, quando receberam a vacina, forem orientados adequadamente para a data do retorno e para a importância deste retorno para receber a segunda dose?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tampouco para que se evitassem erros. Tivemos certamente perda de vacina, podemos ter tido troca de vacinas, assistimos a notícias variadas quanto a vacinas administradas de maneira equivocada, então, tudo isso poderia ter sido evitado, poderíamos estar num outro patamar.

Alguns estudiosos, aqui eu vou citar o pneumologista Pedro Hallal, chegaram a estimar o número de mortes que poderiam ter sido evitadas caso algumas dessas coisas, não precisariam nem ter sido todas, algumas dessas coisas tivessem sido realizadas, e são dezenas de milhares de mortes, e, digo mais, em estimativas conservadoras. Por quê? Os cálculos que ele fez foram baseados em médias populacionais. No entanto, nós sabemos que a vacinação obedece a um calendário com prioridades. Então, se esses cálculos tivessem sido feitos com um desenho que olhasse para os grupos etários mais elevados e para as pessoas de risco, certamente o impacto seria ainda maior, porque são justamente aqueles grupos que tendem a ter uma letalidade maior quando afetados pela doença.

E, por fim, quero dizer aqui que fico muito impressionado e acompanho a impressão traduzida por um estudo da Faculdade de Saúde Pública que foi reeditado recentemente – sei que foi entregue aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo –, em que esta aparência de inexistência do plano talvez revele muito mais: revele a existência de um plano, de um plano que parou em março de 2020 quando alguns, felizmente poucos, líderes internacionais acreditaram que o melhor caminho para vencer a crise era que a doença se espalhasse rapidamente, e quem tivesse que morrer, morreria, e quem sobrevivesse continuaria tocando a economia, como se diz. Morreriam provavelmente os mais frágeis, desonerando a previdência, desonerando serviços de saúde, ou seja, do ponto de vista econômico, poderia ter-se até um acontecimento positivo. Então, aquilo que foi chamado de produção de imunidade de rebanho, termo que eu assinalo de que não gosto... Nós não somos rebanho, e não existe nenhum coletivo da palavra "pessoa" ou "gente" que seja traduzido como rebanho. Nós temos diversos: temos multidão, povo, temos muitos coletivos nos nossos dicionários, e rebanho não é um deles. Rebanho se aplica a animais, e fomos tratados dessa forma. Acredito que a população brasileira tem sido tratada dessa forma ao se tentar produzir imunidade de rebanho às custas de vidas humanas.

Infelizmente o Governo brasileiro se manteve na posição de produzir imunidade de rebanho – com essa conotação toda – para a nossa população, ao invés de adotar as medidas reconhecidas pela ciência para enfrentar esta crise.

Bom, eu encerro por aqui. Fico à disposição.

Agradeço muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Muitíssimo obrigado, Dr. Cláudio.

Sr. Relator, V. Exa. fique à vontade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
– Sr. Presidente Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, eu quero dizer da satisfação de recebermos hoje, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, as honrosas presenças da Dra. Natalia Pasternak e do Dr. Cláudio Maierovitch, que são referências da sociedade brasileira e muito contribuirão para que nós possamos aprofundar, do ponto de vista desta Comissão Parlamentar de Inquérito, as apurações, objetivando dar o que pretendemos: as respostas que a sociedade nos cobra.

Eu queria lembrar tristemente que hoje faz 30 dias que nós colocamos esta placa aqui com o número de mortes no Brasil em função da Covid. Nós a colocamos no dia 12 de maio. Naquele dia, 425.711 pessoas haviam perdido suas vidas. Hoje, a placa registra 482.135 vidas que se foram. Nesses 30 dias, perdemos 56.424 vidas. Foram 1.880 mortos por dia e 79 por hora.

Por que colocamos essa placa aqui? Nós colocamos essa placa aqui para que não percamos de vista a necessidade de chegarmos a um resultado para essa tragédia. Nós precisamos saber o que é que aconteceu que poderia ter sido feito diferentemente para diminuir o número de vidas perdidas, porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem feito a sua parte, cumprido o seu papel, mas, do ponto de vista do que é também sua obrigação, dissuadir, inibir os fatos, ela não tem conseguido atingir o seu objetivo.

Nós temos um Jim Jones na Presidência da República. A diferença para o americano é que o americano induziu ao suicídio e o que está na Presidência da República do Brasil induz à continuidade dessa tragédia e desse morticínio. Isso não pode continuar a acontecer. Anteontem ele novamente desdenhou da eficácia da vacina, perguntou, em Anápolis: "Tudo bem que a cloroquina não tem eficácia, mas a vacina tem eficácia?", a induzir tudo que havia feito até então, fazer novamente. Ontem ele, depois de ser pego no flagrante fazendo *lobby* para empresa privada pela cloroquina, ele ataca máscara, como a querer mudar de assunto!

A Senadora Simone Tebet, durante a semana, Senador Humberto, nos proporcionou um grande momento, porque ela fez uma pesquisa exaustiva, são muitas as informações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e constatou que, de todas as iniciativas legislativas de Parlamentares e até do Poder Executivo mesmo, todas que tratavam de máscaras foram vetadas pelo Governo. Isso por si só não significa muito, é um contexto de um processo legislativo, mas isso se somando às provas que já se tem significa que, a cada dia, em função dessas coisas, aumenta o clamor e o desespero da sociedade.

Eu queria aproveitar também a oportunidade para comunicar que nós estamos ultimando estudos para evoluirmos de fase na investigação. A partir de agora, nós vamos, com relação a algumas pessoas que por aqui já passaram, tirá-las da condição de testemunha e colocá-las definitivamente na condição de investigados, para, com isso, demonstrar a fase seguinte do aprofundamento da nossa investigação.

Mais uma vez, eu quero agradecer as presenças.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer algumas perguntas que considero importantes, porque algumas que tinha planejado, de uma forma ou de outra, a senhora e o Cláudio já as responderam.

Qual o modo mais eficaz de combater uma doença viral?

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Senador, com vacinas. Doenças virais são tradicionalmente, historicamente combatidas com vacinas. Remédios antivirais são difíceis de obter; não são fáceis como antibióticos, para infecções bacterianas, que a gente tem uma gama enorme para escolher. Antivirais são difíceis de obter, justamente porque o vírus é um parasita intracelular; ele se aproveita do nosso mecanismo celular para se reproduzir. Então, a gente tem alguns antivirais muito específicos no mercado. Geralmente eles servem para uma doença. Então, temos um antiviral que só serve para gripe, para influenza; temos um antiviral que só serve para herpes; temos o coquetel HIV, que foi um grande avanço. Mas, em geral, doenças causadas por vírus não têm remédio. Ninguém aqui nunca tomou remédio para sarampo, para dengue, para febre amarela, para catapora. Se alguém pegar essas doenças, não tem remédio. Vai ser mandado para casa para fazer repouso e com um remédio analgésico ou antitérmico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para nenhuma doença causada por vírus?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Sim, para essas doenças que eu falei. Para gripe tem remédio, para herpes tem remédio, para a aids tem remédio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito, perfeito.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Mas também, Senador, são remédios que ajudam. O Tamiflu, para a gripe, por exemplo, para influenza, não é um remédio que cura; é um remédio que ajuda.

Antivirais são difíceis de obter. Ficaria a dica, inclusive, de investimento em ciência para a obtenção de antivirais genéricos. Como seria bom se a gente tivesse antivirais do mesmo jeito que a gente em antibióticos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a diferença? Porque algumas são tratadas com medicamentos e outras não? Só para que a gente se esclareça um pouco sobre determinados aspectos.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Alguns medicamentos deram certo para inibir alguns mecanismos celulares e inibir replicação do vírus na célula, inibir alguma proteína que o vírus precisa, mas são muito pontuais, são difíceis de obter. E por isso a gente tem tão poucos. Agora, como a gente historicamente controlou doenças virais? Com vacina. Aí a gente teve muito sucesso. A gente tem vacina



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para um monte de doenças causada por vírus. A gente tem vacina para sarampo, para rubéola, para caxumba, para febre amarela... Varíola foi a única doença erradicada até hoje causada por vírus.

Aproveitando o gancho do meu colega, o Cláudio, a gente nunca erradicou ou controlou uma doença no mundo com imunidade de rebanho; a gente controlou com vacinas. A gente teve a varíola durante milhares de anos na humanidade. Sumiu? Não! Não sumiu. Só sumiu com o processo de vacinação organizado pela Organização Mundial da Saúde, que durou dez anos. E daí a gente conseguiu erradicar a única doença viral até hoje. A gente conseguiu controlar muito bem a pólio, que também não tem remédio, tem vacina. E a gente conseguiu controlar com vacina, mas ainda não conseguimos erradicar. E o motivo pelo qual a gente não conseguiu ainda erradicar a pólio é justamente a atuação de alguns grupos contrários, por diversos motivos, mas que acabam prejudicando a adesão à campanha de vacinação, principalmente em alguns países específicos.

Mas tradicionalmente, Senador, doenças virais se controlam com vacinas. Vale a pena investir no desenvolvimento de remédios? Claro que vale, mas é um desenvolvimento de longo prazo que requer investimento em ciência e um investimento contínuo. É um investimento que não pode ser feito em soluços: tem uma crise, põe dinheiro para a ciência; acabou a crise, tira o dinheiro. Não. Ciência precisa de investimento constante para treinar pessoas para dar continuidade nos projetos de pesquisa. E, se a gente não tiver esse investimento, Senador, na próxima pandemia nós estaremos tão vulneráveis como estamos nesta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente Randolfe, por favor...

Eu gostaria de dizer o seguinte, exatamente sobre isso: eu vou fazer a pergunta para os dois, e fiquem inteiramente à vontade se um quiser responder, se quiser complementar a resposta do outro ou se deseja também responder. Nós estamos aqui com o tempo todo disponível para ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Dr. Cláudio, quer completar?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) - Muito brevemente, porque acho que a Natalia já respondeu de forma muito completa.

Mas, olhando para os medicamentos antivirais, nós não temos nenhum medicamento antiviral que funciona que tenha sido encontrado por acaso. Todos eles foram feitos a partir de estudos muito cuidadosos, estudos dos detalhes moleculares, microbiológicos, que permitem conhecer o mecanismo de replicação de cada vírus, como ele se relaciona com as células humanas, pra então desenhar - isso é uma engenharia - moléculas capazes de intervir em cada um daqueles processos e, muitas vezes, com respostas parciais. Então, nós não temos, no nosso arsenal de medicamentos contra vírus, nenhum que tenha sido encontrado por acaso, que já servia pra outra coisa e foi reaproveitado pra combater vírus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sobre a administração de hidroxicloroquina e de outros medicamentos, geralmente inseridos nesse chamado tratamento precoce - ivermectina, zinco, Annita, etc. -, para o manejo da Covid-19, questionamos: algum desses medicamentos pode prevenir infecção pelo SARS-CoV-2?

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Não, Senador.

Esses medicamentos não servem pra Covid-19, de acordo com a evidência científica acumulada até agora. Como coloquei na minha apresentação, é claro que a ciência está sempre pronta pra mudar de ideia diante de novas evidências, mas as novas evidências precisam ser robustas; não é qualquer trabalho que foi publicado em qualquer revista. São evidências robustas avaliadas pela comunidade científica. Se essas evidências aparecerem, a comunidade científica muda de ideia. Mas o que temos de evidências acumuladas até agora e acumuladas de uma forma que, realmente, é robusta ou suficiente, é forte o suficiente pra nos dizer que esses medicamentos não são indicados pra Covid-19. E como o Cláudio muito bem pontuou, não é tradicional que a gente tenha redirecionamento de fármacos pra doenças virais, porque é, realmente, muito difícil obter antivirais que funcionem bem.

Então, não é nenhuma surpresa que esses medicamentos não funcionem. Teria que ser pesquisado? Há controvérsias na ciência do quanto que valia a pena o investimento em reposicionamento de fármacos, mas, numa emergência sanitária, as pessoas buscam soluções em qualquer lugar. Então, de qualquer maneira, foram pesquisados, e a evidência que nós temos é que esses medicamentos não servem pra Covid-19. Eles não reduzem carga viral, eles não reduzem inflamação, eles não reduzem tempo de hospitalização, eles não aumentam sobrevida. Infelizmente, nós não temos medicamentos específicos, como não temos pra tantas outras doenças causadas por vírus. Não é surpresa que a gente não tenha remédio pra Covid-19; surpresa, Senador, é que a gente ainda não tenha vacinas no Brasil em quantidade suficiente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tem toda a razão.

Dr. Cláudio, quer complementar?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Sim.

Eu vou deixar aqui à disposição dos Srs. Senadores um texto curto, feito por um colega nosso, consultor da Fiocruz, que é consultor da OMS, ficou cinco anos em Genebra, trabalhando com vacinas, trabalhou no Ministério da Saúde, na Anvisa, sobre reaproveitamento de fármacos. Nós temos, na verdade, uma lista grande de fármacos, vários deles em fase experimental, muitos já descartados.

A maior parte dos fármacos em que se tentou o reposicionamento... O que é o reposicionamento? É aproveitar um medicamento que já existe no mercado e que, portanto, já tem o seu perfil de segurança,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já se sabe que tipo de eventos negativos ele pode causar, se pode ser usado em pessoas, já tem esse perfil conhecido, mas não tem o perfil de eficácia – quer dizer, se ele vai funcionar pra uma nova indicação ou não – conhecido. Por isso, o estudo deles é mais curto. Se o medicamento já é usado em seres humanos, é mais fácil testá-lo pra uma nova indicação do que um medicamento que nunca foi usado em seres humanos, que sequer passou por testes em cultura celular ou em animais ainda. Então, existe uma lista longa. Alguns têm se mostrado até promissores. Aqueles nomes complicados, o remdesivir, o casirivimabe, o imdevimabe, entre outros, que são medicamentos que começam a ser produzidos, ainda mostrando, infelizmente, uma eficácia muito abaixo do desejável. Não são a resposta que a gente precisa pra essa epidemia, mas pode ser que surja alguma coisa. Então, vou deixar isso aqui à disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – E eu queria lembrar apenas um exemplo que nós vivemos no Brasil há poucos anos, que foi o da fosfoetanolamina – acho que muitos aqui devem se lembrar –, que traz uma memória triste pra nós, inclusive, porque foi crescendo um clamor difuso na sociedade, nesta fase que a gente vive de grande circulação de informação, de *fake news*, inclusive, pelas redes sociais, e acabou sendo aprovado um projeto de lei de autoria do então Deputado Jair Bolsonaro, propondo a obrigação do Governo em fornecer a fosfoetanolamina pra câncer, que não era sequer um medicamento. Era uma substância produzida num laboratório da Universidade de São Paulo em São Carlos, que não tinha sido produzida originalmente com a finalidade de ser medicamento e que depois se provou realmente não ser um medicamento. E esta lei foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal, porque achou que não cabia uma lei para a incorporação de um medicamento específico, muito menos quando não houvesse comprovação científica da sua utilidade.

Por que eu trago esse exemplo? Porque, no decorrer dessa falta de planejamento, dessa falta de coordenação e organização, não houve institucionalidade nas decisões baseadas em ciência. Não se trata... Eu acho, assim, extremamente importante esse esforço do Senado, desta Comissão, de entender pormenores científicos. Agora, em tese, isso não devia acontecer. Em tese, nós devíamos ter um lugar na institucionalidade brasileira que debatesse os aspectos científicos pra embasar políticas – e aqui sim, cabe discutir as políticas. Então, eu entendo, na medida em que isso não foi feito, que cabe investigar por que não foi feito e até entrar em detalhes científicos do que devia ter sido feito ou não. Mas é mais uma lacuna enorme esta ausência de institucionalidade.

É difícil identificar, hoje, quem, no Governo, por exemplo, faz análise epidemiológica pra orientar as medidas de contenção, de prevenção ou pra mudar o rumo em relação à epidemia. Mesmo tendo trabalhado no Ministério da Saúde por muitos anos, eu tenho dificuldade pra identificar ali: "Bom, mas quem que está fazendo a análise, quais são as análises detalhadas que têm sido feitas pra reorientar a política?". Não sei.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (*Fora do microfone.*) – Por favor, só para dar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

A SRA. NATALIA PASTERNAK - ... um complemento, Senador, já que o Cláudio trouxe a história da fosfoetanolamina - muito bem lembrado, Cláudio -, e lembrar que a fosfoetanolamina gerou um clamor popular tão grande, que acabou custando aos cofres públicos do Estado de São Paulo R\$10 milhões para que ela fosse, então, testada devidamente, em testes clínicos controlados, como os que expliquei aqui, porque ela nunca tinha, até então, sido testada.

Então, isso movimenta, Senador, dinheiro público, e nós, parece que não aprendemos a lição, porque estamos repetindo a história, anos depois, com esses medicamentos que não têm comprovação científica. Estamos gastando dinheiro público promovendo esses medicamentos e enviando esses medicamentos para os Municípios, sem que haja comprovação de sua eficácia. Ou melhor: já foi comprovado que eles não funcionam e não têm direcionamento para essa doença. Então, é um grande desperdício também dos recursos públicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria só dizer que, se, por acaso, nós perguntarmos sobre alguma questão que, de uma forma ou de outra, ou parcialmente já fora respondida, para que nós tenhamos a ratificação e a ênfase necessária para o aprofundamento dos nossos trabalhos.

Eu queria voltar com relação aos pacientes em estado grave, hospitalizados. Há evidência de efeito benéfico desses remédios no tratamento?

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Também não. Eu não mostrei, na apresentação inicial, justamente porque os defensores da cloroquina, principalmente aqui, no Brasil, e do tratamento precoce em geral, frisam muito isso, que o tratamento precisa ser precoce, ou seja, o tratamento usando esses medicamentos como antivirais, pra bloquear a ação do vírus, e não pensando no paciente hospitalizado, que já está com processo inflamatório - que, como não sou médica, o Cláudio pode explicar muito melhor do que eu -, mas justamente os trabalhos que foram feitos, randomizados, multicêntricos, os trabalhos internacionais, o Solidarity, o Recovery, o Discovery foram trabalhos internacionais, feitos em vários países, mostraram que a hidroxicloroquina e a cloroquina também não funcionam para pacientes hospitalizados.

Como geralmente, aqui, no Brasil, a discussão está muito centralizada no tratamento precoce, o argumento é sempre que "ah, mas esses estudos não valem, porque eles foram feitos em pacientes hospitalizados, e nós estamos falando de pacientes ambulatoriais, no início dos sintomas". Por isso que eu trouxe, na apresentação, os estudos de PEP e PrEP, que são a profilaxia pós-exposição, assim que a pessoa é exposta à doença, e o PrEP, que é a profilaxia antes da exposição, usada de maneira preventiva. E esses estudos também deixam bem claro que, pra esses pacientes, também não funciona.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, infelizmente, não funciona, nem no dito tratamento precoce, nem pra pacientes hospitalizados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

E, desculpe a pergunta: e em pacientes com sintomas moderados? Há alguma pesquisa, alguma evidência que...

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Posso?

Em primeiro lugar, reforço sobre isso. Vamos situar um pouco como que se dá o tratamento dos pacientes hospitalizados, em primeiro lugar, o que se faz com paciente grave. Isso acontece com várias doenças.

Quando não há um tratamento específico, adotam-se as chamadas medidas de suporte. O que é uma medida de suporte? Significa um monitoramento de quais são as condições clínicas daquela pessoa que exigem algum tipo de intervenção. Por exemplo, a oxigenação está ruim; então, há que se introduzir oxigênio. Caso persista insuficiente, eventualmente tem que usar uma forma de ventilação, como a gente chama, uma respiração com ajuda mecânica, por máscara ou mesmo por um tubo que entra pela traqueia, levando ar diretamente aos pulmões, levando oxigênio, em muitos casos oxigênio puro, diretamente aos pulmões.

Ah, a pressão baixou muito. Existem medicamentos para fazer subir a pressão.

O coração está com um ritmo diferente. Também há medicamentos para isso.

Isso tudo são chamadas medidas de suporte.

Em algumas doenças e no caso de epidemias, começa-se a observar a repetição de problemas que exigem suportes específicos. Então, por exemplo, um quadro inflamatório exige um suporte específico, que é o uso do medicamento corticoide, que não se dirige especificamente ao vírus SARS-CoV-2, mas a uma reação inflamatória que acontece em várias doenças. Então, existem alguns medicamentos utilizados nessas condições, pouquíssimos até, que estão começando a ser utilizados - por exemplo, baricitinibe e tocilizumabe - como medidas para interromper o progresso do processo inflamatório, e medicamentos anticoagulantes para impedir que haja a obstrução, especialmente dos pequenos vasos, consequente a esse processo inflamatório, mas nada que seja capaz de agir diretamente para a eliminação do vírus ou para impedir que o vírus se instale no organismo em qualquer fase da doença.

Então, em cada fase, existem medidas gerais, mas, infelizmente, são muito poucas as opções específicas - somente alguns medicamentos experimentais ou recentemente considerados experimentais, que já estão em uso emergencial, mas que têm, infelizmente, uma eficácia baixa. E nenhum desses medicamentos... Esse conjunto não inclui cloroquina, hidroxiclороquina, ivermectina ou nitazoxanida.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, nós podemos concluir que a administração da hidroxicloroquina é inútil para o paciente também no início dos sintomas?

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Em qualquer momento da progressão da doença, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em qualquer momento.

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Inclusive o senhor perguntou de pacientes moderados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi. Eu perguntei sobre moderados, graves, hospitalizados e, agora, no início dos sintomas, para que nós tenhamos respostas exatamente pontuais a respeito dessas possibilidades.

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Tem um estudo feito por um grupo espanhol, que eu também tenho aqui na minha lista - depois deixo à disposição dos senhores -, que testou em pacientes moderados, e também não funciona.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Certo.

O que pode ser observado e merece ser destacado em relação às pesquisas que frequentemente são apontadas como embasamento científico para o uso de medicamentos incluídos no chamado tratamento precoce?

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Senador, infelizmente, o *kit* Covid, que inclui uma série de medicamentos que infelizmente estão sendo distribuídos para a população como tratamento precoce... Eles não têm nenhuma base científica que apoie o seu uso. E bem pelo contrário. Quando nós falamos de reposicionamento de fármacos - e o Cláudio explicou aqui -, olhando cada medicamento isoladamente, a gente sabe que são medicamentos que já foram testados em humanos e têm a sua segurança testada em humanos. Então, hidroxicloroquina é um medicamento muito comum para malária e muito bom para malária, usado também para algumas doenças autoimunes, mas nunca foi testado em conjunto com outros medicamentos, como a azitromicina, como a ivermectina, a nitazoxanida e outros componentes que aparecem e somem desse *kit* Covid. Nesse *kit* Covid, tem uma série de medicamentos que nunca foram testados em conjunto, com interação medicamentosa.

E, no caso da hidroxicloroquina, ela sozinha tem um teste de segurança, mas ela junto com a azitromicina já não tem, sendo que são dois medicamentos que podem ter como efeito colateral um aumento de complicações cardíacas. Todo paciente que se trata para uma doença autoimune, por exemplo, tem acompanhamento médico, porque é um remédio que pode ter efeitos colaterais - não estamos dizendo que vai ter, pode ter. É por isso que vem escrito em bula.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esses medicamentos em conjunto nunca foram testados. Eles podem ter, em conjunto, interações medicamentosas que podem ser nocivas para os rins, para o fígado e podem, então, levar pessoas para a fila do transplante, como tem acontecido, infelizmente, com usuários desse *kit* Covid. Então, são remédios que nunca foram estudados em conjunto e estão sendo oferecidos para a população.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Se me permite um adendo também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Tirei a máscara, porque ia beber a água, mas... Apesar de ter sido vacinado, continuarei usando máscara e espero que essa seja a atitude dos vacinados e dos que tiveram a doença também.

Um dos medicamentos que têm sido...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor me permite, Dr. Cláudio, já que o senhor começou falando disso?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A propósito disso, e contrastando, inclusive, com a declaração de ontem do Senhor Presidente da República, qual efeito que uma declaração como essa do Chefe de Estado, de Governo, da Nação tem para a sociedade e qual a necessidade que se tem de mesmo os vacinados e quem já foi infectado continuarem usando máscaras? Já que V. Exa. tocou nisso, e como é um tema do momento, e pela audiência desta Comissão, eu acho importante um esclarecimento tanto do senhor quanto da Dra. Natalia.

Desculpe-me, Sr. Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Presidente, eu queria... O senhor me permitir agregar uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) - É porque eu já recebi hoje alguns WhatsApps e tal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente falou em um estudo que seria encomendado ao Ministério da Saúde, e tem gente já achando que a lei mudou. Não! A lei que nós aprovamos aqui continua valendo: a obrigatoriedade do uso de máscaras em todas aquelas situações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Humberto, bem lembrado. Peço, se o Relator nos permitir, um comentário de V. Exa. em relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Obrigado.

Gostaria, apenas complementando o raciocínio anterior... Um dos medicamentos que tem sido frequentemente incluído no chamado *kit* Covid é um antibiótico, um antimicrobiano chamado azitromicina. Isso, além do precedente, é em si um problema enorme para a saúde pública, porque um desafio colocado já há tempos, mas particularmente no século XXI, é a resistência de bactérias a antimicrobianos. Na medida em que esses antimicrobianos são distribuídos na forma de *kits*, saquinho contendo medicamentos, nós teremos cada vez menos opções para tratar infecções bacterianas importantes. A azitromicina tem um lugar específico pra utilização na terapêutica médica, pra combate a infecções bacterianas, um antibiótico, inclusive, de uso fácil e prático, porque pode ser dado em dose única diária, e vem sendo queimado, na forma como a gente fala, por um uso irresponsável pra uma indicação que não lhe cabe.

Entrando na questão das máscaras em si, o que nós sabemos – a verdade é que nós não sabemos muito, nós ainda não sabemos muita coisa, mas o que nós sabemos até agora – é que, mesmo pessoas que tiveram infecção e mesmo pessoas vacinadas, podem voltar a ter infecção, podem voltar a ficar doentes.

Em geral, os estudos feitos com vacinas verificaram a possibilidade de um novo adoecimento. Nós ainda temos muito pouca informação sobre a possibilidade de uma nova infecção sem sintomas. Provavelmente, essa possibilidade é maior – certamente é maior – do que a de que uma pessoa fique doente novamente.

E sabemos que não existe uma vacina com eficácia de 100%. As eficácias têm sido observadas crescentes quando comparadas com uma gravidade maior da doença, ou seja, as vacinas parecem mais eficazes para evitar morte, para evitar a doença grave do que para evitar os quadros mais leves e provavelmente também quando se fala de evitar infecções sem sintomas.

Então, enquanto nós não tivermos uma quantidade enorme, uma proporção muito grande da população já vacinada, nós temos que continuar com todos esses cuidados, temos que continuar usando as máscaras quando as pessoas estiverem próximas ou estiverem em lugares fechados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK - A recomendação do uso de máscaras é essencial enquanto a gente continua observando um número de casos e de óbitos diários que é preocupante. É essa a curva que nós temos que olhar. A gente só vai poder deixar de usar as medidas preventivas - as máscaras, o distanciamento físico e social - quando uma grande porção da população estiver vacinada e quando a curva nos disser que isso é seguro. Nós não temos que olhar nem o percentual de vacinados, nós temos que olhar o efeito dessa vacinação na sociedade. Então, são os números da Covid que vão nos dizer qual é o momento em que a gente pode começar a relaxar as medidas preventivas.

E, complementando o Cláudio, nenhuma vacina é 100%. A eficácia dessas vacinas vai variar de acordo com a taxa de transmissão comunitária também. Eu costumo dar o exemplo sempre do jogo de futebol e do goleiro. Como é que a gente sabe que um goleiro é um bom goleiro? A gente olha o histórico dele, que é a eficácia do goleiro, a frequência com que ele pega a bola. Se ele tem um bom histórico - uma boa eficácia nos testes clínicos -, ele é um bom goleiro, mas isso não quer dizer que ele é infalível, não quer dizer que ele é invicto, não quer dizer que ele nunca vai tomar gol. E, se a gente olha para um único jogo em que ele tomou um frango, fala: "Ih, esse cara tomou frango, ele é uma porcaria". Não, ele não é uma porcaria, ele é um bom goleiro, ele só não é infalível. E, se ele tem uma defesa do time que é uma droga, que não serve para nada, que não usa máscara, que não faz distanciamento social, que não respeita as medidas preventivas, vai ter tanta bola vindo para o gol, vai ter tanto vírus circulando que a probabilidade de ele errar é muito maior. Então, uma boa vacina é como um bom goleiro: ela pode ser muito boa, mas ela não é infalível. E, se tiver muita bola para o gol, muito vírus circulando, a probabilidade de ela falhar é maior. Então, a gente precisa reforçar a defesa do time. A gente precisa ter o bom goleiro, que é uma boa vacina, mas também precisamos ter uma boa defesa do time.

Tudo isso em conjunto vai nos levar a um momento, no futuro, em que a curva da doença vai decair e vai permitir, então, que a gente relaxe as medidas de quarentena.

Esse momento, Senador, ainda não chegou. E, quando você tem o Chefe da Nação fingindo que esse momento chegou, isso confunde a população. Nós não precisamos de uma população confusa; nós precisamos de uma população esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O problema é que, no Brasil, a gente tem um jogador que insiste em fazer gol contra.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pesquisa conduzida em Manaus liderada pelo Dr. Marcus Lacerda sobre o uso da hidroxicloroquina no tratamento hospitalar da Covid-19 ficou, como todos sabem, estigmatizada por desinformações disseminadas sobre a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua própria condução. Sobre isso eu queria perguntar: quais são os resultados mais importantes dessa pesquisa?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – A pesquisa conduzida pelo Professor Marcus Lacerda foi uma pesquisa de excelência, tanto que foi premiada pela revista internacional onde foi publicada, o *Jama*, que é uma das revistas médicas mais prestigiosas do mundo, como um dos melhores trabalhos publicados em 2020. Então, é uma pesquisa extremamente bem conduzida e que foi um estudo de segurança de dose. Foi um estudo de Fase II, um estudo que testou duas doses diferentes pra pacientes hospitalizados e concluiu que a dose alta era perigosa, não deveria ser usada, e que a dose baixa não alterava a carga viral, não trazia nenhum benefício pra aqueles pacientes.

Criou-se uma controvérsia, porque pacientes morreram no correr do experimento, mas esses pacientes morreram de Covid; eles não morreram por causa do teste clínico. Eram pacientes graves, hospitalizados e que infelizmente morreram de Covid.

O teste clínico do Professor Marcus teve todo acompanhamento e aprovação do Comitê de Ética. E, quando eles perceberam que havia qualquer risco para os pacientes com dose alta, esses pacientes foram removidos do grupo.

Então, foi um experimento extremamente ético, extremamente bem conduzido e que trouxe, talvez, a primeira resposta internacional para aquela pergunta: "Será que a cloroquina funciona pra Covid-19?". Esse estudo mostrou, de uma maneira muito clara, que não funciona pra reduzir carga viral, como era a proposta daquele estudo francês de Marselha – que foi um estudo muito criticado pela comunidade científica, porque é carregado de falhas metodológicas e até suspeita de fraude –, e respondeu a pergunta também de que uma dose mais alta não seria segura. Então, não era questão de aumentar a dose.

Imagine, Senador, se o Professor Marcus Lacerda não tivesse feito esse estudo e se comessem a dizer, então, que não estava funcionando porque a dose era muito baixa e "vamos aumentar a dose" e distribuíssem uma dose que, então, não tinha sido testada pra população! O Professor Marcus Lacerda foi quem mostrou que aumentar a dose não era seguro e que a dose baixa não servia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta, Doutora. Então, nesse caso concreto, nesse ensaio clínico, a dosagem usada foi excessiva?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Não foi excessiva. Foi uma dosagem que já tinha sido documentada em outros estudos, que já tinha sido usada em outros estudos e, por isso, foi escolhida – ela não foi escolhida aleatoriamente. Ela foi escolhida exatamente porque ela já existia e já tinha sido usada em outros testes clínicos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sas. tiveram conhecimento da pesquisa também conduzida em Manaus sobre o uso da substância proxalutamida no tratamento da Covid-19?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Vou comentar brevemente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Proxalutamida.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Isso, isso. Tive conhecimento superficial, porque isso circulou pelas redes sociais, acredito, há uns dois meses, com alguns vídeos muito bombásticos, digamos assim, de que um pesquisador brasileiro... Inclusive, ele falava em nome de uma empresa, produtora do medicamento, que tinha encontrado um novo medicamento.

Não vou dizer que fosse alguma coisa desprovida de um sentido original. Qual era o pressuposto? Bom, tem se observado que a doença grave e a morte são mais frequentes em homens do que em mulheres. Então, por que isso acontece? Isso ainda não é bem conhecido. A ciência não sabe por que acontece. Então, eles partiram de uma hipótese de que um medicamento capaz de alterar a ação hormonal dos hormônios androgênicos, hormônios masculinos, que é um medicamento utilizado no tratamento, por exemplo, de câncer de próstata, poderia, ao inibir esses hormônios, trazer os homens para uma condição de segurança semelhante à das mulheres. E desenharam estudos nesse sentido. O único estudo que eu vi era um estudo que tinha muitos problemas metodológicos, e não era possível dali, pelo menos, extrair conclusões.

Então, acredito que seja um tema para ser mais bem estudado. Talvez a Natalia conheça em mais profundidade, conheça outros estudos com esse medicamento. Mas, daquele estudo que foi apresentado, não era possível extrair conclusões que dessem base para a indicação desse medicamento, portanto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não há nenhum resultado a partir dos estudos, não é?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - A forma como foi conduzida o estudo não permitia uma boa comparação entre o grupo que usou e o grupo que não usou, se de fato aquilo que estava sendo considerado comparável entre um grupo e outro era real, ou seja, esses grupos eram semelhantes, e, então, havia problemas no que a gente chama de desenho do estudo.

A SRA. NATALIA PASTERNAK - E houve também um problema justamente na certificação do Comitê de Ética, Senador. Parece que o grupo que conduziu o estudo não obteve a permissão do Comitê de Ética para realizar o estudo, o que é muito grave.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como estão as pesquisas relativas à utilização de anticorpos monoclonais em estágios iniciais da infecção pelo novo coronavírus?

A SRA. NATALIA PASTERNAK - A gente tem vários anticorpos monoclonais que já estão aprovados, que já estão no mercado, e eles funcionam, mas eles também são medicamentos que ajudam, não são medicamentos que curam. Então, a gente tem já alguns aprovados de várias empresas - acho que o Cláudio também deve conhecer, talvez melhor do que eu, porque eu não trato pacientes, não sou médica -, mas eles não são também remédios milagrosos, eles não vão curar as pessoas milagrosamente de Covid. Eles vão conseguir ajudar, porque eles vão fazer o papel de um anticorpo natural, mas eles são muito específicos. Eles são desenhados justamente para impedir que o vírus entre na célula.

O que acontece muitas vezes com esses anticorpos monoclonais é que eles acabam sendo muito suscetíveis às variantes do vírus, porque, como eles são únicos, eles são clones... Quando a gente fabrica anticorpos, a gente fabrica um monte de anticorpos diferentes. Um anticorpo monoclonal, não; ele é um remédio. E ele é, como o nome diz, um clone. Então, ele é um tipo de anticorpo que foi isolado e que está sendo usado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Já há indicação para a sua utilização?

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Tem a indicação, mas eles são remédios caros e que, geralmente, requerem hospitalização. Não é uma pílula, não é uma coisa que você pode tomar em casa.

Eu não sei - e aí vou perguntar para o Cláudio - como está sendo a utilização de anticorpos monoclonais aqui no Brasil, principalmente pelo SUS.

Eu não sei como é que está a questão da importação e do uso desses medicamentos no SUS, Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Do que eu li, existem dois medicamentos aprovados no Brasil para este uso. Um é o chamado - os nomes são difíceis, não é? - Regn-Cov2, que é composto por dois tipos de anticorpo monoclonal, o casirivimabe e o imdevimabe. O segundo é uma composição... Ele nem tem um nome próprio, é uma composição de banlanivimabe e etesevimabe. Todos esses "mabes", em geral, designam anticorpos monoclonais porque vêm da sigla em inglês mAb, que é *Monoclonal Antibody*. Então, em geral, quando a gente vê um medicamento com esse nome horroroso terminado em "mabe", designa o anticorpo monoclonal. Então, esses estão aprovados, em fase inicial de uso; que eu saiba, não existe uso disseminado. Talvez... Eu não sei de nenhum serviço que esteja utilizando assim, pelo menos de que eu tenha tido a informação, porque, além de caros... Há uma estimativa aí entre R\$16 mil, R\$17 mil por um tratamento de poucos dias... Claro, se pensassem que é um tratamento que faz diferença, esta não seria a grande questão. Mas ainda não há uma conclusão firme de que esses



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos contribuam para diminuir mortalidade ou diminuir sequelas, diminuir as consequências da doença.

Em geral, o que tem que ser observado na maior parte desses estudos com esses medicamentos novos são indicadores, como redução do tempo de internação – do tempo médio de internação, na verdade. Mas é uma questão ainda, na minha opinião, aberta para ciência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso, há outras terapias promissoras para tratamento em função de pesquisas?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Existem...

Só concluindo o medicamento dos anticorpos monoclonais, alguns pesquisadores dos Estados Unidos, inclusive, no ano passado, mencionavam, quando ainda não tínhamos vacina, que talvez os anticorpos monoclonais fossem a ponte, pudessem representar a ponte entre um momento em que não havia nada e o momento da vacinação. Aparentemente, as vacinas foram mais rápidas do que a necessidade, do que a ponte que se apontava, que havia esperança. Então, hoje vale muito mais a pena olhar para as vacinas, ver de que forma vacinar em ampla escala, do que pensar no desenvolvimento de medicamentos que são difíceis. Como disse a Natalia, são medicamentos que tentam substituir anticorpos naturais, mas muito específicos, às vezes, contra uma proteína, contra uma região específica do vírus.

Além desses medicamentos dirigidos, então, a auxiliar a defesa contra o vírus, os anticorpos, existem essas outras categorias, muitas vezes medicamentos usados para câncer, medicamentos usados em doenças reumatológicas também, que tentam cuidar não de enfrentar o vírus, mas de diminuir a resposta excessiva do organismo ao vírus, coisa que é feita tradicionalmente com corticoides. Então, existem medicamentos inibidores de fatores endógenos, fatores do próprio organismo, que provocam reações exacerbadas; e eles estão em estudo também. Alguns, como eu citei aqui, já têm sido utilizados em fase inicial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta: quais são as condutas reconhecidamente efetivas – só para ratificação – para o controle da pandemia da Covid-19, desde a prevenção do contágio até o manejo dos pacientes, ou seja, nas diversas fases da doença?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Eu vou deixar o manejo dos pacientes para o médico e vou falar da questão epidemiológica.

Hoje, com o acúmulo de evidências, que se deve justamente ao avanço da ciência durante a pandemia, nós sabemos que as melhores medidas preventivas são aquelas que impedem o contágio de pessoa para pessoa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No começo da pandemia, ainda se teve muita especulação sobre a transmissão via superfície, via contágio das mãos, que ainda é importante, a gente deve manter a higiene das mãos, porque, claro, a gente encosta numa superfície onde outra pessoa encostou e depois a gente leva a mão ao rosto, aos olhos, ao nariz, então, a gente pode se contaminar assim.

Mas, o que se percebeu é que é realmente uma doença de contágio respiratório que passa de pessoa para pessoa pelo contato próximo. Então, as medidas preventivas que realmente funcionam são aquelas que impedem esse contato. Então, são: o uso de máscaras para que a gente não fique emitindo partículas virais em cima do outro, nem recebendo dele; a distância entre pessoas: permitir que nós estejamos muito próximos um do outro e que a gente possa, então, ao falar, emitir essas partículas virais e contaminar o outro; o isolamento social: então, quanto menos gente circulando na comunidade, menos gente circulando numa cidade, melhora a prevenção, porque vai evitar justamente o contato entre pessoas; evitar aglomerações de pessoas, porque, se o vírus passa de pessoa para pessoa, a gente não pode juntar todo mundo em um lugar fechado, fazer festa, fazer balada; o transporte público é um grande desafio, principalmente no Brasil, porque o transporte público acaba aglomerando pessoas de forma inevitável, então, fica um desafio muito grande para o Brasil para aquelas pessoas que precisam sair para trabalhar, que não podem se dar ao luxo de ficar em casa e que é a realidade de grande parte da população brasileira. Então, são essas pessoas que a gente precisa proteger com um maior cuidado. E esse cuidado, é o quê? É tentando garantir que elas tenham condições de ficar em casa, se possível, ou que elas tenham melhores condições de se proteger ao sair para trabalhar, como, por exemplo, distribuição de máscaras, como essas que estamos usando, máscaras PFF2, para quem usa o transporte público.

Ontem, por exemplo, vim para cá de São Paulo e fiquei escandalizada porque o avião em que eu vim estava lotado, abarrotado de gente. É um contrassenso! Todo aquele cuidado no aeroporto, pedindo para que a gente mantenha a distância uns dos outros – o que estava muito correto – nas filas, para depois enfiar todo mundo junto num avião, sentadinho um do lado do outro, sem dar uma poltrona vazia, pelo menos, entre uma pessoa e outra. Não adianta ter filtro hepa no avião, filtro de ar, se as pessoas estão coladas umas nas outras e nem todas as pessoas estavam usando as máscaras apropriadas. Essas máscaras custam R\$3. As companhias aéreas podiam muito bem distribuir máscaras PFF2 no embarque para que todo mundo, pelo menos, tivesse as máscaras apropriadas para usar dentro de um transporte coletivo e deveria, obviamente, ser proibido transportar, fazer o transporte de passageiros num avião lotado.

Então, tudo isso mostra que, até hoje, a gente ainda não conseguiu implementar no Brasil, de uma forma eficiente, as medidas preventivas, levando em conta este racional que é evitar o contato próximo entre pessoas e usar máscaras, máscaras profissionais, máscaras que realmente protejam quando esse contato é inevitável.

Então, essas são as medidas que a ciência diz hoje, Senador, que são as melhores. E, quando a gente está em uma situação de calamidade, *lockdown* é uma medida importante. É óbvio que ela é uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida drástica, mas situações drásticas vão requerer medidas drásticas. E esse *lockdown* nunca foi feito no Brasil, a não ser de forma muito isolada. E essa forma isolada... Por exemplo, uma cidade como Araraquara: uma cidade pequena fazer um *lockdown* é ótimo – e nos deu até uma boa prova de conceito –, mas não é tão eficaz como se tivesse uma região inteira coordenada fazendo esse *lockdown* em conjunto. Isto é o que o Cláudio falou na abertura dele: a falta de diretrizes coordenadas pelo Ministério da Saúde, pelo Governo Federal, que acabou deixando Estados e Municípios à própria sorte, para que cada um combata a pandemia do seu jeitinho, sem terem diretrizes claras coordenadas, com uma coordenação nacional.

A parte médica, eu vou deixar para o Cláudio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Vou me permitir explorar um pouquinho também esta parte, porque eu acho que é uma coisa que merece olhar com cuidado.

Nós precisamos de *lockdown*, nós precisamos de confinamento. Temos experiência mundial suficiente para saber da eficácia dessa medida. Temos exemplo perto, de Portugal, um país tão familiar para nós. Portugal foi um dos países que teve a melhor experiência na chamada primeira onda, e lá eles tiveram realmente alguma coisa que se possa chamar de onda – alguma coisa que sobe e depois desce bastante. Aqui nós não tivemos: a gente tem subida e subida e subida. Então, eles tiveram um sucesso importante entre os países europeus; depois relaxaram, no final do ano passado principalmente, e tiveram novamente uma subida grande: adotaram um novo *lockdown*, e funcionou de novo. A Alemanha tem uma experiência muito semelhante. Em vários países, Inglaterra, é possível observar o que acontece com o número diário de casos antes de um *lockdown*, durante, depois de *lockdown* e com o relaxamento de medidas.

Então, não há mais dúvida quanto à efetividade desse tipo de medida, e não há dúvida alguma de que aquele país que vem ostentando, com tanta frequência, o maior número diário de mortes – maior número diário de mortes! – do mundo, essa medida está indicada por um período mínimo, mínimo, mínimo de duas semanas – idealmente um pouco mais –, que certamente faria a curva mergulhar.

Parece simples, parece até um contrassenso dizer: "Não, mas nós estamos com o maior número de óbitos por dia, e a curva vai mergulhar". Sim, porque, se as pessoas... Se deixar de haver uma transmissão intensa num período de duas semanas, isso cumpre um ciclo da doença, ou seja, as pessoas ficam transmissoras por até duas semanas e, se durante duas semanas, elas ficarem em casa e não transmitirem, esse ciclo se encerra à medida que houver um alcance razoável desse tipo de confinamento.

Havia uma discussão, uma polêmica grande no início da pandemia em que se falava que não havia transmissão pelo ar. A transmissão pelo ar parece uma coisa um pouco estranha: "Não, mas é o ar que está transmitido? Como é isso?". Eu falava: "Não, tem transmissão por gotículas, por partículas, mas não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo ar". Com o tempo, nós fomos aprendendo que a transmissão pelo aerossol é praticamente a mesma coisa que transmissão pelo ar.

São partículas tão leves, tão pequenas, que se disseminam no ar. Se houver uma pessoa aqui sem máscara com vírus, provavelmente boa parte desta sala terá vírus. É dessa forma que se transmite. Então, não é possível a gente fazer coisas mais ou menos, coisas pela metade, ser transigente com essa possibilidade de transmissão. Essa questão da qualidade da máscara é uma coisa importante para lugares fechados, principalmente, mesmo para meios de transporte fechados, porque existe, sim, transmissão pelo ar.

Entrando no cuidado com as pessoas, cuidado com os pacientes, o que é possível. Em primeiro lugar ter um sistema de saúde receptivo para as pessoas, em que elas confiem e tenham acesso; que nesse sistema de saúde seja possível detectar tanto aqueles que têm sintomas iniciais como aqueles que tiveram contato com aqueles que têm sintomas iniciais. Qual a importância disso? Isso vai mudar a vida desta pessoa? Provavelmente não, mas vai mudar a vida da população, porque estes serão orientados em detalhe quanto à forma de fazer isolamento, de fazer a prevenção, para que não transmitam para outras pessoas. Se esta pessoa... Bom, a pessoa que está nesse momento tem muito pouco a se beneficiar de um cuidado médico específico, não há medicamento indicado, não há nenhum tipo de tratamento que possa lhe dizer que a doença vai ser melhor ou pior. Ele vai ter que cuidar da febre, cuidar das dores e, principalmente, cuidar para que não transmita para outras pessoas. Eu estou repetindo isso porque essa é a dimensão mais importante neste momento. Aí, supondo que a pessoa tem um quadro um pouco mais grave, um pouco mais forte, com febre mais alta, mais dores no corpo, mais cansaço, eventualmente um início de falta de ar, essa pessoa passa a ter que ser monitorada mais de perto, não porque há um medicamento que se possa lhe dar nesse momento, mas porque, se ela começar a ter falta de oxigênio no seu sangue, ela vai precisar de uma assistência com oxigênio e vai precisar ser avaliada continuamente.

Então, essa proximidade do serviço de saúde é muito importante por duas razões: primeiro, para adotar as medidas que possam conter a transmissão na comunidade; e, segundo, para detectar em tempo hábil a necessidade de algum recurso de suporte adicional. E aí eu friso: não é um recurso de tratamento que vá enfrentar o vírus; é um recurso de suporte para que a pessoa tenha melhores condições de evoluir bem no decorrer da sua doença, da sua infecção. E daí para frente vem o tratamento dos casos mais graves em si, que, da mesma forma, envolve medidas de suporte e medidas que foram observadas. Eu mencionei aqui alguns tratamentos, a partir da observação de muitos casos, que entram nos protocolos hospitalares, como o uso de corticoides e o uso de anticoagulantes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Só voltando ao tema anterior, Dra. Natalia, V. Sa. fez exposição aqui sobre a hidroxiquina. Poderia só detalhar para a gente por que ela pode ter uma eventual eficácia no tratamento *in vitro* e não tem no paciente, não tem quando é aplicada na pessoa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Claro, Senador. O que ocorre é que, quando você testa a cloroquina ou a hidroxiclороquina em células genéricas, células de rins de macaco *in vitro*, ela funciona para impedir a entrada do vírus na célula. Por quê? Porque, nessas células de rins de macaco, a entrada do vírus na célula se dá por uma via que a gente chama de endossômica; ele vai entrar por um endossomo, que é uma partícula que se forma e que permite que o vírus entre. A cloroquina consegue inibir essa entrada, porque ela altera o PH dessa via endossômica e acaba fazendo uma disrupção nessa via. Então, o vírus fica sem caminho para entrar na célula. Mas isso acontece nessas células de rins de macaco. Quando você pega o macaco inteiro, Senador, já não funciona. Por quê? Porque a entrada patogênica no macaco e em nós, humanos, é pelas vias respiratórias. Então, o vírus vai infectar as nossas células respiratórias. E as células do trato respiratório têm uma outra via de entrada para o vírus, que não é a via de endossomo; é uma via que a gente chama de via de transmembrana, é uma fusão de membrana auxiliada por uma serinoprotease que tem nessas células respiratórias, que é o trabalho daquele grupo alemão liderado pelo Stefan Pöhlmann e pelo Christian Drosten.

O Christian Drosten, inclusive, é quem aconselha diretamente a Angela Merkel na Alemanha. Ele é um virologista que trabalha justamente com o coronavírus, e foi o grupo dele que explorou essa entrada do vírus nas células do trato respiratório. E eles mostraram *in vitro*, nas células respiratórias, que já não tem inibição da entrada do vírus, porque nas células respiratórias o vírus usa outro caminho que não é o caminho que ele usa naquelas células genéricas que a gente trabalha em laboratório porque são células fáceis de trabalhar.

Então, elas são sempre o primeiro passo mesmo para testar um medicamento, mas não quer dizer que qualquer coisa que a gente testa *in vitro* vai se confirmar, depois, em animais e em humanos. Na verdade, a maior parte dos medicamentos que está em teste vai morrendo ali, nessas etapas. Muitas vezes funciona *in vitro*, mas não funciona em células específicas. Você já para a pesquisa ali, você nem vai adiante. Ou funciona, mas não funciona em animais; funciona em roedores, em camundongos, mas não funciona em macacos. Então, cada uma dessas etapas geralmente serve justamente para você parar com uma pesquisa que não é promissora. Se a cloroquina tivesse sido pesquisada fora do ambiente de emergência, ela teria sido barrada ali no começo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As vacinas contra Covid-19 aprovadas pelas autoridades sanitárias têm demonstrado eficácia contra as novas vertentes, notadamente a delta, que surgiu na Índia?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Elas têm mostrado eficácia contra as primeiras variantes que surgiram, inclusive a variante que circula aqui no Brasil, mas, em relação à nova variante delta, elas ainda estão sendo testadas. É uma variante nova.

Os testes de eficácia de vacina podem ser de dois tipos: um indireto, que é feito em laboratório, mas é um teste limitado. Por que o que você faz? Você pega o soro de pessoas que foram vacinadas com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela sua vacina de interesse, que você quer ver se funcional, e você isola os anticorpos que foram produzidos, então, por aquela vacina. A vacina estimula a produção de anticorpos. Grande parte desses anticorpos são neutralizantes, então, são aqueles anticorpos que conseguem bloquear a entrada do vírus na célula e esses anticorpos neutralizantes podem ser testados contra as variantes, pra ver se eles retêm a capacidade de neutralizar as variantes, assim como a linhagem original para a qual eles foram desenhados. Esse é um teste que dá um bom indicativo se as vacinas funcionam ou não para as novas variantes, mas ele não é um teste completo, porque ele vai analisar só uma resposta de anticorpos, que é a resposta de anticorpos neutralizantes. A gente tem mais respostas imunes do que isso. A gente tem resposta de anticorpos que não são neutralizantes, mas que servem pra sinalizar o sistema imune e trazer mais células de defesa para o local, a gente tem resposta dos famosos linfócitos T, que eu tenho certeza que todo mundo aqui já ouviu falar, que é a resposta celular e que se mostrou uma resposta muito importante pra Covid-19, talvez até mais importante do que a resposta de anticorpos. E essas respostas não aparecem nesse teste simples. Então, pra ver se realmente funciona, precisa ter uma análise de campo, de como essas vacinas estão atuando nos países acometidos por essas variantes e, daí, sim, a gente vai conseguir ter uma resposta mais efetiva sobre se elas realmente estão funcionando ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que V. Sas. sabem sobre o *spray* nasal supostamente terapêutico contra Covid-19, desenvolvido em Israel?

A SRA. NATALIA PASTERNAK - O *spray* nasal, Senador, ele estava, inclusive, na época, quando teve uma comitiva brasileira que foi visitar, numa fase tão inicial, que surpreendeu, inclusive, os pesquisadores israelenses que o Brasil tivesse interesse num medicamento que ainda estava em Fase I. Quando eu mostrei no eslaide: Fase Pré-Clínica, depois Fase I, II e III, a Fase I é o comecinho dos estudos clínicos. Então, é um remédio que está numa fase muito inicial e que não tinha nenhum motivo pra atrair tanto interesse de qualquer governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não justificaria uma viagem a Israel, com tanta gente, às custas do dinheiro público, se está em estado incipiente, Dr. Cláudio?

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Dr. Cláudio e Dra. Natalia, se o relator me permite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Houve alguma excursão do mesmo perfil de alguma outra delegação estrangeira a Israel, de que V. Sas. tenham conhecimento, para pesquisa, para aprofundamento, para ter informações sobre esse dito *spray* nasal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom, primeiro, acho que existe um desejo de novas formas de administração de medicamentos, inclusive uma aposta pra desenvolvimento de medicamentos inalatórios, que está colocado como um desafio pra ciência. Neste momento é isto: é um desafio para a ciência.

Natalia é uma pessoa que tem muita experiência de laboratório, acho que pode nos contar o que alguém vai observar quando faz uma visita pessoal, porque: o que levaria um profissional do Brasil – vamos supor que é um profissional do ramo – a fazer uma visita a uma instituição de pesquisa de outro país? Uma coisa é a troca de informações, e nós estamos trocando informação o tempo todo. Aprendemos a trocar informação de maneira eficaz durante esta pandemia, pouca coisa precisa da presença física.

Então, quando eu vi a notícia da delegação que visitaria Israel, eu fiquei me perguntando: bom, o que será que eles vão observar lá que precisa da presença física, que não pode ser um documento que mostre resultados de pesquisa? Pensei: bom, uma pesquisa nesta fase de fato não tem muitos resultados ainda, talvez não tenha nem o que tenha sido documentado, mas o que poderia ser observado? Olha, eu exercitei a minha imaginação e não consegui pensar em nada que justificasse a presença física de alguém lá, mesmo que este alguém que foi lá, que fosse lá – e me parece que não era o caso – fosse um grande especialista experimentado em pesquisa laboratorial, em pesquisa inicial de medicamentos. Ele teria muito pouco a observar que não alguns papéis de registro de pesquisa. De fato, eu achei inusitada aquela visita.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Relator, só um minuto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É que a gente aqui fica interagindo muito com o pessoal que está acompanhando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Me pediram que a Dra. Natalia explicasse mais claramente o que é a pesquisa *in vitro*. Quando a senhora disse que a cloroquina atuou na pesquisa *in vitro*, daqui a pouco já vai ter gente dizendo "ah, ela funciona". Então, eu queria que a senhora explicasse aqui pra todo mundo que está acompanhando poder saber.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada, Senador.

A pesquisa *in vitro*, que a gente chama em ciência, é tubo de ensaio, é cultura de células no laboratório. Menos de 10% – menos de 10% – dos medicamentos que funcionam em *vitro*, em tubo de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensaio, realmente se traduzem em medicamentos que vão parar na prateleira da farmácia. Então, é a primeira etapa num caminho enorme, num caminho muito longo de pesquisa de medicamentos. O tubo de ensaio, *in vitro*, é a primeira coisa que a gente faz.

Tem um monte de substâncias que funcionam *in vitro* e que depois, quando você vai testar no camundongo, já não funcionam. Isso é muito comum em ciência, isso é o mais comum. O raro é quando realmente funciona e segue o caminho até o final. Então, *in vitro* é tubo de ensaio, não é uma condição de um organismo vivo, é uma condição experimental altamente controlada, onde eu estou lidando com uma cultura de células, um tipo celular, que foi exatamente o que aconteceu com a cloroquina. Quando a gente testa naquela célula específica, células de rins de macaco, que são células experimentais de laboratório, quando a gente testa nessas células, a cloroquina tem uma função; quando a gente pega o macaco inteiro, já não tem, quando pega um organismo inteiro não tem. E isso é muito comum em ciência, tem um monte de coisas que funcionam em cultura de células e que não se traduzem em medicamentos. Então isso precisa ficar muito claro. *In vitro* é tubo de ensaio, é o primeiro passo de uma longa jornada na pesquisa de medicamentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) -
Inclusive tem um detalhe: às vezes pode funcionar ali no tubo de ensaio e quando você vai aplicar a dose que seria adequada, ela é tão alta que mataria o paciente. Um exemplo desse é a questão da ivermectina, de que também me pediram que depois a senhora pudesse falar um pouco: a dose a ser administrada a uma pessoa que teria essa capacidade de atuar sobre o vírus seria sete vezes maior do que aquela que foi encontrada lá no tubinho de ensaio com as células que foram tiradas do macaco. Uma dose com esse teor pode causar um grau de toxicidade neurológica que pode levar à morte.

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Exatamente, Senador, e por isso que a gente precisa inclusive de estudos de segurança de dose, como foram feitos em Manaus, porque a dose pode ser tóxica, o que daí já traz aquela implausibilidade biológica, porque você fala: "Bom, nessa dose eu não vou poder usar; então, não adianta nada". E você vai ter que, de qualquer maneira, pesquisar se a dose é segura para aquela doença também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Já estou me encaminhando para o final e recebendo aqui retorno, um efetivo engajamento de internautas, contribuições para perguntas, algumas que já fizemos em consequência disso.

Essa é a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito, em tempo real, que conta com o engajamento da sociedade, e isso tem ajudado demais no aprofundamento dos nossos trabalhos. Por exemplo, aqui, o Sr. Mário Simões, de Brasília, pergunta ao Dr. Cláudio Maierovitch, que tratou aqui da desarticulação dos sistemas tradicionais de combate às epidemias: "Quais as efetivas consequências de o Ministério da Saúde ter sido ocupado por militares sem nenhuma formação ou experiência para o cumprimento da tarefa gigantesca no momento de pandemia?".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Bom, primeiro, eu queria trazer aqui uma lembrança de que não existe precedente de controle de epidemia sem o Estado, ou seja, não existe, na nossa história, um precedente em que uma epidemia foi controlada, tenha sido controlada sem uma ação pública, sem uma ação organizada por parte do Estado. Isso, certamente, infelizmente, não será nossa experiência tampouco.

Mas eu queria trazer um exemplo aqui: o nosso Programa Nacional de Imunizações. Falo dele porque acho que é uma das nossas grandes referências de coisas que funcionam no Brasil, que são exemplo mundial. Pra quem olha de longe, pode pensar que o programa funciona como o relógio: basta dar corda que ele funciona. Mas não é essa a nossa realidade, e isso se refere a qualquer tipo de programa que a gente tenha nas nossas políticas públicas. Os imprevistos acontecem o tempo todo; a necessidade de tomada de decisões é contínua. Isso exige um mecanismo de organização de gestão aliado à disponibilidade de conhecimento – e esse conhecimento está nas pessoas – que permita prosseguir, permita resolver problemas o tempo todo, pra que se prossiga.

Então, trago essa experiência do PNI. Nós já tivemos, em muitos momentos, faltas de vacinas, notícias de eventos adversos, incorporações de vacinas... Não raro, isso significava, a qualquer momento do dia ou da noite, a equipe encarregada de uma operação ter que se reunir com o diretor, com o secretário ou com o ministro pra tomada de uma decisão. Em muitos momentos, significava o ministro acionar um outro ministro, por exemplo, pra levar uma vacina emergencialmente, por um avião da FAB, ou qualquer outra coisa dessa natureza que envolve uma relação com outros ministérios, com outras políticas públicas.

Isso não é assunto pra amador, não é assunto pra quem nunca fez isso na vida. Muitas vezes, são decisões que têm que ser tomadas instantaneamente, às vezes, decisões de risco, que, se não tomadas, implicarão na falência do programa. Então, nós só temos um programa de imunizações pujante no Brasil porque nós temos pessoas capazes de fazer isso. Infelizmente, a quantidade de pessoas capazes de fazer isso tem se reduzido na nossa estrutura do Ministério da Saúde. Mesmo a quantidade de pessoas em postos de decisão no Ministério da Saúde com experiência anterior de fazer isso tem se reduzido.

É muito diferente uma experiência, que pode ser extremamente complexa – não conheço –, no campo militar, para levar suprimentos para tropas, para deslocar equipamentos, para deslocar armas, de uma experiência no campo da saúde pública. Eu não me atreveria, apesar de ter uma experiência longa – posso chamar de longa, são mais de 35 anos na saúde pública –, não me atreveria a fazer uma gestão de suprimento militar em momento de guerra. Acho que as pessoas que não têm a experiência de trabalhar em momento de epidemia, em momento de crise sanitária... Não acredito que essas pessoas deveriam ser as encarregadas de tomar decisão e de comandar as operações nesse caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na comunidade acadêmica e científica – aproveito a presença de V. Sas. aqui –, qual é a reputação, por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, dos membros do gabinete paralelo de aconselhamento ao Presidente da República? Vou especificar os nomes. Para a comunidade acadêmica e científica, especificamente os médicos...

Osmar Terra... Os senhores conhecem alguma reputação, alguma especialidade, algum reconhecimento da comunidade acadêmica e científica dessas pessoas? Eu vou citar o nome para facilitar a lembrança, a memória.

Sobre Osmar Terra?

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Na minha comunidade, que é muito específica, que trabalha com microbiologia, e na minha área de atuação no Instituto Questão de Ciência, com comunicação de ciência e negacionismo, não. Como médico, talvez o Cláudio conheça o trabalho dele.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - O Sr. Osmar Terra já ocupou posições de comando dentro do sistema de saúde, particularmente no seu Estado, o Rio Grande do Sul, mas me parece que há muito tempo ele vem se dedicando mais especificamente à carreira política ou à gestão na posição de ministro de outras áreas que não a área de saúde. Então, não me parece que o lado mais forte do Sr. Osmar Terra seja o lado de pesquisador ou de acadêmico, não é um homem importante, digamos, nesse meio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado.

Nise Yamaguchi?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Eu vou me permitir comentar porque eu fui contemporâneo de faculdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - ...da Nise Yamaguchi. Eu a conheci na faculdade e eu devo dizer aqui: fiquei muito espantado, sabendo da formação dela, sabendo da experiência anterior, que ela tivesse assumido posições de defesa de atitudes que contrariam o conhecimento científico, atitudes anticientíficas. Estranhei muito realmente. Sim, verdade, eu não tenho contato há muitos anos, rapidamente a encontrei quando eu estava no Ministério da Saúde e ela estava no escritório de São Paulo do Ministério da Saúde por um período, mas estranhei muito que, com a formação que ele tem... E aí eu corro o risco de elogiar a minha própria escola, mas tomo a liberdade de fazer isso.

Então, estranho muito alguém que foi formado ali, que fez uma parte, pelo menos, da sua carreira acadêmica ali, ter abandonado o seu conhecimento científico não sei em prol de quê.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Luciano Dias Azevedo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece.

O biólogo virologista Paulo Zanutto.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Eu vou me permitir comentar também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Eu comentaria de uma maneira semelhante ao que eu comentei da Nise.

Conheci também o Paulo Zanutto há muitos anos, se não me engano, no final da década de 80 ainda – de 90, desculpa. Na década de 90, ele tinha regressado, há pouco tempo antes, de estudos no exterior, um virologista respeitável. Nos ajudou muito durante a crise do zika vírus, nós tínhamos muita coisa desconhecida pela ciência ali, e ele foi um pesquisador que se colocou à nossa disposição, colocou seu laboratório à disposição, uma equipe fantástica que trabalhava ali dia e noite, inclusive no dia de Natal, eles estavam ali comemorando alguns achados – talvez Natalia se lembre disso – de infecção pelo zika vírus em fetos de camundongos. Então, eu tinha nele uma alta reputação como pesquisador, como cientista e como pessoa – convivi algumas vezes, ele sempre com uma disposição muito grande pra ajudar.

E, mais uma vez, fiquei surpreso de ver alguém que tem esse estofo, esse *background*, abandonar os princípios básicos e elementares da construção do conhecimento científico na defesa de algo não se sustenta, inclusive porque, em algumas conversas, ele tentava trazer conhecimentos que não são da área dele, por exemplo, quando se fala em tratamento precoce, isso é um conhecimento da área clínica. Sem nenhum demérito área dele, ele é um biólogo, é um virologista, não está acostumado, não foi formado pra tratar pessoas.

Então, por exemplo, cheguei a ouvir dele: "Não, não, a cloroquina não funciona em casos mais graves, mas funciona, sim, no início do quadro clínico". Bom, eu sinto muito, este não é um conhecimento da área dele, saber o início do quadro clínico, a abordagem clínica em relação a esses casos, mas foi mais um que me surpreendeu.

E vou permitir citar aqui um que não está no gabinete e que também me surpreendeu imensamente, chegamos a trabalhar juntos em São Paulo, o Dr. Anthony Wong, porque também ficou famoso no meio desta crise. Faleceu infelizmente, não sei exatamente a circunstância, mas alguma coisa aconteceu, algum outro tipo de vírus, provavelmente não biológico, que acometeu pessoas que tinham uma trajetória importante, que tinham um currículo, muitas vezes, invejável, mas que enveredaram em oposição ao conhecimento científico.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Roberto Zeballos.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Só conheci pelo vídeo e também por um documento que eu vi do hospital Albert Einstein que afirmava que as declarações do Dr. Zeballos não representavam a posição do hospital e não eram autorizadas pelo hospital.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mayra Pinheiro, que, apesar de Secretária lá do Ministério da Saúde, dá conselhos em área alheia à competência da sua própria secretaria.

Já ouviu falar de algum trabalho científico, acadêmico?

Pois não, professor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Eu somente ouvi falar dela como sindicalista, me parece, lá no seu Estado, e, posteriormente, quando ela assumiu a secretaria aqui do ministério. Sinceramente, não posso nem opinar, porque não a conhecia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sas. concordam com a avaliação da Dra. Luana Araújo, apresentada em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de que os bons quadros técnicos do País, em geral, não estão dispostos a trabalhar neste Governo?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Olha, é difícil... Não, não seria... Não se trataria do caso do conhecimento, mas eu posso lhe dizer que muitos bons quadros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma pergunta específica sobre quadros técnicos, se se dispõem a trabalhar....

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Então... Muitos bons quadros técnicos que eu conheço não se dispõem a trabalhar. O que as pessoas falam é assim: "Eu não vou sujar o meu nome, não vou sujar o meu currículo para trabalhar nesse contexto".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É esta a razão.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (*Fora do microfone.*) - Eu acho muito complicado, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATALIA PASTERNAK – ... trabalhar em meio a um ambiente negacionista, porque é um ambiente que, justamente, não te dá a autonomia necessária como cientista para seguir a ciência. Então, creio que é exatamente o que o Cláudio falou: muitos bons cientistas e bons técnicos não se sentem confortáveis para trabalhar num Governo onde sabem que eles não vão poder seguir a ciência, porque a ciência está sendo negada, está sendo atacada justamente por esse próprio Governo. Então, acho que coloca, realmente, os bons técnicos e bons cientistas numa situação muito difícil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E em relação à médica, Dra. Ludhmila Hajjar, que foi convidada para ser ministra da saúde e recusou o convite, qual a impressão que a comunidade acadêmica tem dela?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Acho que, daí, realmente, os senhores teriam que perguntar a ela por que que ela recusou e quais foram os entraves...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não perguntei sobre isso; eu perguntei qual é a imagem acadêmica, científica, que V. Sas. têm dela, não é por que ela recusou o convite.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Aí, de novo, eu vou pedir para Cláudio comentar como médico, porque a Dra. Ludhmila é médica e, dentro da academia, não conheço tanto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor. Porque a razão pelas quais ela recusou nós já sabemos, claro.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Bom, não a conheço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falando sobre a impressão que os senhores têm delas, se a conhecem...

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Não a conheço pessoalmente, não conheço a produção científica dela, apenas ouço de colegas que ela tem um bom trabalho na gestão de serviços dentro do Hospital das Clínicas, acho que, particularmente, do Instituto do Coração, em São Paulo. Não sei mais do que isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde Elcio Franco, que esteve, durante esta semana, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, alegou que a Lei 6.360, de 1976, não permite a aquisição de medicamentos sem que haja aprovação pela Anvisa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Cláudio Maierovitch, V. Sa., tendo sido Diretor da Anvisa, poderia, por exemplo, nos esclarecer se essa lei impede a assinatura de contrato para a compra de vacinas com estabelecimento de cláusula que condicionasse o pagamento a posterior aprovação, ao registro na Anvisa?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – A Lei 6.360, de 1976, é a lei que trata do registro de produtos no País, que é a passagem de um produto, digamos, do momento em que ele é experimental para o momento do uso corrente. Então, de forma geral, ela diz que tudo aquilo que é usado, que é adquirido, comercializado ou indicado no País deve ter registro.

Ela não se refere aos contratos. Ela não dá qualquer tipo de limitação em relação à celebração de contratos. E ela tem exceções, ela admite exceções, especialmente para circunstâncias de graves ameaças à saúde pública ou do interesse da saúde pública.

Apenas dou como exemplo aqui que uma parte importante das vacinas adquiridas pelo Brasil é comprada do chamado Fundo Rotatório da Organização Pan-Americana da Saúde e que não tem registro no Brasil, mas tem a certificação pela Organização Mundial da Saúde, porque existe um dispositivo legal que abre a exceção pra aquisição de medicamentos, vacinas e outros produtos de organismos internacionais quando no interesse da saúde pública. Então, a lei não se refere aos contratos e ela tem exceções pra situações em que cabe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

V. Sa. teria conhecimento se já ocorreu situação semelhante em outra ocasião, como, por exemplo, na importação de Tamiflu no surto mundial de H1N1?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Eu não me recordo se, naquela ocasião, já havia um medicamento registrado no Brasil ou não, mas houve aquisição em tempo recorde tanto do Tamiflu pronto como de matéria-prima pra produção nacional do Tamiflu por Farmanguinhos, assim como houve uma tramitação bastante rápida pra liberação de uma vacina monovalente específica contra o vírus H1N1, identificado naquela época da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República – esta é a última pergunta – tem sido constantemente advertido sobre os riscos de difundir informações de que determinados medicamentos, notadamente a cloroquina – para a qual pessoalmente interferiu junto ao Primeiro-Ministro da Índia para trazer para o Brasil e a outras autoridades também –, são eficazes no tratamento da Covid-19. Sobre isso eu queria perguntar: em que medida essa disseminação de informações falsas e de mensagens dúbias por alguns médicos e autoridades públicas, infelizmente, prejudicam o controle da epidemia no nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Eu complemento, Dr. Cláudio, se o Sr. Relator me permite...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - O Governo, ou o próprio Presidente da República, pode adquirir medicamentos que ainda não têm comprovação científica junto a algum Governo estrangeiro sem uma aprovação prévia da Anvisa? Pergunto isso ao senhor pela condição que o senhor teve de ter sido um dos fundadores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de ter sido já seu Presidente. Esse tipo de ação e interferência é possível? É permitido pelo nosso arcabouço legal, jurídico?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) - Então, primeira questão que eu vou... A questão da comunicação e do exemplo, o que eu acho importantíssimo. Nós falamos de diversas coisas aqui, de aquisição de insumos, de eficácia de medicamentos, de medidas necessárias, de planejamento, mas tão importante quanto tudo isso é a comunicação adequada à população sobre o que ela deve ou não fazer, o que ela pode ou não fazer, e a comunicação adequada aos profissionais de saúde também.

Nós vivemos uma situação bizantina, eu diria, em que o cidadão pode escolher qual orientação ele quer seguir. Então, se ele se sente mais confortável ficando em casa, ele tem a quem ouvir. Se ele se sente mais confortável indo para festa, ele tem em quem se apoiar e vai dizer: "Não, eu vou para festa, porque estou ouvindo uma grande autoridade dizer que eu posso ir para festa". Se eu uso ou não uso máscara, eu tenho quem citar que me respalda para usar máscara ou para não usar máscara e expor o conjunto das outras pessoas à possibilidade de infecção.

Em qualquer experiência de combate à epidemia, em qualquer experiência de sucesso na saúde pública, a comunicação é absolutamente fundamental. E a comunicação significa o conjunto de autoridades responsáveis pela condução da crise trazer mensagens que são coerentes entre si; caso contrário, é o caos. E é o que nós estamos vivendo, infelizmente.

Eu nem sei...

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Posso aproveitar para falar sobre comunicação...

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - É claro! Por favor!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor!

A SRA. NATALIA PASTERNAK - ... antes de você explicar a medida?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Por favor! É a sua área.

A SRA. NATALIA PASTERNAK - É que aí a gente já fecha esse assunto. Tenho pouco a complementar, porque é minha área, mas o Cláudio falou melhor do que eu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, a comunicação da ciência durante uma pandemia se mostrou essencial não só pelos governos, mas até pelas organizações internacionais. Quantas vezes a gente não viu aí falhas de comunicação da própria Organização Mundial da Saúde que geraram confusão! E isso não pode acontecer. Então, o que a gente vê hoje é a necessidade extrema de treinamento das autoridades de saúde dos governos de países e também de organizações internacionais para que consigam se comunicar com a população e com os gestores, com os governantes, de uma forma mais efetiva, mais eficiente.

Essa comunicação precisa ser extremamente transparente, com coragem de comunicar o que a ciência já sabe e o que a ciência ainda não sabe e de dividir essas incertezas – porque a ciência é feita de incertezas – com a população, para que a população saiba que está sendo cuidada, que está sendo amparada, que está sendo amparada pela ciência e que tem cientistas trabalhando para obter as respostas para perguntas que ainda não têm respostas.

Essa comunicação, quando feita de forma transparente... Nós temos exemplos de países, como a Nova Zelândia e como a Alemanha, onde essa comunicação foi feita diariamente pelos líderes, falando com a população de uma forma clara, de uma forma honesta, de uma forma transparente. Esses países se saíram muito bem ao chamar a população como colaboradora para sair desta pandemia.

Uma pandemia é uma doença da sociedade, muito mais do que do indivíduo. A sociedade está doente, e a cura, a solução da pandemia também está na sociedade. É uma solução que precisa ser colaborativa. E não tem como contar com a colaboração da população se a população está confusa, desinformada e não sabe para que lado olhar: "É para usar máscara ou não é? Pode fazer festa ou não pode? Ah, mas se for com poucas pessoas? Se eu estou com sintomas, o que é que eu faço?". Nós não temos, até o momento, diretrizes claras onde as pessoas possam se orientar para coisas simples: "Como eu faço o autoisolamento?". Muita gente – tenho certeza de que o Cláudio também – recebe mensagens de pessoas: "Eu estou com sintomas. Como é que é para eu fazer? Como é que eu faço dentro da minha casa? Eu tenho que ficar num quarto isolado? Não tenho? Eu posso sair se for de máscara? Mas, só para ir ao mercado, não pode?". Nem essa orientação básica as pessoas têm!

A gente não teve campanhas de conscientização sobre a necessidade do uso de máscaras. A gente não teve campanhas de conscientização sobre a necessidade do distanciamento físico e social, cuidados no transporte público, esclarecimentos sobre a segurança, a eficácia e a necessidade de vacinas, com esclarecimentos sobre como fazer quando chegar a minha vez de vacinar – "É pra eu ir agora no posto? Não é? Que categoria que estão cobrindo?" – e busca ativa pra que as pessoas voltem pra segunda dose. Nós temos uma enorme inadimplência de segunda dose no País durante uma pandemia em que naturalmente se esperaria que as pessoas deveriam estar ansiosas pra se vacinar. Como é que alguém pode esquecer da segunda dose duma vacina durante uma pandemia?! Não é vacina de tétano, que você se esqueceu de tomar o reforço quando deu dez anos. Nós estamos vivendo uma emergência sanitária onde naturalmente a gente esperaria que as pessoas estariam ansiosas pra se vacinar e pra receber a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda dose, que é pra completar o regime vacinal. Falta campanha! Não se conduz uma resposta a uma epidemia sem campanha de informação! E essas campanhas não vieram do Governo Federal.

E daí, quando a gente tem figuras de autoridade, como o Presidente da República, que se comportam de maneira contrária à ciência, isso confunde a população. Ele é, afinal, o nosso representante supremo, ele é o Presidente da República e ele pediu pra estar lá, ele tem uma responsabilidade ao se colocar publicamente, porque pessoas o seguem, pessoas acreditam nele. E, quando ele aparece sem máscara, desdenhando a pandemia, fazendo pouco das pessoas que morreram e mostrando total falta de empatia com o luto dos brasileiros, ele confunde as pessoas, ele leva a uma ilusão de que está tudo bem, está tudo normal. "Afinal, é só uma gripezinha e chega de mi-mi-mi!" Isso faz com que as pessoas assumam comportamentos de risco e coloquem a sua vida e a vida dos próximos em perigo.

Então, comunicação é essencial, e negacionismo, como eu já falei no começo, mata!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, para encerrar, Presidente, eu gostaria só de saber, em função das respostas...

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Desculpe. Não, eu não queria deixar o Senador sem resposta apenas em relação à importação de medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Eu vou lembrar um exemplo, uma pessoa que foi citada aqui. O ex-Deputado Osmar Terra, no início da pandemia, disse pra imprensa que não haveria mais do que 800 mortos decorrentes desta pandemia e chegou a reafirmar isso algumas vezes. E aí a gente se pergunta: com base em que ele disse isso? E com que finalidade ele disse isso? Por que eu estou citando isso? Porque é aquilo que eu comentei antes: essa falta de institucionalidade. Quer dizer, qual é o sentido de um Presidente da República, sem se apoiar numa institucionalidade, decidir sobre a indicação ou sobre a importação de um medicamento, como perguntou o Senador Randolfe? Então, apoiado em que ele vai conversar, negociar com o dirigente da Índia, por exemplo, pra importação de um medicamento? Isso faz tão pouco sentido que é até difícil encontrar um argumento legal que diga que pode ou não pode, porque significaria prever - me perdoem a expressão - qualquer maluquice que deveria estar na lei. Então, os Srs. Parlamentares teriam que fazer um exercício de imaginação contínuo para criar leis que proibissem malauquices. No entanto, a gente se surpreende quando elas acontecem.

Do ponto de vista concreto, mesmo numa importação de um medicamento não registrado em circunstâncias excepcionais, a importação tem que ser autorizada pela Anvisa, ainda que seja uma importação excepcional, em caráter emergencial, como foi a autorização recente de importação de vacinas não registradas da Covaxin e da Sputnik V.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Para encerrar, em função de tudo que aqui se disse e foi perguntado e das premissas postas também, eu queria perguntar: por tudo isso, nós podemos concluir que a crença em um tratamento eficaz contra a Covid-19 desestimula as pessoas a aderirem às medidas não farmacológicas de prevenção da Covid, contribuindo, consequentemente, para o maior contágio da doença? Dá para concluir dessa forma?

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Senador, a crença de que existe uma cura fácil, simples, barata, rápida, que seria, realmente, o sonho de todos nós - que bom se isso fosse verdade -, ilude as pessoas, cria uma falsa sensação de segurança e leva as pessoas a um comportamento de risco. Por quê? "Afinal, se eu ficar doente, é só tomar um remédio que eu não vou evoluir para uma forma grave e não vai acontecer nada. Então, por que eu não posso sair? Por que eu não posso abraçar os meus pais idosos? Por que eu tenho que usar essa máscara?" Então, isso confunde as pessoas em relação à gravidade da doença que nós estamos enfrentando e à necessidade das medidas preventivas e, então, pode levar a um comportamento de risco. E é nesse sentido que a desinformação acaba prejudicando muito qualquer tratamento, qualquer condução de epidemia ou até mesmo tratamentos muito pessoais, de doenças pessoais que não são epidêmicas, doenças como câncer. Muitas vezes, a crença em tratamentos que não são homologados pela ciência leva pessoas à morte, porque elas deixam de se tratar da maneira adequada porque acreditaram num tratamento milagroso.

Foi isso, inclusive, que aconteceu com a fosfoetanolamina, que o Cláudio trouxe. Muitas pessoas, naquela época, abandonaram os seus tratamentos de câncer, os seus tratamentos de quimioterapia, de radioterapia, porque acreditaram na pílula milagrosa. Nós nunca vamos saber, Senador, quantas pessoas, naquela época, morreram de câncer porque abandonaram os seus tratamentos, ou seja, na verdade, elas morreram de desinformação.

E, aqui, nesta pandemia também, nós não temos como mensurar quantas pessoas morreram de desinformação, porque não se protegeram adequadamente e acreditaram que existia uma cura fácil e milagrosa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Dr. Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfé Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Dr. Cláudio, por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - É impressionante. Nós estamos vivendo uma catástrofe desse tamanho, com meio milhão de vidas perdidas, e vamos nos anestesiando para isso.

Acredito que uma parte dessa anestesia, dessa dessensibilização tem uma relação muito forte com a comunicação, com a maneira como as mortes têm sido banalizadas e como, muitas vezes, exemplos e orientações oficiais cassam - cassam! - a iniciativa das pessoas para se proteger. Então, não apenas nesses exemplos - às vezes até estapafúrdios, como de que só os maricas é que se protegem ou coisa do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipo; além de homofóbicos, estapafúrdios –, as pessoas perdem a possibilidade de extrair de si uma energia para se protegerem.

Tudo que nós estamos fazendo hoje para proteger a sociedade é desagradável. Usar máscara não é agradável, ficar trancado dentro de casa, deixar de reunir com os amigos, deixar de participar das coisas, nada disso é agradável. Isso precisa ter um sentido para as pessoas: "Estou fazendo isso porque estou me protegendo, porque isso é o que todo mundo tem que fazer, porque isso tem sentido, isso é o que a ciência diz, isso é o que o conhecimento nos orienta". Quando isso é colocado em xeque de maneira tão forte pelo principal mandatário do País, essas coisas perdem sentido, se transformam em obrigações, se transformam em sofrimento maior. Então, o movimento das pessoas acaba sendo de tentar escapar disso, achando que vão ter uma cura milagrosa.

Às vezes, eu me lembro de uma cultura que havia antigamente – talvez alguns se lembrem aqui – que se fazia com algumas doenças. Particularmente, catapora era famosa: tinha as festinhas de catapora. Se uma criança teve catapora, então juntava a criançada da vizinhança para ter catapora logo e se livrar desse problema, até porque, em geral, a catapora, a varicela, pode ser um pouco mais grave em adultos. Então, as pessoas estão entrando numa ansiedade, quer dizer: "Eu quero ter essa doença logo porque aí eu não tenho mais que pensar nisso, eu vou ficar protegido". Mas essa é uma atitude que, se a gente olhar do ponto de vista racional, é uma atitude suicida. Então, elas estão sendo impelidas a desejos suicidas, ainda que não tenham a consciência de que são desejos suicidas. Acho que isso é gravíssimo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Sr. Relator.

Senador Humberto Costa.

Só para declinar e relatar aqui os próximos inscritos após o Senador Humberto Costa: no sistema remoto, o Senador Tasso Jereissati; em seguida, o Senador Jorginho Mello; e em seguida, pela Bancada Feminina, a Senadora Kátia Abreu; seguiremos com o Senador Marcos Rogério; o Senador Heinze; o Senador Eduardo Girão, pelo sistema remoto; e o Senador Jorge Kajuru.

Senador Humberto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não dá para dar preferência a quem está presencialmente, sem... Eu estou aqui desde as 9h da manhã. Quem está no sistema remoto está em casa, está em outro local. Não dá para dar preferência para quem está aqui na inscrição?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente.

É porque nós adotamos, desde o começo da CPI, um procedimento na Comissão de fazer um presencial e um remoto. Eu creio assim que não demorará tanto – não demorará tanto. V. Exa. é o terceiro, logo após o Senador Humberto Costa e o Senador Tasso, que tinha dito que vai ser breve também.

Então, Senador Humberto, por gentileza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bom, primeiro eu quero aqui fazer uma referência à qualidade desta audiência de hoje, aqui: duas pessoas não só extremamente bem reconhecidas pela comunidade científica brasileira, mas que aqui deram uma verdadeira aula para todos nós e para quem está nos acompanhando. E, com toda certeza, nos deram um bom roteiro para que nós possamos fazer uma boa avaliação da condução que foi dada no Brasil ao enfrentamento à Covid-19, não é?

Eu queria, antes de fazer minhas perguntas, apenas fazer um registro importante. É interessante que nós achamos e é natural, de tanto a gente discutir aqui esse tema de tratamento sem eficácia e tal, que ele não viria, mas ele veio. E a cada dia está ficando mais importante porque tem outro aspecto que não estávamos levando em consideração e passamos a considerar. É o fato de que esse tema de utilização desses medicamentos não é apenas um fetiche, não é apenas uma concepção científica errada que está sendo aplicada: tem muita gente ganhando dinheiro com isso. E isso é muito preocupante. Só para ter uma ideia, só a venda em farmácia desses medicamentos do chamado *kit* Covid, entre março do ano passado e março deste ano, foi de 52 milhões de comprimidos, sendo que da cloroquina foi mais de 32 milhões de comprimidos; a azitromicina, cresceu 50% a compra desse medicamento em farmácia, com o agravante, que o Dr. Cláudio já disse, que é um antibiótico. Alguém teve que passar essa receita para a pessoa tomar. Isto é que é o pior de tudo: alguém passou essa receita.

E nós estamos vendo pessoas que efetivamente não precisavam usar esse medicamento usando-o, o que vai fazer com que as bactérias que hoje podem ser tratadas com esse medicamento comecem a desenvolver resistência, e esse que é um bom antibiótico pode ser que mais para frente não faça sentido ser usado para muitas situações. E nós entramos agora na linha de investigar isso. Tem gente que ganhou muito dinheiro com a ivermectina, por exemplo, e que financiou grupos de profissionais para defender a ivermectina, para prescrever a ivermectina. Isso é grave! Isso é muito grave!

Então, nós entendemos que, por mais que a gente não queira debater esse tema, nós terminamos sendo obrigados a fazê-lo, por essas questões.

Mas eu queria dirigir as minhas perguntas, algumas ao Dr. Cláudio, algumas à Dra. Natalia, mas, se quiserem também se manifestar sobre elas... E eu queria fazer primeiro aqui ao Dr. Cláudio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual a chance de nós termos no futuro, que não será também tão longínquo, a possibilidade de outras pandemias como essa ou de outras emergências em saúde pública, daqui para frente, não só no Brasil, mas no mundo?

A outra pergunta que eu faço é: pelo acompanhamento que V. Sa. tem feito de como anda a questão da pandemia no Brasil, se é de esperar, de fato, uma terceira onda que poderia estar se iniciando agora e qual o tamanho da gravidade dela? Porque a segunda foi devastadora. O que seria uma terceira onda na situação que nós temos?

E eu queria perguntar ainda o fato seguinte: o Chile já vacinou uma parcela importante da população – com a primeira dose, 60,2%; com a segunda dose, 46,4%; no entanto, o número de casos está crescendo, principalmente na grande Santiago, tanto é que eles estão fazendo as quarentenas regionais e tal. Como a gente explicar? Lógico que ainda não se atingiram os 70%, mas já se tem um percentual considerável que, em outros países, começou a ter repercussão no número de casos e de mortes. Por exemplo, aqui, segunda dose, quase 50% da população. Como é que a gente poderia explicar isso, se fosse possível?

E, para a Dra. Natalia – também se quiserem falar –, levando-se em consideração o ritmo de vacinação, o ritmo e o grau de isolamento social que nós temos no nosso País e os números que nós temos hoje em termos de casos e a velocidade com que eles estão crescendo, qual é a sua expectativa? Por exemplo, essa previsão do instituto de métrica de Washington, da Universidade de Washington, que é quem acompanha a pandemia para o Governo americano, se é uma possibilidade ou um delírio a ideia de que nós podemos chegar ao final de agosto com 750 mil pessoas mortas, dada essa condução, o ritmo de vacinação e a situação atual da pandemia?

A minha última pergunta para a senhora é: há um vídeo correndo na internet – por sinal, chegou até para mim – de uma pessoa um tanto aflita, porque um cidadão, não sei se ele diz que é médico, mas ele aparece dizendo assim: "Eu fiz a minha dosagem de anticorpos para Covid-19 e só obtive..." Aí ele dá um... Não sei se são 28 mil unidades, não sei qual é o... "Uma porcaria!" – usa até esse termo. "É uma porcaria. Tomei duas vezes essa vacina do Doria e não tive a expectativa de ter os anticorpos que eu teria".

A primeira pergunta que faço é se essa dosagem de anticorpos que é feita para o diagnóstico, se você teve ou não a doença, se você tem anticorpos ou não gerados pela doença, se ela pode ser utilizada para medir a imunidade que a pessoa adquiriu com a utilização da vacina ou não? E, se pode, é interessante a gente saber por que é que alguns poderiam desenvolver uma maior ou menor quantidade de anticorpos produzidos. Pronto, era isso que eu queria saber. Eu acho que eu tentei pegar algumas coisas que eu sei que as pessoas estão preocupadas em saber. Se eu recebo de alguém, vamos dizer, da nossa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria relação, que normalmente tem uma visão um pouco mais aproximada da ciência, imagine a quantidade de pessoas que estão aí fora que podem ter recebido esse vídeo da "porcaria" que o cidadão fala.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Humberto.

Dr. Cláudio... Dra. Natalia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dr. Cláudio, por gentileza.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) - Obrigado. Posso começar.

Bom, primeiro, em relação a outras pandemias no futuro, no campo de epidemiologia, a gente estava na espera de uma nova pandemia – a gente, eu digo boa parte das pessoas que se dedicam à área – frente à alta probabilidade de que algum vírus diferente sofresse mutação ou entrasse em circulação e isso gerasse alguma situação pandêmica.

Acho que muito pouca gente imaginava, primeiro, que fosse o coronavírus, e não um vírus de gripe. Tudo que se raciocinava nos últimos anos levava a pensar nos vírus de gripe, na gripe de origem aviária e não especificamente no coronavírus; e, segundo, que houvesse uma dimensão como essa, que acho que revelou duas coisas para nós: primeiro, as consequências muitas vezes invisíveis do nosso trato com o ambiente. Boa parte dos agentes infecciosos novos, ou que não são novos, mas que têm dado problemas para as populações humanas são decorrentes da invasão de ambientes em que esses organismos estavam preservados, especialmente ambientes silvestres, por razões econômicas, colocando, então, as populações humanas em contato com populações de animais que habitualmente não eram desta convivência. Então, isso é uma primeira questão que chamou atenção. A segunda foi o despreparo. Nós, todo o mundo, nos imaginávamos muito mais preparados. Então, sem dúvida, esta pandemia deve criar um movimento mundial para aperfeiçoamento da capacidade de detecção, de identificação rápida e de reação frente a pandemias.

No Brasil, particularmente, nós temos tratado – acho que nos últimos anos, nos últimos poucos anos – esses dois temas de forma muito perigosa. Nós não temos controle sobre esta relação do homem com o ambiente, ao contrário, parece que ela tem se tornado mais ameaçadora, e nós não temos melhorado os nossos mecanismos, particularmente a nossa grande rede de atenção básica do Sistema Único de Saúde. Então, isso tudo é muito preocupante.

Em relação à terceira onda, até mencionei aqui de passagem, no Brasil, é difícil a gente falar em ondas, porque nós temos uma escada, praticamente. Nós não sabemos... Digamos que não houvesse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intervenção nenhuma; em algum momento, nós teríamos o patamar de estabilidade. Provavelmente, demoraríamos muito pra atingir uma imunidade capaz de reduzir bastante a circulação do vírus, então, nós iríamos atingir um patamar de estabilidade alto, com uma queda lenta, provavelmente muito mais com oscilações do que com uma queda contínua. Por quê? O tempo todo nasce gente nova, pessoas se aglomeram e têm contato de formas diferentes, e é assim que a gente conhece a história das doenças de transmissão respiratória. O sarampo é uma grande escola pra nós todos, o sarampo tirava muitas vidas, principalmente das nossas crianças, ao longo de décadas e décadas e décadas, sem que ele se extinguisse naturalmente, como mencionou a Natalia. E me parece que neste momento em que isso não se estabilizou, a tendência é que a gente tenha patamares superiores, porque é como se nós lançássemos um foguete ou qualquer coisa de uma altura maior.

Quer dizer, nós começamos lá em março do ano passado do zero e atingimos uma grande altitude na metade do ano passado. Começamos, depois, de um patamar superior no final do ano passado, atingimos o triplo daquele pico do ano passado, chegamos ao quádruplo. E agora, se se confirmarem as previsões que muitos têm feito de uma nova transmissão intensa – e já há sinais importantes, sinais indiretos, dados pela lotação dos hospitais em vários Estados e várias capitais brasileiras –, nós partimos de um patamar ainda mais alto e sem uma imunidade coletiva capaz de conter isso. A gente tem a esperança de que a mortalidade, a letalidade seja um pouco inferior, porque boa parte dos idosos foi vacinado, já terá sido vacinado daqui a um mês ou dois meses.

Em relação ao Chile, essa é uma pergunta que todos têm se feito também, se tem a ver com a composição das vacinas utilizadas – a composição, eu digo o *mix*, digamos assim, de vacinas utilizadas. Eles estão, se não me engano, com mais de 85%... Mais de 85% das vacinas utilizadas foram da CoronaVac. Não que ela não funcione, mas é possível que ela não seja tão eficaz pra diminuir o estado de portador de infecção e então, na medida em que a proporção da população ainda não é suficiente pra gerar imunidade coletiva, o vírus continue circulando e causando novos casos – que, na ausência de medidas de proteção, de distanciamento, de confinamento, tende a ser uma circulação ampliada.

O risco que sempre se corre quando a gente vacina é de que a confiança dada pela vacina leve ao descuido de outras medidas necessárias. Fazendo a analogia do goleiro que a Natalia usou aqui, é a gente deixar o goleiro sozinho com 11 jogadores do outro lado e nenhum do lado dele. Em algum momento, algum daqueles 11 vai fazer gol, porque ele não vai conseguir segurar sozinho.

Eventualmente eu comento alguma coisa, depois, dos outros itens dirigidos à Natalia.

Obrigado.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Eu vou querer só comentar a questão das pandemias emergentes, Senador, que é um tema bastante preocupante, justamente pelo que o Cláudio falou, da nossa relação predatória com o Planeta. E eu vejo muita preocupação, inclusive internacional,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje em dia, em montar os sistemas de vigilância epidemiológica, vigilância genômica, fazer sequenciamento de vírus, saber o que está circulando, e isso é essencial, isso precisa acontecer, mas não é a única medida que deveria acontecer pra prevenir novas doenças emergentes.

Se a gente continuar explorando o Planeta dessa maneira predatória que a gente explora, a gente vai esbarrar em novos reservatórios de doenças, em reservatórios animais, que, ao interagir conosco, aumentam muito a probabilidade de doenças emergentes chegarem em nós, de que novos patógenos possam fazer o pulo de reservatório animal pra um reservatório animal de criação e, dali, pra humano, de uma maneira muito simples: só precisa existir essa interação muito próxima. Não é por acaso que a gente teve tantas gripes que vieram com intermediários de animais de criação. Quem não se lembra da gripe aviária, gripe suína. E o que foram essas gripes? Vírus que vieram da natureza, que tinham um reservatório animal e que, por passarem pra um reservatório intermediário, que é um animal de criação, com quem a gente tem muito contato, conseguiram se adaptar até infectar as nossas células e, daí, passar de uma pessoa pra outra. Está feita a epidemia.

Pra evitar isso a gente precisa de medidas preventivas ambientais, que são reduzir o nosso espaço, porque a gente invade espaços de animais silvestres, que podem ser reservatórios de doenças, parar de esquentar o Planeta, do jeito que a gente está esquentando, porque, com esse aquecimento, a gente prolifera espécies de mosquitos que também podem ser transmissoras de doenças e originar novas epidemias, repensar um pouco da nossa criação animal e do nosso consumo de carne, porque a criação de animais confinados... No Brasil, a gente ainda tem sorte de que o nosso gado pasta livre, mas a nossa criação de aves é confinada, e isso é também um belo dum gatilho pra proliferação de doenças que depois podem chegar à gente.

Então, tem várias medidas ambientais além das medidas de vigilância genômica que precisam ser implementadas se a gente quiser realmente prevenir novas doenças emergentes. E o Brasil, infelizmente, não tem mostrado uma preocupação ambiental nesse sentido. Então, acho que fica um alerta de que a preocupação ambiental também é extremamente necessária pra preservar a nossa saúde.

Em relação às suas outras perguntas, Senador, do ritmo de vacinação, o grau de isolamento social que temos no Brasil e a estimativa da Universidade de Washington, eu temo dizer que as estimativas da Universidade de Washington costumam ser muito conservadoras. Eles não costumam fazer estimativas escandalosas, espalhafatosas; eles costumam realmente ser muito conservadores nas modelagens matemáticas. Mas lembrando que modelagem matemática não é previsão do futuro; modelagem matemática aponta tendências de curva, e nós não podemos, como cientistas, falar que a gente tem bola de cristal e que a gente sabe exatamente o que vai acontecer. O que a gente pode é dizer que, se a gente continuar nesse ritmo, com pouca adesão às medidas preventivas e com a vacinação lenta, a gente corre o risco, sim, de que essa estimativa da Universidade de Washington se torne realidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à pergunta dos anticorpos, essa é uma dúvida muito recorrente de pessoas que acham que dá pra medir se a vacina pegou, se a vacina "deu bom", como dizem por aí. Isso, infelizmente, não é verdade. Os testes de anticorpos servem para fazer vigilância epidemiológica, para medir a prevalência da doença em uma população. Eles não dão uma boa resposta para o indivíduo, se você está protegido ou não, seja porque você já teve a doença ou porque você foi vacinado. Por quê? O que eles medem é um anticorpo, é a resposta de um tipo de anticorpo, e, como expliquei anteriormente, a gente tem várias respostas imunes além do anticorpo ou do anticorpo neutralizante.

A gente tem anticorpos que não são neutralizantes, a gente tem anticorpos que são neutralizantes e que, naqueles testes de farmácia... Aqueles, então, não servem para nada, não vão medir nada. Inclusive, aqueles testes de farmácia podem ser muito enganosos, porque a maior parte dos testes de farmácia que está no mercado vai medir anticorpos contra a proteína do nucleocapsídeo, a proteína N do vírus, não é a proteína S, que é justamente a proteína da espícula, que está presente na maior parte das vacinas. Então, serve para ver quem já teve a doença, mas se funcionar, porque esses testes têm uma taxa de erro muito grave, porque são testes rápidos, eles não servem justamente para dar nenhuma informação individual – e a pessoa ainda vai ficar confusa, achando que não tem anticorpo nenhum.

Outro fator é que existe a resposta celular, a famosa resposta de células T, de linfócitos T, que não aparece nesses testes de anticorpos, nem nos rápidos, de farmácia, e nem naqueles feitos por laboratórios especializados, que podem até quantificar os anticorpos, mas a resposta de células T não vai aparecer.

Outra coisa que não vai aparecer nesses testes são as células de memória, e nós sabemos, pelos estudos que a gente fez dessa doença durante a pandemia, que o nível de anticorpos no sangue decai rapidamente, e isso é normal, isso é observado para outras doenças também. Imagina se, para cada doença que a gente tem, cada antígeno a que a gente é exposto, a gente ficasse o tempo todo produzindo um monte de anticorpo no sangue: ia virar uma sopa, uma sopa de letrinhas! E a gente não faz isso. O que a gente faz é produção de células de memória. O nosso sistema imune produz células de memória que ficam quiescentes, ficam dormentes, e, quando estimuladas, quando o patógeno aparece de novo, aí, sim, elas acordam e começam a produzir anticorpos e a jogar esses anticorpos na circulação.

Então, o fato de a pessoa não ter anticorpos no sangue não quer dizer que ela não tenha células de memória – que estão ali prontinhas para responder se a pessoa for infectada pelo vírus ou por outro patógeno – e que essa pessoa não tem resposta celular de linfócitos T, porque isso também não aparece nos testes de anticorpos. Então, esses testes acabam confundindo a pessoa, ou para ela achar que não está protegida ou para achar que a vacina não pegou, "a vacina não serve, eu quero me vacinar de novo". E a gente não deve encorajar esse tipo de comportamento, porque realmente só serve para deixar a população confusa.

O que diz para a gente se uma vacina funciona ou não são os testes clínicos da vacina. Isto a gente já sabe: as vacinas que foram aprovadas pela Anvisa foram aprovadas justamente porque elas funcionam,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e elas funcionam na população. Então, não há necessidade de medir uma resposta individual e, quanto mais pessoas vacinadas – é a história do goleiro de novo –, a doença vai parando de circular, para de chegar bola ao gol. Então a vacinação é uma estratégia coletiva, é uma estratégia de saúde pública e não de saúde individual.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Dra. Natalia.

Agora, no sistema remoto...

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só quero registrar que, no fim do filme, o cidadão diz assim: "Eu agora vou voltar a tomar a minha ivermectina toda semana!" (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
– E essa história do goleiro já citada aqui em várias oportunidades é boa, porque nós somos 11 aqui, mas nós não entendemos muito de goleiro, nem de zaga não, nós somos atacantes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senador Renan.

Senador Tasso Jereissati, V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O Senador Tasso está no sistema remoto.

Como eu prometi, logo em seguida será o Senador Jorginho.

Senador Tasso, V. Exa.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Bom dia. Bom dia, Presidente; bom dia, Dra. Natalia; bom dia, Dr. Cláudio, Sras. Senadoras e Senadores.

Eu, aqui, pedindo a paciência do Senador Jorginho, vou tentar ser o mais breve possível.

Para os dois, Dra. Natalia e Dr. Cláudio, eu, de tudo que vi aqui, saio, fico extremamente preocupado. Queria saber se entendi direito.

Nós temos uma terceira onda – ou a terceira onda em cima da segunda onda, como quer que seja chamada –, e é evidente, está aí evidente em alguns Estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, já acontecendo, aparentemente. Ao mesmo tempo, algumas das premissas que a Dra. Natalia colocou, como a existência de uma grande promoção, comunicação intensa para educar a população sobre os riscos da pandemia e do distanciamento ou do não distanciamento social e a necessidade de uso de máscaras, não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existem, continuamente não existindo; pelo contrário, ainda ontem o próprio Presidente da República declarou que iria fazer uma recomendação ao Ministro da Saúde para que fizesse um parecer sobre a não necessidade de uso de máscaras para aqueles já vacinados e para os que já tiveram a doença, indo diretamente na contramão do que a Dra. Natalia e o Dr. Cláudio estão falando. Ao mesmo tempo, nós temos visto todas as evidências que o próprio Presidente tem feito ainda em relação à cloroquina etc., e isso já foi bem discutido, eu considero até vencida essa discussão de cloroquina – a Dra. Natalia, então, fez uma explicação muito didática do que é uma pesquisa científica e como se chega a conclusões. Existe também a tal pesquisa ou a previsão, dentro desse quadro já negativo, da Universidade de Washington de que nós vamos chegar, se não me engano, em agosto ou no final de agosto, a cerca de 700 mil óbitos.

Juntando tudo isso, nos dá – e provavelmente pra quem está assistindo aqui a esta nossa sessão – uma gigantesca preocupação sobre o nosso futuro, futuro próximo, dos próximos dois meses, ou seja, julho, agora, e agosto. Então, seriam necessárias medidas urgentes, já que nós não temos possibilidades de aumentar a vacinação – aparentemente não temos, a curto prazo, pela falta da vacina. Nós teremos necessidade de, urgentemente, eu diria, pelo que eu estou entendendo – e a Dra. Natalia e o Dr. Cláudio que me corrijam –, quase desesperadamente, para evitar mais cerca de 150 mil óbitos, dentro dessas previsões, de uma campanha de isolamento social e uso de máscaras mais enérgica e mais enfatizada ainda. E o que está acontecendo é o oposto.

O meu entendimento está correto? É essa a minha pergunta.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada, Senador.

O seu entendimento está correto. É o que a gente vem comentando aqui desde o começo: as medidas preventivas, elas precisam ser efetivamente implementadas, de preferência com uma campanha coordenada pelo Governo Federal e pelo Ministério da Saúde, para que Estados e Municípios tenham diretrizes claras de como proceder e, principalmente, para poderem proceder em conjunto.

É claro que é um grande desafio, num país com uma desigualdade social tão grande como a nossa, falar em *lockdown*, falar em isolamento social. Muitas vezes parece até hipocrisia dizer para as pessoas ficarem em casa quando elas mal têm casa onde poderiam ficar, e elas precisam sair para trabalhar e precisam pegar transporte público para pôr comida na mesa. Não é uma opção. Não é tão simples para a maior parte da população brasileira falar em *home office*, ficar em casa, ficar na frente do computador. Isso é um privilégio para poucos.

Então, o que que a gente precisa garantir? Primeiro, que esses poucos que têm esse privilégio de ficar em casa, que não precisam trabalhar todo dia, sair, pegar transporte público para pôr comida na mesa, mas que conseguem trabalhar na segurança de suas casas, fiquem nas suas casas, e não fazendo festinhas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro, a gente precisa de campanhas de conscientização das nossas classes mais privilegiadas, para que essas pessoas realmente façam sua parte, reduzindo a circulação de pessoas na comunidade, nas cidades, porque há pessoas que não têm essa escolha. Mas, infelizmente, o que a gente vê são pessoas que têm essa escolha fazendo a escolha de sair, de se expor, de ir a bares, restaurantes, festas. Então, primeiro, fazer essa campanha, realmente pesada, de conscientização, de cidadania, de solidariedade para aquelas pessoas que podem.

E, para aquelas pessoas que não podem, aquelas pessoas que não têm escolha, ampará-las, inclusive financeiramente, para que elas possam se proteger, para que elas possam ficar em casa o maior tempo possível, se expor menos, e, quando precisarem se expor, que elas tenham acesso aos equipamentos de proteção adequados, como eu falei, distribuição de máscaras PFF2 para o transporte público, para todo tipo de transporte coletivo, para que aquelas pessoas que precisam sair e trabalhar estejam minimamente protegidas, e fazer *lockdown* coordenado por região, e não uma cidade isolada aqui e outra ali, o que vai acabar servindo como um belo estudo de caso, mas não com efeito duradouro e prolongado na sociedade.

E, para coordenar isso, precisa de uma coordenação regional, de uma coordenação centralizada, e precisa, claro, de auxílio governamental, de auxílio financeiro para amparar os vulneráveis. Isso tudo, Senador, é algo que, infelizmente, nunca foi coordenado, nunca foi centralizado no Governo Federal e no Ministério da Saúde. Bem pelo contrário: não tem diretrizes claras, Estados e Municípios foram deixados à própria sorte, e, como o Cláudio falou, isso pode parecer democrático, mas, na verdade, isso é só falta de comando central e de vontade política.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Dr.
Cláudio, eu quero falar... Tudo bom?

Então, eu queria fazer uma observação muito rápida, diante novamente do que está sendo dito aqui com muita clareza: as perspectivas que nós temos pra os próximos dois meses - esperamos até estar equivocados - são dramáticas. E a atitude do Presidente da República, de ontem, por exemplo, está na direção quase de que um... Não vou dizer uma palavra que está sendo usada muito aí, porque eu acho muito forte, mas quase que de uma provocação de casos e óbitos premeditada. Quase que isso está acontecendo. E a senhora, o Dr. Cláudio e outros cientistas, a Universidade de Washington, estão prevendo isso aqui. E a atitude do Governo, na pessoa do seu Presidente, é de provocar e até tripudiar sobre essas afirmações.

Então, eu queria deixar isso, Sr. Relator, Senador Renan - não sei se está me ouvindo - registrado em seu relatório. Isto, a meu ver, é uma das coisas mais graves que nós estamos vivendo aqui neste momento: que nós pudemos antever e estamos fazendo o oposto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Dra. Natalia, Dr. Cláudio. Foi bastante esclarecedora a exposição de V. Sas. aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Muiíssimo obrigado, Senador Tasso.

Na sequência, então, Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) - Muito bem.

Quero cumprimentar o Presidente Randolfe, cumprimentar o Senador Renan, Dra. Natalia, Dr. Cláudio, Senadores aqui presentes, Humberto Costa e Luis Carlos Heinze.

Hoje está meio fraca a nossa a participação, dos Srs. Senadores, e foi dado um exemplo de tranquilidade no depoimento dos dois – tranquilidade que não teve a outra médica que esteve aqui –, com sensibilidade, com respeito ao posicionamento. Só pra registrar isso.

Eu quero fazer algumas observações. Eu tenho materiais da imprensa que mostram que tanto a Dra. Natalia quanto o Dr. Cláudio... O depoimento é muito técnico, especialista, depoimento bom. Eu não vou entrar no mérito do depoimento, mas na forma política do tratamento. Eles são, literalmente, adversários do Governo Bolsonaro. Isso está claro nas manifestações deles na imprensa. E, por exemplo, o Dr. Cláudio diz aqui no Sul21: "Médico critica omissão de dados sobre coronavírus: 'Bolsonaro esconde a verdade'", 8 de julho de 2020.

"[...] Cláudio Maierovitch, o objetivo do governo é 'esconder a verdade'."

"[...] 'O Governo Federal está empenhado em trazer confusão [...]' [...]."

A CUT e a Frente Brasil Popular promovem a *live* tal. Foi transmitida no dia 6 de abril, com o pesquisador da Fiocruz.

Então, são posições políticas. Eu não vou entrar no mérito aqui da questão técnica e científica, porque respeito o conhecimento deles.

Por exemplo, a Dra. Natalia diz aqui, no *site* Fórum, de 10 de julho: "'Retire o traseiro do nosso dinheiro e use para comprar vacinas', diz Natalia [...] a Bolsonaro". Aí a TV Cultura reeditou. Mandou o recado para o Presidente: "O dinheiro, não o traseiro. O traseiro ele usa para governar o país, e o resultado já vimos que não é bom".

No Fórum, em 10 de junho de 2021, o mesmo *site*, está aqui: "'Governo Bolsonaro tem fortes inclinações nazistas e fascistas', diz carta de judeus; leia a íntegra". Assinada pela Dra. Natalia, inclusive, com mais 200 intelectuais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não vou fazer nenhum tipo de pergunta, respeitando a explanação técnica que os senhores deram aqui, por entender que tanto um quanto o outro tem lado. E eu tenho que respeitar isso.

Eu quero aproveitar, Sr. Presidente, meu tempo aqui e quero colocar dois assuntos em que ficou dúvida na sessão de ontem. Eu quero tentar fazer com que... As pessoas que nos assistiram ontem não ficaram bem esclarecidas, e o próprio Presidente da CPI, o Senador Omar, com respeito à vacina, ao motivo de a vacina do Butantan não ter recebido recurso e de a Fiocruz ter recebido recurso. O Governo Federal não teria sinalizado ao Butantan que faria a compra da vacina deles.

Vamos ao primeiro ponto: são negócios diferentes firmados entre o Governo Federal e os institutos. No caso do Butantan, o contrato foi de compra de vacina; no da Fiocruz, foi de transferência de tecnologia. Segundo o ex-Secretário Elcio, o Butantan foi questionado se tinha a tecnologia ideal para a produção de vacina, e a resposta foi sim, que já possuía tecnologia para a produção daquela vacina. Dessa forma, para que seja efetuada a compra de vacina, a legislação exigia a aprovação da Anvisa, o que ocorreu. No caso da Fiocruz, foi diferente, a entidade não tinha tecnologia. Então, foi feito um contrato de transferência de tecnologia. Neste caso, a legislação permitia o repasse de recurso para o desenvolvimento da vacina. Estamos, portanto, diante de duas coisas diferentes.

Presidente Omar, isso aqui, então, é para esclarecer a dúvida levantada pelo senhor, o porquê de o Governo ter dado recurso para a Fiocruz, e não para o Butantan – e não para o Butantan.

Muito bem.

O segundo ponto: o Governo Federal não teria sinalizado ao Butantan que faria a compra de vacinas deles, suscitado pelo Dr. Dimas Covas? Vejamos: no dia 20/10/2020, o Brasil assina o acordo de intenção de compra com o Butantan, aquisição de 46 milhões de doses de vacina, desde que aprovada pela Anvisa. Detalhe importante: as entregas das vacinas estavam previstas para iniciarem em janeiro de 2021. Veja que interessante: foi exatamente o período em que começamos a vacinar. Nesse acordo de intenção de compra, estava definido que o Governo Federal deveria editar nova medida provisória para disponibilizar 2,6 bilhões até janeiro, efetivando a compra, o que ocorreu.

Esses pontos definitivamente explicam e colocam uma pedra em cima das narrativas de que o Governo Federal não quis comprar vacinas do Butantan, de que o Governo Federal cancelou a intenção de compra, de que o Governo Federal não sinalizou ao Butantan que compraria vacina. Sinalizou que compraria vacina sim, desde que fosse aprovada pela Anvisa.

Outra questão, a suposta fala do Presidente dizendo que não compraria nenhuma vacina inclusive, mas se fosse chinesa... Nesse ponto, reside uma questão interessante: o vídeo usado rotineiramente nesta Comissão é cortado justamente na parte em que o Presidente justifica a sua fala. Por que será que é cortado e editado? Seria por que cairia por terra toda a narrativa que está sendo construída? Na fala em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão, o Presidente diz que será cancelada qualquer compra de vacina que não tiver aprovação da Anvisa.

Vamos ver o vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Isso foi a entrevista dada, a mesma entrevista, que foi dada e foi transmitida pela CNN.

Então, senhores e senhoras, eu quero agradecer a participação. Isso nos ajuda a restabelecer o que nós estamos tentando construir aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senador Jorginho.

Só um rápido reparo, Senador Jorginho, se V. Exa. me permite. A única exceção do Presidente da República foi para a Covaxin, da Precisa, porque essa não teve autorização da Anvisa, e ele fez contato com o Primeiro-Ministro...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esse é outro acordo que ele tinha prazo internacional para entrar. Não vamos entrar nessa discussão, Senador, porque não... Hoje está muito bem... Está muito calma a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Só que não tinha acordo, era a mais cara.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Era um acordo internacional que o Brasil estava participando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, não, o senhor está confundindo. Essa daí...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tinha prazo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– ... é a Covaxin...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E tinha prazo para entrar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não estou falando...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu estou falando de um vídeo que foi editado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Senador Jorginho, só uma rápida retificação. O senhor está confundindo a Covax Facility, que era um acordo internacional, com a Covaxin, Bharat Biotech, que tem um laboratório aqui no Brasil chamado Precisa, que tem a vacina mais cara de todas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Estou falando... Estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E que teve um contrato firmado antes da autorização da Anvisa...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso é outra coisa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de 1 bilhão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso é outra coisa!

Eu estou tratando de um vídeo editado e cortado para que... Quando o Presidente disse que não vai comprar vacina nenhuma, cortam e editam ali. É só isso que estou falando!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Senador Jorginho. Eu quero agradecer a V. Exa., o senhor colocou o vídeo todo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É só... Não, não, não, mas é...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O vídeo todo está certo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É a entrevista do vídeo todo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, mas está certo. Ele disse lá o seguinte: "Só pode cloroquina, não pode vacina".

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não, ele não falou isso!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Ele falou!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Ele não falou isso!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Ele falou!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - É o senhor que está falando. Não falou isso!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Falou, mas é o seguinte, é que tem uma preferência do Presidente da República pela Bharat Biotech, Precisa. Esta CPI esclarecerá essa preferência, sem autorização da Anvisa, pela Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - O atravessador ganhou 500 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Mas a CPI esclarecerá. Deve ser uma predileção.

Dra. Natalia, Dr. Cláudio, por favor.

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Posso começar, Cláudio? (*Pausa.*)

Obrigada, Senador, pelas perguntas...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Eu até não gostaria de tomar o tempo deles, eu não gostaria de saber a opinião deles, porque eu já sei que é contrária ao Governo. Então, eu respeito tecnicamente, já frisei isso e respeitosamente eu gostaria de não ter... E de dar o tempo aos outros Senadores que querem perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, perfeitamente, mas é o direito de ambos...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Direito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- ... fazerem alguma consideração, a partir da consideração de V. Exa.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) - Senador, eu acho que a questão que o senhor trouxe é extremamente pertinente e deve ser uma observação que já foi feita por outras pessoas além do senhor. Então, eu agradeço a colocação que nos dá oportunidade, a mim e a Cláudio, pra que a gente se coloque.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o posicionamento político do cientista, não é uma questão de ser adversário do Governo. Inclusive, políticas públicas são o tema central do meu trabalho com o Instituto Questão de Ciência, que é a ONG que eu presido – políticas públicas baseadas em evidências científicas. E, quando as políticas públicas não são baseadas em ciência, principalmente políticas públicas de saúde, eu preciso me manifestar – assim diz o meu estatuto. E assim também todo cientista brasileiro que percebe que, quando a ciência é distorcida para promover curas milagrosas e a ciência é ignorada no que ela pretende para controle da pandemia, nas medidas que são aprovadas pela ciência, então, é obrigação do cientista se manifestar, porque é o cientista que pode esclarecer essas questões para a população, para gestores. E não é uma questão de ser adversário do Governo. O meu instituto, por exemplo, nunca se posicionou politicamente em questões que não são pertinentes à ciência. O senhor certamente nunca me ouviu falar sobre a privatização dos Correios ou a reforma da previdência, porque eu não teria por que falar desses assuntos, mas, quando a ciência é distorcida pra embasar políticas públicas erradas, os cientistas precisam, sim, se posicionar. Então, não é uma questão pessoal com Jair Bolsonaro, é uma questão com a política pública deste Governo que está sendo promovida pelo Presidente da República, pela pessoa que ocupa este cargo, e que tem uma responsabilidade, porque pediu para estar lá e precisa, então, se responsabilizar pela mensagem que passa para a população.

Em relação ao manifesto de intelectuais e cientistas judeus que eu assinei, eu sou membro do Conselho do Instituto Brasil-Israel, e esse instituto foi que encaminhou esse manifesto. O manifesto fala por si: é simplesmente um manifesto de judeus que estão preocupados com um governo autoritário. Nós judeus já passamos por isso antes, e a nossa meta como judeus e como filhos e netos do holocausto é nunca esquecer, pra que governos autoritários nunca possam colocar em risco a saúde e a vida de suas populações. Então, faz parte da minha missão como cidadã e como judia participar desse tipo de manifesto. E eu não acho que eu tenha que me justificar perante esta Casa do porquê eu fiz isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agressão. Agressão ao Presidente a senhora fez. A senhora não fez uma manifestação. Então, eu...

E vamos economizar, que fica melhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom, a primeira consideração preliminar, eu nunca escondi minhas posições políticas. De fato, o Senador trouxe aqui algumas... Nem sempre o título da matéria reflete o que a gente falou, isso é natural, mas, de fato, nunca escondi minhas posições políticas. Não votei neste Presidente, isso não é segredo pra ninguém, mas trato de um outro jeito em relação ao tema aqui, quer dizer, a minha área... Eu não... Eu tenho sido chamado de cientista, eu sempre fico um pouco assim... Eu não sei se eu me vejo como cientista. Eu sou, no Governo, de uma carreira de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialista em políticas públicas e gestão governamental, e a minha grande preocupação é sobre a gestão desta crise.

Eu mencionei antes que tem inexistido o planejamento em relação a esta crise. E, quando a gente fala de vacinas, quando a gente fala de desenvolvimento tecnológico, o planejamento é uma dimensão absolutamente essencial, especialmente quando há tanto desconhecimento e incerteza. Então, acho compreensível que haja dificuldade em planejar num ambiente de tanta incerteza. Isso exige uma qualificação, um profissionalismo dos planejadores, dos gestores, que não se encontra em qualquer lugar, especialmente quando se pensa na necessidade de investir para uma vacina que ainda não está pronta, por exemplo. E aí eu não estou falando do Butantan; estou falando do momento inicial desta crise, em que havia necessidade de fazer apostas em vacinas que poderiam dar ou não certo. Isso exige um conhecimento muito relevante.

Isso teria justificado a criação de um grupo especializado nisso, teria justificado a presença do grande ausente desta crise, que foi o Ministério da Saúde. Toda condução que foi mencionada de uma parceria público-privada de um processo de transferência de tecnologia foi um aprendizado que o Ministério da Saúde teve ao longo de muitos anos. Eu testemunhei uma parte desse desenvolvimento, cheguei a trabalhar na Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do ministério durante esse período. Então, era possível ter um grupo com conhecimento, com experiência, tratando disso. Era possível ter a presença do Ministério da Saúde fazendo a prospecção das vacinas e avaliando as necessidades de cada instituição, inclusive, para fazer os seus acordos. O que nós vimos foi que os institutos públicos ficaram solitários nessa missão. Eles não tiveram respaldo do ponto de vista político, econômico, técnico e diplomático do Governo para fazer esses acordos. No caso da vacina AstraZeneca/Oxford, este apoio veio um pouco mais tarde, ele acabou vindo; no caso do Butantan, aparentemente, esse acordo só veio quando a vacina estava às vésperas de ser aprovada; e, em outros casos em que poderia ter sido possível algum tipo de acordo, não houve iniciativa nesse sentido.

Então, mais uma vez, faltou um plano, faltou organização, faltou coordenação, faltou profissionalismo no trato com uma crise desta dimensão. Então, ficou nas mãos do Presidente da República uma decisão, um discurso e uma organização que ele não estava preparado para fazer. Acho que teve a grande figura ausente que era o Ministério da Saúde, um ministério preparado para enfrentar uma crise deste tamanho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, como é que está a inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Cláudio.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero só agradecer, Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois não, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - ... dentro do meu tempo. É só agradecer o discurso ideológico e cumprimentar a qualificação dos dois. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Muitíssimo obrigado, Senador Jorginho.

Respondendo aqui ao Senador Rogério, a Senadora Kátia Abreu será a próxima agora, no sistema remoto; Senador Marcos Rogério; Senador Luis Carlos Heinze; Senador Girão, no sistema remoto; Senador Rogério Carvalho, aqui presencial; em seguida o Senador Kajuru.

Senadora Kátia Abreu, no sistema remoto, V. Exa. está com a palavra. (*Pausa.*)

Senadora Kátia? (*Pausa.*)

Temos conexão com a Senadora Kátia? (*Pausa.*)

Senadora Kátia, V. Exa. tem que liberar o áudio.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) - Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Agora sim, Senadora, alto e claro. Fique à vontade.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) - Quero cumprimentar o Professor Dr. Cláudio e especialmente a Dra. Natalia Pasternak. É um orgulho para nós mulheres. Eu adoro a ciência, sou uma admiradora. Não sou uma cientista nem uma grande intelectual, mas eu sei tirar o chapéu para quem estuda, para quem busca conhecimento e, principalmente, para quem está disposto a distribuir conhecimento, a democratizar o conhecimento. A senhora tem o meu respeito pela sua valentia e coragem. A senhora nunca abaixou a cabeça para defender os seus ideais, aquilo que senhora acredita, aquilo que a senhora estudou. Estou reforçando mais a Dra. Natalia não é para, em hipótese alguma, diminuir o Professor Cláudio, mas é que eu a conheço mais de perto - das entrevistas, das participações, não a conheço pessoalmente. Eu tenho de tirar o chapéu pela sua coragem em enfrentar. A senhora poderia ficar calada, silenciosa, como tantos cientistas por aí que têm vontade de falar e não se sentem estimulados. Pois eu acredito que as mudanças vêm pela voz, as mudanças vêm pelo coração, e a gente só expõe o que o coração sente e o nosso intelecto, depois de estudar tanto, através das palavras. Então, a senhora não pode silenciar.

Esse fato, essa acusação de que a senhora é contra o Governo... E me desculpe o Senador Jorginho, meu queridíssimo amigo, nós somos parceiros em tantas lutas no Senado Federal, mas não é justo fazer isso com a ciência, não é justo fazer isso com quem grita por nós. Ela poderia ter ficado silenciosa. Se ela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e outros ficassem silenciosos, quantos mais milhares de brasileiros poderiam ter morrido? Se nós, colegas Senadores, tivéssemos nos silenciado, quantos mais deveriam ter morrido? E se a imprensa tivesse silenciado? Então, é um conjunto de pessoas com espírito público que não tem nada de pessoal.

Eu acabei de contabilizar, colegas, em quantas matérias, como Senadora, eu votei a favor do Governo, matérias enviadas pelo Governo através de medida provisória. Eu votei 100% – não foram 90%, não, foram 100%. Por quê? Porque as matérias enviadas eram boas para o Brasil. Eu julguei que eram boas. Bolsonaro nunca me ligou pedindo um voto numa medida provisória. Com relação à pandemia, eu sou totalmente o contrário. Então, de que lado eu sou? Eu sou Bolsonaro ou eu sou oposição ao Bolsonaro? Estou querendo fazer esse comparativo para defender e proteger a Dra. Natalia. De que lado eu sou? Eu gostaria, então, que alguém me dissesse se eu sou Bolsonaro ou se eu sou contra o Bolsonaro. Votei 100%, fora as outras matérias de interesse do Governo, projetos de lei, como a independência do Banco Central, como os depósitos voluntários, como a mudança do câmbio, como o decreto dando limite imensurável para o Governo gastar na pandemia com confiança total. Votei em tudo a favor, mas, na pandemia, Senador, faça-me o favor! Nós não temos como mais...

Eu estou assistindo aqui desde cedo, emocionada, indignada, triste e, com toda franqueza, com vontade de chorar – e olhem que eu não sou mole –, vontade de chorar ao ver as perspectivas de, nos próximos dois meses, morrer mais 150 mil pessoas!

Quando eu me alterei um pouco na sessão de ontem, falei um pouco mais alto e mais forte, é porque eu não sei mais o que responder para as pessoas. As pessoas ligam perguntando: "E as vacinas, vocês estão arrumando vacina para nós? E aí? Em que dia vai parar de morrer gente? O que nós vamos fazer?". Nós não temos mais respostas, nós não temos mais resposta para dar! Nós não podemos inventar respostas. Cadê a vacina dos professores? Nós precisamos voltar os alunos para a escola.

Eu quero aqui propor a vinda de um técnico especializado do Banco Mundial, porque fizeram uma pesquisa fantástica demonstrando o empobrecimento das nações, especialmente América Latina e Brasil, em consequência da falta de aulas. É alguma coisa de te deixar desesperado. Esta CPI tem que investigar, sim, os prejuízos econômicos atuais e futuros que o Brasil terá em consequência das inconsequências praticadas no combate à pandemia.

Eu vou fazer três perguntas objetivas, por favor, para os nossos convidados.

Número um, Dra. Natalia: me diga de onde saiu a receita inicial da cloroquina e ivermectina? Em que mês foi isso? De onde saiu? Essa recomendação foi de algum lugar; eu gostaria de saber o mês e de onde foi. Por quê? Conjecturas eu sei que são importantes, e tentativas são importantes. A partir desse dia, doutora, em que dia ficou constatado pela comunidade científica internacional que cloroquina e ivermectina não eram mais a solução? Em que mês foi isso, mais ou menos, para que a gente tenha uma ideia de onde saiu, em que dia foi extinta, para nós vermos o período que ainda se insiste com uma coisa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vencida? A população brasileira tem que ver. Sugeriu no início? Sugeriu, foi sugerido, sim. Até eu tomei isso, aquilo... Tudo bem. Depois disse: "Não, não tome mais, porque isso não vale, não adianta e ainda faz mal", para a gente ver o período em que ainda se insiste em receitar cloroquina e ivermectina, porque a população tem que saber sobre isso.

A segunda pergunta: imunização de rebanho. Por favor, professores doutores, expliquem para nós o que é imunização de rebanho, porque rebanho a gente conhece muito, é gado, é boi, é vaca, mas existe essa expressão, eu sei que existe. Então, é importante a população entender o que é imunização de rebanho e se ela, em algum momento da ciência, é importante, se ela é usual em algumas circunstâncias e em outras não. Essa é a segunda pergunta.

A terceira é a seguinte: se nós tivéssemos seguido todos os protocolos adequadamente, se tivéssemos comprado vacinas na hora certa, se nós tivéssemos insistido com as medidas sanitárias, com campanhas fortes, com exemplo das lideranças políticas usando máscara, promovendo distanciamento, organizando as feiras, os negócios, o *lockdown*, o *lockdown* parcial, se nós tivéssemos feito minimamente o dever de casa, ao invés de 482 mil pessoas, nós poderíamos ter evitado a morte de quantos? Respeito se não tiver essa resposta. Eu gostaria de saber se existe uma previsão da irresponsabilidade, uma previsão do que os irresponsáveis fizeram com o País, de quantas vidas tiraram, quantas pessoas adoecidas, quanto de dinheiro público gasto. Nós temos que fazer essa conta completa. Nós precisamos mostrar isto ao Brasil: vidas tiradas, saúde de pessoas aniquilada e dinheiro público torrado à vontade para acudir a desgraça e a irresponsabilidade. Quanto poderíamos ter evitado nesse período?

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente. E agradeço a todos os colegas pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- MUITÍSSIMO obrigado, Senadora Kátia.

Dra. Natalia? Dr. Cláudio?

Dra. Natalia, por favor.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Posso começar.

Muito obrigada, Senadora, e obrigada principalmente pelas palavras de carinho e de estímulo.

Senadora, o *hype* da cloroquina começou em março do ano passado, com a publicação daquele primeiro *paper*, aquele primeiro artigo que eu mostrei na minha apresentação, o artigo feito por um grupo da China que mostrava atividade *in vitro*, em tubo de ensaio, e, em seguida, uma publicação do famoso *paper* de Marselha, que foi feito pelo grupo do Professor Didier Raoult, e que foi um *paper* extremamente criticado, um artigo científico extremamente criticado pela comunidade científica por ser carregado de falhas metodológicas e suspeita de fraude. Então, é um artigo que, pra comunidade científica, ele não tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

validade, mas, infelizmente, ele causou um clamor popular muito grande e que daí deu início ao que a gente chama de *hype* da cloroquina.

Em junho e julho de 2020, a gente já tinha respostas suficientes de outros ensaios que foram feitos pra testar a cloroquina e que já mostravam que ela não tinha plausibilidade biológica pra funcionar e que não, efetivamente, funcionava em diversos estudos clínicos. Naquele tempo, inclusive, em junho de 2020, eu publiquei, com diversos colegas médicos, uma nota técnica, que está no meu *site* do Instituto Questão de Ciência, mas eu trouxe aqui impressa também, pra deixar com o Presidente da Comissão. Nessa nota técnica, já no meio do ano passado, nós já indicávamos – ela foi assinada por mim e por um grupo de médicos com experiência em testes clínicos, inclusive –, essa nota já indicava vários trabalhos – nós fizemos a compilação de vários trabalhos, várias publicações que já existiam naquela época sobre a cloroquina – mostrando que não era um medicamento adequado pra Covid-19. Então, nós temos informações suficientes desde meados de 2020 pra não indicar a cloroquina como um tratamento médico.

A ivermectina, eu vou pedir pra minha equipe me enviar os dados exatos de datas, porque esses eu não tenho aqui de memória, mas a ivermectina também veio de um ensaio *in vitro* que foi conduzido pela Universidade Monash, na Austrália, e que também mostrava uma suposta ação antiviral em tubo de ensaio, numa concentração que seria muito alta se fosse transposta para as células humanas. Então, seria uma concentração muito tóxica. Infelizmente, isso também deu origem a um *hype*, onde se propagou uma noção popular de que existia um medicamento promissor pra Covid-19, e daí, principalmente aqui no Brasil, isso acabou ganhando muito corpo e o remédio ficou bastante difundido na nossa sociedade.

Sobre a questão da imunização de rebanho, Senadora, a imunização...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Só um minutinho, doutora. Então, essa decisão, essa consciência científica, ela foi nacional e internacional, de que a cloroquina e a ivermectina, desde por volta de junho, julho do ano passado, não eram mais eficazes para o tratamento de Covid, é isso? Nacional e internacional.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Sim, nós tivemos vários países, inclusive, além do Brasil, que estavam usando, experimentando com a cloroquina, mas que, em meados do ano passado, já cancelaram os seus protocolos, diferentemente do que aconteceu aqui, porque perceberam, pela quantidade de publicações que já existiam sobre esse medicamento, que não fazia sentido.

Eu estou deixando aqui, com o Presidente, a nota técnica que foi redigida por mim e por um grupo de médicos, a maior parte deles da Fiocruz, sobre o uso da cloroquina. Isso foi publicado, Senador, em junho do ano passado, e está também publicado no *site* do Instituto Questão de Ciência, pra quem quiser baixar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Muito obrigado, Dra. Natalia.

Eu quero determinar à Secretaria que providencie cópias para o Sr. Relator e também para os demais membros desta CPI que se interessaram.

A SRA. NATALIA PASTERNAK - E sobre a imunidade de rebanho, Senadora, é um termo vacinal. Imunidade de rebanho é algo que a gente alcança com campanhas de vacinação, e não deixando todo mundo pegar a doença pra ver o que vai dar. Isso a gente nunca fez historicamente.

A gente não controlou doenças, como a varíola, por exemplo, deixando todo mundo ficar doente, pra ver o que ia dar. E a varíola esteve com a gente durante milhares de anos. Mas por que ela nunca foi embora? Por que ela só foi embora com vacina? Porque, efetivamente, imunidade de rebanho, ou seja, fazer a doença parar de circular - e, no caso da varíola, ela parou de circular a tal ponto que ela sumiu, ela realmente foi erradicada -, isso só se consegue com vacina. No caso da varíola, foi uma campanha de vacinação global, maciça, encabeçada pela Organização Mundial de Saúde, que durou dez anos. E daí, sim, a gente conseguiu erradicar até hoje a única doença que foi realmente erradicada do planeta. Outras doenças foram controladas, como a pólio, mas não erradicadas, e isso também com campanhas de vacinação.

Essa imunidade de rebanho, de deixar todo mundo ficar doente, ela não funciona, ela não é consistente, ela não é estável. A gente sempre vai ver novos surtos, novos picos. A gente pode até ter um controle temporário e muito localizado, mas ele não vai durar. Então, não é uma estratégia efetiva. Imunidade de rebanho é algo que a gente só consegue com vacina, e não simplesmente deixando as pessoas ficarem doentes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Obrigado, Senadora.

Eu vou comentar...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) - Por favor... Ah, desculpa! Desculpa! Pensei que já tinha encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, por favor, Senadora Kátia. Eu ia passar pra...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) - Eu queria ver as mortes evitadas, as mortes que poderiam ter sido evitadas se o dever de casa tivesse sido feito a contento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) - Obrigado, Senadora.

Primeiro um comentário em relação à imunidade de rebanho. Eu vou me permitir aqui traduzir um pouco em miúdos o significado da origem dessa expressão. Como o próprio nome já diz, é algo apreendido da própria veterinária, em que, se vacinando uma parte da criação, uma parte importante da criação contra uma determinada doença transmissível entre os animais, mesmo aqueles que não foram vacinados ficam protegidos, porque esse agente infeccioso não consegue circular o suficiente pra chegar até aqueles que não foram vacinados, a probabilidade de chegar naqueles é muito pequena.

Então, o raciocínio que se faz: bom, na medida em que muita gente tiver a doença, tanta gente estará protegida, estará com imunidade, que a probabilidade de alguém que tenha o vírus ter contato com alguém que não tenha imunidade é tão pequena que a doença acaba. No entanto, para o caso da Covid, só é possível atingir essa imunidade com vacinação. O cenário de que se atinja esse tipo de imunidade pelo rumo natural da doença implica uma quantidade tão grande de doentes e de mortos que não seria sequer eticamente aceitável alguma proposta desse tipo e, mesmo assim, sabendo-se que o vírus continuaria circulando em alguma dimensão e causando novos surtos, novas mortes, novas internações esporadicamente - é o que a história nos tem mostrado. Então, para que nós atinjamos aquilo que a gente tem usado na saúde pública como a transposição desse termo da imunidade coletiva, ou imunidade populacional, nós precisamos de vacinação, e vacinação em larga escala.

Em relação ao número de mortes que poderiam ter sido evitadas, é muito difícil falar em números. A gente tem um mínimo do que poderia ter sido evitado, o cálculo feito pelos epidemiologistas da Universidade Federal de Pelotas de que, caso tivessem sido fechados acordos mais precocemente, mais tempestivamente, com o Instituto Butantan e com a empresa Pfizer, nós teríamos evitado algo em torno de 80 a 90 mil mortes no País, sem nenhum outro tipo de ação. Certamente, se nós tivéssemos tido alguns períodos de confinamento, uma boa campanha de comunicação, medidas no campo da economia e no campo social adotadas tempestivamente de forma coordenada, nós teríamos um número de mortes muito menor. Não sei se alguém já fez essa estimativa de uma forma científica, mas, se a gente fosse pensar em grandes números em ordem de grandeza, é possível estimar que nós tivéssemos metade dessas mortes evitáveis.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Dr. Cláudio.

Senadora Kátia, satisfeita?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Impactada, muito impactada.

Uma última pergunta, se me permite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Pois não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O que aconteceu de pior de 2020 para 2021? Em 2020 morreram 195 mil brasileiros. Em 2021 – nós estamos no meio do ano –, morreram 288 mil brasileiros. Com a previsão de mais 150, ou vamos colocar só mais 100 para não dizer que estamos exagerando, que nós somos contra Bolsonaro, mais 100: então, mais quase 400 mil pessoas em 2021. Então, arredonda-se para 200 no ano passado e, agora, quase 400 este ano, só até daqui a dois meses. O que foi feito de errado, de pior, para terem dobrado as mortes do ano passado para cá? Onde erramos? Por que menos mortes no ano passado? Ou melhor, onde acertamos no ano passado? De qualquer jeito, eu queria saber o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senadora.

Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Senadora, do ano passado pra cá, teve diversas mudanças de comportamento das pessoas e do vírus que contribuíram pra esse aumento em 2021.

Então, se a gente olhar, durante o ano passado, primeiro a gente tem uma pandemia que começa de uma maneira lenta, porque começa se espalhando pelo mundo, e vai atingindo, de maneira diferente e em tempos diferentes, os diversos países e regiões, até que ela se espalha de uma maneira mais homogênea, e daí o estrago é muito maior. Então, primeiro teve um crescimento gradual em 2020, até que ela se estabilizou, então, quando chega 2021, já estava tudo dominado, por assim dizer.

E outra coisa que acontece é que, com a pandemia correndo descontrolada em vários países, a gente tem o surgimento de novas variantes do vírus. E isso é normal, isso faz parte da evolução do vírus, da fisiologia dele: o vírus vai se adaptando melhor a nós, ao hospedeiro, com o tempo. E essas adaptações surgem com mutações bastante específicas, que vão sendo selecionadas, porque elas trazem vantagem para o vírus. Ele se torna mais eficiente em nos infectar. E tem geralmente dois tipos de mutação que dão muita vantagem para o vírus.

Uma dá mais afinidade pelo nosso receptor celular. Então, é como se o vírus... Naquele esquema de chave e fechadura, em que ele tem a chave que abre a fechadura da célula, quando ele faz o primeiro pulo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do reservatório animal para humano, essa chave abre mais ou menos, mas abriu, entrou, e o vírus consegue, então, infectar a nossa célula. Mas ainda tem lugar pra ele melhorar, dá pra ele melhorar essa chave, dá para ele rodar melhor essa chave ali. Então, tem espaço pra mutações que podem trazer vantagem para o vírus, se ele conseguir fazer um encaixe melhor. E é isso que ele faz com o tempo, mas, pra essas mutações acontecerem, a gente precisa de tempo e de multiplicação viral. A gente teve os dois: a gente teve tempo e a gente teve locais no mundo onde a multiplicação viral tendeu ao infinito, porque a pandemia correu muito descontrolada. Então, a gente teve situações ideais pra dar tempo de o vírus se adaptar.

Outra mutação que também acaba sendo muito vantajosa para o vírus é se ele escapa do nosso sistema imune, se ele escapa das nossas defesas, sejam essas defesas geradas por uma infecção prévia ou por vacinas. Se ele consegue escapar, ele está na vantagem.

Então, esses dois tipos de mutação são os tipos que mais apareceram nas famosas variantes do vírus que estão aí circulando pelo mundo e que tornam o vírus mais eficiente. Se ele é mais eficiente, ele é mais contagioso, ele vai chegar a mais pessoas, então ele se espalha mais rapidamente; se ele tem um ligeiro escape de sistema imune, ele também se espalha mais rapidamente.

Outra coisa que mudou, infelizmente, é que o controle dessa pandemia depende do comportamento de pessoas, porque ela passa de pessoa pra pessoa. E, infelizmente, em 2021, a gente teve momentos de uma adesão às medidas restritivas muito menor do que alguns momentos em 2020. Então, isso também se reflete na propagação da doença, porque, se as pessoas estão – e é até compreensível – exaustas, cansadas, frustradas, elas vão aderindo menos às medidas de prevenção – e, se elas estão iludidas, achando que têm curas milagrosas, menos ainda. Então, a gente acaba tendo uma maior circulação do vírus.

Essa circulação motivada pelo comportamento de pessoas, por estarem desinformadas ou por acreditarem em curas milagrosas... Junta-se a isso, então, a própria evolução do vírus com o surgimento de variantes que também são mais contagiosas e mais eficientes em nos infectar e a gente tem um cenário onde o que era ruim ficou pior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Antes, Dr. Cláudio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
– Bernadete Moreira pergunta-me pelas redes sociais se dava para colher, aproveitando as honrosas presenças de V. Sas. aqui nesta Comissão, as suas impressões sobre o fato de o Brasil sediar a Copa América depois das veementes recusas do Chile, do Equador e da própria Argentina. O que V. Sas. acham disso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Eu só queria fazer um comentário breve em relação à explanação da Natalia.

Isso que aconteceu no mundo inteiro aconteceu com cores mais vibrantes no Brasil. Vamos nos lembrar, em relação ao primeiro movimento: quando a epidemia entrou no Brasil, ela entrou por algumas capitais, principalmente aquelas que têm mais conexão internacional – São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Manaus –, e foi se espalhando aos poucos para o interior. Naquele momento, meados do primeiro semestre do ano passado, ainda houve atitudes de alguns Governadores e alguns Prefeitos de fazer restrição à movimentação de pessoas, ao funcionamento de diversas atividades, e aquilo funcionou, aquilo segurou um pouco. Quando nós tivemos, no fim do ano, uma flexibilização ainda maior, a epidemia já estava espalhada pelo Território nacional inteiro, é como se ela já estivesse semeada em toda parte, e aí foi só bater a chuva que nasceu em toda parte. Então, isso explica em grande parte essa intensidade no início deste ano.

Além disso, as medidas que foram, ainda que precariamente, adotadas ano passado não foram adotadas este ano. E vamos olhar para a cronologia: nós tivemos um auxílio emergencial que durou até dezembro do ano passado, e nós ficamos quatro meses sem auxílio nenhum. Não acredito que seja apenas coincidência que tenha sido justamente nesse período que houve o maior crescimento da transmissão e do número de mortes.

Em relação à Copa América, acredito que ninguém da área de saúde pública, ninguém em sã consciência se colocasse a defender a realização de qualquer atividade que reúne gente numa situação cataclísmica como a que nós vivemos, do ponto de vista da transmissão. Outros dois países se negaram, por razões diferentes até, talvez por mais bom senso, e não estão em situação pior do que a nossa. Quer dizer, é uma coisa... Beira a insanidade que um país que hoje tem sido aquele que ostenta o maior número de mortes diárias por uma doença, por uma grande epidemia, traga para si eventos que reúnem pessoas, que reúnem pessoas de origens diferentes, sabendo que não é possível conter completamente a transmissão. Então, me parece uma atitude insana.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Por favor.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, se puder só fazer um adendo... Porque eu recebi uma mensagem do Professor Pedro Hallal aqui, pedindo que eu desse os dados que ele publicou na *Lancet*, de que três de cada quatro mortes teriam sido evitadas se o Brasil estivesse na média mundial de controle da pandemia. Ou seja, quando atingirmos 500 mil mortes, isso quer dizer que 375 mil mortes poderiam ter sido evitadas com melhor controle da pandemia. Esses dados são do Professor Pedro Hallal. Ele pediu que eu compartilhasse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Dra. Natalia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Presidente, por último agora, pra encerrar, eu pergunto aos dois: imaginem que, nesse momento, no dia 11 de junho, vocês recebessem do Presidente da República o poder de mando pra resolver o problema da pandemia nos próximos 30 dias. O que vocês recomendariam aos Governadores, aos Prefeitos, ao próprio Governo Federal? O que seria efetivo, objetivamente? Eu sei que não é assim: "Isso, mais isso, mais aquilo"; é um conjunto. Mas vocês teriam esses 30 dias pra agir. Qual seria a prioridade de vocês pra ajudar a conter essas 150 mil mortes que poderiam vir nos próximos 60 dias? Liberdade total do Governo e do Congresso. O que fariam, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Kátia.

Eu peço à Dra. Natalia e ao Dr. Cláudio também só pra procurarem objetivar a resposta, pra gente poder prosseguir com os próximos colegas Senadores.

Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Bom, neste cenário idílico, em que fosse dado às pessoas, aos cientistas, às pessoas do ramo pra tomar decisões... Eu vou resumir em apenas três aqui – certamente haveria uma infinidade delas. A primeira seria *lockdown*, interrupção por três semanas de todas as atividades que não são consideradas absolutamente essenciais pra manutenção da vida das pessoas, seguida de rotinas de rastreamento, testagem e isolamento. A segunda, obviamente: a vacinação, a busca de mais opções de vacinas, de forma rápida, pra atingir as pessoas, já que velocidade é um componente muito importante da resposta à epidemia. E a terceira: comunicação, quer dizer, campanhas intensas tratando de quais são os comportamentos seguros pra as pessoas, quais são as atividades seguras e de que forma se prevenir. De maneira bem sucinta, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Cláudio.

Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – O Cláudio já disse tudo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Obrigado, Senadora Kátia.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) - Obrigada, Presidente. Obrigada aos nossos convidados pelos esclarecimentos maravilhosos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Nós que agradecemos, Senadora Kátia, por sua audiência e por sua intervenção.

Então, na sequência, como a dinâmica desta Presidência é alternar entre um presencial e um remoto - Senador Marcos Rogério está no remoto -, então passaremos ao Senador Luis Carlos Heinze, que está aqui presencialmente. Em seguida, ao Senador Marcos Rogério; e, em seguida, ao Rogério Carvalho, que está aqui presencialmente.

Senador Heinze, fique à vontade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.)
- Sr. Presidente, Sr. Relator, Dra. Natalia, Dr. Cláudio, prazer. Colegas Senadoras, Senadores... Presentes tem poucos aqui, mas alguém está no sistema remoto...

Só fazer, primeiro, uma colocação: o Dr. Cláudio fala que o Governo não fez nada. Infelizmente a nossa mídia mostra pouco.

Aqui, BBC de Londres, 20 de maio: paradoxo, Brasil, na América Latina, onde baixou a pobreza, Panamá e Brasil - BBC de Londres, 20 de maio.

Aqui está o *Wall Street Journal* também - isso aqui agora, de 2 de junho -, onde também fala que o Brasil está voltando a crescer depois da pandemia.

Alguma coisa foi feita, não foi por conta.

Então, esses são... É só para responder ao que o senhor falou.

Foi colocado aqui também que não fez nada. Nunca se liberou tanto dinheiro para a saúde como liberou em 2020 e continua liberando em 2021. No ano passado, para os Estados brasileiros e Municípios, foram R\$175 bilhões. E, mesmo assim, se vê a farra do dinheiro. Respiradores, nesse Consórcio Nordeste, foram comprados de uma indústria da maconha. O Senador Girão insiste nesse assunto e deve falar desse tema. Da mesma forma, acho que em Manaus ou não sei onde, alguém que vende vinho está vendendo respirador. Aí é muito complicado. Mas dinheiro houve e foi repassado a Estados e Municípios e também aos próprios hospitais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou repetir um fato que já venho dizendo: os hospitais filantrópicos têm quase 30 mil leitos de UTI, já renovados aqueles valores que o ministério paga. São R\$1,6 mil por dia e quase 30 mil leitos. No meu Estado, triplicaram os leitos de março do ano passado até março deste ano. No Brasil, quase dobraram os leitos de UTI Covid. Então, esse é o ponto.

O Dr. Cláudio é da Fiocruz, uma instituição importante para o Brasil e para o mundo.

Eu fiz... Outro dia, falando para o Dr. Dimas... O Butantan recebe este ano do Governo Bolsonaro, que se está criticando aqui, mais de R\$8 bilhões; a Fiocruz, R\$7,5 bilhões. Inclusive, o Complexo Santa Cruz... Essa compra da vacina, no acerto feito na semana passada, entre Ministério da Saúde, Fiocruz e AstraZeneca, vai possibilitar, acho, o Complexo Santa Cruz, que é muito importante.

Então, fica ruim falar de um parceiro dessa monta, a crítica que é feita pela Fiocruz, a crítica que é feita pelo Butantan ao Governo. Essa é a minha colocação.

A Senadora Kátia fez uma colocação ali das mortes. Dra. Natalia, só vou fazer uma colocação aqui: os Estados Unidos praticamente vacinaram toda a população, Senador Renan... Preste atenção! Vacinaram toda a população. Na data de ontem, eram 598 mil mortes nos Estados Unidos, com toda a população vacinada. No Brasil, são 476 mil. Hoje são quatrocentos e... É um pouquinho mais. Então, também não é a questão da vacinação. Aqui tem uma informação. São dados públicos nesse processo.

Dra. Natalia, a senhora considera tecnicamente correto afirmar que a ciência comprova a ineficácia da droga ivermectina quando temos cinco metanálises favoráveis, sendo duas já publicadas, uma em maio, pelo Dr. Pierre Kory, e a outra agora em 6 de junho, pelo Dr. Timotheus, tendo um *preprint* da Dra. Tess Lawrie, uma das maiores especialistas do mundo em Medicina Baseada em Evidências, e do Dr. Andrew Hill? E há uma recente, do Dr. Karale, da famosa clínica Mayo dos Estados Unidos. A senhora saberia nos dizer se a metanálise do Dr. Kory fez com que o NIH norte-americano, desde janeiro de 2021, passasse a permitir o uso de ivermectina *off-label* nos Estados Unidos?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Por favor, Dra. Natalia!

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Em relação à vacinação nos Estados Unidos e ao número de mortes que se acumulam no país desde muito antes da vacinação, é claro que os Estados Unidos também tiveram uma passagem muito difícil pela pandemia, e o acúmulo de mortes lá é muito grande e tão lamentável quanto o nosso. Eles também passaram por períodos difíceis de adesão às medidas restritivas, mas, ao passo que começaram a vacinar e fizeram uma vacinação bastante eficiente e rápida, o número de casos de hospitalizações e de mortes caiu bastante, caiu tanto que, em muitos locais dos Estados Unidos, já estão retomando o que a gente tanto



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria, que é a vida normal, inclusive com a liberação de bares e restaurantes para operarem, a liberação, em alguns Estados, em alguns locais dos Estados Unidos, para que as pessoas já andem sem máscara nas ruas, em espaços ao ar livre. Então, é um país que investiu em campanha de vacinação, que fez uma campanha de vacinação eficiente, rápida e abrangente e que, claro, fez a compra antecipada dessas vacinas, o que garantiu que eles pudessem fazer essa campanha de vacinação tão eficiente.

Então, comparar simplesmente e dizer que, nos Estados Unidos, morreu mais gente do que aqui... Primeiro, eles passaram por um período tão ruim quanto o nosso, mas eles efetivamente enfrentaram a pandemia com uma ótima campanha de vacinação e com a implementação de medidas de segurança, de medidas preventivas. Aqui não, aqui nós não fizemos. Então, a gente não pode simplesmente comparar o número total de mortes e dizer...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou comparando. Eu só estou citando. Só citei.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Pois não, pois não. E eu só estou comentando a sua citação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Em relação à comprovação da ivermectina, primeiro, a gente não comprova ineficácia em ciência. A gente não pode comprovar uma negativa. Por isso que, quando a gente, inclusive, fala pra imprensa que a cloroquina é comprovadamente ineficaz, a gente está usando ali uma liberdade jornalística, pra que as pessoas entendam que as evidências acumuladas até agora indicam que a cloroquina não é uma medicação que serve pra Covid-19. Mas comprovar ineficácia não é uma qualidade da ciência. A gente não pode comprovar uma negativa, a gente simplesmente acumula todas as melhores evidências obtidas com os melhores estudos da melhor qualidade, justamente nas metanálises que o senhor cita, Senador.

Mas metanálises só são tão boas quanto os estudos que elas incluem; metanálises são feitas levando em conta, quando elas são boas metanálises, os melhores estudos feitos sobre aquele assunto, classificando esses estudos justamente na sua capacidade estatística de que a gente possa confiar naqueles resultados e na sua qualidade metodológica. Se a gente fizer uma metanálise só com estudos fracos, a gente vai ter uma metanálise fraca, e daí a gente vai poder – muito obrigada – dizer comprovadamente que algo funciona, mas quando, na verdade, o conjunto das evidências que foi contemplado naquelas metanálises é um conjunto de evidências fracas. Então, nós precisamos ter metanálises bem feitas. O grupo Cochrane é um grupo que faz isso muito bem, reúne metanálises de qualidade, que são feitas avaliando e classificando os melhores trabalhos que foram feitos com a melhor metodologia e analisando o poder estatístico de todos esses trabalhos. Então, essas metanálises, principalmente as do grupo Cochrane e de alguns outros grupos, que são metanálises de qualidade, é que devem ser levadas em conta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não cabe aqui a gente ficar avaliando trabalho por trabalho. O que eu trouxe, na minha apresentação inicial, foram exemplos de alguns trabalhos, pra mostrar como a ciência funciona, mas não cabe – nem temos tempo aqui – ficarmos juntos avaliando a metodologia aplicada em cada trabalho, em cada artigo publicado.

Isso, inclusive, já foi feito pela comunidade científica e está avaliado em diversos fóruns científicos – tenho certeza de que Cláudio também acompanhou. Então, essa avaliação já é feita pelos pares, quando o artigo é publicado em boas revistas, e pela comunidade científica, porque nós sabemos que até boas revistas, às vezes, publicam artigos que não são de qualidade. E, durante a pandemia, a comunidade científica tem sido muito ativa em avaliar e ajudar essa avaliação dos pares que tem sido feita com bastante pressa. Então, não, eu realmente não vejo sentido em ficar debatendo aqui artigo por artigo, porque nós precisamos olhar o conjunto de evidências, e o conjunto de evidências mais robusto que nós temos hoje indica que a ivermectina não é um medicamento apropriado para o tratamento da Covid-19.

Não sei se o Cláudio gostaria de comentar alguma coisa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só me parece que o Senador Heinze tem mais perguntas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos seguir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ainda falando... De acordo com a Resolução do CNS 466, de 2012, que regulamenta as pesquisas em seres humanos no Brasil, em seu item III, inciso 2, letra "f":

f) se houver necessidade de distribuição aleatória dos participantes da pesquisa em grupos experimentais e de controle, assegurar que, *a priori*, não seja possível estabelecer as vantagens de um procedimento sobre outro, mediante revisão de literatura, métodos observacionais ou métodos que não envolvam seres humanos;

No ensaio clínico de Manaus, foram incluídos pacientes do SUS, em geral com mais de 50 anos ou com graves comorbidades, conhecidos como fatores de risco para prever maior mortalidade na Covid-19, portanto, muito vulneráveis, que tinham no Hospital Delfina Aziz o único hospital para assistência médica. Não havia qualquer critério de exclusão e confirmação diagnóstica só seria feita durante o tratamento, mas os pacientes teriam que usar uma droga de acordo com o grupo para qual fosse sorteado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a senhora fosse membro de um comitê de ética em pesquisa e esse protocolo fosse apresentado para a sua relatoria, a senhora aprovaria eticamente aceitável? E por que motivos?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, eu não sou e nem poderia ser membro da Conep ou de qualquer comitê de ética de análise de medicamentos, porque essa não é a minha especialidade, mas o trabalho de Manaus foi aprovado pela Conep, foi aprovado pela nossa Comissão de Ética Nacional. Então, não cabe a mim dizer, cabe à Conep, e a Conep já disse.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Conep, vou lhe dizer... Esse assunto está em investigação no Ministério Público Estadual, já teve um trabalho no Ministério Público Federal que não foi arquivado e tem um trabalho agora no Ministério Público Estadual do Amazonas. E também eu estou pedindo à Polícia Federal para investigar. Tem dados errôneos na Conep, e a dose foi letal com 22 pessoas mortas.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, a dose não foi letal. Foi uma dose estabelecida em protocolos anteriores e não cabe ao Ministério...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Letal!

A SRA. NATALIA PASTERNAK – ... Público Federal...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A dose foi letal – depois isso vai ser comprovado!

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Não foi, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estão investigando e vai ser comprovado.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – A Conep é que é responsável por isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ainda falando em ética, eu entendi que a senhora se autointitula comunicadora científica, sendo graduada em Biologia. Pergunto-lhe: qual a sua experiência como cientista? Trabalhou onde antes de criar o seu Instituto Questão de Ciência? Qual o índice H do seu currículo profissional?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Eu me graduei em Ciências Biológicas pela USP, Senador. Depois, eu fiz o meu doutorado em Microbiologia, também pela USP, pela Universidade de São Paulo. E lá também eu conduzi diversos projetos de pesquisa como pós-doc, que é o período onde a gente já é um pesquisador independente e participa de grupos de pesquisa, antes de me dedicar mais completamente à comunicação de ciência, quando eu fundei, então, o Instituto Questão de Ciência. Então, a minha formação é em Microbiologia, minha formação de pesquisadora; e, depois, comecei a trabalhar também na área de comunicação de ciência e promoção de pensamento crítico e racional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O índice H, Senador, é uma métrica usada pra acadêmicos, pra pessoas que se dedicam à vida acadêmica e à carreira acadêmica. A dedicação à vida acadêmica não é a minha atividade principal. Eu mantenho, como eu mostrei nos eslaides – não sei se o senhor estava presente –, uma atividade acadêmica e um vínculo de pesquisa, porque eu considero extremamente importante manter esse vínculo, até pro meu trabalho como comunicadora de ciência. Então, eu ainda tenho... Eu participo hoje de um projeto de pesquisa no Instituto de Ciências Biomédicas, na USP, no Laboratório de Desenvolvimento de Vacinas, e eu estou indo agora pra Universidade de Columbia, como professora visitante, pra passar dois anos desenvolvendo projetos de pesquisa em comunicação de ciência e diplomacia científica. Então, acabei trazendo a comunicação de ciência também como uma área de pesquisa, o que é uma grande satisfação pra mim, porque, no Brasil, essa área não é muito valorizada ainda dentro da academia, mas, na Universidade de Columbia, ela é, tanto que o departamento onde eu vou trabalhar, nos Estados Unidos, se chama Ciência e Sociedade, e é um departamento justamente criado pra fazer essa ponte entre a academia e a sociedade. O índice H, portanto, serve pra metrificar aquelas pessoas que se dedicam exclusivamente à atividade acadêmica. Eu tenho algumas publicações acadêmicas científicas, mas a maior parte das minhas publicações é de conteúdo de divulgação científica. Se o senhor quiser avaliar o meu currículo no Lattes, que é público como o de todo cientista, o senhor vai ver lá as minhas publicações acadêmicas. Só este ano, por exemplo, Senador, eu publiquei quatro artigos científicos sobre comunicação de ciência, desinformação e negacionismo. E, só nesta semana, eu publiquei quatro artigos jornalísticos sobre o mesmo tema. Então, a minha produção mais constante é a produção de conteúdo de divulgação. E, se o senhor gostaria de metrificar o meu desempenho, teria que usar uma métrica adequada pro meu trabalho. O índice H é adequado para o trabalho de acadêmicos, como o Dr. Cláudio, aqui do lado, que, tenho certeza, se questionado pelo senhor sobre qual é o seu índice H, não vai ter o menor problema em exibir aí o tamanho do índice H que ele representa, mas, no meu caso, a métrica adequada seria uma métrica que pudesse avaliar a minha produção de conteúdos de divulgação científica, que é a minha atividade principal. Então, espero que satisfaça a sua curiosidade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só que eu estou falando... O Dr. Satoshi Omura, Nobel de Medicina em 2015, é um dos pais da ivermectina e recomenda ivermectina – só pra fazer essa colocação a V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Heinze, só para informação a V. Exa., é que recebemos a comunicação agora do Ministério Público Federal, do 8º Ofício do Amazonas, de que o inquérito a que V. Exa. fez referência já foi arquivado. Eu faço, inclusive, menção à última página aqui do despacho de S. Exa. o Procurador da República Rafael da Silva Rocha, onde ele diz: "Ante o exposto, determino o arquivamento da presente notícia de fato, nos termos do art. 4º, §4º, da Resolução 174, 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, ressalvado o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal". É só para trazer...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Deixe eu... Eu vou lhe esclarecer (*Falha no áudio.*) ... sobre o Ministério Público Federal. Tem um procurador do Rio Grande do Sul, tem um procurador de Minas Gerais, tem um procurador de Goiás. Esse processo já foi arquivado... Não foi arquivado, não; concluiu porque eles queriam resolver um problema do Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais. O que corre hoje de que estou falando e existe é no Ministério Público Estadual, de Manaus, do Estado do Amazonas. Esse processo está em andamento. Inclusive, um pedido meu na Polícia Federal para poder fazer avaliação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente. Só informando a V. Exa. que estamos... Encaminharei para sua assessoria...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não, federal eu sei. Sei e lhe digo dessa questão dos três procuradores que eu já conversei...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor já tem conhecimento, então, do resultado do inquérito do Ministério Público Federal?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Federal, sim, mas o estadual existe, só para fazer uma colocação.

E quero fazer uma colocação aqui, doutora. Quando fala, por exemplo, aqui tem 15.670.754 vidas salvas, e o tratamento precoce, sim, foi utilizado nesse processo aqui. Se não fosse, Senador Renan, nós teríamos muito mais gente morta. Inclusive, a crítica que a gente quer fazer são aos médicos, aos cientistas que estão sofrendo *bullying* hoje, dentro das universidades, na USP, por exemplo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e outras tantas... As pessoas que acreditam na ciência e discutem e debatem esse procedimento. Então, isso é muito ruim. Milhares de médicos, no Brasil inteiro, são responsáveis por essas 15 milhões de vidas. Senão, seria muito mais, negando um tratamento que vários Municípios brasileiros... Vou citar o caso de Serrana, São Paulo, de que já falei aqui. Repito: foi feita a vacinação em toda a população. A letalidade de Serrana é 1.95. Porto Feliz, São Paulo, Prefeito Cássio Prado, médico, aplicou o tratamento; letalidade 1.14. O.k.? Então, assim, eu podia citar dezenas de Municípios no Brasil que têm esse trabalho. Inclusive, o Estado do Senador Randolfe, eu tenho dados, a letalidade é 1.50, é a menor letalidade do Brasil; Rio de Janeiro é 5.9. E lá eles usam esse tratamento. Então, para colocar assim, várias situações existem nesse processo. Então, nós temos que cumprimentar esses médicos que corajosamente, contra tudo e todos, estão salvando vidas pelo Brasil afora. Senão, a situação seria muito pior. É só essa a colocação que eu queria fazer.

Uma última pergunta. Segundo o tratado clássico de farmacologia de Goodman e Gilman, tomada em doses adequadas, a cloroquina é um fármaco extremamente seguro, extraordinariamente seguro. Em relatório oficial, os membros do grupos de estudo de antimaláricos da OMS não concluíram existir um risco maior de morte súbita com os antimaláricos, considerando o uso extensivo por mais de 50 anos e a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração de centenas de milhões de doses. De acordo com o Formulário Nacional Britânico, os efeitos adversos no coração da cloroquina são raros ou muito raros, sendo que a cloroquina é muito tóxica em superdosagem. A superdosagem é extremamente perigosa e difícil de tratar. Para a senhora, os efeitos adversos da cloroquina são doses dependentes ou idiossincráticas? São reversíveis ou são irreversíveis? Qual a conduta médica a ser tomada quando o paciente apresenta náuseas, vômitos, diarreias de alta intensidade após o uso da cloroquina?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se o Senador Heinze me permite, é só para acrescentar, se a senhora puder discorrer sobre a diferença entre os índices de letalidade e mortalidade, qual é o mais comumente aceito em relação à contabilidade, às estatísticas do coronavírus?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Deixe-me responder por partes as perguntas do Senador.

Em relação às vidas que foram salvas, Senador, os 15 milhões que o senhor tem aí na sua plaquinha, eu também concordo com o senhor que temos que cumprimentar os médicos brasileiros que lutaram na linha de frente, que são responsáveis por salvar vidas. Com certeza, nós temos aqui que deixar a nossa admiração e os nossos cumprimentos a esses médicos, mas eu devo salientar também, Senador, desses 15 milhões, quantas pessoas passaram por sofrimentos evitáveis? Quantas pessoas, desses 15 milhões, ficaram com sequelas que a gente não sabe nem por quanto tempo vão ficar? Então, dizer que nós temos que comemorar 15 milhões de curados é lembrar também que são 15 milhões de pessoas que foram acometidas por uma doença que traz dor, que traz sofrimento e que traz sequelas. Esses 15 milhões passaram por tudo isso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Lamento os 480 mil mortos, lamento também.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Com certeza. Então, é só para lembrar, Senador, que esses 15 milhões representam muito mais do que simplesmente o número de curados. Eles representam dor, sofrimento, sequelas, sequelas que, muitas vezes, quando é o caso, por exemplo, de um jovem atleta, para pegar de novo o gancho da Copa América... Imagine um jovem atleta que fica com sequelas respiratórias de Covid e perde a sua carreira profissional. Então, esse jovem atleta está dentro dos 15 milhões.

Em relação às cidades que usaram ou não usaram cloroquina e como se saíram na pandemia, eu acho que o senhor não estava aqui de manhã cedo, na hora em que eu fiz a minha apresentação, mas eu tenho certeza de que ela deve estar disponível para o senhor. Lá na apresentação, eu coloquei exatamente o perigo de a gente não eliminar os diversos fatores de confusão e atribuir a uma única intervenção o efeito da queda, por exemplo, do número de casos. Dessas cidades que usaram cloroquina, quais são as outras características dessas cidades? Qual é a pirâmide etária? Qual é a mobilidade urbana? Como é a densidade demográfica? Para saber esta resposta, se foi o tratamento precoce que teve algum efeito, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa fazer comparações justas. Então, comparar esses Municípios com Municípios similares que não usaram, por exemplo, ou fazer os testes clínicos que realmente podem dizer se aquela intervenção, aquele medicamento funciona ou não, mas a gente deve tomar cuidado com essas afirmações de que tal país usou e melhorou ou tal cidade usou e funcionou, porque existem diversos fatores de confusão em uma comunidade, e isolar esses fatores de confusão é justamente um trabalho epidemiológico muito difícil.

Em relação à cloroquina ser um medicamento seguro, é óbvio que ela é um medicamento seguro para malária, para doenças reumatóides, para doenças autoimunes, e é um medicamento muito bom. Então, nunca ninguém aqui contestou que a cloroquina seja um bom medicamento aprovado, seguro, testado para as doenças nas quais ela é utilizada. O problema é usar a cloroquina em combinação com outros medicamentos para doenças onde ela nunca foi testada. Esse é o risco.

Agora, eu não posso responder, Senador, sobre conduta médica. Isso eu vou passar para o meu colega, para o Dr. Cláudio, porque eu não sou médica e eu jamais poderia, então, me atrever a responder a essa pergunta. Se o Cláudio puder me ajudar...

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Obrigado por suas palavras, Senador.

Eu gostaria de comentar o conjunto.

Primeiro, em relação à diminuição da pobreza, eu acho que a população brasileira deve ao Congresso Nacional boa parte das poucas notícias positivas que houve ao longo do ano passado.

Vamos nos lembrar de que houve uma proposta do Governo inicial de auxílio emergencial que, se não me falha a memória, era de R\$200, que foi rebatida nas Casas Legislativas, até que se chegou a uma nova proposta de auxílio emergencial, que foi o triplo, que foi de R\$600.

Não se trata de mérito do Executivo ou do Legislativo, porque nós não estamos falando de dinheiro do Executivo ou do Legislativo, tanto o dinheiro para o auxílio, como o dinheiro pra saúde, como para os hospitais, como para a Fiocruz, como para o Butantan; isso é dinheiro do povo brasileiro, isso é nosso dinheiro que está sendo usado pra uma finalidade ou pra outra finalidade. Nossa expectativa sempre é a de que aqueles que detêm o poder, seja no Legislativo, no Executivo ou mesmo no Judiciário, dirijam este dinheiro conforme as maiores necessidades. E acho que houve uma opção naquele momento, que dirigiu dinheiro da população brasileira pra benefício da população brasileira. Isso foi um destaque internacional de que, de fato, houve uma inflexão importante numa curva que vinha ascendente da pobreza brasileira, em que voltamos a ter miséria ascendente e voltamos a ter fome ascendente. Então, essas questões estão aí em todos os anuários. O senhor citou uma das fontes, eu recomendo também que veja essas outras curvas que andam junto com essa. Infelizmente, essa curva de diminuição da pobreza não se sustentou neste ano, foi um lapso curto de tempo, e agora a pobreza continua aumentando, embora com o crescimento do PIB. Isso mostra uma mazela histórica do nosso País, em que o País enriquece e as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas empobrecem, quer dizer, nós temos menos comida na mesa do brasileiro, menos dinheiro no bolso do brasileiro, embora alguns segmentos da economia estejam lucrando, lucrando muito, particularmente, o segmento do mercado financeiro brasileiro, mas esse lucro não tem revertido em qualidade de vida ou em qualquer benefício pra boa parte da população brasileira.

Da mesma forma, o dinheiro que foi destinado, no ano passado, ao combate à Covid foi um dinheiro destinado pelo Congresso Nacional, recursos da população brasileira recolhidos em impostos, taxas, tarifas, as mais diferentes formas de arrecadação. Infelizmente, o orçamento aprovado pra este ano para a saúde é inferior ao do ano passado e não destinou qualquer tipo de rubrica específica para o combate à pandemia, sabendo-se que ela não teria acabado. Então, eu acho que isso também deve ficar claro a todos.

Em relação à cloroquina, de fato, o Goodman – eu admiro o Goodman, é um livro desde o tempo em que eu era estudante e, claro, vem sendo atualizado, continua sendo um livro de referência – fala da segurança de medicamentos, mas existe um princípio básico que antecede as próprias avaliações do Goodman e deve estar no seu prefácio: um medicamento só é seguro se ele é utilizado de forma útil. Qualquer medicamento utilizado pra alguma indicação para a qual ele não serve ou para a qual ele não tem eficácia é um medicamento necessariamente inseguro. Tem aquela máxima: a distância, a diferença entre o remédio e o veneno se dá na dose. Nem sempre é apenas a dose, muitas vezes a indicação pode ser por reações idiossincráticas.

Eu não ouvi completamente o quadro do paciente que o senhor falou, mas isso não vem ao caso. Eu não clínico atualmente, já tive meu tempo de clinicar em emergência, UTI, etc., atualmente eu não clínico, mas os efeitos comuns, os mais comuns, os efeitos adversos mais comuns da cloroquina, nos seus aspectos clínicos de sinais e sintomas, foram aqui apresentados por V. Sa., e eles são tratados com as medidas de suporte respectivas: a arritmia cardíaca vai ser tratada com correção hidroeletrólítica, eventualmente com a utilização de medicações antiarrítmicas; outros sintomas são tratados conforme a necessidade, conforme a característica de cada um e a característica, necessariamente, de cada paciente. Os tratamentos, nessas condições, são individualizados, obedecendo a protocolos, muitos deles consagrados, outros deles, protocolos institucionais.

O que acho que é importante é que já existe, está sedimentado... Claro que qualquer coisa na ciência pode ser questionada no futuro, mas, para o momento, para o estado da arte científica hoje, nós temos evidência suficiente pra saber que a cloroquina não produz efeitos benéficos em relação à Covid-19. Então, é insustentável defender... Ainda que os efeitos adversos sejam raros e que os efeitos adversos graves sejam ainda um pouco mais raros, é insustentável a sua defesa. Caso haja alguma indicação específica, que seja feito com os controles devidos e com alguma justificativa própria. Não se trata de dizer que a cloroquina não deve ser usada, ela continua sendo uma das melhores indicações para o tratamento de malária, inclusive, no nosso caso, pra malária *vivax*, que é a mais comum no Brasil, uma medicação extremamente útil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só vou fazer um reparo aqui: eu não sou cientista de profissão, não sou de trajetória acadêmica, então, minha área é gestão pública. Eu sou um sanitarista, um especialista em políticas públicas e gestão.

Obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só pra complementar aqui, infelizmente, Sr. Presidente, Sr. Relator, o que nós tínhamos que ter aqui, a proposta que nós tínhamos feito era de colocar duas pessoas ou uma pessoa que fosse favorável e contrária. Hoje, nós ouvimos quem fala contra, e sexta-feira que vem, por muita pressão que nós fizemos, Senador Girão e eu fizemos, nós vamos ter duas pessoas que falam a favor do tratamento precoce, que não é apenas hidroxicloroquina, cloroquina, azitromicina, inclusive tem Annita, que foi patrocinada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que hoje já está autorizada no Brasil, na Argentina e até agora, recentemente, nos Estados Unidos. Trabalho nosso, pesquisadores brasileiros.

Então, só essa colocação, e vou responder o que um médico me escreveu aqui: a cloroquina, Dra. Natalia e Dr. Cláudio, e a hidroxicloroquina não matam o vírus diretamente, nunca foi dito isso. O que os médicos entendem – quem entende do assunto e trata a doença de fato – e explicam é que a cloroquina e a hidroxicloroquina conseguem, por mecanismos ainda em estudo, dificultar ou impedir a replicação viral intracelular. Com isso, a carga viral acaba decaindo até chegar a níveis indetectáveis ou zerar de fato. Esse mecanismo consta nos livros de texto em medicina como o Harrison's *textbook of medicine*, e um dos editores é justamente o diretor do NIAID, o americano Dr. Fauci. Portanto, a justificativa de a cloroquina matar o vírus é bobagem, perda de tempo e nunca foi o objetivo do tratamento, mas diminui a carga viral.

Inclusive, médico brasileiro – médico brasileiro, e a Globo noticiou muito, dois, três anos atrás – descobriu o tratamento pra zika, que é um vírus, com hidroxicloroquina; assim também chikungunya.

Então, são vírus que são combatidos por hidroxicloroquina e cloroquina. Então, não vamos criminalizar um processo que é uma questão, Dra. Natalia, política, ideológica e econômica. Tem muito dinheiro por trás disso.

É só essa colocação que queria deixar pro final aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Pois não.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Responder?

Senador Heinze, a cloroquina nunca funcionou pra zika nem pra chikungunya. Os estudos em chikungunya, inclusive, mostram que o uso da cloroquina em modelo animal aumentou a carga viral dos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

animais e aumentou os sintomas. Então, não é um medicamento considerado adequado pro tratamento dessas viroses.

No caso da chikungunya, médicos reumatologistas acabam indicando a cloroquina para sequelas provocadas pela chikungunya, que são sequelas de problemas reumáticos, problemas de articulação. Então, ela não é usada para combater o vírus da chikungunya, mas as sequelas deixadas pela doença. E, quando ela foi testada em modelo animal para combater o vírus, ela não só não funcionou como piorou o quadro dos animais.

Em relação ao mecanismo de ação da cloroquina, eu também já havia explicado aqui: todo mecanismo onde ela poderia impedir a entrada do vírus na célula... Nem se fala em matar vírus, Senador, porque, na Biologia, a gente nem considera que vírus é um ser vivo, mas de impedir a entrada dele na célula e, portanto, que ele se replique ali, mas esse mecanismo só funciona em células genéricas, células que a gente usa em laboratórios. E esse mecanismo não se confirmou nas células do trato respiratório, como foi comprovado pelos estudos do grupo alemão do Prof. Stefan Pöhlmann e do Christian Drosten, que é um grupo que, notadamente, trabalha com o coronavírus há muitos anos. Eles testaram em células do trato respiratório, e daí o mecanismo observado para aquelas células genéricas, as células de rins de macaco, não se comprova. Por isso, também não funciona nos animais e em humanos.

Se houver qualquer outro mecanismo celular plausível biologicamente, pelo qual a cloroquina pudesse funcionar, certamente teria funcionado – teria funcionado em animais, teria funcionado em humanos –, a gente teria evidências robustas. E, como eu disse no começo, a ciência muda de ideia diante de novas evidências, mas essas evidências, Senador, precisam ser robustas. Se algum dia aparecer uma evidência extremamente robusta de um outro mecanismo celular pelo qual a cloroquina pudesse funcionar, então, ótimo, que seja publicado em artigo científico, submetido à revisão dos pares e ao escrutínio da comunidade científica internacional. Certamente, se esse trabalho surgir, ele vai ser recebido pela comunidade e avaliado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Essas 15.670.744 vidas têm cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, Annita e ivermectina, que começaram com elas, e vitaminas. Hoje, tem 16, 17 drogas reposicionadas, sendo tratadas, que foram responsáveis por essas 16 milhões de vidas, 15 milhões de vidas aqui salvas.

Muito obrigado.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Essas 15 milhões de pessoas também tomaram o chazinho da avó, deram três pulinhos e uma volta no quarteirão, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É isso aí. Um colega meu, que esteve semana passada aqui, quando eu citei o caso da Dra. Raissa, em Porto Seguro, que liderou um movimento... Sabe qual é a letalidade de Porto Seguro: 0,8; da Bahia, 2,04. Aí dizem que a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

água da Bahia é até pior do que a água de... Só tomando água, resolvia o problema. Ela adotou, peitou o tratamento, os empresários ajudaram, pra que pudesse fazer um tratamento em Porto Seguro.

Posso citar centenas de casos que deram resultado positivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Heinze.

Eu vou só, Senador Heinze, se V. Exa. me permite, encaminhar depois para o seu conhecimento uma informação, uma notícia veiculada na revista *Veja* sobre o tratamento precoce em Porto...

É Porto Seguro ou Porto Feliz?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Porto Seguro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Ah, perdão. A notícia que temos aqui é de Porto Feliz, e temos uma outra notícia também sobre Porto Seguro. Para o seu conhecimento, depois encaminharei para V. Exa. notícias atualizadas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Posso trazer... Faço agora, mando fazer e já posso trazer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, perfeitamente, só a notícia aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- ... esclarecendo a verdade dos fatos sobre as pesquisas em ambos.

Sr. Relator, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Com todo respeito, Heinze, sobre a leitura que você fez do jornal que falava da redução da pobreza: infelizmente, também foi revogada, pela descontinuidade do auxílio e, meses depois, pela aprovação de um auxílio insuficiente, que aí agravou ainda mais o aumento da pobreza no País.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O.k., Renan, isso aqui aconteceu no ano passado. Cito o caso do ano passado, que foi citado agora na BBC de Londres. Aconteceu isso. O PIB está crescendo, o Brasil está se desenvolvendo e, infelizmente, é uma questão política - falei no primeiro dia, falo hoje de novo -, repito, é uma questão política: Senadores e Senadoras



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão de um lado do Governo... A própria grande mídia brasileira... Citei casos de jornais estrangeiros falando dessa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

– Antes de passar para o próximo, só esclareço que estou encaminhando para V. Exa. a notícia que dá conta de que, exemplo de tratamento precoce, Porto Feliz, lamentavelmente, teve alta na taxa de mortes por Covid-19.

Passo, então, ao Senador Marcos Rogério pelo sistema remoto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar os dois convidados que comparecem à CPI para trazer suas experiências na condição de estudiosos e conhecedores dessa temática.

O nosso objetivo aqui é estudar a pandemia dentro das características próprias de nosso País, analisando como se deu o enfrentamento. Eu tenho sempre defendido uma análise ampla, conjuntural do complexo estrutural e de realidades sociais e econômicas, e não um foco exclusivo em eventuais responsabilidades pessoais, sem considerar as reais complexidades do problema. Aliás, considero uma temeridade, se não uma grande irresponsabilidade, tentar buscar culpados de preferência, previamente selecionados, para um flagelo como uma pandemia de caráter inédito e absolutamente desafiador.

Vejo, por exemplo, muitos que se arvoram agora no uso de vacinas, as quais são extremamente importantes, mais de um ano depois do início da pandemia. A questão é ver os fatos dentro de seu próprio contexto, ou seja, comparar a importância de vacina e remédios quando existem vacinas e remédios tem sentido, mas fazer a mesma comparação em relação aos primeiros meses da pandemia, quando não havia vacina e nem certeza de quando poderia existir, é desonestidade intelectual. Aliás, ninguém sabia, em 2020, quando realmente teríamos vacinas efetivamente seguras para a população, já que todos sabemos que o desenvolvimento de vacinas para o coronavírus foi cercado de ineditismo e, diante disso, devemos todo o reconhecimento à comunidade científica, inclusive cientistas brasileiros, que trabalharam e trabalham no mesmo sentido. Digo isso para afirmar que considero valiosa toda a análise científica que leva em conta evidências, mas que respeita também o contraditório, dado o caráter dinâmico dessa ciência, que não é estática.

Inúmeras questões já foram respondidas por V. Sas., mas eu quero ressaltar uma abordagem do Dr. Cláudio, que tem lembrado a estratégia de outros enfrentamentos, como o da epidemia do zika vírus em 2016, que contou com a coordenação nacional. De forma diferente, no caso do coronavírus, todos sabemos que Estados e Municípios forçaram a barra para terem o controle pleno das medidas de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentamento em seus territórios, o que foi sancionado pela decisão do Supremo Tribunal Federal. Não há como fugir dessa realidade.

O senhor já declarou que faltou em nosso País a adoção de critérios homogêneos definidos para o Brasil inteiro, porque a autonomia foi dada para cada Estado e Município. Que isso pode parecer democrático, mas, em uma pandemia, deixa de ser democrático, para produzir iniquidades. O conceito de iniquidade em saúde é a adoção de políticas injustas e desnecessárias, que produzem impactos negativos, com efeitos deletérios muitas vezes.

O senhor é especialista em políticas públicas e gestão governamental e mestre em Medicina preventiva e social. Eu lhe pergunto: que grau de impacto o senhor considera que esta iniquidade pode ter causado no caso específico da pandemia que estamos enfrentando hoje?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – A primeira... Acho que foram abordadas algumas questões aqui. Primeiro, vamos delimitar.

Eu falei dos critérios homogêneos em relação à utilização de vacinas e não em relação às políticas de forma geral, que devem necessariamente obedecer a especificidades locais e regionais e a necessidades de cada população. Então, estamos falando de critérios para utilização de vacinas, para eleição de prioridades em relação às vacinas, contemplando evidentemente circunstâncias que estão locais ou regionais num plano nacional. Se há populações indígenas, populações quilombolas num determinado território, isso deve estar contemplado no plano nacional e não apenas no plano local.

Em relação à liberdade de tomada de medidas por Estados e Municípios, nós temos uma estrutura legislativa no Brasil, a estrutura do SUS, em que há competências concorrentes para adoção de medidas como aquelas restritivas adotadas por Estados e Municípios. A União pode adotar medidas restritivas, os Estados e Municípios podem adotar medidas ainda mais restritivas. É isso que diz a nossa Constituição. Eles não podem o contrário: a União adota uma medida restritiva, e o Estado flexibiliza essa medida restritiva ou o Município flexibiliza. Esse é o nosso ordenamento, e acredito que o Supremo Tribunal Federal restabeleceu isso com clareza quando afirmou a competência de Estados e Municípios para a adoção de medidas restritivas.

Em relação à iniquidade, trata-se não apenas da desigualdade de renda, de situação de vida da nossa população, mas da necessidade de que essa desigualdade seja reconhecida com o tratamento por medidas de políticas públicas que levem em consideração as diferenças de necessidades. Exemplo disso foi a criação de um auxílio emergencial substancial. Não era grande – R\$600 por mês não são o que salva



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a economia de uma família, não são o que se pode dizer que dá tranquilidade financeira a uma família, mas são o mínimo para continuar tendo comida na mesa das pessoas dessa família. Mas, sim, uma medida que leve recursos, que leve políticas públicas a quem mais necessita delas é, sim, medida de equidade, medida que combate à iniquidade. Não tenho dúvida de que há um impacto importante da iniquidade desta pandemia na medida em que nós vemos o próprio percurso que a pandemia tomou, começando nos grandes centros, começando com os primeiros casos em pessoas de altos extratos de renda que vieram do exterior e espalhando-se rapidamente pelas periferias das grandes cidades, cidades mais pobres, onde a possibilidade de autoproteção, de informação e de isolamento das pessoas é muito menor.

Então, claro, não sei se foi nesse sentido que o Senador trouxe isso, mas, sem dúvida nenhuma, há um impacto importantíssimo da iniquidade nos efeitos dessa pandemia, como de qualquer outra doença que se abate sobre a população. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Senador Marcos Rogério... O som está desligado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Tinha sido desligado aí, Presidente. O.k. Agradeço.

Então, a falta dessa coordenação, na visão do senhor, dessa coordenação nacional é somente quanto às vacinas? Isso, para mim, não ficou muito claro. Na fala do senhor, ficou parecendo que a falta dessa coordenação nacional seria só em relação às vacinas. É isso que eu entendi? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Está ligado agora.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Não houve e não há um plano nacional para enfrentar a epidemia, não há uma coordenação nacional que vise reduzir a transmissão vírus. Isso para mim é muito cristalino. Houve medidas destinando recursos para os Estados e para os Municípios para equipar hospitais, eventualmente para aquisição de alguns tipos de insumos, mas não houve nenhuma medida nacional para diminuir a transmissão, diminuir a circulação do vírus. Para isso, seria necessária uma coordenação nacional.

A Dra. Natalia já comentou aqui o quanto é difícil que Municípios, isoladamente, adotem, por exemplo - como foi citado Araraquara -, medidas restritivas, até porque raramente esses Municípios são isolados. A população circula de um Município para outro. Isso é lugar comum na saúde pública. Quando se adota alguma medida - vacinação para conter um surto, por exemplo -, há que se analisar uma região, toda área de influência daquela cidade.

Então, há necessidade de um olhar para o Brasil inteiro, há necessidade de campanhas de comunicação para o Brasil inteiro, que a população como um todo seja orientada quanto àquilo que deve



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou não deve fazer, quanto à forma de se proteger, aquilo que pode ou não pode fazer frente à imposição de medidas restritivas por parte do Governo. É muito difícil, dada a integração econômica que nós temos no País, inclusive integração com o internacional, que medidas restritivas possam ser aplicadas de maneira isolada, sem que seja pensado o conjunto, sob risco, em primeiro lugar, de que elas sejam inefetivas, ou seja, não funcionem, ou, em segundo lugar, que elas produzam efeitos negativos, externalidades que não podem ser percebidas ou mitigadas na esfera municipal ou em lugares isolados. Isso necessita de uma coordenação nacional.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, pelo que eu entendi, então, a coordenação nacional é no aspecto amplo, e a falta disso causa, justamente, o que eu chamei, agora há pouco, na visão que o senhor defendeu aí, de iniquidade. Pelo menos é o que eu é o que eu entendi na sua fala: confirmou que as medidas restritivas precisavam de um olhar pelo Brasil inteiro. E, na minha visão, o STF acabou tirando isso.

Uma segunda pergunta que faço a V. Sa., pra permitir que avance nesse tema, diz respeito à constatação clara e inequívoca de que alguns Estados e milhares... E outros Municípios, sem a menor dúvida, não possuem assessoramento técnico mínimo para as medidas não farmacológicas de enfrentamento à pandemia. Basta dizer que o Brasil tem 3,7 mil infectologistas e temos mais de 5,5 mil Municípios. E aqui lembro, aliás, que, na Lei federal 13.979, de fevereiro de 2020, o Governo Federal estabeleceu uma coordenação nacional com diversas medidas de enfrentamento, as quais deveriam ser adotadas. E o §1º do art. 3º da lei diz: "com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde". A lei previu o seguinte, no §7º do 3º: que as medidas seriam adotadas de forma coordenada, considerando o Ministério da Saúde e os gestores locais. Ou seja, havia a previsão de uma calibragem dessas medidas, considerando uma coordenação nacional conjuntamente com os gestores locais.

Ainda que se queira negar, a realidade patente em todo o País é que o que se viu com a decisão do Supremo foi a concessão de autonomia para que milhares de Prefeitos tomassem decisões sem o embasamento técnico, justamente por faltar a eles, de forma óbvia, esse devido assessoramento. Priorizou a autonomia de cada um dos entes, ignorando-se o que o senhor já disse: a necessidade de um enfrentamento a partir de uma coordenação nacional.

Será que o Supremo Tribunal Federal tomou essa decisão fundado em alguma evidência científica, no mês de março e abril de 2020? Eu, particularmente, nunca vi Prefeitos e Governadores terem tamanho poder. Além de toques de recolher, alguns chegaram a fechar as divisas de seus territórios, de seus Estados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, a pergunta que lhe faço é a seguinte: essa realidade típica de nosso enfrentamento também não pode ter causado impacto no enfrentamento à pandemia?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Senador, de fato, um problema crônico que nós temos no nosso País, que vinha sendo enfrentado paulatinamente, é a heterogeneidade do País, a grandeza do País e a dificuldade de que houvesse recursos técnicos disponíveis há muito tempo. Isso não aconteceu, não começou com a pandemia.

Nós, realmente, temos insuficiência de vários tipos de profissionais para os nossos 5,6 mil Municípios nas suas mais diversas frentes. Isso vem sendo enfrentado pelo Sistema Único de Saúde há tempos, com coordenação estadual, com coordenação inter-regional e com um papel ativo do Ministério da Saúde, em muitos momentos, na formação de pessoas e no estabelecimento de mecanismos de cooperação. Isso, é claro, vale também para as medidas não farmacológicas.

Agora, o que eu queria, talvez, repetir de outra forma – acho que eu não me fiz claro – é em relação ao papel de restrição ou de liberação. Se nós seguissemos a ideia de que há uma coordenação nacional que deve impedir a adoção de medidas por Estados e Municípios, nós não teríamos para contar hoje este exemplo de Araraquara, nós teríamos a contar outro exemplo de Araraquara como uma cidade em que as UTIs teriam ficado absolutamente abarrotadas, em que teríamos tido uma mortalidade muito superior à que houve, o que continuaria aumentando até hoje. Não foi o que aconteceu porque o Município teve autonomia para impor medidas restritivas.

Isso não aconteceu apenas agora, nesta pandemia. Nós já tivemos diversas ocasiões em que Municípios foram obrigados ou Estados foram obrigados a adotar medidas excepcionais, fosse em casos de inundações, de desastres naturais, e mesmo em casos de epidemias ou de outros acontecimentos que justificassem a adoção de medidas locais. O que o Supremo Tribunal Federal fez – e, aqui, permito-me mencionar isso, embora eu não seja da área jurídica – foi apenas restabelecer aquilo que diz a nossa Constituição, que há competências concorrentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a adoção de medidas necessárias e de políticas públicas de restrições frente à pandemia, no caso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dando sequência, Sr. Presidente, para mim, está obviamente claro que a decisão do Supremo Tribunal Federal teve impacto nessa equação. O STF retirou a possibilidade de o Ministério da Saúde dar o aparato técnico mínimo necessário. E, como o senhor disse na resposta anterior, produzir medidas inefetivas... Medidas inefetivas produzem efeitos negativos, não é? Resta ver o grau de impacto que isso causou. Não se pode presumir, com toda a vênia, o que aconteceria ou não aconteceria se o Ministério da Saúde fosse responsável – isto não é, obviamente, razoável – pela coordenação. Pensar assim, aliás, fere a lógica do que vem sendo dito. Ou a coordenação nacional é importante, ou ela não é! Não podemos usar argumentos contraditórios, com toda a vênia, no mesmo ambiente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, para avançar um pouquinho mais nessa questão da competência dos Municípios a partir dos dados da ciência, ainda citando uma situação concreta: no meu Estado de Rondônia, diversos Prefeitos editaram decretos proibindo, por exemplo, a venda de bebidas alcoólicas. O que ocorreu? Os donos de estabelecimentos, inclusive supermercados, impetraram mandados de segurança, alegando falta de comprovação científica para a medida restritiva. Resultado: os juízes das varas cíveis, em centenas de mandados de segurança, concederam a segurança para que se liberasse plenamente a venda de bebidas alcoólicas, ou seja, frustrava-se a eficácia das medidas que buscavam impedir aglomerações, porque, mesmo em períodos de restrição de circulação, centenas de festas regadas a bebidas alcoólicas foram realizadas, e era isso que se pretendia evitar nessas medidas dos Prefeitos. Temos centenas de ocorrências nesse sentido em todo o País, sem contar tantas outras, o que tornou impossível qualquer contenção.

Outrossim, o consumo indiscriminado de bebida alcoólica durante a pandemia produz como resultado outros efeitos gravosos à saúde pública, tanto pelo aumento da violência como dos acidentes. O argumento judicial era justamente de que os Municípios não apresentavam, em seus decretos, embasamento científico, e, por isso, se concedia a segurança, ou seja, o enfrentamento restou frustrado em diversas áreas. Esta é uma das faces do enfrentamento da pandemia no País.

Esse tipo de constatação também não pode ser considerado uma iniquidade diante desse quadro de instabilidade em função do absoluto desaparelhamento de Estados e Municípios, da falta de parâmetros objetivos nos Estados e Municípios?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Bom, eu acredito que exista um ordenamento em que nós temos uma Corte Suprema responsável por zelar pela Constituição. São competências diferentes da Justiça de primeira instância, dos tribunais estaduais, do Superior Tribunal de Justiça - são competências diferentes.

Acredito que tenha havido muitos erros de condução em muitos lugares, mesmo na tentativa de fazer o melhor. Em alguns momentos, eu acho que pode haver uma confusão quando não se trata de um conflito entre uma decisão de uma esfera de Governo e a decisão de outra esfera de Governo, mas sim da contraposição entre uma decisão tomada pelo Poder Público e o eventual direito individual. E isso é julgado numa outra ótica. Certamente o Senador conhece isso muito melhor do que eu. Trata-se aí, sim, da ciência jurídica e não da ciência que diz respeito ao enfrentamento da pandemia. Acredito que boa parte dos Prefeitos e dos Governadores tentou buscar soluções no seu âmbito de competências pra enfrentar a iniquidade e pra cuidar pra que houvesse a redução da transmissão de vírus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu disse e repito é que não houve – e aí eu pergunto ao Senador, inclusive, se pode me dar um exemplo sobre isso – medidas que visassem à redução da transmissão da doença no Território nacional, medidas coordenadas nacionalmente pra reduzir a transmissão da doença.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, só pra V. Exa. concluir. O tempo de V. Exa. já concluiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já acrescentamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já fizemos um acréscimo só pra V. Exa. concluir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

E repito: essa balbúrdia produzida no Brasil não pode deixar de fora o Supremo Tribunal Federal. Acho que, no enfrentamento à pandemia, todos erraram e todos buscaram acertar o tempo todo, mas acho que essa decisão do Supremo acabou causando mais dificuldade do que soluções Brasil afora. As decisões judiciais locais também precisam ser consideradas, porque frustraram muitas medidas restritivas Brasil afora.

E olha que eu sou até um crítico de certas medidas restritivas que são abusivas, que são desproporcionais. Não adianta você mandar fechar tudo, se você não usar essa oportunidade, essa cautela, para você reestruturar os instrumentos públicos, a rede de saúde, a rede de atenção, para atender à população.

Então, eu queria aqui, para não me alongar, agradecer a contribuição dos dois convidados. Espero que a gente tenha a oportunidade de ouvir do outro lado, quem pensa diferente, para poder formar a visão de todos os membros da CPI pelos dois lados, quem pensa de um jeito e quem pensa de outro.

E, apenas para concluir, Dr. Cláudio, hoje eu vi, ao longo do debate aí, falando-se muito em relação à questão do uso de medicamentos. Eu não defendo medicamento A ou medicamento B, defendo a autonomia do médico para, com a sua ciência, com o seu conhecimento, com a sua experiência clínica, prescrever, administrar o que for melhor para o paciente, mas, hoje, tenta-se criminalizar o fato de o Governo, não só o Governo Federal, mas os Estados e Municípios também, ter utilizado a hidroxicloroquina ou a cloroquina sem eficácia científica comprovada. E eu me lembro, em 2009, que nós tivemos o caso da H1N1, e V. Sa. era parte do Governo naquele momento, era o Secretário... Era o diretor



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do departamento de vigilância e doenças transmissíveis e, naquele momento, lançou mão de um expediente como esse, que foi a compra do tamiflu.

Nós tivemos 53 mil casos naquela época. Foram comprados, foram gastos, naquele momento, R\$400 milhões na compra do tamiflu que, posteriormente, verificou-se que não tinha eficácia para aquele enfrentamento.

Eu penso que, em medidas... em situações excepcionais são adotadas medidas excepcionais. Você pode até, com o avançar da ciência, com o avançar das pesquisas clínicas, chegar a uma conclusão diferente, mas não dá para você querer criminalizar alguém que agiu num momento com as informações que tinha na busca de tentar salvar vidas, não se pode ter dois pesos e duas medidas.

Eu agradeço a participação dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Por videoconferência.*)
- Parabenizo a Mesa pelo ambiente hoje, dando liberdade para os expoentes aí poderem falar claramente o que pensam acerca desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Marcos Rogério.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) -
Apenas pra que possamos programar a nossa agenda, os Senadores que estão no sistema remoto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

Já...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - V. Exa. está seguindo o tempo de 15 minutos ou está hoje mais liberal? Para que possamos organizar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Esta Mesa...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e saber se, pela ordem de inscrição, eu terei tempo ou me programo já para a próxima semana, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, Senadora Simone, terá tempo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque a que está inscrita como suplente na Bancada Feminina é a Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela falará pela Bancada Feminina. Portanto, eu entro na fila de não membro. Se eu não tiver o tempo, obviamente que eu aproveito para cumprir a agenda, que não é pequena, de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, perfeitamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria apenas de saber qual é a regra que V. Exa. está cumprindo e, obviamente, me curvarei à decisão soberana não só de V. Exa., mas do Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente, Senadora Simone.

Eu quero, assim, só destacar que a contribuição de V. Exa. é indispensável para esta CPI. O Senador Renan, inclusive, na abertura hoje dos trabalhos destacou a última intervenção sua, a partir dos dados que trouxe.

Eu vou... Os nossos convidados ainda não tiveram sequer a oportunidade de esticar as pernas um pouquinho, de tomar uma água, não é? Eu vou dar o seguinte encaminhamento...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Só um minutinho, Senador Heinze, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Eu vou dar o seguinte encaminhamento: o próximo é o Senador Rogério Carvalho. Após o Senador



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério, nós vamos suspender por 15 minutos, não mais do que 15 minutos – realmente, Senadora Simone, esta Presidência hoje tem sido um pouco liberal com o tempo, para garantir as indagações e o debate aqui para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Na sequência, teremos o Senador Eduardo Girão, o Senador... Em deferência, por deliberação desta Presidência, abriremos aí as suplências com o Senador Jorge Kajuru, em seguida a Senadora Zenaide Maia, em seguida o Senador Alessandro Vieira, em seguida a Senadora Simone Tebet, concluindo aqui as intervenções de hoje.

Senador Heinze, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O meu gabinete, a minha assessoria me informou: Porto Feliz é 1,29. Tem um audíozinho que o Prefeito me passou agora: se puder colocar aqui...

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que ele coloca é que recebe pacientes da região, e certas pessoas não adotaram o tratamento: cem óbitos, com 14 mil pacientes. Esse é um dado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Posteriormente, os colegas, os nossos conferencistas, discorrerão – eu peço para eles discorrerem – sobre os dados letalidade e mortalidade, como já havia pedido.

Só uma informação que eu considero importante prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o debate das atribuições – e o Senador Rogério Carvalho muito bem sabe. Eu faço questão de suscitar e esclarecer o art. 24, inciso XII, da Constituição da República: "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [inciso XII] previdência social, proteção e defesa da saúde". Me parece que o texto da Constituição da República, art. 24, XII, é claro sobre a competência concorrente de União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Senador Rogério, agora, sim, finalmente, 15 minutos a V. Exa. Em seguida, teremos um intervalo de 15 minutos para os nossos conferencistas.

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dra. Natalia Pasternak, Dr. Cláudio Maierovitch, primeiro eu diria que esta é a primeira sessão da CPI que a gente não tem aqui posições uniformes e que o tempo todo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defenderam o indefensável. Eu diria que talvez esta seja a primeira – se não me engano, a segunda – de convidados que falaram baseados na ciência, com clareza do papel que a União deveria ter, do papel que tinha que ter tido na coordenação de todos os entes para combater a pandemia.

Acontece que eu tenho algum grau de discordância quando a gente fala que o Governo não coordenou, quando o Governo fez pela metade. O Governo fez inteiro para expandir a pandemia. É diferente! A ação do Governo é uma ação dolosa. O Governo adotou como medida de controle sanitário a cloroquina, a única medida de controle sanitário. Isso é de uma gravidade, isso é de uma irresponsabilidade com a vida, com os brasileiros, com as brasileiras, com as famílias, que precisa ter algum responsável!

O que nos faz estar aqui... E, às vezes, há uma confusão das pessoas: quem a CPI vai cassar? Não! A gente precisa saber quem são os responsáveis por levar a morte, com certeza, infelizmente, de mais de 550 mil, 600 mil brasileiros e brasileiras. De ontem para hoje, eu recebi informações de amigos: pelo menos quatro famílias estão sendo dizimadas neste momento, com pai, mãe, filho na UTI intubados. Por que motivo?

Às vezes, eu gosto de ouvir, gostei demais de ouvir – saí, mas estava ouvindo lá no meu gabinete –, pessoas que têm algum grau de responsabilidade, porque a gente tem ouvido aqui Ministro, ex-Ministro, ex-Secretário-Executivo do ministério, ex-integrante do Governo que vem para cá para confundir a opinião pública, alguns colegas Senadores que, sem a menor cerimônia, tentam confundir a opinião pública. Por exemplo: dizer que o STF atrapalhou?! O STF foi um instrumento para que a gente tivesse algum grau de controle, porque, senão, não seriam 482.135 mortes notificadas; poderíamos já ter 600 mil mortos ou mortes notificadas, óbitos notificados pela Covid-19, não fosse a decisão assertiva do STF em garantir uma prerrogativa constitucional da concorrência legislativa entre os entes e o poder de ação entre os entes, que é complementar. A União, como disse V. Sa., Dr. Cláudio, muito bem, tem precedência quando define uma medida, mas, nesse caso, não era para beneficiar, era para impedir o controle da doença.

E vejam os senhores. Eu vou voltar à tecla: este Governo assumiu que deveria expor os brasileiros e as brasileiras ao contágio e agiu deliberadamente para expor as pessoas ao contágio...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E continua!

Para quem atua no combate ou quem está fazendo alguma coisa é o mesmo que ficar enxugando uma pedra de gelo. De que adianta mandar milhões, bilhões para manter hospitais abertos, se eles vão ter que continuar abertos por mais tempo, porque nós não temos vacina, porque não há medidas efetivas do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle de contágio, do contato e da infecção e dos doentes? Vão continuar chegando aos hospitais aos montes.

E nós vamos ter a terceira onda, porque nós temos um número de suscetíveis enorme. E, como foi dito aqui pelos dois, a base de contaminados está no País inteiro, e não há nada sendo feito para diminuir o contágio. Há uma campanha de vacinação que se arrasta, nós não temos nem 12% de imunizados. Se fizer um inquérito populacional para saber quantos por cento da população são suscetíveis, mais de 70% são suscetíveis. Com o descontrole total, é certo que teremos uma outra onda de mortes, outro pico de mortes, que pode ser mais grave que o anterior, porque a base está muito mais contaminada, não há mais controle de nada, a não ser o uso de máscara que está um pouco mais por conta não do Governo, mas por conta da opinião pública, que tomou para si algumas responsabilidades, por conta dos meios de comunicação que tomaram para si a responsabilidade de informar, de comunicar.

Quero só dizer uma coisa: não fosse o Congresso Nacional, não fossem Governadores de Estado, o STF e a imprensa para resistir – para resistir, prestem atenção! – a uma política nefasta, macabra, criminosa de exposição de toda a população e de estímulo ao contágio, estaríamos hoje com mais de 2 milhões, 3 milhões, sei lá quantos milhões de mortos! Essa é a realidade. Não adianta tapar. Não estou dizendo que vocês fizeram isso, mas não adianta as pessoas ficarem tentando encontrar justificativas, narrativas. Não! O Presidente é o principal elemento de disseminação do vírus.

Ontem, eu estava na casa de um amigo, cuja esposa o pai mora no interior do Mato Grosso, o pai dela, estava contaminado e acreditando no Bolsonaro, estava tomando cloroquina; ele foi buscado às pressas pra vir ser internado aqui em Brasília, com mais de 50% de comprometimento pulmonar.

Quantos estão chegando nessa condição aos hospitais, porque seguem aquele em quem votou, pois acreditam? Tem uma coisa que é a fé pública. Se a pessoa virou Presidente, ele tem, no mínimo, uma credibilidade pra virar Presidente. E, se ele fala, aquela fala tem algum grau de fé pública. E isso está sendo usado pra levar as pessoas à morte deliberadamente.

O que foi feito em Manaus foi um experimento com seres humanos, Dra. Natalia. É de uma gravidade que, se for apurado com lupa, é pra dar prisão perpétua, porque expuseram uma cidade inteira a um tratamento, a uma medida de controle sanitário ineficaz pra testar, enquanto as pessoas morriam sufocadas por falta de oxigênio! É muito grave, gravíssimo! É insuportavelmente repugnante o que nós estamos vivendo neste País, é de indignar!

E eu fico muito triste com alguns colegas – não vou citar nomes – que vêm aqui tentar mais desinformar a população com pseudoestudos. Ninguém aqui está falando que a cloroquina não é uma droga segura. Ela é segura, ela tem ação anti-inflamatória, ela pode ser usada pra várias patologias, em vários casos, mas ela não tem eficácia comprovada, ou seja, ela não se mostrou capaz de prevenir que as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas adoecessem, de diminuir a gravidade dos casos e de evitar a morte, portanto, como medida sanitária única adotada por este Governo, mesmo sabendo de tudo isso, é um crime doloso e continuado!

E agora, com os dados do Pedro Hallal de 379 mil – ou seja, dois terços poderiam ser mortes evitadas, Sr. Relator –, o crime de extermínio está se configurando. E é preciso responsabilizar essas pessoas!

Eu queria só fazer uma pergunta, pra não dizer que eu não perguntei nada. Três cidades, Rio de Janeiro, Manaus e Fortaleza, as três cidades com as condições semelhantes de oferta de serviços, de capacidade instalada... Por que em Fortaleza morreu menos gente? Por quê? É *hub* aéreo e portuário, como Manaus é e como o Rio de Janeiro é. Por que em Fortaleza morreu menos gente?

E vejam. Poderia ter morrido muito menos não fosse... Vou deixar essa pergunta pra vocês, mas já afirmo que poderia ter morrido muito menos não fossem as intervenções do Presidente da República e do Governo pra obstruir determinadas ações. Olhem, eu fico tão indignado: uma Deputada fazer um vídeo instando comerciantes a pegar em armas pra manter seus estabelecimentos abertos, quando milhares de pessoas estavam morrendo, porque tinha sido proposto um rodízio, um fechamento temporário de algumas atividades não essenciais na cidade de Aracaju. A Deputada Carla Zambelli. Que loucura!

Eu queria deixar essa pergunta para os dois.

Muito obrigado pela contribuição de vocês ao Brasil e para a boa compreensão de como lidar com situações de emergência sanitária como a que nós estamos vivendo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Dra. Natalia? Dr. Cláudio?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom, eu não poderia concordar mais com a leitura que o Senador faz sobre o que aconteceu ao longo desse ano e meio, praticamente, em que a gente enfrenta a pandemia.

E acho que, de fato, essa comparação das três cidades quase que fala por si mesma. Nós tivemos, no início da pandemia, inclusive, uma situação muito difícil em Fortaleza, lá no começo, com hospitais superlotados, capacidade quase exaurida de atendimento. No entanto, houve uma organização, ao que me parece, houve organização estadual, organização local, criando regras, que deveriam ser nacionais e não são, e restrições, que deveriam ser nacionais e não são. Eu acho que isso aumenta o mérito de quem as tomou, porque é muito difícil adotar regras restritivas quando há uma grande autoridade nacional falando na TV contra essas regras ou agindo na Justiça contra essas regras. Eu acho que isso torna ainda mais evidente o mérito desses governantes, que conseguiram, no contrafluxo, na contracorrente do movimento nacional, organizar nos seus Estados, organizar nos seus Municípios ações pra conter a expansão da doença, para organizar o seu sistema de saúde, para orientar a sua população.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos... Gostaria de ter muitos exemplos; a gente tem alguns. Infelizmente, não são tantos. A gente tem vários no Nordeste aqui, acho que a gente deve reconhecer. Esse papel dos Governadores do Nordeste, que, não por acaso, constituíram um consórcio que veio se colocando como num contraponto da tentativa de fazer uma coordenação regional do enfrentamento, infelizmente, esbarra na resistência sistemática do Governo Federal em apoiar ou sequer anuir tacitamente. Não estamos falando de anuência legal, isso já discutimos antes, não cabe, mas que não houvesse sabotagem. Eu acho que tem havido sabotagem sistemática a todas as iniciativas que visam à redução da circulação do vírus, à redução da transmissão da doença.

Então, concordo integralmente aqui. Espero que, um dia, a história faça justiça. Espero que, muito antes disso, vocês, Poderes investidos, façam justiça a tempo de a gente ter menos mortes e menos sofrimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Senador, obrigada pelas considerações, com as quais também concordo.

No caso das cidades citadas, convém lembrar que tanto o Rio de Janeiro quanto Manaus tiveram um comportamento da população como se realmente a vida estivesse acabando amanhã. Então, a gente teve uma dificuldade nessas duas cidades de colaboração da população para o enfrentamento, para a adesão às medidas restritivas, que foi muito marcante. E eu digo isso aqui não para culpar a população, porque, como deixei bem claro no começo, é uma questão de uma boa comunicação do Governo com a sociedade, de cada Governo com as suas populações, para chamar essa população como parceira, pra que essa população, então, tenha uma adesão às medidas restritivas e se coloque também exercendo a cidadania, exercendo a solidariedade, parceira do Governo nas medidas de restrição. E isso é muito difícil de obter, justamente como o Cláudio falou, quando você tem um ambiente politicamente tão polarizado, como o que a gente vive, onde alguns governantes falam uma coisa, e o Presidente da República fala outra, e outros governantes falam outra. Então, as populações ficam muito confusas. Quando você consegue uma coesão dessa comunicação com a população, certamente o resultado é muito melhor. Infelizmente, esse resultado não foi obtido nas diversas cidades, inclusive nas duas cidades que o senhor, citou, Rio de Janeiro e Manaus, que foram cidades tão acometidas pela pandemia.

Conversando outro dia com a Professora Margareth Dalcolmo, que mora no Rio de Janeiro, ela até comentou que o trânsito do Rio de Janeiro já estava um trânsito normal, como se realmente a vida lá estivesse normal. E ela ficou muito espantada com isso: "Como assim, de onde veio todo esse trânsito, por que essas pessoas estão todas circulando?".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o problema da comunicação é um problema muito grave. Sem uma boa comunicação vinda dos órgãos institucionais e dos órgãos supremos, do Governo Federal, do Ministério da Saúde, é muito difícil conduzir uma crise global, uma crise sanitária desse tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Dra. Natalia.

Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Eu queria, só complementando a colocação que foi feita pelo Senador Rogério Carvalho, dizer que chegam às nossas mãos dados do número de mortes por Estado em cada grupo de 100 mil habitantes, dados de hoje.

Roraima tem o maior número de mortes por cada grupo de 100 mil, 331; em seguida, Mato Grosso, Amazonas, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Espírito Santo. E, lá embaixo, os cinco Estados que tiveram menor número de mortes por cada grupo de 100 mil habitantes foram exatamente os Estados que tentaram de todas as formas seguir o distanciamento social...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Que são quais, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - São os Estados... O último lugar... Deixe eu ver aqui, Randolfe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Os cinco Estados são: Rio Grande do Norte, Pernambuco, Pará, Bahia e Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

Inclusive, até para fazer um esclarecimento definitivo a esta CPI e a todos que estão nos assistindo: esse dado que o Senador Renan acaba de relatar é o dado de mortes por 100 mil habitantes - me corrijam, Dr. Cláudio e Dra. Natalia, se estiver errado -, esse é o dado de mortalidade, que é o dado que é considerado para ter referência do número de mortes, de estatísticas em relação à pandemia, e não o dado de letalidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Taxa de mortalidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, esse dado que o Senador Renan acabou de relatar – ótima contribuição que ele dá – é a taxa de mortalidade, que é o dado... E me corrijam, Dr. Cláudio e Dra. Natalia, se eu estiver errado. É isso? A referência é esta: é o dado de mortalidade e não de letalidade. E a imperfeição.. Só para concluir, a imperfeição disso – e por isso faço questão de prestar este esclarecimento, em especial a todos que estão nos assistindo – é que o dado de letalidade leva a uma distorção.

Por exemplo, é sempre citado aqui o caso do meu Estado, por conta de a letalidade ser pequena. E a letalidade é pequena por conta do número de testados, mas a população do Amapá é uma população proporcional à população do Acre e, lamentavelmente, tem um número de mortos maior do que o da população do Acre. Isso é uma demonstração concreta, como V. Sas. estão confirmando para esta Comissão, de que o dado a ser considerado para as estatísticas não pode ser a letalidade, porque ele distorce a realidade. O dado real deve ser o dado de mortalidade por 100 mil habitantes, como aqui foi apresentado pelo Senador Renan e pelo Senador Rogério. Se eu estiver errado...

Por favor, Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Corretíssimo. São dados, ambos, que são importantes e revelam coisas diferentes. O dado de mortalidade mede o impacto da doença numa determinada população e o seu resultado mais grave, que é a proporção de mortes em relação àquela população. O dado de letalidade mede a proporção entre aqueles que ficaram doentes e que foram documentados como doentes, entre eles quantos morreram. Então, mede muito mais a capacidade de atender adequadamente os doentes, adequadamente ou não, e como vai o sistema de notificação e de registro de casos de óbitos.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – E, só pra complementar a resposta do Cláudio, a letalidade também dá uma ideia pra nós da capacidade daquela doença de matar. Então, por exemplo, a letalidade da raiva, quando a pessoa pega a raiva, é de quase 100%, é uma doença que quase sempre é letal. Isso não quer dizer que está todo mundo morrendo de raiva naquele país; quer dizer que, se acometido, infelizmente, a letalidade dessa doença é muito alta, mas não quer dizer que tem uma epidemia de raiva acontecendo.

Então, são, realmente, dados usados pra fazer medidas diferentes.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso quer dizer também, Dra. Natalia, que a taxa de letalidade indica quantos mortos poderíamos ter se largássemos os brasileiros à própria sorte para um contágio irrestrito como foi proposto pelo Osmar Terra, que foi encampado pelo Presidente da República e por toda a sua estrutura de Governo. Daria para a gente saber exatamente pela taxa de letalidade da doença, certo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATALIA PASTERNAK – E com a taxa de transmissão também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente.

Agradeço primeiramente ao Senador Renan, que trouxe o dado aqui a esta CPI; agradeço aos senhores por prestarem esse esclarecimento sobre a diferença entre dados de mortalidade e letalidade, e esclarecerem em definitivo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que o índice adotado para as estatísticas é o índice de mortalidade por 100 mil habitantes.

Dito isso, nós vamos realizar o intervalo que eu prometi por 15 minutos. Tentamos esticar ao máximo para adiantar, mas realmente não é muito comedido, não é humano ficarmos seis horas sem nenhum suporte, sem nenhum intervalo. Então, em decorrência disso, nós vamos suspender durante 15 minutos.

Na sequência, Senador Eduardo Girão; logo depois, o Senador Kajuru, em homenagem a S. Exa., uma deliberação da Presidência e da relatoria desta Comissão. E seguirá a sequência com a Senadora Zenaide Maia, que já está aqui no remoto, Senador Alessandro Vieira, e concluiremos com a Senadora Simone Tebet.

Suspensa a sessão por 15 minutos.

(Suspensa às 15 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Reiniciamos a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Senador Eduardo Girão é o próximo inscrito pelo sistema remoto. Em seguida, será, só recapitulando: Senador Eduardo Girão, Senador Jorge Kajuru, Senadora Zenaide, Senador Alessandro e Senadora Simone.

Senador Girão, V. Exa. tem 15 minutos. Fique à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) –
Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente. O senhor me ouviu bem?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Ouvimos. Ouvimos alto e claro. Pode ficar à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero saudar a todos neste momento que a gente está vivendo, um momento difícil, dramático no País. Isso é indiscutível.

Eu esperava, desde a semana passada, quando foi marcada a reunião, que fosse um debate. Essa era a expectativa minha e, acredito, do povo brasileiro, mas o debate, infelizmente, foi excluído na CPI. Seria bom, para que a gente pudesse tirar as próprias conclusões, ouvir um lado e ouvir o outro. Eu acho que isso seria mais interessante do ponto de vista, para que a gente pudesse ver eventuais contradições, porque nós não somos médicos, nós não entendemos, mas, quando a gente vê duas pessoas que entendem discutindo, acredito que é mais proveitoso sob todos os pontos de vista, inclusive o democrático. Então, eu queria, neste momento, registrar isso, porque tinha sido pautado que iria haver debate. Tinham sido escalados dois cientistas de um lado e dois de outro. E ele foi desmembrado e ficou: hoje, dois cientistas; e, na próxima sexta-feira, ou seja, daqui a uma semana, nós vamos ter os outros dois cientistas, que pensam divergente dos nossos convidados de hoje.

Eu agradeço aqui as explicações do Dr. Cláudio e da Dra. Natalia e informo que me sinto até contemplado com as algumas perguntas formuladas pelos colegas.

Repito: não sou médico, nem cientista, portanto não posso avaliar adequadamente o tratamento precoce. Esse é um assunto absolutamente técnico e não deveria ser politizado, inclusive pelo Presidente da República, que, ao meu ver, erra quando politiza esse assunto. Por mais que possa, eventualmente, ter boa intenção, gerou toda essa polêmica em torno do assunto. E vejo que também está criminalizado tal assunto.

Eu só tenho trazido aqui hoje alguns argumentos de médicos e pesquisadores que, infelizmente, não têm tido oportunidade de serem ouvidos, como eu disse aqui no início; cientistas que têm posições divergentes, diametralmente divergentes – e são muitos. E, pelo princípio do jornalismo, a gente tem que ouvir sempre os dois lados. Se a CPI quer discutir e precisa – é um ponto central da CPI – discutir o tratamento precoce, que não se restrinja apenas a um medicamento, que tem essa polêmica, como a cloroquina está sendo colocada aqui; mas também sabendo que existem 17 medicamentos que fazem parte do chamado tratamento precoce. Que seja justa e que ouça esta CPI os dois lados. E que o tratamento seja o mesmo, porque a gente viu aqui como tem que ser: muita cordialidade, sem exigência de "sim" ou "não", sem intimidação, sem absolutamente querer enveredar a resposta do depoente para outro lado, ou seja, um clima de harmonia. É disso que a gente precisa se a gente quer, realmente, buscar a verdade.

O que eu sempre lutei é pela justiça, pela autonomia médica e do paciente também. Eles já são responsabilizados pelos seus atos perante a lei brasileira. Nada contra outros tipos de especialistas de outras áreas. Podemos ouvi-los, sim, mas é fundamental ouvir os médicos que estejam tratando pacientes com Covid dos dois lados. Não podemos violar o princípio constitucional do contraditório, repito, que permite assegurarmos a igualdade e a ampla defesa. Aqui o debate não é o ideal, até porque não existe o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate. Ele fica prejudicado, porque temos somente uma visão dos fatos, com falta dos necessários reparos, porque somos humanos, imperfeitos, o que não contribui para o crescimento da ciência, como todos defendemos aqui.

Eu queria iniciar pela Dra. Natalia, fazendo aqui uma colocação para ela: são cerca de 17 drogas utilizadas *off-label* atualmente nesse chamado tratamento precoce. A senhora deve ter pesquisado essas drogas de alguma forma. E eu pergunto: em todas essas 17 drogas, existe a polêmica como tem na cloroquina, hidroxiclороquina e na ivermectina?

Eu queria só pedir à senhora, como o tempo da gente é curto... Eu não vou fazer jamais o que foi feito aqui, por exemplo, com a Dra. Nise Yamaguchi, que foi desrespeitada covardemente. E lhe foi imposto: sim ou não, tem que dizer. Eu não vou fazer isso. Eu só peço que a senhora, por favor, por gentileza, seja objetiva na resposta.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Senador, muito obrigada.

O senhor tem toda a razão quando diz que alguns medicamentos foram muito mais politizados do que outros, e esse, realmente, foi o caso, principalmente, da hidroxiclороquina e também, no Brasil e em alguns outros países, o caso da ivermectina. Outros medicamentos foram aventados, foram estudados, foram descartados; alguns foram aprovados, mesmo sabendo que eles são medicamentos que ajudam, como o remdesivir, mas que não curam. Então, até agora, nós não temos nenhum medicamento que, realmente, mostrou ser eficaz para combater a replicação viral, para ter um efeito muito impactante na transmissão da doença e na progressão da doença para que ela se agrave.

Então, desses 17 medicamentos, que o senhor diz, certamente a cloroquina e a ivermectina são os que foram mais politizados. Por que é que isso aconteceu? É um fenômeno muito mais jornalístico do que científico. Em cima desses medicamentos foi feito um *hype* muito grande. No caso da cloroquina, esse *hype* é muito conhecido por pessoas que, como eu, trabalham com comunicação de ciência e negacionismo. É o *hype* do cientista que vai para a mídia antes de passar pela revisão dos pares. Esse *hype* também aconteceu na promoção do movimento antivacinas, com Andrew Wakefield, em 1998, por exemplo. Também foi um cientista que foi para a mídia antes de publicar.

Então, esse tipo de apelo jornalístico e midiático, tão facilitado hoje pelas mídias sociais, foi o que acabou dando mais politização. E essa politização, como o senhor bem colocou, é muito prejudicial.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Girão, está sem áudio. Está sem áudio, Senador Girão. (*Pausa.*)

Agora sim. Agora sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu estava sem áudio, porque foi cortado aí, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Ah, desculpe-me, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Aqui eu não tinha mexido em nada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, não. Parece...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Mas parece que não foi aqui, não. De qualquer forma, tudo bem, agora está restabelecido...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, foi aí, porque eu não mexi em nada. Eu estava atento aqui no funcionamento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, tudo bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Mas o tempo de V. Exa. vai ser reposto, pelo tempo que V. Exa. quiser.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Muito obrigado. Sei de sua tolerância sempre.

Eu queria ver... Olhem que interessante: a gente percebe aí o grave erro, colegas Senadores, jornalistas que estão acompanhando, pessoas em geral, porque tem ocorrido a generalização, não é? Algumas dessas drogas já foram aprovadas para uso *off-label*, como a budesonida inalatória, na Inglaterra, e como a ivermectina, pelo NIH, Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos.

Afirmar que a ciência comprova a ineficácia do tratamento precoce é algo assim que a gente... Só há discussões em 3 das 17 drogas. É a mesma coisa que afirmar que todos os políticos são corruptos ou que todos os políticos não trabalham. Muitos dos senhores se sentiriam injustiçados, colegas, com esse tipo de afirmação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, a verdade é que milhares de médicos que estão no *front* e que estão salvando vidas têm sido perseguidos sim!

Pesquisadores têm tido suas reputações destruídas, e muitos pacientes ficaram com medo de buscar esse tratamento, que é, sim, seguro, desde que sempre com orientação médica. Eu sou totalmente contra a automedicação, sou a favor de vacinas. Nós estamos numa guerra. Sempre fui a favor de vacinas, do distanciamento físico, do uso de máscara e também do álcool em gel, mas por que não? Se a gente está numa guerra e todos os recursos têm que ser usados, por que não, com recomendação médica, um tratamento?

Inclusive, eu quero sugerir pra quem está nos assistindo e tirando suas próprias conclusões de tudo isso que a gente está ouvindo aqui, que assista ao debate, porque foi debate, não foi excluído. Olha como as coisas são na vida: há dois meses e meio, o Senado fez um debate, na Casa, ouvindo cientistas e médicos renomados contra o tratamento precoce e cientistas e médicos renomados a favor do tratamento precoce. É só você buscar nas redes sociais do Senado, colocando aí tratamento profilático Covid-19. Foi aprovado por todos os Senadores, não teve discussão, e muitos participaram. A gente vai ouvir o... A gente ouviu, nesse debate – é bom que as pessoas assistam no YouTube –, os dois lados e ambos apresentaram seus estudos randomizados, apresentaram metanálises, apresentaram também a questão do duplo-cego, isso aí e resultados clínicos também.

Eu queria aproveitar aqui também e fazer uma colocação. Foi falado de Fortaleza, antes de encerrar a primeira parte do intervalo. Fortaleza é a terra em que eu nasci, eu sou fortalezense, e 8.835 irmãos fortalezenses morreram por Covid. Então, assim, é algo que, quando a gente muitas vezes quer politizar...

Eu já vou me dirigir agora ao Dr. Cláudio porque ele defendeu aí o Consórcio Nordeste como uma busca de alternativa. E a gente viu que, por exemplo, em Fortaleza, muita gente morreu porque procurou leito em Fortaleza, agora nessa segunda onda já, e o hospital de campanha foi fechado pela gestão local. Inclusive, eu fiz essa pergunta ao Dr. Elcio, se ele tinha autorizado, eu fiz essa pergunta ao ex-Ministro Pazuello, se ele tinha autorizado. E não. Foi fechado o hospital de campanha, com cinco meses. Foram gastos quase R\$96 milhões e foram simplesmente fechados quando começou a chover sabe o quê? Não foi água, não. Começou a chover denúncia de corrupção. Foi fechado o hospital. Quando o povo, agora, de Fortaleza, os fortalezenses precisaram de leito, não tinha leito. Então, esse é um fato que a gente precisa... E o Consórcio Nordeste, Dr. Cláudio, que o senhor defendeu...

Eu vejo que realmente está muito politizado tudo isso aqui. Eu espero que, na próxima sexta-feira, se veja, Presidente Randolfe... Vamos deixar a política de lado. Vamos deixar a política de lado, porque isso faz com que a gente perca a razão, perca o foco, perca a verdade quando a gente politiza.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sexta-feira que vem, se tiver, se tiver algum cientista que seja bolsonarista, nós precisamos tirar. Nós temos que ouvir cientistas que não têm vínculo político partidário, porque isso atrapalha, isso tira a credibilidade.

O currículo do Dr. Cláudio é respeitável. Eu não tenho uma vírgula para falar. Acompanhei algumas palestras dele, está inclusive sendo agora transmitido, foi divulgado muito que ia ser transmitido pela TV PT, por vários outros organismos aí, CUT e tudo. Eu acho bacana que se dê publicidade.

Agora, o que não pode, no meu ponto de vista, é que a gente tenha, dum cientista que venha expor aqui, uma posição clara política, já de campanha para o ano de 2022. Por isso que se perde muito nesta CPI, que ela está derretendo em credibilidade junto à população, quando hoje inclusive teve aqui já a pesquisa da XP, que mostra que só 35% acreditam na efetividade desta CPI. Ela vem derretendo por esse viés político.

Então, eu acho que esse tipo de retuitada aqui, mostrando o ex-Presidente da República... Eu não tenho absolutamente nada contra ele, tenho divergências políticas, questionamentos com relação a muita coisa, mas nada pessoalmente contra ninguém. E aqui, que está na própria página do Dr. Cláudio aqui no Twitter, dizendo que seria cômico, se não fosse mais uma rajada assassina no povo deste País, mostrando o Presidente aqui cumprimentando as pessoas, o que eu acho errado, o que eu acho errado. E coloco isso toda sessão. O Presidente causa aglomeração. Está errado. Não usa máscara. Tinha que dar o exemplo, não tenho dúvida.

Agora, o que não pode é a gente ouvir cientistas que estão realmente com essa contaminação política. Isso tira a credibilidade, porque a gestão do SUS é tripartite, não é? Eu acredito que a gente tem que investigar. Estamos investigando o Governo Federal. E a gente está fazendo isso bem, foi o que fez durante um ano, um mês e uma semana até agora, só isso.

Agora, o estrago que, por exemplo, o Consórcio do Nordeste, que é a ideologia defendida por muitos que estão conosco aqui neste momento, é uma ideologia que infelizmente causou prejuízo para o povo nordestino. Só numa compra, de trezentos respiradores comprados da indústria da maconha, que até hoje não chegaram, foram pagos aí quase 50 milhões antecipados. Graças a Deus, terça-feira os colegas toparam votar. Nós vamos ver a possibilidade de esclarecimento disso com o Diretor Executivo do Consórcio Nordeste, que é Carlos Gabas, não é? Que é o Diretor Executivo, e há um requerimento meu para ouvir, para explicar isso, porque onde eu ando, as pessoas perguntam e esperam da CPI isso.

Então eu só queria deixar claro que a gente não pode politizar. A gente tem uma responsabilidade grande com relação a isso. Da nossa parte, politicamente falando, até se aceita, de alguma forma, não é? Não de forma politiqueria, trazendo um debate 2022 para cá. Agora, o que não se pode é ouvir de cientistas, e eu espero que sexta-feira nós não tenhamos nenhum cientista que tenha viés político,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendendo "a", "b", bolsonarista, lulista, para que a gente possa realmente ter um resultado coerente, que as pessoas possam acreditar no nosso trabalho nesta CPI.

Só para complementar, Presidente, sabendo que o senhor já deu aí um bom prazo, pelo que eu ouvi ao soar o alarme, queria colocar o seguinte: o Senador Renan Calheiros fez uma colocação a partir de uma fala da Dra. Natalia com relação à questão do... É que ela fez aquela analogia, interessante, com o futebol, colocando o time de futebol. O Senador Renan Calheiros, depois, colocou assim – eu até anotei aqui – que nós somos todos atacantes nesta CPI, todos atacantes nesta CPI. Acho que a CPI tem que ter esse papel. A CPI só não pode é ser também o juiz, como o dono da bola, o dono do time, e que possa, de alguma forma, ouvir todos os colegas para a tomada de decisão. Porque o que a gente viu nesses dias foi atropelo em cima de atropelo por narrativas políticas e a gente precisa, sempre, ouvir o contraditório.

A Dra. Natalia também falou que Estados e Municípios "estão entregues à própria sorte". Eu anotei isso aqui. Eu vejo aqui... Eu fiz essa pergunta também, Dra. Natalia, eu fiz essa pergunta para o Dr. Elcio, muito parecida, com relação a recursos do Governo Federal. Não sei se a senhora sabe, mas nunca se investiu tanto em saúde. Isso é fato. Independente de ser de um lado ou de outro, a gente tem que entregar a verdade para as pessoas. Em 2020, só no ano passado, foram R\$79 bilhões na rotina do SUS investidos, mais R\$33 bilhões para a Covid, uma verba para a Covid. Só para a senhora ter uma ideia, com relação ao saldo. O saldo agora, em março, das Prefeituras e dos Estado, foi de 9,5 bilhões nos Estados e 14,9 bilhões nos Municípios, o saldo positivo que nós temos visto. Sem falar nos insumos, nos equipamentos comprados, o que dá 46,5 bilhões e 11,2 bilhões. Uma coisa é ponto pacífico entre todos os Senadores. Eu já falei isso várias vezes e nunca fui contestado por ninguém: dinheiro não faltou nessa pandemia. Dinheiro não faltou.

Agora, pela própria Polícia Federal, que eu tentei chamar aqui o Diretor-Geral anteontem... Fui voto vencido. Só tive o meu voto. Foi 8 a 1 para chamar a Polícia Federal para ouvi-la com relação a esses escândalos. São mais de setenta operações da Polícia Federal que foram realizadas, mostrando aí que corrupção, em época de pandemia, não é apenas um fato de impunidade, de corrupção, é...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) –
Desviar dinheiro de verba pública, neste momento, é simplesmente assassinato. Então, queria só fazer essa ponderação para o Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senador Girão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela ordem, a Senadora Simone, por gentileza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – É muito rapidamente, apenas para fazer um esclarecimento. Acho importante, a CPI está indo muito bem.

O Senador Eduardo Girão sabe do meu carinho, da minha amizade e do meu respeito por ele e pela família dele, mas ao falar que não vamos politizar e trazer para o lado eleitoreiro, acabou trazendo. Eu gostaria apenas de...Da mesma forma como a Bancada Feminina colocou uma Senadora da Oposição para pedir urbanidade no trato em relação a Dra. Nise...

Portanto, repito, uma Senadora da oposição pedindo que a Dra. Nise pudesse ser tratada com urbanidade, que nós possamos também não colocar em cheque ou em credibilidade o depoimento dos doutores, tanto da Dra. Natalia, que também teve uma situação como essa apontada, e, agora, com o Dr. Cláudio.

Acho que nós podemos continuar, e estamos indo muito bem. Cada Senador e Senadora tem o seu juízo de valor e saberá levar em consideração ou não aquilo que for dito.

Mas é importante ressaltar que aqui estão falando dois cientistas. Quem está falando neste momento é a ciência, e o Brasil agradece o fato de a CPI estar dando oportunidade para a ciência se pronunciar, essa mesma ciência que deixou de ser ouvida e, infelizmente, em função disso, levou a esse número exorbitante de mortes.

Da mesma forma, Sr. Presidente, apenas para aqui fazer uma defesa do Senado Federal, aqui aproveitando essa oportunidade que o próprio Senador Eduardo Girão nos trouxe, e ele só apresentou esses dados, a gente só tem a agradecer a ele por isso, de que apenas 35% da população brasileira acredita no resultado dessa CPI.

Mas é importante deixar aqui, de uma forma muito objetiva e clara, que essa CPI é diferente de todas as demais: ela não vai investigar apenas fatos passados; ela não vai dar em pizza, como também não vai dar esse ou aquele resultado; ela já deu resultado. Ela já deu resultado quando, pouco antes de ser instalada, a tentativa do Governo de que o Senado não instalasse a CPI mudou o Ministro da Saúde, do Ministro Pazuello para o Ministro Queiroga. Pelo menos por isso já serviu essa CPI, porque, pelo menos, o Dr. Marcelo Queiroga é um homem da ciência, um homem da Medicina, que, bem ou mal, tem procurado fazer o seu trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, apenas, porque o meu querido amigo Eduardo Girão nos permite... E ele traz um dado verdadeiro mesmo, ele está totalmente correto: as pessoas não acreditam na classe política e muito menos em CPI. Mas esta CPI não vai dar em pizza porque ela já está dando resultado neste momento. Neste mesmo momento pararam de falar em remédio que não... Muitos pararam de falar em remédios que não têm eficácia; neste mesmo momento está tendo uma discussão totalmente equivocada, mas está tendo a discussão sobre a questão do uso de máscaras – essa CPI não ficará silente em relação a isso.

Repito, essa CPI não é CPI do passado; é CPI do presente. É uma CPI que, de alguma forma está curando, de alguma forma está ajudando a salvar vidas.

Então, agradeço a oportunidade e faço aqui apenas a minha consideração de que também não pertenço à linha política – pelo que eu estou vendo – do Dr. Cláudio; nunca votei a princípio no partido que os próprio Eduardo Girão apontou, mas vou defender até o fim, no meu mandato, o direito de eles estarem aqui, de poderem esclarecer, fazer os seus esclarecimentos e, no juízo de valor de cada um de nós, que somos inteligentes, somos da política, saberemos fazer aqui a nossa interpretação sobre tudo que está sendo dito.

Desculpe o alongado, mas é importante...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... porque o Senador Eduardo Girão trouxe um dado fundamental que precisa ser muito explorado. Senador Eduardo Girão, vamos mudar essa realidade e mostrar para a sociedade brasileira que o trabalho do Senado Federal é sério, que o resultado vai ser o resultado que é o justo e verdadeiro. Puna-se quem tiver que tiver que punir, doa a quem doer – Governadores, Prefeitos ou o Presidente da República. Eu e Eduardo Girão estamos juntos nessa trincheira.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senadora Simone.

Então, dando... Eu queria passar rapidamente: então, vou conceder dois minutos à Dra. Natalia e dois minutos ao Dr. Cláudio. Peço procurar cumprir o tempo para nós passarmos... Logo em seguida temos o Senador Jorge Kajuru, já inscrito aqui, já esperando há algum tempo, para nós... Temos outros colegas Senadores aqui inscritos.

Senadora... Perdão, Dra. Natalia. *(Risos.)*

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Pois não, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao que foi falado pelo Senador Girão sobre os dois lados no jornalismo e o princípio do contraditório, é importante salientar que esses princípios do jornalismo – e da política também – de sempre observar o contraditório, eles não se aplicam para a ciência, porque a ciência é um processo investigativo dos fatos, da realidade, e daí não cabe o contraditório.

A ciência não tem dois lados. E isso não é por desprezar opiniões alheias, mas pelo modo como a ciência trabalha, que é um processo empírico de investigação.

Então, quando a gente fala que existem consensos científicos, eles são consensos. Um consenso científico como, por exemplo, de que o aquecimento global é real e é causado pelo homem, é um consenso científico. Podem até existir cientistas que contestem isso, mas, para que esse consenso seja derrubado, as evidências em contrário precisam ser muito robustas, precisam ser evidências extraordinárias. Como já dizia Carl Sagan, alegações extraordinárias precisam de evidências extraordinárias, senão continua valendo o consenso científico.

E, quanto ao uso *off-label* de medicamentos, acho que Cláudio pode esclarecer melhor do que eu, mas *off-label* não precisa de autorização de agência regulatória. E ele não é política pública. *Off-label* é justamente a autonomia do médico de prescrever *off-label*, porque senão seria *label*, seria autorizado pela agência regulatória.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom, muito obrigado pelas questões trazidas, Senador Girão.

Primeiro, acho que minhas posições políticas, como eu disse inicialmente, eu nunca me preocupei em escondê-las, torno-as públicas, não sou filiado a partido nenhum.

As minhas posições não se confundem com a minha posição institucional. Esse perfil que, eventualmente, foi mostrado aqui – não sei nem se é o meu ou não – é o meu perfil pessoal de Twitter, não é institucional. Isso é outra coisa. O que eu faço nas minhas horas em que não estou trabalhando, se eu advogo por um, por outro, se defendo certas posições, acho que é uma questão do exercício de cidadania, assim como acho que é inevitável falar em política numa Casa de política, tendo eu mesmo a política no nome do meu cargo: sou especialista em políticas públicas, tá-tá-tá. Então, claro, não estou falando de política partidária, estou falando de políticas públicas.

Em relação ao tratamento precoce, claro, as pessoas têm que ser acolhidas precocemente, têm que ser orientadas antes de ficarem doentes, têm que ter o sistema de saúde receptivo para elas o tempo todo. A grande questão é: não existe nenhum tratamento precoce considerado efetivo hoje para a Covid-19.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns até estão em fase de validação. O Senador citou a budesonida, que é um medicamento promissor. Vamos lembrar: ele é um corticoide – ele não ataca o vírus – e ele pode talvez reduzir a reação inflamatória, da mesma forma que outras categorias de corticoides injetáveis não inalatórios já têm sido indicados para a Covid.

Em relação à ivermectina, a posição do NIH (Instituto Nacional de Saúde americano), que está no *site* deles, onde eles afirmam com todas as letras – e sugiro ao Senador que consulte diretamente o *site* deles –, é de que não há evidências suficientes para a indicação da ivermectina e que isso pode ser objeto de estudos futuros. Esse medicamento é contraindicado explicitamente pela OMS, pela Agência Europeia de Medicamentos, pela Food and Drug Administration e pelo próprio fabricante original, que é a empresa Merck.

E, por fim, a questão do Consórcio Nordeste, eu continuo afirmando a importância do Consórcio Nordeste pelo que tem demonstrado de vontade de adotar políticas, de adotar medidas em relação à prevenção, em relação ao cuidado com a doença.

Agora, o grande protagonismo dado ao Consórcio Nordeste pode nem ter sido pelas suas ações, mas muito mais pela omissão do Governo Federal em adotar políticas, em adotar medidas de prevenção. Outro protagonista surgiu nesse vácuo, e o que nós menos precisamos hoje é de um vácuo quando vivemos uma epidemia dessa importância.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Dr. Cláudio.

Senador Jorge Kajuru. Depois, o Senador Alessandro e concluiremos com a Dra. Zenaide... Com a Senadora Zenaide, perdão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. *Por videoconferência.*) – Bem, Pátria amada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Só um minutinho, Senador Jorge Kajuru.

Senador Girão, é uma questão de ordem, é um pela ordem? Senador Girão, estamos sem o áudio...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Pela ordem. Por videoconferência.*) – É rapidamente só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Por gentileza, Senador Girão, porque os seus colegas Senadores estão aguardando já há algum tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pronto. Se o meu querido irmão Kajuru permitir, rapidamente. Não mais do que dois minutos, amigo. Obrigado.

Eu acho que esse assunto é um assunto... Não é que a ciência tem dois lados, absolutamente. Eu não disse isso. Eu disse que os cientistas estão divididos sobre o assunto. E aqui, nesta CPI, já que um dos focos é ver a questão de cloroquina, de tudo isso que aconteceu durante esse período, a gente precisa ouvir os dois lados, e o debate é o melhor formato. Quem não tem receio do debate eu acho que é importante estar junto.

Só para passar aqui as qualidades das cinco metanálises favoráveis à ivermectina, que o doutor falou agora há pouco, que foram citadas inclusive pelo Senador Heinze antes. Algumas foram feitas por um dos maiores especialistas do mundo, a Tess Lawrie, consultora da onde? Da OMS, da NHS da Inglaterra e do NIH dos Estados Unidos.

Só para passar isso. Assim como o Dr. Andrew Hill e a Dra. Kerali, que é a mais famosa clínica de meio, inclusive revisado agora em janeiro.

Então, a gente precisa realmente buscar a verdade com relação a isso, tá?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Girão.

Eu vou passar para o Senador Kajuru, não sem antes pedir para o Senador Renan acumular relatoria e Presidência provisoriamente, enquanto eu tenho que me deslocar aqui ao lado. Voltarei o quanto antes.

Senador Kajuru, Senador Alessandro e Senadora Zenaide.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar. *Por videoconferência.*) - Bem, Pátria amada, eu não posso esconder esse minuto de emoção porque finalmente eu estou, Presidente Randolfe, Senador Renan Calheiros, na CPI. Porque é algo inacreditável, que o País inclusive discute, gente do bem.

Porque esta CPI só existe e está sendo exercida - e o senhor sabe muito bem, Presidente Renan, Relator - por minha causa e por causa do Senador Alessandro, que entramos com um mandado de segurança no STF. Do contrário, ela não existiria, e o senhor sabe disso. Ela iria ser prorrogada e não estaria aqui. Então, como pode alguém que é responsável pela existência da CPI não participar dela? Então, evidente que eu estou aqui emocionado.

Eu me dirijo a quem, até então, assumiu a Presidência desta sessão, Senador Randolfe Rodrigues, com o maior carinho, porque eu só estou aqui em função de um homem que, para mim, é uma reserva



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

moral deste País, o Senador Otto Alencar, que fez a solicitação para que eu participasse da CPI e estivesse na escala à hora de perguntar e também no dia em que ocupava a Presidência o Randolfe Rodrigues, que concordou. Randolfe, para mim, é um rapaz exemplar e um rapaz limpo, ao contrário de gente da classe política que é rapaz sujo.

E aproveito para fazer, se o senhor me permite, Senador Renan, uma correção. Quando o senhor responde a críticas e o senhor diz de onde essas críticas vêm, elas são um elogio para o senhor. O senhor está me ouvindo ou não?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Estou te ouvindo. Claro!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Então, por favor, não diga mais que elas são um elogio para o senhor. Essas críticas, de onde vêm, ao senhor são um atestado de idoneidade. Entendeu a diferença? De elogio para atestado de idoneidade? Então, eu mudaria a forma de o senhor responder, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Com todo o carinho que eu tenho, porque é um irmão - eu frequento a casa dele; a família dele é minha amiga -, pelo Senador Girão... Senador Eduardo Girão, entre aí - a sua assessoria não lhe informou bem - na internet, agora, às 15h31 - agora são 16h26. O *Valor*, de *O Globo*, informa a Pesquisa XT, que diz o contrário do que o senhor informou: que 62% dos brasileiros aprovam esta CPI. Portanto, essa é a informação verdadeira.

E aqui está um jornalista de 40 anos de carreira nacional que só acredita em uma pesquisa no Brasil: Datafolha. As demais eu ignoro. Mas a correção é necessário ser feita.

Tanto que muitos colegas ficam ansiosos para uma pergunta nesta CPI com o desejo de quê? De 30 segundos no Jornal Nacional. Eu não babo, Presidente Renan Calheiros. É o desejo de aparecer no Jornal Nacional. Eu não tenho isso, porque eu apareci em rede nacional, na televisão brasileira, durante 40 anos. Portanto, isso não faz falta nenhuma a mim.

Indo direto aos assuntos, por ter essa primeira grande chance aqui na CPI, Dra. Natalia e Dr. Cláudio, os senhores merecem, inicialmente, um aplauso pelas aulas dadas durante toda esta sessão. Portanto, a CPI - e eu sei que o Senador Renan não vai se esquecer disso e o Brasil do bem - agradece as suas posições.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Natalia, eu adorei aquela frase sua, do goleiro, da vacina-goleiro. Mas a senhora há de concordar comigo que não basta só a defesa. O meio-campo tem que voltar e marcar bem também, e até os atacantes. Ou seja, é um time completo, é um jogo coletivo.

A senhora concorda? Sim ou não?

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Senador, desculpa, mas o senhor está abusando dos meus conhecimentos futebolísticos. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Porque futebol tem goleiro, defesa, meio-campo e ataque, Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Então, a minha analogia fica no limite do meu conhecimento, Senador. Desculpe.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Mas pergunte ao seu filho, ao seu sobrinho, que ele vai lhe explicar o que é o futebol.

Segundo: também adorei a sua colocação sobre a ciência.

E peço, rapidamente, sim ou não, se, na verdade, a sua definição é de que a ciência não é uma achismo. Concorda?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Perfeito. É isso mesmo. É um processo de investigação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Exatamente, não é um achismo.

Aí eu tenho que entrar em uma colocação para a senhora e para o Dr. Cláudio, dura, que é o meu estilo – quem me conhece, o Senador Renan sabe o que eu sou como jornalista, na minha carreira –, é o meu jeito de perguntar.

Infelizmente, o Brasil, hoje, tem um Presidente da República, cuja cultura é uma cultura de latrina.

Eu sei que muita gente vai pegar o telefone agora e buscar no dicionário. Inclusive ele, Presidente, se estiver vendo a gente, vai ter que pegar, no telefone, no dicionário, o que é latrina. É a sua cultura.

Dá a pergunta à senhora: qual é a sensação de uma mulher, com a sua experiência? Que motivo realmente teve o Presidente da República para agir da forma que ele agiu, para enfrentar a pandemia do jeito que enfrentou, com declarações grotescas, para não repetir aqui a palavra estapafúrdia, com declarações assim revoltantes? A senhora acha que foi o quê? É o quê? É uma ignorância de alguém que chegou à Presidência da República do Brasil? Ou alguém colocou na cabeça dele tudo o que ele falou, que eu não quero repetir aqui, porque não quero passar mal ao vivo, no ar?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, não cabe a mim fazer qualquer tipo de análise sobre a motivação ou a personalidade do Presidente da República. O que eu posso analisar, como uma especialista em comunicação de ciência, é que a maneira como o Presidente se comporta, como ele apresenta a sua comunicação para a população, é uma maneira muito perigosa. Ele mostra, no seu comportamento, total falta de empatia com as famílias enlutadas, com as famílias que perderam seus entes queridos. E ele mostra também total ignorância da ciência, que deve ser levada em conta na condução da pandemia.

A motivação dele eu não posso arriscar a dizer, mas eu sempre costumo citar a navalha de Hanlon, que é uma situação que a gente usa muito em ciência, que diz que a gente nunca deve atribuir à malícia aquilo que pode ser explicado perfeitamente pela ignorância.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Respondeu muito bem.

Parabéns, Dra. Natalia.

Dr. Cláudio, a sua visão em relação a esse mesmo questionamento que eu fiz.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom, saudações, Senador Kajuru. Tenho parentes na sua cidade, conheço desde criança...

Eu tenho uma dificuldade semelhante à da colega aqui para entender as motivações. Eu não tenho dúvida quanto à natureza dessas declarações, mas me parecem absolutamente coerentes com as declarações dadas por ele, ao longo de toda a sua vida política, desde quando era Deputado, quando defendeu um torturador, quer dizer, são declarações de quem não tem empatia, de quem não se identifica com os outros seres humanos.

Então, me parece, não é surpresa ouvir o que tem acontecido atualmente, como declarações para não usar máscara, questionando a validade da vacina, dizendo que a vacina é experimental, ou outras coisas dessa natureza que têm como resultado último a piora da nossa situação epidêmica e a piora da capacidade da população de se proteger.

Agora, não sei a motivação, só posso dizer que, aparentemente, essa motivação já vem há 28, 30 anos, porque é coerente ao longo de toda essa trajetória.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Perfeito, Dr. Cláudio.

Presidente Renan Calheiros, minha última colocação, e peço só a permissão, ao senhor e a todos os companheiros, que merecem o meu respeito, para algo que eu não consigo entender, Presidente Renan Calheiros, neste momento na sessão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, dá-se a impressão de que, quando se defende... O senhor, Renan, a imagem da TV Senado poderia ser um pouco mais inteligente e mostrar o Renan, que eu estou me dirigindo a ele, ele é o Presidente. Então, se a TV Senado puder...

Então, Presidente Renan Calheiros e Relator, quando se fala que 15 milhões de pessoas estão salvas no Brasil pela pandemia, uma coisa que eu não consigo entender, quer dizer, então, que meio milhão de pessoas mortas não significam nada? Vamos comemorar? Vamos gritar, como um gol no Maracanã? Olha, 15 milhões de pessoas estão salvas; porém, meio milhão, mortas. É algo que eu não consigo entender.

Então, a minha última pergunta, e me dirijo à Dra. Natalia, ela é simples. A senhora deve ter, Dra. Natalia, com a sua cultura, que não é de latrina, evidentemente... Com a sua cultura, a senhora deve ter lido Millôr Fernandes. E Millôr dizia o seguinte: que a ignorância é a maior multinacional do mundo. Infelizmente, ela é.

Teve um Parlamentar neste Congresso Nacional, o Senador Randolfe deve se lembrar desse dia, porque ele tem uma memória de elefante, embora seja um nanico fisicamente, mas ele deve se lembrar de que um colega nosso falou que esta CPI – o Renan também deve lembrar, deve se lembrar – poderia começar só em outubro, porque até outubro essa epidemia ia acabar, como se ele tivesse uma bola de cristal. Vejam o ponto a que chega a ignorância de um Parlamentar. E eu tenho vídeo para quem duvidar, nos *Anais* deste Senado Federal.

Então, a pergunta, que é a final, é se a sua previsão é otimista ou pessimista em relação até onde essa tristeza vai nos doer, chamada pandemia, Dra. Natalia, primeiro e, Dr. Cláudio.

E, assim, eu encerro e agradeço ao Randolfe, ao Renan e a todos por finalmente ter tido esse espaço aqui na CPI.

Dra. Natalia, por fineza.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, eu busco não fazer previsões, porque justamente na ciência a gente também não tem bola de cristal. E, como já falei aqui anteriormente, essa pandemia depende do comportamento de pessoas, além, é claro, da aquisição de vacinas, mas que também dependem do comportamento de pessoas para que essas pessoas se vacinem.

Então, dado o comportamento que nós estamos vendo no Brasil e a falta de adesão às medidas preventivas acopladas a uma vacinação lenta, eu temo que essa pandemia ainda vai ficar entre nós por bastante tempo. Eu não consigo e nem devo bater um martelo aqui de data, porque justamente nós não fazemos previsões do futuro, mas é uma pandemia que depende do comportamento de pessoas.

Então, eu sou otimista na medida da capacidade que nós tivermos de comunicar efetivamente com a população para que a gente tenha uma melhor adesão às medidas restritivas, para que a gente tenha a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementação de *lockdowns* coordenados regionalmente, no mínimo, e que a gente tenha uma maior aquisição e distribuição efetiva de vacinas. Com essas medidas, a gente conseguiria até ter um certo otimismo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Entendi muito bem a sua resposta e, para terminar e passar alguns segundos, eu nunca passo do tempo, a resposta do Dr. Cláudio... Eu só esqueci de colocar que do jeito que este Governo enfrenta a pandemia, a previsão da Dra. Natalia e do senhor, Dr. Cláudio, ela é otimista ou pessimista? Até quando vamos viver esse desespero?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH - Eu não me considero uma pessoa pessimista. Habitualmente, eu diria que eu sou esperançoso. Agora, acho que o Senador usou a palavra exata, porque neste momento eu não consigo ser esperançoso. Eu enxergo o desespero. Parece-me que não há nada colocado no curto prazo, no nosso cenário político e institucional, que leve a crer que haverá uma mudança na condução da resposta brasileira à pandemia. E, dessa forma, há uma chance grande, há uma probabilidade grande de que as piores previsões venham a se confirmar paulatinamente e que as reações que gerem algum produto sejam muito pequenas. Então, lamento. Não consigo ser esperançoso neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Dr. Cláudio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Obrigado a todos e obrigado, Presidente Randolfe Rodrigues. E volto a repetir: um abraço. Faz tempo que a gente não se vê.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Faz tempo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Um abraço, rapaz exemplar e rapaz limpo, diferente de quem é rapaz sujo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Muitíssimo obrigado, Senador Kajuru.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente, pela ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Senador Renan, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Queria exaltar a participação do Senador Kajuru. Acho que já tive, inclusive, em várias oportunidades, que falar para ele que a presença dele é muito importante nesta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo cabedal, pela experiência e por tudo com que ele pode ajudar no sentido de que nós cheguemos a bom termo ao final e ao cabo dos nossos trabalhos.

Quero também aproveitar a oportunidade para dizer que o Senador Eduardo Girão, que todos os dias ocupa 15 minutos para tentar politizar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, deve pedir desculpas, porque ele, de propósito, citou um número errado em relação à aprovação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em pesquisa hoje publicada pela XP, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem 62% de aprovação do povo brasileiro nos seus trabalhos. Apenas trinta e poucos por cento... Eu não lembro o número que ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Trinta e cinco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Trinta e cinco por cento confiam que esta Comissão vai chegar a bom termo, responsabilizando quem deve responsabilizar.

Ele, ao citar esse número, talvez estivesse levando em consideração a popularidade do Presidente, que ele representa aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e, em nome dele, tenta todos os dias politizar os nossos trabalhos; aliás, não são mais 30%, continua despencando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Eu vou lhe conceder, Senador Girão.

Mas só antes, ainda em relação ao Senador Kajuru, sempre faço questão de frisar e destacar que o funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito se deve muito ao Senador Alessandro Vieira e ao Senador Jorge Kajuru, que ingressaram no Supremo Tribunal Federal para garantir que esta Comissão Parlamentar de Inquérito ocorresse. Esse é um testemunho em dever de ofício nosso e também um testemunho para com a história e com a verdade que nós temos que sempre fazer questão aqui de registrar, Senador Kajuru.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Girão, se V. Exa. puder ser bem breve, eu lhe agradeço, para nós podermos prosseguir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) - Claro, muito breve.

É apenas para trazer aqui que o irmão Kajuru, a quem eu tenho o maior carinho e respeito, falou de um dado que eu citei equivocadamente. Eu não citei equivocadamente. Quero, inclusive, mostrar aqui - não sei se dá para ver - o *site* da *Veja*, agora, 11 de junho, dizendo o seguinte: "Para 57%, CPI da Pandemia terminará em *pizza*, diz XP". Aí vem o número que eu dei. Pode recuperar a fita que eu não falei. Eu não falo inverdade. Já os brasileiros, que confiavam na efetividade da CPI, eram 46%, em maio, e, agora, são 35%.

Então, para encerrar, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, eu quero apenas dizer que o Senador Kajuru, como eu, anda em avião doméstico, a gente anda nas ruas e nas feiras. E, pelo menos da minha parte, em Brasília, no Ceará, eu vejo as pessoas me perguntarem: "Cadê corrupção? Cadê corrupção? Por que essa CPI não quer olhar a corrupção?". Mas eu espero que a gente, a partir da semana que vem, com o início aí do Consórcio Nordeste, já que o Governador, infelizmente, o STF, o primeiro Governador, ele disse que poderia ficar calado ou não viesse pra CPI - ele não veio -, mas eu espero que a gente possa fazer o nosso trabalho, investigando a todos, a todos. Governo Federal, sim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ...investigar, como também Estados e Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Girão.

Só para, assim, passar os dados, de fato, nós estamos aqui com a pesquisa XP/Ipespe. Opinião sobre a instalação da CPI da Covid: aprovam a instalação 62%; desaprovam a instalação da Comissão 25%. Estamos aqui com... Então, 62% aprovam e 25% desaprovam. O segundo dado, pra relatar todos os dados aqui, o segundo dado, a pergunta é a seguinte: a CPI da Covid atingirá seu principal objetivo? Sim, 35%; não, 57%. Portanto, são duas perguntas distintas: a aprovação da CPI é superior a 60%. E, obviamente, Senador Girão, Senador Renan, hão de concordar comigo: o sucesso aí depende de todos nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para responder, principalmente, a pergunta de quem são os responsáveis por termos mais de 480 mil brasileiros mortos.

Dando sequência, então, Senador Alessandro Vieira – V. Exa. tem 15 quinze minutos –; em seguida, Senadora Zenaide; e, para concluirmos no dia de hoje, Senadora Simone Tebet.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço pelo espaço. Agradeço pela presença, Professora Natalia, Professor Cláudio.

Quero, de logo, pedir desculpas aos senhores que estão aqui presentes por tantas horas e aos brasileiros pela reiteração de um *show* de ignorância, desinformação, que não merece mais a guarida do simples desconhecimento de fatos. Você pode alegar que desconhece que determinada pesquisa é falsa, você pode alegar que desconhece que determinada metodologia não se aplica, no primeiro momento, talvez no segundo ou terceiro, se você é uma pessoa com dificuldade de entendimento, mas, agora, com 30 dias de CPI, onde, sentados nessas cadeiras, ninguém foi capaz de trazer nenhum único estudo sequer, nenhum único estudo sequer qualificado, com metodologia verificada, que indique o famoso tratamento precoce, que indique os remédios nos quais o Governo Federal investiu o nosso dinheiro, que dê validação pra essa ilusão que levou as pessoas para as ruas pensando que era possível se proteger com o uso de medicamentos... Então, peço desculpas aos brasileiros, peço desculpas aos dois cientistas que estão aí sentados.

Eu acho que, com tanto tempo já de sessão, a gente pode ser bem objetivo. O Brasil enfrenta hoje um problema adicional ao da pandemia. Nós vivemos uma desinformação violenta e uma sucessão de barbaridades perpetradas por autoridades, dentre elas o Presidente da República. São vários fatos que se sucedem diariamente. O ritmo agora é de blogue, é de internet; não é mais de gestão pública. Mas eu preciso da ajuda de vocês, que têm uma formação adequada, pra trazer de novo a discussão para o centro. Chegamos agora a perto de meio milhão de brasileiros mortos pela pandemia, mais de 15 milhões de contaminados, centenas de milhares de brasileiros que precisaram passar por internação.

Quantas mortes poderíamos ter evitado com a conduta adequada, com a conduta que a ciência preconizou lá a partir de meados de maio de 2020?

Se puderem, por favor... Acho que essa é a grande pergunta, e espero a resposta dos dois depoentes, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito difícil a gente estimar realmente quantas vidas teriam sido poupadas se houvesse realmente instituída pelo Governo Federal e pelo Ministério da Saúde uma boa campanha de prevenção da pandemia no Brasil. E essa campanha teria que incluir todas as medidas preventivas que já foram faladas aqui: uso de máscara, distanciamento social, implementação de *lockdown* quando necessário, compra de vacinas para conseguir vacinar a população de uma maneira eficaz e uma campanha de informação, que, eu creio, é um dos elementos essenciais para o controle de qualquer pandemia, ainda mais uma pandemia que depende de comportamento de pessoas para ser controlada. A gente só consegue modificar o comportamento de pessoas com informação adequada, transmitida de forma honesta, de forma clara, de forma transparente. A gente não teve campanhas de conscientização, para uso de máscaras, para distanciamento físico, para evitar aglomerações. A gente não tem, ainda, campanhas adequadas de informação sobre vacinas. Nós temos vacinas, ainda que em ritmo lento, mas nós não temos as campanhas adequadas que geralmente acompanham o processo de vacinação, para que as pessoas estejam esclarecidas sobre a segurança, a eficácia, a necessidade das vacinas e como proceder para se vacinar da forma adequada. E a falta dessas campanhas e esse processo de desinformação orquestrado pelo Governo Federal e pelo Ministério da Saúde acabou levando, com certeza, muito mais vidas do que se houvesse um processo honesto, transparente, comunicativo e baseado em ciência. Agora, estimar quantas vidas teriam sido poupadas se nós não estivéssemos sofrendo com um governo negacionista é muito difícil. Algumas estimativas foram feitas com modelagens matemáticas, como a do meu colega Pedro Hallal, que até mandou aqui, durante a sessão desta CPI, para que eu compartilhasse com os senhores. Ele publicou na revista *The Lancet*, recentemente, que três quartos das vidas perdidas no Brasil poderiam ter sido salvas com medidas mais efetivas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Isso representaria quantas vidas, doutora?

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Trezentas e setenta e cinco mil, quando chegarmos a 500 mil. É uma estimativa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, se tivermos 500 mil mortos, pelo menos 375 mil poderiam estar vivos?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Poderiam ter sido poupadas, de acordo com essa modelagem, levando em conta se o Brasil tivesse adotado medidas preventivas e se encaixasse numa média de países que assim o fizeram.

É muito difícil ter esse número cravado. Assim como, quando a gente teve o problema da fosfoetanolamina, da pílula do câncer, a gente não consegue estimar quantas vidas foram perdidas para aquela cura milagrosa, a gente também não vai conseguir estimar, com certeza, quantas vidas foram perdidas para o negacionismo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) - Eu não poderia fazer nenhum cálculo mais preciso. Até, mais cedo, aqui, comentei que eu chutaria - e a palavra é essa - que pelo menos metade do número de mortes poderia ter sido evitada. Certamente o nosso colega Pedro Hallal, de Pelotas, tem um instrumental e uma equipe muito mais preparada para fazer esses cálculos, em que ele estimou que, caso no Brasil houvesse a mesma média de mortalidade, taxa de mortalidade por população que no resto do mundo, nós teríamos poupado três em cada quatro vidas perdidas ao longo dessa pandemia.

O fato é que, com diferentes estimativas, com certa imprecisão, não há dúvida de que nós tivemos dezenas de milhares, passando a centenas de milhares de mortes no Brasil devido à falta de uma atitude, de uma organização, de um planejamento do Governo Federal para enfrentar a pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Senador Alessandro, por gentileza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) -
Eu agradeço aos professores, Sr. Presidente, porque é exatamente essa a questão.

Nós podemos passar aqui horas conversando, ouvindo teorias absurdas, ouvindo informações técnicas coerentes, colhendo depoimentos, analisando mais de 1TB de documentos que já chegaram à CPI, mas a questão central é esta - as pessoas precisam entender -: se por ação ou omissão eu deixo de salvar uma vida sequer, eu cometo um crime; se por ação ou omissão eu deixo de salvar centenas de milhares de vidas de brasileiros, eu cometo um crime ainda mais grave. Esse é o fato. Não adianta você tentar, por qualquer meio, desinformar o cidadão ou, por qualquer meio, tentar reduzir o número de mortos, como se isso reduzisse a gravidade dos fatos.

A CPI tem uma missão, e o Sr. Relator Renan Calheiros, que está aí acompanhado do Sr. Vice-Presidente, Sr. Presidente, todos os membros têm uma missão e uma responsabilidade muito grande: não permitir que o Brasil perca o foco. A gente não pode perder o foco da realidade: o Brasil não teve política de testagem em massa em nenhum momento; o Brasil não teve uma política de isolamento qualificada, não teve apoio para as medidas de isolamento; o Brasil não comprou vacinas quando poderia ter comprado - e os números e os documentos já chegaram e já são públicos. Isso tudo de uma gravidade absurda. E a conduta equivocada, criminosa persiste. E a gente vai ter que encontrar um meio de dar basta nisso tudo.

Para finalizar, eu gostaria de saber se um dos dois depoentes tem conhecimento de alguma motivação, de algum fundamento técnico que justifique a escolha que fez o Ministério da Saúde em descontinuar o programa de testagem, o inquérito epidemiológico feito pela Universidade de Pelotas em convênio com o próprio Ministério, que testou, se eu não estiver enganado, alguma coisa em torno de 100



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil brasileiros, entrevistou e testou 100 mil brasileiros a um custo de R\$12 milhões, para um novo programa, que é o PrevCov, que pretende entrevistar e testar alguma coisa em torno de 200 mil brasileiros por um custo de R\$200 milhões. Primeiro programa, R\$12 milhões; esse novo programa, R\$200 milhões. Se algum dos cientistas pode informar o que motivaria uma elevação de custo tão significativa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dr...

(Interrupção do som.)

A SRA. NATALIA PASTERNAK - Não conheço nenhuma motivação que justifique, Senador. Só posso dizer com certeza que o estudo conduzido pelo Professor Pedro Hallal foi um estudo de extrema qualidade e que tenho certeza de que poderia ter continuidade. Nunca ninguém da comunidade científica entendeu por que esse estudo foi descontinuado para depois a gente ter o *cover* dele com um orçamento muito maior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dr. Cláudio? *(Pausa.)*

Senador Alessandro?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) -
Eu encerro a participação, Sr. Presidente.

Agradeço pela participação e desejo a todos saúde.

Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP.
Para interpelar.) - Boa tarde.

Muitíssimo obrigado, Senador Alessandro, que traz aqui eu acredito que o tema central. É uma das perguntas mais importantes de hoje, que eu acho que deve orientar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é: com as medidas que deveriam ter sido adotadas, quantas vidas de brasileiros e brasileiras poderiam ainda estar aqui conosco.

Eu queria, antes, se a Senadora Zenaide me permite, somente uma indagação aos dois expositores, o Dr. Cláudio e a Dra. Natália: qual o impacto, no agravamento da pandemia, pode ter tido ou tem tido a postura do Presidente da República, principalmente em relação ao uso de máscaras, às medidas de distanciamento, às medidas sanitárias? Qual o impacto e o que representa?

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) - É um impacto gigantesco, Senador, porque ele é o Presidente da República. O cargo que ele ocupa é uma posição pública, é uma figura pública, cuja



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade precisa ser explicitada. E essa responsabilidade é a responsabilidade de como ele se comunica com a população e a mensagem que ele passa.

A mensagem passada pelo Presidente da República tem sido uma mensagem de descaso e de negação. E essas duas mensagens são muito prejudiciais para a população brasileira. O descaso com que ele trata a pandemia e as mortes, as famílias que perderam seus entes queridos mostra, como já foi falado aqui, uma total falta de empatia, que chama a atenção. E isso acaba inclusive incitando discursos de ódio, de violência, uma maior politização da situação, como aquelas frases famosas de "quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda toma Tubafina", como se medicamentos pudessem ter partido político ou orientação ideológica.

Então, o discurso é muito deletério, porque é um discurso que causa uma politização, que incita o ódio, que incita a violência, e é um discurso baseado em negacionismo. Então, ao fazer esse discurso, ele cria confusão, ele cria discórdia, ele cria falsas controvérsias na ciência e pode colocar a vida de pessoas em risco, porque pessoas mudam seu comportamento de acordo com o que o Presidente faz e fala. Se o Presidente não usa a máscara e diz que é só uma "gripezinha", muitas pessoas vão seguir esse exemplo. Elas encontram, como o Cláudio colocou anteriormente, respaldo para suas atitudes. E usar máscara é incômodo. Então, é humano a gente querer respaldar o que a gente gostaria que fosse verdade. Como seria bom se realmente fosse uma doença simples, como um resfriadinho, e a gente não precisasse usar máscara, a gente não precisasse abrir mão das nossas liberdades individuais em prol do bem coletivo! E, se há alguém que respalda isso, muitas pessoas vão adotar esse discurso. A imagem do Presidente, a mensagem que ele passa é muito importante para a população, e ele tem usado essa imagem e esse cargo de forma irresponsável e perigosa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado.

Senadora Zenaide.

Eu vi, no sistema remoto, também, que o nosso Presidente Omar Aziz tinha entrado. Quando S. Exa. também desejar, obviamente que também lhe facultaremos a palavra.

Senadora Zenaide, desculpe mais uma vez a interrupção. V. Exa. tem 15 minutos, com toda a tolerância desta Presidência.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpellar. *Por videoconferência.*) - Sr. Presidente, quero aqui, antes de qualquer coisa, parabenizar a CPI. A CPI é um benefício para a população. Ela veio mostrar com documentos o que as pessoas ouviam falar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como eu queria já agradecer à Dra. Natalia, ao Dr. Cláudio. Vocês não são contra o Governo – isso não é um pensamento dos membros desta CPI –; vocês defendem a ciência e a vida. Quem é contra a ciência e a vida é o Governo brasileiro.

Eu queria aqui fazer um resumo do que fizeram. Vou fazer só uma última pergunta.

Desde 2020 que este Governo... Não estou nem falando que ele disse que era uma "gripezinha", que é mi-mi-mi. É um absurdo o que o que este Presidente da República faz. Mas em 2020 a ciência já sabia que não existia prevenção com medicamento, que não existia tratamento precoce para essa doença, já se tinha conhecimento, se sabia, mesmo antes das vacinas, que a única maneira era a comunicação vinda do Governo brasileiro mostrando como os brasileiros e brasileiras podiam se defender dessa doença grave – porque a gente já tinha a experiência de outros países –, enquanto chegavam as vacinas. Em seguida, chegam as vacinas, mas ele resolve não comprar, e isso está comprovado. Se não fosse esta CPI, a população não tinha conhecimento, gente, não tinha conhecimento disso. E o mais grave: além de não comprar... Para mim, mais grave do que os efeitos colaterais de hidroxicloroquina, ivermectina, é a falsa esperança que deu ao povo brasileiro. Eu conheço várias pessoas que se arriscaram, se aglomerando, porque achavam que estavam imunes, que não iam ter ou que, se tivessem, era leve a doença. E saber que eles usam isso até hoje...

Doutores, vocês que estão aqui, cientistas, eu acho que só num dia vocês já perceberam que existe uma obsessão deste Governo de dar um jeito de legalizar esse tratamento precoce para essa virose, o que a gente sabe que, praticamente, não existe em nenhuma virose. Nas viroses, a gente mantém o paciente bem até o vírus passar. E ele usa esses 20%, no máximo, que são sintomáticos e os 5% que pioram e diz: "Não; esses não morreram, não ficaram grave porque tomaram a hidroxicloroquina ou a ivermectina". Isso é muito grave.

Agora, a última coisa que eu vou perguntar, Randolfe, é o seguinte: negou as vacinas, ilude o povo e não permite uma comunicação, com a propaganda em massa, de como o povo se defender. Para mim, o que me apavora, é o seguinte: não vai mudar, gente! Diz que nós vamos cuidar só daqui. A gente tem que cuidar de lá, porque quem cometeu o erro, desde o ano passado, continua no poder. Ontem o que eu vi, por exemplo, um Ministro de Estado da Saúde... O Presidente dizendo assim: "Vocês conhecem um tal Queiroga? Pois eu vou dizer que ele tem que tirar a obrigatoriedade das máscaras".

Por favor, não é? Dr. Queiroga... E ele, no dia 8, tinha dito aqui, que o Ministro prestigiava ele. Sabe quando perguntaram ao Dr. Cláudio e à Dra. Natalia se tinham esperança, fica difícil, porque o que a gente precisa depende do Governo Federal, porque o que depende do Congresso a gente está aí. E ele jamais vai permitir uma propaganda em massa, e, se permitir, como o Ministro vai dizer que que faça as medidas não farmacêuticas para a proteção da população, se o próprio Presidente proclama, estimula aglomeração, o não uso da máscara? Ou seja, no mínimo, ele torna inócuo o que o Ministério da Saúde está fazendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um culpado, e tem algo que não se pode negar, porque aqui a gente vê dizendo que o Governo quis a CPI, e a gente sabe que não quis em nenhuma hora, foi obrigado mandar para o Supremo pra poder abrir essa CPI, e eu quero ser grata por isso, muito grata.

Dra. Natalia e Dr. Cláudio, os senhores hoje deram uma aula de ciência, mostram como defender a vida do povo brasileiro... Quase meio milhão de óbitos! Eu sou médica infectologista, não sou cientista como vocês, mas desde o início que eu digo isso, milhares morreram de morte evitável, e nós temos essa CPI, o Congresso Nacional, o Senado de apontar e punir os culpados, e está tão visível isso, tão visível quem está defendendo a morte, porque isso é a defesa da morte!

Outra coisa que eu queria falar, essa história de autonomia médica, eu quero aqui me solidarizar com os médicos brasileiros que estão na linha de frente, nós não estamos aqui falando de autonomia médica, e mais: ele desmereceu os médicos, Dr. Cláudio, quando essa semana ele insinuou que 50% dos atestados de óbito eram falsos, que não tinham morrido de Covid. Agrediu, Randolfê, os médicos ou não agrediu?

Agora, eu lhe digo: eu sou médica, no curso de Medicina a gente aprende na teoria e na prática o que é ciência nos mostrou. Não existe essa autonomia médica para eu sair prescrevendo medicamento que a ciência não mostrou, que tinha eficácia terapêutica em outra doença.

A malária... A gente sabe que a hidroxicloroquina tem uma eficiência excelente na malária, depois no lúpus, em alguns casos, mas ela não impede a replicação do vírus e isso foi mostrado, gente.

E desde o início que eu digo: o Governo quer simplesmente legalizar, já tentou mudar até a bula, porque usou o dinheiro público para drogas que não têm eficácia na Covid e ainda prometeu algo que não vai conseguir cumprir.

Eu quero parabenizar essa CPI: Randolfê, Omar Aziz, Renan Calheiros e todos os colegas. E acho, gente, foi aprovado por vocês... Eu não sou membro da CPI aqui, mas eu espero até o final – não é Randolfê? – pra falar, pra ouvir falar, porque é o seguinte: a gente trazer gente... Ciência não tem lado, não tem discussão. Eu acho, já foi aprovado, mas um desserviço pra sociedade brasileira ficar ouvindo que o remédio é, o remédio não é, a hidroxicloroquina.

E como o Governo não tem uma firmeza nem tem uma publicidade, ou seja, não trabalha sobre isso... Nem vai ter, gente!

Dr. Cláudio, perguntaram se o senhor era otimista. É difícil ser otimista quando quem errou continua no comando e quem não obedecer ao Presidente da República ele desmoraliza, porque eu digo que ele já está desmoralizando o Dr. Queiroga. Quando ele disse: "Conhece um tal Queiroga?" É Dr. Queiroga, Presidente, cardiologista, membro da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Espero que o senhor não deixe o Presidente da República desmoralizá-lo, porque a gente precisa do senhor, que tem a coragem para ver...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho nem dúvida que, se continuar desse jeito, sem comprar as vacinas. Ele negou agora em comprar 30 milhões da vacina do Butantan – trinta milhões! – e disse aqui para a gente, disse na CPI, porque ia esperar o estudo da ButanVac. Gente, a gente precisa de vacina hoje – hoje!

Então, eu quero parabenizar a CPI por dar visibilidade à população, não só ouvindo falar, mas mostrando. É como a gente diz aqui no Sertão: mata a cobra e mostra o pau, porque matou. É isto o que a população está vendo e é isto o que a gente precisa mostrar: que tem saída, desde que o Governo deixe o Ministério da Saúde comandar, coordenar.

Desde o início, eles querem condenar Estados e Municípios. Não pode, gente! Os Estados e Municípios tomaram alguma conduta porque viram que o Governo dizia que era uma gripezinha e o Município, o Prefeito é quem vê o paciente, porque eles conhecem inclusive pelo nome, nas cidades pequenas, morrendo. Então, eles resolveram tomar. Falta de comando, falta de respeito à ciência, negação da ciência. E agora quer dizer que o número de óbitos é falso – e não é!

Então, eu queria aqui agradecer pelo tempo que me deixou. E parabéns Omar, Renan, meu amigo Randolfe, e todos os que falaram aqui!

Ciência, vida e vacina!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– MUITÍSSIMO obrigado, Senadora Zenaide.

Nós temos aqui, na sequência... Aliás, a última inscrita é a Senadora Simone Tebet para nós concluirmos.

Mas temos aqui o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo sistema remoto, o nosso querido Senador Omar Aziz.

Presidente, V. Exa. obviamente tem precedência. Como a Senadora Simone está esperando já há algum tempo, eu posso passar para a Senadora Simone e depois passar para V. Exa., Senador Omar, concluir?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – V. Exa. não tinha nem que me perguntar isso. Já era para passar para ela. Nem pergunte.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Presidente, em relação a V. Exa., eu cumpro regras de hierarquia e disciplina. Por isso, então, eu tinha que fazer a devida pergunta.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Você é disciplinado. O Renan, de vez em quando, não.
(Risos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Eu sou Vice e Presidente eventual aqui. Eu sei o meu posto, eu sei o meu lugar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) - Mas, quando você estiver aí - e você tem capacidade para muito mais -, quando houver uma Senadora, nem pergunte para mim, já vá passando para a Senadora. Elas têm prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Simone, eu ainda permito a possibilidade de o Presidente jogar todo esse charme assim, junto à Bancada Feminina, que é uma posição, inclusive, da direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero aqui destacar - já foi dito pelo Senador Renan no começo desta sessão - a contribuição da Senadora Simone, inclusive, na última intervenção nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, assim como da Senadora Zenaide, da Senadora Eliziane, da Senadora Leila...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) -
Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- ... que têm muito a contribuir.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - ... eu esqueci...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) -
Presidente, um minuto. Eu me esqueci de fazer a pergunta aos doutores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) - Eu me entusiasmei em falar tudo que eu estava com vontade...

É o seguinte: até que ponto a pauta de autonomia do Ministério da Saúde prejudica o Brasil nesse acompanhamento, nas atitudes em defesa do povo na Covid-19?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senadora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora Simone, com a vossa permissão, vou passar, então, por dois minutos, para a rápida consideração da Dra. Natalia e do Dr. Cláudio. Em seguida, aí, sim, a Senadora Simone, para a última intervenção, e, logo depois, eu passo ao Presidente Omar Aziz.

Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – *(Falha no áudio.)*

... certeza, prejudica muito. Já nos custou, inclusive, quatro trocas de ministro no meio da maior crise sanitária que a gente já enfrentou e, se bobear, vai nos custar mais uma troca. O ministro que não se curva aos desejos do Presidente é rapidamente destituído. E essa troca, essa ciranda de ministros é extremamente prejudicial para a condução da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Senadora, numa crise desse tamanho, nós precisamos de uma resposta à altura, precisamos de organização, precisamos de uma equipe capaz de responder.

O Ministério da Saúde esteve virtualmente ausente, inexistente, exceto no papel de repassar recursos. Não coordenou, não implantou medidas. Então, o Ministério da Saúde inexistiu, e a resposta foi nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado.

Agora, sim, Senadora Simone, por 15 minutos, com toda a tolerância desta Presidência a V. Exa. Obrigado por toda a paciência de S. Exa. para com esta Comissão e para com esta Presidência.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Só tenho a agradecer, Senadora Randolfe. Eu é que peço desculpa ao nosso Presidente, porque o Senador Omar tem todos os créditos com a Bancada Feminina, afinal, embora não tenhamos vez, temos voz nesta Comissão graças a uma decisão individual dele, depois referendada pela unanimidade dos membros desta Comissão.

Então, muito obrigada, mais uma vez. De público, agradeço ao Senador Omar Aziz.

Mas, Dra. Natalia, Dr. Cláudio, em função do tempo de V. Sas., do cansaço, eu vou ser muito breve.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha, no mínimo, três perguntas para fazer. Vou reduzi-las a uma, de caráter, a meu ver, essencial. Eu tenho feito muitas perguntas para corroborar e colaborar com o relatório do Senador Renan. Portanto, baseada em fatos pretéritos. Hoje eu vou fazer uma pergunta baseada em fato presente.

Tão importante como esclarecer quem são os responsáveis por essa fatalidade de estarmos chegando próximo a 500 mil vidas é impedir que os familiares desses mesmos mortos venham a sofrer o mesmo destino, talvez até... Uma pergunta que não vou fazer – deixo para um momento oportuno – é exatamente se a questão genética contribui, porque, às vezes, o mesmo vírus, com a mesma letalidade, atinge famílias diferentes e não causa nada em algumas famílias e, às vezes, em outras famílias, está dizimando vários membros da família: pai, mãe, irmão, tio... Então, acho que pode ser que haja um componente genético. Era uma pergunta que eu ia fazer, mas essa eu busco a resposta, posteriormente, com os senhores, com a ciência.

Para economizar o tempo aqui, eu gostaria apenas de fazer um esclarecimento e uma pergunta de caráter atual: de que forma podemos salvar vidas hoje, amanhã, até o final desta pandemia?

Pois bem, comparando os seus depoimentos técnicos, científicos, enfim, baseados na ciência, com aqueles que defendem e que praticam, infelizmente, a imunidade de rebanho por contaminação e não por imunização e até desdenham dessa imunização por meio da vacina, tiveram dificuldade, até não quiseram adquiri-la em tempo ideal, a ponto de estarmos discutindo quantas mortes ou quantas mortes teríamos poupadas ou quantas vidas estariam hoje entre nós... Hoje falam que três, de cada quatro, poderiam ser poupadas. Que fossem duas, de cada duas. Que fosse uma vida em cada quatro. Que fosse 20%, nós estaríamos falando de 100 mil vidas poupadas.

Portanto, comparando os depoimentos de V. Sas. aos daqueles que negam a ciência, eu imagino, afinal, o que ainda eles já perderam. O que eles perderam na sua essência? Talvez aquilo que é da essência dos seres humanos: a sensibilidade, a compaixão, a capacidade de sentir a dor alheia.

Então, é baseada nisso mesmo a minha pergunta, porque eles perderam a compaixão pela dor. E, mesmo no amanhecer constante da ciência, continuam negando a ciência, continuam a defender prescrição de remédios comprovadamente ineficazes, continuam promovendo aglomeração, pregando o desuso de máscaras protetoras.

A minha pergunta é sobre máscaras! Não em relação ao uso – eu quero ser prática. Nós estamos ouvindo a ciência hoje, temos muito a agradecer. Esta CPI está cumprindo esse papel. Muitos farão ouvidos moucos, não esta CPI, não esta Casa. Nós estamos ouvindo, ouvindo atentamente, porque queremos extrair frutos do que os senhores, do que a senhora, do que o senhor, do que V. Sas. estão dizendo.

Hoje – hoje –, a CPI está promovendo o encontro entre a ciência e a política. Nós estamos ouvindo a ciência. Agora, nós que estamos aqui num grito de indignação. Eu afirmaria, talvez, que o grande erro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Governo foi ter subestimado o vírus. A estratégia estava dando resultado até o momento em que eles perceberam, nós percebemos que o vírus passou a ganhar de nós de WO. Com isso, depois de estarmos totalmente despreparados, fomos para uma guerra desarmados, sem vacina, sem proteção. E me desculpem o exemplo, mas é o que me veio como imagem enquanto eu estava ouvindo a senhora e o senhor: como nas arenas romanas, em que os cristãos eram devorados em minutos pelos leões famintos, nós estamos assistindo, hoje, nas arenas da vida, a 500 mil brasileiros tombarem ao som do sarcasmo, do descaso, do negacionismo de alguns que têm nome e têm sobrenome.

Então, hoje, por meio dos senhores, nós estamos aprendendo.

Agora, é hora – e é isto que eu gostaria de dizer – de a política falar aos senhores. Eu gostaria de, em nome dos senhores, falar aos cientistas, aos médicos, aos enfermeiros, aos profissionais de saúde, a todos aqueles que trabalham hoje na saúde pública e fazer um compromisso da maioria da Bancada Feminina e, acredito, da maioria dos Senadores da República, para dizer à Nação que as normas jurídicas também têm hierarquias. Para alguns que fingem não saber, portaria não vale mais que lei no Brasil. As leis se submetem a regras. Mas a lei não se submete à portaria, venha essa portaria de onde vier, chegue ela de onde chegar.

Qualquer mudança em relação ao uso de máscaras no Brasil terá que passar pelo Congresso Nacional! A portaria só serve apenas para regulamentar o que nós estabelecemos. Isso é preceito jurídico no Brasil desde sempre.

Não se criam direitos, não se modificam direitos, nem se extinguem direitos no Brasil, a não ser por lei, ou a não ser que a lei dê esses poderes.

Então, o que pode a portaria? A portaria pode dizer o tipo de máscara que serve e o que não serve. Isso não é competência nossa, é da ciência, é do Ministério da Saúde. O que pode uma portaria? A portaria pode esmiuçar detalhes: não coloquem a mão no olho quando utilizarem a máscara, tomem cuidado, não deixem ela ficar úmida e até dizer de quanto em quanto tempo deve se trocar, que tipo de máscara entra dentro de um avião, que tipo de máscara não protege um passageiro dentro de um avião.

Nós temos leis hoje que falam sobre a obrigatoriedade da máscara. E, para deixar muito claro, ela não veio do Governo Federal. Essa lei foi de iniciativa do Congresso Nacional. Isso aconteceu no pico da pandemia, porque ela modificou uma lei de fevereiro, que não tratava disso. E mais: ela veio – isso eu tratei na reunião passada – com vetos do Presidente da República, vetos fora de hora e, ainda assim, fora do tempo constitucional. Depois de já ter vetado alguns dispositivos sobre essa questão, vieram, depois de três dias, outros vetos, impedindo, por exemplo, a publicidade de como usar máscara nos estabelecimentos comerciais e também proibindo a obrigação de uso de máscara no sistema penitenciário socioeducativo, inclusive para os profissionais do sistema penitenciário, para os agentes penitenciários.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos, realmente, diante de um Governo que não acredita no uso de máscara como forma protetora de salvar vidas. E é a pergunta, porque, como eu disse, esta CPI não trata só do passado, ela trata do presente – para que se deixe muito claro, já que nós estamos aí diante da iminência, não só do Governo Federal, mas de Governadores quererem disciplinar sobre essa questão, sem passar pelas assembleias legislativas ou pelo Congresso Nacional. Nós estamos na iminência até de discutir a possibilidade de voltar a apresentar e aprovar um projeto de lei no Senado Federal. Sei que já tem Parlamentar pensando em apresentar, e eu gostaria de ouvir a ciência em que sentido? O que nós poderemos, como emenda a esses projetos que estão sendo protocolados hoje, no Senado Federal, ou mesmo na segunda-feira, de forma bem objetiva... Os senhores já esclareceram bem no início, mas eu gostaria de forma efetiva, para que pudéssemos apresentar a emenda: quando, em que momento nós podemos flexibilizar o uso de máscaras no Brasil? Porque também eu quero tirar a máscara do rosto, no momento certo, mesmo depois de imunizada. Qual o percentual de vacinados no Brasil, com a primeira e segunda dose? Depois de quanto tempo? Qual o patamar seguro de circulação do vírus? Depois que o vírus estiver circulando em que percentual? E em que momento nós podemos estar flexibilizando as máscaras, também, no que se refere ao momento seguro e no que se refere às pessoas que estão sendo contaminadas semanalmente, ao número de mortes diárias ou semanais? Hoje temos quase duas mil mortes diárias. Quando tivermos 1.500, podemos tirar as máscaras? Quando tivermos mil mortes por dia, é o momento de tirar as máscaras? Quando nós tivermos 500? Quando tivermos 100? Esse conjunto de situações que precisam ser observadas para que nós possamos fazer a melhor lei para garantir a todos os brasileiros o direito à vida.

Essa é a pergunta que deixo à Dra. Natalia e ao Dr. Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Dra. Natalia, para podermos caminhar para a conclusão, vou conceder dois minutos à senhora e ao Dr. Cláudio, para podermos, em seguida, ouvir o Senador Omar, Presidente desta comissão e terminarmos.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada Senadora.

Serei breve, Senador.

Senadora, a curva de casos novos e de óbitos é que deve nos orientar quanto ao momento em que a gente pode flexibilizar as medidas preventivas, inclusive o uso de máscara.

Não é o número de vacinados; é a curva de novos casos, a quantidade de novos casos e a quantidade de óbitos. Se a gente se basear só no percentual de vacinados, isso fica um número muito probabilístico. A gente não sabe o que vai acontecer no Brasil quando a gente tiver 70% de vacinados. Isso é uma estimativa. A gente imagina que, quando a gente conseguir, finalmente, atingir esse patamar, a gente vai ter uma população mais protegida e que isso vai diminuir a circulação da doença e principalmente diminuir hospitalizações e mortes, que é o efeito para qual as vacinas foram desenhadas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que deve nos nortear são os números de casos novos e de hospitalizações e de óbitos, e não um percentual de vacinados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom, de pleno acordo com a colega Natália, lembrando o seguinte: infelizmente, pelo rumo que as medidas tomam, vai demorar um pouco para a gente poder flexibilizar, para a gente dizer: "Olha, a transmissão está sob controle". Nós deveríamos ter um plano que situa essas coisas ao longo do tempo, então, o que é possível se flexibilizar ao longo do tempo, na medida em que se consiga conter a transmissão. Hoje é impensável. Estamos com 2 mil mortes por dia, algo dessa natureza. Com mil mortes por dia, ainda será impensável. Quando nós tivermos um patamar muito baixo, nós podemos começar a pensar na flexibilização de atividades. Acho que a máscara deve ser das últimas a cair, já que ela é instrumento fácil, barato, que não interfere no funcionamento da economia, não interfere em qualquer necessidade das pessoas, exceto um leve desconforto que alguns têm por usar a máscara. Então, acredito que não devemos ter pressa nenhuma em fazer a supressão do uso da máscara. E a minha impressão é de que isso ganhou um caráter simbólico para o Presidente e para muitos políticos seguidores, que fazem questão de ostentar o não uso da máscara, como símbolo de quem não dá importância para a pandemia, de quem acha que é apenas uma gripezinha que não merece ações de controle.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Sr. Presidente.

Como entendo que pelo menos nesta CPI a ciência tem que falar por último, tem que falar e estar acima da política, eu deixo a palavra final com os nossos convidados, agradecendo mais uma vez.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone, muitíssimo obrigado por mais essa contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Passo, então, ato contínuo, ao Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz, que se encontra no sistema remoto.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente Randolfe, meu querido amigo Renan Calheiros, Relator da CPI, e os companheiros, Senadores e Senadoras que ainda estão por aqui... Mas eu quero primeiro agradecer a presença da Dra. Natalia e do Dr. Cláudio, por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estarem presentes, passarem o dia praticamente todo aí ouvindo perguntas, respondendo. Eu acho que todas as questões em relação à ciência, na medida do possível, foram respondidas pela Dra. Natalia e pelo Dr. Cláudio no dia de hoje.

Mas eu quero fazer aqui uma análise, Senador Randolfe e Senador Renan, principalmente relacionada à CPI. Há 45 dias, quando nós iniciamos a CPI, ela era uma CPI que todo mundo achava que não ia dar em nada. Muitos se equivocaram e, graças a Deus, nós avançamos muito naquilo que foi possível até agora, mas iremos avançar mais, iremos avançar muito mais.

Desde o primeiro momento, nós vimos que o Governo nunca teve interesse de comprar as vacinas, protelou ao máximo comprar as vacinas, se interessou por tratamento precoce. E o mais incrível, Dra. Natalia e Dr. Cláudio, é que todos aqueles do Ministério da Saúde ou membros da equipe do Governo, quando sentaram aí, negaram o tratamento precoce, negaram a imunização de rebanho, negaram várias coisas.

Quando é questionada por alguns Senadores a questão da credibilidade da população, uma coisa eu posso dizer, com certeza – e é essa a minha pergunta ao Dr. Cláudio e à Dra. Natalia. Quando iniciamos, o Brasil estava perdendo de sete a um, porque o contraponto, a imunização de rebanho e o tratamento precoce, por mais que os especialistas falassem na televisão, não tinham o alcance que a CPI teve para chegar à população brasileira e aí instaurar a dúvida. Nós empatamos esse jogo porque eles continuam ainda prescrevendo esses medicamentos, fazendo apologia ao tratamento precoce, fazendo apologia à imunização de rebanho, que, para mim, é um dos maiores crimes que foi cometido no Brasil, porque imunização de rebanho é: vai lá, adquire o vírus e aqueles que são fortes se salvarão; infelizmente, aqueles que não são atletas, aqueles que têm algum tipo de doença padecerão na doença. Foi isso que fizeram com os brasileiros. Quantos padeceram?

E aí eu digo, Dra. Natalia e Dr. Cláudio, que essa doença não escolhe cor, credo, não escolhe ideologia, não escolhe nada. Qualquer uma dessas pessoas pode adquiri-la. Mas, infelizmente, todos que se contrapunham ao pensamento do Governo eram imediatamente destruídos nas mídias sociais. A CPI resistiu a isso, resistiu a isso, e muito mais: nós fizemos chegar à cabeça das pessoas que existe um tratamento para essa doença, um único tratamento, que é a vacina, são duas doses de vacina em cada braço de brasileiro. Por isso, a correria para comprar vacina.

Hoje eu estou lendo aqui uma matéria que o Ministério da Saúde não queria comprar vacina porque não queria dar esse ganho para o Governador de São Paulo. A que ponto nós chegamos! Então, deixam morrer as pessoas.

Há pouco, um Senador falava da credibilidade, cadê o dinheiro... Nós estamos atrás do dinheiro, mas nós estamos atrás também de quem é responsável por mais de 480 mil mortes no Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, a minha pergunta é muito simples, Dra. Natalia e Dr. Cláudio: qual foi a importância, do ponto de vista dos dois, que estão hoje como nossos convidados, da CPI para o Brasil e para a sociedade num todo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente Omar, muitíssimo obrigado.

Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada, Presidente. A CPI foi de extrema, está sendo de extrema importância para trazer a ciência para o debate público, para trazer a ciência para o debate das políticas públicas baseadas em evidências científicas, que garantem o melhor uso dos recursos públicos e que garantem a preservação da saúde e da vida dos brasileiros.

Nesse sentido, a CPI já está cumprindo o seu papel, porque ela já colocou a ciência e o uso das evidências científicas no debate público, e está cumprindo também um papel educativo, ao trazer a ciência pra esta Casa, onde milhões de brasileiros estão assistindo e, talvez, tendo o seu primeiro contato com conceitos de racionalidade e princípios científicos.

E, é claro, espero que essa CPI consiga cumprir o seu objetivo, que é o de responsabilizar os culpados por ignorar a ciência, por propagar o negacionismo e por causar mortes que poderiam ter sido evitadas com medidas baseadas em evidências científicas.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Esse momento eu acho que é simbólico da importância da CPI. Todo mundo que participa, que assiste, está envolvido num debate de elevadíssima importância para o que o País vive hoje. Eu acho que as coisas vão ficando cada vez mais claras do ponto de vista das responsabilidades e das necessidades – acho que isso é claríssimo –, a necessidade de que as pessoas conheçam o que está acontecendo não simplesmente porque alguém leu numa rede social isso ou aquilo, mas ao vivo, na TV, nos meios de comunicação tradicionais. Por que eu digo isso? Porque os meios tradicionais de comunicação permitem a responsabilidade também dos seus autores, dos jornalistas, dos proprietários das empresas que detêm a responsabilidade de informar, diferentemente de boa parte do que a gente encontra nas redes sociais, que é apócrifo, é anônimo e circula sem qualquer tipo de controle.

Mais do que isso, como disse a Natalia, esperamos – acho que todo o povo brasileiro espera – que a CPI identifique responsabilidades. Agora, ainda mais importante, além de identificar responsabilidades, que essa CPI tenha peso político para mudar os rumos, pra que a responsabilização redunde em mudança de atitude, mudança de projetos e que possa ainda trazer benefícios ou ainda diminuir os malefícios que sofre a população brasileira pela falta de controle da doença.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Presidente Omar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) - Muito obrigado ao Dr. Cláudio e à Dra. Natalia. Obrigado, Presidente, Randolfe. Um abraço carinhoso, meu querido Senador Renan Calheiros, nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Muitíssimo obrigado, Presidente Omar. Daqui a distância, eu e o Senador Renan sentimos vossa falta, viu? Já estamos prontos para nos encontrarmos na segunda-feira. Tem sempre na segunda o bacalhau da casa do Omar, não é, Relator, Renan? Estamos aqui já indicando em rede nacional os encontros que essa direção da CPI sempre tem na residência, aqui em Brasília, do Senador Omar Aziz. Muitíssimo obrigado, Presidente.

Senador Renan, alguma consideração final para encerrar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Eu queria só agradecer, mais uma vez, a presença da Dra. Natalia, do Cláudio Maierovitch. Sem dúvida nenhuma, nós tivemos hoje um grande dia, né, do ponto de vista da Comissão, do debate, de dedicarmos um olhar especial à ciência, à academia. Nós estamos felizes com as presenças e com as contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dra. Natalia, suas considerações finais, assim como o Dr. Cláudio.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) - Obrigada, Presidente. Obrigada, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, pela oportunidade de participar desta CPI, de poder trazer ciência para o debate público e trazê-la para esta Casa, que é justamente o objetivo maior que me fez criar o Instituto Questão de Ciência em 2018, para conseguir criar essa ponte que foi representada hoje de maneira tão significativa entre a academia e o Governo, os Parlamentares, os gestores e também a população, que também beneficiou do que foi falado aqui hoje.

Gostaria de colocar, então, o meu instituto e esse trabalho à disposição desta Casa para que esse seja apenas o primeiro e não o nosso último encontro, para que essa seja apenas a primeira de muitas interações para trazer ciência para o debate público, para que as formulações de políticas públicas sejam feitas da maneira mais racional possível, baseadas em ciência e não em achismo e ideologia.

Podem ter certeza de que essa não vai ser a primeira vez que a ciência será ignorada no debate de políticas públicas. Então, fico muito feliz que esta Casa deu abertura para que a ciência participasse das políticas públicas como participou hoje.

Muito obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Dra. Natalia.

Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) - Primeiro, agradeço mais uma vez a oportunidade de participar desse debate. Vim aqui, como foi dito, como pessoa física, como alguém que tem se dedicado à saúde pública, mas isso não impede que eu traga aqui uma expectativa enorme do que eu tenho ouvido, lido, percebido de grupos, comunidades de que eu participo.

Vou mencionar algumas delas: colegas de universidade; a comunidade da Fiocruz, onde trabalho; a comunidade dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, que tem a sua associação; a nossa Associação Brasileira de Saúde Coletiva; o nosso Observatório Covid-19, entre outros tantos, que, acredito, representam a expectativa que a população brasileira tem de que o Poder Legislativo brasileiro, representado aqui por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, consiga produzir um contraponto à ausência de políticas públicas para enfrentar a pandemia e consiga criar pressão suficiente para que esse cenário mude.

Então, eu quero dar aqui os parabéns ao Senador Randolfe, ao Senador Renan, aqui, presentes, ao Senador Omar Aziz, Presidente, que está remotamente, a todos que têm participado da CPI, ao conjunto dos Senadores que respaldam esta Comissão para que as suas consequências se transformem em atos concretos.

E dizer que acho que é isso que nos dá um laivo de esperança num cenário tão terrível como a gente tem vivido hoje, tão triste como é o que a gente percebe ao nosso redor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- MUITÍSSIMO obrigado, Dr. Cláudio.

Dra. Natalia, V. Exa... Trato de V. Sa., mas à altura de V. Exa. o Dr. Cláudio, no debate que possibilitou no dia de hoje dar o *status* para o tratamento - não é, Senador Renan? - também de V. Exa. Então... Porque, em um momento de dificuldade como este, em um momento em que a ciência é colocada à prova, na verdade, o tratamento, o melhor pronome de tratamento deve ser destinado aos representantes da ciência.

V. Exa., portanto, disse ainda há pouco, Dra. Natália, que não é a primeira vez na história humana que a ciência é questionada. Isso me fez lembrar um comentário na contracapa de um livro de duas ótimas, fantásticas historiadoras de nosso País, Dra. Lilia Schwarcz e Dra. Heloisa Starling, o livro *A bailarina da morte*, que fala sobre a pandemia de 1918. V.Sa., V. Exa., Dra. Natalia, Dr. Cláudio, faz um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comentário ao final do livro, na contracapa, dizendo o seguinte, mais ou menos: "É incrível como 100 anos depois, nós estamos recaindo nos mesmos erros que foram cometidos na pandemia de 1918."

Eu espero – a nossa condição temporal neste Planeta, somos seres finitos, talvez não nos permita... Eu espero que nos permita deixar legados para a humanidade, para as eventuais pandemias que virão. Vírus sempre conviveram com a humanidade, desde sua existência. Aliás, os vírus existem antes da própria condição humana.

Diz, Senador Renan, um historiador que a história muda por revoluções, pela guerra ou pelas pandemias, ou seja, pelo aço, pelas armas ou pelo vírus. Eu espero sinceramente que para nós, brasileiros e brasileiras, este difícil momento seja de aprendizado para o futuro. Não é aceitável que na próxima pandemia, mais uma vez, nós não tenhamos aprendido nada com o que está acontecendo aqui.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Kajuru, que nos assiste, Senador Renan, que está aqui presente, foi instalada quando todas as demais instituições deste País não cumpriram o seu papel. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada como um clamor da sociedade brasileira, quando aqueles que deveriam ter o dever de agir, sobretudo o Sr. Procurador-Geral da República, não o fizeram. É por isso que tem esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tem significado diagnóstico a pesquisa que foi citada no dia de hoje da XP/Ipespe, que foi inclusive destacada aqui pelo Senador Renan. Essa pesquisa diz que os brasileiros querem uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas também diz que os brasileiros estão céticos em relação a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Porque o que os brasileiros e brasileiras querem é a resposta a esta pergunta: por quê? Por que 482.135 famílias brasileiras estão hoje despedaçadas? Por que, à mesa de jantar de várias famílias brasileiras, neste momento, está faltando um pai, está faltando uma mãe, está faltando um irmão, está faltando um avô, uma avó, um parente, está faltando um amigo? É essa a resposta que os brasileiros e brasileiras querem. É nosso dever histórico, Senador Renan, dar essa resposta aos brasileiros.

Se a responsabilização aos culpados virá, talvez não seja responsabilidade desta CPI. A esta CPI cabe o papel de inquirir, cabe o papel de investigar e, ao final, apontar os indiciamentos que são necessários. Às demais instituições da República brasileira cabe o papel de dar cabo ao relatório desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quis a história, Senador Renan, nos colocar diante desse desafio histórico para com os brasileiros, desse desafio de dar essa resposta, talvez a mais premente resposta que os brasileiros esperam de uma Comissão Parlamentar de Inquérito dos últimos 100 anos ou, vou mais além, desde a instituição da República em nosso País e do instituto de Comissões Parlamentares de Inquéritos. Na história a que me refiro, já disse algumas vezes, Dra. Natalia, Dr. Cláudio, há o espaço para a honra, há o espaço para a glória e há o espaço, também, para a desonra e o espaço para a vergonha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós hoje estamos sendo julgados, também, como membros desta CPI, por todos os brasileiros e brasileiras, por essas famílias que estão despedaçadas. Que, ao ceticismo que muitos têm, nós possamos saber responder com o relatório que está ao encargo do Senador Renan Calheiros. Que ele esteja à altura da dor dessas famílias despedaçadas. Que ele esteja à altura do Brasil.

Ao ouvir, Dra. Natalia, a senhora e o Dr. Cláudio, nós temos consciência de que este País pode dar certo, de que este País vai dar certo, de que o Brasil não é o Brasil do negacionismo, não é o Brasil da vergonha, não é o Brasil da morte, que este é um País maravilhoso, é um País fenomenal que produziu mentes como essas, como a de V. Exas, inteligentes como as de V. Exas, como a da Sra., Dra. Natalia, que tantas vezes nos honra ao aparecer nos meios de comunicação e trazer a luz da ciência. Que esses ensinamentos fiquem não somente para o presente, mas que fiquem para o futuro.

Eu queria agradecer à senhora, Dra. Natalia, e ao senhor, Dr. Cláudio, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ao fim, eu quero determinar à Secretaria desta Comissão que seja juntada aos autos desta CPI o pronunciamento de ontem de Sua Excelência o Presidente da República Jair Meccias Bolsonaro em relação ao uso de máscaras. Creio que esse será um dado necessário para o relatório final do Senador Renan Calheiros.

Muitíssimo obrigado.

O Senador Kajuru pede a palavra. Por um minuto eu ouço V. Exa. Se V. Exa. puder... Ligue o microfone, por favor, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. *Por videoconferência.*) – Pois não. Ouve-me agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Eu vou ser rápido.

É que o senhor entrou aí na palavra julgamento. Então, como o pontapé inicial desta CPI é seu, o senhor foi o criador dela, eu só gostaria, por ter mais experiência do que o senhor e do que o Senador Renan no que tange à experiência popular, no contato com as pessoas como jornalista por 40 anos, e me dirigindo aqui ao Presidente, que deve estar nos vendo, Omar Aziz, de lembrar Shakespeare: as pequenas mentiras fazem o grande mentiroso. E pelo que a gente vê de mentira e de maldade a gente se chateia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só quero colocar rapidamente o seguinte: o Brasil do bem – eu tenho convicção, porque eu conversei com esse Brasil do bem, que sei qual é, o Brasil que a gente sabe, que a gente conhece através de redes sociais –, o Brasil do bem tem respeito por esta CPI.

Então, é muito injusto você, de repente, ver gente até do nosso meio aqui no Senado fazendo crítica baixa ao comportamento do Presidente Omar Aziz. Gente, é inquestionável o trabalho dele até agora: justo. Ele já chegou, Presidente Randolfe, a não concordar com o senhor, em posições na Mesa Diretora; a não concordar com o Senador Renan, Relator, em relação a um dia que eu faria a mesma coisa que o Senador Renan fez sobre aquele convocado, aquele soez Wajngarten, ex-Secretário de Comunicação do Governo, e ele disse: "Não, eu vou salvar a CPI, não vou permitir isso".

Então, não tem como você fazer crítica por crítica, você querer discutir as perguntas feitas por um Relator como Renan Calheiros que dedica a vida dele, o tempo inteiro, se prepara, faz perguntas oportunas, preparadas, embasadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Então, não tem como discutir o trabalho dessa CPI e, muito menos, querer desqualificá-la. Isso vai continuar sendo uma pretensão de quem está de outro lado. Mas, repito, Presidente Randolfe Rodrigues, o Brasil do bem tem respeito a esta CPI e, em especial, a essa Mesa Diretora no comportamento individual dos três que eu acabei de falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - MUITÍSSIMO obrigado...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - ... vivi hoje um dia muito feliz, especialmente pelo que o senhor falou sobre as presenças da Dra. Natalia e do Dr. Cláudio.

Fiquei feliz ainda de saber que ele tem amigo lá na minha cidade natal de Cajuru, que é muito maior do que a sua cidade de Macapá, Presidente Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - MUITÍSSIMO obrigado, Senador Kajuru.

Havendo número regimental, coloco em votação as atas das 17ª e 18ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada.

Declaro encerrada esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, convocando todas as Sras. e os Srs. Senadores para nova reunião na terça-feira, às 9h, para ouvirmos o Sr. Marcellus Campêlo, ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 51 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia quinze de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros e Eduardo Girão, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Telmário Mota, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Izalci Lucas e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Tomada de depoimento de convocado pela CPI. Oitiva do Marcellus Campelo, Ex-Secretário de Saúde do Amazonas, em atendimento aos requerimentos 185/2021 e 324/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/15>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) - Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Marcellus Campêlo, ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas.

Esclareço que aqueles que forem regularmente intimados e se negarem a comparecer para depor perante esta CPI terão a sua intimação solicitada ao juiz criminal da localidade em que residam ou se encontrem, nos termos dos arts. 218 e 219 do Código de Processo Penal.

Determina o art. 218 que o juiz poderá requisitar à autoridade policial a apresentação da testemunha faltosa ou determinar que seja conduzida por oficial de justiça, o qual poderá solicitar o auxílio da força pública.

Nós recebemos um documento do advogado do Sr. Carlos Wizard, e eu encaminhei a seguinte resposta a ele.

Diante da manifestação dos advogados do Sr. Carlos Wizard, os quais antes sequer recebiam intimações por esta CPI, presto os seguintes esclarecimentos: foi negado o depoimento telepresencial, incompatível com a dinâmica da CPI, em que se precisa assegurar a incomunicabilidade da testemunha, assegurar que a testemunha permaneça até o final da reunião, dizendo e não calando a verdade, bem como que a testemunha não leia o seu depoimento.

Requisitei informações à defesa do convocado: cópia integral do seu passaporte, uma vez que o documento encaminhado só apresenta carimbos e não permite saber se é efetivamente do convocado; e esclarecimentos sobre o recebimento da intimação no endereço do convocado no Brasil - em um primeiro momento, consta dos registros que a correspondência foi entregue ao destinatário. Logo após isso, consta que o destinatário recusou-se a receber a correspondência.

Em paralelo, esta Presidência solicitou esclarecimentos adicionais aos Correios.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Determino à secretaria...

Essa foi a manifestação da CPI ao Sr. Carlos Wizard.

Se o Sr. Carlos Wizard não comparecer na quinta, nós iremos tomar as devidas providências com a CPI em relação ao que eu li há pouco.

Srs. Senadores, será disponibilizado hoje a todos os Parlamentares desta Comissão uma lista de mais de 2 mil arquivos registrados inicialmente como sigilosos que poderão ter a sua reclassificação para documentos ostensivos. Solicito que todos leiam atentamente essa lista para que possamos votar em Plenário a abertura desses documentos nesta quarta-feira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Primeiramente, desejando a todos os colegas uma semana de serenidade, eu queria, Presidente, saber se... Eu vi que na pauta não está o Requerimento, de minha autoria, nº 102, que na última sessão, quinta-feira, ficou acordado que seria pautado para hoje, do Diretor-Executivo do Consórcio Nordeste, Dr. Carlos Eduardo Gabas. Eu queria saber se o senhor vai colocar para fazermos essa deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, nós colocaremos amanhã para votar.

Hoje, nós recebemos o documento... Aquele documento que nós estávamos esperando, recebemos ontem e eu nem tive tempo ainda de ler o documento - vou ser sincero com V. Exa. -, mas, conforme acordado, nós pediríamos informações ao Sr. Carlos Gabas, e V. Exa. concordou naquele dia, então, nós votaremos os requerimentos todos amanhã.

Pode ser?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tudo bem.

Fica compromissado então, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, não, vamos votar não só o seu como outros, de outros companheiros aqui que têm outros requerimentos.

Pois não, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria registrar que apresentei um requerimento a esta CPI solicitando o envio à empresa Azul de uma solicitação de esclarecimentos por fato acontecido na última sexta-feira.

O Senhor Presidente da República, acompanhado por um segurança sem máscaras, adentrou a um avião da empresa Azul. Nesse avião, ele começou a bater fotos, recebeu muitas vaias também e retirou a máscara para bater fotos e para professar uma série de impropérios contra quem estava vaiando Sua Excelência. A tripulação e passageiros também tiraram máscaras para que pudessem bater fotos e chegar perto do Presidente.

Pois bem, isso, na verdade, é inteiramente ilegal. Nós já vimos, inclusive, aviões voltarem para o hangar porque alguém dentro do voo se recusava a utilizar máscaras. Há uma resolução da Anvisa que determina que a máscara tem que ser usada em todas as instalações aeroportuárias, nas aeronaves e nas instalações aeroportuárias, até nas lojas comerciais que existem no aeroporto.

O Presidente da República é alguém que deveria dar exemplo de cumprimento da lei, mas ele se sente muito feliz em descumpri-la, demonstrando que quer ficar acima da lei, diferentemente dos demais cidadãos.

Por essa razão, eu apresentei um requerimento à CPI pedindo informações à empresa Azul e, diante do que vier respondido, eu vou recorrer à Anvisa e à Anac. À Anvisa porque é quem determina as normas que têm que ser aplicadas em toda essa... em tudo aquilo que diz respeito à aviação civil. E à Anac porque é a responsável pela sua aplicação.

Essa é a primeira questão.

A segunda, Sr. Presidente, é que eu estou pedindo ao Tribunal de Contas da União que faça uma auditoria sobre o ato político eleitoral que aconteceu no Estado de São Paulo, no último sábado, quando o Presidente da República promoveu isso que chamaram de "motociata".

Só o Governo do Estado teve que gastar um R\$1,2 milhão para garantir a segurança do evento e da população, a Prefeitura Municipal de São Paulo teve que gastar R\$70 mil e a União teve que gastar com aviões que conduziram a comitiva até São Paulo, helicópteros, seguranças com diárias, aeronaves, combustível. O Presidente ainda cometeu infrações contra o Código de Trânsito, porque estava em uma motocicleta com a placa encoberta. Aquele ato é um ato de campanha eleitoral ilegal e extemporânea. E, como tal, eu pedi que se faça uma auditoria e, se for confirmado o gasto ilegal de recurso público, que haja um ressarcimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por último eu queria aqui registrar uma estranheza: o Presidente da República não trabalha? Não trabalha! Eu me fiz essa pergunta e eu mesmo me respondi: não trabalha! No fim de semana ele faz ato político, no meio da semana ele vai para os Estados para fazer atos políticos. Seria tão bom que, no meio de uma pandemia, o Presidente Bolsonaro trabalhasse. Trabalhe, Bolsonaro! O Brasil precisa de um presidente trabalhador.

Obrigado!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, só para pedir um esclarecimento: a pauta de amanhã o senhor pretende liberar até que horas? *(Pausa.)*

A pauta de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pauta sobre requerimento?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Daqui a pouco nós vamos colocar para V. Exa., está bem?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Faça isso, Presidente, porque o correto seriam 48 horas. Então, eu não quero criar obstáculo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí nós temos hoje sessão, não só quarta-feira.

A do Senador Eduardo Girão já estava pautada semana passada, nós só adiamos, entendeu? Então, a do Senador Eduardo Girão já estava pautada. A única que não foi votada foi a do Senador Eduardo Girão.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As outras, se a gente colocar hoje, nós temos sessão até sexta-feira; nós temos amanhã, quinta e sexta.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas seria bom... Faço um apelo para ver se se disponibiliza até o final da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu recebi... Eu recebi um telefonema do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Arthur Lira, Presidente da Câmara. Ele disse... Ele conversou comigo e eu concordei com ele que nós trocaríamos a convocação do Deputado Osmar Terra para convite. E eu quero colocar isso aqui para V. Exa., para a gente poder... E nós deliberamos como convite, mas ele me ligou... Eu acho que a reivindicação do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Arthur Lira, como Presidente de um Poder... Ele está correto em... E eu aceito o acordo, então. E eu quero comunicar a V. Exas. que nós iremos não convocá-lo, mas convidá-lo a vir a esta Casa, o.k.?

Eu peço à Secretaria...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) - Só para um registro.

Queria aqui registrar dois eventos importantes que aconteceram nesta semana. Primeiro, o evento da busca e apreensão no laboratório do Professor Didier Raoult, na França, por desonestidade científica e médica nos trabalhos que ele fez no uso da hidroxiclороquina ou cloroquina. Então, a polícia francesa fez lá busca e apreensão, não permitindo que ele mais mentisse para o mundo com as suas experiências. Em segundo lugar, um dos Senadores americanos foi retirado do YouTube por promover, de forma indevida, a ineficácia do tratamento precoce. São dois fatos importantes, que precisam ser registrados no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mostrando que o mundo já entendeu que esse tratamento precoce, como qualquer outro tratamento para qualquer virose, não tem nenhuma eficácia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Determino à Secretaria que conduza o depoente à mesa para o início do seu depoimento. (*Pausa.*)

V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Se V. Exa. quiser, tem 15 minutos pra se posicionar; se não, passo diretamente ao Relator.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu quero, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Fique à vontade.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - Quero dar o meu bom-dia aqui aos Senadores, agradecer a cordialidade. Bom dia, Presidente Omar Aziz, Relator Renan Calheiros, Senador. E, em nome do Senador Eduardo Braga, do Estado do Amazonas, eu dou o meu bom-dia a todos os outros demais Senadores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o meu nome é Marcellus José Barroso Campêlo, eu sou natural, nascido no Estado do Amazonas, na cidade de Manaus. Eu tenho 51 anos de idade. Sou casado há 30 anos, tenho dois filhos, um casal de filhos. Minha profissão é de engenheiro civil, formado no então Instituto de Tecnologia da Amazônia, a Utam, em 1992, profissão em que eu segui e eu atuei, metade dos anos da profissão, na iniciativa privada e metade, agora, nas experiências no serviço público. Eu trabalhei... Essa é a minha quarta experiência no serviço público. Trabalhei duas vezes na Prefeitura de Manaus e essa é a segunda vez que eu estou trabalhando no Governo do Amazonas.

Senadores, eu queria, em primeiro lugar, prestar a minha solidariedade a todos os familiares das vítimas da pandemia no Brasil e especialmente as vítimas da pandemia no nosso Estado do Amazonas. Solidariedade também aos familiares das vítimas, dos trabalhadores e profissionais da saúde do Brasil e do Estado do Amazonas.

E lembrar aqui a memória da Dra. Rosemary Costa Pinto, epidemiologista, que respeitava e amava o SUS como ninguém. Ela era uma amante da ciência, ela era uma entusiasta da vacina e também a grande líder que incentivava as medidas não farmacológicas no Estado do Amazonas como único meio até então, como não tínhamos vacina, para combater a pandemia. Infelizmente, a Dra. Rosemary, grande amiga, veio a óbito quatro dias antes da chegada da primeira remessa do lote de vacinas ao Amazonas.

Estou aqui também para honrar a memória dos trabalhadores e profissionais de saúde que lutaram e ainda hoje lutam no fronte da pandemia, com os quais convivi nesses dez meses de titularidade como Secretário de Estado de Saúde do Amazonas. Eles são os verdadeiros heróis desta pandemia, aqueles que literalmente entregaram a sua vida para ajudar o povo brasileiro e o povo amazonense.

Com eles, junto com eles, desenvolvemos várias ações administrativas e, principalmente, um programa de modernização da saúde no Amazonas, estruturado em nove grandes ações estratégicas, chamado Saúde Amazonas, que começamos a implementar a partir do dia 1º de setembro. Os servidores da saúde tiveram até então a oportunidade de serem realmente os protagonistas da gestão da saúde no Estado do Amazonas. Eles elaboraram o plano, estruturaram esse plano, tiraram os projetos das gavetas, que há muitos anos tentavam implementar, mas nunca tiveram oportunidade, e isso nós procuramos fazer da melhor forma possível.

Por fim, eu gostaria de lembrar a minha esposa e os meus dois filhos, que certamente compreenderam a necessidade dessa dedicação exclusiva nos dez meses da pandemia, quando tivemos que estar ausentes em muitas noites e muitas madrugadas e muitos finais de semana. A eles, o meu carinho pelas lágrimas, pelas orações e pelo amor que sentem por mim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, eu cheguei ao Governo do Amazonas, em 2019, a convite da Comissão de Transição, para ajudar a formar um relatório na Comissão de Transição de Infraestrutura, pela experiência que eu tinha em relação a essa área. Fui o Coordenador da Comissão de Transição, à época coordenada pelo Vice-Governador Carlos Almeida.

E, após a Comissão de Transição, fui convidado a assumir a Secretaria Executiva da Secretaria de Estado de infraestrutura (Seinfra) e também coordenar a Unidade Gestora de Projetos Especiais, que cuida de um grande programa, que já é um programa de Estado, chamado Prosamim, programa de sucesso que eu tive a honra de coordenar dos anos de 2015 a 2017. E aí, nessa oportunidade, o Governador Wilson Lima me fez o convite para voltar à frente da daquela unidade gestora. Durante o ano de 2019, portanto, trabalhamos nessas duas frentes, organizando a pasta da infraestrutura.

No mês... Em meados... No final do mês de abril, com o agravamento da crise da pandemia na saúde, todas as secretarias de Estado foram convocadas pelo Governador a apoiar o sistema de saúde, em virtude do grande déficit de profissionais que estavam tombando doentes, afastados ou mesmo indo a óbito. Então, nós mobilizamos uma grande quantidade de servidores do Estado para ajudar a saúde. E, após esse período, no dia 8 de maio, o Governador, então, me convidou para assumir a Secretaria Executiva da Saúde no Amazonas – passei a ser o Secretário Executivo. E, no dia 8 de julho, assumi interinamente como Secretário da pasta, e apenas no dia 1º de setembro, portanto, fui confirmado como titular. Então, de setembro até o período em que eu saí da pasta – pedi a exoneração –, foram dez meses.

Como principais ações à frente da saúde, peço permissão para enumerar: a reorganização administrativa da secretaria; a nomeação prioritária de servidores de carreira, empoderando-os na tomada de decisão com pragmatismo, com senso de urgência e com senso de indignação ante os problemas históricos e crônicos que nossa rede ainda possui; diálogo aberto e transparente com os órgãos de controle, com profissionais de saúde, com conselhos regionais, sindicatos, usuários do SUS, associações de transplantados, cardiopatas, da saúde mental, da saúde bucal e outras linhas de cuidado, portadores de deficiência, com o conselho estadual, com a Comissão Intergestores Bipartite e com outros órgãos como Cosems, aproximação com Conass e o Ministério da Saúde.

Fizemos também e promovemos a integração da rede da administração direta e indireta da saúde, que era fragmentada; unimos as unidades de saúde e das fundações em um grande sentimento de rede, com as fundações de especialidades de saúde, com a Fundação de Vigilância em Saúde e com a rede de saúde complementar, e também com o Hospital Federal Getúlio Vargas; aproximação junto ao Conass, à Organização Pan-Americana de Saúde, à Força Nacional de Saúde, à Unicef, à Médicos sem Fronteiras, com o Hospital Sírio-Libanês, que foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um grande parceiro na reorganização de algumas unidades de saúde, o Hospital Albert Einstein, que nos ajuda na telemedicina; o foco na gestão de dados da saúde, com fortalecimento do TI, que os dados eram fragmentados, nós não tínhamos informação da rede, o que acontecia, quantos usuários, quantos leitos, quantos internados, quantas vagas, qual era a taxa de ocupação. E nós conseguimos integrar os sistemas de saúde para poder ter dados em painel de gestão e tomar decisão de forma mais rápida.

Implantamos o Lean nas emergências nos três grandes prontos-socorros de Manaus, com apoio do Sírio Libanês, e também fizemos um grande trabalho desospitalização de pacientes nesses hospitais, alguns com mais de 60 dias internados aguardando uma cirurgia, os chamados... E nós chamamos plano Gira Leitos com cirurgias noturnas, o que o que proporcionou, inclusive, termos leitos suficientes para a segunda alça epidêmica.

O Programa Saúde Amazonas com nove metas, grandes metas estratégicas; 200 projetos sendo executados; a desburocratização de processos administrativos para contratações e pagamentos; comissão de especialistas – foram quatro comissões implantadas; comissão de eliminação de pagamentos sob indenização, pagamentos indenizatórios, que é um programa crônico há décadas na secretaria e que nós estamos, que o Governo está agora, a Secretaria de Saúde está eliminando; e a criação da Secretaria Executiva do Controle Interno da Saúde, que concentra todos os órgãos de auditoria, sindicância, controle interno e ouvidoria.

Ampliamos os leitos habilitados no Cnes, sendo o maior número da história da saúde no Amazonas, leitos habilitados na capital e no interior do Amazonas. E também proporcionamos a integração das políticas de saúde entre capital e interior do Amazonas. Estamos no início dessa integração, inclusive no diálogo, agora possível, com a Prefeitura de Manaus e a Semsa Manaus, com a integração dos técnicos e com portarias assinadas para reorganização na cidade.

Senhores, sobre o enfrentamento da pandemia, quando eu cheguei na secretaria, em 8 de maio de 2020, nós estávamos com números ainda elevados de internações, taxa de ocupação, óbitos e contaminação, mas os números estavam em queda. Tínhamos, à época, a finalização de um contrato de locação com o Hospital Nilton Lins, que foi um contrato de 90 dias, que, em julho, já não tinha mais nenhum paciente internado e, por isso, sem ter demanda, ele foi encerrado.

O principal hospital de referência Covid em Manaus, o Hospital Delphina Aziz, estava com taxas de ocupação em decréscimo no mês de setembro, o que nos motivou, inclusive, a elaborar um plano de utilização daquele hospital. Para quem não conhece, o Hospital Delphina Aziz é um hospital de seis andares; é o maior hospital da rede pública do Estado do Amazonas, um hospital espetacular, que tem um potencial gigantesco de redução de filas de cirurgias



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletivas e outras na cidade de Manaus e atendimento a todo o Estado do Amazonas. Por isso, ele precisa ser utilizado para esse fim, não somente para atender Covid. Então, com a taxa de ocupação em baixa, nós nos estimulamos a criar um outro plano de trabalho pra o Delphina Aziz, para ficar como hospital híbrido.

Porém, após os o feriado de setembro, grandes aglomerações se registraram na cidade de Manaus, e eu fui alertado pela então Presidente, Diretora-Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde, Dra. Rosemary, sobre o aumento, o início de um aumento da taxa de ocupação nos hospitais particulares da cidade de Manaus, o que poderia estar evidenciando a contaminação, principalmente das classes A e B, que são as classes que estavam mais sendo expostas, naquele momento, nas atividades de recreação, principalmente, nos bares, nos restaurantes, nos flutuantes, no iates, nas boates etc. As aglomerações detectadas também pelas convenções partidárias, início da campanha eleitoral, com muitos comícios e carreatas realizados principalmente no interior do Amazonas, fora do controle da fiscalização.

Em setembro, então, com base nesse número, nós começamos a elaborar um plano de contingência para o enfrentamento do recrudescimento da Covid-19. Esse plano foi elaborado pelas equipes de saúde, as equipes técnicas, junto com a Fundação de Vigilância em Saúde, ouvindo especialistas, e também em consonância com o Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19 e também em consonância com todos os Estados brasileiros, o modelo que é usualmente utilizado em todos os Estados.

O plano era em cinco fases e disparava quando a taxa de ocupação de UTIs Covid ultrapassava ou atingia 75% da sua capacidade. E começou, a partir de setembro, a aumentar o número de hospitalizações na rede, tanto na rede pública quanto privada. Em setembro, foi de 553 o número de internações. Em outubro, nós tivemos que disparar a primeira fase do plano de contingência. E realizamos, para isso, para a abertura de leitos, o plano Gira Leitos. E, em outubro, também a realização das eleições com o registro de muita aglomeração e 61 festas da vitória nos 61 Municípios do interior do Amazonas, com um registro também de muitas aglomerações, o número salta, de hospitalização, para 968.

Nós temos também, a partir de novembro, a segunda fase e, no 23 de dezembro, dispara a terceira fase do plano de contingência, o que nos obrigou a solicitar do Comitê de Crise um decreto de restrição das atividades econômicas e de circulação de pessoas na cidade de Manaus e no Estado, para dar uma trégua ao sistema de saúde e assim podermos reorganizar e preparar a quarta fase que, inclusive, previa – que previa – a instalação de hospital de campanha ou enfermaria de campanha na área externa do Hospital Delphina Aziz. Nós, a partir daí, não tivemos êxito nesse decreto, que chegou a ser publicado, mas muitas manifestações, inclusive com violência, com barricadas, com a interrupção do direito de ir e vir da população, o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que obrigou o Governo a flexibilizar o decreto a partir... E foi uma decisão judicial que fez com que o decreto passasse a vigorar a partir do dia 2 janeiro.

Enfim, a partir do final do ano, no dia 31 de dezembro, pedimos o apoio via ofício à Força Nacional, pedindo ao Ministério da Saúde a presença da Força Nacional de Saúde no Estado do Amazonas para apoiar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Quando?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - Em 31 de dezembro, o ofício.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor pode repetir? Trinta e um de dezembro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Trinta e um de dezembro pedimos no ofício e também solicitamos diversos apoios para recursos humanos, medicamentos e equipamentos.

No dia 4 de janeiro, recebemos a Secretária Mayra Pinheiro na primeira reunião, pela manhã, 8h, no auditório do Hospital Delphina Aziz, onde foi convocada... A sua assessoria convocou a presença de representante do Conselho de Medicina, do Conselho de Enfermagem, sindicatos, autoridades da área médica, especialistas, etc.

Estivemos juntos com o Governador, participando dessa reunião, com a presença da imprensa - está tudo registrado -, e vimos uma ênfase da Dra. Mayra Pinheiro em relação ao tratamento precoce e disponibilização de... Relatando um novo sistema que poderia ser utilizado e que seria apresentado oportunamente. Chamava-se TrateCov.

A viagem da Dra. Mayra se deu mais com ênfase na atenção primária, ou seja, as reuniões mais eram para trabalhar com as prefeituras, e a Prefeitura de Manaus, àquela época, estava com uma nova gestão, a gestão tinha acabado de assumir, com muitas dificuldades na gestão, inclusive faltava medicamento na Prefeitura de Manaus para suas UBS. Inclusive, estavam muitas fechadas.

No dia 7 de janeiro, à tarde, por volta de 14h, o representante da White Martins pede para falar comigo e com alguns integrantes da minha equipe para questionar quantos leitos de UTIs e leitos clínicos nós ainda iríamos abrir no nosso plano de contingência, porque ele estava preocupado com o aumento do consumo e precisaria fazer uma programação do fornecimento. Então, nós relatamos que, aproximadamente, teríamos capacidade de implantar mais 150 leitos de UTI e, aproximadamente, 250 leitos clínicos na capital de Manaus. Esse era o plano.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele anotou, pediu para que nós não ativássemos mais nenhum leito de UTI até o sinal da empresa fornecedora de que poderia ter segurança para a ampliação do fornecimento de oxigênio. E assim fizemos: demos a ordem de não ativação, de continuarmos com a ampliação dos leitos, mas ativar os leitos somente no momento em que tivéssemos a anuência da empresa com segurança.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Neste dia, nós já estávamos aumentando leitos, mas, neste dia, nós informamos que nós tínhamos capacidade ainda de aumentar, por questões físicas, de RH etc., mais 150 leitos de UTI e 250 leitos clínicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Mas eu não entendi. Vocês deixaram de ampliar leitos em vez de buscar oxigênio? Como é que foi essa história? Me conta aí.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, é isso que eu quero saber.

Você disse o seguinte: nós recebemos... Quem é a White Martins para dizer para o Estado que ela não pode abrir mais nenhum leito? Em vez de a White Martins e você, nesse momento, irem atrás de oxigênio para abrir leito, que era até a necessidade de Manaus, você parou - foi isso que você disse aí e por isso que eu estou te perguntando - de abrir leito por causa da White Martins?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, nós continuamos abrindo os leitos, Senador, porque a White Martins, neste mesmo dia, apresentou uma programação para a gente de fornecimento de oxigênio - inclusive, nós estamos falando do dia 7, que é uma quinta-feira -, e ela afirmou para mim e para a nossa equipe que, a partir do sábado, dia 9, chegaria a primeira balsa de abastecimento com 52 mil metros cúbicos de oxigênio vinda de Belém e, a partir daquela data, a cada dois dias, chegariam novas balsas, novos carregamentos de oxigênio para dar segurança ao fornecimento da rede.

Vale ressaltar que a White Martins fornecia para o Estado todo: fornecia para a rede pública estadual; para a rede pública municipal; para a rede federal no Hospital Federal Getúlio Vargas, que é controlado pela Ebserh, vinculado ao Ministério da Educação; para o Hospital Militar de Manaus; e também para a rede privada, diversos hospitais.

Nós, evidentemente, tínhamos acesso aos relatórios mensais de fornecimento e consumo, devido aos pagamentos que fazíamos, em relação à rede estadual; o restante era



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controlado pela White Martins. Então, quando ela falava que viria uma programação, era uma programação para atender a toda a rede de saúde privada e pública.

No dia 7... No mesmo dia 7, já à noite, o representante pediu para falar comigo novamente, por volta das 19h, horário de Manaus, para relatar três situações: a primeira, para reafirmar a programação de entrega do oxigênio, como ele havia confirmado à tarde; a segunda, para pedir o apoio do Estado para realizar uma requisição administrativa do estoque de 20 mil metros cúbicos de oxigênio que teria disponível numa pequena empresa sediada em Manaus, de oxigênio, chamada Carbox, e que eles estavam tentando adquirir esse oxigênio da empresa, a empresa se recusava a vender, e que, apesar de estar chegando o oxigênio no sábado, era necessário, por segurança, ter essa reserva na rede.

Imediatamente, consultei meu setor jurídico para verificar como realizar a requisição administrativa, qual o passo a passo; foi orientado que imediatamente a White Martins formalizasse esse pedido, para nós iniciarmos o processo e, no dia seguinte, realizarmos a requisição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem à V. Exa. Nós estamos aqui diante de uma CPI. Nós estamos há mais de 20 minutos ouvindo um relato, e o Sr. Relator, que deveria estar questionando, para que nós pudéssemos ter esclarecimento... Nós estamos ouvindo uma única versão, unilateral. V. Exa., ainda há pouco, fez um questionamento pertinente, e há outras questões a serem feitas, que, por questão até de educação, nós estamos aguardando, mas, Presidente, nós já estamos às 10h30 da manhã, nós estamos praticamente há 30 minutos ouvindo unilateralmente uma declaração, e nós precisamos ouvir as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria para V. Sa. concluir, por favor, para que eu passe ao Relator.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Tá.

Eu gostaria, então... Como esses fatos deverão ser muito bem explorados aqui na Comissão, só queria pedir licença para falar a respeito da Operação Sangria, da qual eu fui alvo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você terá oportunidade, Marcellus, na hora em que for perguntado, de explicar tudinho.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vai passar praticamente o dia todo aqui. Então, você vai ter várias... Várias vezes você vai repetir a mesma coisa. Então, eu peço para V. Exa. concluir e passo ao Relator, para que, durante o seu depoimento, você possa esclarecer tudo aquilo que achar necessário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

Srs. Senadores e Sra. Senadora, Senadores que estão aqui, não é que eu me esqueci, é que eu li aqui alguns documentos e depois... Mas eu quero aqui, como Presidente desta CPI, em meu nome e, com certeza, em nome do Senador Eduardo Braga, que compõe a CPI, agradecer, do fundo do nosso coração, o mutirão que foi feito esse final de semana, na cidade de Manaus, pelos profissionais de saúde, que, de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, conseguiram vacinar 141 mil pessoas. Se você multiplicar 141 mil pessoas por 27, dá mais de 3 milhões de pessoas por dia que cada mutirão desse dá pra vacinar. E olha que a estrutura nossa, só na capital, foram 141 mil pessoas vacinadas acima de 40 anos. E foi um esforço muito grande desses profissionais que já vêm trabalhando exaustivamente na pandemia, mas não se negaram a passar a madrugada. E era fila 3h da manhã, 4h da manhã fila, e o pessoal vacinando. Foi realmente um negócio que nós ficamos muito felizes com isso. Tenho certeza de que é este o caminho: a vacina. Não tem outro caminho que não seja a vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Líderes partidários; Senador Eduardo Braga; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; em primeiro lugar, muito obrigado pela presença do Sr. Marcellus Campêlo, ex-Secretário de Estado da Saúde do Estado do Amazonas.

Nós vamos, Sr. Marcellus, tentar fazer perguntas objetivas, objetivando também, claro, respostas precisas, sintéticas, rápidas, para o melhor andamento deste depoimento. Como V. Sa. sabe, seu depoimento é muito importante pra que nós possamos iluminar bastidores e compartimentos da tragédia, do colapso que aconteceu no Estado do Amazonas – um dos fatos determinados desta própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quais são os hospitais públicos de Manaus atuantes no combate à Covid?

Se alguma pergunta o senhor já teve a oportunidade de respondê-la na introdução na sua participação inicial, por favor, releve, porque nós a repetimos exatamente para que tenhamos a ênfase necessária na resposta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais são os hospitais públicos de Manaus atuantes no combate à Covid?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, nós temos a rede... Na rede estadual, a qual nós estávamos dirigindo, nós temos um hospital grande de referência, que é o Hospital Delphina Aziz. E, como eu falei que existia um plano de contingência, nós... Gradativamente, os hospitais iam entrando, conforme a necessidade, como atendendo Covid, mas, no ápice da pandemia, praticamente todos os hospitais tinham atendimento à Covid. Nós temos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são os hospitais, por favor?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós temos três grandes hospitais prontos-socorros: Hospital João Lúcio, Hospital 28 de Agosto e o Hospital da Zona Leste, além de três hospitais infantis, Instituto da Criança... A Fundação Cecon também entrou no plano de contingência, que é uma fundação especializada em oncologia; então, os pacientes Covid oncológicos eram direcionados para lá. O Hospital Francisca Mendes, que é hospital do coração – pacientes com Covid com problemas cardíológicos também eram direcionados para lá. Além desses, havia as portas de entrada, SPAs e UPAs, sob gestão da Secretaria de Estado da Saúde, que também atendiam aos pacientes num primeiro momento e, depois, caso precisassem de internação, eles eram transferidos para os hospitais de referência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles são de administração da Prefeitura ou do Governo do Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Esses hospitais que eu relatei são hospitais administrados pelo Estado do Amazonas. O hospital que acabou sendo utilizado também como referência para a Covid no pico foi o hospital federal Getúlio Vargas, sob administração da Ebserh e também na jurisdição do Ministério da Educação.

Também a rede complementar entrou com contratualização. O Hospital Beneficente Português: nós fechamos uma contratualização no mês de dezembro e também foi utilizado para leitos de UTI e leitos clínicos de Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois dessa primeira onda, que já havia trazido forte comoção nacional, quais foram as medidas tomadas para o fortalecimento do sistema de saúde?

O primeiro período, como se sabe, de colapso no sistema de saúde do Amazonas devido à Covid-19, se deu em abril e maio de 2020, mesmo mês em que V. Sa. assumiu a Secretaria



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Estado do Amazonas. Por isso eu faço esta primeira pergunta: depois dessa primeira onda que já havia trazido forte comoção, quais foram as medidas tomadas para o fortalecimento do sistema de saúde local?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós trabalhamos, Senador, principalmente no hospital de referência Delphina Aziz, que não tinha a totalidade de seus leitos em funcionamento. Como eu falei, o hospital de referência Delphina Aziz é um hospital de seis andares, mas, quando nós assumimos a gestão, ele ocupava somente três andares do hospital. Então, nós fizemos o trabalho de estruturação daquele hospital, e hoje ele está sendo utilizado na sua capacidade máxima, os seis andares, com 180 leitos de UTI e 342 leitos clínicos.

Também fizemos a reestruturação de hospitais e a ampliação de leitos onde nós identificamos condições físicas para isso. Fizemos a ampliação de leitos no Hospital da Zona Leste.

Fizemos ampliação de leitos e reestruturação no Hospital João Lúcio. Nós fizemos a ampliação de leitos na Fundação de Medicina Tropical, que recebeu pacientes tanto de leitos clínicos quanto de leitos de UTI. No Instituto da Criança, fizemos também a estruturação e a ampliação de leitos clínicos para referência infantil. Trabalhamos a ampliação de leitos também nas maternidades; fizemos uma reestruturação nas principais maternidades de Manaus, onde eliminamos espaços ociosos, que não estavam sendo utilizados ou estavam sendo utilizados de forma inadequada, para a utilização de leitos e dar melhor atendimento à população.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi solicitado algum tipo de apoio do Governo Federal para a implementação dessas medidas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós solicitamos, desde o início do plano de contingência, respiradores, monitores e bombas de infusão para essa ampliação de leitos do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Manaus foi provavelmente a primeira grande cidade a ser alcançada pela segunda onda da pandemia no Brasil. Quais foram as vulnerabilidades que persistiram no Estado do Amazonas mesmo após a primeira onda?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - As vulnerabilidades eu acredito que foram, principalmente, a escassez de recursos humanos, profissionais especializados, numa limitação. Nós temos um problema histórico como a falta de UTIs no interior do Amazonas. Então nós ampliamos a instalação de UCIs (Unidades de Cuidados Intermediários) em todos os Municípios do Estado, porém, nós não temos UTIs instaladas no interior do Amazonas, o que dificulta o atendimento de média e alta complexidade não só para atendimento Covid, mas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também para cirurgias eletivas. Esse foi um grande gargalo e ainda é. E nós temos um projeto, a Secretaria de Estado, nós deixamos um projeto lá para instalar as primeiras UTIs no final deste ano.

Temos também a questão logística. Manaus fica ali ilhada dentro da Floresta Amazônica, sem acesso a rodovias para a ligação com o restante do País. O acesso é só aéreo ou fluvial, o que dificulta também qualquer ação de logística para atender a rede numa emergência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A gestão da saúde estadual contava com a possibilidade - esta pergunta é muito importante - de já se ter adquirido imunidade de rebanho em decorrência das altas taxas de contágio verificadas na primeira onda?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, absolutamente. Essa tese nunca foi ventilada em qualquer reunião de que eu tenha participado.

Inclusive, a Dra. Rosemary Pinto, que era Diretora-Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde, era absolutamente contra esse tipo de tese; era defensora exclusivamente das medidas não farmacológicas e tinha muita esperança na chegada das vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Governo Federal sugeriu que isso pudesse ter acontecido, em alguma dessas conversas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não tenho conhecimento e não participei de nenhuma reunião nesse sentido, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual foi o montante de recursos enviado pela União em 2020 em comparação com o ano de 2019, em que não havia pandemia?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, nós enviamos esse material. De fato... Eu vou pedir para a minha assessoria aqui me passar o relatório, mas o que nós tínhamos no fechamento do ano de 2020 eram aproximadamente 470 milhões no Fundo Estadual de Saúde, onde 115 milhões eram específicos para atendimento Covid.

Vale ressaltar que o repasse de recurso do Governo Federal - e isso é muito bom a gente ter noção -, como o Amazonas é sempre o primeiro, foi o primeiro na primeira onda e o primeiro na segunda onda, quando os recursos para o combate à Covid chegam, eles já chegam num momento onde há uma diminuição de taxas e o investimento geralmente foi feito, na sua maior parte, pelo Governo do Amazonas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje... Nós temos, historicamente, no Amazonas, uma rede 85% SUS-dependente, onde apenas... Onde 82% é custeado por recursos estaduais, e apenas 18% com recursos federais. Então, há um desequilíbrio nessa conta, historicamente isso acontece no Estado do Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, a comparação de recurso, do volume de recurso...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Se eu puder mandar posteriormente, estou pedindo para a minha assessoria aqui verificar, eu posso passar novamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço para a Secretaria da Mesa, por favor, obter essas informações, elas são importantes aqui para a Comissão.

Em relação aos recursos da União de caráter voluntário enviados exclusivamente para o combate à pandemia, em que foram aplicados?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós aplicamos na contratação de recursos humanos. Na segunda alça epidêmica, nós contratamos mais de 2 mil profissionais de saúde em diversas especialidades para o contra-ataque.

Adquirimos muito medicamento para o tratamento de pacientes, principalmente o *kit* intubação e outros medicamentos, compramos outros insumos para a rede, compramos equipamentos, ampliamos a rede, enfim, foi todo utilizado no que preconiza a utilização do recurso Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que não foi possível fazer pela falta de recursos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, nós fizemos tudo o que era possível fazer com os recursos que tínhamos.

Nós ampliamos os leitos, nós contratamos profissionais, nós adquirimos os insumos necessários, fizemos todos os esforços necessários para dotar a rede da necessidade do atendimento à pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em que momento a Secretaria de Estado da Saúde verificou que havia crescimento sustentado dos casos de Covid-19 no Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - A partir, como eu falei na introdução, a partir do mês de setembro, na segunda quinzena de setembro, fui alertado pela FVS, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fundação de Vigilância em Saúde, do crescimento de internação na rede privada, o que poderia estar demonstrando ali uma contaminação das classes A e B e que poderia, logo, seguir para as demais classes.

Estávamos com números, na nossa rede pública, estáveis, em decréscimo, mas na rede privada começou a ter esse acréscimo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Setembro.

Foi quando nós elaboramos o plano de contingência para o enfrentamento dessa segunda alça epidêmica.

Vale lembrar que, nessa época, todos os Estados brasileiros já estavam saindo da primeira onda, inclusive estava havendo já, isso é fácil de buscar no histórico, o retorno das cirurgias eletivas, etc. E nós já preocupados com a segunda alça epidêmica, já pensando em medidas de contingência para, inclusive, interromper as cirurgias eletivas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, em setembro verificou-se que havia crescimento sustentado dos casos de Covid no Amazonas. Não é isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E quando se identificou que o sistema de saúde não iria suportar a alta demanda?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, nós fizemos um plano de contingência cujo pior cenário era a repetição da crise da primeira onda. Então, o plano foi construído, foi elaborado, olhando para o que aconteceu na primeira onda. Então, nós nos estruturamos para isso. Até dezembro, até o final de dezembro, os números de internações ainda não tinham chegado ao número da primeira onda. Então, somente no final de dezembro é que nós começamos a notar que havia algo diferente, alguma coisa diferente na contaminação, que estava sendo muito mais rápida, no número de internações e no perfil dos pacientes que chegavam muito agravados e também com...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador Renan, me permita fazer aqui uma complementação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor. Qualquer interrupção pode fazer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – O Secretário fez uma colocação que me parece ser necessária uma explicação. Primeiro: nós contratamos um hospital de campanha. É verdade, Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Na primeira onda, foi a contratação do hospital...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Em que mês foi feita essa contratação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Os meses do contrato foram os meses de maio, junho e julho, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, quando você tinha, dentro do Delphina Aziz, três andares de hospital público fechado e sem operação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, nessa época... Nessa época o Delphina Aziz estava em ampliação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quantos leitos tinha o Delphina Aziz aberto nesta data?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu tenho que verificar, Senador. De cabeça eu não sei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. tem que verificar porque, na realidade, metade do Delphina Aziz, hospital público, estava fechada. E o Estado contratando um hospital de campanha privado. Eu acho que dessas questões é preciso começar a ser faladas com a necessária ênfase, porque...

Quantos metros quadrados aumentou de área de UTI? V. Sa. é engenheiro.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O Delphina Aziz...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quantos metros quadrados V. Sa., como Secretário de Saúde, construiu em área de UTI?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós ampliamos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, quantos metros quadrados V. Exa., V. Sa. construiu?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Só se fizesse o cálculo, Senador, não tem... Isso é um número...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sabe por quê? Sabe o que aconteceu, Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pegaram salas que eram de cirurgia e colocaram leitos de UTI dentro de centro cirúrgico. Pegaram áreas de depósito e transformaram em área de UTI. Não aumentaram em um metro quadrado a área de UTI.

Quando V. Sa. está falando, parece que o Amazonas não viveu o subsolo do inferno e que as pessoas não morreram por falta de assistência e de atendimento. É preciso começar a falar a verdade. V. Sa. jurou dizer a verdade aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer, se eu entendi: houve o desmonte do setor público e equipamentos foram transferidos para...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mais do que isso, Senador Renan: não houve a montagem do setor público. Três andares do Delphina Aziz estavam fechados, sem operar. E contrataram um hospital particular para hospital de campanha. Esse hospital de campanha foi fechado entre a primeira e a segunda ondas.

Em que data abriram-se os leitos do Delphina Aziz? Porque aí a pergunta de V. Exa. faz todo sentido. Isso é que nós precisamos esclarecer, porque o que me parece aqui é que há um discurso, uma narrativa, e que essa narrativa não é o que nós vivenciamos na cidade de Manaus.

Apenas para complementar.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E é fundamental que o depoente preste essas informações.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos aqui todos para isso. Não há, sinceramente, outro objetivo na sua presença e na sua



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala senão o objetivo que coloquei aqui inicialmente, de nós iluminarmos esses compartimentos todos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Relator...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O senhor me permite um...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Só V. Sa. pode fazê-lo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Relator, antes do depoente, eu queria fazer uma breve intervenção que tem a ver com os recursos, porque houve uma afirmação de que teriam faltado recursos. Eu estou com o seguinte dado aqui: em dezembro de 2019, havia um saldo de R\$306 milhões na conta do Governo do Estado do Amazonas. Em agosto de 2020...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Ele falou em 400, viu, Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, eu vou chegar lá. Eu vou chegar lá.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, 2020.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu estou em 2019. Em agosto de 2020, havia um saldo de 459 milhões. Em dezembro, conforme o Secretário acabou de citar, havia um saldo de 478 milhões. E em março, Sr. Relator - e aí eu chamo a atenção -, em março de 2021, o saldo era de 553 milhões. Eu acho que fica claro que nunca faltou dinheiro ao Estado do Amazonas para tomar as providências necessárias para o enfrentamento da pandemia, seja...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - E o saldo só cresceu.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O saldo só cresceu, não faltou dinheiro. O saldo não é decrescente. Havia recursos disponibilizados na conta do Governo do Estado, e eu gostaria que o Secretário pudesse explicar, porque não houve falta de recursos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Houve certamente falta de providências.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Tem uma sequência de inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Fernando Bezerra...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Tem uma sequência de inscrições, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vou pedir aos colegas a atenção...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vou pedir aos colegas a atenção: há vários Srs. Senadores e Sras. Senadoras inscritos, então, para nós organizarmos a dinâmica...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Relator, não fique aceitando essas interrupções. Termine seu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... dos trabalhos da CPI, eu queria pedir ao Sr. Relator para proceder à dinâmica das perguntas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... termos as respostas do Sr. Marcellus Campêlo, e em seguida, pela ordem de inscrição, nós daremos sequência.

Senador Otto, é uma questão de ordem?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Eu vou atender ao que V. Exa. disse. Vou esperar minha hora, então, para não atrapalhar o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, da minha parte, não atrapalha em nada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Eu só queria dar uma contribuição...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Por favor, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... ao que o Senador Eduardo Braga falou. O que ele deve ter perguntado, o Senador Eduardo Braga, é que a estrutura do Estado do Amazonas, no que tange à capacidade instalada de hospital, teve leitos que poderiam ser utilizados e não foram instalados, ou seja, existia uma capacidade instalada que dava suprimento ao atendimento, e isso não foi feito. É mais ou menos isso que o Senador Eduardo Braga perguntou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E eu queria, Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) - Agora, ele me falou uma coisa que realmente eu tinha lido e é um índice que eu considero bem significativo para ser analisado: do orçamento do Estado do Amazonas de 2020 - e repetiu em 2021 com um pouquinho de aumento da parte do Governo -, 2,6 bilhões foram destinados à saúde pública no Estado e 2,2 bilhões foram de recursos próprios do Estado. Então, a contribuição do Governo Federal no Estado do Amazonas é pequena, é muito pequena. A maior parte vem da receita própria do Estado: 2,2 bilhões. Contribuição do Governo Federal: quatrocentos e poucos milhões de reais. Mais ou menos 82% vêm da fonte 00, da receita própria, e o resto é contribuição federal, não é assim?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - Isso, é isso, 82%. No ano passado, 2020, fechou com 82% de recursos estaduais e 18% de recursos federais.

Eu queria só complementar, se me permitisse, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito. Eu vou assim... Eu vou passar para o Relator...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... prosseguir nas indagações.

Se o senhor quiser, a partir das perguntas do Relator, retomar o fio da meada, a partir das intervenções que os Srs. Senadores tiveram, a Presidência facultará ao senhor. Está bom?

Sr. Relator, prossiga.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu agradeço, Presidente.

Eu queria, mais uma vez, enfatizar aqui que qualquer pergunta pertinente ao que está sendo colocado pelo Relator eu acho que tem muito sentido, sim. Isso tudo é somando esforços em favor do que possa haver de melhor no depoimento do Sr. Marcellus.

O Governo Estadual procurou se articular com o Ministério de Saúde e com as prefeituras, principalmente a de Manaus, para enfrentar esse problema?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, quando eu cheguei à secretaria, eu procurei imediatamente conversar com os órgãos de controle, especialmente o Ministério Público Estadual, pra entender quais eram os problemas da rede como um todo. E foi me relatada a grande dificuldade de organização da rede nos serviços de competência do Estado do Amazonas, que são serviços de média e alta complexidade, com a atenção primária no Município de Manaus. Existia, inclusive, uma ação civil pública, uma decisão judicial de 2018 que obriga o Estado do Amazonas e a Prefeitura de Manaus a trabalharem a reorganização da rede.

Quando eu soube dessa decisão judicial, que dava dois anos e, inclusive, venceu em março de 2020, eu fiz ofícios à Prefeitura de Manaus para que nós iniciássemos esse processo de organização da rede, mas tive dificuldade de obter resposta da prefeitura para esse trabalho. A organização da rede da atenção primária na cidade de Manaus era de fundamental importância para esse primeiro atendimento à população nos primeiros sintomas principalmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não houve parceria com a prefeitura da capital? É isso o que o senhor está dizendo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, apesar dos nossos esforços de buscar essa parceria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando o Ministério da Saúde foi chamado a auxiliar na solução dos problemas eventualmente detectados?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ao longo da execução do plano, a partir de setembro, na solicitação e entrega de respiradores e outros equipamentos, mais ostensivamente quando eu mandei o ofício solicitando a presença da Força Nacional de Saúde e a presença mais ostensiva do Ministério da Saúde para apoiar naquele momento em que estavam num crescimento exponencial de casos e internações na rede.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve tempestividade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Trinta e um de dezembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve tempestividade em atender essa solicitação, por favor?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós fizemos um plano, uma reunião *on-line* com o ministério nessa data, era uma data de final de ano. A Prefeitura de Manaus estava em transição, a secretaria estava sendo feita. E nós... Na segunda-feira, veio a Dra. Mayra Pinheiro pra entender as situações da cidade de Manaus, da rede e assim buscar subsídios para o Ministério da Saúde.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Relator, eu queria contribuir.

O Secretário disse que recebeu respiradores do Governo Federal. Houve tentativas do Governo do Estado de comprar diretamente respiradores? Ela foi exitosa ou não foi? Quantos respiradores do Governo Federal o Governo do Estado do Amazonas recebeu?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Não, eu tenho o registro... Não era da minha época, eu não era Secretário, mas tenho o registro da entrega de respiradores pelo Ministério da Saúde, na primeira alça epidêmica, pelo então Ministro Mandetta.

Inclusive, respiradores que vieram, em alguma parte deles, com problemas e foram devolvidos – e alguns, inclusive, respiradores inadequados, segundo os relatórios, inclusive, do Denasus, que eram para uso veterinário. Então, foi feita a devolução.

A partir daí, o Ministério da Saúde tem a requisição da indústria nacional...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Os respiradores que foram enviados para o Amazonas no período do Ministro Mandetta foram respiradores veterinários? O senhor está trazendo essa informação...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não. Uma quantidade, se eu não me engano, de dez expiradores. Foram devolvidos por esse problema.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas quantos foram enviados?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Acho que 80 respiradores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Oitenta respiradores.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Dez tiveram problemas.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Dez eram para fora... Veterinária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Com quais representantes do Ministério da Saúde V. Sa. tratou pouco antes da crise do oxigênio em dezembro e início de janeiro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sobre o oxigênio, especificamente, eu fiz uma ligação ao Ministro Pazuello, no dia 7 de janeiro, por telefone, explicando a necessidade de apoio logístico para trazer oxigênio de Belém para Manaus, a pedido da White Martins. A partir daí, nós fizemos contato com o Comando Militar da Amazônia, por orientação do Ministro, para fazer esse trabalho logístico. Mandamos ofício ao Comando Militar da Amazônia.

A partir do dia 9 de janeiro, enviamos um ofício... Enviamos diariamente ofício ao Ministério da Saúde, pedindo apoio em relação a essa questão da logística de oxigênio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Qual foi a posição do Governo Federal, com o Ministro da Saúde, em relação a você mandando esses ofícios? Eles não respondiam esses ofícios?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - No dia 9 de janeiro, quando nós percebemos que haveria um atraso na chegada da primeira balsa prometida pela White Martins, nós enviamos o ofício. E existia uma agenda do Ministro Pazuello, em Manaus, a partir do dia 10 de janeiro. Então, no dia 10 foi relatada a situação dessa preocupação do apoio logístico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, Secretário. Eu fiz uma pergunta muito objetiva. V. Exa. disse que mandou correspondência para o Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE.
Fora do microfone.) – No dia 7, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, no dia 7 ele ligou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE.
Fora do microfone.) – No dia 7 foi o telefonema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pelo telefone.

Até porque tem aqui no *site* Amazonas Atual, que é um *site* lá do meu Estado: "Secretário do Amazonas rebate Pazuello e diz que pediu ajuda ao ex-Ministro para trazer oxigênio". Pazuello disse que não pediram ajuda. Por isso é que eu quero saber. E isto é um dos pontos dessa investigação da CPI: foi a falta de oxigênio. Qual foi o comportamento do Governo Federal no Estado do Amazonas em relação à prática deles? Você mandou correspondência. Porque a Pfizer mandou 83 correspondências, e eles não responderam nenhuma. Eu quero saber se eles responderam alguma correspondência do Estado do Amazonas em relação à falta de oxigênio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não tenho conhecimento se houve resposta. Acredito que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem conhecimento ou não houve resposta?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não houve resposta, que eu saiba, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma prática, uma prática comum do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E com quais autoridades do ministério V. Sa. tratou? Os nomes, por favor.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A partir do dia 10, tratei diretamente com o Ministro Pazuello...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a partir do dia 10, não. Você disse dia 7.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Dia 7, com o Ministro Pazuello. E depois mandamos ofício para o Comando Militar da Amazônia. Ponto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por outro meio de comunicação? Telefone?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Por outro meio de comunicação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não falou com ninguém?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não. Por outro meio de comunicação, não, porque a programação da White Martins estava para o dia 9, sábado. Como não houve a confirmação, nós enviamos ofícios ao Ministério da Saúde, via Comitê de Crise, enviamos ofício no dia 9, no dia 11, no dia 12 e no dia 13...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ao Ministro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... ao Ministério da Saúde, pedindo apoio logístico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ao Ministro? Ao ministério?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Ao Ministro. Ao Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ao Ministro.

Quais foram as atividades desenvolvidas pelo Ministro junto à Secretaria de Estado? O que é que ele encaminhou em função da... Ele não respondeu, mas encaminhou alguma coisa?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Bom, no contato telefônico, ele pediu pra entrar em contato com o CMA dizendo que já havia uma pré-aprovação de um comando conjunto das Forças Armadas em relação a esse atendimento logístico. Isso foi feito. Nós mandamos o ofício no mesmo dia para o Comando Militar da Amazônia.

Em relação a esse contato do dia 10, pessoal, porque o Ministro estava em Manaus, foi relatada a preocupação com a White Martins e aí o Ministro marcou uma reunião no dia seguinte com a White Martins para tratar desse assunto pessoalmente. Foi no dia 11, às 8h da manhã. O Ministro conversou com os representantes da White Martins, que explicaram a situação do problema, pediram o apoio logístico e, a partir daí, o Ministro designou o Coronel Moura para fazer as tratativas com a White Martins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Sr. Relator, se V. Exa. me permite...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Sr. Marcelo, só para detalhar as datas. O Ministério da Saúde, o Ministro Eduardo Pazuello teve conhecimento do iminente colapso de oxigênio em que dia?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Sobre apoio logístico, no dia 7, no dia 10.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, desculpe...

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... colapso de oxigênio. Vamos aqui ser precisos, porque o Secretário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, exatamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o Secretário afirma que havia o compromisso da White Martins de entregar uma carga de 52 mil metros cúbicos na segunda-feira.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, no sábado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – No sábado. Portanto, não havia colapso caracterizado, porque a White Martins ia entregar a carga.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Existia uma programação da White Martins para isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos deixar o...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu só estou querendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... o depoente responder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Precisamente quando o Ministério da Saúde...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É não colocar palavra na boca do depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, não. Eu estou perguntando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Mas ele pronuncia as palavras dele da própria boca. Ele está pronunciando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Então, vamos lá: quando que o Ministério da Saúde tem conhecimento?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Teve conhecimento sobre o pedido de logística no dia 7, no dia 10, no dia 11 com a própria White Martins pessoalmente, em reunião com o Ministro. E, a partir daí, os representantes do Ministério da Saúde, especificamente o Coronel Moura começou a tratar diretamente com a empresa essa logística.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeito.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– A Dra. Mayra esteve lá entre os dias 3 e 5?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso, ela chegou dia 3, mas acho que não teve a agenda oficial; foi a partir do dia 4.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Vocês comunicaram algo a respeito do problema de oxigênio pra ela?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, Senador, porque, nessa data, ainda não havia sinais desse tipo de necessidade. A empresa não sinalizava e o consumo de oxigênio estava na média...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Em que data? Em que data você estava dizendo? Dia 3?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Quatro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Dia 5?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Quatro, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ainda sobre essa questão de datas, tal: cronologicamente, que medidas de auxílio foram tomadas efetivamente pelo Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Em relação ao oxigênio, Senador?

Bom, a partir dessa data, foi entregue pela White Martins uma programação de necessidades e estabeleceram uma ponte aérea de entrega de oxigênio líquido de Guarulhos para Manaus, que seria feita diariamente com as cargas. Esses documentos são acessíveis. Uma programação da White Martins...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A pergunta é: essas medidas da White Martins foram definidas por decisão do Governo? Do Governo Federal? Do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Isso, em reuniões entre representantes do Governo Federal e White Martins.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

O Ministério da Saúde fomentou, sugeriu nas visitas *in loco* ou em outras tratativas o uso do chamado tratamento precoce como solução para o combate da crise no Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - A visita da Dra. Mayra, no dia 4, tinha um enfoque muito forte e firme sobre o tratamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor falou isso na.... O senhor falou isso na introdução.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... falando sobre tratamento precoce. Foi uma reunião gravada, uma reunião aberta, inclusive, à imprensa, onde ela falava isso e falava de um sistema chamado TrateCov a que, depois, nós teríamos acesso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Relator, eu estou com uma dúvida aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, pode dirimi-la.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Porque ele disse que, no dia 7, não tinha, estava normal o consumo de oxigênio, e, no dia 14, o consumo era nove vezes maior. O que aconteceu para o consumo explodir nove vezes e as pessoas morrerem sufocadas? Porque eu não estou conseguindo entender - entendeu, Presidente? Não consigo entender o que é que aconteceu. Se estava tudo normal até o dia 9, o consumo era o mesmo, como é que, três dias depois, ele fica nove vezes maior?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Posso explicar aqui uma coisa, Senador, até porque eu estava lá em Manaus e acompanhei isso não de perto, não dentro, mas olhando. No dia 26 de dezembro, um dia após o Natal, o Governador fez um decreto de *lockdown* na cidade de Manaus - dia 26 de dezembro. Houve uma movimentação nacional, pessoas, inclusive lá de Manaus, muita gente de Manaus: "Não, o pessoal tem que trabalhar, tem que ganhar dinheiro", não sei o quê, pá, pá, pá, pá, uma série de coisas. Pessoas ligadas ao Presidente, infelizmente, o filho dele e Deputados Federais atacando o *lockdown* na cidade de Manaus. O Governador, equivocadamente, errando, recua no *lockdown*, pressionado pelas redes sociais. Pressionado por manifestações, e tal, recuou. No recuo, aí, há uma grande contaminação. Por quê? Porque você vinha de festa de Natal, teve *Réveillon*, uma série de coisa. Então, essa questão foi muito... Houve um crescimento. Mas ele está dizendo que em setembro já havia - veja bem, em setembro já havia - uma superprocura da classe A e B em hospitais particulares, quer dizer, foi a mesma primeira onda. Quando chega em Manaus, não chega...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Presidente, me perdoe. Na realidade, o que o secretário não está relatando - Senador Rogério Carvalho, preste bem atenção - é: o contrato com a White Martins era de 250 mil metros cúbicos de oxigênio. Em julho, o fornecimento já estava em 413 mil metros cúbicos, já tinha praticamente dobrado - em julho! -, e a secretaria tem conhecimento disso. Em agosto, mais de 400 mil; em setembro, mais de 400 mil, 424 mil; e, aí, em outubro, 424 mil, mas, quando chega em novembro, já vai para 505 mil, vai para 582 mil. Esse crescimento não foi como está dito aqui: "Ah, cresceu do dia 7 para o dia 9". Não! Houve tempo, houve notificação. Agora, isso não isenta a questão que V. Exa. acabou de falar com relação ao *lockdown*, ao negacionismo - isso não isenta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só isso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - O que é fato é que havia um aumento gradual, firme e constante, em função do número de infectados. A



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secretaria, o Governo do Estado teve tempo suficiente pra poder agir e, enquanto isso, Senador Omar, em 24 horas em que ele ficava trocando ofício, Senador Humberto, 200 pessoas estavam morrendo em Manaus por falta de oxigênio por dia – por dia, por dia!

Este é o fato que nós não podemos deixar de questionar: por que não houve providências? Desde julho estava claro o aumento exponencial do consumo de oxigênio na cidade de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E foi isto que eu expliquei ao Senador Rogério Carvalho: que vem na crescente. Ele fala em setembro, que detecta em setembro, quer dizer, setembro já começa o crescimento da segunda onda...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas em julho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que vai explodir em janeiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... em julho, esse crescimento já estava... E mais: já há documentos que esta CPI tem da White Martins, da secretaria dizendo que em julho ela já estava preocupada com a explosão de consumo. Portanto, nós estamos falando de julho de 2020, e as pessoas morreram por falta de oxigênio a partir do dia 8, dia 9 de janeiro de 2021, seis meses pra providenciar o oxigênio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, sobre essa questão dos documentos do Marcellus, que eu acho que é no contexto do que foi perguntado, foi dito agora pelo Senador Eduardo Braga e na pergunta do Senador Rogério: o senhor recebeu esse documento da White Martins dia 7 de janeiro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Sim, senhor. Fui eu que pedi pra eles elaborarem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Aqui no documento está dizendo assim: "Assim sendo, considerando a essencialidade do produto em destaque, servimos da presente para recomendar que a secretaria retifique e faça a aquisição de volumes adicionais ao contrato diretamente de um outro fornecedor que seja capaz de aumentar a disponibilidade do produto nas áreas críticas".

O que eu quero lhe perguntar objetivamente: o senhor comunicou isso ao Ministério da Saúde? Quando e a que horas o senhor comunicou ao Ministério da Saúde e a quem o senhor comunicou?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Esse ofício foi enviado em anexo eu acho que meia-noite e alguma coisa do dia 8.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Como a reunião com a White Martins foi na noite, a ligação para o Ministro Pazuello foi, se eu não me engano, às 20h15 do dia 7, 21h em Brasília...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não. A pergunta objetiva: o senhor comunicou ao Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós encaminhamos esse ofício.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Que horas? Que dia?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Meia-noite do dia 8, entre 7 e 8.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Entre o dia 7 e o dia 8, à meia-noite, o senhor comunicou ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, Eduardo Pazuello, do eminente colapso de oxigênio em Manaus. Certo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós encaminhamos essa carta pedindo o apoio, isso que nós fizemos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente. Obrigado.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Aqui, desculpa, Senador, eu me equivoquei no horário: 23h45...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Do dia 7.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Do dia 7.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Do dia 7.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós chegaremos lá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião com a Dra. Mayra, a primeira reunião foi que dia, quando ela falou do tratamento precoce na reunião e anunciou o TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Quatro de janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quatro de janeiro.

V. Sa. participou da apresentação do aplicativo do TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Essa apresentação se deu no dia 11.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, mas o senhor participou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, estava no evento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - De quantas reuniões o senhor participou com a Secretária Mayra?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sobre esse, somente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, quantas reuniões nesse período?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Ah...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Esta o senhor já referiu; depois, teve a segunda...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu acho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... de apresentação do TrateCov...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - E a terceira... Eu acho que, nesse mesmo período que ela passou em Manaus, nesses dois dias, houve uma segunda reunião com a secretária, eu acho que na sede do Governo, para falar... Eu acho que foi uma *live* que foi feita em relação à vinda dela.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Você já mudou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O processo de improbidade administrativa movido contra o Ministro Pazuello, que nós estamos requisitando para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e outros integrantes também do Ministério da Saúde pelo Ministério Público Federal, informa que V. Sa. conversou com Pazuello - e repetiu agora há pouco aqui - por telefone no dia 7 de janeiro. Contudo, em seu depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o ex-Ministro Pazuello negou que tenha tratado do colapso do oxigênio nesse contato telefônico e que teria sido informado sobre o problema apenas no dia 10, pessoalmente, em uma reunião com V. Sa. e o Governador Wilson Lima.

Diante dessa óbvia contradição, eu queria fazer algumas perguntas. Em que dia V. Exa. informou mesmo ao ex-Ministro Pazuello sobre o desabastecimento do oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - No dia 7, foi a ligação para pedir apoio logístico para Belém, de Belém para Manaus; no dia 10, informei a preocupação com as entregas da White Martins; e, no dia 11... A partir daí, o Ministério da Saúde começou a tratar diretamente com a White Martins.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E quanto à negativa do ministro de que isso teria acontecido no dia 7 e que só foi informado no encontro de V. Sa. e do Governador no dia 10, pessoalmente? O que o senhor acha desse fato?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Foi feito sobre um... Foi feita uma ligação, Presidente, ao ministro, pedindo apoio logístico para o oxigênio, explicando a situação, o pedido que a White Martins me fez, e aí eu passei para o ministério em função de que somente aeronaves militares poderiam fazer esse tipo de transporte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, o ministro mentiu ao não referir esse fato, ao negar que ele tenha acontecido?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Relator, só para ajudar, se me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O senhor permite...

Houve o contato telefônico...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não, não é isso o que eu estou perguntando, Fernando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, eu só vou lhe dar uma informação. Houve o contato telefônico no dia 7, avisando ao Ministro Pazuello, e eu gostaria que constasse que, no dia 8, chegou um avião da Força Aérea Brasileira...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é essa a pergunta, Fernando. Ela está...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... com 150 cilindros. No dia 10...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, eu estou fazendo uma pergunta concreta. Houve uma contradição.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu só estou dizendo que essa contradição não é importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não é importante, porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante, sim!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o avião chegou no dia seguinte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é sobre avião. Eu estou falando...

Eu estou perguntando diretamente o seguinte: o ministro mentiu ao dizer que não foi informado no dia 7? É isso o que eu estou querendo saber, nessa óbvia contradição do seu depoimento com o depoimento dele.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, o que eu falei foi a ligação... Eu fiz uma ligação para o ministro informando da necessidade de logística para trazer oxigênio de Belém, e ele pediu para entrar em contato com o CMA, porque já estava pré-autorizado, e isso foi feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não é verdade o que ele falou, não é isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - A verdade é o fato que eu liguei pra ele naquela data do dia 7.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele está atestando que o ministro mentiu ao não referir essa data.

Quando o Ministério da Saúde providenciou os primeiros carregamentos de oxigênio para a cidade de Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - No dia 8, o CMA providenciou a entrega desses 300 cilindros de Belém para Manaus. Chegaram 300...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em que dias e quantidades o oxigênio chegou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Trezentos cilindros de 10m³: 3 mil metros cúbicos de Belém para Manaus no dia 8.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) - São 150 cilindros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por quantos dias perdurou...

Precisamente, por quantos dias perdurou esse desabastecimento de oxigênio medicinal?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, na nossa rede pública estadual, nós temos registro de intermitência de fornecimento de oxigênio nos dias 14 e 15. Evidentemente que toda a população com um nível de contaminação impressionante, que foi de três vezes e meio mais... Para os senhores terem uma ideia: em dezembro tivemos 2,2 mil internações; em janeiro, 7,6 mil internações. Então, em relação ao pior cenário da primeira onda, foram 375% comparando janeiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não.

Eu quero saber exatamente por quantos dias perdurou o desabastecimento.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Na nossa rede de saúde, foram dois dias - 14 e 15 - com intermitência no fornecimento. No mercado de Manaus, onde as pessoas estavam procurando oxigênio para levar pra casa, etc., houve...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Presidente, me perdoe. Eu preciso...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... uma procura de oxigênio para poder atender.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sr. Presidente, de igual modo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senador Eduardo Braga, vou já passar a palavra a V. Exa., mas, Secretário, as imagens eram diárias - não era uma coisa -, eram nos hospitais, eram nas ambulâncias, eram no Samu chegando e faltando oxigênio, eram as pessoas dentro do hospital com um balão na mão ali tentando sobreviver as pessoas... Não foram só os dois dias.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, eu estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não foi. O Senador Eduardo Braga tem toda a razão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu peço... Tem um vídeo aqui com datas, se V. Exa. me permitir. Porque eu não aguento mais: o Pazuello veio aqui e mentiu; o Elcio veio aqui e mentiu; agora vem o Secretário mentir também - enquanto isso os nossos irmãos amazonenses morrendo por falta de oxigênio. Eu peço a V. Exa. que autorize a mostrar o vídeo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pode, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Então, eu peço à Mesa que mostre o vídeo, porque lá tem datas, tem datas. Não foram dois dias, pelo depoimento das pessoas. Não é possível. Toda vez é isto: "Ah, porque o estoque...". Estoque? Veja o depoimento das pessoas. Veja o que as pessoas dizem.

Vinte e seis de janeiro, BBC News.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Vinte e um...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sr. Presidente, como você viu e como o Sr. Relator e todos viram, no dia 26 de janeiro, no Hospital



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

28 de Agosto, o maior pronto-socorro da cidade de Manaus, faltava oxigênio e as pessoas morriam! Vamos começar a falar a verdade, pelo amor de Deus!

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Qual é a situação lá? Qual é a situação lá? O senhor e o Governador suspenderam as medidas restritivas no final de dezembro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - Nessa época...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Com essa situação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, nessa época as medidas estavam...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Dia 26 de janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já tinha... Dia 6 de janeiro a White Martins comunicou ao Governo que já havia um aumento de 347% na utilização de oxigênio. Quando o Governador, no dia 26 de dezembro, decretou *lockdown*, houve uma mobilização vinda das mídias dizendo que querem que o povo vá à rua, querem que as pessoas se contaminem, defendem abertamente a imunização de rebanho, tratamento precoce - nisso nós vamos entrar já, já e V. Exa. vai ter de dizer quem estava lá com a Dra. Mayra, quem foram as pessoas que foram fazer palestra lá para usar os amazonenses como cobaia.

Porque V. Exa. está aqui, em primeiro lugar, não é para proteger A ou B, é para proteger o povo do Amazonas. Você chegou aqui, você tem uma história bonita, você foi uma pessoa que se formou, tem família. Marcellus, todos nós já passamos por dificuldades, não tem um aqui que não tenha passado, uns mais outros menos. Sofrimento todo ser humano tem, mas é o momento... Aquilo que você não pôde fazer na secretaria, por falta de condições ou porque não teve oportunidade... Mas você tem uma oportunidade ímpar: que a gente faça justiça a essas pessoas que morreram por falta de oxigênio no Amazonas e a gente chegue aos verdadeiros culpados.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, eu posso fazer um adendo só em relação... A minha fala foi: na rede de saúde, nos tanques de oxigênio, nós registramos a intermitência de fornecimento nos dias 14 e 15. Uma coisa é faltar na rede de saúde, no hospital, outra coisa é o paciente que está tratando em casa porque não tem vaga no hospital



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentar comprar o cilindro no mercado e ele não existir no mercado da cidade. Então, fila de compra etc...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, mas a pergunta foi global, ela perguntou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas ninguém iria comprar se não estivesse colapsada a rede!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ...desabastecimento de oxigênio medicinal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - E, no dia 26 de janeiro, pessoas morrendo dentro do 28 de Agosto por falta de oxigênio!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Secretário...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós não temos registro no 28 de Agosto de ter acontecido isso, Senador. Não há registro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Presidente! Presidente!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Pelo amor de Deus, nós acabamos de ver!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A gente acabou de ver!

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Mas não por falta de oxigênio.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Eu vou suspender a reunião por 5 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pelo amor de Deus, gente!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Uma pergunta para o Secretário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixa eu concluir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. não vai concluir nunca, porque, na hora em que o senhor está falando, eu às vezes interrompo, outros Senadores interrompem e V. Exa. não consegue...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas eu preciso concluir, eu preciso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos dar sequência, Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...eu preciso entregar o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir aos Srs. Senadores que a gente não interrompa. Quem quiser falar, na hora certa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos vão ter oportunidade de falar, apesar de não causar nenhum ônus a mais aqui.

O Ministério das Relações Exteriores atuou para a obtenção de carregamento de oxigênio junto a outros países? É uma pergunta precisa. Por favor, se puder respondê-la precisamente...

Que providências foram tomadas para normalizar a situação em Manaus? E quando a situação ficou definitivamente resolvida?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não pode se equivocar com relação a essas datas, porque o senhor está prestando depoimento sob compromisso de falar a verdade e apenas a verdade.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, senhor.

O que eu sei é que o Governo do Amazonas tentou diversas formas, diversos contatos para poder buscar uma forma de trazer a logística, melhorar a logística de trazer o oxigênio para o Amazonas, porque o problema, segundo a White Martins, não era de produção, e sim de logística para trazer isso. Fizemos contatos com a Unicef, para poder buscar transporte; fizemos contatos com... Existe documento para o Ministério das Relações Exteriores pedindo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa intermediação com o Governo americano. Enfim, fizemos o que podíamos, mas as tratativas com governos internacionais, governos de fora do Brasil, tinham que ser via Governo Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

Segundo o ex-Ministro Pazuello, o Governador Wilson Lima compareceu a uma reunião interministerial para defender a desnecessidade de intervenção federal na saúde do Amazonas, requerida pelo Senador Eduardo Braga e prontamente negada pelo Presidente da República. Sobre isso eu queria fazer algumas perguntas.

V. Sa. assessorou o Governador para preparar sua argumentação junto à reunião interministerial?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, eu não tive conhecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim ou não?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não. Não tive conhecimento dessa reunião, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não teve conhecimento?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quais foram os argumentos utilizados pelo Governador do Estado para convencer o Presidente da República da desnecessidade da medida?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Como eu não tenho conhecimento, eu não sei quais foram os argumentos. O que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas é impossível que ele, em algum momento, não tenha conversado com o Secretário de Saúde sobre que argumentos utilizar em uma reunião interministerial. (*Pausa.*)

Eu não acredito. O senhor não...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... não deve estar corretamente informando o que perguntamos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não, Senador. Nós... Como eu não tive conhecimento dessa reunião, eu não sei o que o Governador falou. Agora, o que nós sabemos é que nós estávamos trabalhando na rede para... A rede estava controlada, no sentido do atendimento à população. Nós estamos... Nós temos que ver as datas aí, porque... No final de dezembro para o início de janeiro é que houve uma explosão de contaminação, o que hoje, olhando para trás, nós verificamos que foi uma forte influência da variante P1, que não era nem conhecida naquele momento, não é? Então, assim... Por que é que estava acontecendo aquilo, aquela explosão de contaminação e internações, nós só soubemos depois, no dia 13, uma primeira pista apresentada pela Fiocruz...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a pergunta não é essa. Que argumentos o Governador utilizou na reunião interministerial, em nome do Estado, em função do colapso que estava havendo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, eu não sei quais os argumentos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem ouviu falar nem leu em nenhum jornal o que aconteceu? Não é possível que V. Sa. seja tão desinformado a esse ponto enquanto Secretário. Eu sei que isso, de certa forma, acontece no Ministério da Saúde, com relação ao Presidente da República, que fala de "um tal Queiroga". O Governador não o chamava de "tal" também. Não é possível que V. Sa. não tenha acompanhado nada, absolutamente nada.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nesse assunto específico, eu realmente não sei, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A gestão estadual do SUS foi alvo de três fases da Operação Sangria da Polícia Federal, para apurar a intermediação ilegal, conhecida como triangulação, de uma loja de vinhos na compra de respiradores, desvios e fraude na aquisição desses produtos, além de irregularidades na construção do Hospital de campanha Nilton Lins em Manaus.

Sobre isso, essa é a última... Eu quero fazer algumas perguntas.

A compra dos respiradores, que teria ocorrido por intermédio de uma loja de vinhos, sofreu auditoria durante sua gestão ou posteriormente?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quando eu cheguei, no dia 8 de maio, como Secretário-Executivo, já haviam instaurado uma sindicância e a Controladoria-Geral



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Estado estava apurando isso. Esse material foi enviado e, que eu... A Controladoria-Geral enviou aos órgãos de controle para as providências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A verba utilizada para a compra desses respiradores era de origem federal?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, que eu saiba era de origem estadual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E no hospital de campanha?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Também de origem estadual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eram de origem estadual as duas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Isso, as duas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma afirmação.

Qual é a responsabilidade de cada um dos Secretários de Saúde que comandaram a pasta durante o período em que há indícios de fraudes e de irregularidades?

Por favor.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Só um minutinho.

O quê? Não entendi. (*Pausa.*)

Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual...?

Perguntas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Pode repetir, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual a responsabilidade de cada um dos Secretários que comandaram a pasta durante esse período em que há indício de irregularidades e de fraudes?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, quando eu cheguei lá, em relação aos respiradores, o ato já tinha sido...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram três Secretários: Rodrigo Tobias, Simone Papais e Marcellus Campêlo.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que deixou o cargo recentemente.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quando eu cheguei lá e me tornei Secretário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A responsabilidade dos Secretários nessas denúncias de irregularidades.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu entendo, Senador, que, sobre os respiradores, o pagamento foi feito no dia 9 de abril, se eu não me engano.

Eu assumi no dia 8 de maio, então, sobre esse processo, eu não tinha nenhuma responsabilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas...

Então, a responsabilidade, de quem era?

Eu estou perguntando...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O relatório da Controladoria-Geral do Estado manda para os órgãos de controle para a responsabilização dos gestores da época.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem era o Secretário na época, por favor?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Na época do processo era o Secretário Rodrigo Tobias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

De que V. Sa., o Governador Wilson Lima e o Vice-Governador Carlos Almeida são acusados no âmbito da Operação Sangria realizada pela Polícia Federal?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Bom, na quarta fase da Operação Sangria, eu fui alvo de uma prisão temporária, onde há três situações que a acusação faz. A primeira, de contratação fraudulenta do Hospital Nilton Lins, em 2021, que afirmo que não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houve contratação, porque foi por meio de uma requisição administrativa, em que, inclusive, nenhum pagamento foi efetuado nessa requisição, porque a requisição administrativa é um ato legal onde se faz a requisição em caso de calamidade e depois só que é pago o preço justo discutido entre as partes. E isso está sendo feito neste momento, agora, durante os dias em que não foi feito nenhum pagamento.

A outra acusação é de contratação de empresas para serviços no Hospital Nilton Lins, também de forma fraudulenta, na radiologia, na conservação e limpeza e em lavanderias. As três empresas citadas no processo não foram contratadas; elas ganharam um chamamento público, mas, porque elas estavam envolvidas em outros processos de denúncias, eu resolvi não contratá-las e fizemos a requisição dos serviços de radiologia e de limpeza e conservação da própria unidade da Nilton Lins e utilizamos contratos de lavanderia de outra unidade hospitalar, que no caso é o João Lúcio.

Nós... E também essas requisições não foram pagas. Até o momento se está nessa discussão do valor justo para fazer o pagamento. Não houve pagamento.

E a terceira alegação é que o Hospital Nilton Lins era inadequado para utilização como hospital de combate à Covid, né? Nós fizemos a requisição das instalações, fizemos as adequações necessárias, houve uma inspeção do Ministério Público estadual com a Anvisa Manaus, etc., que fizeram diversas recomendações. Um plano de ação pela controladoria interna da saúde foi elaborado e foi executado para cumprir as determinações. Então, foram essas três colocações que, a meu ver, não procedem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - De que acusam o Governador Wilson Lima? Por favor.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Bom, o que eu li no processo é que acusam de associação, de conhecer ou de realizar esses procedimentos fraudulentos para contratação do Hospital Nilton Lins.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o Vice-Governador, Carlos Almeida?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Quanto ao Vice-Governador, eu não tenho conhecimento, assim, especificamente sobre essa... (*Pausa.*)

Segundo o advogado, nós não tínhamos acesso ao processo, está em sigilo, então, nós não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá. Qual foi o fundamento jurídico da sua prisão e, posteriormente, da sua soltura? Por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Pelo que eu li, foi fraude em licitações, formação de quadrilha, etc., em relação ao hospital de campanha Nilton Lins.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sua exoneração do cargo de Secretário Estadual da Saúde foi a pedido ou foi determinada pelo Governador Wilson Lima?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, eu pedi para deixar o cargo, depois do cumprimento do mandado de prisão, porque eu acredito que, por questões éticas, você tem que deixar um cargo para permitir que as investigações procedam e não seja acusado de estar tentando interferir nas investigações. Então, eu pedi para sair do cargo e deixar a rede sem sofrer nenhum tipo de constrangimento ou coisa, como secretário, lá na pasta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A iniciativa foi sua? Foi V. Sa. que pediu para ser exonerado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu pedi para ser exonerado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi na... Foi dispensada a licitação para a contratação do complexo hospitalar Nilton Lins. Que outros interessados acudiram ao chamamento público?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, não, não houve... Bom, se o senhor está se referindo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi dispensada a licitação para a contratação.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não foi dispensa, Senador. Como eu falei, foi uma requisição administrativa. Vale ressaltar que o Hospital Nilton Lins foi contratado depois de esgotadas todas as possibilidades de espaços em que pudessem ser instalados leitos na capital, Manaus.

Nós fizemos dois chamamentos públicos, o primeiro com tabela SUS, a que somente o Hospital Beneficente Português aderiu, e foi contratado. O segundo, nós fizemos um outro chamamento com tabela SUS e mais um complemento para tornar atrativo às empresas privadas: também não acederam proponentes. Em seguida, a própria Defensoria Pública do Estado do Amazonas fez ofícios questionando as unidades privadas sobre a disponibilidade de leitos. Todas negaram. E, assim, a Defensoria Pública entrou com uma ação na Justiça, determinando, pedindo que o juízo obrigasse o Estado do Amazonas a requisitar os leitos da Nilton Lins. Uma audiência...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia leitos fechados, nessa oportunidade, da rede pública?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, todos os leitos estavam ocupados, o Hospital Delphina Aziz, completamente lotado, as taxas de ocupações estavam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voltando à pergunta anterior, que outros interessados acudiram à requisição?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, a requisição, não há uma... Nós fizemos a requisição diretamente ao Hospital Nilton Lins, que era a única opção de requisição existente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o fundamento da contratação desse hospital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A necessidade de leitos. Inclusive, o relatório da Força Nacional de Saúde prevê essa possibilidade de utilização desses leitos do Hospital Nilton Lins como alternativa de expansão de leitos na cidade.

E que irregularidades estão sendo apontadas em função dessa contratação?

Estão sendo apontadas essas que eu falei: de fraude na dispensa de licitação pra contratação do Nilton Lins – e não foi dispensa, foi uma requisição administrativa, e não foi pago –; fraude em dispensa de licitações para as empresas, como eu falei, de lavanderia, radiologia e conservação e limpeza – que não foram contratadas, não prestaram serviços e não foram pagas; foram feitas requisições também, que também não foram pagas ainda –; e também na inadequação do hospital – e restou provado que ele é adequado, tanto que atendeu, nessa segunda alça epidêmica, a mais de 600 pacientes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhecia ou tinha algum relacionamento profissional com o empresário Nilton Costa Lins Júnior anteriormente à contratação do hospital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu conhecia de nome, porque ele é conhecido na cidade de Manaus, no Amazonas. Tive, na visita ao hospital, duas ou três conversas, conhecendo as instalações, mas não tinha relação pessoal com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse hospital possui instalações adequadas à prestação do serviço à população?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, o Hospital Nilton Lins foi, inclusive, por muitos anos, hospital alugado pela Unimed e funcionou por muitos anos ali naquele espaço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quais eram as outras opções para instalação de um hospital de campanha para Covid em Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O nosso plano...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O Nilton Lins era um hospital de combate.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, de campanha. Eu perguntei: quais eram as outras opções para instalação de um hospital de campanha para Covid em Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O nosso plano previa a instalação de leitos clínicos na área externa do Hospital Delphina Aziz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inicialmente, eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Antes de o senhor iniciar aí a lista de inscrição para as perguntas, eu queria apenas – sem querer, absolutamente, polemizar, até porque a gente já recombina aqui, amanhã, a votação do Requerimento 102, pra chamar o Sr. Carlos Gabas, diretor do Consórcio Nordeste –, eu queria só entender: o senhor, no início desta sessão, quando eu fiz a cobrança da votação que tinha ficado acordada pra hoje, o senhor informou que tinha recebido um documento desse mesmo Sr. Carlos Gabas e que ainda não tinha dado tempo para lê-lo.

Eu pergunto: que tipo de informação foi essa? A que se refere? Qual o motivo? Foi um requerimento formal desta Comissão ou algo informal, ao arrepio do conhecimento de nós Senadores?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Questiono isso, Sr. Presidente, pois minha equipe fez uma rápida análise entre os requerimentos aprovados e não aprovados, Senador Marcos Rogério, bem como os documentos enviados e, salvo melhor juízo, não conseguiu detectar nenhum registro nesse sentido.

V. Exa. sabe da importância da investigação dos bilhões de reais passados aos Estados e Municípios pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Inclusive, hoje...

É só para concluir. Por favor, Presidente, estou no final.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Eduardo Girão. V. Exa. quer saber que documento do Carlos Gabas... Foi aquilo. Só um minutinho. Deixa eu lhe responder. Deixa eu lhe responder. Na última quinta-feira, na hora em que nós fomos votar os requerimentos, o único requerimento que ficou de fora foi o do Sr. Carlos Gabas. Eu disse: "Eu vou colocar para votar".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador, se não me engano, Humberto Costa disse: "É melhor a gente pedir informações ao Sr. Carlos Gabas, e votaremos na terça-feira". O senhor estava aqui. Foi isso que aconteceu, foi só isso, não há nada. Agora, eu não estou protelando, não. Eu coloco para votar... Se V. Exa. quiser que eu coloque para votar hoje, eu coloco sem problema nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, é porque, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tenho absoluta... Olha, não sei quem é Carlos Gabas, não o conheço, não devo absolutamente nada a ele. E, se ele tiver que vir aqui com a aprovação dos Srs. Senadores, para mim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Já está re combinado para amanhã. Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, V. Exa. levanta... A sua assessoria faz dez perguntas de onde vem, como foi, de onde... Até parece um negócio, sabe, que é feito na surdina. Não fiz nada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
É porque... É porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nada, absolutamente nada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Sr. Presidente, é porque é informal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, V. Exa... Deixa eu dizer uma coisa, irei votar o Sr. Carlos Gabas hoje, está certo? E com a certeza do seguinte: não vou nem ler o papel.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Eu só queria dizer que eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não. Já está resolvido, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Eu tenho vasta documentação aqui de que são verbas federais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Senador, eu não estou discutindo isso, amigo. Não estou entrando no mérito.

O que foi pedido e eu atendi, com a sua anuência inclusive, Senador, não foi uma coisa que eu impus, não fui eu que disse "Estou retirando de pauta", absolutamente. Num acordo aqui com os Srs. Senadores - quem estava aqui se lembra -, nós votamos vários requerimentos; os de informações votamos todos; pedidos de quebra de sigilo foi um a um; e o Sr. Carlos Gabas... Aliás, já me pediram tanto pra convocar esse Carlos Gabas que eu estou doido para conhecê-lo aqui, para ele sentar aqui, mas eu tenho que trocar essa cadeira. É impressionante, quando as pessoas sentam aqui nessa cadeira, como elas mudam. O pessoal não lembra, não existe tratamento precoce, tratamento inicial, "O Presidente nunca mandou eu não comprar a vacina", depois tem um monte de documento. A pessoa senta aqui e muda completamente, todo mundo usa máscara...

Ontem eu vi o Ministro Queiroga... Aliás, quero aqui, Queiroga... Vi o Ministro Queiroga, sem máscara, ao lado do Presidente Bolsonaro e ao lado do Carlos Murillo, e o Presidente fazendo um apelo. E é um grande avanço do Presidente, é um grande avanço. Olha como a CPI está funcionando! E há aqueles que não está. O Presidente fazendo um apelo à Pfizer, ontem, para antecipar as doses. Antes da CPI, não queriam nem ouvir falar! Nem responder uma correspondência era feito. Agora não, o próprio Presidente... E aqui eu quero parabenizar o Presidente Bolsonaro por fazer esse apelo à Pfizer para antecipar. E tomara que chegue



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina para todos os braços dos brasileiros. E é esse papel, Presidente, que esta CPI está buscando. E a nossa justiça é vacinar os brasileiros.

Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiramente, cumprimentar V. Exa. pelo cumprimento do que foi ajustado com o Senador Girão, com relação a pautar o requerimento de convocação do Sr. Gabas. O questionamento que ele faz na sequência não é em razão da decisão de V. Exa., mas em razão do que aconteceu naquela sessão e que não pode se repetir. Nós não usamos deste expediente com nenhum outro depoente, de mandar documentos ou solicitar informações sobre condição "a" ou "b" desse ou daquele depoente. Então, não se pode abrir exceção, seja de quem interessa ao Governo, seja de quem é contra o Governo.

Em relação a V. Exa., no tocante ao acordo que foi feito de pautar, está sendo cumprido. Agora, este procedimento de pedir, extrapauta, documentos que, de repente, pode afastar a vinda de um depoente não é algo que deve acontecer, porque foge ao devido processo nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós iremos colocar para votar. Conforme acordado e para eu cumprir o que nós acordamos, nós vamos colocar o Carlos Gaba para ser votado hoje. Os outros requerimentos nós votamos amanhã, sem problema nenhum, até porque, quando se dá enfoque, parece que eu estou aqui para proteger A ou B. Não, amigo, eu não sei nem quem é Carlos Gabas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sei não... Eu nunca vi esse senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para confirmar: vai ser votado hoje, então?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, para eu cumprir o acordo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Parabéns! Carlos Gabas virou a cloroquina dos governistas. É a cloroquina nesta CPI. Só se fala nisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, vamos votar hoje o Carlos Gabas. Se V. Exa. quiser, eu coloco para votar agora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não, vamos continuar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só... Senador Eduardo, é porque da forma como as pessoas, alguns Senadores colocam parece que nós estamos querendo proteger alguém.

Senadora Eliziane, pela Bancada Feminina.

A Senadora Soraya também, hoje, está inscrita aqui e falará mais tarde.

Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores colegas, Secretário....

Sr. Secretário, eu quero fazer aqui uma pergunta e pedir aqui a atenção dos colegas. A Dra. Mayra esteve em Manaus nos dias 3 e 4 de janeiro. Nessa presença dela no Estado, o senhor não informou a ela da falta de oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Nessa data não havia sinais ainda disso. Não havia informação a respeito disso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor não informou.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não informei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No dia 8, ela, portanto, envia para o Estado 120 mil comprimidos de hidroxiquina. Foi o senhor que solicitou esses comprimidos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ela... Nós estávamos com estoque zerado de hidroxiquina, que é utilizado para lúpus, artrite. Mas ela solicitou para dar seguimento à distribuição às Prefeituras do Estado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De lúpus e artrite. Ela não solicitou... Não fez atendimento para Covid?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não, ela não falou isso. Eu estou falando é que era para o tratamento de Covid, mas o que eu estou dizendo é que a hidroxiquina é um medicamento que nós utilizamos para outras causas. E nós estávamos com os nossos estoques zerados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ou seja, nesse momento a sua prioridade foi pedir cloroquina. É isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, hidroxiclороquina, pedido para a distribuição às Prefeituras. A prioridade não foi essa. Havia muitas prioridades nesse momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ou seja, o senhor não pediu oxigênio; o senhor pediu a hidroxiclороquina?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, pedimos oxigênio sempre. Eu acabei de falar que eu pedi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor pediu para ela dia 3 e dia 4? Nos dias que ela estava lá?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, mas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O senhor informou pra ela a necessidade?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Só no dia 7, Senadora, que a gente soube da dificuldade logística da White Martins em trazer oxigênio. E aí nós começamos a tomar imediatamente as providências.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas, no dia 8, chegam 120 mil comprimidos. E, veja bem, o senhor faz uma... Coloca, por exemplo... A Secretaria de Estado da Saúde emitiu uma nota técnica no dia 30 de março, lá atrás, de 2020, fazendo a orientação acerca do uso da hidroxiclороquina, sendo que, no dia 19, ou seja, 11 dias antes, a Anvisa já havia feito a apresentação da demonstração clara da ineficiência desse comprimido para o enfrentamento da Covid-19. O senhor fez isso tendo conhecimento da informação da Anvisa?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, a nota técnica não foi elaborada por mim. Eu não era Secretário nessa época, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor teve o conhecimento?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Da nota técnica?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sim, porque aqui, mais na frente, um ano depois, basicamente, o senhor continua, na verdade, com esse mesmo atendimento, dando prioridade em relação a esse comprimido.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, eu não dei... A rede estadual não faz atendimento precoce, não trabalhava o uso da..., orientava o uso da hidroxicloroquina ou cloroquina para atendimento Covid. Isso é um ato médico que cada um faz de acordo com a sua a sua opinião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Secretário, no dia... Eu queria saber aqui do senhor... Por exemplo, o jornal *Folha de S.Paulo* fez uma ampla matéria acerca dos estoques de oxigênio, por exemplo, em Guarulhos. E aí faz referência a alguns volumes: 23 tanques, que estavam lá disponíveis desde o dia 9, segundo essa matéria. E aí, apenas no dia 12... E aí é bom lembrar que, no dia 9 de janeiro, nós já tínhamos uma apresentação de 54 mortes no Estado do Amazonas, mas, apenas no dia 12, há o início do envio, realmente, desse produto, desse estoque para o Estado de Manaus, onde lá... Perdão, no dia 9, havia uma quantidade de 54 mortes e, no dia 12, também ainda, o mesmo número, inclusive igual aqui, de 54 mortes. Só que, no inquérito que foi... O ofício, que foi reproduzido pelo inquérito, assinado pelo Governador do Estado do Amazonas não faz referência, por exemplo, à parte desses produtos. Por exemplo, havia, no estoque de lá, 200 cilindros vindos, oriundos, por exemplo, procedentes de São Paulo; 150, de Belo Horizonte; mais 150, de Brasília. Os 200 e os 150 foram enviados; 150 aí estão meio sem informação, nem nos documentos do Ministério da Saúde, nem mesmo as informações que constam no inquérito acompanhado pelo Ministério Público Federal. O senhor tem informação acerca deste outro número de 150 cilindros? Por que eles não foram para o Estado? Ou eles chegaram ao Estado em outro tempo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Essa logística de Guarulhos para Manaus era feita de Ministério da Saúde diretamente com a White Martins. Como eu falei, eles passaram a trabalhar em conjunto a partir da reunião com o Ministro Pazuello.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O senhor não tinha conhecimento do volume de estoque que estava em Guarulhos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O volume... O que eu sei que havia uma ponte aérea trazendo oxigênio pra Manaus...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor não perguntava, não tinha informação do que tinha lá? Porque tudo que chegou acabou no prazo de 24 horas. No dia 14, por exemplo, nós não tínhamos mais nada, porque



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo foi consumido nesse pouco espaço de tempo. O senhor não teve interesse de perguntar se ainda havia mais estoque?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Além de ter interesse, de saber da informação, nós estávamos constantemente pedindo o apoio, porque esse tipo de produto, ele é transportado, oxigênio líquido é transportado somente em aviões não pressurizados, aviões militares. Então, sempre era o apoio pedido ao Ministério da Defesa e ao Governo Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor, não...

Deixe eu lhe fazer outra pergunta ainda sobre essa questão do transporte - o senhor faz referência muito bem -: quando o Ministério da Saúde rejeitou, por exemplo, o apoio dos Estados Unidos em relação à aeronave - que aí o senhor coloca muito bem; tem que ser uma aeronave própria -, o senhor teve o conhecimento disso, Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu soube, em relação ao pedido, que o Governo do Amazonas teria feito uma solicitação de apoio nessa tentativa diplomática, mas não tratei diretamente sobre esse assunto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor não era o Secretário de Saúde?

O SR. MARCELLUS CAMPELO - Mas era uma relação, Senadora, de Governo, relações exteriores com outros Governos fora do País.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO -

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor não tentou, pelo menos, ter informação, porque na resposta... Veja, Secretário, no dia em que o Governo brasileiro rejeita o apoio americano foi exatamente no dia 26 de janeiro. No dia 26 de janeiro, nós tivemos, no Estado do Amazonas, 192 mortes - em um dia! Só para o senhor ter uma ideia de lá, continuaram aumentando os casos, e, no dia 30 de janeiro, havia 225 casos. Nós temos uma não aceitação da ajuda americana pelo Governo brasileiro para atender ao seu Estado no dia 26, aliás, que foi solicitada no dia 18, quando o oxigênio da Venezuela veio, via terrestre, para o Brasil, para o atendimento do Amazonas. Depois, o Governo brasileiro rejeita o apoio de um transporte. E é bom a gente lembrar: havia uma disposição de artistas no Brasil inteiro na tentativa de encaminhar, por exemplo, cilindros para o Estado do Amazonas, mas não havia logística de transporte. E nós temos a disposição do Governo americano, o Governo brasileiro rejeita, e a Secretaria de Saúde do Estado não tem conhecimento disso. O senhor não foi informado, de fato, disso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós fizemos todo o possível para ter essa logística de transporte. Inclusive, eu, pessoalmente, fiz uma solicitação à representante do Unicef para poder buscar esse apoio de logística. No primeiro momento, houve uma informação positiva de que teria. Depois, o Governador reiterou o pedido, mas não houve resposta a respeito disso por parte do Ministério da Saúde. Então, existe esse pedido, nós fizemos o pedido de apoio logístico para transporte de oxigênio à representante do Unicef no Brasil, ela manda um *e-mail* dizendo que confirmou com a Opas esse apoio, mas que foi enviado ao Ministério da Saúde para que isso seja viabilizado via Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Secretário, outra pergunta, porque eu nem consegui entender muito bem a sua resposta agora há pouco. O senhor diz o seguinte: que não faltou oxigênio no Estado do Amazonas. Só teria faltado nos dias 14 e 15? É isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu falei que, na rede estadual, nas unidades de saúde da rede estadual, há registro dessa intermitência no fornecimento nesses dois dias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Apenas nos dias 14 e no dia 15?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nos hospitais da rede estadual. É isso que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - E por que nós tivemos 225 mortes no dia 30? Por que tivemos 195 mortes no dia 26? Por que nós tivemos, agora há pouco, a exposição de um vídeo - de vários vídeos - de pessoas naquele desespero estarrecido? A gente assiste ao vídeo, Secretário, a gente chora, e a gente chora toda vez em que alguém assiste em casa, porque é algo desalentador, é algo desesperador as pessoas correndo atrás do oxigênio pra atender as suas famílias numa fila. E o senhor diz na CPI que só faltou no dia 14 e no dia 15, Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, eu estou me referindo às unidades de saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Me desculpa, mas o senhor está tentando infantilizar esta Comissão.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, estou falando nas unidades de saúde da rede estadual. No mercado, as pessoas tentando comprar oxigênio... Realmente a fila por leitos existia, as pessoas estavam fora das unidades de saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas vem cá: se não tinha nos hospitais, por que as pessoas estavam comprando? Pra quê? Pra levar pra casa? Não estou conseguindo entender.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Muitas pessoas ficaram, muitas pessoas ficaram em tratamento domiciliar e tentavam adquirir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Aquele povo inteiro na frente dos hospitais, Secretário, pelo amor de Deus!

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Mas havia uma superlotação, Senadora. Nós estávamos diante de uma...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas as pessoas estavam na frente do hospital, Secretário, com cilindro nas costas pra entrar no hospital. Eu não sei se até não quebraram a porta pra entrar, no desespero desalentador. O senhor está dizendo que não estava faltando cilindro, não estava faltando oxigênio dentro dos hospitais, Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu falei que estavam...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pelo amor de Deus, Secretário, não subestime...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... na superlotação do...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... o nosso raciocínio, Secretário. O senhor está subestimando a nossa capacidade até de humanidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senadora, eu lamento muito o que aconteceu no Estado do Amazonas. Eu me solidarizo com as mortes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, lamente falando a verdade, Secretário...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Mas eu estou falando a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... porque - eu vou lhe dizer - o senhor faz a gente trazer uma certa angústia revoltante. Sinceramente, é revoltante ouvir do senhor que não tinha, que só faltou oxigênio em dois dias no Estado do Amazonas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do dia 6 ao dia 30, Secretário, morreram 2.349 pessoas. Um pouco antes, com o anúncio da cepa, começaram a aumentar os casos. O senhor falou da virada do ano e, a partir do dia 6, foram mortes atrás de mortes. No meu Estado, quando nós tivemos 25 pessoas, 28 pessoas, era um desespero geral. Imaginem só 225 pessoas morrendo e o senhor vem aqui na CPI e simplesmente diz que não faltou oxigênio nesses demais dias.

Eu quero dizer para o senhor para finalizar aqui a minha fala – e nem dá mais pra perguntar, porque, diante da sua resposta, nem tem mais como perguntar –, você tem um Estado do Amazonas, que é aliado do Governo Federal, e aí, você fica pensando: meu Deus, de quem é a culpa? Porque você lá tem um Governador e você tem um Presidente da República, que são aliados. Se são aliados politicamente falando – todos nós aqui somos políticos –, o que acontece? Você junta forças pra você resolver o problema.

Às vezes, as pessoas são condenadas sabe por quê, Secretário? Às vezes, nós aqui, políticos... Porque, olha, puxou mais para o seu Estado. Há uma briga, às vezes, até neste sentido: fulano de tal não olhou para o restante do Brasil, porque buscou mais no Governo Federal apoio para o seu Estado. E a gente está vendo que, no caso do Estado do Amazonas, são dois Governos alinhados: Governo Federal e Governo Estadual. E aí você tem lá a apresentação do TrateCov assim, num passe de mágica, você tem lá 120 mil comprimidos de cloroquina assim, rapidamente; e você tem falta de oxigênio, você tem rejeição do transporte americano, você tem simplesmente a falta de comunicação do Governo Estadual com o Governo Federal. E aí fica muito claro o que a gente ouve aqui do Presidente desta Comissão de que o Estado do Amazonas foi utilizado como cobaia para imunidade do rebanho, sabe? Isso é criminoso, gente! Isso é criminoso, isso é terrível, isso é inaceitável, isso é desumano! É lamentável, Secretário, é lamentável ouvir o que a gente está ouvindo hoje nesta Comissão, infelizmente!

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Dr. Marcellus Campêlo, seja bem-vindo.

Eu vou fazer aqui uma linha do tempo, e o senhor vai me dizendo, mas bem objetivamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em setembro, foi quando o Governo do Estado do Amazonas definiu um plano de contingência para o enfrentamento à Covid, porque o número de casos já era muito grande.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Estava aumentando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso foi, à época, comunicado ao Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

No dia 31 de dezembro, diante de um incremento ainda maior, o Governo do Amazonas pediu ao Ministério da Saúde, entre outras coisas, recursos para compra de respiradores...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Insumos de RH...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Enfim, pediu a requisição da Força Nacional de Saúde. Essa demanda foi atendida ao longo do mês de janeiro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, a Força Nacional chegou e ficou no Estado durante toda a crise.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E esses outros componentes que foram demandados de equipamentos, de condições para implementação de um hospital de campanha, essas coisas foram atendidas ou não?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, nós tivemos atendimento de respiradores, bomba de infusão, de monitores, e envio de medicamentos também... Foram enviados. RH, o que o ministério fez foi disponibilizar o banco de dados de cadastro dos recursos humanos no Brasil, e o Estado utilizou esse banco de dados para a contratação, mas paga pelo próprio Estado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é importante, Presidente, e depois o Relator precisa ver, porque, na verdade, a Dra. Mayra, quando esteve aqui, disse que o Ministério da Saúde enviou uma série de profissionais, de médicos, de uteístas, enfim, quando, na verdade, pela palavra do secretário, eles mandaram uma lista de pessoas que poderiam ser contratadas pelo Governo do Estado do Amazonas.

O senhor... V. Exa., V. Sa. referenciou aqui, quando perguntado sobre essa questão da imunidade coletiva por transmissão em Manaus, não é? O senhor tem conhecimento de um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudo que foi feito pela Universidade Federal de Pelotas – que foi feito em Manaus também – e que tentava medir a quantidade de pessoas que haviam sido contaminadas pela Covid-19 e que tinham resposta por intermédio de anticorpos? Foi no seu período ou no período anterior?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu soube dessa pesquisa... Foi feita através dos pesquisadores vinculados ao Hemoam, que era com os pacientes que já haviam sido contaminados etc. e o estudo sorológico.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual foi o percentual de pessoas contaminadas em Manaus por essa pesquisa, por esse estudo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Se eu não me engano, eram setenta e poucos por cento, eles afirmavam.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, era bem menor do que isso, não chegava a 25%. Isso é importante porque...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Hã? Pois não.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Tem uma pesquisa que falava que era mais. Não sei se é a mesma pesquisa que está relatando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acho que era de 18 a 25%. Isso é importante pra esse debate sobre a questão da imunidade de rebanho.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso, de fato, confundi em alguns dias o entendimento de muitas pessoas, achando que estariam aí...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ou seja, pessoas que tinham, que foram identificados nelas anticorpos, não é?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Hã-hã.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sendo que, se eu não me engano, em Manaus, nós estávamos entre 18 e 25%, e a dita imunidade coletiva se atinge quando se tem por volta de 70%, ou seja, defender essa tese, veja, numa das cidades que mais foi castigada pela Covid-19, e tinha um percentual de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com resposta compatível com ter tido a doença, chegava a isso. Quer dizer, pra se chegar a 70%, era preciso que muita gente fosse contaminada e que muita gente morresse.

Eu pergunto: quem organizou essas resistências às medidas protetivas tomadas lá em Manaus? Quem eram os articuladores desse movimento quando o Governo tentou implementar um *lockdown* lá na cidade?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu não tenho o nome das pessoas, mas o que nós vimos eram comerciantes e pessoas que estavam querendo voltar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - E o Governador voltou atrás...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... o comércio pra poder ganhar dinheiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... sendo que a Justiça restabeleceu essas medidas no dia 6.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Exato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É isso? O.k.

Isso é importante por quê? Primeiro, tem a responsabilidade do Governador. O papel de um Governador é atender aquilo que é necessário; não é se submeter ao que grupos organizados tentaram fazer - quer dizer, isso aí, digamos, não tem a preocupação fundamental com a saúde pública - e ter sido objeto dessas pressões.

Nessas pressões, participaram pessoas como a Deputada Bia Kicis. Ela diz aqui que a pressão do povo funcionou em Manaus e obrigou o Governador a voltar atrás no decreto de *lockdown*. "Parabéns, povo amazonense, [...]".

Osmar Terra: "Embora noticiário alarmista, Manaus tem queda importante de óbitos desde julho [o senhor disse que em setembro havia crescido violentamente] mostrando uma imunidade coletiva (de rebanho) em formação e se manteve assim até o último dia do ano. As escolas reabriram [...] em setembro e não houve alteração da curva de óbitos como mostra gráfico". É patético. É o que ele defende desde o primeiro dia da pandemia. E agora nós temos 500 mil pessoas que perderam a vida, e ele continua defendendo a mesma ideia e fazendo a cabeça do Presidente da República.

E agora o outro foi o Deputado Eduardo Bolsonaro: "Primeiro Búzios e agora Manaus. Todo poder emana do povo".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se essas medidas tivessem sido implementadas ao final de dezembro, o senhor acha que teria conseguido poupar muitas vidas, que nós não teríamos vivido essa crise da falta de oxigênio que se manifestou no dia 7, exatamente por conta do colapso do sistema de saúde do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - As restrições, elas ajudam a achatar a curva de contaminação e, conseqüentemente, a necessidade de internação e de óbitos. Então, era esse o pedido da rede: para poder dar um tempo de conseguirmos organizar mais a rede para a alta demanda, explosiva, que estava se efetuando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É uma coisa óbvia: em todos os lugares onde isso foi feito, a situação que o Amazonas enfrentou não aconteceu.

E, aí, veja o protagonismo e a importância do Presidente da República, Sr. Relator:

Bolsonaro classifica de "absurda" proposta de Arthur sobre *lockdown* em Manaus. A gente vê agora absurdos. O prefeito de Manaus falou que tá esperando uma sugestão do governador pra decretar o *lockdown*. Ô, cara, essa política acabou, cara. Eu falei lá em março que tava errada essa política. Tá tudo dando, certo, o que eu falei. Não tenho bola de cristal não. [É preciso ter] um pouco de raciocínio, um pouco de estudo e coragem pra decidir. Ser presidente, governador, prefeito não é sentar na cadeira e esperar a banda passar, tem que tomar decisões em momentos difíceis.

Veja a pressão que ele estabeleceu sobre o Governo, sobre o Governador e sobre o Prefeito de Manaus! E ainda disse que está tudo bem! É diretamente responsável por essas mortes, Senador Eduardo Braga! É diretamente responsável por essas mortes por defender essas posições, como eu disse, estapafúrdias!

Eu pergunto a V. Sa. se, quando houve aquela oferta de oxigênio da Venezuela, que terminou chegando e atendendo a uma certa demanda do Município, se o Governo do Estado chegou a pedir que fosse deslocado um avião para buscar esse oxigênio na Venezuela.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O que nós pedimos, no dia 16 de janeiro, foi um apoio da Unicef, e a Unicef acedeu, mas precisava fazer via Ministério da Saúde. Esses pedidos foram feitos, foram registrados, os *e-mails* trocados, mas não aconteceu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Então essa carga teve que vir por caminhão?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - É, a carga veio via rodoviária.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Quantos dias isso dura?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor me permite?

Vocês comunicaram ao Ministério da Saúde?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Ligue o microfone!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Vocês comunicaram ao Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - Sobre a Unicef?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sim, sobre...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O que o Senador Humberto está perguntando é sobre a carga da Venezuela. O senhor acabou de dizer que comunicou à Unicef e comunicou ao Ministério da Saúde.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, à Unicef foi o pedido de ajuda. Ele perguntou o que nós estávamos fazendo.

Sobre a Venezuela especificamente, houve um contato do Estado de Bolívar, na Venezuela, que é um estado deles, oferecendo a carga, e nós aceitamos e fomos buscar a carga. Inclusive, eu, pessoalmente, fui buscar lá na barreira, lá na BR-174, e levar, agradecendo ao povo venezuelano etc.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Quantos dias da cidade até chegar a Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, acredito que dois dias, em função do peso da carga e dos cuidados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador Humberto...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Pois é, se tivesse...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ...só para ajudar, só para contribuir.

Esse oxigênio chegou em Manaus no dia 20 de janeiro, e o governo venezuelano disponibilizou no dia 14. Portanto, foram seis dias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Importante, Relator, aqui já havia sido dito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - E a respeito disto: o Senador Eduardo disse que foram seis dias. O governo não se atentou a pedir um apoio do Governo Federal para isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - É, nós pedimos apoio para... Avião para fazer apoio logístico de oxigênio, não é? Eu não tenho aqui registrado o pedido que nós fizemos para a Unicef...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não; nesse caso específico, foram atendidos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - De apoio... Este aqui é o apoio que nós fizemos para a Unicef.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não; a gente está perguntando sobre isto aqui.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não; para a Venezuela... Não vejo um apoio específico para a Venezuela, até porque a White Martins tem uma planta, tinha uma planta na Venezuela e estava trazendo oxigênio de lá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É porque o que o Senador Eduardo está dizendo é que teve um intervalo de seis dias para chegar o oxigênio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) - O oxigênio venezuelano chegou em Manaus no dia 20 de janeiro.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - Sim, no...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Numa prova inequívoca de que faltava oxigênio em Manaus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Bom...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Braga, antes de chegar o oxigênio venezuelano, o Whindersson mandou para lá, outros cantores sertanejos, o Paulo Gustavo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Gustavo Lima...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Paulo Gustavo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... Paulo Gustavo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Paulo Gustavo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... Paulo Gustavo mandou antes...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... o oxigênio. Esse oxigênio era recebido pelo Estado, Secretário.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aqui, veja bem, tem uma matéria feita pela UOL...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Quero meu tempo, viu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - ... e que é assinada aqui pela jornalista Rosiene Carvalho: Campêlo admitindo que a crise permanecia - no dia 27 de janeiro; que a crise permanecia.

Aquelas imagens, por exemplo, Secretário, de pessoas com a mão naquele respirador manual, dentro do hospital, tentando dar uma sobrevida para as pessoas, isso aconteceu nos hospitais de Manaus, não foi isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - Sim; nos hospitais em que houve essa intermitência no fornecimento, sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Então, não foram só dois dias. Nós estávamos começando a falar do dia 11 e já estamos no dia 27! E V. Exa. mesmo, em uma declaração, disse que nós estávamos com problema ainda.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O abastecimento de oxigênio existiu... vários tipos. Esse fornecimento dos artistas, que nós agradecemos, temos gratidão por isso, são oxigênios gasosos, que vêm naqueles tanques que podem ser transportados no voo comercial comum, só que eles vêm com muito pouca quantidade para a rede. O oxigênio vindo da Venezuela foi oxigênio líquido, que não é qualquer avião que transporta; tem que ser avião militar para transportar. É diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas nesse caso o Ministro Ernesto Araújo não tomou nenhuma providência. Ele já foi ouvido aqui sobre isso.

Aí, agora, ontem, eu estava assistindo à televisão... A vibração do Embaixador dizendo: "*Habemus cloroquina!*".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... cloroquina! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a gente aqui tentando tirar alguma coisa, porque...

Quando o Senador Eduardo Braga pediu a intervenção, ela de fato aconteceu – de direito, não – porque o Ministro foi para lá, passou mais de uma semana lá.

E nessa semana você conversava com ele?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim. O Ministro passou... Ele chegou no dia 10 e, se eu não me engano, foi embora no dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não; passou mais tempo, meu amigo.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passou mais tempo. Ele passou no CCI um tempão, fez reunião com a White Martins...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A equipe dele... A equipe dele ficou mais tempo – toda a equipe dele –, Senador, mas eu acho que na quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Numa intervenção branca, e mesmo assim não conseguia dar um telefonema para buscar o oxigênio na Venezuela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, me reponha meu tempo aí, só para eu terminar. Não falta muito aqui, não.

Eu queria perguntar... Porque o Ministro Pazuello chegou aqui e disse que o Hospital de Campanha de Manaus foi desmobilizado por um pedido do Governo do Amazonas, sendo que ele disse que o hospital era totalmente mantido pelo Governo Federal. V. Sa. confirma essa informação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu queria até retificar uma informação aqui, Senador Renan, sobre a questão do recurso.

O aluguel, em 2020, desse hospital foi pago com recurso federal – o aluguel –, mas os contratos foram todos com recursos estaduais.

Agora, o que o Ministério da Saúde fez no hospital... Nós fizemos a locação, fizemos os contratos de utilização daquele espaço, o ministério entrou com respiradores, alguma estrutura, mas quem tocava o hospital era o Governo do Amazonas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E quem pediu para desmobilizar o hospital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O hospital foi desmobilizado quando encerrou o contrato de locação em julho. Em julho, porque nós estávamos atendendo via Delphina Aziz, que tinha capacidade de receber os pacientes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O senhor ouviu falar de um estudo realizado no hospital que é chamado Samel, com o uso de uma droga chamada proxalutamida, que foi usada como mais uma dessas drogas milagrosas para o enfrentamento à Covid, num grupo de 600 pacientes de que... Aliás, o grupo que recebeu foi menor, e o Conep relata que essa experiência foi feita sem apoio, sem a autorização do Conep e que 200 pessoas teriam morrido.

O senhor ouviu falar desse estudo? Teve alguma parceria com a Secretaria de Estado da Saúde ou não?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu não... Eu soube desse estudo apresentado pelos proprietários da Samel, mas eles fizeram essa experiência em Municípios, se não me engano, Coari e outros Municípios da rede.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, não tinha nada que ver com a secretaria, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O senhor chegou a ouvir falar sobre o Sr. Ricardo Zimmerman?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Que seria um dos coordenadores desse estudo?

Era importante que nós pudéssemos investigar mais a fundo essa situação.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu tive um contato com o dono da Samel, o médico, o dono da Samel, que falou sobre esse estudo, mas, assim, o Ricardo Zimmerman pode ser da equipe com que ele estava trabalhando, mas, assim, diretamente, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Tá.

Bom, esse estudo teve aprovação do Conep para realizá-lo, mas o desenvolvimento desse estudo foi eivado de uma série de irregularidades, inclusive com essa informação de que 200 pessoas teriam morrido. Eu acho que é importante depois nós investigarmos.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, só fazendo um resumo do que a gente viu aqui.

Na minha opinião, Manaus foi uma espécie experimento para o Governo Federal, não é? Acreditavam que a cloroquina seria capaz, juntamente com esses outros medicamentos, de promover um tratamento precoce, diminuir o número de pessoas acometidas e de mortes e eu tenho convicção de que, por essa razão, os esforços para garantir o mínimo necessário para o enfrentamento à pandemia em Manaus não foi feito.

Isso se confirma também pelo empenho que o Presidente da República e vários de seus apoiadores tiveram para derrubar o decreto com as medidas protetivas que poderiam ter feito diferença nesse período lá de Manaus.

É de registrar também a mentira que foi dita aqui pelo General Pazuello. Aliás, ele disse que tinha recebido, no dia 7, a informação quando ele respondeu ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público naquele inquérito. E, aqui, disse que só teve conhecimento no dia 10. Então, é mais uma reafirmação de que ele faltou com a verdade aqui, nesse ponto que é tão importante, e, com isso, houve uma demora em promover esse socorro.

E, por último, que não é menos grave, nós tivemos aí um governo que, quando Manaus estava pedindo oxigênio, mandou cloroquina para ser utilizada pela população, fez um trabalho



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para convencer os médicos da atenção básica a fazerem a prescrição desse medicamento. Então, eu acho, Sr. Relator, que V. Exa. tem aí pano para as mangas, para que a gente dê uma resposta à população do Amazonas, à população de Manaus e à população brasileira, porque ali, com toda certeza, sofreram muito, muito, muito, muito mais as pessoas que vivenciaram aquela tragédia, mas o povo brasileiro ficou horrorizado com aquele episódio que ali aconteceu. E esta CPI precisa dar uma resposta tanto aos manauaras, ao povo do Amazonas, quanto à população brasileira, porque Manaus foi parte de um sofrimento coletivo, um sofrimento nacional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Eu agradeço.

Senador Omar, Sr. Marcellus Campêlo, primeiro eu quero dizer que o Amazonas registra 13.149 mortos, Senador Renan Calheiros; 317 óbitos acumulados por cem mil habitantes, contra uma média nacional de pouco mais 200 por cem mil habitantes, o que mostra que no Amazonas as coisas não foram bem. Tanto é que não foram bem que nós já estamos, eu acho, no quinto secretário de saúde. E, desses cinco secretários de saúde, lamentavelmente três deixaram a secretaria, Senador Omar, presos por operações decididas pelo Superior Tribunal de Justiça e por ações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal.

O Dr. Campêlo chega à secretaria, como secretário executivo, no dia 7 de maio, positivo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Oito de maio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nomeado no dia 7, tomou posse no dia 8.

O número de mortos no mês de maio, Relator: 1.622 mortos no Amazonas, no mês de maio. É um número estarrecedor. Maio, junho, julho, agosto, setembro; os números, altos. Repito: o Hospital Delphina Aziz tinha três andares fechados quando o Governo do Estado requisitou, contratou, como queira chamar, os hospitais de campanha. Isto está comprovado numa CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Isso foi comprovado numa CPI.

E o Estado não construiu, nos momentos em que nós estivemos na situação mais crítica... Porque nós tivemos – e o Senador Omar sabe disso – momentos de fila de UTI no Amazonas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desesperadores, e com números alarmantes, que nenhuma outra cidade no Brasil registrou. E o plano de contingência que estabelecia até o dia 12 de dezembro ampliações de vários leitos em várias unidades não se realizou. Quem diz isso? Ministério Público do Estado.

Eu acabo de receber informações aqui que comprovam que o plano de contingência de que V. Sa. fala, a partir de setembro... Secretário, a pandemia não começou em setembro. A primeira onda, em pleno mês de maio, matava mais de 1,6 mil no Amazonas. O plano de contingência acontece em setembro. Fecha o hospital de campanha no mês de julho – por decisão do Governo do Estado. Não foi por decisão do Governo Federal. A omissão do Governo Federal é que, como comandante da Comissão Tripartite, tinha que ter agido para impedir essa sandice. Isso é que é fato, não é? Isso é que é fato.

Outro fato: o oxigênio da Venezuela chega no dia 20. O oxigênio trazido pelo Ministério da Saúde, mobilizado de outras áreas do Brasil, chega em Manaus na madrugada do dia 24 para o dia 25, o que mostra, mais uma vez, a crise de oxigênio no Estado do Amazonas. E, lamentavelmente, Pazuello veio aqui com essa mesma conversa: "Não, só foram dois dias, três dias". Não é verdade. É mentira. Elcio veio aqui com a mesma coisa. Não é verdade. É mentira. E agora Marcus Campêlo, que era Secretário Executivo e depois foi interinamente nomeado Secretário de Estado, depois efetivado como Secretário de Estado. Nós vivenciamos uma crise de oxigênio gravíssima. Senadora Eliziane colocou muito bem. E, no mês de janeiro, Senador Humberto, 2.822 mortos. Dois mil, oitocentos e vinte e dois mortos.

Agora, dito isso, aqui está a carta que a White Martins mandou no dia 16 de julho. "Ocorre"... Parágrafo terceiro da carta: "Ocorre que, avaliando [isso no dia 16 de julho] os volumes contratados por Vossas Senhorias, já pudemos constatar que os mesmos não suportarão o consumo que atualmente estão praticando". Em 16 de julho. Quando é o dia 9 de setembro, plano de contingência... Parágrafo primeiro da carta: "Vimos, pela presente, reiterar [...], conforme protocolo 6368 em 16/07/2020, que, apesar do contrato em referência estar em vigor, o respectivo empenho de dotações orçamentárias não foi emitido [...]".

Em setembro, Senador, a Secretaria de Saúde não tinha emitido o empenho de oxigênio, "sem saldo suficiente equivalente ao total do consumo, o que contraria a legislação vigente" – isso em setembro.

Na mesma carta, parágrafo terceiro: "[...] o atendimento do excepcional aumento da demanda em instalações novas, manutenções, atendimentos emergenciais, etc. Estamos trabalhando [...] sob a máxima capacidade" – em setembro.

Diz no parágrafo quarto:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...] já pudemos constatar que os mesmos não suportarão [Portanto, não é janeiro, não é dezembro. Nós estamos aqui falando de setembro de 2020.] o consumo que atualmente estão praticando. Por outro lado, preocupa-nos que, neste momento excepcional, de tão alta demanda [em setembro], há possibilidade de termos que tomar a difícil decisão [isso a White Martins escrevendo] de atender somente os clientes em seus limites [em seus limites contratuais], prazos e condições comerciais contratadas, até porque, muito embora a indiscutível situação de calamidade, que indica uma maior flexibilização nas contratações, em todos os casos persiste a máxima de que qualquer dispêndio público só é possível mediante a formalização de contrato prévio, observadas as hipóteses e justificativas legais.

Ou seja, em setembro, a White Martins já anunciava que não suportaria.

Minha pergunta: quantas unidades de fábrica de oxigênio, para resolver esse problema, o Estado comprou com o dinheiro que tinha em caixa?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nesse momento, não estava sendo feita compra de usina de oxigênio. Nós...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Quantas usinas de oxigênio o Estado do Amazonas comprou com o dinheiro que tinha em caixa?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós lançamos o edital de compra. Os editais foram fracassados, mas nós temos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Quantos vocês compraram, pelo amor de Deus? Tudo você não sabe. Tudo você não diz. Quantas usinas vocês compraram com o dinheiro do Governo do Estado, sabendo desde julho, sabendo desde setembro que não tinha capacidade de abastecer o consumo e as unidades hospitalares? Quantos vocês compraram?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, esse pedido da White Martins... Nessa época, nós não compramos nenhuma, nenhuma usina de oxigênio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - E hoje vocês compraram quantas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Hoje nós compramos usinas, estamos instalando... Tem oito usinas que estão em processo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Diga, não minta! Você está sob juramento! Cuidado, não minta!

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós temos processo de compra...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, quantas vocês compraram?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nenhuma.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós temos a compra de oito usinas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Está aqui a relação de compras de usina do Estado do Amazonas: nenhuma feita pelo Governo do Estado. Senador Omar, está aqui, nenhuma feita com dinheiro do Governo do Estado ou com o dinheiro que tinha em caixa. Não dá pra você dizer que não sabia, não dá pra você dizer, como Secretário de Saúde, que você não podia comprar uma usina, uma usina de oxigênio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi comprada usina?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não compraram nenhuma com o dinheiro do Governo do Estado. Quem comprou foi a Prefeitura de Parintins, com emenda; quem comprou foi a Prefeitura de Careiro, de Itacoatiara. O Governo do Estado do Amazonas não comprou nenhuma, recebeu doações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A de Parintins, a emenda é minha pra comprar usina.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, dinheiro de emenda de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu consegui com o General Fernando, a época Ministro da Defesa, que nós transportássemos essas usinas para vários Municípios.

A doação do Sírio-Libanês: também houve doação de usinas que foram distribuídas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doação do Sírio Libanês, Senador Omar... Eu vou... Se V. Exa. me permite, tem aqui a relação com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as usinas, nenhuma do Governo do Estado. Por isso, eu perguntei para V. Exa., ou para V. Sa., ou para o engenheiro, ou para o ex-Secretário. Nenhuma. Está aqui o documento. Enquanto isso, as pessoas morriam no meu Estado por falta de oxigênio.

Vamos em frente.

Hospital Getúlio Vargas: V. Sa. disse que ele foi importante e é a maior unidade do Governo Federal – a única, aliás – no Estado do Amazonas. Por que vocês não repassaram o recurso que, com emenda minha, está no Fundo Estadual de Saúde? Até hoje, R\$7 milhões, e não repassaram nenhum centavo dessa emenda para o Hospital Getúlio Vargas.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, esse recurso é oriundo da Portaria 1.666...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... que é de... Foi enviado para o Governo do Estado em torno de R\$70 milhões para o enfrentamento da Covid. A proposta do Hospital Getúlio Vargas era realizar a obra, que o recurso não pode para isso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, é custeio. V. Exa. está equivocado.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, a proposta é que eles fizeram e eles pediram para nós executarmos o recurso e adquirirmos o que eles precisavam e mandássemos. Nós enviamos medicamentos para o Hospital Getúlio Vargas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – De novo o senhor está faltando com a verdade. De novo o senhor está faltando com a verdade! Vocês tiveram que usar parte dos leitos do Hospital Getúlio Vargas. Compraram R\$1,4 milhão de medicamentos – para atender a esses pacientes – que foram usados no leito. E agora querem debitar esses medicamentos na verba que era para o custeio do Hospital Getúlio Vargas, que é o hospital que tem suporte e apoio de todos os tipos de complexidade.

Quer ver outra resposta para que V. Sa. possa explicar a esta Comissão? Não foi o dinheiro para comprar nenhuma usina; não foi dinheiro para o Hospital Getúlio Vargas, tendo dinheiro; e não foi dinheiro para Tabatinga. No Município de Tabatinga morreram 123 pessoas. Por que não foi também aplicado o recurso destinado à UPA de Tabatinga, colocada por recurso na Portaria 1.666?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Como eu falei, esses... Tanto Tabatinga, como o de Getúlio Vargas... Tabatinga queria fazer uma ampliação da unidade, cujo valor... O recurso não pode ser aplicado para isso. Há uma objeção...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - De novo, eu lamento, mas tem documentos dentro da Secretaria de Saúde, do Fundo Estadual, desde dezembro, com aplicação e custeio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Existe um parecer da Procuradoria-Geral de que não pode ser utilizado esse recurso para isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Mas, para custeio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, para o que... Para o que o Município de Tabatinga podia utilizar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Mas vocês não aplicaram de forma nenhuma! Enquanto isso, morreram 163.

Quando falta oxigênio: "É ofício." Quando as pessoas estão morrendo: "Não, é a Procuradoria-Geral que não autorizou." Para fechar um hospital, não é a procuradoria..

Dr. Marcellus, lamentável incompetência, falta de planejamento, falta de amor ao povo do meu Estado! É lamentável isso! Lamentável! Como disse a Senadora Eliziane, tem hora que a gente fica absolutamente sem saber o que dizer, porque são tantas as questões e sempre a resposta que o Sr. Marcellus nos dá é: "Não, eu não sei; eu não tomei conhecimento", mas, pra dizer pra UOL que a crise de oxigênio foi até o dia 27, isso você não desmente, porque está publicado.

Eu gostaria de fazer mais uma pergunta ainda sobre a questão da Covid. Eu gostaria de perguntar se V. Sa. pode nos dizer por que havia atraso de pagamento para o fornecimento de oxigênio no Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, quando eu assumi o cargo na secretaria, essa questão de processamento de pagamentos era um problema crônico, mas... Inclusive, com a própria White Martins, havia dívidas de 2018, etc., e nós efetuamos, negociamos, fizemos parcelamento, pagamos e hoje nós temos uma regularidade em relação aos pagamentos da White Martins.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Bem, é lamentável dizer que, em plena crise de abastecimento de oxigênio e com dinheiro em caixa,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem comprar usinas – sem comprar usinas –, sem construir hospitais de campanha em áreas de estacionamento, como no caso Delphina Aziz, que poderia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eduardo, eu posso só contribuir?

Marcellus, se houver uma crise, como teve em janeiro, hoje – um exemplo –, se começar amanhã isso aí – peço a Deus que isso não aconteça mais no Estado do Amazonas –, nós não estamos preparados, então, pra fornecer oxigênio pra os hospitais do Estado? Porque a informação que eu queria de você hoje é que Delphina Aziz, 28 de Agosto, Platão Araújo, Francisca Mendes, vou dizer, Adriano Jorge, instituto de Medicina Tropical, Secom, todos eles tivessem hoje com usinas de oxigênio para, caso nós tivéssemos um colapso, pudessem abastecer. Não foram compradas usinas pra esses hospitais?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Nós recebemos usinas do Ministério da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, meu amigo. Não, Marcellus...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não foram instaladas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Estado tem dinheiro pra comprar essas usinas, sim, filho.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós fizemos o processo de compra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, o Estado não é paupérrimo.

Você falou uma coisa aqui que é verdadeira: o Estado do Amazonas gasta em torno de 25% do seu orçamento – de 20% a 25% do seu orçamento, é o Estado que mais gasta – em saúde, até porque a nossa média e alta complexidade é referência no Norte do Brasil todinho. Muitas pessoas podem fazer críticas e tal, mas tanto o Eduardo Braga como eu sabemos muito bem, porque muito... Nós temos o Instituto da Mulher, nós temos o Instituto da Criança, nós temos o Instituto do Câncer, nós temos CAICs, nós temos SPA, nós temos uma série de unidades de saúde... Eu mesmo, quando Governador, construí o Delphina Aziz. Construí, em quatro anos, dez hospitais no interior. O Eduardo construiu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quarenta e dois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então... Fizemos... E por isso que o nosso custeio aumentou, tá certo? E pior, no interior, como na média e alta complexidade, nós somos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficientes de especialistas, nós não recebemos o teto SUS como deveríamos receber, para manter com recursos do Estado a maioria dos hospitais e pagando diferenciado para os médicos que a gente consegue colocar no interno, fazendo minimutirão de saúde.

Agora, o Estado, depois de toda a crise, não ter comprado usinas para colocar nesses hospitais, isso é uma temeridade muito grande – é uma temeridade muito grande! –, porque não aumentou a planta da White Martins, Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A planta dela para produzir oxigênio não foi aumentada. Então, se amanhã faltar oxigênio...

Como foi o caso de Coari? O caso de Coari foi uma coisa, Srs. Senadores... O avião sai já perto da noite, não consegue pousar em Coari, vai para Tefé e, de Tefé, o transporte teria de ser feito via marítima. E morreu muita gente nesse dia em Coari por falta de oxigênio...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Morreu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E você sabe disso. Você sabe disso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E, Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, não dá, não dá para entender, sinceramente, Marcellus.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só para complementar, Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é aqui querendo fazer... Quem sou eu para estar aqui apontando o dedo ou fazendo alguma referência ou tirando proveito? Mas o Estado tem capacidade financeira para comprar essas usinas e a gente não permitir que isso aconteça novamente nos principais hospitais, pelo menos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só para eu complementar, ainda houve situações para o interior, Senador Renan, em que mesmo com os Municípios nessa situação de desespero, comprando cilindros, ainda houve apreensão de cilindros de oxigênio que eram destinados para o interior. E o senhor vem dizer para nós aqui que não tinha crise de oxigênio em Manaus? Pelo amor de Deus!

E mais: ainda deviam o principal fornecedor de oxigênio, com dinheiro em caixa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu repito aqui, diante do Dr. Marcellus: o que houve mesmo foi muita incompetência, muita falta de planejamento e muita falta de compromisso com a população. Não ter comprado uma única usina com o dinheiro que estava depositado no fundo estadual de saúde? Não conseguir fazer...

E tem mais: ainda houve remoção, Senador Omar, de usina de saúde do Amazonas para outro Estado depois da crise, porque, como não era do Governo do Estado, como não era de propriedade do Governo do Estado, o Ministério da Saúde foi lá e disse: "Está precisando em outro lugar", retirou e levou. E o Estado não tem hoje capacidade... E para todas as unidades do interior para que o Estado ficou de comprar unidade de oxigênio não comprou.

Portanto, para mim está muito claro. O que aconteceu no Amazonas foi exatamente isto: incompetência, inépcia em vontade de salvar a vidas dos amazonenses.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado.

O próximo é o Senador Marcos Rogério, mas o depoente precisa...

Por favor, vou suspender por dez minutos. *(Pausa.)*

Então, vai ser meia hora de intervalo, enquanto a gente come alguma coisa.

Obrigado.

(Suspensa às 12 horas e 43 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Reabrindo os trabalhos, os próximos inscritos seriam os Senadores Marcos Rogério e Otto Alencar.

Como S. Exas. não se encontram e eu sou o próximo inscrito, eu passo a Presidência para o Senador Eduardo Girão para poder inquirir o Sr. depoente.

Senador Girão, por gentileza. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Imediatamente eu já passo a palavra para o Senador Randolfe Rodrigues para fazer as suas perguntas ao depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - MUITÍSSIMO obrigado, Senador Eduardo Girão.

Sr. Marcellus, eu vou procurar aqui ser objetivo. Eu acredito que a objetividade ajudará esta Comissão e, sobretudo, ajudará V. Sa. neste depoimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, diretamente lhe perguntando, porque não ficou claro: quanto tempo durou a crise de oxigênio no Amazonas? Qual foi a data que foi percebida no início? Qual a providência que foi tomada junto ao Ministério da Saúde para a comunicação? E quanto tempo, até quando durou esta crise?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, como eu falei, nós temos que diferenciar duas coisas: uma é a crise nas unidades de saúde por falta de oxigênio ou intermitência no fornecimento, e no mercado local. O nosso contrato com a White Martins é para fornecer na rede estadual. Então, era esse monitoramento, mas, de fato, o oxigênio, no mercado, foi até o final do mês de janeiro e depois ele começou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– De que data até que data?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ele começou da data do... Quando as unidades não tinham mais no dia 14, que foi a data crítica de fornecimento para as unidades, e se estendeu até o final por uns 20 dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Sim, mas que data? Vinte dias.

A primeira data é qual?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Catorze.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Catorze?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, de falta de oxigênio, sim. Agora, de procura da população por oxigênio, é anterior, no início do mês de janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Vamos a algumas imagens, Sr. Presidente, com a sua permissão e com a sua permissão também, Sr. Marcellus. Vamos à primeira imagem aí, às primeiras imagens? *(Pausa.)*

Temos aí?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Isso aí é do dia 13 de janeiro – procura de oxigênio em uma das fábricas de oxigênio lá do Amazonas. Essa imagem aí é do dia 13.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem nos encaminhou essa imagem disse que essa é a fila de oxigênio do dia 13. A própria pessoa que nos encaminhou disse que é testemunha, estava nessa fila à procura de oxigênio.

Perfeito.

Pode colocar as outras imagens?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Isso é dia 14 de janeiro.

Obrigado.

Então, deixa eu lhe reiterar... Obrigado.

Deixe eu lhe reiterar a pergunta. Essas imagens são dias 13 e 14.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Hum-hum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Isso aqui era o ápice da crise.

O que eu quero lhe perguntar objetivamente: quando o Ministério da Saúde foi comunicado dessa situação iminente que estava no Amazonas? Quando o senhor...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Em 13 e 14, as equipes do Ministério da Saúde estavam todas em Manaus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Qual apoio foi prestado nesse período?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Qual... Desculpa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Apoio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Ah, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O que o Ministério da Saúde... Qual foi a providência do Ministério da Saúde nesse momento para socorrer esse colapso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nesses dias apresentados nas imagens, eles já estavam providenciando o transporte junto à White Martins...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Só um minutinho, Dr. Marcellus. Vamos lá, para eu ajudá-lo.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor disse que, nesses dias, estavam providenciando?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, porque a primeira reunião com o ministro foi no dia 11...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dr. Marcellus, me permita... O senhor acabou de ver as imagens.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Como é que... O verbo a se pronunciar é "estavam providenciando"? As pessoas estavam morrendo por falta de oxigênio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - É porque a operação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Marcellus, você falou que a White Martins deixaria oxigênio na sexta-feira e depois passou para ser no sábado. O sábado é anterior a esse dia 13 e ao dia 14.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- A comunicação da White Martins é do dia 7 ao senhor?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor comunicou ao Ministro da Saúde. Pelo que foi informado aqui, chegaram, no dia 8, 150 cilindros de oxigênio. Foi o suficiente para inibir?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não. De forma alguma. A quantidade foi muito pequena.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não foi suficiente. Resultou nisso que nós estamos vendo. Nesse momento aí - dias 12, 13, 14, em que o colapso estava em curso -, qual o apoio do Ministério saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eles estavam apoiando trazendo, transportando o cilindro, ajudando a White Martins.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Tinha oxigênio nessas datas dessas imagens que vimos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não tinha suficiente para atender.
Não tinha suficiente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois é. Isso que eu queria saber objetivamente: qual o apoio do Ministério da Saúde nesse momento?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Era de logística: transporte de oxigênio da produção da White Martins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Mas que oxigênio tinha aí?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, nesse momento aí... Os dias 13 e 14 foram os dias do ápice da intermitência de fornecimento. Algumas unidades deixaram de ter...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O Ministério da Saúde não tinha a dimensão desse tamanho da crise nesse momento?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Neste momento já tinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Já tinha?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Já tinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor considera que esse apoio prestado foi adequado, foi suficiente para satisfazer a necessidade que tinha?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não foi porque a demanda era muito maior do que a logística que foi implantada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Qual era o apoio prestado nesse momento, por parte do Governo Federal, do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Essa imagem, inclusive, a última é do Hospital Getúlio Vargas, diga-se de passagem, é um hospital federal. É um hospital federal que - o Hospital Getúlio Vargas - tem contrato direto com a White Martins.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Sr. Presidente, eu considero essa informação muito importante. Essas imagens aí são de um hospital federal, o Hospital Getúlio Vargas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O citado Hospital Getúlio Vargas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Tem contrato direto com a White Martins?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Direto com a White Martins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- E não...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Assim como... Desculpa, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois não.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Assim como o Hospital Militar tem contrato direto com White Martins, etc.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Muito obrigado, Dr. Marcellus. Então, veja só: os hospitais federais não estavam tendo provimento de oxigênio adequados também?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Só tem um hospital, que é o Hospital Getúlio Vargas, é um hospital universitário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois bem. Ele também não estava tendo provimento? Essas imagens...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Ele também sofreu com o problema de intermitência no fornecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Muito obrigado, Dr. Marcellus.

Eu acho que essa informação é muito importante, Presidente Omar, e eu acho que o Relator também tem que constar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Hospital Getúlio Vargas é um hospital universitário, que é gerenciado pelo Ministério da Educação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Antes disso, no final de dezembro, o Governo estadual emitiu o Decreto 43.234, de medidas restritivas, e depois esse decreto foi revogado pelo próprio Governador.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Foi flexibilizado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- A Secretaria de Saúde... O senhor foi ouvido na revogação desse decreto?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, a assistência pedia para ter as restrições justamente para ter uma trégua. A decisão foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Mas a posição da Secretaria de Saúde foi pela revogação do decreto das medidas restritivas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, foi pela manutenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pela manutenção. A despeito disso, o Sr. Governador revogou o decreto?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O decreto é do Governador. Ele revogou e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito. Essa informação também é muito importante, Sr. Presidente. Veja: a posição da Secretaria de Saúde foi contra a revogação do decreto das medidas restritivas, pelo o que o Sr. Secretário aqui está prestando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. talvez não lembre, porque não é do nosso Estado, no dia 26 de dezembro, quando o Governador decretou *lockdown*, houve uma movimentação nacionalmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- É nisso que eu quero chegar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Inclusive, há pouco, parece que o Senador Humberto Costa até citou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E as pessoas, naquele momento: "Não, já passou a pandemia. O que é isso?"



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Exatamente.

Veja, nesse mesmo momento, quando o Governador revoga o decreto - e V. Sa. diz aqui que a opinião da Secretaria de Saúde foi contrária à revogação do decreto -, vários membros do gabinete paralelo...

Primeiro, é o Sr. Osmar Terra, que faz manifestações no Twitter, que inclusive foram declinadas aqui pelo Senador Humberto, dizendo: "Embora noticiário alarmista, Manaus tem queda importante de óbitos desde julho..." Outros Parlamentares... Inclusive o filho do Sr. Presidente da República disse o seguinte: "1º Búzios e agora Manaus. Todo poder emana do povo." Outros Parlamentares da base de apoio do Presidente Jair Bolsonaro também celebram isso.

O senhor tem conhecimento se isso influenciou ou pressionou o Sr. Governador na revogação do decreto?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, não o Governador. O Governador foi pressionado pela manifestação popular em relação, inclusive, à segurança pública no Estado do Amazonas. Houve uma revolta generalizada, inclusive com ateamento de fogo, as equipes de segurança tiveram que enfrentar os manifestantes etc.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- A Secretaria de Segurança do Amazonas tem informação de quem incentivou esses atos contra as medidas restritivas uma semana antes do colapso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Essa informação eu não tenho. Eu só sei que muitas pessoas, inclusive autoridades e Parlamentares, foram para as redes sociais criticar o decreto do Governador. Inclusive o Prefeito de Manaus à época foi para as redes sociais criticar o decreto do Governador. Também tem decreto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então, só para ficar claro, Dr. Marcellus: várias autoridades, federais inclusive...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- ... de alguma forma incentivaram as manifestações que lá ocorreram e que resultaram na revogação do decreto.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Quando uma pessoa pública que tem uma liderança faz uma manifestação, pode influenciar a ação de outras pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito, Dr. Marcellus.

É importante, Srs. Senadores e Sr. Presidente, destacar que o próprio Presidente da República naquele momento celebrou a revogação do decreto lá. E, repito, as manifestações que aqui descrevi nas redes sociais são do Sr. Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente da República, e de vários Parlamentares vinculados à base de apoio do Governador, contra as medidas restritivas, que resultaram, uma semana depois, na suspensão e no colapso de oxigênio em Manaus.

O senhor já... Bom, então, o senhor inclusive já destacou aqui que, ao que me parece, foi um claro erro do governo ter revogado o decreto de 23 de dezembro.

Eu pergunto ainda ao senhor: o Vice-Governador do Amazonas, Dr. Carlos Almeida Filho, em entrevista à coluna Painel do jornal *Folha de S. Paulo*, afirmou que o Estado adotou a estratégia de imunidade de rebanho, acreditando que a contaminação generalizada da população faria com que todos adquirissem anticorpos. O Sr. Carlos Filho disse que a estratégia foi mostrar alinhamento com o Governo do Presidente Jair Bolsonaro. Qual é a sua posição com relação a essa declaração do Vice-Governador do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu não acredito nessa tese da imunidade de rebanho e eu não participei de nenhuma reunião que abordasse esse assunto dentro do Governo ou mesmo com o Governo Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Em algum momento, o senhor teve contato com alguém do Ministério da Saúde que chegou a levantar essa tese?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, em nenhum momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Ainda voltando... Já concluindo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu recebi aqui (*Fora do microfone.*) num áudio de uma rádio que: "Pessoas estão morrendo com falta de ar. Uma amiga que trabalha lá acabou de mandar mensagem, querendo denunciar no seu programa. As balas de oxigênio que mandaram para o hospital não foram suficientes". Isso aqui foi no Hospital Getúlio Vargas, em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manaus. E é um apelo que a pessoa estava fazendo naquele momento – como eu, outras pessoas receberam muitos apelos nesse sentido.

(Procede-se à execução de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aqui foi no Getúlio Vargas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi... Onde começou, teve o primeiro colapso foi no Getúlio Vargas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– E é importante destacar que era um hospital federal e que não teve o atendimento por parte do Governo Federal, visto que era... Ela necessitava... Lá, diretamente, uma instituição federal tinha o colapso de fornecimento de oxigênio.

O senhor falou aqui sobre a ida da Dra. Mayra no dia 4, certo? Ela, ao chegar lá, defendeu o quê? Qual a posição que ela veio a defender em relação ao enfrentamento, ao agravamento da pandemia? Qual a posição da Dra. Mayra lá?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ela tinha uma posição da questão do tratamento precoce e da...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Tratamento precoce com distribuição de quê? *Kit* Covid, cloroquina...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, falava dos medicamentos para esse tratamento, inclusive apresentando aí 150 teses, dizendo que havia 150 teses a respeito desse tema etc.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– E recomendou isso à Secretaria de Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Na verdade, ela recomendou que fizesse, que adotasse essa sistemática, mas que ela ainda iria trabalhar principalmente na atenção primária. Isso era para a atenção primária; no primeiro momento, no primeiro contato com o paciente. E isso foi feito com a atenção básica, no caso, procurando os Municípios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Quem distribuiu... Quem organizou a distribuição de cloroquina quando tiveram as semanas mais críticas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador Randolfe, para colaborar com a sua pergunta.

Nesse dia, no início de janeiro, quando chega a Dra. Mayra, e chegaram com ela alguns especialistas que foram fazer palestra lá, você estava em alguma palestra dessas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – O evento de que eu participei foi no dia 11 de janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... em que, inclusive, estava o Ministro Pazuello. E algumas pessoas apresentaram os painéis a respeito da... eu acho que do TrateCov na época.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 11?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Onze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se você lembrar, Senador Randolfe, o Ministro Pazuello falou que, quando chegou a Manaus, no início de janeiro, o relatório que ele recebeu da Dra. Mayra é de que as unidades básicas de saúde estavam fechadas na cidade de Manaus. Estava havendo a transição, o Prefeito atual tinha assumido... No dia 1º é posse, no dia 2...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Dia 4 era o primeiro dia útil

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 4, quer dizer, era o primeiro dia útil. Era uma segunda-feira, para você ter uma ideia. E o relatório... E aí foi perguntado aqui: "Mas, Ministro...", "Dra. Mayra, naquele dia não foi dito que faltaria oxigênio?". "Não, não foi". O que eu... Ela disse isso: "No dia 4, ninguém me falou que ia faltar oxigênio". Aí ela disse o seguinte, que ela fez um levantamento nas unidades básicas e a maioria estava fechada no dia 4. E aí, o que a gente entende hoje porque que ela ficou com raiva, porque ela tinha levado uma equipe para treinar os profissionais de saúde das unidades básicas para fazer o tratamento precoce, que era o TrateCov, porque ele precisa... O TrateCov precisa das unidades básicas de saúde para funcionar, é a entrada do sistema. Já na alta complexidade... Na média e alta complexidade não, é um profissional de saúde já, que está dentro do hospital e você prescrever num ambiente hospitalar não é... Não existe nenhuma má conduta nisso. E ela ficou chateada porque como ela queria usar Manaus como... E usou Manaus como cobaia, as unidades de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde estavam fechadas e ela não teve como propagar para todas as unidades de saúde de Manaus.

Foi esse o relatório que ela fez aqui, lógico que com outras palavras para não se comprometer e virou... Não era mais tratamento precoce, virou tratamento inicial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Presidente, só para concluir, só duas últimas perguntas.

Sobre isso ainda, Dr. Marcellus, quais as informações e protocolos passados pelo Ministério da Saúde para tratamento da Covid?

E quem do ministério orientava as equipes da Secretaria de Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O que eu sei é daquela portaria lá que utiliza... Que coloca... Utiliza a cloroquina, mas do ano passado, a portaria que eu considero obsoleta já porque foi antes das recomendações de não utilização.

As nossas equipes de saúde utilizavam os protocolos estabelecidos já na rede há muito tempo. Nós tínhamos quatro comissões de especialistas, nós tínhamos o apoio da Opas, com os seus especialistas, que trabalhavam em conjunto para, por exemplo, trabalharmos notas técnicas de utilização de *kit* intubação, da racionalização dos insumos etc., naquele momento de pandemia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O Sr. Eduardo Pazuello, aqui, indagado sobre quando foi comunicado sobre o início da crise, ele disse aqui - está nas nossas notas taquigráficas:

"Olha só, isso é o papel, escrevendo, agora eu estou falando pessoalmente aqui sobre esse assunto. O telefonema do Secretário de Saúde para mim, no dia 7, à noite, foi exclusivamente para apoio logístico de transporte de tubos de oxigênio que iam para o interior do Amazonas, saindo de [...] [Manaus] para [...] [Belém]."

Mais adiante ele diz: "Não quer dizer aí que se havia... Não quer dizer aí que havia a compreensão do colapso de oxigênio."

Confere essa declaração do Sr. Eduardo Pazuello?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - É, não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor não... O senhor não comunicou nesse momento para ele, no dia 7, do iminente colapso de oxigênio?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu comuniquei a ele o pedido da White Martins em relação a esse apoio logístico de... Não é de Manaus para Belém, é de Belém para Manaus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Com o transporte de cilindros para o estoque da White Martins.

Foi isso que foi falado: Precisamos de apoio logístico para trabalhar com a White Martins nesse sentido, de apoio para a White Martins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Mas a comunicação da White Martins não falava somente de apoio logístico, falava da necessidade de aumentar a oferta de oxigênio, fornecimento de oxigênio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, ela justifica dizendo que precisa aumentar a oferta. Mas vale lembrar, Senador, que a White Martins, antes de fazer esse pedido, houve uma reunião onde ela afirmou que estavam chegando cargas de oxigênio via balsa e esse envio, via aérea, era para dar um equilíbrio no estoque.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Nessa comunicação, dia 7, ela fala, inclusive, para procurar outros fornecedores.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, mas vale ressaltar que a White Martins estava comprando os estoques de outros fornecedores, inclusive fora do Amazonas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O fato é o seguinte, na conversa com o Ministro Eduardo Pazuello, o senhor relata sobre o problema de oxigênio no Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, que estava precisando de um apoio logístico para trazer o oxigênio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Só isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O problema é esse. Eu contei o que a White Martins me falou em relação à regularização do consumo e também pedi para ele, pelo pedido da White Martins, transportar o oxigênio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Depois dessa data, em algum momento, o senhor comunica, pede apoio do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Depois dessa data, nós comunicamos, no dia 9, via ofício, via comitê de crise. No dia 10...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- No dia 9?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, pedindo apoio. No dia 10, pessoalmente, ao Ministro comuniquei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Sr. Presidente, Sr. Relator, essa cronologia é importante. Dia 9 o senhor comunica, dia 10 o senhor comunica, dia 11 a Dra. Mayra vai lá lançar o TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Dia 11 tem um evento, em que inclusive estava o Ministro Pazuello.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então, para ser claro, Sr. Relator, Sr. Presidente: Dr. Marcellus, o senhor comunica, desde o dia 9, a necessidade do fornecimento de oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - De apoio logístico. É.

Porque, Senador, vale ressaltar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- A primeira resposta do Ministério da Saúde é fazer o lançamento do TrateCov lá?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eles disseram que iam fazer o apoio, tanto que eles ficaram... Antes do lançamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- E fizeram?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Antes do lançamento desse evento, que foi, se eu não me engano, 10h da manhã, houve a reunião, 8h da manhã, com o Ministro Pazuello e a White Martins para verificar essa questão do apoio logístico. E essa reunião... A partir daí, os assessores do Ministro começaram a tratar desse apoio específico. O evento foi logo em seguida.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O evento foi logo em seguida.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois é, o questionamento é este: a resposta imediata é esse evento de lançamento do TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - É...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor solicitando oxigênio, e a primeira resposta que eles dão é o lançamento do TrateCov.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Ministro Pazuello, aqui, depondo, falou que tomou conhecimento no dia 10, à noite.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- É, o Sr. Secretário está informando aqui que foi dia 9 que comunicou.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Dia 7 foi a primeira ligação, dia 9...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dia 7 foi a primeira ligação, dia 9 foi a comunicação do colapso.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Dia 9 foi enviado ofício.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dia 11 ou dia 12 tem o lançamento do TrateCov lá, e não as providências em relação ao fornecimento de oxigênio, é isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Isso. Nós trabalhamos a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Só para ficar clara essa cronologia: é isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Só que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Marcellus.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Deixa eu te explicar uma coisa: dia 10, dia 11, desculpa, de manhã, houve a reunião do Ministro com a White Martins para tratar disso aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - A partir daí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- E qual a providência?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Transporte logístico para o oxigênio para Manaus, de acordo com a programação que a White Martins passou. Foi isso que foi feito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor achou apropriado fazer um evento de lançamento do TrateCov quando tinha um colapso de oxigênio lá? Por parte do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós, assim, nem sabíamos do que se tratava, porque eles iam explicar o que que era.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

Presidente, Sr. Relator, eu acho que essa informação do Dr. Marcellus é fundamental.

Veja... Dr. Marcellus, me corrija se eu estiver errado. O Dr. Marcellus acaba de dizer aqui para nós o seguinte: que ele nem sabia do que se tratava o evento de lançamento do TrateCov, isso quando o oxigênio em Manaus já estava colapsando, isso na véspera das dramáticas imagens que nós vimos ainda há pouco, das pessoas indo atrás de oxigênio em tudo quanto é canto, no dia 13 e no dia 14.

Dr. Marcellus, essa sua informação aqui é valiosíssima.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Só um adendo, por favor, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois não.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Esse evento teve várias pautas, não é? Uma delas foi a apresentação dessa solução, dessa ferramenta, digamos assim, o.k?.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois é. Mas nesse momento em que as pessoas estavam precisando de oxigênio, era essa a resposta, na sua opinião, que deveria ter tido? O TrateCov?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós tínhamos que trabalhar prioritariamente a logística.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Alguma pauta desse evento tratou de oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, ele falou... Não, sobre oxigênio, especificamente, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeito.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Mas uma das pautas era a questão da vacina, da programação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, perfeito.

Alguma das pautas desse evento tratou de oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Desse evento, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Muitíssimo obrigado.

Presidente, esse esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Você estava ao lado dele ou estava presente nesse dia em que ele anunciou que, a partir de fevereiro, iriam vacinar todos os amazonenses acima de 50 anos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Estava. Foi no Comitê de Crise, ele estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No dia 20 de fevereiro, Senador Randolfe... O Ministro Pazuello prometeu que, no dia 20 de fevereiro, todos os amazonenses acima de 50 anos seriam vacinados. E eu perguntei a ele aqui, no dia que ele veio, e ele começou a justificar uma série de coisas e tal. Era isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Sr. Presidente, a informação do Dr. Marcellus para nós é preciosa. No tal do evento do TrateCov sequer foi pautado, Sr. Relator – sequer foi pautado, Sr. Relator – oxigênio. No dia seguinte, as cenas que nós mostramos ainda há pouco eram dramáticas, as pessoas indo em todos os locais atrás de oxigênio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só uma última pergunta de fato, Presidente.

O senhor concede uma entrevista no dia 26 de janeiro – ou seja, a crise já estava, a crise já tinha colapsado de diferentes formas – e o senhor diz o seguinte: "Vai ter que ter uma força nacional, uma estratégia nacional, porque eu alerto, e alertei hoje na reunião do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o Conass: aqui [no Amazonas] é só o começo, isso vai se alastrar para o Brasil, e a crise de oxigênio tem que ser uma estratégia nacional". O senhor confirma essa declaração?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, porque eu inclusive alertei o Conass...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– E é de 26 de janeiro isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim. Na verdade, antes mesmo eu estava comentando com os secretários, porque o perfil era diferente, com essa segunda onda consumia-se mais oxigênio, as pessoas ficavam mais tempo internadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Essa comunicação também chegou ao Ministério da Saúde, de que o que ocorreria em Manaus iria se espalhar pelo Brasil?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O ministério estava em Manaus, Senador. As equipes estavam, todos os secretários nacionais passaram quase 30 dias em Manaus a partir do dia 11.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Satisfeito, Dr. Marcellus. Eu acho que essa informação, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– ... pedir a atenção de V. Exas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Já concluindo, Senador Otto.

Eu pediria a atenção de V. Exa.: essa informação é preciosa porque é evidente que a crise, o colapso que se inaugurou, da segunda onda, em Manaus, iria evidentemente, nos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meses seguintes, se espalhar pelo Brasil, como se espalhou. E o Ministério da Saúde tinha conhecimento disso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) - Eu pergunto aqui ao Senador Marcos Rogério se ele pode fazer uma permuta, porque eu tenho um compromisso logo agora, de ordem pessoal, para eu falar rapidinho aqui, não demoro muito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, pela ordem. Queria só passar um documento à Presidência. V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) - Eu estou aqui, Presidente... E aí cumprimentando a imprensa, que sempre nos auxilia muito. O jornalista André Spigariol, da *Crusoe*, ele fez uma publicação de um documento que quero passar à CPI. Quando fiz a pergunta ao Secretário acerca do recebimento do volume de 120 mil comprimidos de hidroxycloquina, ele colocou claramente que seria para o tratamento de lúpus e também artrite.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - Não, Senadora, eu falei que nós utilizávamos a hidroxycloquina para tratamento de... Mas o pedido foi para atender a esse programa que a Dra. Mayra estava querendo implantar lá, para distribuição para os Municípios.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ou seja, era para Covid. Mas agora o senhor está dizendo. Quando eu fiz a intervenção, o senhor não falou isso.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, eu falei que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O senhor falou claramente...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... utilizava para a hidroxycloquina...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Está aqui, eu estou com a taquigrafia, inclusive, aqui ó, e na taquigrafia está claro. Passo a V.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. de novo, para V. Exa. refrescar a fala, e passo à Presidência desta CPI o documento assinado pelo Secretário, fazendo o recebimento e, portanto, solicitando o volume de hidroxiclороquina para o dia 5 de janeiro, pico, início do crescimento vertiginoso da quantidade de mortos no Estado do Amazonas.

Passo a V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu começo por ter convicção de que, nesse caso de Manaus com o Ministério da Saúde, foi o verdadeiro pecado original. Sentado na cadeira do Ministério da Saúde, um general que não sabia sequer o que era o SUS, desconhecia completamente o que era a doença; sentado na cadeira de Secretário de Saúde, um engenheiro que não tinha experiência absolutamente nenhuma em medicina sanitária, epidemiológica, absolutamente. Eu acho que este casamento deu a tragédia de Manaus: duas pessoas sem competência absolutamente nenhuma nesse setor de saúde para tratar de uma doença nova, gravíssima, letal.

As perguntas mais banais que foram feitas, se eu for formular aqui ao Secretário, certamente ele não vai saber responder. E eu pergunto o quê? Secretário, se o senhor fosse construir uma casa, o senhor contrataria um médico pra fazer o projeto? Claro que não, não fazia, mas o Governador indicou um engenheiro para ser Secretário de Saúde.

Eu pergunto: quando a doença começou, o senhor fez barreiras sanitárias? E o senhor sabe como fazer barreiras sanitárias?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, primeiro, eu não tomava decisão somente, sozinho, existe uma equipe...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não. O senhor é o titular. Secretário, o senhor é o titular. O titular existe para oferecer ao Governador as informações corretas a respeito do tema que é da sua responsabilidade. Qualquer secretário tem que ter conhecimento, autonomia, personalidade pra dizer ao seu governante que o caminho é esse aqui. E, quando não estiver no caminho certo, se insurgir contra e não aceitar – e não aceitar –, tomar as decisões. Então, consultar...

A irresponsabilidade de quem assume um cargo dessa natureza sem conhecer nada absolutamente de doenças epidemiológicas, controle de viroses sanitárias é uma irresponsabilidade muito grande. O senhor foi pra lá fazer um curso, fazer um teste pra ver se dava certo, foi falar... Foi coisa empírica, sem nenhum conhecimento. Não devia ter assumido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma coisa eu disse aqui ao Ministro Pazuello. Jamais eu aceitaria assumir um cargo de que eu não dominasse a matéria. Então, foi o casamento ideal para a crise. O senhor é responsável pelas mortes, claro, de Manaus, como é também responsável o Ministério da Saúde pela inoperância e pela incompetência.

Eu perguntei ao senhor se o senhor sabe como proceder pra fazer barreiras sanitárias, que o senhor certamente não fez, porque o primeiro ato de um secretário, numa doença como essa, numa doença virótica em que a transmissão é pessoa pra pessoa, não tem o hospedeiro intermediário, é um respirando frente ao outro e passando a doença, é fazer bloqueios sanitários. Quando o primeiro caso chegou, se o senhor tivesse a competência, o primeiro ato era fazer barreira sanitária e conter a doença com quem trouxe a doença, como foi feito agora, depois de... No Maranhão me parece que foi feita alguma coisa para conter a cepa indiana. E o senhor não fez. O senhor só falou aqui de tratamento da doença, não falou em nenhuma prevenção para conter a expansão da doença. Por quê? Porque é incompetente para o cargo, totalmente incompetente!

E é uma situação de que, certamente, a fase pré-clínica da doença que se faz *in vitro*, em camundongos, foi feita com o povo de Manaus. A fase pré-clínica foi feita com o povo: "Deixa disseminar a doença; 95% ficam bem, porque o curso é assintomático, leve ou moderado; 5% formam a forma grave, a pneumonia virótica; e dos 5%, 2% morrem – mais ou menos, 2,5%. Mas o seu Estado teve a maior letalidade do Brasil: 3%, a maior letalidade. A média é 2,8%, e Manaus foi 3%, a maior letalidade, porque lá estava uma pessoa que não conhecia absolutamente nada.

O senhor disse agora que é contra a imunidade de rebanho. É contra, não é contra?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Essa tese da imunidade de rebanho...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor disse que é contra. E como é que o senhor permitiu, se o senhor é contra? Pedisse demissão do cargo, não se agarrasse ao cargo. Se agarrar ao cargo para ser responsável por tantas mortes no seu Estado, dos seus compatriotas, isso é uma coisa inaceitável, Sr. Marcellus! Absolutamente inaceitável!

Então, o senhor nem sabe definir como fazer barreiras sanitárias. Parei para o senhor se explicar, e o senhor não vai explicar, porque não sabe, duvida. E a ignorância duvida quando desconhece o que ignora.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Essa é uma grande realidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, TestCov: o senhor mandou... Todo hospital tem ambulatorios – não é? – para atendimento. O senhor provisionou os ambulatorios dos diversos hospitais, o senhor falou aí, com medicamentos para tratamento precoce da doença?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, foi enviado às prefeituras.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Foi enviado às prefeituras para utilização dos medicamentos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, nos hospitais, o senhor sabe que, se um doente chega para ser atendido, ele vai para um ambulatório.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O médico faz o primeiro atendimento, faz a anamnese. O senhor sabe o que é anamnese?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, análise.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A análise inicial, o diagnóstico inicial.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, anamnese é colher todo o histórico do paciente, as suas comorbidades, e depois o exame físico. Depois, vê o exame, pede exame laboratorial, diagnóstico, e interna o paciente ou trata no ambulatório. Essa é a sequência que acontece no atendimento feito de escolha, com procedimento correto nesse sentido. O senhor conhece quais são as duas fases da doença?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, a fase inicial, a fase inflamatória...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Fase inicial... Não sabe.

Como é que pode ele ser Secretário de Saúde do Estado de Manaus, na crise sanitária que aconteceu?! Como é que você pega e toma a decisão de assumir um cargo que mexe com a vida das pessoas – que preserva a vida se foi tudo feito corretamente e que deixa morrer quando é feito incorretamente –, Secretário?

Sinceramente, eu não sei qual é a cabeça de uma pessoa que assume para fazer uma coisa que não tem competência para fazê-la. É um absurdo, sobretudo com a vida das pessoas! Com a vida das pessoas!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o senhor não sabe nem as fases da doença e não tem também conhecimento, não sabe como é a transmissão... Absolutamente nada. Pois a fase da doença é a fase... O senhor sabe que o vírus entra pela...?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, pela...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Pela mucosa nasal, pela mucosa bucal, da boca, pela...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Pois é. E o vírus na boca passa um período de reprodução e depois desce pra o pulmão. São duas fases: bucal e pulmonar, em que a pulmonar, às vezes, dá grave.

Então, uma coisa que eu queria perguntar ao senhor - isto aqui é fundamental, qualquer Secretário de Saúde tem que saber: o senhor sabe quantos leitos de UTI deve ter uma estrutura hospitalar *per capita*, por 100 mil - leito de UTI por 100 mil? O senhor sabe quantos leitos de UTI são necessários por cada 100 mil habitantes?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu sei que a taxa de leitos de UTI no Amazonas é muito baixa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, eu estou perguntando se o senhor sabia... Não, se é baixa, não. Se o senhor sabia quanto é que se precisava de leitos de UTI pra os pacientes. Não sabe?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) - Dez, vinte, trinta...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Aí, olha, o Jorginho falou: dez, vinte, trinta... Escolhe um número aí. Se o senhor não sabe, joga na Mega-Sena aí pra ver se o senhor acerta. Não sabe! Não sabe nada!

O senhor está errado; e o seu Governador, mais errado ainda de nomear um engenheiro pra ser Secretário de Saúde do Estado do Amazonas. A mesma irresponsabilidade cometeu o Presidente da República, que nomeou um general que não conhecia o que era o SUS, a rede do SUS. Ele não conhecia, disse textualmente que não conhecia. Quando eu perguntei a ele as coisas, ele respondia que não sabia - não sabia, porque não queria agredir a ciência e a medicina.

Então, o senhor vê que o senhor fez uma coisa errada, equivocada. O senhor é muito culpado por isso, pode ter certeza absoluta. Como aceitar, sendo Secretário de Saúde, que é a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior autoridade sanitária do Estado, a imposição de um tratamento que o senhor não concorda? Como aceitar fazer o teste da fase pré-clínica no povo de Manaus? O maior crime é este: é fazer a fase pré-clínica, que se faz *in vitro* ou em camundongo, mas fizeram com o povo de Manaus. Deixa disseminar a doença, deixa contaminar; vai morrer 3%, 4% dos contaminados, é pouca coisa. Já morreram quantos lá, Secretário? Quantas mil pessoas morreram?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Mais de 13 mil.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Treze mil, oitocentos e... Quase 14 mil pessoas, uma letalidade altíssima para o número de infectados. Infectaram-se 395 mil amazonenses; morreram 14 mil amazonenses, uma taxa de letalidade altíssima. Uma cidade de 14 mil habitantes no seu Estado desapareceu do mapa. Só que... São tantas mortes no Brasil pela Covid-19 que a morte ficou banalizada. Infelizmente ficou banalizada a morte.

Quando eu falei aqui que era preciso fazer - e eu espero que o Presidente pautar - uma acareação entre a Dra. Francieli e a Dra. Luana, por que eu fiz isso? Eu fiz porque perguntei ao Ministro aí por que ele editou uma norma criminosa. Essa norma permitia que uma mulher em gestação que tomasse a primeira dose pudesse tomar uma dose de qualquer outra vacina. O nome disso é intercambialidade. Isso aí é teste com o ser humano pra saber se dá resultado ou não. E as mulheres grávidas, como o Ministro da Saúde, que estava no seu lugar, confessou, morreram. E ele, no outro dia, tirou isso do Ministério da Saúde.

Banalizaram a morte das mulheres, das crianças, dos pais, dos avós, de todas as pessoas, como se isso fosse uma coisa de conviver no dia a dia, que é doloroso pra qualquer pessoa que tem o mínimo de humanismo, que acredita na ciência, que tem a sensibilidade humanitária pra não aceitar isso sem ser com muita veemência e com muita também reprovação pelo ato do senhor. Incompetente, cuidou da saúde do povo de Manaus e deixou o povo morrer à míngua e ser enterrado na vala comum.

Manaus disponibilizou um terço dos leitos de UTI de que se precisava para suprimento da sua população - um terço! Um terço do que precisava! E tinha dinheiro no caixa, tinha dinheiro no Fundo Estadual de Saúde.

A culpa não é só da incompetência do Ministério da Saúde, a culpa também é muito do Governo do Estado. Tivesse um Governador responsável, não teria acontecido essa tragédia, em Manaus, de que o senhor é um cúmplice, tanto quanto o Ministro Pazuello, um General do Exército, de logística, com um engenheiro cuidando da saúde do povo de Manaus, e falta oxigênio, falta *kit* intubação, falta EPI, faltam medicamentos para suprimento das UTIs, falta absolutamente tudo. Só não faltou vergonha ao senhor e ao Ministro da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fui perguntado agora, porque estão falando muitas siglas aqui... Opas é Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhor depoente... Sr. Presidente, o ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde prestou depoimento perante esta CPI e, em sua exposição, fez referência à precariedade da rede de saúde de Manaus, citando que ela está, historicamente, entre as piores proporções de leitos de UTI por 100 mil habitantes do Brasil. Ou seja, dentro do quadro nacional, Manaus e o Amazonas já amargavam uma crise na estrutura de saúde.

Tenho defendido que qualquer apuração de responsabilidade sobre o enfrentamento da pandemia considere os aspectos gerais da saúde brasileira, além de diversos outros fatores envolvidos nesse processo.

Sobre Manaus e o Amazonas, todos sabemos, inclusive, que a crise certamente foi agravada com os escândalos de corrupção. Temos dados de agosto de 2019, por exemplo – portanto, antes da pandemia da Covid –, que mostram a saúde do Amazonas em crise, com hospitais públicos de todo o Estado sofrendo com a falta de infraestrutura e de pessoal. Cito, por exemplo, o quadro de superlotação no Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto, salas improvisadas, pacientes do lado de fora, em macas, outros sendo mandados de volta para casa.

Existem diversos outros dados dos anos anteriores a 2019 mostrando a crise de saúde no Amazonas. Em 2017, o Conselho Regional de Medicina e a Defensoria Pública do Amazonas consideraram alarmante o quadro de saúde amazonense. O presidente do conselho afirmou na ocasião que o serviço de urgência do Amazonas estava entre os piores do País.

Faço essas observações justamente porque considero que o problema da saúde do Amazonas não pode ser considerado apenas levando-se em consideração o início do ano de 2021, como se costuma fazer.

E aí pergunto: quando o senhor assumiu a Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas, qual era a realidade dessa área da capital e interior? De modo sucinto.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, a Atenção Primária do Município de Manaus tem umas das piores coberturas do Brasil. Então, isso afeta muito, influencia muito a atenção de média e alta complexidade. As nossas portas de entrada nos nossos prontos-socorros... O senhor falou 28 de agosto aí: 50% a 70% dos atendimentos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são realizados em 28 de agosto são atendimentos que deveriam estar sendo realizados na atenção primária...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Que não existe?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... num hospital que é muito deficitário.

Agora, nessa gestão, que o Município vai começar a trabalhar - e está trabalhando - em conjunto pra poder resolver isso, mas, historicamente, a atenção primária no Município é muito deficitária, cobertura muito baixa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A que fatores...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu queria fazer um adendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pois não.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O Senador falou sobre a letalidade. A letalidade em Manaus foi 5%, em Manaus; no interior, 1,92%, mais ou menos. Então, por que, em 61 Municípios, a letalidade é menor? Porque a atenção primária nesses outros Municípios é mais eficiente, está mais presente ou próxima da população pra dar aquele primeiro atendimento; e, em Manaus, há essa deficiência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A que fatores V. Sa. atribui essa realidade em Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Bom, eu acho que nós temos, historicamente, um período de organização da rede, antes de 2014, 2013 - pelo menos isso é o que os servidores relatam -, mas aí houve uma descontinuidade dessa reorganização.

Foram anos com essa disputa do Governo do Estado do Amazonas e a Prefeitura de Manaus em relação às suas competências: o Município dizendo que não tem dinheiro pra investir, e o Estado assumindo esse investimento sem ter esse diálogo.

O que de fato faltou foi trabalhar com a lógica do SUS, que é uma lógica de que nós temos que dar as mãos, tripartite - federal, estadual e municipal -, e isso não acontecia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Como o quadro da saúde do Amazonas já não era bom antes da pandemia, por que o Governo não providenciou a abertura de novas licitações de insumos, como o oxigênio, por exemplo, logo nos primeiros meses da pandemia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Bom, eu não estava na gestão na época. O que nós sabíamos é que a produção da White Martins era suficiente para a projeção que estava dando, tanto que, na primeira alça epidêmica, o máximo que se atingiu ali foi um consumo de 30 mil metros cúbicos de oxigênio. E aí, no segundo semestre, quando eu já assumi lá, havia, tem o projeto de aquisição de miniusinas - nós disparamos o processo -, mas fomos surpreendidos já com a segunda alça epidêmica, e foi muito maior do que qualquer previsão que nós pudéssemos fazer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu pergunto isto - e gostaria que o Governador do Estado estivesse sentado na cadeira em que V. Sa. está, para responder objetivamente a essas perguntas, e ele fugiu da CPI, mas pergunto a V. Sa., que assumiu a pasta na sequência -, e pergunto isto, inclusive, porque dados da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas mostram que o número de casos de Covid-19 cresceu de forma gradativa, ou seja, era possível um acompanhamento planejado: por que, então, não houve a compra do oxigênio, à medida que a pandemia avançava?

Eu estou dizendo isso, porque eu tenho aqui os dados. Só no mês de dezembro, nós tivemos, em 2 de dezembro, 698; 17, 894; 30/12, 1.369; 31/12, 1,4 mil. Depois vai para janeiro, 5, 1.928; 8, 2.342; 14, 3,8 mil. Ou seja, há um processo de crescimento ao longo do ano de 2020 e se avolumando em 2021. Por que não se tomaram providências em relação ao oxigênio antes?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Com relação ao oxigênio, durante os meses de 2020, a média de consumo ficou em torno de 15, 16 mil, que era a média um pouco maior antes da primeira alça epidêmica, mas que não apresentava ali risco de fornecimento, tanto, que a White Martins continuou fornecendo de forma regular até essa fase do mês de dezembro, que foi quando houve a explosão de casos em relação à contaminação, e essa explosão, Senador, nós sabemos agora que foi uma variante que circulou de forma descontrolada na sociedade.

Então, houve maior número de contágio, maior número de internações e, infelizmente, maior número de óbitos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Secretário, infelizmente, essa não é a lógica dos fatos. Você não tem uma situação num dia e, no outro dia, uma situação que leva ao colapso uma estrutura pública de saúde.

Eu tenho documentos aqui que comprovam que o Estado do Amazonas deixou passar praticamente todo o ano de 2020 em meio à pandemia para ampliar a compra de oxigênio; só assinou o aditivo com a White Martins no dia 23 de novembro de 2020, para atender ao aumento da demanda de oxigênio decorrente da pandemia. Na ocasião, o Governo valeu-se,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de última hora, do percentual máximo de aditivo previsto na Lei de Licitações, ou seja, o Governo do Estado do Amazonas deveria ter feito antes, primeiro, no primeiro momento, quando se identificou o crescimento dos casos... Aditivar-se. E a Lei de Licitações estabelece um teto máximo de 25%. Teria que ter feito, no primeiro momento, um aditivo no seu limite máximo, por precaução, como medida de planejamento. Não o fez.

Num segundo momento, teria que ter instaurado um novo processo licitatório para ampliar a aquisição do insumo, ou seja, houve absoluta falta de previsibilidade. Escolheu expor a população do Amazonas ao risco de morte, e foi isso que aconteceu no Estado do Amazonas, por irresponsabilidade administrativa.

Eu lhe pergunto - V. Sa. chegou depois -: o senhor tinha conhecimento específico da situação desse contrato com a White Martins, que eu mencionei aqui, do aditivo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, a White Martins solicitou um aditivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Quando?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... de 25% em julho. Esse processo foi tramitando, mas a ênfase da White Martins...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Me repete a data novamente de quando a White Martins pediu...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - No mês de julho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Julho.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Pediu o aditivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Dentro do teto?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... para dar lastro orçamentário ao contrato, em virtude da projeção do aumento de consumo mensal, da média mensal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ela pediu em julho?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Antes da primeira alça, Senador, a média era menos de 15 mil, e, após a segunda alça, a média subiu um pouco para em torno de 17, 18 mil metros cúbicos por dia. Então, o que a White Martins pediu foi um ajuste contratual para dar lastro orçamentário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ela pediu um aditivo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, aditivo contratual.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - E ela vinha informando ao Estado do Amazonas, ao Governo do Estado sobre a situação do quadro de oxigênio, precisava rever o contrato. O Estado foi notificado algumas vezes pela White Martins.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O processo tramitou para poder fazer o aditivo, mas veja que esse aditivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Seis meses?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... de 25%, Senador, o aditivo de 25%, se nós formos analisar o que aconteceu depois, não faria frente à demanda. Nós tivemos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não faria frente à demanda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O que faria frente à demanda, o que daria resposta positiva à demanda era se o Governo do Estado tivesse assumido o seu papel de responsabilidade no planejamento e tivesse feito o aditivo no momento oportuno, e, quando do final do ano, já teria que ter um novo contrato e não um aditivo. Isso é um quadro clássico de crime de responsabilidade. Isso é um quadro grave.

Mas eu vou além: o senhor tinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu acho que o erro não é aí. Me desculpa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. está com a tese correta. A capacidade de produção da White Martins é limitada. Ela não tem uma planta... A planta dela não dá pra produzir mais do que ela produz. E ela produz para os hospitais particulares. O erro foi nós não termos ido buscar fora de lá o oxigênio e ter condições de transportar esse oxigênio, porque a produção, a planta de produção da White Martins ela atende. Lá tem duas empresas que produzem oxigênio: a Carboxi, que produz muito mais para o distrito... Porque nós usamos muita solda e precisamos de muito oxigênio na solda; lá para muita coisa é utilizada solda,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então é oxigênio. A produção dela é limitada. Uma planta dela eu acho que é 30 mil, 40 mil por dia.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Era 28, aumentou para 36.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É isso. É o total deles. Então, a White Martins, sabendo que não tinha condições de produzir, e o Estado sabendo do aumento, teriam que ter se preparado, se organizado fazendo planejamento pra trazer oxigênio. Não dava pra fazer outra fábrica ali naquele dia, mas trazer oxigênio de fora dava.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A empresa seria obrigada a cumprir o contrato.

Indago a V. Sa.: em que momento V. Sa. assumiu o posto de Secretário? Em que data?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Primeiro de setembro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Discutiu com o Governador esses aspectos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - De oxigênio?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Oxigênio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, esse tema oxigênio foi levado à baila durante esse processo do contrato do oxigênio que eu assinei, e ele, do aditivo, em novembro, mas é uma questão apenas de regularidade contratual, de lastro orçamentário. Em nenhum momento a White Martins fez uma projeção que precisaria do volume que foi necessário. Nem a White Martins sabia. No dia 7 - e isso está em depoimento, inclusive, no Ministério Público Federal -, eles não tinham noção dessa demanda que aconteceu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Secretário, o número de casos estava crescendo ainda em 2020. Não é verdade. Não é correto afirmar a esta CPI...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Estava crescendo dentro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... que o número de casos veio, de uma hora pra outra, à estratosfera. Os casos vinham evoluindo ainda no mês de dezembro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. só tomou conhecimento de que estaria diante de um problema de oxigênio a partir de janeiro de 2021, é isso que quer dizer à CPI?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - A partir do contato da White Martins, que pediu a necessidade do apoio logístico para ajudar no transporte. Porque nós estamos falando da White Martins, que é uma multinacional e que é a maior empresa e a melhor empresa que nós poderíamos ter lá no Amazonas pra fornecer oxigênio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Tanto é verdade que era possível se antecipar com planejamento e resolver o problema, que, quando veio a crise, o oxigênio chegou. O que faltou foi planejamento. Houve um lapso temporal ali de falta de cobertura, que é um crime contra a humanidade. Então, se tivesse apontado na fase certa o risco do problema, se tivesse colocado no planejamento, nós não teríamos a situação que tivemos no Estado do Amazonas. É uma questão de lógica, é racional.

E eu queria passar para outros questionamentos aqui.

V. Sa. disse fez o primeiro contato com o Ministro sobre a situação no dia 7, pedindo apoio logístico. Objetivamente: quando teve esse apoio com a chegada da primeira remessa de cilindros?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Ela chegou no dia 8 à noite.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pediu dia 7, chegou dia 8.

O senhor afirma que recebeu o documento da White Martins alertando para a necessidade de apoio com oxigênio tarde da noite do dia 7, 7 para 8, e que esse documento foi encaminhado ao Ministério da Saúde no mesmo dia 7 para 8. Procede essa informação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - É, nós mandamos, por orientação do Ministro Pazuello, para o Comando Militar, solicitando esse apoio logístico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, eu estou falando aqui da comunicação com o documento que V. Sa. recebeu da White Martins e disse aí que encaminhou ao Ministro da Saúde esse documento. Eu estou pedindo e dando a V. Sa. a oportunidade de buscar na memória o que de fato aconteceu, para que não paire dúvida sobre a cronologia dos fatos: recebeu o documento da White no dia 7 e encaminhou ao ministério no próprio dia 7, foi isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - A White Martins encaminhou para nós, com cópia para o Ministério da Saúde, o pedido do apoio logístico.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Sa. disse que o Estado do Amazonas, o Governo do Estado e a Secretaria de Saúde, encaminhou o documento ao Ministério da Saúde. Eu estou perguntando se é esse o fato.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Está aqui o documento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ou V. Exa. está refazendo o depoimento que deu na pergunta...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, eu falei que foi enviado ao CMA por orientação do Ministro Pazuello.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então V. Sa...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Ele falou: mandar para o CMA para o apoio logístico. Foi isso que eu falei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Veja a contradição, Sr. Presidente: o documento não foi encaminhado, então, ao Ministério da Saúde. Esse documento só chegou ao Ministério da Saúde no dia 16 de janeiro.

V. Exa. tem a contrafé desse documento enviado ao Ministério da Saúde antes dessa data? Porque disse que tinha enviado ao ministério...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu liguei para o Ministro Pazuello, informei da situação e ele pediu para informar para o CMA.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Sa. já disse isso e está claro: ligou no dia 7 e, no dia 8, já teve a resposta efetiva do Ministério da Saúde.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É porque a narrativa aqui é que parece que há uma eternidade entre o contato e a resposta do Ministro e, quando a gente está diante dos fatos, verifica que não é bem assim. É por isso que eu estou reiterando essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Ele disse aqui, Senador, que dia 9 mandou correspondência, dia 10, dia 11. Foi isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está... Ele disse que tinha mandado o documento no dia 7...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, pois é, ele disse isso aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...mas agora já disse que não mandou. Ele fez contato no dia 7...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, mandei para o Comando Militar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com o Ministro sobre o aspecto logístico, sobre o aspecto logístico, e, no dia 8, houve a resposta logística que o Estado do Amazonas solicitou.

Eu pergunto objetivamente: com o que o Município de Manaus participa da estrutura de saúde, especialmente em tempos de pandemia? Como é que é essa relação? V. Sa. disse agora há pouco que parece que há uma guerra política entre as competências de Estados e Municípios. É isso que eu entendi?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quando eu assumi, havia essa dificuldade de diálogo com o Município de Manaus. Hoje nós estamos abrindo esse diálogo, mas, antes, era difícil o diálogo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quantas unidades do Governo do Estado e quantas são do Município na capital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Todas as unidades de saúde que foram trabalhadas na pandemia, todas eram... Nessa fase epidêmica, todas eram do Governo do Amazonas, não existia unidade da prefeitura, que não tem um pronto-socorro, não tem uma UPA, não tem nenhuma atividade, somente Unidades Básicas de Saúde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como se deu a indicação de V. Sa. para o cargo de Secretário de Estado da Saúde? Quem fez a sua indicação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu era Secretário-Executivo; o Governador me alçou a Secretário. Ele mesmo decidiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual a relação de V. Sa. com a Sra. Alessandra Campêlo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - A Alessandra é Deputada, hoje está como Secretária. Eu sou primo dela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ela foi também a relatora do processo de *impeachment* contra o Governador na Assembleia?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Após esse relatório, V. Sa. teria sido indicado Secretário de Estado da Saúde, foi isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não; não tem relação uma coisa com a outra. Minha vida profissional, ao longo do tempo, justifica a minha contratação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Sa. não tem nenhuma... Não há nenhuma relação, não há indicação...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... por parte da Parlamentar, como medida de compensação...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu já trabalhava...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... ao relatório?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu já era da estrutura do Governo. Eu já era Secretário de Infraestrutura, como eu falei. Então, não tinha nenhum tipo de relação ou de acordo em relação a isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Estou falando, estou fazendo este questionamento porque, no bojo da investigação da Polícia Federal, o nome dela aparece e, inclusive, o nome também de V. Sa. Aqui eu tenho todos os dados. Não estou repassando na CPI em razão do tempo, para não cansar os Senadores, mas há um conjunto de fatos narrados aqui, acusações gravíssimas contra ela e contra V. Sa.

Nessa... Qual critério V. Sa. atribui para a escolha do Governador do seu nome para o cargo de Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Como eu falei, a Secretaria de Estado de Saúde possui excelentes técnicos na área de saúde, mas o problema dele era essa organização administrativa, e foi nesse foco que eu trabalhei lá, em conjunto com os servidores da saúde; na reestruturação da Secretaria...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deu certo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... que vinha tendo muitos problemas ao longo do tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Atingiu o objetivo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu fiquei somente dez meses lá, Senador, então muita coisa precisa ser feita ainda. Problemas crônicos de décadas não se resolvem em dez meses.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Silvio Romano Junior. Pergunto: como o senhor o escolheu para ser seu Secretário-Executivo na pasta da Saúde? Foi V. Sa. que o escolheu ou foi o Governador que escolheu o seu Secretário-Executivo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O Governador que escolhe. O Secretário-Executivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aleatoriamente?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, o Dr. Silvio Romano já fazia parte da estrutura da saúde. Ele era Diretor do Hospital e Pronto-Socorro João Lúcio. Na época, quando eu cheguei lá, ele já trabalhava nessa área.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa escolha se deu por critério técnico ou critério político?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Qual? De qual?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A escolha do Secretário-Executivo.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quem escolheu foi o Governador, e certamente pela experiência que o Dr. Silvio já possui, por ter sido diretor de hospital e por ser o Secretário-Executivo de Controle Interno. Ele está interino no cargo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. teria negócios com o Sr. Silvio Romano Junior?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não tenho negócio com... Hoje, não tenho negócio nenhum com o Silvio. Trabalhei com o Silvio Romano na Prefeitura, na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeitura de Manaus, e em 2005 nós chegamos a trabalhar juntos numa empresa, mas fechou em 2009.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele teria sido seu avalista numa transação de crédito?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, nós estávamos em parceria na empresa, e ele foi avalista em vários negócios, porque ele fazia parte... Ele pegou uma licença da Prefeitura e ficou trabalhando comigo em relação a esses negócios da empresa, que trabalhava com reformas e obras.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não quero constranger V. Exa., apenas o estou indagando sobre fatos e sobre a sequência para a nomeação.

Primeiro, a nomeação de V. Sa. Na sequência, V. Sa. deixa a Secretaria de Estado da Saúde, mas fica, em seu lugar, alguém que V. Sa. disse que não escolheu, mas que tem relações negociais.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Tinha, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi o Governador que apresentou ele a V. Sa. ou V. Sa. o apresentou ao Governador?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quando eu cheguei na Saúde ele estava lá, não fui eu que indiquei ele para a Saúde.

Na verdade, eu o reencontrei depois de mais de 10 anos que eu não tinha relação com ele nesse nível que o senhor está falando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu tenho aqui todos os documentos, que estão inclusive em posse da CPI à disposição das Sras. e dos Srs. Deputados.

Eu não estou aprofundando nesse aspecto em relação a esses documentos porque eu tenho, dentro desta CPI, o cuidado de procurar sempre um nexo entre o que está se afirmando e o que está se investigando, e não descarto a hipótese de, a partir da análise mais profunda desses documentos, de repente, propor aqui a reinquirição de V. Sa.

Eu pergunto, por fim: a Operação Sangria, na qual o senhor é um dos investigados, deflagrou no dia 2 de junho de 2021, uma operação com o objetivo de investigar crimes contra pertencimento à organização criminosa, fraude à licitação e desvios de recursos públicos. Uma das linhas de investigação apontou que o Hospital Nilton Lins não atendeu as necessidades



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básicas de assistência à população atingida pela pandemia. Além disso, conforme consta no relatório final da CPI da Saúde, na Assembleia do Amazonas, que... Aliás, fiz aqui um requerimento para convocação tanto do Presidente dessa CPI, quanto do Relator desta CPI, que eu gostaria muito que viessem aqui também prestar esclarecimentos. Nesse relatório, por exemplo, todos os serviços prestados na referida unidade hospitalar ocorreram sem contratos formais – sem contratos formais. Todas as empresas prestadoras de serviços receberiam a contraprestação dos serviços prestados sob a forma de pagamento indenizatório. Em tais processos não há sequer um contrato administrativo que estabeleça os direitos e as obrigações das partes. Por vezes, sequer se encontra pesquisa de preços com os demais fornecedores; simplesmente o próprio fornecedor monta o processo administrativo com a proposta de preços, certidões negativas e nota fiscal do serviço prestado, e a Secretaria de Saúde efetua o pagamento.

Pergunto: o senhor tinha conhecimento dessa prática que começou antes de V. Sa. e se manteve na sua gestão?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Esses pagamentos... Quando eu cheguei lá, o Hospital Nilton Lins já estava funcionando. Existe um problema crônico na rede de pagamentos indenizatórios, um problema que se arrasta há décadas. Inclusive, o Deputado Péricles, inclusive na CPI, citou isso, da criação de uma comissão de eliminação de pagamento indenizatório que eu criei justamente para eliminar esse problema crônico na rede.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunto, por fim: em relação a esse ato, a essa decisão de manter esse sistema de pagamentos, havia pressão, orientação, recomendação, determinação para que se mantivesse esse modelo de pagamentos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não há...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Recebeu ordem de alguém para manter esse modelo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não há ordens para manter modelo. Pelo contrário, nós temos um planejamento... Tínhamos, eu era Secretário. Tinha uma programação, a ideia é que até o mês de agosto a gente consiga eliminar aí grande parte desses pagamentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou lhe perguntando isso porque V. Sa. disse antes que há problema crônicos na Saúde do Estado do Amazonas. E aí eu pergunto se havia ou se há resistência e interferência política para acabar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com alguns desses graves problemas que existem na Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas. V. Sa. enfrentou esse tipo de resistência?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente, qual é o tempo mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Já passou bastante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Já estou concluindo, Presidente.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, quando a gente tenta mudar um processo que aí está há décadas, evidentemente que as empresas procuram se manter no contrato em que estão, mas não houve nenhuma pressão em relação a isso. E eu, enquanto estive lá, estava firme no propósito de eliminar esses pagamentos indenizatórios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Conseguiu?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Uma parte foi conseguida, e nós tínhamos um planejamento de, até agosto, eliminar pelo menos 90% desses pagamentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A última pergunta - e concluo agradecendo a tolerância do Presidente e dos demais membros: das empresas que foram apontadas pela Polícia Federal como integrantes de esquemas fraudulentos, essas empresas continuam operando e prestando serviço à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas ou foram afastadas e substituídas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - No processo específico que foi feito da quarta fase da Operação Sangria, elas não forneceram para o Nilton Lins, eu não permiti que fornecessem. Agora, elas têm contratos em outras unidades de saúde, e estão trabalhando até o momento em que não tenham nenhum nexo causal em relação a outra unidade, no caso, da Nilton Lins.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Sa. disse aqui no início que falou da família, dos filhos, da esposa. Pergunto e encerro por aqui: depois desse tempo que passou à frente da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas, a par de tudo que vem acontecendo, se arrepende de alguma coisa? Se pudesse voltar no tempo, faria diferente?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu, Senador, trabalhei diuturnamente na secretaria, junto com as equipes de saúde, para resolver os problemas que eu estava enfrentando. Eu tenho a humildade de dizer que eu fiz o que eu pude fazer dentro da secretaria. Eu trabalhei e me dediquei, junto com os demais Secretários da Saúde e as equipes



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde, que são muito valorosas, para fazer o máximo possível pra salvar o maior número de vidas. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu... Toda a experiência, na minha opinião, é rica e precisa ter lições aprendidas, mas eu agradeço a oportunidade de ter passado pela Saúde, porque, de fato, ela me ensinou muitas coisas, inclusive o reconhecimento de uma área de profissionais muito dedicados e comprometidos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O Senador Jorginho Mello trocou com o Senador Eduardo Girão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem, quero cumprimentar V. Exa., Presidente Omar, cumprimentar a Sra. Senadora Soraya e os Srs. Senadores.

Agradeço ao Senador Girão pela permuta do tempo, porque eu tenho um outro compromisso.

Quero cumprimentar o depoente, Sr. Marcellus Campêlo.

O Senador Renan começou dizendo hoje que o depoimento era para trazer luzes aos compartimentos, mas eu quero, de forma muito respeitosa, Secretário, dizer que o senhor não trouxe muitas luzes para que a gente pudesse esclarecer muita coisa.

Eu queria... Eu tenho algumas curiosidades. Primeiro, como é que se deu essa compra naquela adega de vinho? Eu queria que o senhor me explicasse isso, porque o senhor, como Secretário de Saúde, o senhor gerenciou isso, o senhor participou disso. Eu queria entender por que não foram comprados de uma empresa especialista que participou do certame e foram comprados dessa adega de vinho respiradores? Eu queria que V. Sa. respondesse isso, por favor.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, quando eu cheguei à secretaria... Não fui eu que fiz essa compra, não participei desse processo. Quando eu cheguei, essa compra já tinha sido consolidada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E o senhor não teve a curiosidade de saber o porquê disso? Se conformou com a compra numa casa de vinho, numa adega de vinho?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, o processo, quando eu cheguei a... Eu entrei como Secretário-Executivo. A então Secretária já tinha instaurado um processo de sindicância, e o processo estava... Que era a medida administrativa adequada para a apuração. E a Controladoria-Geral do Estado também já estava fazendo uma apuração a respeito dessa situação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E até agora nada?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A apuração foi concluída pela Controladoria-Geral e foi enviada aos órgãos de controle para as medidas cabíveis.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso é o fim da picada, Secretário.

Operação Sangria: o senhor chegou a ser preso, não é?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Tive um mandado de prisão temporária, cinco dias.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eles foram à sua casa. O que foi apreendido lá?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Apenas um caderno de anotações.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Um caderno de anotação.

Morreram no Amazonas quase 14 mil pessoas, não é? Quando o senhor... Dia 07/01, o senhor liga para o Ministro Pazuello e solicita o transporte aéreo de cilindros de oxigênio de Belém para Manaus. É muito importante esta data: dia 07/01. Já anoitece, e não foi tratado risco de desabastecimento.

Dois, transporte de cilindro de oxigênio foi solicitado dia 07 à noite, executado pela FAB no dia 08 – 150 cilindros. O senhor confirma isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – No dia 10, mais 200 cilindros?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, foram dois voos que trouxeram cilindros. Acredito que sim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Na madrugada do dia 08, a White Martins encaminha o *e-mail* para a Secretaria estadual de Saúde do Amazonas. O conteúdo do *e-mail* trazia a dificuldade da White Martins em atender à crescente demanda de oxigênio. Esse *e-mail* só chegou ao conhecimento do Ministro da Saúde dia 16. É isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O *e-mail* foi enviado para o CMA, pedindo o apoio logístico.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não é isso. Chegou ao ministério a cópia do Ministro, o encaminhamento chegou no dia 16 de janeiro. A White Martins nunca encaminhou esse *e-mail* para o Ministério da Saúde? Foi o senhor que encaminhou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O *e-mail* foi enviado, esse pedido da White Martins foi enviado para o CMA, não é isso? Para o CMA, pedindo...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É difícil. É difícil, Secretário.

No dia 09/01, num sábado, o Secretário estadual de Saúde do Amazonas – o senhor, não é? – enviou ofício ao Ministério da Saúde, oficializando o pedido verbal de transporte de cilindros de oxigênio. Esse pedido formal só tinha sido atendido no dia 8/1 – já tinha sido atendido no dia 8/1 –, 150 cilindros, e seria complementado no dia 10. O senhor confirma isso, não é?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, o Comitê de Crise passou a oficializar o Ministério da Saúde, pedindo apoio logístico. Pediu no dia 9, no dia 11, também no dia 12 e no dia 13.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu lamento, Secretário, os amazonenses que morreram, os brasileiros.

O senhor é engenheiro, deve ter aptidões pra ser um bom engenheiro, mas, como Secretário, o senhor foi muito mal. O senhor foi muito mal. O senhor não contribuiu com a pandemia. O senhor não tem muita segurança no que fala. O senhor, talvez pra não se comprometer... Foi uma lástima. Na sua gestão, o senhor era... O senhor antes era... O senhor era funcionário, se formou na Utam, não é? Depois o senhor teve, na secretaria, o cargo de gestão. Para ocupar o cargo de gestão, na secretaria... Foi exonerado, tá, tá, tá, tá, tá, tá. Muito bem. O senhor esteve na Secretaria Executiva.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, como Secretário de Saúde, eu quero lamentar. Tomara que isso sirva de lição pra que o povo do Amazonas... E, como disse o Senador Renan, se o senhor tivesse conseguido trazer um pouco mais de luz para os compartimentos, o que não veio. Está tudo escuro ainda, está tudo no escuro. A sua gestão foi uma tragédia, incompetência, dinheiro público, o senhor e o Governador brincando com isso, tendo dinheiro na conta. O senhor tinha aqui ó, o senhor tinha em... O senhor tinha, em 2020, no final, 478 milhões, Secretário. Então, não faltou dinheiro, o que faltou foi ação, o que faltou foi os senhores terem planejamento. O senhor não tinha um nada. O senhor não tinha um nada. Os senhores estavam brincando com a saúde do povo do Amazonas. Por isso que eu lamento a sua participação aqui, que foi pobre, não esclareceu muita coisa e só reafirmou...

E o Governador perdeu a oportunidade de estar aqui pra dizer alguma coisa pra nós, mas ele foi se esconder pedindo ao Supremo Tribunal pra que ele não pudesse vir aqui. E jogou o senhor aqui, pra vir pra cá dar essas informações que o senhor deu aqui, o que não acresceram absolutamente nada.

Portanto, eu não tenho mais pergunta a fazer para o senhor, a não ser lamentar o descaso com a população do Amazonas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL)
- Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL)
- Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE.
Para interpelar.) - Muito obrigado, Sr. Presidente desta sessão.

Eu queria começar com a máxima... Primeiro, desejo boas-vindas para o senhor, Dr. Marcellus Campêlo. Seja bem-vindo a esta Comissão, que está marcando uma data histórica, Senadora Soraya Thronicke, aqui hoje, Senador Heinze. É um momento histórico, depois de um mês e meio praticamente, é a primeira vez que tem um traço de se buscarem eventuais desvios dos bilhões de reais de verbas federais destinadas a Estados e Municípios para o enfrentamento da pandemia.

É a primeira vez, não é o tocante desta sessão, não é o espírito desta sessão, que tem outros componentes - a gente está vendo. Mas tem algo que a gente pode buscar: a corrupção,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela primeira vez em um mês e meio. Espero que daqui para a frente, a gente possa equilibrar isso, porque tem muita coisa que o povo brasileiro está querendo saber. É isto que me perguntam muitos nas ruas, nas feiras, nos mercados, nas redes sociais, sobre o que é que foi feito, porque nunca se investiu tanto, Senadora Soraya, em saúde no Brasil.

Eu queria iniciar com esta máxima, não é? Desviar verba pública em pandemia não é corrupção: é assassinato. E é com base nisso que eu vou encaminhar alguns questionamentos para o senhor, já que o Governador não veio. Trabalhamos o final de semana passado, retrasado, para ouvir o Governador Wilson Lima, mas o STF, que mandou o Senado Federal abrir esta CPI, ele mesmo deslegitimou a nossa convocação do Governador Wilson Lima. E eu tinha muitas perguntas a fazer a ele. Uma delas é: o senhor colocou que pediu a logística para o oxigênio chegar ao Amazonas no dia 7 – deu algumas informações: 7, 8 –, mas o senhor, como Secretário de Saúde, foi que pediu diretamente ao Ministro; e o Governador? O que é que fez? Ele pegou um avião para vir pedir socorro ao Ministro da Saúde ou não? Porque, um caso desse, eu acho que é tão desesperador – e a gente viu as imagens, o Brasil todo viu – que o Governador tinha que largar tudo e ir efetivamente buscar socorro, buscar ajuda de quem quer que seja. E eu não posso fazer essa pergunta para ele, eu não posso fazer, como muitas outras perguntas eu não pude fazer.

Mas eu queria fazer aqui um breve balanço, para lhe fazer algumas perguntas. Vale ressaltar que o Estado do Amazonas, desde 2016, ocupa os holofotes dos veículos de imprensa nacionais por desvios de recursos públicos justamente na área da saúde. O Ministério Público Federal, por meio da Operação Maus Caminhos, investiga desvios praticados por organizações criminosas, cujo valor estima-se que ultrapasse a casa dos R\$100 milhões. Vale ressaltar que a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas instaurou, em maio de 2020, Senadora Soraya, uma CPI que funcionou até setembro daquele ano e cujos trabalhos foram reconhecidamente fundamentais para o início das investigações que desencadearam na Operação Sangria, ou seja, a Assembleia Legislativa do Amazonas demonstrou sobre como se deve trabalhar uma CPI, também rastreando dinheiro. É um valor do povo brasileiro, que quer saber o que é que foi feito do dinheiro dele.

Sobre o Governo atual, o Ministério Público Federal apresentou, no Superior Tribunal de Justiça, duas denúncias. Em uma delas, o Governador e demais denunciados, como o senhor, são acusados de desvio de valores que tinham em posse, à razão dos cargos públicos ocupados, causando um prejuízo ao Erário de R\$2.198.419,88.

E a primeira pergunta que eu lhe quero fazer, ainda fazendo uma analogia com o que está acontecendo no Brasil, Sr. Marcellus, porque, a título de exemplo, várias capitais brasileiras... E lá em Fortaleza não é diferente, ocorreu uma operação também da Polícia Federal, a Dispneia, para apurar a aquisição de respiradores que nunca foram entregues. Outro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo é a Operação Ragnarok, que apura o pagamento pelo Consórcio Nordeste de 48 milhões para a empresa Hempcare, que é uma empresa que comercializa produtos à base de maconha – qualquer semelhança com empresa de vinho talvez não seja mera coincidência –, por aparelhos de respiradores que nunca foram entregues. Nesse caso do Consórcio Nordeste é que a gente vai votar um requerimento sobre esse assunto aqui nesta CPI. E os recursos lá não foram devolvidos. A quarta fase da Operação Sangria, realizada no último dia 2 de junho, apura irregularidades na construção do Hospital de campanha Nilton Lins, usado no combate à pandemia. Isso demonstra a importância de a CPI averiguar os eventuais desvios de recursos públicos, afinal não se olvida que desvio de recursos, ainda mais na época de pandemia, é assassinato – eu repito. A primeira pergunta que eu quero lhe fazer é sobre isso.

O nosso colega aqui que há pouco tempo falou, o Senador Marcos Rogério, lhe fez uma pergunta e o senhor respondeu que, quando assumiu a Secretaria de Saúde, o sistema primário de saúde era muito deficitário, muito precário. O senhor confirma isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Sim, confirmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

A pergunta que eu lhe faço imediatamente, de forma objetiva, se o senhor puder responder como cidadão amazonense e cidadão brasileiro: qual o impacto que a corrupção tem nessas deficiências, nesse déficit da saúde primária do seu Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, não tem como responder essa resposta... Essa pergunta, Senador. O impacto da corrupção em cima... Em que sentido?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O que poderia se ter de hospitais, de UTIs? O que se poderia ter de respiradores? O que se poderia ter de estrutura, de infraestrutura se não tivesse tantos escândalos de corrupção no seu Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Evidentemente que qualquer dinheiro público mal-empregado deixa de ser investido naquilo que deveria ser. Então, o impacto é este: dinheiro que deveria ser utilizado para o que deveria ser realmente utilizado, para o fim adequado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, muitas vidas poderiam ter sido salvas se tivesse um equipamento melhor aplicado, adequado, estruturado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não tenho como responder essa pergunta, Senador, porque é difícil você mensurar esse tipo de resposta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

Segundo os autos do Inquérito 1.306, cujo objeto é a apuração do cometimento de crimes no contexto do enfrentamento à pandemia, houve direcionamento de procedimentos de dispensa de licitação para aquisição de 28 respiradores de uma loja de vinhos. Algo que impactou muito no País é esta questão: o que tem a ver vinho, com respirador, com Covid-19. O nome da empresa é FJAP e Cia. Ltda., que é a Vineria Adega.

A pergunta: quando correu essa compra? Esses respiradores foram todos entregues? Eles eram adequados para o tratamento hospitalar da Covid-19?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, como eu falei ao Senador Marcos, eu cheguei depois que esse procedimento já havia sido consolidado. Já havia sido... Inclusive, foi pago e entregue. Então, eu não tenho essa informação de como se deu, porque eu cheguei no dia 8 de maio, e essa compra, se eu não me engano, foi feita dia 8 de abril - se não me engano!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor falou, numa pergunta até do Senador Renan Calheiros, Relator desta CPI, que as verbas aplicadas, no seu Estado, em respiradores, hospital de campanha, eram verbas estaduais.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu retifiquei depois: para o aluguel do Nilton Lins, em 2020.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Apenas o aluguel era verba federal? O senhor tem certeza de que apenas o aluguel era verba federal?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não. Neste procedimento, especificamente, do Nilton Lins; neste procedimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Certo! Porque me estranha muito, já que existe a denúncia no Ministério Público Federal e esse processo corre no STJ, continua correndo.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu acredito que porque configura a presença do Governador no mesmo processo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu quero lhe perguntar também, Dr. Marcellus, sobre a denúncia que implica o Governador e três servidores, incluindo o senhor, ex-secretário da saúde, que traz a acusação de peculato em proveito de duas empresas específicas: justamente esta, a FJAP e Cia., e a Sonoar e seus sócios, devido ao fretamento indevido de aeronave para o transporte de respiradores. Nesse caso, a PGR pede que os servidores públicos sejam condenados à perda de seus cargos e, justamente, juntamente com o Governador, ao pagamento de uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$191 mil, equivalente ao pagamento do frete.

A pergunta: por que o Governo do Estado pagou esse fretamento em duplicidade, se o valor já estava incluído no contrato de compra desses tais respiradores? O senhor sabe dizer se foi instaurado algum procedimento administrativo interno para que estes valores sejam devolvidos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, como eu falei, esse processo, eu não estava na secretaria à época. O que eu sei é que foi instaurada uma sindicância pela então secretária e um procedimento de apuração via Controladoria-Geral do Estado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Está vendo, Senadora Soraya Thronicke, como era importante ter o Governador do Estado aqui, como é fundamental ouvi-lo? Porque muitas informações a gente não está conseguindo ter porque ele não estava à época.

Eu até entendo o seu lado. Você não estava à época.

Esse escândalo está no meio do mundo, transcendeu a questão do Amazonas. E o Governador não vem dar os esclarecimentos. Vamos dar uma oportunidade a ele para dar os esclarecimentos.

Eu espero que essa moda não pegue - viu, Senadora Soraya? -, que os outros possam vir, os outros Governadores e os Prefeitos também. Estavam agendadas para já serem votadas aqui as convocações, mas foi mudado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) - E secretários de Saúde, Senador Girão, para responderem sozinhos e objetivamente. Fácil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É, perfeito.

Fala. Quer falar ao microfone?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS.
Fora do microfone.) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) –
O.k. Perfeito.

Só pra encaminhar, sobre o Hospital de campanha Nilton Lins, a Polícia Federal investiga irregularidades na prestação de serviços para atender à unidade de saúde, na qual se verificou, por exemplo, o sobrepreço para o serviço lá de manutenção no montante de R\$1.971.882,12, que representa um total, Senadora Soraya Thronicke, 539% – 539% – superior ao praticado no hospital de referência.

A pergunta que eu lhe faço: o que o senhor tem a esclarecer sobre isso? Quanto custou a montagem desse hospital de campanha? Qual o valor mensal da manutenção? Quanto tempo de funcionamento? E quantos pacientes atendeu?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, essas empresas citadas não foram contratadas para o hospital de campanha. Elas chegaram a ganhar um chamamento público de contratação, mas, por estarem envolvidas em outros procedimentos, inclusive sendo alvo da CPI que foi citada pelo senhor e pelo Senador Marcos Rogério, eu decidi não contratá-las e realizar requisição administrativa dos serviços na própria unidade de saúde. Inclusive essas requisições ainda nem foram pagas, porque está sendo discutido o valor justo para elas.

Então, não houve contratação, não houve prestação de serviço, nem houve pagamento. A unidade de saúde atendeu, até o último dado que eu tinha, 625 pacientes de Covid-19.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) –
O fechamento do hospital de campanha, o senhor falou até a data hoje mais cedo: quando terminou o contrato, terminou o aluguel, fechou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) –
O Governo Federal foi acionado sobre isso, foi consultado com relação ao fechamento desse hospital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não me recordo de comunicação formal a respeito disso, porque...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) –
Por que resolveu fechar?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O hospital não tinha mais paciente internado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas a segunda onda não viria? A segunda onda não viria? Todo mundo sabia que viria a segunda onda.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, em julho, nós não tínhamos pacientes internados naquela unidade. Era uma contratação provisória, de três meses. Como não tinha mais pacientes internados e o Hospital de referência Delphina Aziz tinha taxa de ocupação baixa para receber pacientes, foi optado pelo encerramento do contrato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas vocês, então, descartavam que viria a segunda onda, que não teria segunda onda, especialistas não avisaram lá?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Em julho de 2020, havia muita controvérsia a respeito desse assunto. Agora, nós tínhamos hospitais de referência, que é o Delphina Aziz, que nessa época já estava trabalhando com a sua capacidade máxima.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Então, talvez a segunda onda tenha sido menosprezada, porque depois veio a segunda onda e muita gente ficou sem UTI no Amazonas.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós trabalhamos a ampliação, por exemplo, no Hospital Delphina Aziz: saiu de 50 leitos de UTI pra 180 leitos de UTI, que é um hospital próprio do Governo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas mesmo assim ficou gente na fila de espera?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, a demanda foi muito grande...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pois é.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... assim como houve fila de espera em todo o Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pois é, mas fechar um hospital de campanha, ainda antes da segunda onda, me parece, pelo menos, uma...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O Hospital Delphina Aziz supriu a necessidade como hospital de referência em Covid até o seu esgotamento até dezembro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Até dezembro.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O Hospital Nilton Lins teria que ficar funcionando de julho até dezembro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas o senhor concorda que, se tivesse o hospital de campanha, se não tivesse sido fechado pelo Governo do Amazonas, teria condição de ter recebido mais pacientes no período em que esgotou tudo na segunda onda?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Ele voltou a funcionar em janeiro, logo em seguida do esgotamento do Delphina Aziz. Nós estávamos já, desde o dia 4 de janeiro, em tratativas para essa contratação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas teve gente na fila de espera...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... enquanto não se montou.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - E teve gente na fila de espera porque não havia leitos suficientes...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Teve gente que morreu na fila de espera - vamos ser bem diretos.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - A característica da pandemia em todo o Brasil mostra... Hoje mesmo, nós estamos percebendo Estados como Mato Grosso do Sul com filas de espera, inclusive tendo que transferir paciente para outros Estados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas um erro não justifica o outro, não é? Vamos... Nós estamos aqui sobre o Estado do Amazonas, nessa crise.

Para encaminhar para o encerramento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante essa pandemia, o sistema de saúde do Estado do Amazonas colapsou duas vezes – duas vezes –, com a ocupação de 100% dos leitos de UTI e a falta de oxigênio, que todo mundo sabe porque foi noticiada.

O que o senhor tem a esclarecer sobre isso? O senhor sabe quanto foi gasto no total no combate à pandemia no seu Estado, enquanto o senhor era secretário? E quanto desse valor foi decorrente de repasses efetivados pelo Governo Federal através do Ministério da Saúde? Isso que eu queria saber.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Os números exatos aqui eu não tenho, Senador, mas o que eu posso dizer é que nós trabalhamos ao longo de 2020, ampliando os leitos na rede, com o apoio, inclusive, do Ministério da Saúde, que enviava equipamentos e alguns insumos para nós realizarmos essa ampliação de leitos.

Nós tivemos, infelizmente, no final do ano, um aumento abrupto. Nós saímos de 2,2 mil internações em dezembro para 7,6 mil internações já em janeiro – então, um aumento aí de mais de 300% em poucos dias. Nós não tínhamos como fazer uma ampliação tão rápida de leitos nesse período de tempo, e pegou todos nós, infelizmente – hoje, nós sabemos; na época, nós não sabíamos –, com a circulação dessa cepa, a P1, que circulou e causou uma tragédia ali não só no Amazonas, mas depois também nos Estados brasileiros.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – No tocante à contratação de oxigênio para os hospitais e fornecimento de EPIs também, foi usada verba federal para essa finalidade?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, nós compramos insumos, medicamentos, equipamentos, contratação de recursos humanos etc...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Com verbas federais?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Com verbas federais também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixa eu lhe perguntar mais uma coisa. O senhor falou aí – se eu não estou enganado – que a eleição do ano passado foi ruim para o processo de contaminação que nós tivemos lá no Amazonas. O senhor confirma essa informação?

O senhor se manifestou contra a realização das eleições, de alguma forma, para o seu Governador, para as autoridades?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Houve reuniões com a Fundação de Vigilância em Saúde e com o TRE para essa questão das orientações e, principalmente, no combate às aglomerações provenientes desse movimento eleitoral.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Então, o senhor era contra a realização das eleições?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu era contra aglomerações em virtude do período eleitoral. Então, o período eleitoral é muito importante para o processo democrático brasileiro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Presidente, eu só quero 15 minutos.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... mas tem que trabalhar sob protocolos, no caso de uma pandemia, para evitar aglomerações e, conseqüentemente, as contaminações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

A última pergunta, Senador, última pergunta.

Em resposta ao Requerimento nº 300, do nosso colega aqui Senador Alessandro Vieira, a Secretaria de Saúde informou que recebeu do Governo Federal, para enfrentamento da crise sanitária decorrente do novo coronavírus, o montante líquido de 533.470.645, mais de meio bilhão de reais; desse valor, foi gasto o montante de 314.327.529, restando ainda um saldo a executar de 219,143 milhões. Além desse valor, a comunicação oficial do Governo do Amazonas, em notícia publicada no dia 15 de janeiro, informa que em 2020 o Estado recebeu do Governo Federal, a título de auxílio financeiro, como forma de compensar perdas fiscais durante a crise econômica gerada pela pandemia, o valor de 890,4 milhões. Eu lhe pergunto, por último mesmo, encerrando: como se vê, houve aporte de recursos, tanto é que ainda restou o saldo de mais de 290 milhões. Por quê? Se não foi falta de dinheiro, o que é que causou tanto a morte do povo amazonense, dos brasileiros que vivem naquela região bonita do País?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, o que causou a morte foi a contaminação excessiva da população e, conseqüentemente, as hospitalizações, com a pressão e o colapso da rede. Então, quando você tem uma pandemia, mesmo tendo todos os recursos disponíveis, como é o caso de outros países desenvolvidos, que também sofreram com esse colapso na rede... Nós temos relatos dos Estados Unidos, da Europa etc., de países desenvolvidos também que - certamente não faltaram recursos financeiros - colapsaram ou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiveram, inclusive, problemas com oxigênio. Nós acreditamos que, se não houver as medidas restritivas, também a obediência da população em relação a medidas não farmacológicas e, principalmente, a aceleração da vacina, de fato, a contaminação se alastra e pode ficar incontrolável.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Senador, só uma pergunta, até porque V. Exa. irá nessa...

Aqueles médicos que foram pra Manaus e uma médica... No Hospital Dona Lindu, uma médica fez uma paciente inalar cloroquina. Isso é uma orientação da Secretaria de Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - De forma alguma, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E da onde aquela senhora...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Ela veio nesse cadastro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Do Governo Federal...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Ela veio de fora, nós contratamos nesse cadastro do banco de dados do Ministério da Saúde. Veio para Manaus, trabalhou somente por 5 dias, e nós, quando tomamos conhecimento desse procedimento, imediatamente desligamos, abrimos processo de sindicância para apurar. E realmente foi apurado na sindicância que ela deu causa, que ela realmente fez por livre iniciativa, isolada, dela, e o processo está sendo encaminhado para os órgãos de controle e para quem deve tomar as iniciativas, inclusive para a investigação policial se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) - Obrigado, Presidente.

Cumprimento o Sr. Marcellus Campêlo, cumprimento os Senadores e as Senadoras.

É um pouco cansativo a gente não reparar o que de fato leva a você ter o colapso de um sistema de saúde. Quando você tem uma pandemia provocada por um agente infeccioso viral com alto poder de transmissão e com uma letalidade alta, como é o caso da taxa de letalidade



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alta por conta da transmissão... Se tivesse uma transmissão baixa, ele teria causado pouco impacto do ponto de vista de taxa de mortalidade, mas, como ele tem um índice de transmissibilidade e uma capacidade de transmissão muito voraz, a transmissão pode se dar de 1 para 4, 1 para 5, vai depender, e essa última cepa muito mais transmissível... Então, não tem outro caminho senão adotar algumas medidas, e medidas simples como o isolamento social, medidas como o uso de máscaras, medidas como higienização, mas, para isso, é preciso que haja um governo interessado em fazer isso. E não...

Eu vou ser repetitivo, porque às vezes as pessoas não conseguem perceber que o que foi dito que aconteceria aconteceu duas vezes no mesmo lugar, e aconteceu depois em todos os lugares do Brasil. O que era que se dizia no começo da pandemia? Se dizia que era preciso fazer isolamento, ter medidas restritivas de contato para diminuir o contágio, porque, como era uma doença altamente contagiosa, se acontecesse de várias pessoas adoecerem ao mesmo tempo, os sistemas de saúde entrariam em colapso. E não tem quem consiga atender a todos quando você perde o controle de uma pandemia como essa do coronavírus, da Covid-19. Não há recurso, nem humano, nem de serviço e nem de produção de insumos, porque a demanda se multiplica por várias vezes, não há capacidade instalada para atender essa demanda. Então, essa era uma preocupação de todos os países que passaram pela primeira onda antes de chegar ao Brasil. E a gente já sabia disso. Infelizmente, Manaus, na primeira onda, quando a gente foi dizer que tinha o primeiro caso aqui, em fevereiro, final de fevereiro, início de março, Manaus já devia ter o vírus circulando por conta de ser um *hub* e ter relação direta com a Ásia por conta do seu complexo industrial.

Quando Manaus tem o primeiro pico pandêmico da epidemia ou da pandemia, que morreu aquela quantidade de pessoas, já não tinha mais como controlar. Quando se chegou, já era tarde, e a gente já tinha milhares de pessoas fazendo a transmissão comunitária, e era fundamental que fizesse uma intervenção no que diz respeito ao isolamento social, com dureza, com radicalidade, porque foi assim que a Itália seguiu, foi assim que a Espanha seguiu, foi assim que os países seguiram na primeira onda, Portugal e outros países.

Óbvio, quando sai dessa primeira onda pra segunda onda, as pessoas relaxaram. Entre a queda do número, da média móvel de mortes, ela começa a cair, as pessoas começaram a relaxar e parecia que não tinha mais pandemia, só que o contágio continuou acontecendo. E aí eclode uma segunda onda muito mais violenta, porque tinha muito mais pessoas transmitindo ao mesmo tempo. E aí é enxugar gelo. Não adianta ter 7 mil leitos... Você precisaria ter 7 mil leitos de terapia intensiva. Quem é que vai ter? Ou 7 mil leitos a mais. Quem é que vai ter? Quem é que vai mobilizar? Ninguém consegue.

Então, eu queria que passasse um vídeo pra vocês poderem ler aí, 11 de janeiro de...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) -
O som está ruim. Não precisa continuar, não, porque essa história a gente já viu. Pode interromper o vídeo.

Eu estou trazendo isso aqui porque nós temos um grande inimigo no combate dessa pandemia: é a forma como o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro se conduziu na pandemia. O Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, o Governo do Bolsonaro, não controlou a pandemia, não adotou medidas de controle da pandemia.

Adotou medidas de expansão da pandemia, porque acreditavam que... Está aqui o que o Osmar Terra disse aqui em outras, e a gente já mostrou que ele disse que era melhor que as pessoas se contaminassem, como disse a Dra. Mayra Pinheiro num vídeo aqui, no dia em que ela esteve aqui, que era importante que os jovens, que os fortes pudessem se contaminar para que pudessem ter imunidade, que a imunidade de rebanho deveria ser adquirida naturalmente.

Então, vejamos: se a gente está diante de uma situação em que um governo adota como medida sanitária largar o povo à própria sorte para se contaminar e adquirir imunidade naturalmente, coletiva, naturalmente, nós estamos largando a população à própria sorte.

E o que aconteceu em Manaus na segunda onda, quando o Governador faz o decreto, porque já vinha crescendo o número de casos, o que foi que houve? Veja a manifestação. O Humberto falou aqui na Bia Kicis. O que ela diz? "A pressão do povo funcionou também em Manaus. O Governador do Amazonas voltou atrás em seu decreto de *lockdown*. Parabéns ao povo amazonense! Vocês fizeram valer o seu poder". Osmar Terra: "Embora o noticiário alarmista, Manaus tem queda importante de óbitos desde junho, mostrando uma imunidade coletiva de rebanho em formação e se manteve assim até o último dia do ano. As escolas reabriram ainda em setembro, e não houve alteração da curva". O próprio Secretário, aqui, falou que em setembro já vinha tendo aumento da curva. Coincide com a contaminação provocada pela abertura das escolas. O próprio Eduardo Bolsonaro disse aqui: "Búzios e, agora, Manaus. Todo o poder emana do povo".

Presidente, nós estamos diante de um crime, sim. Além disso, nesse vídeo que a gente viu aqui, a gente tem uma outra questão muito importante. Enquanto Manaus vivia o pico da pandemia, de uma segunda onda, o Ministério da Saúde estava lá para defender o tratamento precoce. Enquanto as pessoas morriam sufocadas por falta de oxigênio ou já se sabia que teria falta de oxigênio generalizada, por conta do aumento do número de casos, eles estavam defendendo o tratamento precoce. Tratamento precoce que não é problema de se ter tratamento precoce se se tem drogas capazes, efetivamente, de impedir que a doença se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifeste, drogas que sejam capazes de impedir que a doença se manifeste de forma grave, mas isso não existe.

E mais: propôs o tratamento precoce em substituição a todas as medidas de controle sanitário. A gravidade e o crime que os meus colegas Senadores e Senadoras às vezes não conseguem perceber, o grande crime está em defender uma medida de controle sanitário ineficaz, que largou brasileiros e brasileiras à própria sorte, ao contágio, à infecção e, por conseguinte, à morte, que fez gestores verdadeiros enxugadores de gelo.

Isso não quer dizer, ex-Secretário Marcellus Campêlo, que o Governador do seu Estado não foi um incompetente, não foi um fraco. Foi conivente. Foi conivente, porque ele sabia de todos os riscos e ele voltou atrás, ele não teve coragem de manter a posição dele, porque desagradava o Presidente e o grupo político do qual ele faz parte.

E V. Sa. também é corresponsável, porque ficou nesse meio sem se posicionar e sem abrir mão da função. Às vezes a gente acha que se manter num cargo é a nossa vida e a gente está colocando em risco a vida de milhares de pessoas.

O que eu vi aqui e o que a gente vê o tempo todo, sabe o que é? É a falta de... A gente não está preocupado com as pessoas. Ninguém aqui está preocupado em proteger o povo. Em Manaus, quem estava menos sendo protegido era o povo de Manaus, era o povo do Amazonas, Senador Omar Aziz.

Ninguém tinha preocupação com o povo do Amazonas, pelo menos quem estava na gestão federal e estadual. Falta de humanidade. Falta de compromisso com a vida. É isso que a gente viu em Manaus, uma verdadeira tragédia humanitária, sanitária, uma catástrofe do ponto de vista sanitário. Isso porque se acreditou que era possível controlar a doença com apenas hidroxiquina, que era possível não fazer isolamento social, que o vírus não ia ser transmitido para quem estava tomando hidroxiquina ou quem tomasse estaria protegido desse vírus.

Então, o que eu quero chamar atenção é que aí tem um crime contra a vida, porque a decisão de fazer foi deliberada. E esta CPI tem que indiciar ou pelo menos encaminhar para indiciar o principal responsável e promotor dessa pandemia, que não é só o Osmar Terra, mentor, tem um grande chefe. E o grande chefe dessa situação que a gente está vivendo, com quase 500 mil mortos, chama-se Jair Messias Bolsonaro. E ele deve ser indiciado por crime contra a humanidade, por crime contra o povo. Porque, veja, Manaus, diferente de outras cidades, é sitiada ou por floresta ou por água. Ou o Estado está presente ou as pessoas morrem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para concluir, eu quero dizer o seguinte. Sabe o que aconteceu em Manaus? Foram lá levar tratamento precoce, enquanto o que precisava era levar oxigênio, era montar uma estrutura, mobilizar recursos do País inteiro para corrigir o erro, que era anterior, de não ter feito o isolamento social, conforme todo mundo vinha dizendo que era o caminho pra evitar contágios, pra evitar infectados, pra evitar doentes e mortos. Então, virou um grande cemitério a cidade de Manaus e um grande cemitério o Estado do Amazonas. E tem responsáveis por isso, e o maior dos responsáveis é quem vem fazendo e promovendo a pandemia no Brasil.

Manaus teve 60% a mais de votos em Bolsonaro do que em Haddad no segundo turno, e onde Bolsonaro foi mais votado a mortalidade pela Covid é maior. Sabe por quê? Porque as pessoas acreditavam no Presidente, na fé pública que o cargo lhe confere, e ele promoveu essa expansão da pandemia.

Pra concluir, Presidente, só tem vacina hoje porque o STF definiu que teria que ter um plano nacional de imunização, mas o Bolsonaro só queria um tipo de vacina, que era a AstraZeneca; não queria a CoronaVac, não queria a Pfizer, passou o ano inteiro enrolando. E, se não é essa CPI, se não é a iniciativa de Governadores e deste Congresso, a população brasileira não estaria, se não são os Governadores, a população brasileira não estaria sendo vacinada com maior volume e em maior quantidade. Foi um esforço de todos para que a gente chegasse aqui, porque o negacionismo que a gente demonstrou aqui era um gabinete paralelo antivacinas, em que tudo estava vinculado ao tratamento precoce como única medida sanitária para conter a pandemia.

E a gente está vendo que a gente teve 500 mil mortos, e, se não fossem Governadores, o Congresso Nacional, a opinião pública, se não fosse os vários atores que se posicionaram contra o Presidente, nós teríamos mais de 2 milhões de mortos a essa altura.

Portanto, Presidente, fica aqui o nosso repúdio e a nossa sugestão ao Relator, que vai estar gravada, de que o Presidente Jair Messias Bolsonaro seja responsabilizado, ele e toda a sua assessoria, por mais de 300 mil mortes que poderiam ter sido evitadas, não fosse essa a condução, a condução de ter só tratamento precoce como medida de controle sanitário ineficaz, que levou milhares de brasileiros e brasileiras à morte e à destruição de centenas de milhares de famílias no nosso Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

Nós temos ainda a Senadora Soraya, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Alessandro Vieira e, não membros, o Senador Telmário, o Senador Fabiano Contarato, a Senadora Zenaide Maia e o Senador Izalci.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. quer falar?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Não estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está inscrito aqui. Eu pensei que nós tínhamos conversado lá.

Senador Luis Carlos Heinze também.

Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Presidente, eu acho que o Senador Heinze está na minha frente, o Heinze e o Alessandro. Eu fico pra depois. Ou o Fernando... É, eu tenho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, aqui na minha lista é a senhora, depois Senador Fernando Bezerra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então está assim: Rogério Carvalho, Fernando Bezerra, Alessandro Vieira, Luis Carlos Heinze, e aí é a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então tudo bem, vamos lá.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, é o que eu... É a ordem de inscrição. Não vou furar a fila dos meninos, não. Eu falo depois deles.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, eles me entregam aqui uma lista, e eu vou lendo aqui conforme eles me entregam.

Senador Alessandro Vieira. Não, Senador Fernando Bezerra? Senador Fernando Bezerra, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Marcellus Campelo, Srs. e Srs. Senadores, já tive oportunidade de comentar sobre artigo publicado recentemente pela revista *The Economist*, alertando para o fato de que a pandemia da Covid-19 provocou a mais profunda recessão global desde a Segunda Guerra Mundial, sendo que o PIB na América Latina e Caribe caiu 7%, o pior resultado registrado em qualquer região monitorada pelo FMI.

Segundo o periódico inglês, um dos aspectos que explicam esse desempenho que nossa região apresentou durante a pandemia foi a implementação dos mais severos *lockdowns* do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo. Nenhuma outra região ficou tanto em casa durante um ano de pandemia quanto a América Latina, onde o isolamento social foi 70% maior do que na América do Norte.

Em que pese a implementação dos mais severos *lockdowns*, os números de casos e mortes registrados, relativos à população, são os maiores dentre todas as regiões do mundo. Na prática, somos uma região altamente vulnerável aos *lockdowns*, do ponto de vista econômico, enquanto que o resultado sanitário dessa medida foi bastante questionável.

Segundo dados do *site* Our World in Data, com informações da Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos, diversos países da América do Sul, mesmo aqueles que já avançaram significativamente em seus planos de vacinação, como é o caso do Uruguai, estão entre os países com maior número de novas mortes por semana no mundo por milhão de habitantes. Considerando os dados da última semana, temos o Paraguai ocupando a primeira posição, com uma média de 19 novas mortes diárias por milhão de habitantes. O Uruguai, que já vacinou com duas doses 35% da sua população, é o segundo país com o maior número de mortes diária por milhão de habitantes, com média, na última semana, de 14 mortes por milhão de uruguaios. Na Argentina, a quarta colocada, foram praticamente 13 novas mortes por milhão de argentinos, seguida pela Colômbia, em quinto lugar, com 11 novas mortes por milhão de colombianos.

O Brasil, por sua vez, tendo atingido, com o esquema vacinal completo, 11% da sua população, apresentou média de nove mortes por milhão de brasileiros, mesmo número médio de mortes verificado regionalmente na América do Sul. O Chile, que também possui um dos cronogramas de vacinação mais adiantados do continente, com 47% da população completamente vacinada, apresentou média de cinco novas mortes por milhão de chilenos.

Esse cenário, Sr. Presidente, aponta para a complexidade e o desafio que o enfrentamento da pandemia impõe aos gestores públicos e à sociedade como um todo, ao mesmo tempo que não permite, isoladamente, indicar quais ações seriam efetivamente responsáveis por garantir a superação desse lamentável cenário de perda de vidas humanas e por romper com o ciclo de perda de emprego e cortes em gastos que afetou a economia mundial e respondeu pela forte recessão que se verificou nesse período.

O Governo Federal, o Governo do Presidente Bolsonaro, tem adotado inúmeras medidas, que incluem a vacinação de toda a população brasileira acima de 18 anos, até o final de 2021. Aliás, o Brasil é um dos países que mais vacina contra a Covid-19 no mundo, além da disponibilização de recursos humanos, do fornecimento de materiais de apoio logístico e insumos, sem contar, como aqui testemunhou o Secretário Marcellus Campêlo, os vultosos recursos financeiros repassados aos Estados e Municípios como parte da estratégia de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentamento à Covid-19, cuja aplicação também é objeto de investigação desta Comissão Parlamentar.

Saliento que o Governo Federal já pagou despesas no montante de quase 562 bilhões em ações e investimentos relacionados ao combate à pandemia do coronavírus, sendo praticamente 230 bilhões, quase dez Bolsas Famílias, destinados ao Auxílio Emergencial de proteção social, pagos diretamente às pessoas em situação de vulnerabilidade, para o enfrentamento da crise pandêmica também em seu aspecto econômico.

Gostaria ainda de chamar a atenção, Sr. Presidente, para o resultado da última reunião deliberativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ocasião em que foram aprovados diversos requerimentos de transferência de sigilo telefônico e telemático que não preenchiam os requisitos de ordem legal e constitucional. A Constituição Federal, em seu art. 5º, assegura a inviolabilidade dos direitos à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, bem como garante o sigilo das correspondências, das comunicações telefônicas e de dados, os quais somente poderão ser violados em hipóteses excepcionais, devidamente justificadas.

Como bem asseverou o Supremo Tribunal Federal, em inúmeros precedentes sobre a matéria, a quebra de sigilo não pode se converter em instrumento de devassa indiscriminada dos dados bancários, fiscais e/ou telefônicos, posto sob a esfera de proteção da cláusula constitucional que resguarda a intimidade.

Portanto, Sr. Presidente, em sintonia com a decisão recente do Ministro Luís Roberto Barroso, que aceitou os pedidos de liminar para suspender a quebra de sigilo telefônico e de mensagens de dois ex-servidores do Ministério da Saúde, esses poderes devem ser exercidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito de forma fundamentada e em conformidade com o princípio da proporcionalidade, de modo que a quebra de sigilo esteja circunscrita aos limites imprescindíveis às tarefas de investigação.

Esse entendimento está consolidado na Suprema Corte, que já assentou em sua jurisprudência os requisitos que devem ser observados para quebra de sigilo. Por isso, para que os trabalhos desta Comissão estejam em consonância com o nosso ordenamento jurídico, solicito que sejam observados futuros requerimentos que não preenchem os requisitos de ordem legal e constitucional apontados acima, devendo os mesmos serem indeferidos de ofício pela Presidência desta CPI, observando sempre, no diapasão da decisão do Ministro Barroso, a individualização das condutas a serem apuradas, a apresentação dos indícios de autoria, a explicitação da utilidade das medidas para caracterização das infrações e a devida delimitação dos dados e informações buscados, para que não ultrapassemos os limites desta medida de restrição de direitos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para encerrar, Sr. Presidente, antes de formular meu questionamento ao Sr. Marcellus Campêlo, gostaria de salientar alguns aspectos jurídicos relacionados à questão da falta de oxigênio em Manaus. Inicialmente, lembro que a competência e a responsabilidade pelo fornecimento do oxigênio medicinal é dos Estados e dos Municípios, cabendo ao Ministério da Saúde o envio de recursos financeiros para a sua aquisição.

Ainda que se possa aduzir juridicamente o caso de força maior no sistema de saúde do Amazonas, particularmente pela emergência de uma cepa mais resistente e contagiosa, há que se considerar que o sistema de saúde local já era estruturalmente debilitado, com evidentes dificuldades de logística.

Temos clareza de que a competência para o fornecimento do oxigênio medicinal era da White Martins e caberia ao gestor local fiscalizar esse contrato com a White Martins. Reafirmo: a União não detinha responsabilidade jurídica sobre o caos do oxigênio no Amazonas. Ainda assim, com fundamento no pacto federativo humanitário, a União empreendeu todos os esforços para minorar os efeitos do caos em Manaus assim que teve conhecimento do ocorrido, seja em atenção à logística de oxigênio, seja através do transporte seguro de pacientes.

Tenho em mãos uma nota de esclarecimento do Comando Militar da Amazônia, informando o cronograma dos fatos relacionados ao apoio deste comando para o transporte de oxigênio, entre os dias 7 e 15 de janeiro, bem como da pronta disponibilização de recursos operacionais e logísticos das Forças Armadas, a fim de garantir o transporte não apenas de oxigênio, mas também de outros materiais essenciais para o combate à Covid no Amazonas, tanto por via aérea, quanto por via fluvial.

Feita essa contextualização, recordando a fala do depoente, V. Sa. afirmou ter recebido documento da White Martins, alertando para a necessidade de apoio com o oxigênio, no final da noite do dia 7 de janeiro.

A partir desse momento, gostaria de revisitar a cronologia dos fatos com V. Sa., para que fique clara a real linha do tempo.

V. Sa. confirma o contato telefônico com o Ministro Pazuello, na noite do dia 7 de janeiro de 2021? Sim ou não?

O SR. MARCELLUS CAMPELO (Para depor.) – Sim. Confirmo, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qual foi o objeto desse contato telefônico?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS CAMPELO – Ah, pedir o apoio logístico para um pedido da White Martins de apoio para trazer cilindro de oxigênio de Belém a Manaus.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Portanto, a solicitação se limitou ao apoio das Forças Armadas para o transporte aéreo de cilindros de oxigênio de Belém para Manaus. Nesta data, 7 de janeiro de 2021, não foi tratado sobre o risco de desabastecimento de oxigênio medicinal.

V. Sa. confirma essa minha afirmação?

O SR. MARCELLUS CAMPELO – Sim, eu confirmo porque, na verdade, a White Martins apresentou a solução que estava a caminho, que era a programação de balsas de Belém para Manaus, a cada dois dias.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na madrugada do dia 8 de janeiro de 2021, a White Martins encaminha um *e-mail* para a Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas.

V. Sa. confirma o recebimento dessa mensagem?

O SR. MARCELLUS CAMPELO – O *e-mail* encaminhando o ofício. É isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma mensagem que foi encaminhada na madrugada do dia 8 de janeiro.

O SR. MARCELLUS CAMPELO – À meia noite e treze encaminhando o ofício do pedido.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qual era o conteúdo dessa mensagem da White Martins?

O SR. MARCELLUS CAMPELO – Ele pedia a requisição do estoque da Carbox e pedia...é... falava aqui da requisição da Carbox e apoio... O ofício era para a Carbox...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O *e-mail* dava notícias da dificuldade da White Martins em atender à crescente demanda de oxigênio?

O SR. MARCELLUS CAMPELO – Sim. Ela citava essa dificuldade para justificar o pedido da requisição do estoque da Carbox.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quando o conteúdo desse *e-mail* chegou ao conhecimento do Ministério da Saúde?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS CAMPELO – Deste *e-mail* aqui? Os registros que nós temos aqui no relatório da Força Nacional de Saúde, aqui está mostrando o dia 8 de janeiro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Temos informação de que, apenas no dia 16 de janeiro de 2021, o Ministério da Saúde foi comunicado do conteúdo do *e-mail*. A White Martins nunca encaminhou esse *e-mail* para o Ministério da Saúde. Isso é uma coisa a ser analisada e investigada por esta Comissão.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Este *e-mail* aqui, Senador, foi a instrução do processo de requisição. O pedido, via CMA, foi feito verbalmente, e depois foram enviados ofícios específicos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ou seja, o *e-mail*...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... ao CMA.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... não foi remetido ao Ministério da Saúde. O *e-mail* só chegou ao Ministério da Saúde no dia 16 de janeiro – é isso que nós estamos aqui afirmando. Quando é que o Ministério da Saúde toma conhecimento do problema do desabastecimento no Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu tenho aqui um relatório parcial de ações entre 6 e 16 de janeiro da Força Nacional de Saúde. O registro que eles falam: "Tal problema chegou ao conhecimento no ministério no dia 8 de janeiro por meio de um *e-mail* enviado por Petrônio Bastos, da White Martins". É isso que eles estão relatando aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eles falam... Seria bom que essa cópia desse *e-mail* que eles comunicam que chegou ao Ministério da Saúde... Aí a data é do dia 10 de janeiro. A informação do Ministério da Saúde é que o *e-mail* só chega no dia 16 de janeiro. Portanto, isso é um ponto de divergência que precisa ser aclarado na investigação.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu vou encaminhar esse relatório da Força Nacional...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Por favor.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... para a CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Voltando ao dia 7 de janeiro de 2021, V. Sa. afirmou ter enviado ofício, naquela mesma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

noite, ao Comando Militar da Amazônia solicitando o apoio de transporte aéreo de cilindros de oxigênio de Belém para Manaus. Correto?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - A demanda foi atendida quando e qual a quantidade de cilindros recebida nesse primeiro voo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu tenho conhecimento de a demanda ter sido atendida na noite do dia 8. No primeiro voo, se não me engano, 150 cilindros. E, no dia seguinte, o restante.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - No dia seguinte, no dia 10 de janeiro. Talvez seja a data mais correta.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Isso, isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Na primeira remessa, no dia 8, foram 150 cilindros, e, no dia 10, mais 200 cilindros.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Naquele final de semana, concluiu-se a operação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Foram 350 cilindros. Portanto, não demorou sequer 24 horas para o pronto atendimento do Ministério da Saúde quando da solicitação pela Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas.

V. Sa. considera que os pedidos de transporte desses cilindros de oxigênio foram tempestivos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim! Sim, senhor!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - De fato, no dia 9 de janeiro de 2021, um sábado, a Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas enviou um ofício ao Ministério da Saúde, oficializando o pedido verbal de transporte de cilindros de oxigênio. Esse pedido formal já tinha sido atendido no dia 8 de janeiro, com os primeiros 150 cilindros, e seria complementado no dia 10 de janeiro, com outros 200 cilindros.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, pela ordem.

A duração da fala do Senador Fernando...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou terminando, eu estou terminando, só mais um pouquinho de compreensão.

Seguindo a linha do tempo, no dia 10 de janeiro de 2021, um domingo, o Ministro Pazuello e todos os secretários do Ministério da Saúde se deslocaram para Manaus, a fim de prestar todo o apoio necessário *in loco* à população. No mesmo dia 10, à noite, em reunião com o Governador do Estado e com V. Sa., foram apresentadas as dificuldades da White Martins em produção local e logística de transporte, ou seja, foi nesse momento, apenas no dia 10 de janeiro, à noite, que o Ministério da Saúde tomou ciência das dificuldades da White Martins tanto para a fabricação quanto para o transporte de oxigênio. V. Sa. confirma esse relato?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós informamos, no dia 7, a questão da logística e mandamos ofício no dia 9. No dia 10, eu falei pessoalmente com o Ministro a respeito da programação da White Martins, que deveria ter chegado no sábado – não chegou. No domingo, não tinha chegado ainda. E, na segunda, também estava programado para segunda-feira de madrugada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. já disse anteriormente que não tratou, no telefonema com o Ministro Pazuello, sobre o problema do desabastecimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por favor, a duração prolongada.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, porque nem a própria White...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Senador escolheu fazer um discurso de defesa durante 15 minutos. Agora, vai fazer mais 10, 20 minutos de perguntas evasivas. Por favor, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Evasivas, não. Eu acho que eu devia merecer respeito por parte do meu companheiro, porque ele usa o tempo dele da forma que ele julga melhor para os esclarecimentos. É o que eu estou tentando fazer aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas é justamente o tempo, Sr. Senador. O tempo é de 15 minutos. O senhor já vai para 30.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só vou pedir, Senador Fernando Bezerra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu tenho mais duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim. Tudo bem, Senador Fernando Bezerra.

Mas alguns Senadores usam 15 minutos fazendo defesa ou emitindo opinião. Depois, chega o final, para ocupar mais cinco, dez minutos, começam a fazer as perguntas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu vou ser bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele ainda tem que lhe responder às questões que V. Exa. levantou.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ele acabou de responder. Ele acabou de responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. falou sobre quebra de sigilo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - No seu discurso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Na parte introdutória. Falei na parte introdutória.

Mas, só para concluir, Sr. Presidente, mais uma vez pedindo a compreensão dos meus colegas Senadores: prontamente o Ministro Pazuello agendou uma reunião com a White Martins para o dia seguinte, segunda-feira, dia 11 de janeiro, às 7 da manhã. V. Sa. confirma esse encaminhamento que o Ministro tomou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, mas a reunião foi às 8h, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Às 8h?

V. Sa. participou da reunião ou teve conhecimento do resultado da conversa com a diretoria da White Martins?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, estava presente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qual foi o resultado dessa reunião?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O resultado foi que, imediatamente, o Ministro Pazuello designou um dos seus auxiliares para começar a tratar diretamente com a White Martins desse apoio logístico de oxigênio para Manaus.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Dessa reunião com a White Martins, o Ministério da Saúde confirmou as dificuldades com a empresa e iniciou as tratativas para atender à demanda de transporte de oxigênio líquido, iniciando, no próprio dia 11 de janeiro, as adaptações de aeronaves da FAB para o seu transporte. No dia 12 de janeiro, acontece o primeiro voo com oxigênio líquido. V. Sa. confirma essa afirmação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Seguindo, no dia 11 de janeiro, às 16h, o Ministério da Saúde e o Estado do Amazonas instauraram o Centro Integrado de Coordenação e Controle para auxiliar na solução de todas as demandas estaduais advindas da crise em Manaus.

Encerro, Sr. Presidente, com essas linhas gerais.

Portanto, o Ministério da Saúde, com o apoio do Comando Militar da Amazônia, de forma efetiva, auxiliou na solução das demandas sanitárias, além de articular as ações no âmbito dos demais Ministérios do Governo Federal.

Muito obrigado, e eu peço as minhas escusas ao meu querido companheiro Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, brilhante defesa do Governo, principalmente uma brilhante defesa do Ministro Pazuello. Mas, quando o Governo do Amazonas comunica ao Governo Federal, no dia 7, que precisava transportar oxigênio, é porque alguma coisa já não estava normal. Para o Estado pedir naquele momento, uma semana antes...

Veja bem, eu não estou aqui passando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, é porque nós estamos aqui... Esta Comissão tenta criminalizar ações ou omissões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... que tenham sido desenvolvidas por autoridades públicas.

Na realidade, tanto o Governo do Estado do Amazonas... E o Governo Federal não sabia, porque a White Martins tinha o compromisso de entregar 52 mil metros cúbicos de oxigênio no sábado. Essa ligação... Portanto não havia o colapso caracterizado. Isso se deu quando a White Martins não faz a entrega do que tinha acordado com o Governo do Estado, se é que eu interpretei corretamente a palavra e a fala aqui do Secretário Marcelo Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação à decisão do Ministro Barroso, o Governo tem que ver quando ele está do lado do Ministro Barroso e quando está contra. Quando o Ministro Barroso manda abrir a CPI, o Ministro Barroso não é um bom Ministro, mas, quando ele dá uma decisão favorável, ele vira um bom Ministro. Então, vocês primeiro têm que decidir em relação a isso, porque não sou eu que vou decidir.

Respeitamos a decisão do Ministro Barroso. Ele disse que faltam informações, e nós estamos providenciando as informações para mandar a ele.

Agora, em relação à quebra de sigilo, a investigação sempre aconteceu assim. V. Exa. é uma pessoa experiente e sabe que isso acontece, não tem jeito. É lógico que cada vez mais temos que embasar esses pedidos, até porque aqui não é um tribunal de exceção, em que nós vamos chegar aqui e, porque eu não gosto de A ou de B, eu vou quebrar sigilo bancário, sigilo telefônico... Então não é isso que nós queremos.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, o senhor é engenheiro de formação, correto? O ainda Governador do Estado do Amazonas é jornalista, correto? Quem traçou a política de atendimento à saúde pública durante a pandemia no Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Houve vários planos de enfrentamento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem traçou esses planos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quem traçou?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós tivemos Secretários no início que eram da área e que estavam trabalhando. Esse plano, a Fundação de Vigilância em Saúde, que têm epidemiologistas no seu quadro, os técnicos da rede traçaram os planos necessários.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - E esse plano foi seguido?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O plano foi seguido até o momento que nós nos deparamos com o crescimento descontrolado de contaminação e necessidade de internação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Permita-me só fazer uma pequena observação para V. Sa. O crescimento acontece porque o plano não funciona; não é o contrário. A contaminação aumenta quando o poder público não tem competência para evitar que isso aconteça. Não é um milagre que acontece no meio da selva. Só para deixar claro, para a gente poder endereçar corretamente as coisas.

Então, o senhor poderia, por favor, me explicar qual era o plano, como funcionava o plano de atendimento da saúde pública do Amazonas para evitar que o amazonense, primeiro, se contaminasse; segundo, chegasse no hospital e não tivesse vaga; e, terceiro, morresse sufocado. Qual era a linha de gestão que foi traçada pela equipe e pelo Governo do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, o plano previa a adoção de medidas não farmacológicas: a divulgação para a população e, no caso, quando precisasse, restrição de circulação para evitar contaminação. A única medida que nós tínhamos disponível, num ambiente sem vacina, era evitar contaminação para evitar justamente essa transmissão que ocorreu no final do ano, de forma descontrolada, no Amazonas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Claramente não funcionou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Os planos de enfrentamento... Como eu falei, nosso plano era baseado em modelos que eram aplicados no plano de enfrentamento nacional e em todos os Estados - seguem os mesmos parâmetros.

Evidentemente, que, numa transmissão comunitária, nós precisamos evitar que as pessoas tenham contato para evitar essa contaminação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor fez uma manifestação, no início de janeiro, atribuindo à população a culpa pela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elevada contaminação, alguma coisa na linha do "a população escolheu se contaminar".
Procede essa afirmação que o senhor fez?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu falei que as aglomerações e as manifestações que ocorreram contra o decreto de restrição do Governador do Estado era uma clara opção da população. Eu falei, a minha frase: a sociedade optou pela contaminação, quando prefere ficar nas ruas, sem seguir as recomendações não farmacológicas e buscando essa contaminação. Foi isso que eu falei com as aglomerações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Quem revogou o decreto foi a população ou o Governador do Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Foi o governador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Quem roubou o dinheiro público encaminhado para atender o cidadão? Foi a população do Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, o que eu posso dizer é que nós trabalhamos para enfrentar a pandemia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Seu trabalho foi profundamente ineficiente, Sr. ex-Secretário.

Só para contextualizar, Sr. Presidente, tomando como base a fala quilométrica do Senador Fernando Bezerra, os documentos apresentados pelo próprio Ministério da Saúde apontam que já era do conhecimento do Ministério da Saúde, em 4 de janeiro - e outro documento aponta em 6 de janeiro, de 2020 - o caos sanitário que se aproximava do Amazonas, como de fato aconteceu. Então, não foi um fator imprevisível; pelo contrário, a política pública, no Estado do Amazonas, não é traçada pela White Martins; é traçada pelos gestores. E a todo o instante eu estou escutando aqui falar que a White Martins disse que ia fazer, que não ia fazer. Não tem um planejamento adequado. Isso me impressiona muito.

Diante dessa perspectiva de que não existia, como de fato não existia, uma política racional de enfrentamento a essa crise gravíssima, qual foi o papel do Ministério da Saúde no tocante à formatação da política pública que o Amazonas vivenciou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós seguimos a formatação do modelo nacional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Qual era o modelo nacional, Sr. Secretário?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Exatamente esse que eu falei para o senhor: trabalhar as medidas não farmacológicas, orientar a população e restringir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O plano nacional era de medidas não farmacológicas? O Ministério da Saúde esteve em Manaus ...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O enfrentamento...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ...defendendo medidas não farmacológicas, Sr. Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não! Estou falando que o plano nacional que está publicado, inclusive na Secretaria de Vigilância e Saúde, é o mesmo... Nosso plano estava em consonância com esse plano nacional. E é isso que nós seguimos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O plano que está publicado no *site* ou com o plano que foi aplicado? Porque o Ministério da Saúde não foi para Manaus defender medidas não farmacológicas. Ou o senhor tem alguma evidência ou vídeo ou alguma coisa que indique que o Ministério da Saúde, com a equipe que foi enviada, em algum momento, exercitou lá esse plano que trata de medidas não farmacológicas? Falando em português, para as pessoas acompanharem: isolamento, distanciamento, medidas de higiene, higiene respiratória, essas coisas todas que o Governo não faz.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós, do Governo do Amazonas, sempre defendemos isso. Em todas as manifestações do governador, minhas ou de qualquer outro da equipe sempre defendemos as medidas não farmacológicas para evitar a contaminação. O Governo do Amazonas sempre defendeu isso. Enquanto eu estive na pasta, também defendia essas medidas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A equipe do Ministério da Saúde que esteve em Manaus, ela esteve lá para defender essas medidas, que o senhor descreve agora? Porque essas medidas que o senhor descreve agora são as medidas que a ciência preconiza.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Fosse isso verdade, seguramente, o caos de Manaus não teria acontecido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os vídeos, os textos e a propaganda do Governo mostram que a equipe do Ministério da Saúde foi até lá para defender tratamento medicamentoso precoce, lançar um aplicativo de diagnóstico automático e retardar, como de fato retardou, o atendimento para aquelas urgências que eram mais óbvias: melhor estrutura para atendimento das pessoas, o que está no relatório que foi encaminhado à Câmara dos Deputados apontado como objeto de uma reunião de 4 de janeiro.

Então, eu entendo que V. Sa., que passou um tempo já na cadeia por conta de uma prisão temporária, tenha um certo receio de se posicionar – eu entendo –, mas é muito importante que o senhor se coloque da forma mais precisa e absoluta de acordo com a verdade.

Então, é muito clara a ação do Ministério da Saúde que não foi no sentido que o senhor descreve, e, ainda assim, o senhor persiste – já vamos em horas de depoimento – na mesma narrativa de que o Ministério da Saúde tem um plano nacional de combate à pandemia e que o Amazonas e o Brasil estavam seguindo essas medidas não farmacológicas, não estavam encaminhando para o tratamento precoce, não estavam defendendo medicamentos que não têm eficácia comprovada pela ciência, não estavam defendendo a utilização do aplicativo para diagnóstico imediato.

Qual é a realidade?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A realidade é que nós sempre defendemos as medidas não farmacológicas no Governo do Amazonas e também sempre... Há diversos decretos do Governador impondo restrições ao longo da pandemia. Essas restrições, evidentemente, quando o número de contaminação arrefece, você vai fazendo a flexibilização para apoiar a economia. Porém, sempre defendemos as medidas não farmacológicas como o senhor citou aí: utilização de máscaras e outras medidas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, infelizmente, a única medida não farmacológica que funcionou no Amazonas foi cadeia mesmo.

Eu agradeço pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Luis Carlos Heinze, V. Exa. tem 15 minutos.

O depoente está à sua disposição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, colegas Senadoras e Senadores, Senador Girão, primeiro, eu quero fazer um esclarecimento da última sessão da CPI com a bióloga Natalia Pasternak.

Somente para esclarecer: segundo o Conselho Federal de Medicina e as normas que regulamentam o exercício profissional dos médicos, ao emitir pareceres e opiniões sobre tratamentos clínicos e recomendações de tratamentos médicos, a bióloga está exercendo de forma ilegal a Medicina.

A bióloga Natalia não possui atribuições legais para emitir opiniões sobre tratamentos medicamentosos, fato esse que limita várias das suas colocações e conclusões nesta CPI.

Ao falar o número de pessoas que conseguiram obter a recuperação do Covid mediante aplicação de tratamentos medicamentosos, a Dra. Natalia me ironizou, dizendo que esses quase 15 milhões de pessoas salvas devem ter tomado também o chazinho da vovó. Essa sua ironia revela um sarcasmo e o desrespeito muito grande com as áreas da Medicina e da Farmácia, como o uso de plantas medicinais e fitoterápicos.

Dados da Anvisa mostram que há no Brasil mais de 60 fitoterápicos devidamente registrados. A farmacopeia brasileira é muito vasta e qualificada. Há cinco plantas medicinais indicadas, inclusive, na rede pública de saúde, SUS, sendo que o Ministério da Saúde também vem ampliando o acesso dos pacientes a medicamentos à base de plantas medicinais fitoterápicas. Essas informações foram desprezadas pela depoente. Me questiono: quais outras informações a depoentes ignorou ou confundiu nesta CPI?

Sr. Marcellus, em 2020, o Governo Federal, Jair Bolsonaro, repassou o valor de R\$2.731.548.169 ao Estado do Amazonas, Estados e Municípios. Desse total, 1.000.981.000 – não vou deixar os quebradinhos aqui – foram repasses normais, fundo a fundo, para Estados e Municípios; R\$749,868 milhões, Senador Girão, foram extra, para atender o Covid. Isso no ano de 2020; nem estou falando de 2021.

Pergunto: como o Governo, como o senhor, Secretários anteriores, o próprio Governador, gastaram esses recursos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, nós utilizamos os recursos Covid, tanto de fonte estadual quanto de fonte federal, na contratação de profissionais de saúde, na aquisição de medicamentos, de equipamentos, com intuito de ampliação de rede e combate à pandemia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns colegas já fizeram, e eu vou repetir a pergunta sobre o fornecimento de oxigênio em Manaus. Prestem atenção, Sr. Relator, Sr. Presidente e Senador Girão: foi falado aqui, na correspondência que a White Martins encaminhou à Secretaria estadual da Saúde do Estado do Amazonas. Parte do documento diz assim:

Vale registrar que a White Martins vem oferecendo o produto em questão em quantidades muito superiores às suas obrigações previstas em contrato, estando rigorosamente em dia com suas responsabilidades contratuais [foi disso isso em 7 de janeiro]. Contudo, o imprevisto aumento da demanda ocorrido nos últimos dias agravou consideravelmente a situação de forma abrupta, superando em muito o volume contratado pela Secretaria junto à White Martins, fazendo com que sejam necessários novos esforços adicionais para que a totalidade das necessidades sejam supridas.

Assim sendo, considerando a essencialidade do produto em destaque, servimo-nos da presente para recomendar que a Secretaria identifique e faça a aquisição de volumes adicionais ao contrato diretamente de um outro fornecedor que seja capaz de aumentar a disponibilidade do produto nas áreas críticas.

Então, o Governador, a Secretaria da Saúde deveria saber, já tinham sido alertados de que já estava faltando, como aumentou, que tinha problema no contrato com a White Martins.

Conhecedora do mercado de gases da região, a White Martins informa a existência do fornecedor Carboxi Indústria e Comércio de Gases Ltda., acreditando ter essa empresa condições de suprir produto à secretaria, o que não configura qualquer violação por parte da secretaria ao contrato de fornecimento hoje existente, dado o estado de calamidade pública em que o País se encontra. Isso foi dito, Senador Renan, pela White Martins ao Governador e ao Secretário. Disponibilizaram, Senador Girão, que pudesse procurar outro fornecedor. E tinha mais fornecedores. A pergunta: por que o Secretário da Saúde da época, o Governador do Estado ou alguém não bateu na porta da Carboxi ou da outra empresa - tem uma terceira empresa ainda lá -, sabendo que faltava oxigênio? Pode me responder? **O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO** - Sim, Senador. A Carboxi é uma pequena empresa local com capacidade de produção de 8 mil metros cúbicos. A White Martins, nesse expediente, na verdade, ela pede, porque ela tentou comprar da Carboxi, que é uma prática da White Martins.

Eu queria ler para os senhores um documento da própria White Martins, que fala assim: esforços logísticos da White Martins com recursos de terceiros, comprando... A White Martins tem adquirido das empresas Carboxi Indústria e Comércio, Nitron Gases... A White Martins adquiriu oxigênio líquido na modalidade de entrega da empresa Messer Gases Brasil, comprando da Air Liquide... Então, a White Martins... Comprando da empresa Aço Verde. Enfim, todas as possibilidades... Onde havia disponibilidade de oxigênio no Brasil, a White



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Martins estava mobilizando e comprando esses estoques. Então, mesmo que a Secretaria de Estado fosse em busca de outros fornecedores, a própria White estava comprando esses estoques pra trazer pra Manaus. O que ela tinha dificuldade era na logística de trazer esse oxigênio pra cá. Em Manaus não tem outra produtora de oxigênio do porte da White Martins pra atender uma rede do tamanho da nossa rede. Quando a White Martins fez o pedido da requisição do estoque da Carboxi, imediatamente nós fizemos. No dia seguinte, a White Martins foi buscar o estoque lá.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - E também, apenas pra lhe lembrar, em 31 de dezembro, os fundos municipais e estadual tinham 681 milhões disponíveis. E também, em 31 de janeiro, tinha 800.190.000 disponíveis no fundo estadual de saúde e no fundo municipal. Então, não é que faltasse dinheiro por falta do Governo Federal, não é? O dinheiro repassado estava no fundo, em 31 de dezembro, Senador Girão, e em 31 de janeiro. É bem claro isso. É importante que o Relator preste atenção.

Também foi lembrado já, pelo Senador Bezerra e algum outro que me antecedeu - o Senador Jorginho falou da mesma forma -, que, em 7 de janeiro, você telefonou para o Ministro Pazuello pedindo ajuda na logística de cilindro de oxigênio. O senhor queria que transportasse 1,5 mil cilindros, o que daria oito viagens carregando 200 cilindros, que é a capacidade de cada viagem de avião. O General, imediatamente, fez contato com o Ministério da Defesa e, no dia 8 de janeiro, já havia 150 cilindros em condições de serem transportados pra Manaus; no dia 9, não havia cilindros; no dia 10, carregaram mais 200. Portanto, 350 cilindros. Isso foi do seu telefonema e, imediatamente, o Governo, o General Pazuello e o Ministério da Defesa o atenderam.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O.k, não é?

O Estado do Amapá, ao perceber o risco de essa epidemia causar muitas mortes, afetando seus cidadãos... E lamento aqui também, Senador Girão, as 13.149 mortes. É muito relapso, porque, se tinha dinheiro na conta, sabendo que podia faltar oxigênio, como faltou, discutindo... A White Martins avisando vocês que não tinha. Tinha que procurar umas providências muito antes disso, dia 1º, dia 2, dia 3, sei lá. Esperaram acontecer as coisas para poder fazer essa colocação.

Havia o risco de epidemia, de causar mortes, afetando seus cidadãos; optou por ofertar atenção primária e se organizou para tal. Vem tratando a sua população, o que tem reduzido a letalidade dessa doença de modo significativo incomparável.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto: por qual razão, a sua Secretaria da Saúde não implementou centros de triagens de pacientes e tampouco acatou as notas técnicas disponíveis na época através do Ministério da Saúde que orientavam e sobre a atenção primária? Por que não fizeram algo semelhante ao que o Estado do Amapá está fazendo? Quem deu essa contraordem, visto que a Dra. Mayra, quando estava em Manaus, ainda em janeiro de 2021, orientou a seguir tais normas técnicas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A orientação foi dada à Prefeitura de Manaus.

A crítica da Dra. Mayra Pinheiro se refere às unidades básicas de saúde da Prefeitura de Manaus, com a qual eu concordo. De fato, ela encontrou uma situação muito desorganizada na rede básica de saúde de Manaus, com várias unidades básicas fechadas e com apenas 18 unidades básicas com referência à Covid. Infelizmente, houve o processo eleitoral, que deu uma descontinuidade dos trabalhos das Prefeituras, e isso ajudou a agravar a situação. Quando a nova gestão assumiu, já encontrou uma situação muito ruim, inclusive com necessidade de abastecimento de medicamentos, o que o Estado, inclusive, apoiou.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para lhe colocar: os colegas Parlamentares falaram mal do tratamento precoce. Vários falaram. Eu vou lhe dizer: é o tratamento que teria ajudado o seu Estado. O Estado do Amapá adota esse procedimento. Se pegarmos o dado do Pará, o dado de Belém, comparado com o de Manaus, que é praticamente a mesma a situação, é bem diferente; o número de óbitos é bem menor que o de vocês. Faltou adotar esse procedimento.

A letalidade – volto a insistir –, no Amapá, 1,5. Parece que hoje, Senador Girão, já está em 1,44, porque adota o procedimento, enquanto que o Estado de V. Exa., o Estado do Amazonas, está em 3,4. E parece que Manaus é bem pior que o interior do Estado do Amazonas.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É em torno de 5.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Então, de 5, e interior, 1,9, 1,2.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – De 1,9.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Então, veja o problema que os amazonenses estão sofrendo por causa da cabeça dura de alguém dizer que não use o tratamento.

Então, essa mortandade – os 488 mil mortos no Brasil e os 13 mil mortos lá no seu Estado – teria sido bem menor se tivesse adotado esse procedimento. É isso que eu quero lhe



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar. Infelizmente, quem lhe dá orientação está errando na orientação que lhe deu, porque a orientação dada pelo Ministério da Saúde de que poderia adotar esse procedimento não foi adotada. E, hoje, você tem essa letalidade de 5 na cidade de Manaus e de 3,4 no Estado do Amazonas como um todo. Então, é lamentável que isso tenha ocorrido.

Esse é o fato importante que eu quero colocar.

Senador Renan, Senador Randolfe, amanhã eu vou responder que o Senador Otto Alencar criticou um cientista.

Girão, eu não sou médico, mas não admito que façam isso perto de uma pessoa como Didier Raoult. Na hora certa... Não estou respondendo porque não está aqui presente. Na frente dele, eu quero responder o ataque frontal que fez a um cientista reconhecido no mundo inteiro. Não se pode fazer isso. Eu lamento.

E, mais uma vez, eu quero cumprimentar os médicos brasileiros pelas 15.854.264 vidas salvas, esses que estão sendo achacados em tantos cantos do Brasil, professores universitários, cientistas, sendo hoje tripudiados dentro das suas universidades, porque adotam, tiveram coragem de adotar um procedimento. Lamento.

Senador Girão, vou ver se eu consigo lembrar aqui... Não estou achando o que Barack Obama... Barack Obama, está num livro, foi citado.

Estou em campanha eleitoral para contar aos lobistas das grandes empresas que os dias em que determinam a ordem do dia em Washington estão encerrados. Fiz mais do que qualquer outro candidato nessa campanha para me opor aos lobistas e venci. Não custearam a minha campanha, não concorrerão comigo à Casa Branca e não afogarão as vozes do povo norte-americano quando eu for Presidente.

Na época, o Prof. John Talbott, da Universidade da Califórnia... Mais de 630 grandes empresas e organizações fizeram *lobby* somente em relação a produtos farmacêuticos e da saúde. Essa matéria está no livro *Obamanomics*, do Prof. Talbott, que fez uma referência ao discurso de Obama na Pensilvânia. Ele citou, Senador Girão, que mais de U\$1 bilhão haviam sido gastos por empresas farmacêuticas em *lobby* dentro do Congresso americano.

Isso é o que está ocorrendo neste instante por essa questão das vacinas e da questão desse tratamento precoce que nós estamos defendendo arduamente aqui. A verdade prevalecerá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Soraya.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, Sr. ex-Secretário, Sr. Relator, Senadores e Senadoras, servidores e todos que nos assistem pela TV Senado, hoje, nós inauguramos uma nova fase nesta CPI, que é a fase em que estamos investigando a conduta dos Estados e Municípios na condução da pandemia.

É importante que o depoente saiba que, infelizmente, o STF entendeu como inconstitucional a convocação de Governadores. Infelizmente, o Governador Wilson Lima não veio. Ele poderia ficar calado em certas perguntas e responder outras perguntas. Se a moda pega, como disse o Senador Girão, os secretários de saúde correm o risco de responder por muito mais do que possam ter cometido. A responsabilidade, se apurada, é subjetiva. O senhor vai responder pessoalmente se for identificado dolo ou culpa, por ação, omissão, imperícia, negligência, imprudência. Então, se a moda pega...

E aí eu gostaria de saber do Sr. Presidente se os nove secretários de saúde onde estão acontecendo operações da Polícia Federal foram convocados. O Senador Eduardo Girão disse que fez o pedido. Já foi votado? É só para saber. Não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não foi votada a convocação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas tem pedido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Quem nós convocamos foram os Governadores, que está marcado. Até hoje, não há decisão da Ministra para eles virem ou para eles não virem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas não é uma decisão *erga omnes*, ou era uma decisão somente para o Wilson Lima?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Somente para o Wilson Lima, que o deixou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque foi considerada inconstitucional...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele abre o precedente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. A decisão foi a seguinte: que ele poderia vir e que, aqui, qualquer pergunta que se fizesse, ele poderia ficar calado, não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responder. Isso é uma questão. E a segunda questão é que eles alegaram que ele já está sendo investigado. Então...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Enfim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Foi baseado nisso. Agora, em relação aos outros...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
... seria importante já começar com a...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Só para colaborar, Senadora Soraya, se a senhora me permite.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Sim, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE.
Pela ordem.) - É só para colaborar, esclarecer.

Realmente, foi votada a convocação, se eu não me engano, de nove Governadores. O primeiro faltou, pela decisão do Supremo. Espero que os outros venham, mas o Presidente ficou de colocar, no momento oportuno, a votação dos Prefeitos de capitais que tiveram seus Municípios visitados pela Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E a gente espera que a decisão também do Supremo não saia em cima da hora, porque, senão, vai nos prejudicar na investigação. Caso o Supremo permita que os Governadores venham depor, a gente vai manter aquela agenda primeira, que nós já temos agendada. Agora, não dá é para a gente esperar... Já está lá o pedido de informações, já foram mandadas as informações para a Ministra...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
O que nós queremos é que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Se chegar em cima da hora, aí não vem, e a gente também não convidou mais ninguém, não convocou ninguém, e começa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Pois é...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Sobre os Prefeitos, o senhor tem mais ou menos uma data, quando é que pretende...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós podemos conversar sobre isso. Amanhã, nós vamos votar vários requerimentos, não está pautado, mas eu estou esperando a decisão do Supremo em relação aos Governadores. É isso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – É.

E aí é já deixar alerta para os secretários de saúde de que a responsabilidade pode cair subjetivamente, uma responsabilidade pessoal dos secretários, se o senhor ou cada depoente que vier aqui não apontar... Os depoentes geralmente aqui são todos inocentes, todo mundo aqui, todo mundo é inocente. E aí não apontam também o responsável, mas nós temos uma situação de caos.

Por isso, eu gostaria, Secretário, para que nós fôssemos bastante objetivos aqui, que o senhor conseguisse responder "sim" ou "não" – eu fiz perguntas bastante objetivas –, se for possível isso, porque o tempo já urge.

Iniciando aqui, o senhor tem formação na área de saúde ou uma pós-graduação numa área de gestão de saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Não, sou engenheiro civil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem fazia parte do corpo técnico da Secretaria de Saúde do Amazonas? O corpo técnico, eu digo, na área médica.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós temos... Como eu falei, foram estabelecidas quatro comissões de especialistas, e há vários médicos na rede, inclusive...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Formais? Formalmente? Tinha médicos...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, tem portarias...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... sanitaristas que entendem de...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, médicos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Infectologistas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... epidemiologistas, etc.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor pode depois declinar esses nomes dessas pessoas de quem o senhor tomava orientação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu posso enviar as portarias que têm os nomes de cada um, inclusive com o CRM.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então, esse corpo se reunia para ajudá-lo a tomar as decisões na área de saúde. Certo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, nós tínhamos as reuniões de especialistas. Conversávamos a respeito de determinado tema, as notas técnicas eram elaboradas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - E eles orientavam o senhor, e o senhor tomava, formatava, formalizava os atos administrativos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - É isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Exato.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quantos médicos mais ou menos? O senhor se recorda?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não me recordo agora. Precisava ver...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Um, dois, dez?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, mais...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Menos de dez?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - É mais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - É mais?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Mais, mais...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então, esses médicos são corresponsáveis com o senhor. O.k.

O senhor enxerga que houve um colapso no sistema de saúde na gestão da pandemia no Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, houve um colapso em função do número imponderável de contaminação e necessidade de internação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas poderia ter sido melhor gerido esse colapso? Poderia ter tido uma melhor gestão?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós fizemos um plano para, como eu falei, que atendesse o pior cenário da primeira onda. Infelizmente, no final do ano, no começo do ano, na última semana de dezembro e na primeira semana de janeiro, houve uma incidência inesperada, absurda de contaminação em função - hoje nós sabemos - da P1. A P1, em novembro, tinha uma incidência de zero na capital, em Manaus; 52%, em dezembro; e quase 92% em janeiro, ficando clara aí a prevalência da variante e a influência dela nesse processo pandêmico exponencial que aconteceu no final do ano.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O.k.

Secretário, eu escutei aqui, desde a hora em que eu cheguei, desde o início da sua fala, várias datas: dia 7 de janeiro, dia 10, dia 11, dia 16, dia 15... Eu gostaria de saber exatamente quando faltou oxigênio no Amazonas. Que dia? Dia 12, 13, 14? Foram só três dias de desabastecimento? Quais foram os dias exatamente?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O que eu falei: existe a rede pública estadual...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - No Amazonas.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - No Amazonas, começamos a ter a necessidade de a população ter acesso a mais oxigênio no início de janeiro, houve filas para comprar oxigênio, mas na rede de saúde...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas eles estavam comprando e não estava faltando? Eles estavam comprando para estocar onde?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, a quantidade que... Porque as pessoas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ou as pessoas estavam usando oxigênio que seus familiares levavam para o hospital já no começo de janeiro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não. Nós identificamos... Os hospitais privados colapsaram em dezembro. No começo de janeiro, evidentemente, os hospitais públicos, estando lotados, as pessoas procuraram, inclusive, para tratamento em casa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quando faltou na rede pública, Sr. Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Na rede pública, faltou no dia 14 de janeiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No dia 14, não tinha. Dia 14...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não é que não tinha completamente. Em algumas unidades, houve intermitência de fornecimento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas começou a faltar.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A quantidade necessária para atender tudo, em função da alta demanda, não foi suficiente nos dias 14 e 15. A partir do dia 16, nessas unidades de saúde, começou a ter um fornecimento... Apesar de valores baixos nos tanques, mas sem registro de falta nas unidades...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quando é que normalizou a provisão de oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A provisão normalizou quando a White Martins conseguiu que a programação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual a data?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sem ter riscos de desabastecimento, no final de janeiro...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - No final... Quando é que o senhor quitou a dívida com a White Martins? Ou ainda...? Porque a White Martins disse que havia pagamentos em atraso.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - É, mas a White Martins nunca se refutou, inclusive está escrito, em função de pagamento, a abastecer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A abastecer. Mas quanto que estava em débito e quando que foi quitado? Porque nós estamos trabalhando aqui as remessas dos recursos públicos federais enviados para os Estados e Municípios e a gestão desses recursos. Orogênio é algo que precisa estar em dia.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu acho que eu tenho um quadro aqui que fala sobre os pagamentos da White Martins. Eu vou... (*Pausa.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Enquanto o senhor acha, vou fazer a próxima pergunta, porque a minha preocupação é com o meu horário - e eu tenho certeza de que o Presidente vai repor um pedacinho do meu horário aí.

O senhor pediu apoio logístico para a Unicef e não pediu para o Governo Federal - foi isso que eu entendi?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, pedimos pra... O primeiro que foi pedido foi para o Governo Federal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - E por que que o senhor pediu pra Unicef?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós fomos buscar qualquer alternativa de trazer apoio, porque a Unicef, com a Opas, estava sempre apoiando o Estado do Amazonas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - E a Unicef deu apoio também logístico?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Ela sinalizou, através de um *e-mail*, que teria viabilizado com a Opas, mas precisava fazer via Ministério da Saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Chegou, então... A única participação em logística foi via Ministério da Saúde? Foi só o Ministério da Saúde que deu suporte de logística?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - É, porque esse tipo de transporte de oxigênio líquido, que é muito complexo e perigoso, inclusive com risco de explosão, somente aviões militares poderiam trabalhar esse tipo de carregamento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O.k.

Qual o montante, Secretário, de recursos federais que foram enviados para o Amazonas exclusivamente para o combate ao coronavírus? É porque, em uma busca - até busca em todos os sites, busca aqui da minha assessoria -, nós não encontramos o montante exato destinado para o Covid. Porque não adianta colocar junto no pacote valores para investimento, tem que ser para o custeio do Covid.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu tenho um quadro aqui, Senadora: em 2019, os valores foram 447 milhões...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - 2019?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - É. E, em 2020, 697 milhões...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Em 2020, já tinha Covid.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - É. No caso, tem uma linha Covid em 2020 de 212 milhões. É...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então, esses números, até agora, nem o Ministério da Saúde, em nenhum lugar, nós temos os números exatos. O senhor não tem o número exato de quanto foi?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Mas esses dados foram enviados pra CPI, se eu não estou enganado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Os números exatos.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, os relatórios do fundo estadual...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Do fundo a fundo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar. *Fora do microfone.*) - De 2019 que o senhor está falando?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) - Não, eu falei dos recursos federais. Com a planilha, por exemplo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Porque falam de 8 bi, 9 bi, 11 bi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós aprovamos aqui recurso para Estados e Municípios especificamente para tratamento Covid, fora os repasses naturais que o Governo Federal fornece.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Sim, mas só para o Covid, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em 2020, só Covid, quanto foi?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Foram R\$219.435.508,09.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - E em 2021?

E 219 milhões? Porque já falam em bilhões de reais. Aí nós estamos investigando recurso federal, mas nós não sabemos nem quanto que foi enviado. Não sabemos quanto foi enviado. Nenhuma soma bate, Presidente Omar.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - É porque existe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Amazonas, inclusive, ficou numa relação um pouco melhor, porque nós tínhamos tido a primeira onda, e aqui a gente conseguiu colocar um recurso um pouco melhor. Nós botamos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Fala-se em bi, e aqui só 200 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Bi eu não diria, mas não foram só 219 milhões de Covid, não; foi mais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Em 2020. E em 2021 quantos milhões?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O senhor passou aqui do...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque também se fala...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Gente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... nós votamos várias matérias para
ajudar os Estados. Uma delas foi a reposição...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Eu me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... das perdas. Lembra que nós votamos?
Reposição de perdas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Sim, mas isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Votamos anistia...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Apenas para compra de insumos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deixamos, nós prorrogamos o pagamento
das dívidas dos Estados.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Então, mas esse aí eu gostaria que estivesse fora da contagem, porque houve déficit na
arrecadação.

O que foi para a pasta de V. Exa., exatamente, somente para a sua pasta?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu vou pegar o número de pastas
daqui a pouco, tá?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
O.k.

Então, fica difícil a gente... Não temos clareza sobre absolutamente nada.

Eu gostaria, e o senhor pode até enviar a resposta sobre as perguntas que foram feitas,
mas eu quero aqui terminar parabenizando os Parlamentares aí. Eu estive agora com o
Delegado Pablo, Deputado Federal, do Amazonas, que também pediu a intervenção no Estado,
e ele diz que não foi por acaso, foi por descaso. Esta é uma frase do Delegado Pablo: "Não foi
por acaso, foi por descaso".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não sei se fico constrangida. Sinceramente, estou me sentindo constrangida e, ao mesmo tempo, não sei se parabenizo o Sr. Secretário pela calma dele. Foi até agora o depoente mais calmo que esteve aqui. Não sei se o senhor toma um floralzinho, alguma coisa. O senhor deve estar... Eu estou impressionada ou não sei se é frieza, porque eu não consigo ficar fria diante dessa situação. Eu não consigo ficar calma diante dessa situação, principalmente o meu Estado, estou sentindo na pele, está em colapso neste momento, e nós estávamos no pico da vacinação. Desejo que ninguém mais passe por isso, mas, infelizmente, o que nós temos visto, eu não sei a que ponto nós vamos chegar. Mas, assim, a covardia – não sei quem disse – é a mãe da crueldade. Felizmente o seu Governador não veio dar explicações. Não é só para os Senadores não; é para o povo brasileiro. Ele poderia se calar quando não quisesse responder uma pergunta, mas poderia dar muita informação para todos nós. A responsabilidade objetiva pode, sim, recair sobre o senhor sozinho. O senhor vai levar esse monte de morte nas suas costas. O senhor tem certeza? O senhor vai levar sozinho? Porque, para dizer que não aconteceu nada numa possível – numa possível – responsabilidade, caso seja apurada, na sua opinião, se houve algum erro no Amazonas, o erro é de quem? E aí a minha última pergunta: o senhor tinha autonomia como secretário de saúde, carta branca para tomar decisões?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senadora, na minha opinião, a responsável pela crise que nós enfrentamos é a grande contaminação e circulação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, o senhor fez tudo certo? O senhor deita no travesseiro e acha que está tudo certo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós fizemos todo o possível...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós quem? O senhor fazia sozinho? Quem...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós o Governo, nós a equipe de saúde, os servidores da saúde...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor tinha carta branca total, autonomia total na sua pasta?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós trabalhávamos com a liberdade necessária para trabalhar, para agir e para propor. Quando saía da nossa alçada, existia um comitê de crise que tomava as decisões para a necessidade de relaxamento e tudo o mais...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, ficou tudo, a responsabilidade está toda difusa ou é só do senhor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senadora, eu tomei as decisões que eu podia tomar para enfrentar uma crise sem precedentes, como essa pandemia. Nós fizemos todos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quantos médicos o senhor tinha, junto com o senhor, nesse comitê de crise?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senadora, eu tenho que ver...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor não sabe o número, o senhor não sabe o quanto o senhor recebeu...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, eu tenho que ver...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor não sabe quantos médicos lhe orientavam, o senhor não sabe quem tomava decisão no seu Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eram várias equipes que se reuniam dependendo do tema.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Várias equipes. Quantas equipes no comitê de crise?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós temos quatro comissões de especialistas que faziam isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quantas pessoas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu preciso ver o número.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quantos médicos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu não tenho, eu não tenho essa informação. Eu posso lhe passar as portarias depois.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então vocês faziam uma assembleia para tomar uma decisão? Que tamanho é isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós ouvíamos os especialistas da área para poder tomar decisões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Me dê um nome.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Especialistas, por exemplo, como o Dr. Bernardino, da Fundação de Vigilância em Saúde; o Dr. Marcos Guerra, o doutor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Eles ajudavam o senhor, eles orientavam o senhor na parte de saúde para o senhor tomar as decisões na gestão da pandemia?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Depende da área. Se a área for administrativa, de gestão... Se for na área, evidentemente, de epidemiologia, nós tínhamos que ouvir a Fundação de Vigilância em Saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Na estratégia de combate ao coronavírus, na estratégia de combate à pandemia, quem orientava o senhor?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós ouvíamos os especialistas e trabalhávamos em conjunto para isso. Um plano...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Mas o senhor não lembra quantos, quais?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Como eu falei para a senhora, existiam quatro comissões de especialistas. Eu posso trazer os nomes dos que nós estávamos ouvindo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Para o combate à pandemia, para o combate ao coronavírus, quatro comissões de especialistas médicos...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, em determinadas áreas. Existiam especialistas na área de fisioterapia, que nós montamos agora para a segunda onda, especialistas em epidemiologia...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Na estratégia. Na estratégia...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Na estratégia...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
... de combate.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - de combate para um plano de ação, as equipes de saúde, nós tínhamos o Secretário de Políticas em Saúde, o Secretário da Capital, o Secretário do Interior...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então, o senhor não mandava sozinho. O senhor não tinha autonomia total.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu tomava a ação, mas evidentemente que eu, não sendo da área médica, preciso ouvir as pessoas da área médica, e isso eu reconheço.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então, o senhor vai declinar esses nomes para a CPI, por favor.

E aí nós sabemos também que no Hospital Dona Delphina... Como que é o nome da mãe do Senador Omar Aziz?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Delphina Aziz.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Delphina Aziz. Parece-me que dois - o senhor vai me dizer - andares estavam sem utilização, dois andares estavam subutilizados, e aí foi necessário alugar um novo hospital de campanha, é isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Isso foi antes da minha entrada...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - E aí fechou e depois teve que realugar? Como é que foi isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, não. Quando eu cheguei, já estava o aluguel da Nilton Lins executado. O que eu sei do histórico é que o Delphina Aziz tinha a capacidade de instalação, mas precisava de um tempo para poder fazer essa instalação. Como o Hospital Nilton Lins já estava montado e poderia ser alugado, o Governo do Amazonas preferiu fazer as duas coisas em paralelo, tanto que no mês de maio o Hospital Delphina Aziz já estava funcionando na sua totalidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Bom, eu lamento, mas agradeço, Senador Omar, e desejo ao povo de Manaus e ao povo brasileiro boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senadora. Vou passar a palavra ao Senador Contarato e depois à Senadora Leila. Já iniciou a sessão do Senado. Vai ter votação daqui a pouco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir ao Senador Izalci que abra mão de falar hoje – ele é um parceiro que sempre está aqui – e, se o Senador amigo Kajuru quiser falar, eu vou abrir este espaço para o Senador Jorge Kajuru, logo após ouvir o Senador Contarato e a Senadora Leila, e aí o Kajuru.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Telmário... Deixe-me ver aqui. Bota o Senador Telmário aqui na palavra, por favor. Bota o Senador Telmário. *(Pausa.)*

Saiu o vídeo dele.

Caiu?

Ele que desligou?

Senador Contarato, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Por videoconferência.*) – Oi, está me ouvindo, Presidente? Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou ouvindo Senador Telmário. Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado. Eu parei aqui o carro para poder falar. Primeiro, muito obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentar o Secretário que está aí, o ex-Secretário.

Eu vou direto, Presidente, ao assunto.

Secretário, eu tenho dez perguntas rápidas para V. Sa.

Primeira. O senhor diz que o Estado montou um plano de enfrentamento da pandemia, entre o fim de 2020 a 2021, e o número de casos de Covid-19 aumentou em um intervalo curto de tempo. O Estado preparou a rede, previu a ampliação da rede de assistência para atender os pacientes?

Segunda pergunta. A situação da saúde no seu Estado rende manchetes em redes nacionais desde gestões anteriores à atual, da qual o senhor fez parte. O problema na saúde do Amazonas é um problema histórico? Foram feitos alguns investimentos para melhorar a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade da modernização e atendimento da população durante o período em que o senhor ficou à frente da pasta ou o senhor só administrou o que encontrou lá? O senhor fez alguma coisa ou só administrou o que já estava lá?

Terceira pergunta. Mas houve aquisição de equipamento pelo Estado ou vocês apenas ficaram esperando a colaboração do Governo Federal e as doações da sociedade civil organizada?

Quarta. O Amazonas é o maior Estado em dimensão territorial do País. Para ir da capital a alguns Municípios são necessários dias. Eu imagino que nem sempre dá para levar pacientes do interior para a capital quando ele precisa de um suporte à vida avançado. O que o senhor fez para tentar melhorar o atendimento de quem não está na capital?

Quinta. Se o paciente precisar de se transferir com urgência para um leito de UTI, o Estado tem capacidade de atendimento?

Sexta. Falando do interior, muitas prefeituras não têm estrutura. O Estado deu algum suporte para preparar os Municípios para receber a vacina, fazer essas vacinas chegarem nas cidades mais longínquas e chegar no braço da população?

Sétima. O Estado enviou recursos especificamente aos Municípios do interior?

Oitava. A saúde não é feita só de leitos, tem que ter insumos também. A rede estadual se preparou para não deixar faltar medicamentos e outros insumos?

Nona. Hoje na sociedade existem os órgãos de controle como transparência. Os seus atos à frente da Secretaria de Saúde do Amazonas tiveram transparência e observaram a legalidade?

Décima. Caso o Estado do Amazonas passe por uma terceira onda, ainda há risco de desabastecimento de oxigênio? Quais medidas o senhor adotou para que não ocorra novamente o que aconteceu em janeiro?

São essas dez perguntas, Sr. Presidente, ao ex-Secretário.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Nós, de fato, encontramos uma rede de saúde desestruturada no Estado do Amazonas, principalmente na reorganização ali na cidade de Manaus em relação à atenção primária. É uma rede com déficit de leitos, principalmente de UTIs, e nenhum leito no interior do Amazonas. Então, o que nós fizemos? Para a pandemia, nós trabalhamos na expansão de leitos, trabalhando os hospitais de referência. Nós saímos, na segunda fase, de um total de 130 leitos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para 447 leitos de UTIs. Então, nós mais que triplicamos os leitos de UTIs no atendimento dessa fase.

Sobre o histórico, realmente, o Amazonas tem um histórico de problemas na área de saúde – não é um problema de agora – com vários problemas crônicos, de décadas, que precisam ser reparados. Era isso que nós estávamos já executando o plano, e a Secretaria de Saúde tem um plano chamado Programa Saúde Amazonas para resolver esses problemas.

Sobre aquisição de equipamentos, sim, nós adquirimos vários equipamentos para reestruturação da rede. Estamos fazendo uma remodelação da rede – estávamos fazendo, eu era Secretário – com a aquisição de raios X digitais, tomógrafos, ressonâncias, etc., substituindo os equipamentos obsoletos que tem na rede. Para o interior, nós instalamos quase 300 UCIs, que são unidades de cuidados intermediários, para dar suporte aos pacientes nessas unidades. O interior tem um problema crônico: como eu falei, não existe uma UTI instalada no interior. E nós temos esse projeto para fazer até o final do ano... Sendo Parintins a primeira cidade que vai ter equipes e leitos de UTI no interior.

Sobre interior e vacinas, sim, a Fundação de Vigilância em Saúde, que coordena o PNI no Estado, apoiou os Municípios com as redes de frio para poder armazenar vacina, também apoiando na logística de vacinação nas comunidades, principalmente as comunidades mais afastadas. A Casa Militar do Amazonas é que apoia nesse sentido para distribuir rapidamente as vacinas aos Municípios mais distantes. Para terem uma ideia, na primeira leva de vacinas, na primeira remessa, em menos de dois dias, todos os Municípios do Amazonas já tinham vacina, não obstante a área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados.

Sobre insumos, o Governo do Amazonas recebeu a Secretaria de Saúde com a capacidade, o estoque de insumos e medicamentos com 12% de taxa, e hoje está mais de 70%. A rede está abastecida tanto na capital quanto no interior.

Sobre transparência, nós criamos a Secretaria Executiva de Controle Interno, que cuida exatamente desse processo de transparência. Nós criamos *site* de transparência... Nosso *site* de transparência específico para Covid, inclusive, foi considerado dos mais transparentes no Brasil.

E nós consideramos que há, sim, risco de um novo recrudescimento. Um plano de contingência para a terceira onda, inclusive, foi entregue ao Ministro Queiroga, porque ele prevê, no caso de oxigênio, um plano específico para, dependendo do consumo, já adotar medidas de logística, porque a capacidade, como bem lembrou o Senador Omar, aumentou 8 mil metros cúbicos desse momento pra cá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Num total da White Martins de 36 mil metros cúbicos, somadas as usinas de oxigênio instaladas, a nossa capacidade total hoje está em 66 mil metros cúbicos. Então, há um plano de instalar mais 30 usinas de oxigênio. Cinco já estão compradas, estão em via de instalação, e, as outras 25, em processo de licitação.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o comparecimento do convidado.

Eu queria iniciar minha fala esclarecendo ao senhor que na saúde pública, como direito de todos e dever do Estado, a culpa do Estado não exclui a culpa do Governo Federal, porque isso é chamado culpa concorrente. Então, o senhor está aqui... E eu quero lembrar também que o senhor foi convocado pela base aliada do Presidente Jair Bolsonaro. Foram integrantes do Presidente Jair Bolsonaro que fizeram essa convocação, claro, aprovada pela CPI, mas que, quando o Governo Federal vê um aliado envolvido em alguma coisa, ele não quer vincular; ele fez isso com o Pazuello, com todos os generais que deixaram o Planalto, Santa Cruz, Rêgo Barros, inúmeros outros aliados, e também fez isso com o Governo do Amazonas, e está fazendo com o senhor. Então, por que ele faz isso? Porque ele age como se não tivesse responsabilidade pra tentar se eximir da sua responsabilidade, que é patente, porque quem tem legitimidade pra celebrar contratos é o Estado brasileiro, através do Presidente da República. Eu não tenho dúvida disso.

Queria deixar claro para o senhor que, no dia 23 de dezembro de 2020, o Governo do Estado do Amazonas decretou o fechamento das atividades. Não é isso? Então, isso aconteceu no dia 23.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Exatamente no dia 27, após alguns protestos da população, ele voltou atrás e permitiu a reabertura. Não foi isso que aconteceu?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Exato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então veja bem: dia 23, o senhor é Secretário de Estado de Saúde, o Governo entende que tem que determinar medida de restrição, fechando pra não proliferar o vírus, e, dia 27, quatro dias



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois, ele volta atrás. Em 4 de janeiro, o Deputado Osmar Terra declarou que – aspas –: "Embora noticiário alarmista, Manaus tem queda importante de óbitos desde junho, mostrando uma imunidade de rebanho em formação e se manteve assim até o último dia do ano". Dez dias após essa declaração, a cidade entrou em colapso. Então, veja bem, V.Sa. informou que sua secretaria foi contrária à reabertura. Não é isso? O senhor foi contrário à reabertura das atividades.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A recomendação da rede e da assistência da Fundação de Vigilância em Saúde era restrição, porque era a única medida que poderia dar uma trégua para a rede.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Tá. O Governo Estadual utilizou alguma fundamentação técnica para a reabertura? Porque, veja bem, se no dia 23 o Governo fala: "Olha, tem que decretar, é *lockdown*" com o aval do senhor, como secretário, dia 27 ele volta atrás, dia 10 entra em colapso. Quero lembrar o senhor que, só no dia 14, faleceram 159 amazonenses. Isso foi o recorde. Então eu pergunto: o Governo do Estado utilizou alguma fundamentação técnica pra voltar atrás?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, a retomada do decreto, ou a revogação do decreto se deu em função da pressão das manifestações, inclusive com a orientação da segurança pública em relação às manifestações, que estavam sendo violentas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com todo respeito, dentro da Constituição Federal, existem bens jurídicos a serem protegidos. A liberdade é um deles? É! Mas o principal bem jurídico que tem que ser protegido pelo Poder Público é a vida humana. Então, quando você tem um conflito entre dois bens jurídicos, eu não tenho dúvida: sacrifique-se aquele de menor valor.

Então, o senhor está falando, como Secretário Estadual de Saúde do Estado do Amazonas, que era necessário decretar o *lockdown*. Foi decretado. Quatro dias depois, por uma pressão de algumas pessoas, volta-se a liberar. Há o colapso, dez dias depois, o colapso no sistema de saúde. As pessoas morreram asfixiadas. Isso é um homicídio qualificado – art. 121, §2º, inciso IV, quando diz: se o crime é praticado "com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum". Isso é crime hediondo. Então, o senhor está falando que foi por pressão, e não foi uma decisão técnica. Isso é muito sério! A responsabilidade do senhor como Secretário de Estado da Saúde, a responsabilidade do Governador é patente, porque quem, de qualquer forma, concorre por crime deve responder pelo mesmo crime.

Eu pergunto: houve pressão do Governo Federal para que fosse feita essa reabertura?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Desconheço.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Por gentileza, o senhor está aqui para dizer a verdade.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, não. Não tinha nenhum representante do Governo Federal no comitê de crise. Eu desconheço essa pressão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - A formação do senhor é em Engenharia, do Governo do Estado... Tudo bem que o senhor estava gerindo uma pasta sensível, que, para mim, na minha humilde opinião, tem que ser ocupada por uma pessoa técnica, que saiba o que é Sistema Único de Saúde, que saiba o que é gerir o sistema de saúde, que saiba que o principal bem jurídico é a vida humana. Não é à toa que o abre-alas do Código Penal começa com os crimes contra a vida.

E o senhor me falar que, entre um conflito, entre uma pressão da população para abrir o comércio, e salvar a vida, sacrificaram-se, em um único dia, 159 amazonenses. Essa responsabilidade é de vocês e isso tem que ser dito para a população brasileira.

Caso fosse feita alguma transferência de sigilo... Agora, é esta pergunta para o senhor: se fosse feita uma transferência de sigilo das comunicações de V. Sa. por esta Comissão, haveria registro de algum integrante do Governo Federal solicitando a reabertura? Preste atenção, porque esta CPI pode quebrar o sigilo do senhor, e eu estou perguntando: se for feita essa abertura do sigilo do senhor pela CPI, vai haver ali... O momento de o senhor falar é agora. Nós temos uma lei que abraça testemunha e réu colaborador. Eu acho que o senhor podia até se valer dela, se valer da lei de proteção à testemunha e réu colaborador. Não puxe para uma responsabilidade se o senhor não tem. Por favor, o comportamento do senhor vai ter responsabilidade, seja civil ou penal. Então, eu estou perguntando: se esta CPI determinar a quebra do sigilo das comunicações do senhor, esta Comissão vai ver ali algum registro de algum integrante do Governo Federal solicitando a reabertura do comércio no Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senador, eu trabalho com a verdade, e a verdade é que eu não tinha contato com o Governo Federal nesse nível político a que o senhor está se referindo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Então, não tem nenhum contato no registro do senhor, se for feita a quebra, de qualquer pessoa do Governo Federal solicitando que fosse reaberto o comércio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, não há.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Perfeito.

O senhor mencionou que o foco da visita da Sra. Mayra Pinheiro a Manaus foi a promoção do uso de medicamentos chamado *kit* Covid: cloroquina, ivermectina, azitromicina. Antes dessa visita, o Governo Federal já havia atuado na promoção do uso desses medicamentos contra a Covid junto ao Governo do Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Enquanto eu estava lá, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Sabemos que o senhor não é médico, mas, no entendimento da secretaria que o senhor comandou, a cloroquina é um remédio eficaz contra a Covid?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Existia uma nota técnica do ano passado que falava sobre isso, mas ela estava obsoleta em função do que já foi feito...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - A pergunta é "sim" ou "não".

A cloroquina é eficaz no combate à Covid, Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sempre as orientações eram para deixar isso na conduta médica, então, acredito que o médico tinha que tomar a decisão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Você acha que na bula da ivermectina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, só um minutinho. Não, porque você estava no lançamento do TrateCov lá e lá fez uma coisa... Você distribuiu...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - O *kit* Covid.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ...dois milhões de cloroquina para unidades básicas de saúde, onde a pessoa chegava lá e pegava o *kit* Covid e, quando você disse há pouco, e eu fiquei quieto, Porque eu acho que não fluiu a tua presença aqui, não fluiu, absolutamente, não houve esclarecimento nenhum, não é? Eu acho que as investigações, por outro lado... Você veio aqui só pra tentar explicar o inexplicável.

A falta de oxigênio foi uma coisa, Marcellus, mas uma coisa que eu quero lhe dizer: o interior do Amazonas não teve os casos que teve lá em Manaus, primeiro porque em Manaus a população é maior do que o interior todo, primeiro caso; segundo, no interior do Amazonas, as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas vivem mais isoladas que na capital e não tem aglomeração. Totalmente contrária à política que o Governo prega, porque, no interior, não tem bailes, não tem bar. A pessoa trabalha, vai pra casa, não fica, não tem essas aglomerações todas, como tem na capital, em que o Governador tira o *lockdown* num dia, aí lá numa praça está lotado de gente sem máscara, no dia seguinte, se infectando. Então, o interior é uma situação diferente, não é o interior do Amazonas, é o interior da Amazônia todo.

Lógico que nós tivemos problemas em Municípios grandes, tivemos muitos problemas, tivemos que transferir... Teve que se transferir muitos pacientes para Manaus, mas o número de casos e de óbitos não foi por causa de tratamento precoce, foi pelo isolamento. Essa que é a diferença entre a capital e o interior. Não é...

E mais, quando se faz uma contabilidade de UTIs, é porque no interior tem hospitais em todos os Municípios, mas não tem recursos humanos. Primeiro, que não é qualquer profissional de saúde que sabe intubar uma pessoa, tem que ter intensivista para fazer isso, e você passou o dia todinho aqui e não conseguiu falar isso que eu estou te dizendo. Então, nós não temos.

Agora, as outras coisas: falta de planejamento em relação a oxigênio, – isso é gravíssimo! – e outras coisas mais que estão sendo investigadas e que você vai ter que responder por isso, que é natural, eu também tenho problemas para responder e respondo de cabeça erguida, porque eu sei que não fiz nada.

Inclusive, Senador Contarato, Senadora Leila, que estão aqui, o Hospital Delphina Aziz, tem o nome de Delphina Aziz, porque é minha mãe, que já é falecida, mas tem mais de 500 leitos. Tem poucos hospitais no Brasil com mais de 500 leitos. São 180 leitos de UTI e trezentos e poucos leitos para utilização... São mais de 500 leitos. E me orgulha muito eu ter construído esse hospital na cidade de Manaus, no meu Estado do Amazonas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só para ainda concluir, esses medicamentos que eu te falei do *kit* Covid eram distribuídos na rede estadual do Amazonas? Foram, né?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ele foi distribuído, esse medicamento, nesse lote de hidroxicloroquina, foi enviado às prefeituras.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Foi o Governo do Amazonas que pediu para que fosse enviada cloroquina, hidroxicloroquina, outros medicamentos do chamado *kit* Covid?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - A hidroxiclороquina é utilizada regularmente na rede, inclusive pela Seaf, para outras causas. E nós estávamos com o estoque zerado...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Mas não era para outras causas, né?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, para outras causas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - O senhor está querendo subestimar a capacidade intelectual de qualquer pessoa.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, não, não é isso. Estou dizendo que o pedido também atendeu para repor esses estoques de outras causas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - O senhor também não me respondeu, quando eu falei que houve o *lockdown*, quatro dias depois o governo voltou atrás, por pressão, e eu perguntei, e aí entrou no colapso em dez dias, 159 pessoas morreram em um único dia, e eu perguntei se houve pressão do Governo Federal, o senhor falou que não. Então, houve pressão de quem?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sobre?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Para reabrir o comércio, para reabrir.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não. A pressão que eu vi foi da população.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Mas eles se sobrepõem? Como é que pode, a sua população vai falar "eu quero". Foi feito decreto de *lockdown* para não permitir que seja violado o principal bem jurídico, que é a vida humana. Eu quero meu comércio de volta. Aí vocês, subservientemente, apenas de forma submissa, fazem isso? Sem nenhuma avaliação com cientificidade?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, foi feito... Foi precedido de várias reuniões, inclusive com a sociedade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - O senhor tem responsabilidade, o senhor é secretário de Estado de saúde, o senhor tem que obedecer à ciência! Por favor! Eu fico muito triste quando eu vejo que nesta Comissão aqui estão jogando no lixo a ciência. Respeitem a ciência! Respeitem, quando há um conflito entre bens jurídicos, a vida humana se sobrepõe a qualquer outro bem jurídico, inclusive à liberdade



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do comércio, porque economia a gente põe de volta, mas salvar vida humana não! Quanto que vale a vida de um amazonense? Quanto que vale a vida de uma mãe, de um pai, de uma criança, de uma irmã? Isso que o senhor tinha que ter pensado e o governo!

O senhor mencionou que esses medicamentos eram destinados para doenças reumáticas, entre outros, mas a Senadora Eliziane, por exemplo, mostrou que a quantidade recebida era muito superior. O senhor reconhece que esses medicamentos foram enviados para o tratamento da Covid? Por favor!

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, foi enviado a pedido, para distribuição das prefeituras, a pedido do Governo Federal.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor mencionou que a Sra. Mayra antecipou, durante sua visita a Manaus, o lançamento do aplicativo TrateCov. O senhor falou que a Sra. Mayra...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu falei que ela comentou a respeito, que isso ia ser apresentado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor poderia detalhar exatamente o que ela disse? Porque, olha só, ela, a Mayra, estava lá falando do TrateCov; o senhor é o secretário de estado da saúde; o que que ela falou sobre o TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ela falou que era uma ferramenta que ia facilitar o diagnóstico só. Não deu mais detalhes porque iria ser apresentado depois.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ela disse que seria, estaria disponível para todos os brasileiros e não só para os médicos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não me recordo, Senador, não me recordo disso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Gente, o Sr. secretário de saúde recebe ela falando que vai lançar um aplicativo TrateCov num Estado que está tendo um alto índice de mortalidade por Covid. Ela fala que vai lançar o aplicativo. O senhor não sabe nada do aplicativo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, eu... O aplicativo não estava com a Dra. Mayra na época. Ele iria ser apresentado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas esse aplicativo seria disponibilizado para todos os brasileiros e não só para os médicos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu acredito que ia ser, pelo que eu vi no sistema, ia ser disponibilizado na rede básica de saúde...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Para todos os brasileiros!

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu não lembro dessa afirmação, mas se está registrado...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Olha só, basta o senhor entrar... Eu vi. Basta o senhor entrar no TrateCov e colocar os sintomas da Covid, que ele já te prescrevia ivermectina e hidroxiclороquina. Isso é crime! Isso é um genocídio...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Nós não disponibilizamos essa ferramenta para a rede.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Mas o senhor era Secretário de Estado e estava lá sendo conivente. Quem, de qualquer forma, concorre por um crime, responde pelo mesmo crime. Não tenho dúvida disso.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Para concluir, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Perfeito.

A equipe do Ministério da Saúde, chefiada pela Secretária Mayra Pinheiro, fez um *tour* por 13 unidades básicas de saúde de Manaus. Ela fez um *tour* lá por 13 unidades, promovendo o uso da cloroquina, em janeiro de 2021. O senhor tinha conhecimento, na época, dessas atividades?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Ela tinha duas agendas: uma agenda para trabalhar com o Governo do Estado, para conhecer algumas unidades de saúde de média e alta complexidade, e outra com a atenção primária, com a nova gestão da Prefeitura de Manaus. Essa agenda com a Prefeitura eu não acompanhei.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Alguma unidade de saúde do Governo estadual foi visitada pela equipe do Ministério da Saúde? Alguma unidade foi visitada por uma equipe do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Com a Dra. Mayra?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Eu estou perguntando...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Se for a Dra. Mayra, sim. A reunião inicial do dia 4 foi feita dentro de um auditório de uma unidade de saúde, que foi o Delphina Aziz.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Nessa reunião, houve o chamado tratamento precoce? Foi discutido?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Foi abordada, sim, por ela, essa necessidade, ao ver dela, desse tratamento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Tá.

Sr. Presidente, eu vou concluir, por favor.

O senhor tem conhecimento de qualquer palestra, aula, reunião ou comunicação de qualquer tipo dessa equipe do Ministério da Saúde para funcionários estaduais de saúde sobre o tratamento precoce? Chegou ao conhecimento do senhor qualquer palestra, aula, reunião, comunicação, dessa equipe do Ministério da Saúde para os funcionários estaduais sobre o tratamento precoce?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, sobre esse tratamento precoce, a única reunião de que eu participei, que foi...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Eu estou falando pelos funcionários.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, não tenho conhecimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Não tem.

Sr. Presidente, para mim está muito clara a responsabilidade, tanto do Governo do Estado quanto do Secretário de Estado de Saúde nos 488.404 brasileiros e brasileiras que perderam sua vida humana quando, em um conflito de bens jurídicos diferentes, não se priorizou aquilo que é mais sagrado na Constituição Federal, que é preservar pela vida humana, o respeito à integridade física e à saúde.

Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Secundarizando essa pergunta do Senador Fabiano Contarato, o senhor tem conhecimento de distribuição de hidroxiclороquina ou *kit* de tratamento precoce para os povos indígenas do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Não, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da parte da Funai, do Governo Federal?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, porque esse medicamento era... Qualquer medicamento pra os povos indígenas era feito via os DSEIs regionais. Era diretamente pelo Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Mas o senhor não tem conhecimento...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de nada nessa circunstância. Obrigado.

Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Vice-Presidente desta Comissão, que está, enfim, presidindo neste momento a sessão. Cumprimento também o Sr. Marcellus Campêlo, que é ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas.

Senador Randolfe, o Presidente Omar falou que não rendeu, não é, Dr. Marcellus, a sua vinda aqui. "Não rendeu", o que é a minha percepção? É que as suas respostas foram, de certa forma, muito evasivas.

Quando o Senador Eduardo Braga apresenta um ofício, aqui, mostrando que a White Martins, em julho, 16 de julho, já sinalizava para um possível colapso no fornecimento de oxigênio, me faz pensar assim: "Meu Deus, o colapso chegou em janeiro, quer dizer, isso foi em julho". O que o Governo do Amazonas fez? Nada, porque o colapso chegou, milhares de pessoas morreram e nós estamos discutindo aqui o fornecimento ou não. O que aconteceu nisso tudo? O que eu vejo claramente? E, olha, Senador Presidente desta sessão, Senador Randolfe, o que eu vejo sinceramente? A minha concentração, não é? Que não faltou, aliás,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faltou planejamento em todas as esferas. A maior prova disso.... Planejamento, e sobrou demais o negacionismo, faltou... Sobrou incompetência, negacionismo e também corrupção. E aí eu me pergunto: quando a Pfizer veio e ofereceu, em agosto do ano passado, 30 milhões de doses, depois 70, para o Governo Federal, e, simplesmente, o Governo ignorou, a White Martins chegou para o senhor, para o Governo do Estado do Amazonas, já sinalizando à secretaria que poderia acontecer esse colapso em julho, e isso não aconteceu. Então, realmente, o que a gente constata? Que, além do planejamento, é a falta de respeito com as vidas. Para mim, é claro isso.

Então, eu gostaria só de fazer algumas perguntas, porque, como eu percebi e era clara para mim essa questão de respostas evasivas, eu queria insistir com algumas perguntas e gostaria que o senhor fosse claro, não é? Com relação a essa presença do Governo Federal no Amazonas, no mês de janeiro passado, em uma delegação chefiada, claro, pela Dra. Mayra Pinheiro, eu pergunto ao senhor: como foram as tratativas para a ida dessa delegação do Ministério da Saúde ao Estado do Amazonas? Foi o Estado que procurou o Governo Federal ou foi o contrário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Foi através de uma reunião, o gabinete do Ministro Pazuello pediu para ter uma reunião *online* com a equipe.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E que dia que foi... Porque, assim...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Foi... Eu acho que foi 31 de janeiro. Onde eles estavam... Um dos questionamentos era que nós estávamos pedindo insumos e equipamentos para ampliação da rede, e eles queriam entender o porquê de que nós estávamos pedindo tantos insumos e equipamentos. Nós explicamos, eu apresentei o plano de contingência, quantos leitos a gente precisava ainda ampliar, e, para entender melhor a situação, enviou a equipe até Manaus.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor está falando dia 31 de janeiro.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Desculpa. De dezembro. Desculpa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É, 31 de janeiro de 2020.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Dezembro de 2020.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Porque o senhor falou 31 de janeiro. Então é 31 de dezembro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, eu errei, eu errei.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k.

Qual era a motivação oficial dessa delegação – vamos lá – chefiada pela Dra. Mayra? Estava previsto o incentivo ao tratamento precoce por parte dos representantes do Governo Federal? Houve alguma ação ou planejamento em defesa do tratamento precoce por parte da equipe do Ministério da Saúde junto à Secretaria de Saúde do Amazonas? Houve um planejamento nesse sentido, "vamos atuar nesse sentido"?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Houve uma reunião, apresentação dessas ideias do Ministério da Saúde. Não houve um planejamento escrito; houve o pedido de que nós colaborássemos ou que nós entendêssemos a proposta dela. Como era uma proposta para atenção básica, e não era para a rede de média e alta complexidade, então as tratativas foram mais com as prefeituras ou a Prefeitura de Manaus.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, eu pergunto ao senhor: qual foi o resultado prático da presença... Porque foi falado muito sobre essa presença da delegação ali. Mas qual foi o resultado prático da presença da equipe da Dra. Mayra Pinheiro em Manaus? Foi produzido algum documento ou relatório sobre esse período da permanência dessa delegação em Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Um dos resultados práticos e que foi importante foi a... Ela trouxe as equipes da Força Nacional de Saúde que nós tínhamos requisitado. Essa Força Nacional de Saúde permaneceu todo o mês de janeiro e parte do mês de fevereiro com a gente, ajudando na análise das ações necessárias para a pandemia.

Existe um relatório diário da Força Nacional de Saúde que está disponível, e a gente pode enviar para a CPI. Eu acho que já foi enviado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

O Governo do Estado teve alguma participação na experiência do TrateCov em Manaus? Foram consultados sobre o uso da plataforma? E o que foi dito sobre o uso e o que seria feito em Manaus? Porque não está claro para a gente o que, de fato, foi essa experiência do TrateCov em Manaus. O que de fato...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não houve experiência. Não chegou a ser instalado...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não houve nenhum tipo de experiência?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - ... porque a Dra. Mayra falou sobre o assunto, mas não deu detalhes. No dia 11, houve uma apresentação expositiva em relação ao TrateCov.

No caso do Governo do Estado, eu mandei a equipe de TI entender o que era. Eles deram uma negativa dizendo que não tinham condições de implantar, e foi... E simplesmente nós não demos continuidade. Na Prefeitura de Manaus, eu acredito, pelo que eu saiba, também não fizeram nenhum tipo de instalação ou uso desse sistema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - A minha pergunta vai neste sentido: V.Sa. sabe se foi prescrito para qualquer cidadão do Estado algum medicamento constante do *kit* Covid a partir da plataforma TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, acredito que não, porque ela não foi instalada, o sistema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Beleza.

Afinal, o tratamento precoce foi adotado pelo Governo do Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, nós não adotamos tratamento precoce. A conduta médica que dizia qual a medicação que deveria tomar. Não adotamos essa prática.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - O.k.

Bom, a Polícia Federal já deflagrou quatro fases da Operação Sangria no Estado do Amazonas, por meio da qual são investigados fatos relacionados a possíveis práticas de crimes, como pertencimento à organização criminosa, fraude à licitação, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. Na primeira fase da operação, verificou-se que uma empresa comercializadora de vinhos, utilizando-se de empréstimos de dinheiro, adquiriu, de uma empresa local, os respiradores pulmonares. Em seguida, revendeu-os ao Estado do Amazonas com o preço superfaturado. Aparentemente, a operação abrange quatro contratos firmados pelo Estado ao longo do último ano, totalizando valores em torno de 22 milhões, um pouco mais de R\$22 milhões. São eles: locação de um hospital de campanha para o tratamento de pacientes com Covid, lavanderia hospitalar externa, diagnóstico por imagem e prestação de conservação e limpeza. Segundo o delegado da PF, o Henrique Albergaria, em todos os casos há indícios de fraude no processo de licitação, serviços e produtos contratados a preços superfaturados e pagamentos por trabalhos não realizados.

Sobre essa operação, eu pergunto ao senhor: o senhor sabia que o Estado estava adquirindo respiradores de uma empresa de vinho? O senhor conhecia os representantes



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa empresa? O senhor tinha alguma relação comercial com a empresa ou sabia de alguém do Governo que tivesse?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Senadora, na época dessa aquisição, eu não estava na Secretaria de Saúde. Então, eu não conhecia nada sobre esse processo nem sobre as pessoas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Então, o senhor não sabe dos preços praticados nas licitações e se estão distantes dos demais preços?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu só sei do que eu vi e que eu li depois, inclusive pela imprensa, etc.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Então, esses preços praticados nas licitações organizadas pelo Estado do Amazonas estão distantes dos demais preços?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Na época, o que eu sei é que os preços de respiradores estavam a preços exorbitantes. Então, eu não sei se, na época, a análise foi feita nesse sentido. O que eu sei é que eu não fazia parte desse processo. Eu cheguei depois. Inclusive, o processo de apuração interna de sindicância e de controladoria geral já estava em andamento, instaurado pela Secretária de Saúde da época.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Em relação à locação do hospital de campanha, o senhor conhece o empresário Nilton Lins, cuja família dá nome ao hospital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Eu conhecia o empresário Nilton Lins de nome e o conheci durante esse processo da requisição administrativa. Não houve uma licitação para contratação, houve uma requisição administrativa. E nenhum valor foi pago a esse hospital até agora, porque os valores estão sendo analisados.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Então, eu pergunto ao senhor: por que foi escolhido um hospital que aparentemente não atende às necessidades para as quais se prestava?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - O Hospital Nilton Lins era o único disponível naquele momento com características de hospital. Ele foi hospital da Unimed durante cinco anos, e, então, ele atendia, sim, às características. Nós fizemos as adequações necessárias. Uma auditoria, uma inspeção no Ministério Público estadual, com a Visa Manaus e outros órgãos, fizeram uma análise, recomendaram diversas ações. Fizemos um plano de ação e executamos. O hospital atendeu quase 700 pacientes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k. E por que não foi realizada a licitação para a locação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não foi feita a licitação, porque foi feita uma requisição administrativa. Era aquele espaço que tinha... O único espaço que tinha. Foi feita uma pesquisa em todos os hospitais privados de Manaus, e nenhum deles tinha disponibilidade mais de leitos. Inclusive a Defensoria Pública entrou com uma ação para que o Estado requisitasse o Hospital Nilton Lins. Não houve acordo, porque nós queríamos pagar tabela SUS e mais uma diferença por leito, e eles não aceitaram. E aí foi feita a decretação da requisição para depois discussão dos valores.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer esta oportunidade e dizer, mais uma vez, que, a cada desenrolar desta CPI, a cada sessão, a gente sai estarelecido, triste, porque o que a gente já constata, por esse número exorbitante de óbitos no País, é que realmente faltaram planejamento e respeito às vidas e sobrou muito, muito mesmo... Eu falo para o senhor: sobrou incompetência, negacionismo... E a gente vai ver, no decorrer desta CPI, com os secretários que virão aqui, corrupção também. Então, não é só corrupção que mata: o negacionismo e essa incompetência também matam.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senadora Leila.

Eu vou passar a palavra para o Senador Kajuru.

E peço ao Senador Izalci que... Amanhã, o Senador Izalci será um dos primeiros a falar.

Senador Kajuru, com a palavra, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente Omar Aziz, eu vou ser objetivo ao extremo.

Tenho certeza de que a Senadora Leila Barros pensa como a Soraya: que o nosso convocado de hoje, o ex-Secretário Marcellus, é frio. Leila, se ele é frio, eu também sou. Eu nasci no polo norte, eu sou glacial por natureza.

Portanto, a minha pergunta ao senhor, única, é se, em nome da sua palavra, em nome da sua família, durante todo esse tempo aqui hoje da reunião da CPI, em nenhum momento o senhor mentiu?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Eu falei, procurei, falei a verdade em todos os meus pronunciamentos, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - O senhor trupicou um pouquinho aí. Seja mais duro: "sim" ou "não"?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, eu falei a ver...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - O senhor mentiu ou não em nenhum momento?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Não, em nenhum momento eu menti. Eu falei a verdade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Essa é a sua resposta?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO - Sim, senhor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Perfeito.

Eu termino assim, Presidente Omar Aziz, dizendo que, se eu fosse da Justiça do Amazonas, eu mandaria prender em definitivo o ex-Secretário Marcellus e o Governador Wilson Lima.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu quero agradecer a presença do Secretário Marcellus.

Eu vou encerrar esta sessão convidando para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, para apreciarmos a reclassificação de documentos e requerimentos, bem como para ouvirmos Wilson Witzel, ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 30 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Jader Barbalho, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato e Izalci Lucas. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 19ª e 20ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Reclassificação de documentos.** **Finalidade:** Proposta da CIPAPANDEMIA para reclassificação de documentos. **Resultado:** Aprovada. **2ª Parte - Deliberativa.** **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 860 de 2021** que: "Requer a relação de procedimentos e processos instaurados, sob quaisquer títulos, em desfavor do Senhor EDUARDO PAZUELLO, ex-Ministro da Saúde, bem como as respectivas cópias integrais dos autos eventualmente existentes." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 856 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, no prazo de dez dias, informações pelo Senhor John Rodgerson, Presidente da Azul Linhas Aéreas" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 865 de 2021** que: "Requer informações à Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 102 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 633 de 2021** que: "Requerimento de convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 682 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 315 de 2021** que: "Requer que seja convocado para prestar depoimento a esta CPI o representante da Jansen no Brasil." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 859 de 2021** que: "Requer a convocação dos senhores Fausto Vieira dos Santos Junior e Péricles Rodrigues do Nascimento, ambos Deputados Estaduais do Estado do Amazonas." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 864 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Francisco Emerson Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 851 de 2021 que: "Requer as transferências de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário de RENATA FARIAS SPALLICCI." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 852 de 2021** que: "Requer as transferências de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário de Renato Spallicci." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 854 de 2021** que: "Requer as transferências de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário de Francisco Emerson Maximiano." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 855 de 2021** que: "Requer as transferências de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário de José Alves Filho." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 857 de 2021** que: "Requer as transferências de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário de Carlos Wizard Martins." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Wilson Witzel, em atendimento aos requerimentos 646/2021 e 659/2021. **Resultado:** Depoimento realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/16>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia, bom dia a todos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação da reclassificação de documentos e de requerimentos, bem como a ouvirmos o ex-Governador Wilson Witzel, do Rio de Janeiro.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 19ª e da 20ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, apenas para registrar aqui, mais uma vez, uma informação que pode levar o povo brasileiro a não aceitar as vacinas.

O Presidente da República ontem em Roraima defendeu, claro, como ele defende sempre, o tratamento precoce e colocou em dúvida a eficácia da vacina CoronaVac, feita pelo Butantan, dizendo e fazendo contraponto com a Pfizer, dizendo que a CoronaVac, não sabia se dava imunidade ou não. É bom que o povo brasileiro tome conhecimento de que isso é uma falácia. Ele não tem conhecimento científico nenhum pra falar isso, ele não fez nenhuma pesquisa. Ele não sabe absolutamente como significa a construção, se fazer uma vacina, o trabalho que dá, os pesquisadores do Butantan... E a população que o segue pode tomar essa decisão de achar que a CoronaVac não imuniza.

Sr. Presidente, eu, por exemplo, tomei as duas vacinas da CoronaVac. Estou completamente imunizado, com imunidade celular. Estou aqui por isso até, tenho comorbidade, 73 anos. Estou aqui por causa da CoronaVac, pra mostrar ao Brasil que essa mentira do Presidente da República não pode se sustentar. As agressões ao povo chinês e ao Estado chinês, querendo desqualificar a vacina, isso pode comprometer, inclusive, o encaminhamento de insumos para o Brasil. É uma coisa em que ele não deve permanecer, nessa batida de querer desqualificar aquilo que hoje serve para salvar a vida do povo brasileiro, numa posição meramente política e completamente desqualificada do ponto de vista da seriedade e da honestidade da fala do Presidente da República ontem em Roraima.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que eu queria registrar, para que vocês todos que estão assistindo pela TV Senado, brasileiros, não levem em conta as afirmações do Presidente da República. Ele não tem nenhum conhecimento a respeito do tema, ele não se formou, ele não é médico, ele não é cientista, ele nunca construiu nenhuma vacina. Ele fala aleatoriamente de forma muito até irresponsável, para causar confusão na mente do povo brasileiro.

Então, esse é o registro. A vacina CoronaVac tem sua eficiência comprovada pela Anvisa – e está sentado na Anvisa um almirante, colocado pelo Presidente da República – e pelos técnicos da Anvisa, que têm todo o nosso respeito e sincera consideração, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Senador Marcos Rogério, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma ponderação com V. Exa.

Eu sei que está na programação da Comissão hoje deliberar sobre o requerimento que propõe levantar sigilo de documentos encaminhados a esta CPI. Eu até concordo com V. Exa. e também com o Relator que há muitos documentos que são encaminhados à CPI em que não se justifica você ter o sigilo porque nada a se proteger do ponto de vista de sigilo. Ocorre que quem determina o sigilo é justamente a autoridade que manda; ela manda com essa recomendação, com essa cautela do sigilo. E, à luz do Regimento do Senado Federal e também de lei própria, isso configura infração legal, isso configura... Levantar isso configura quebra, inclusive, do próprio decoro. Por exemplo, nós temos documentos em que há problema de natureza legal objetiva. Em documentos encaminhados, por exemplo, pelo Itamaraty, é algo grave fazer o levantamento dessas informações. O art. 104 do Regimento do Senado Federal trata disso, quanto à natureza sigilosa desses documentos, e o parágrafo único desse artigo fala das consequências dessa inobservância.

Então, eu queria fazer uma ponderação a V. Exa. no sentido de a gente ter cautela com relação ao levantamento desses sigilos. Talvez fosse o caso... Não diria isso com relação ao Itamaraty, porque, quando envolve relações internacionais, não é possível fazer esse levantamento de sigilo, mas, com relação a outros documentos enviados por autoridades outras, que de repente a Comissão provocasse quem está enviando essas informações no sentido de tomarem providências para levantar esse sigilo a partir da desnecessidade. Agora, de forma unilateral a Comissão levantar esse sigilo... E eu não estou entrando no mérito dos documentos, porque eu concordo que para muitos daqueles que vieram realmente não se justifica ter, mas atribuíram isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o apelo que faço a V. Exa. é que, antes de praticar esse ato, que é um ato grave e que ofende o nosso Regimento Interno e ofende também a Resolução nº 20, de 1993, que se providenciasse a notificação de quem enviou no sentido de verificar para quais se justifica ter a manutenção do sigilo e para quais não se justifica, para a gente não incorrer aqui em uma medida ilegal, arbitrária. É apenas o apelo que faço a V. Exa., considerando, sobretudo, a gravidade no tocante àqueles documentos oriundos do Itamaraty.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Apenas como sugestão, Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até hoje, Senador...

Vou só responder o Senador Rogério Carvalho... Ah, Marcos Rogério, desculpa. Primeiro que até agora não vazou nenhum documento. O que tem são frases que esporadicamente podem sair no meio de comunicação, e aí é impossível a gente controlar isso, porque qualquer Senador... E cada Senador tem assessores aqui que leem esses documentos.

Segundo, V. Exa. diz muito bem: tem até documentos que estão no Portal da Transparência que o Governo mandou pra cá como sigilosos. Estão no Portal da Transparência, e ele manda como sigiloso. Uma forma de tentar obstruir a investigação, correto? Porque é muito fácil botar lá o carimbo "sigiloso"...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente, um pouco de má-fé, né?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não entraria... Eu digo que mais pra obstruir ou retardar a investigação; nos dá dificuldade pra investigar.

Pra vocês terem uma ideia, Srs. Senadores, nós já estamos com um 1,5TB, 1,500TB, sei lá... É uma quantidade bastante expressiva.

Só um minutinho, Senador Ciro.

Em relação ao Ministério das Relações Exteriores, ontem eu recebi um telefonema do Presidente Rodrigo Pacheco, que o Chanceler entrou em contato com ele, e nós vamos ter todos os cuidados, se necessários, até porque queremos manter a CPI não na politização dos fatos, mas, sim, na investigação concreta daquilo que nós nos propomos a fazer, sem politizar.

Agora, há de convir... Por isso, essa questão de levantar e reclassificar os documentos, é isso que o senhor está falando. Vamos reclassificar o que a gente entende por sigiloso e o que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente não entende por sigiloso do que estão mandando aqui com carimbo. Agora, mandar de volta pra eles dizerem o que é sigiloso ou não, aí, isso aí, nós vamos terminar a CPI e não vamos ter essa resposta.

Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, eu acho que aí nós temos que sair um pouco da disputa política nesse caso, porque a preocupação do Senador Marcos Rogério é mais do que pertinente.

Talvez até... Acho que aqui temos bons juristas. Aqui, o nosso Senador Randolfe, que pode participar de uma triagem dessa. Enfim, acho que não existe menor intenção da CPI de criar constrangimentos pra quem quer que seja, mas existe uma preocupação e até que está bem expressa no nosso Conselho de Ética, não é? Nós não podemos revelar documentos sigilosos que estejam em poder da CPI.

Eu acho que tem que haver um cuidado extremo aqui da CPI. Eu não vejo aqui a menor intenção de revelar, através de disputa política, essa situação, mas tem que haver cuidado.

Acho que, se houver talvez um pequeno comitê aí, comandado aqui pelo Senador Randolfe, Marcos Rogério, pra dar uma avaliada nisso, o senhor, eu acho que pode chegar a bom termo e nós não cometermos nenhum tipo de crime que esteja expresso e que a própria Comissão possa sofrer alguma sanção e ser levantado isto no futuro – de a nossa Comissão ter cometido algum crime.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, é só um rápido comentário.

Veja, essa deliberação nós já tomamos, em relação a levantar sigilo.

Eu quero só lembrar aos caríssimos colegas Senadores que, há duas semanas, esta Comissão apreciou requerimento de igual sorte do Senador Relator Renan Calheiros e definiu pela desclassificação de sigilo. O que ocorreu, a partir daí, foi um trabalho exaustivo – sou testemunha – da Consultoria desta Casa em conjunto com a Secretaria desta Comissão para ver, dos documentos que estão, quais aqueles que têm a devida classificação de sigilo ou é necessário o afastamento.

Muito bem disse o colega: o que faz a classificação de sigilo é a lei. O que ocorre é que, veja, Sr. Presidente, vieram pra esta Comissão documentos... Entre os documentos que estão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí de afastamento de sigilo tem documento de empresa privada, empresa privada fazendo classificação de sigilo, o que claramente faz ofensa à legislação, não é?

Então, esse trabalho de esmiuçar o que pode ser enquadrado e o que não pode ser enquadrado já foi feito pela Comissão. Tanto é que, de quase um *terabyte* de documento que consta no âmbito da Comissão, em quase mais de dois terços não ocorrerá desclassificação de sigilo porque quase dois terços desses documentos de fato tratam de classificação de sigilo. Exemplos: inquéritos que no âmbito do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos estaduais, não cabe a nós, nós não temos competência pra fazer o afastamento de sigilo desses documentos. Agora, outros que são simples correspondência, ocorreu uma desclassificação...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Randolfe, só para contribuir com uma coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Minha preocupação é de que a própria Comissão coloque em dúvida isso. Ela própria colocou aqui: "Podem conter informações sigilosas". Eu quero é esclarecer. Eu não sou contra aqui eu não quero que a população e o País...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque é o MRE...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... tomem conhecimento, mas a própria Comissão está colocando isso em dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – É o MRE que manda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem mandou assim foi o Ministério das Relações Exteriores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a origem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a origem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece que esses que estão aí vêm da origem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ela vem já carimbada da origem, Senador Ciro, não é a Comissão: "Pode conter documentos sigilosos" é o MRE que manda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– E aí, me permita, caríssimo Ciro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está me entendendo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– ... inclusive o verbo está muito bem aplicado por parte do órgão de origem: "pode". Quando coloca a possibilidade, acaba limitando, porque eles fazem o julgamento da possibilidade.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas, é só uma dúvida que eu tenho, Senador Randolfe, até o senhor tem muito mais conhecimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, é...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Aqui nós temos algumas situações de Ministério das Relações Exteriores que não dizem respeito somente ao nosso país, não é? Nós temos outros países envolvidos nisso. O nosso país tem o direito de tornar isso público?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos fazer o seguinte? Nós iremos provar e depois vamos fazer uma reunião. A gente senta – eu, o Vice-Presidente, o Relator e o Marcos Rogério –, sem problema nenhum. Eu acho que isso aí, o interesse de todos aqui é saber da verdade, independente de posicionamento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa, por exemplo, Senador... Eu vi, eu não tive acesso ao documento, eu sou sincero, eu não faço requerimento de informação. Então, quem faz o requerimento de informação é que realmente está atrás de saber das informações, porque cada um tem um objetivo de pedir uma informação, cada Senador aqui. Lógico que todos nós temos acesso, mas também não é um linguajar muito peculiar de um embaixador "*habemus* cloroquina", não é? Quer dizer, "*habemus* cloroquina". Então, se isso for sigiloso, aí eu não sei... Isso é uma brincadeira do embaixador de se referir, mandar um documento que o Ministério das Relações Exteriores... Se um embaixador escreve isso dessa forma, não dá pra levar a sério isso, dizer que isso é sigiloso. Eu não li esse documento, eu vi... Eu até não acreditei que aquilo fosse verdade, o palavreado de um embaixador, não é? *Habemus Papam*, *habemus* cloroquina! O que é isso? Esse embaixador está brincando na Índia? E a Comissão de Relações Exteriores tem que tomar providência em relação a esse tipo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de linguajar. A população brasileira... Vamos chegar, até o final da semana, infelizmente – infelizmente! –, e isto foi dito no início da CPI por mim: que, quando a gente não completasse dois meses de CPI, nós chegaríamos a 500 mil mortos – meio milhão! Cidades inteiras brasileiras se foram! Quantas cidades no Brasil têm 500 mil habitantes? Quantas? Quantas? Poucas cidades.

Então, o interesse meu e o interesse de qualquer Senador aqui, com certeza...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– É a população de algumas capitais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Com certeza, é a gente chegar à realidade. Por que esse número de mortos? Não tenho dúvida: da mesma forma que morrem no Amazonas, morrem no Piauí, do meu querido amigo Ciro Nogueira; morrem no Estado de Rondônia, do nosso amigo Marcos Rogério; morrem no Ceará, do Senador Eduardo Girão; morrem em Santa Catarina, do Senador Jorginho; morrem nos Estados de todos nós.

Então, não há oposição e situação aqui. Há um entendimento para a gente tentar minimizar o número de mortes por uma doença tão terrível, porque nenhum de nós aqui, em vida, esperava ver isso. Pra nós, isso era coisa de cinema; pra nós, todos nós, eram filmes a que a gente assistia, em que tinha uma pandemia, isolamento, aquela coisa toda, e nós não estamos vivendo um filme. Isso não é ficção; isso é realidade! Nós vamos chegar a uma cidade inteira que se acabou, uma capital, com 500 mil habitantes... Eu não sei quantas pessoas tem em João Pessoa, quantos habitantes tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Em Macapá, são 500 mil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, uma cidade como Macapá se acabou nessa pandemia, só pra gente ter uma ideia.

E aí, um ministro, aliás, um embaixador escreve: "*habemus* cloroquina". Vai explicar isso pra quem perdeu um irmão, como eu; vai explicar isso pra quem perdeu amigos, pra quem perdeu, pra quem ficou órfão – órfão! –, perdeu pai e mãe, que está jogado à sorte aí; vai explicar isso pras viúvas que dependiam do marido pra sobreviver! É disso que nós estamos atrás. Não é querer aqui crucificar e fazer prejulgamento; longe de mim. Quem sou eu pra prejulgar alguém?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já fui prejudgado muitas vezes, porque eu estou na vida pública há muitos anos, e, cada dia, você tem que matar uma onça pra provar que não fez uma coisa de que te acusam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cada dia, você tem que provar pra sua família, para os seus filhos que aquilo que estão falando de você não é verdade, que aquilo é coisa política, que, muitas vezes, a injustiça sobrecai... Como eu já fui vítima disso, Senador Marcos Rogério, Senador Ciro, como V. Exa. também já foi vítima disso, e a gente tem que encarar os nossos filhos, as nossas famílias, sendo vítima, eu não estou aqui pra julgar e prejudicar ninguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou aqui pra investigar, e a gente vai chegar à verdade.

Então, é isso que eu quero dizer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por mim, quebrar sigilo, levantar o sigilo... Quem de vocês aqui não é procurado por um meio de comunicação, pra saber, ter uma informação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Essa é a questão, Presidente, porque, assim, veja: o fato de estar com sigilo não impede que os Senadores tenham acesso à informação, como V. Exa. acabou de declinar. V. Exa. teve acesso à informação. O que está em jogo aqui é levantar o sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, qual informação?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. acabou de falar aqui que está nos autos lá uma declaração de um embaixador. V. Exa. tem acesso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, saiu na televisão!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não fui eu... Eu não tive...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas nós todos... Os documentos sigilosos não impedem – não impedem – o nosso acesso. Eu quero dizer isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não impedem a investigação. O que está em jogo aqui é se vai jogar para a imprensa ter acesso livre ou não. Agora, aos investigadores não impede a investigação. Isso é uma retórica que não combina com a verdade.

A preocupação que eu estou levantando não é em relação à questão da justeza ou não da determinação do sigilo, porque, isso, quem fez inicialmente é que deveria ter tido a cautela de não declarar sigiloso aquilo que não é sigiloso. Eu só estou dizendo que a CPI, que a Comissão não deveria praticar um ato unilateral, para levantar sigilo, sem as cautelas legais. É apenas nesse aspecto. Eu estou nesse momento, Presidente, com um familiar na UTI, em razão da Covid. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu espero que ele saia, se Deus quiser.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Se Deus quiser.

Então, esse discurso de que todo mundo... Todo mundo tem vítima aqui, na família...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, ninguém está se vitimizando aqui não. Longe de mim me vitimizar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, é que, quando V. Exa. fala da, de que parece que, se não levantar o sigilo, nós estamos protegendo, não é verdade. A CPI está investigando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... só para colaborar: no caso, aqui, a CPI exerce poderes típicos de Justiça. A gente só não pode afastar o sigilo, levantar o sigilo, se a questão envolve segredo de Estado ou risco para a segurança nacional. Então, a gente pode fazer a aprovação do afastamento de sigilo com essas duas condicionantes. Na hipótese de o documento configurar risco para a segurança nacional ou segredo de Estado, não cabe afastar. Nos demais, é uma decisão que esta CPI tem poder para tomar, sem problema nenhum.

E, quando a gente tem essa questão do acesso a documentos, o acesso ao documento restrito limita o próprio trabalho da equipe, porque nem todos conseguem acessar, é uma senha só. Então, tem todas as dificuldades que as pessoas precisam compreender.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Vamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Só para esclarecer: esta Comissão não tem poder de julgar não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não estou julgando ninguém...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Nós temos poder de investigar, Senador Alessandro. Aqui nós não temos poder de Justiça não. No caso de alguma divergência, nós temos que recorrer ao Judiciário.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, são os poderes típicos, Senador Ciro, de Justiça para fins de investigação. No caso específico, o afastamento do sigilo que é proposto não é para fazer divulgação de documento; é para facilitar o acesso e o trabalho por parte das equipes. Todos nós sabemos, quem está se dando ao trabalho de buscar os documentos, que é um acesso muito restrito. Retarda o trabalho de todos nós. Facilita muito se tiver a liberação do sigilo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Vai ver, na hora que levantar esse sigilo, se não está no mesmo dia em todos os jornais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, na linha do Senador Alessandro, só lembrando que nós temos a Lei de Acesso à Informação. Então, a Lei de Acesso à Informação dá exatamente a clareza do que é documento sigiloso e o que não é. Nós temos uma consultoria técnica na Casa que pode nos auxiliar exatamente nessa linha. Se não atende a esses pré-requisitos, não tem por que a CPI tomar providências em relação à suspensão desse sigilo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que a classificação resulta em uma burla, em uma fraude. Você só pode classificar como documento sigiloso aquilo que é sigiloso na forma da lei. Ponto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Lembrando da transparência pública. Não é isso, Relator? Transparência é um dos princípios da administração pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente! Então, é uma discussão inócua que nós estamos tendo aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente e Sr. Relator, tem uma questão objetiva: foi feito um trabalho exaustivo da consultoria da Casa, pela qual nós temos profundo respeito. Eu me atrevo a dizer que é uma das melhores consultorias que tem no âmbito da estrutura de poder aqui em Brasília, em conjunto com a secretaria, baseado, inclusive, nos princípios da lei de sigilo de documentos, da qual o Senador Alessandro acabou de declinar. O que tiver ameaça à segurança do Estado brasileiro e ameaça à segurança nacional, o que não tiver esses critérios, não tem por que ter a classificação.

O que ocorreu, de fato e concretamente, Presidente, é que ocorreu uma fraude da parte de alguns. Encaminharam pra cá documentos, colocando – foi muito bem dito ainda há pouco – "pode conter". O verbo "poder", aí, faz uma advertência inadequada em relação ao documento, porque ele não afirma que é e deixa ao julgamento de outros, para, com isso, querer impedir a divulgação do documento.

Então, é claramente má-fé. Então, o trabalho já foi feito aqui, pela consultoria e pela secretaria da Casa. Cabe a esta Comissão ratificar esse trabalho ou não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passamos à apreciação da proposta de reclassificação de documentos pautados.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Com voto contra do Senador Jorginho, voto contra do Senador Ciro e voto contra do Senador Marcos Rogério. O Senador Luis Carlos Heinze é contrário, mas o seu voto não pode ser apreciado na condição de suplente. O senhor me desculpe.

Determino à Secretaria da Comissão que proceda imediatamente à reclassificação, na forma aprovada pelo Plenário.

Passo a palavra ao Relator pra apreciação de requerimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Vice-Presidente, há requerimentos pautados de informações, de convocações e de transferências de sigilo. Eu me permito sugerir a V. Exa. que votemos os requerimentos em globo, da seguinte maneira: primeiramente, em bloco, os requerimentos de informações; depois, nós votaremos os requerimentos de transferência de sigilo; e, por fim, individualmente, os requerimentos de convocação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.?

Em votação os requerimentos de votação em globo do Relator.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, só pra esclarecer: o Senador Jader nem o Senador Eduardo estão presentes; o Senador Heinze vota, tá?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quem é titular no... Quem é suplente do Eduardo é o Jader.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ele não está presente, viu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o Eduardo está presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Eduardo não está, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele pode estar remotamente presente.

Enfim, consulte se ele está presente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quem está presente está em amarelo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Registre o voto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá? *(Pausa.)*

Boa estratégia.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, vamos lá. Vamos votar, vamos votar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Isso daí é Regimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer a leitura rápida dos requerimentos de informação.

Requerimento 860, de 2021; Requerimento 856 – o primeiro, assinado por mim, e, o segundo, assinado pelo Senador Humberto Costa –; e Requerimento 865, do Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os requerimentos de pedidos de informação.

É isso, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir inversão de pauta para o Requerimento 102, do Sr. Carlos Gabas, Diretor Executivo do Consórcio Nordeste.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Chegaremos lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está na relação. Vamos votar todos, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Está seguindo a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem problema.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Queria pedir só inversão de pauta se for possível. Poderia me atender?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É que nós aprovamos o procedimento na primeira votação, quando o Senador falou em votação global.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi. Eu sugeri.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E já foi aprovado, inclusive, com o seu voto e com votos contrários dos outros quatro Senadores. Vamos votar. Não se preocupe porque nós vamos votar o Carlos Gabas. E eu tenho um compromisso com V. Exa.: se der empate, eu voto a favor. Estou aqui, não tenho... Aqui comigo não tem duas palavras. Põe e acabou. *(Fora do microfone.)*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Requerimentos de transferências de sigilo: Requerimento 851, do Senador Randolfe Rodrigues; Requerimento 852, também do Senador Randolfe Rodrigues; Requerimento 854, do Senador Randolfe Rodrigues; Requerimento 855, do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Proponho a gente votar todos os requerimentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Hum?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E Requerimento 857, também do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Senador Renan Calheiros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Convocações, Presidente. Quatro, cinco e seis: Requerimentos 102, 633, 682/2021. Convocações de Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste – dos Senadores Eduardo Girão, Marcos Rogério e Ciro Nogueira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Bom, eu levantei aqui, primeiro, que o Consórcio Nordeste não tem nenhuma dificuldade de vir aqui se pronunciar sobre essa compra e sobre outros assuntos. No entanto, o Consórcio Nordeste tem uma representação legal, que é o seu Presidente, que, inclusive, já se colocou à disposição para vir aqui, independentemente da decisão do Supremo Tribunal Federal. Ele viria aqui mediante convite. Segundo: é muito claro que o poder de investigação desta CPI, no que diz respeito a recursos transferidos para os Estados, é claro no sentido de que têm que ser recursos que foram transferidos a título de enfrentamento à pandemia; segundo, têm que ser recursos de transferência voluntária e do Governo Federal, obviamente.

Eu entreguei aqui ao Senador Girão, porque foi entregue na Secretaria da CPI, um documento que demonstra que os recursos que foram aplicados foram recursos dos governos estaduais, da chamada fonte 100, à exceção do Estado da Paraíba, cujo recurso é da transferência fundo a fundo, portanto transferência obrigatória. Isso, portanto, já eliminaria a possibilidade de investigação nossa dessa aquisição por parte do consórcio, que, aliás, já é resultado de processo que andou na Justiça estadual e que está agora no STJ – que está agora no STJ.

Pois bem, além do mais, em relação a essa pessoa especificamente, ele ocupa um cargo no consórcio que é o de secretário executivo do consórcio; ele não é ordenador de despesa, ele não tem poder de decisão sobre a questão de contratos que foram realizados e ele não é funcionário de nenhum dos Estados. O consórcio, na verdade, é uma figura jurídica que não tem recursos próprios, que não recebe dinheiro do Governo Federal, nem tem autonomia pra aplicar como consórcio. Portanto, não caberia essa convocação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essa razão é que eu proponho que nós adotemos como solução a proposta apresentada pelo Senador Rogério Carvalho, que foi a de transformar, pelo menos nesse caso, em convite, para que venha aqui o representante legal do consórcio, que é o Senador Wellington Dias. Então, é por essa razão que eu entendo que não cabe, e essa decisão seria facilmente questionada e derrubada na Justiça.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só pra dizer, Senador Humberto, que, por mais que V. Exa. faça os argumentos, eu não vejo... Se é fonte 100, quando o Carlos Gabas estiver aqui, ele diz bem assim: "Olha, isso é fonte 100, isso é fonte 200, isso é fonte 1.000, isso não tem recurso federal, não houve nenhum tipo de problema". Porque o que se passa, parece, é que as pessoas não estão querendo que o Carlos Gabas venha aqui. Parece que tem alguma coisa a esconder. Eu acho que não, que é bom ele vir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

Para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É bom ele vir. Sabe por que, Senador Humberto? Parece que V. Exa... Não é o seu caso, não é o meu caso e tenho certeza de que não é o caso do Senador Otto. Conheço bem o Senador Otto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é o caso de querer esconder nada, não. Então, veja bem, eu acho que o Carlos Gabas vai acabar, se ele tiver realmente argumento, com essa historinha de "Olha, estão escondendo". Porque isso já deu, sabe? Isso já deu. As pessoas ficam querendo julgar a gente, como o caso ontem do ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Olha, veio aqui e não falou nada com nada. Problema dele, não é meu, não, como não é seu nem do Senador Otto e de Senador nenhum do Nordeste ou do Governador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Eu acho que eu estou fazendo uma defesa maior da presença do Carlos Gabas que V. Exa. possa fazer agora, mas eu passo a palavra a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, eu só queria dizer que eu tenho todos os documentos aqui de que são verbas federais, auditoria da CGU, TCU. Tenho tudo aqui mostrando isso. Então, eu queria só pedir pra que a gente pudesse votar logo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sr. Presidente, sendo assim, para a gente acabar com essa conversa mole aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério...

Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... eu retiro a contestação e nós votamos, então.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Nós votamos a favor, Sr. Presidente. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos votar a favor!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Vamos votar e vamos ouvir o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É isso, porque, senão, quando V. Exa. faz a defesa e o Senador Otto faz a defesa, teve até um questionamento...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Espere aí, Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Nós estamos querendo só seguir a legalidade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Olha, levantar suspeita...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Levantar suspeita sobre o Senador Otto, da conduta dele, pelo que eu conheço do Senador Otto, é uma injúria contra o Senador Otto sem tamanho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas quem levantou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Quando V. Exa. defende parece que...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não. Eu não estou defendendo a figura do Dr. Carlos Gabas. Por sinal, eu o conheço muito pouco. Eu estou apenas, Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu estou apenas em cima do que foi o ato, publicado no *Diário Oficial*, do Presidente Rodrigo Pacheco.

Se o Senador Eduardo Girão tem provas de que tem recursos federais, pelo menos no meu Estado não teve recursos federais. Eu tenho, inclusive, toda a prova que foi da fonte de arrecadação própria – fonte 100. Dos outros Estados eu não tenho informações. Agora, o que está no requerimento é exatamente transferência de recursos voluntários para os Estados.

Quando o Senador Humberto Costa coloca a posição dele, não é também em defesa do que está errado ou do que foi feito errado, porque nós não estamos aqui para ter compromisso com o erro, mas vai, de alguma forma, fazendo uma convocação dessa, quando não tem recursos...

Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Aí, fica difícil. (*Pausa.*)

Não, termine. Eu espero. (*Pausa.*)

Quando dois estão falando, um tem que parar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, essa movimentação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Um tem que parar. (*Pausa.*)

O caso em tela... E o Senador Humberto coloca o presidente do consórcio, que é o Governador do Estado do Piauí; está trazendo uma autoridade maior do consórcio, o presidente do consórcio, para aqui vir debater.

Esse caso mesmo do Senador Girão – e ele tem todo o direito, claro, para a investigação –, a investigação que foi feita no caso dos respiradores foi feita por determinação do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador da Bahia, Rui Costa, que é um Governador que se elegeu com 78% dos votos e continua com a mesma popularidade. Uma pessoa de bem, um cara honesto, um homem honesto, acima de qualquer suspeita. Quem fez a investigação? A Polícia Civil da Bahia. Determinada por quem? Pelo Governador Rui Costa. Prendemos... Foram presos os bandidos, cinco fraudadores de uma licitação. Estavam presos lá. De forma inusitada, no Ministério Público do Estado da Bahia, um promotor pediu a liberdade dos presos – uma coisa inusitada que aconteceu –, e o juiz deu a liberdade dos presos, que já estavam para confessar o crime e devolver os recursos que foram pagos em um momento difícil da vida de um Governador, faltando, tendo que comprar respiradores para colocar nos hospitais...

Porque não é fácil sentar na cadeira. O senhor sabe, foi Governador e sabe que numa situação dessa natureza para salvar vidas, às vezes, o momento de urgência pode levar a um caso dessa natureza. Então, eu não estou aqui para defender absolutamente a figura do Sr. Carlos Gabas. Tenho pouco conhecimento com ele.

Estou apenas relatando os fatos, porque não foi a Polícia Federal que fez a intervenção, quem fez foi a Polícia Civil da Bahia: agiu, prendeu. E, lamentavelmente, na história do Ministério Público do meu Estado, um procurador pediu a liberdade, o que nunca pedem, pedem para prender, pedem para dar condução coercitiva, qualquer coisa dessa natureza, mas nunca para dar liberdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir, por último, o Senador Marcos Rogério e vou votar, porque o convidado já está aí...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, Presidente, eu gostaria de aqui mostrar as provas. Eu lhe peço o mesmo tempo que o senhor deu para os colegas para que eu possa mostrar as provas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma ponderação e espero com sinceridade que todo este tempo de discussão paralelo que houve aqui não tenha sido motivado para se chamar ao plenário alguém que, de repente, pudesse dar um voto a mais para derrubar este requerimento. Espero que não tenha sido... A cena que se movimentou aqui foi muito clara.

Este é um caso clássico. Ouvi argumentos aqui dizendo: "Olhem, não devem chamá-lo aqui, não devem investigar, porque já teve inquérito na polícia, já tem ação no STJ". Tem convocado vindo à CPI que já passou por todo esse caminho e foi até condenado duplamente! Será que esse argumento realmente é argumento de fundo sustentável? Porque quem vai estar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui hoje já passou, inclusive, por uma condenação, e, ainda assim, a CPI o convocou para estar aqui. Então, esse argumento não se sustenta.

Outro aspecto, a Polícia Civil...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, por favor, vamos dar andamento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhem, eu não sei por que se incomodam tanto! Quando a Oposição fala, fala à vontade, o tempo que quer, o que quer, como quer. Quando alguém que pensa diferente começa a falar, a incomodação levanta! É um caso extraordinário!

Mas eu quero, Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É um caso de desperdício do tempo do cidadão brasileiro, é um caso de desperdício de tempo, Sr. Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, quando é Oposição que está falando, aí não é desperdício de tempo, aí está tudo certo! Quando é estratégia para falar alguém para poder...

Presidente, vou concluir a minha fala dizendo o seguinte: a vinda do Sr. Gabas a esta CPI é algo que vai determinar se esta CPI realmente tem um lado – e não é um lado político, não, de ser contra o Presidente ou a favor do Presidente –, o lado da busca da verdade, se tem ou não tem.

E digo mais: tem outro personagem que nós deveríamos trazer aqui, que tem requerimento meu aí também, que a Polícia Civil da Bahia também está investigando e que, por uma razão objetiva, o afastaram do cenário para poder dar um ar de que foi feita justiça, que é o Sr. ex-Secretário Bruno Dauster. É necessário que ele venha aqui também, porque foi responsável por um processo importante naquele Estado.

Neste momento, Sr. Presidente, acho que todos nós temos a compreensão da necessidade imperiosa de se trazer aqui o Sr. Gabas para esclarecer os escândalos envolvendo o Consórcio Nordeste.

É a ponderação que faço a V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por último, o Senador autor do requerimento, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – MUITÍSSIMO obrigado, Presidente.

Eu tive acesso a diversas notas técnicas produzidas pela Controladoria Regional da União, braço regional da CGU na Bahia, em parceria com o Ministério Público do Estado da Bahia, nas quais ela faz uma análise depurada de despesas realizadas pelo Consórcio Nordeste, bem como pelo Governo da Bahia, relacionadas a enfrentamento da Covid-19.

Na Nota Técnica nº 9, de 2020, de 3 de junho de 2020, que tenho aqui em mãos para mostrar – são dezenas de páginas, assinadas por dois auditores federais de finanças e controle, que tratam da compra de 300 respiradores –, apontam-se diversos indícios de irregularidades nessa aquisição, entre eles, contrato eivado de vícios para respaldar a compra milionária dos respiradores pulmonares aqui referidos.

2. Falta de zelo na escolha da contratada para o fornecimento dos equipamentos: não restou evidente o critério adotado para a escolha da empresa Hempcare, que comercializa produtos à base de maconha, principalmente pelo fato de o valor referente ao objeto do contrato ser 490 vezes maior do que o capital social da referida empresa, que era de apenas R\$100 mil, e por não ser uma companhia do ramo de importação de equipamentos hospitalares.

3. Não foi identificado no portal de transparência ou disponibilizadas informações referentes à execução de verbas pelo Consórcio Nordeste, inclusive quanto aos gastos de Covid-19, fato que fere a Lei 13.979, de 2020, que determina a imediata disponibilização de contratações e aquisições em *link* específico no *site* da internet.

Ainda segundo a nota técnica, a PGE da Bahia limitou-se a observar a habilitação jurídica e fiscal da contratada, deixando de se analisar a comprovação da capacidade técnica e operacional da Hempcare, que é uma companhia em que não há empregados, não há registro de empregados, não possuindo sequer endereço comercial, e, sim, um endereço residencial em São Paulo, que eu mostro aqui para os senhores. Eu mostro para os senhores a sede da empresa, que é residencial...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... nesse edifício aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente Omar Aziz...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... em São Paulo.

Por favor, Sr. Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Eu faço questão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Por favor, eu gostaria de concluir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - Para que o Senador Marcos Rogério não se sinta perseguido, eu faço questão de fazer essa ressalva. Nós temos dezenas de requerimentos. Se cada requerimento for sustentado dúzias de vezes...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu preciso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... a gente não chega a lugar nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas esse chama a atenção, inclusive, do seu Estado, de Sergipe.

Eu gostaria... Inclusive, vou falar de Sergipe aqui, vou falar de Sergipe se o senhor deixar, se o senhor permitir.

Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Senador Girão, vai ser votado o requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Para concluir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Pelo amor de Deus!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas eu preciso mostrar as provas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir. Vamos, vamos...

O pagamento executado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou, eu vou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos votar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Deixa eu concluir, Presidente. O senhor não vai... Toda vez eu falo o senhor corta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Toda vez que eu tento falar, o senhor corta a minha palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Tem um depoente, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu preciso terminar, por favor.

O pagamento executado de forma antecipada, R\$48 milhões do povo nordestino, sem observância dos trâmites legais, da execução de despesas publicadas e sem a existência de garantias de cobertura de danos ou prejuízos decorrentes do contrato. Tal fato indicava, desde o início, alto risco de inexecução contratual.

Para fechar: o pagamento do total contratado foi feito mediante transferência para o banco Itaú. Sabe por quem? Pelo Sr. Joseilton Gonçalves dos Santos, Diretor Administrativo e Financeiro do Consórcio Nordeste, e pelo Sr. Carlos Gabas, Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, em duas parcelas: no dia 7 e 8 de abril, portanto, antes da emissão da nota fiscal.

O interessante dessa empresa aqui... Pra mostrar outro documento, Presidente, está aqui a transferência no valor de R\$48 milhões, e as notas fiscais estão aqui. Eu vou encerrar, mas eu vou entregar esse documento pra imprensa daqui a pouco, lá fora. O interessante, Senador



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Rogério, é que essa empresa só teve duas notas fiscais em dois anos de trabalho, ou seja, muitos indícios de que é uma empresa de fachada.

E se esta CPI, que tem 82% de Senadores... Olha que detalhe, Jorginho Mello, você é uma raridade aqui, porque esta CPI – pouca gente sabe disso – 82% dos Senadores que a compõem, entre titulares e suplentes, são sabe de onde? Do Nordeste e do Norte do Brasil – dez Senadores do Nordeste. Por isso que eu gostaria que a gente votasse votando contra a corrupção aqui.

Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é razão de suspeição? Isso é uma irresponsabilidade. Isso é uma irresponsabilidade da sua parte, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Humberto: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados", Mateus 5:3.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A justiça de Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a gente vai de jegue. Vai de jegue.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Paraíba e Sergipe, eu estou com as provas. Eu estou aqui com as provas da Paraíba e Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De jegue, para quem não conhece.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se o senhor me der tempo, eu posso concluir.

Se o senhor me der tempo, eu posso concluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me desculpe.

Agora é o seguinte – só um minutinho, Senador –: eu vou ser muito rígido a partir de agora, quando estiver presidindo. Aqueles Senadores que pegam e trazem um catatau pra ler,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a assessoria escreve e nem sabem, às vezes, o que está escrito ali, e passam 15 minutos lendo, depois vão fazer as perguntas, isso acabou. Quinze minutos pra todos os Senadores, independentemente de oposição, situação, direita e esquerda. E mais: questão de ordem levantada são três minutos – três minutos. Questão de ordem: três minutos; marcou, eu vou encerrar. Porque, senão, eu vou ter que pegar aqui, as pessoas vêm pra cá pra fazer uma pergunta – eu não vou citar Senadores aqui –, leem um textão, defendem quem quer que seja e depois, no final, já quando espira o tempo, fazem duas, três perguntas pra ficarem 20, 25 minutos.

Então, a partir de hoje, eu peço aos colegas Senadores e Senadoras que não ultrapassem 15 minutos. Quem não fizer a pergunta antes vai ficar sem... E não peçam pra mim: "Senador, me dá mais um minuto". Não darei. Serei muito rígido. Sabe por quê? Porque esse tipo de coisa só faz atrapalhar.

O convidado nosso, o convocado está aí fora, e nós estamos aqui. Vamos em votação, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para questão de ordem.) – Presidente, questão de ordem.

Para uma questão de ordem, questão de ordem.

Apresento questão de ordem com esteio dos arts. 306 e 153 do Regimento Interno do Senado Federal associado ao art. 252 do CPP. Há de se ressaltar que uma das principais competências das comissões parlamentares de inquérito é a sua correlação com o processo penal vigente no País. O que queremos reforçar é que, nos casos de CPIs, os Parlamentares, que exercem funções atípicas, a de legislar, acabando por exercer a função de investigadores. As comissões parlamentares de inquérito criadas dentro do Parlamento se assemelham às instruções probatórias de juiz, ou seja, seus atos são fundamentais para definir o indiciamento ou não dos investigados. Tanto o Regimento Interno do Senado Federal quanto a Constituição Federal exigem das suas autoridades a aplicação do princípio da impessoalidade e moralidade nos atos que possam ser praticados também pelos seus agentes públicos.

Esse princípio constitucional deve ser obedecido, não cabendo discricionariedade no momento da sua aplicação. O princípio da impessoalidade é tão importante que, em diversas passagens do Regimento Interno, está tipificado como dever do Senador em abdicar-se da votação quando o Parlamentar tiver interesse pessoal no caso em questão – art. 306 do Regimento Interno do Senado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

In verbis, art. 306: "Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de *quorum*".

Art. 153, também do Regimento Interno do Senado Federal, inserido no Capítulo XIV, ao tratar da matéria atinente às Comissões Parlamentares de Inquérito e seus processamentos, preconiza que: "Art. 153 Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal".

Desse modo e tendo em vista as previsões elencadas no Código de Processo Penal, que é a norma a ser aplicada de forma subsidiária, consoante expresso no Regimento Interno, verifica-se o art. 252 do referido diploma processual, o juiz... Pra concluir: "O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que: [...] ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito".

Pra encaminhar o pedido para o senhor aqui, dessa questão de ordem... Pode-se perceber que, intrinsecamente, o princípio da impessoalidade permeia regras internas do Senado da República, bem como da legislação penal e própria da Carta Magna e, dessa forma, impera ser respeitado. Não é segredo pra ninguém que o Senador Renan Calheiros...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente, espera aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Acabou o seu tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, não! Espera aí, eu estou o Twitter...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Acabou! Acabou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu estou com o Twitter do Senador Renan Calheiros aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Ele se declarou impedido para votar, isso foi colocado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o seu tempo, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu só queria que fosse cumprida a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o seu tempo, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, só alertar, Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu só queria que fosse cumprida a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o tempo. Eu dei três minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente... V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passou dos três minutos. Acabou o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente, o Regimento diz...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coloca...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, o tempo regimental... O tempo regimental...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O tempo regimental para uma questão de ordem é cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas eu estipulei três agora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. está acima do Regimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Plenário é maior do que o Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente. V. Exa. não deliberou sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Plenário é maior do que o Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Plenário deliberou... Vota, Sr. Presidente, coloca pra votar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, o Regimento... Presidente, o Regimento diz claramente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. devia ter questionado a hora que eu falei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Sr. Presidente! V. Exa. não pode mudar o Regimento como quer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Plenário pode.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não pode, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pode!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não pode, Presidente! Não faça isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, coloca em votação!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Quando eu comecei a falar, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não faça isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Faça a chamada, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não faça isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Faça a chamada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente, falta um parágrafo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu concordo com V. Exa. com relação à disciplina...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... mas não pode atropelar o Regimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, ele está concedendo.

Senador Marcos, ele está concedendo pra eu terminar. Agradeço.

Não é segredo pra ninguém que o Senador Renan Calheiros, Relator desta CPI é pai do Governador do Estado de Alagoas, unidade federativa que compõe o Consórcio Nordeste, que, portanto, também participou da frustrada e provavelmente fraudulenta compra de 300 ventiladores pulmonares em face da empresa Hempcare, matéria tratada nos Requerimento nºs 102, 633, do Senador Ciro, e 682 também do Senador Marcos Rogério.

Ademais, o próprio Relator desta Comissão já declarou em seu Twitter - está aqui o Twitter -, no dia 23/04/2021, às 16h50 - abre aspas: "Desde já me declaro parcial para tratar qualquer tema na CPI que envolva Alagoas. Não há sequer indícios quanto ao Estado, mas a minha suspeição antecipada é decisão de foro íntimo". Por isso, defendo e arguo a V. Exa. que o Senador Renan Calheiros se declara impedido de votar o tema que envolve os Requerimentos nº 102, de minha autoria, e os Requerimentos 633, 682, de autoria, respectivamente, dos Senadores Marcos Rogério e Ciro Nogueira.

Caso V. Exa. rejeite a presente questão de ordem, requeiro que a mesma seja submetida à deliberação do Plenário desta Casa, nos termos do art. 405, do Regimento Interno do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu vivi para ver um colega Senador tentar impedir outro colega de votar. Eu vivi pra ver isso!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Primeiro que essa questão de ordem já foi votada aqui. Está certo? Isso foi votado lá atrás. V. Exa., inclusive, foi até para a Justiça e perdeu na Justiça. Então, essa questão de ordem... Tu tens que explicar para a tua assessoria que essa questão de ordem... Só um minutinho, Senador, o senhor falou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas esse Twitter dele foi depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, me ouça! Senador, me ouça. Senador, me ouça, por favor.

Escuta o seu assessor aí. Explica aí para ele, amigo. Explica!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, o que o senhor está fazendo? O senhor dá nota para cada Senador aqui. Respeite os Senadores! Aqui não é Escolinha do Professor Raimundo, não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é escolinha do Professor Raimundo, não! Respeite os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E V. Exa. é um mau aluno!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor faz o que quer aqui dentro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. é um mau aluno!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor faz o que quer aqui dentro! O senhor faz o que quer aqui dentro! Manda e desmanda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente!

Presidente, eu acho que, propositadamente, querem atrasar um depoimento. Então, não vamos cair na corda. Vamos votar, vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu vou... Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... querem ouvir o que o Governador tem a dizer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Conduza, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu só vou responder à questão de ordem do Senador Eduardo Girão.

Essa questão de ordem já foi votada. E V. Exa. já fez essa questão de ordem aqui, pedindo impedimento. Depois veio aqui o Senador Marcos do Val e fez a mesma coisa, e eu indeferi. Então, é a terceira vez que eu estou indeferindo a suspeição do Senador, que tem as mesmas prerrogativas que qualquer um de nós aqui, o Senador Renan Calheiros. Veja bem, essa suspeição que V. Exa. coloca já foi colocada, isso já foi julgado por um juiz de primeira instância, já foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal, está certo? E V. Exa. insiste.

Então, veja bem: quando o Senador Renan colocou essa questão, isso foi antes das decisões judiciais que foram dadas e antes das questões de ordem colocadas. Então, isso para a gente é ponto pacífico já. Então, V. Exa. fez aí os argumentos e ultrapassou em muito o tempo que nós tínhamos estipulado aqui.

Então, vou colocar em votação e vou rejeitar, porque não é a primeira vez, Senador Eduardo Girão, que o senhor levanta essa mesma questão de ordem. O senhor pode até ter colocado outras palavras, mas é a mesma questão de ordem. Eu tenho uma memória muito boa, Senador Girão, mas muito boa mesmo.

Então, está rejeitada a sua questão...

Agora, coloco em votação.

Como V. Exa. pediu para colocar em votação, em votação a questão de ordem.

Aqueles que não aceitam a questão de ordem do Senador Girão permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado à unanimidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, deixa eu fazer uma ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Está bom, Senador. O senhor me desculpe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, Senador. Por favor! Meu amigo, por favor, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não vou polemizar não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou votar esse requerimento e vou chamar o convidado. Depois a gente vota os outros requerimentos, ainda hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só vou votar esse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A minha votação foi contrária, viu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Eu quero trazer o convidado, que já está há uma hora esperando a gente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei que o senhor quer trazer o convidado, mas tudo que eles querem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Os outros requerimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é que nós não votemos os outros requerimentos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É. Por quê? Não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar hoje ainda, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele começou a sessão aqui pedindo para inverter a ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vamos votar.

Inverter a ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, nós não podemos prejudicar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ai o senhor está cedendo demais, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... o resultado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vamos votar tudo. Vamos votar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Obstrução mesquinha essa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - A minha questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Quatro; o Tasso, cinco; e o Senador Jader, seis.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

Votação nominal.

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Não se encontra.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - "Não".

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - "Sim".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Não, não. Primeiro o suplente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, Senador Jader Barbalho. (*Pausa.*)
Senador Jader Barbalho. (*Pausa.*)

"Não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Cadê a voz dele, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde está a voz dele? Ninguém ouviu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu também não ouvi a voz dele, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Abre aqui. Está aqui na coisa.

Bota a imagem do Senador Jader Barbalho, por favor. Bota aí.

Senador Jader Barbalho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não".

Ouviu agora?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Duvidar do Presidente... Duvidar do Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Jader Barbalho já disse "não". O pessoal ainda...

Você ouviu, não é, Ciro?

O Ciro está aí... O Ciro entendeu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Só vimos, Presidente; não ouvimos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Gente, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, "sim".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Meu voto é "sim", só ratificando... Retificando, Presidente, que o Senador Renan Calheiros postou no dia 23 de abril no Twitter. Foi antes... A decisão foi antes; a postagem foi depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não".

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sem blindagem, Sr. Presidente; o voto é "sim", pela convocação do Sr. Carlos Gabas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seis a quatro: "não".

Está rejeitado o requerimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convocação do representante da Janssen do Brasil, do Senador Alessandro Vieira, em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convocação do Deputado Fausto Vieira dos Santos - tem muito a explicar aqui nesta CPI - e Péricles Rodrigues do Nascimento, ambos Deputados Estaduais do Estado do Amazonas, do Senador Marcos Rogério.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convocação do Francisco Emerson Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Transferência de sigilo já foi votada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora, está faltando aqui a quebra de sigilos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Só em relação... Em relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já foi votado? Já?

Agora vou convidar o ex-Governador Wilson Witzel.

Agora, retiraram daqui a EMS. Foi retirada a EMS? A transferência de sigilo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, tem informações complementares que vamos receber e encaminharemos a V. Exa. no momento mais oportuno.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão como uma questão de ordem.

Eu sugeriria a V. Exa., me perdoe, que nós tirássemos um dia da semana pra fazer reunião administrativa, sem que a gente compromettesse aqueles depoimentos que são feitos. Então, um desses dias, nós nos reuniríamos só pra votar requerimentos, convocações, enfim. À medida que o tempo for passando, isso vai se tornando desnecessário. Mas, por enquanto... Veja que nós perdemos aí quase duas horas do depoimento do Governador Witzel. Fica, aliás, não como uma questão de ordem, como uma sugestão a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Rapidamente, Presidente, só pra comunicar a V. Exa. e, na verdade, até ajustar com V. Exa.: que alguns requerimentos de quebra de sigilo que precisamos apreciar para V. Exa. pautar na reunião, conforme, inclusive, a orientação do Senador Humberto, mais adequada administrativa, porque essas quebras de sigilo são necessárias pra esta CPI...
(Pausa.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Antes do início do depoimento, eu lhe peço 30 segundos só para um esclarecimento referente ao Estado de Sergipe.

O Estado de Sergipe, que foi mencionado pelo Senador Eduardo Girão, é governado por Belivaldo Chagas, Governador do seu partido, PSD. Eu sou opositor, entendo que o Governo tem problemas gravíssimos, mas, particularmente, neste ponto, o recurso utilizado foi estadual. Eu não sou oportunista, eu não estou aqui pra fazer brincadeira. As coisas são muito sérias. O recurso que foi enviado ao Consórcio Nordeste por parte do Estado de Sergipe foi estadual. Um escândalo, tem desvio, o Estado foi prejudicado, mas não é este o espaço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que ele citou o meu nome, eu queria colocar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira, o senhor sabe que não é verba estadual, é federal. O senhor sabe porque, inclusive, foi estornado, foi feito o pagamento, e foi estornado justamente para burlar. Mas a Paraíba, por exemplo, tem um documento...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Da Paraíba, o senhor fale com os paraibanos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, mas em Sergipe...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Quando for falar de Sergipe e quando for falar de combate à corrupção, o senhor faça isso com a responsabilidade que o tema exige. Veja, as coisas são sérias.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O tema exige que a gente não blinde ninguém. O termo exige que a gente busque a verdade, seja do Governo Federal, do governo estadual...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, querem atrasar o depoimento do Governador Witzel. Eu não sei o que é que estão temendo que o Governador Witzel fale aqui. Vamos deixar o Governador falar, homem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu quero aqui cumprimentar o ex-Governador Wilson Witzel. É um prazer tê-lo aqui, ex-Governador.

A Comissão foi notificada da decisão do Ministro Nunes Marques no Habeas Corpus nº 203.227, impetrado em favor do depoente Wilson Witzel, com o seguinte dispositivo:

[...] defiro o pedido de *habeas corpus* para dispensar o paciente, caso queira, de comparecer perante a CPI da Pandemia e, em caso de opção pelo comparecimento, garantir-lhe: o direito ao silêncio, a não assumir o compromisso de falar a verdade (em razão da condição de investigado e não de testemunha) e à assistência de advogado.

Esclareço que o direito de não comparecer, exercido pelo depoente, não resultou da sua condição de ex-Governador, que é objeto de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental própria, mas da sua condição de investigado.

Sr. Wilson, V. Exa. está albergado por *habeas corpus* e, por essa razão, não é obrigado a prestar compromisso de dizer a verdade, mas pode fazê-lo, mesmo tendo sido classificado como investigado, se assim desejar.

V. Exa. gostaria de prestar esse compromisso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Senador Omar Aziz, Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui; Senador Renan Calheiros, em nome dos quais eu cumprimento todos os demais integrantes desta douta CPI, a minha condição aqui é única e exclusivamente de esclarecer a verdade. O meu compromisso sempre foi, como Juiz Federal, como Defensor Público, servidor há mais de 30 anos, falar a verdade. Então, não tenho medo da verdade. Estarei aqui à disposição.

Evidente que os advogados que me acompanham têm estratégias para defesa nos processos, e, eventualmente, eles podem me pedir para não falar sobre determinada questão que será submetida a requisições e pedidos na esfera criminal lá no Rio de Janeiro. Então, por uma questão de respeito aos profissionais, eu, apesar de ter sido Juiz Federal, respeito que eles estão advogando, então eu não posso contrariar as orientações dos advogados, mas tenho certeza de que não haverá problema em responder toda e qualquer pergunta aqui, na CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Então, vou passar... V. Exa. teria 15 minutos pra falar, ou quer que eu passe diretamente ao Senador Renan Calheiros, como Relator?

O SR. WILSON WITZEL – Sr. Presidente, seria importante fazer uma breve explanação sobre os fatos.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui, prestar a minha solidariedade ao povo brasileiro. O Senador Renan está ali com a quantidade de vítimas dessa pandemia, uma triste realidade que o nosso País enfrenta, que certamente poderia ter sido reduzida caso nós tivéssemos uma melhor organização, melhor entendimento, melhor diálogo entre o Governo Federal e os Governadores dos Estados.

Então, inicialmente, quero deixar aqui a minha solidariedade a todos os mais de 450 mil mortos, e certamente isso tem sido doloroso pra todas as famílias, inclusive pessoas próximas a mim, que já faleceram.

Diante desse contexto da pandemia, que se inicia praticamente no mês de março de 2020, eu quero dizer, Sr. Presidente, que nós, Governadores, desde o início do controle da pandemia, buscamos tomar as medidas de acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde. A partir do momento em que os Governadores e os Prefeitos sentiram a necessidade de seguir orientações eminentemente técnicas dos órgãos de saúde internacionais e internos, nós, Governadores, pedimos ao Presidente da República, diversas vezes, e, se não constam ainda da CPI, é importante que todas as cartas que os Governadores fizeram sejam encaminhadas a esta CPI e constem do relatório, porque fizemos várias reuniões, suplicando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Presidente da República que nos atendesse, que nós pudéssemos conversar para poder encontrar soluções em conjunto, soluções que outros países encontraram, países como a Espanha, como a Itália, que tiveram dificuldade para o controle da pandemia e que têm um sistema de saúde muito melhor do que o nosso, países como a Inglaterra, países como a Alemanha... Mas, infelizmente, no caso do Brasil, a nossa situação foi absolutamente diversa disso.

Os Governadores, Prefeitos de grandes capitais, Prefeitos de pequenas cidades ficaram totalmente desamparados do apoio do Governo Federal. Isso é uma realidade inequívoca, que está documentada em várias cartas que nós encaminhamos ao Presidente da República. E, no Fórum de Governadores, que eu integrava, como um dos organizadores, ao lado do Governador João Doria, fizemos vários pedidos ao Presidente para reunião. Nas poucas reuniões – salvo engano foram duas reuniões que nós tivemos com o Presidente –, foram reuniões em que o que se percebeu foi a politização da pandemia, o Governador Doria foi frontalmente atacado na reunião, de uma forma descortês.

Eu fiz pedidos para que nós pudéssemos, ainda no início da pandemia, ter uma ação do Governo Federal conjunta, porque outros países... E é preciso, Srs. Senadores, não olhar para uma cidade isoladamente, para um Estado isoladamente, e os senhores vão entender isso, porque o contexto não é específico de uma região; é a questão nacional. Se o Brasil tivesse, através do Governo Federal, não sido negacionista; o Presidente da República desse a determinação para que o Itamaraty negociasse com o Governo chinês, alemão, até mesmo os Estados Unidos, para que nós pudéssemos trazer para cá os respiradores, os insumos, e agora nós estamos vendo a questão da vacina, os Governadores – e aqui está se falando do Consórcio do Nordeste –, nós não teríamos ficado à mercê das alternâncias dos preços dos mercados internacionais.

Então, não é simples, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, chegar aqui à CPI e falar "o Governo do Estado do Amazonas, o Consórcio Norte e Nordeste, o Governo do Rio de Janeiro compraram respiradores superfaturados", porque é preciso fazer uma análise dos valores que eram praticados no mercado internacional e de que nós, Governadores, ficamos completamente desparelhados para poder comprar esses equipamentos.

E aqui foi mencionada a Lei 13.979. No seu art. 3º, inciso VII, o Governador poderia até requisitar! Não precisa de licitação, não precisa de procedimento nenhum. Ele poderia simplesmente requisitar! Mas requisitar onde? Como é que eu vou requisitar ao Governo da China receber respirador? Isso é uma negociação internacional, e não foi feita.

E eu quero que os senhores agora me deem uma atenção especial, pelo que eu vou falar: o Governo Federal, para poder se livrar das consequências do que viria com a pandemia, criou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma narrativa. Foi uma narrativa pensada, estrategicamente pensada. Os governos estaduais ficariam em situação de fragilidade, porque não teriam condições de comprar os insumos, respiradores e, inclusive, atender os seus pacientes no Sistema Único de Saúde, que, embora seja um excelente sistema para um país como o nosso, tem dificuldade. Então, o que ficou claro é que a narrativa construída pelo Governo Federal foi para colocar os Governadores numa situação de fragilidade, porque os Governadores tomaram as medidas necessárias de isolamento social. E isso tem repercussões econômicas.

E eu quero lembrar os Srs. e as Sras. Senadoras que, no dia 13 de março de 2020, eu fui o primeiro Governador a decretar o isolamento social, de forma contundente, a fim de que nós pudéssemos controlar a pandemia no Rio de Janeiro, que é um dos Estados brasileiros que tem o maior índice de contaminação nas comunidades, em razão das deficiências dos habitantes daquelas regiões. Nós temos o maior índice de tuberculose que está registrado, e índice de tuberculose nas comunidades, Senador Randolfe, que é maior do que em países da África.

Então, a minha situação como Governador do Estado do Rio de Janeiro era crítica, e nós não conseguíamos diálogo com o Presidente. O Presidente não dialoga comigo. Como é que você tem um país em que o Presidente da República não dialoga com um Governador de Estado? E o Presidente deixou os Governadores à mercê da desgraça que viria. O único responsável pelos 450 mil mortos que estão aí tem nome, endereço e tem que ser responsabilizado, aqui, no Tribunal Penal Internacional, pelos fatos que praticou.

E eu quero dizer, continuando nessa linha: a narrativa que foi criada foi a narrativa de que "os Governadores vão destruir os empregos", porque sabia o Senhor Presidente da República que o isolamento social traria consequências graves à economia. E eu avisei a ele. Avisei a ele na reunião. O Senhor Presidente precisa liderar, sentar na cadeira de Presidente, e não ficar fazendo motociata, carreata, porque o que nós vimos no Rio de Janeiro foi vergonhoso. Carreata, Sr. Presidente Omar Aziz, carreatas me desafiando e fazendo com que a população ficasse contra o Governador e os Prefeitos, porque decretaram as medidas de isolamento.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele veio aqui pra fazer um comício, o Governador? Ele veio aqui pra fazer comício?

O SR. WILSON WITZEL – Eu tenho prazo pra falar, Sr. Senador. E eu estou fazendo a minha defesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho...

O SR. WILSON WITZEL – Estou fazendo a minha defesa, eu sei que incomoda. Mas é a verdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O nosso convidado... O convidado, inclusive, tem uma decisão judicial de que ele não precisa nem estar aqui hoje.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele veio aqui pra fazer discurso, está claro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na hora em que V. Exa... V. Exa. é uma pessoa muito educada, e todos nós sabemos disso. Vamos ouvi-lo e aí todo mundo poderá contestar e fazer as perguntas.

Fico agradecido.

O SR. WILSON WITZEL – Sr. Senador, eu agradeço a oportunidade, mas eu não estou aqui pra fazer comício. Eu estou aqui pra falar a verdade. E a verdade... V. Exa. terá a oportunidade de me indagar, da forma como entender pertinente. Neste momento eu estou falando a verdade, doa a quem doer. Eu fui cassado num mandato em que eu fui eleito com 4,6 milhões de votos num tribunal de exceção. O que aconteceu no Rio de Janeiro é uma vergonha para a história do Brasil, um tribunal de exceção, um tribunal que foi totalmente parcial.

Se o Senador olhar...

Senador, qual é o seu nome?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Jorginho.

O SR. WILSON WITZEL – Senador Jorginho, olhe a ementa do tribunal especial misto. Sabe o que está escrito na ementa? Que o Governador Witzel supostamente praticou isso ou aquilo.

Como é que um Governador pode ser cassado no seu Estado por uma ementa que diz que ele supostamente praticou isso ou aquilo, senhores? As provas periciais foram indeferidas. Isso é uma vergonha para o Brasil! Isso é uma vergonha internacional, porque as pessoas lá fora sabem quem é o Governador Witzel.

E eu quero continuar nessa narrativa que foi estabelecida pelo Governo Federal para destruir e perseguir Governadores e Prefeitos. E eu disse... No dia em que foi a primeira busca e apreensão, Senador Omar, na minha residência, eu disse: "Eu sou o primeiro; outros virão". E nós estamos assistindo aqui às investigações... Eu estou falando como quem tem a experiência de 25 anos de magistério no Direito Penal e no processo penal; eu estou falando como quem tem a experiência porque foi Juiz criminal durante mais de 10 anos, Juiz federal por 17, e Defensor Público; eu estou falando como quem tem a experiência de conduzir o processo penal: o processo penal contra mim é uma vergonha! As investigações que foram realizadas, se analisadas a fundo – e vão ser no momento oportuno –, vão verificar que são investigações que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram conduzidas para o linchamento moral e forçar o Estado do Rio de Janeiro, os Deputados a fazerem o meu *impeachment*. Tudo isso para dar corpo, Senador Humberto, à narrativa do Governo Federal – à narrativa do Governo Federal – de que os Governadores aproveitaram a pandemia para destruir empregos e acabar desviando recursos da saúde.

Eu tenho certeza de que, se nós investigarmos os recursos que foram destinados ao Estado do Rio de Janeiro, Senador Renan, vai ser verificado que não houve desvio nenhum de recurso durante a pandemia.

Se tivesse o Governo Federal adquirido os respiradores, se tivesse o Governo Federal liderado o combate à pandemia de forma séria, de forma contundente, eu tenho certeza de que nós não teríamos chegado aonde nós chegamos, infelizmente, eu não teria sido cassado no Rio de Janeiro, e nós estaríamos numa situação muito diferente, e o Brasil, avançando.

Então, eu não vou me estender demais, mas quero agradecer aos meus advogados que aqui estão – Dr. André Hespanhol, Dr. Bruno Albernaz, Diego Carvalho, Emídio Marques, Dr. Eric Trotte – porque estão trabalhando de graça! Não estão aqui por dinheiro, estão aqui como profissionais que defendem a democracia e que acreditam que o nosso trabalho foi um trabalho sério.

E, sem mais delongas, mas é importante também mencionar que a narrativa do Governo Federal vai mais além: além de dizer que os Governadores estavam destruindo empregos, que os Governadores estavam destruindo a economia, eles aproveitaram para fazer desvios de dinheiro público.

Em relação às investigações, Sr. Senador, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu tenho aqui todas as delações que foram feitas do Sr. Edmar Santos, do Sr. Edson Torres. A delação hoje é o pau de arara moderno. O sujeito é preso, aí ele vai e remonta uma história com fatos da imprensa pra dizer, como fizeram outros delatores... E nós estamos vendo agora, em relação ao que aconteceu com o Presidente Lula, a anulação de um processo em que o juiz está sendo reconhecidamente – lamentavelmente, porque foi meu colega – parcial. Isso é muito triste pra história da República, porque amanhã, Senador Humberto, vai ser reconhecido da mesma forma, só que até lá quem paga o tempo que o Governador Witzel foi cassado, o tempo que o Presidente Lula perdeu preso quando não poderia estar preso naquelas circunstâncias?

E eu quero aqui dizer claramente que existe a Cautelar Criminal 35. Essa Cautelar 35 investigou várias OSs do Rio de Janeiro, várias OSs. Só que incrivelmente a investigação das OSs parou. Simplesmente, Senador Humberto Costa, está aqui... A Medida Cautelar 35 tem uma relação de OSs. Eu vou encaminhar aqui o nome dessas OSs, e esta CPI pode e deve fazer a quebra de sigilo dessas OSs, porque ali nós vamos encontrar pra onde está indo o dinheiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Você pode declinar as empresas para esta CPI?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Posso declinar. Posso declinar o nome das empresas agora.

Essas OSs constam da Medida Cautelar 35 e, incrivelmente, após a minha cassação... E eu quero deixar claro aqui que eu fiz uma auditoria em todas as OSs, em 2019, um ano de auditoria, e o meu objetivo era intervir nas OSs e tomar as providências para moralizar as OSs no Rio de Janeiro, porque a maior máfia do Rio de Janeiro é a da saúde. E eu entrei com o objetivo de coibir os desvios na saúde e regularizar a situação das OSs, com OSs sérias ou então com a Fundação Estadual de Saúde. E, dessas OSs, Senador Randolfe, eu vou te dar o nome aqui.

Eu vou te dizer um fato curioso. O meu *impeachment* foi pautado em duas questões: a primeira, de que eu dei uma decisão favorecendo uma OS, a chamada OS Unir. Incrivelmente, a OS Unir foi uma OS que foi descredenciada pelo, infelizmente, ex-Secretário que foi surpreendido com R\$18 milhões em espécie. Infelizmente, eu não poderia saber, porque o Dr. Edmar não tinha sinais exteriores de riqueza, e, somente depois que a investigação veio à tona, ele acabou sendo surpreendido. Eu o convidei pra ser Secretário, porque era médico, Diretor do Pedro Ernesto, querido entre os médicos. E muitos se surpreenderam com o desvio ético dele, embora, do ponto de vista profissional, eu não tenha o que reclamar do Sr. Edson, do Sr. Edmar Santos.

Agora, quando a Unir foi descredenciada – e eu achei estranho o descredenciamento da Unir... Eu fui juiz. Juiz não está obrigado a seguir parecer de procurador nem de promotor. Eu tenho meu livre convencimento e eu entendi que o processo da Unir estava estranho. Agora, a minha decisão é questionada, e não foi encontrado um centavo comigo. Não tem um centavo encontrado nas minhas contas. Agora, com o Sr. Edmar, com quem foram encontrados R\$10 milhões em espécie, a palavra dele vale mais do que a minha.

E o Sr. Edmar tirou a Unir e colocou, no lugar da Unir, a OS Associação Filantrópica Nova Esperança, que está na Medida Cautelar 35. Essa Associação Filantrópica Nova Esperança não foi investigada e continua operando no Rio de Janeiro! Eu saí, a OS ficou. Então, se eu queria impedir a OS de fazer algum tipo de corrupção... Eu saí, a OS ficou. Não foi só ela. Essa OS Nova Esperança... A OS Nova Esperança...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senhor...

O SR. WILSON WITZEL – A OS Filantrópica Nova Esperança assumiu várias UPAs no Rio de Janeiro; depois, tem o Hospital Psiquiátrico Mahatma Gandhi...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Dr. Wilson, o senhor tem alguma ideia de por que essas OSs não foram investigadas?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Senador Omar Aziz, a investigação contra mim era direcionada, era para atingir o Governador Witzel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim...

O SR. WILSON WITZEL – Todos os que ficaram ao redor... Veja: teve busca e apreensão na casa do Presidente da Alerj; teve busca e apreensão na casa do Vice-Governador, que, no dia da busca e apreensão, estava aqui em Brasília. O Vice-Governador, que me substituiu, estava aqui em Brasília no dia da busca e apreensão dele. O que ele estava fazendo aqui ele não me contou até hoje. E eu não o autorizei a vir aqui falar em meu nome. Porque Vice-Governador não faz nada sem o Governador mandar. Isso está na Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Eu não mandei o Vice-Governador vir para cá. Ele estava aqui em Brasília, não me disse o que estava fazendo em Brasília. e isso eu acho que mereceria uma quebra de sigilo para saber o que é que ele estava fazendo em Brasília na véspera do meu... na véspera da busca e apreensão no Palácio Laranjeiras.

E, em relação às OSs, eu queria só continuar a relação aqui: Hospital Mahatma Gandhi; Hospital Mahatma Gandhi de novo, na outra UPA; Instituto Lagos (ILR); Instituto Mahatma Gandhi, de novo... Todas elas entraram no lugar da Unir. E detalhe: algumas dessas OSs têm classificações técnicas piores do que a própria Unir. Instituto Diva Alves do Brasil... Eu vou passar depois, Senador Aziz, todas essas questões aqui das UPAs. Associação Filantrópica Nova Esperança, de novo, assumindo uma UPA; aqui, a UPA da Tijuca, assumindo a Viva Rio – a Viva Rio assume a UPA da Tijuca...

E aqui, na Medida Cautelar 35, nós temos... Aqui, na Medida Cautelar 35, na página... Aqui na... No depoimento do Sr. Edson Torres, o Sr. Edson Torres diz o seguinte. (*Pausa.*)

Aqui, no depoimento do Sr. Edson Torres, prestado ao Ministério Público... O Edson Torres é um criminoso contumaz no Rio de Janeiro, um criminoso que está solto.

Senador... Senador Renan, o Edson Torres é um réu confesso. Ele vem praticando crimes na área da saúde do Rio de Janeiro há muito tempo. Ele confessa os crimes, as empresas dele não são bloqueadas. Eu, se fosse o juiz federal do caso, teria bloqueado as empresas, bloqueado os bens dele. E o Sr. Edson Torres está solto, as empresas estão funcionando! E aí eu pergunto: como é que o Ministério Público Federal não pediu o bloqueio das empresas, não pediu o bloqueio dos bens do Sr. Edson Torres e não impediu que essas empresas – essas OSs aqui – funcionassem? Eu achei estranho, como magistrado, ver um membro do Ministério Público não pedir aquilo que se espera que alguém peça numa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação como esta – eu tenho dez anos de experiência como juiz criminal. As OSs Solidário, Nova Esperança, Mahatma Gandhi, Gnosis e Idab. Diz o Sr. Edson Torres que essas OSs faziam parte de um grupo que dava a bendita da caixinha.

E eu estou pedindo, Srs. Senadores e Senadoras, que façam a quebra do sigilo dessas empresas para saber para onde foi o dinheiro, porque para mim não foi! Para mim, não foi um centavo, mas eu quero saber para onde foi o dinheiro! Quem é que financiou o meu *impeachment*? O meu *impeachment* foi financiado por essas OSs, e alguém recebeu esse dinheiro! E quem recebeu eu fico extremamente preocupado, porque pode ser, inclusive, do sistema de Justiça do País. Então, eu estou preocupado com isso daqui e preciso que seja investigado.

Diz o Sr. Edson Torres que esse grupo pagava essa propina de 3% a 6%. Depois, ele diz, na p.5 do depoimento dele: "que o depoente declara que teve conhecimento que houve repasse da Alerj para a Secretaria de Saúde, que tais recursos foram administrados exclusivamente por Edmar e pelos Deputados da Alerj, quando da sua distribuição".

E aqui um parêntese. Na medida em que o Ministério Público Federal pede a busca e a apreensão na casa do Vice-Governador, a busca e a apreensão na casa do Presidente da Alerj, a busca e a apreensão na casa do Relator do meu processo de *impeachment*, o Deputado Estadual Bacellar... Em todos, foi colocada a corda no pescoço. Eu aqui trago a esta CPI o seguinte questionamento: o meu *impeachment* acontece de uma forma totalmente acelerada, sem que o devido processo legal me fosse garantido. Essas pessoas, o Presidente da Assembleia Legislativa, o Vice-Governador, o Relator do meu processo de *impeachment* na Alerj, todos investigados, com a corda no pescoço. E, ao final, quando eu sou cassado, isso daqui simplesmente acabou, morreu! Não tem mais investigação! Isso é ou não é indício de parcialidade e de perseguição política ao Governador de Estado?

Agora, eu vejo aqui, nesta CPI, se falar que quer investigar Governador de Estado. A investigação de Governador de Estado é só dar a narrativa do Governo Federal de que os Governadores aproveitaram a pandemia para roubar.

Quero dizer mais, para concluir. Os Governadores não são ordenadores de despesa. Governador não tem obrigação de ficar conferindo contrato. E, no processo de *impeachment*, eu fui condenado... Isso é um risco! Aqui, quem não vai ser Governador um dia? Vai ser Governador! Eu quero saber o seguinte: quem for Governador vai conferir um contrato, vai conferir o pagamento que foi feito a A, B, C ou D? E, no processo de *impeachment*, eu fui condenado, Dr. Bruno, por omissão, omissão de ter fiscalizado a obra do hospital de campanha! Como é que eu posso ser condenado por omissão como Governador, se eu mandei todos os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos técnicos trabalharem? Ou seja, eu estou aqui agradecendo a oportunidade, mais uma vez, de falar ao povo brasileiro que o Governador do Estado do Rio de Janeiro foi perseguido vergonhosamente por instituições que não poderiam se politizar.

E, se investigar... Eu não tenho poder, Senador Randolfe, de investigar, mas V. Exas. têm. V. Exas. têm o poder de investigar. E aqui já se foi falado que os membros de uma CPI têm poderes inerentes aos de magistrados, de juízes, com algumas limitações, obviamente. Mas eu digo, inclusive, Senador Randolfe, que a CPI pode deferir, sob segredo de Justiça – e aqui vai uma sugestão –, sob segredo de Justiça, deferir, com o apoio do Supremo Tribunal Federal, medidas cautelares de busca e apreensão de celular, de documentos, de forma sigilosa, com o apoio do Supremo, para nós sabermos quem é que está por trás do meu *impeachment*, porque, por trás do meu *impeachment*, estão aqueles que se aliaram a esse discurso, esse discurso de perseguição aos Governadores. E eu só fui o primeiro, porque, depois de mim, outros Governadores foram atingidos por essas investigações superficiais, rasas, e que agora estão fragilizando os Governos estaduais. Esse é um objetivo de enfraquecimento do Estado democrático de direito, e nós não podemos permitir isso.

O Senado tem, hoje, o dever, a obrigação de tomar as medidas necessárias para acabar com essa farsa que nós estamos vivendo de perseguição aos Governadores. E eu hoje estou aliado do mandato para o qual fui eleito por mais de 4,6 milhões de fluminenses.

Eu, vindo para cá – estou encerrando –, no aeroporto, fui abordado por um cidadão da cidade de Campos – Dr. Emídio estava comigo. Ele veio chorando falar comigo: "Governador, o que fizeram com o senhor, Governador? O que fizeram com o senhor é muito triste. Como é que a gente pode acreditar no futuro, se o Governador que nós elegemos foi cassado de uma forma totalmente inaceitável, porque era um Governo que estava dando certo?" Tem problema? Tem! Mas eu nunca deixei de dialogar com a esquerda nem com a direita, porque eu não me considero nem de esquerda nem de direita; eu me considero um cidadão que deixou a magistratura por amor ao nosso País. Eu deixei a magistratura para poder fazer para o meu Estado do Rio de Janeiro o que eu acho que deveria ser feito. E não pude avançar mais porque a corrupção é grande e não iam querer que alguém que foi juiz federal, que não tem compromisso com corrupção, continuasse governando o Estado do Rio de Janeiro para poder, enfim, dar um futuro diferente. Eu saí. As OSs, Senador Humberto, estão lá. As OSs estão lá no Estado, operando livre e abundantemente com seus operadores. O Sr. Edson Torres está solto, está operando livremente, e eu estou aqui, infelizmente, impedido de governar o meu Estado.

O que eu espero? Que, em breve, o Supremo Tribunal Federal reconheça a parcialidade do julgamento, o tribunal de exceção a que eu fui submetido, e eu possa retornar ao Governo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Estado para poder terminar o meu mandato e prosseguir na vida política. Eu quero fazer parte deste País, porque o nosso País precisa de rumo e hoje ele está completamente sem rumo.

E finalizo: tudo isso começou porque eu mandei investigar, sem parcialidade, o caso Marielle. Quando foram presos os dois executores da Marielle, o meu calvário e a perseguição contra mim foram inexoráveis. Ver um Presidente da República, numa *live* lá em Dubai, acordar na madrugada pra me atacar, pra dizer que eu estava manipulando a polícia do meu Estado; ou seja, quantos crimes de responsabilidade esse homem vai ter que cometer até que alguém o pare? E, se nós não pararmos, esta república chavista ao contrário vai avançar cada vez mais e o nosso País é quem mais vai sofrer com o que nós estamos vivenciando hoje.

Agradeço a oportunidade de poder fazer a minha defesa, que até agora eu não pude fazer, não pude falar isso. E aqui eu entendo que é o ambiente pra se falar, o Senado da República, independentemente da opinião ideológica de cada um. É um Governador que foi ilegitimamente cassado por um tribunal de exceção, e isso não pode continuar. Eu espero que a ordem democrática seja restabelecida e que eu possa retornar. Quem sabe o mandante do caso Marielle vai ser descoberto.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. ex-Governador Wilson Witzel.

A palavra com o Relator.

O depoente está à sua disposição, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ex-Governador Wilson Witzel, eu quero, em primeiríssimo lugar, cumprimentá-lo pela presença corajosa neste depoimento.

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Inclusive, Senador Renan, eu tenho certeza de que eu corro risco de vida. (*Fora do microfone.*)

Eu corro risco de vida. Eu tenho certeza, porque a máfia da saúde no Rio de Janeiro e quem está envolvido por trás dele, que tenho certeza que tem miliciano envolvido atrás disso, eu corro risco de vida e a minha família. Por isso que eu, inclusive, já disse que era a minha intenção me retirar do País para que eu pudesse preservar a integridade física minha e da minha família.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu só queria fazer esse acréscimo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conte com a nossa solidariedade, com a solidariedade desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós estamos aqui reunidos exatamente para investigar o que aconteceu no Brasil no enfrentamento da pandemia e avançar para a definição de responsabilidade. Dentro desse foco, a sua presença aqui é uma presença destacada, porque, como ex-Governador de um Estado importante da Federação, V. Sa. pode verdadeiramente ajudar no que se quer a partir da criação e da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

As comissões parlamentares de inquérito têm sentido de serem criadas e serem instaladas – o Governo nunca a quis, V. Sa. acompanhou – quando os fatos não estão sendo devidamente investigados. Aí faz-se uma investigação emergencial, parlamentar, política, mas emergencial, com características técnicas, com poderes constitucionais, com poderes judiciais para se esclarecerem determinados fatos. E por isso todos nós estamos aqui. Mais uma vez, eu quero agradecer a presença de V. Sa.

Eu vou fazer algumas perguntas. Se por acaso na introdução V. Sa. já respondeu, releve, porque eu as faço para obter a ênfase necessária, porque, como V. Sa. sabe, mais uma vez, repito, a sua presença aqui é muito importante. E é nessa condição que lhe dirijo essas perguntas.

A cidade do Rio de Janeiro, por suas características turísticas e de grande integração internacional, foi uma das mais duramente atingidas pela Covid-19 desde o início da pandemia. Municípios dos arredores também sofreram com a doença rapidamente. Quais as medidas que foram adotadas pelo Governo do Estado para o enfrentamento da pandemia, inicialmente, Governador?

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan, muito obrigado pela solidariedade, obrigado. Pela primeira vez, eu estou tendo a solidariedade do Parlamento brasileiro. E agradeço que tenha vindo de V. Sa., que sabe muito bem o quanto nós Governadores estamos sofrendo, porque tem o seu filho como Governador, o Governador Renanzinho, que é uma pessoa muito querida, gosto muito do trabalho do Governador Renanzinho.

E quero dizer que adotamos no Rio de Janeiro o decreto, no dia 13 de março de 2020, para o isolamento social. A Defesa Civil, na pessoa do Coronel Robadey, me informou que, à época, se não tomássemos a medida de isolamento social – está documentado nas nossas reuniões –, nós teríamos mais de 150 mil mortos no Rio de Janeiro em curto período de tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sistema Único de Saúde, sabemos, é um sistema em que os profissionais se desdobram, mas infelizmente é um sistema deficitário. Isso é assim em toda a história do nosso Estado. E que, para fazer frente à pandemia, precisávamos fazer o isolamento social, sob pena de a curva de contaminação ser rapidamente elevada e não termos condições de atender os pacientes nos leitos de CTI.

Nós buscamos, Senador Renan, a possibilidade de leitos na iniciativa privada. Eu fiz uma reunião, essa reunião com a presença do Procurador-Geral de Justiça, do desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, do Presidente da Alerj, as associações de empresas de Medicina, de empresas de saúde, e não havia leitos na iniciativa privada. Também não havia leitos na... Também não havia leitos no SUS. E, em razão disso, nós pedimos os leitos dos hospitais federais, são mais de 600 leitos nos hospitais federais, e esses leitos não foram disponibilizados. E nós teríamos que fazer os hospitais de campanha.

A história dos hospitais de campanha, ela é dramática – não é? Nós temos aqui os hospitais de campanha... O que eu quero aqui dizer em relação aos hospitais de campanha é que houve uma sabotagem dos hospitais de campanha por alguns Deputados Estaduais. Um Deputado, de forma alucinada, ele foi dizer na imprensa que tinha gasto nos hospitais de campanha de 25 milhões com jardinagem. Mentira, porque a planilha dizia que o gasto era para limpeza de leito de CTI.

Quando nós fomos inaugurar o hospital de campanha de São Gonçalo, um Deputado do PSL – não vale nem a pena nominar o nome desse infeliz – invadiu o hospital de campanha de São Gonçalo, ele entrou no hospital de campanha, sujou o hospital de campanha. O hospital estava pronto para ser inaugurado, e nós tivemos que fazer uma nova limpeza do hospital de campanha.

Infelizmente, os hospitais de campanha foram sabotados do começo ao fim com essas reportagens estimuladas por esses Deputados, que faziam, inclusive, carreatas no Rio de Janeiro contra o isolamento social. E nós, lamentavelmente, tivemos dificuldade de fazer o controle social. Fechamos as praias. Eu tomei a determinação... Tomei a decisão de fechar as praias, fechamos todas as praias. E algumas pessoas, inclusive um Deputado Federal, levou a família para a praia, para dar um mau exemplo; foi abordado pela Polícia Militar, desrespeitou o policial militar.

E nós tivemos, ao longo do meu mandato, na gestão da pandemia, várias e várias ações de Deputados que estavam boicotando a pandemia. Mas, com todas as dificuldades que nós tivemos, nós conseguimos evitar milhares de mortes. Fizemos aquilo que foi possível no nosso atendimento e só não fizemos mais, porque, conforme eu falei no início, nós não tivemos a coordenação do Governo Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tudo isso está registrado nas reuniões dos conselhos de secretários. Tem as atas dos conselhos de Secretários, em que os pedidos eram feitos ao Ministro Mandetta e depois a... Eu já nem lembro o nome dos Ministros, porque foram tantos. Essa sucessão de Ministério dificultou o controle, a melhor organização da pandemia. Parece que a troca de ministros era exatamente para isto: para evitar que nós tivéssemos a continuidade do trabalho de prevenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi solicitado algum tipo de apoio ao Ministério da Saúde para implementação de algumas dessas medidas?

O SR. WILSON WITZEL - Não, só ao Ministério da Saúde. Como eu falei, nós tínhamos dificuldades de fazer reuniões com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL - Mas nós tivemos, através dos secretários de saúde, registrado nas atas... Têm que ser solicitadas todas as atas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós vamos solicitar.

Peço ao Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito que, por favor, se digne requisitar as informações que estão sendo citadas pelo ex-Governador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Determino à Secretaria que atenda à requisição do Sr. Relator.

O SR. WILSON WITZEL - Então, todas as atas dos secretários em que foram registrados os pedidos de concentração de aquisição de respiradores, de insumo, pedidos para a questão dos hospitais de campanha... Quer dizer, tudo isso está registrado nessas atas.

Eu não participei das reuniões, mas a minha determinação ao Secretário de Saúde era que fizesse essas solicitações.

Na reunião dos Governadores com o Presidente, nós fazíamos esse clamor para que fossem comprados, de uma forma nacional, os equipamentos. E, como não foi feito, cada Governador, Consórcio Norte e Nordeste, etc. foram trabalhando para poder tentar fazer o impossível. Quando a gente tentava comprar os respiradores, os Estados Unidos mandavam um monte de avião, a Alemanha mandava um monte de avião, e levavam tudo. E muitos Estados pagavam antecipadamente porque era exigido o pagamento antecipado. Por isso que é preciso contextualizar, se as investigações...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o nível de cooperação obtido junto ao Ministério da Saúde?

O SR. WILSON WITZEL – É um nível de cooperação que foi praticamente zero – né? O nível de cooperação foi praticamente zero. O que nós tivemos, ao longo de todo esse período, foi uma descooperação, uma dificuldade de você conseguir...

Eu tive uma reunião com o Comandante Militar do Leste, na época eu pedi ao meu Chefe do Gabinete do GSI, o Almirante Luiz Corrêa, que nós fizéssemos uma reunião com o Comandante Militar do Leste pra pedir apoio à montagem de hospitais. Não tivemos o apoio e o Comandante Militar diz que está disponível pra dar o apoio na época. Mas evidente que militar cumpre ordens; cumpre ordens para executar o trabalho.

Nós não tivemos o apoio das Forças Armadas. Eu, que sou Fuzileiro Naval, Oficial da Reserva, tenho conhecimento de que as Forças Armadas poderiam instalar os hospitais de campanha lá em toda a Baixada Fluminense, no Aterro do Flamengo... Instalar os hospitais de campanha. Nós temos *expertise*, como militares, de fazer isso de forma rápida. Nós saímos daqui, vamos pra outro lado do mundo e montamos hospital de campanha pra guerra. Não seria difícil montar o hospital de campanha para atender os pacientes do Covid.

Isso não foi feito, portanto é mais uma falta de colaboração, infelizmente. Não do Exército, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entendi.

O SR. WILSON WITZEL – ... mas de quem manda no Exército.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O envio de verbas federais foi tempestivo e suficiente para o enfrentamento...

O SR. WILSON WITZEL – Desculpe, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O envio de verbas federais foi tempestivo e suficiente para o enfrentamento à pandemia?

O SR. WILSON WITZEL – Não, não foi. Desde o começo da pandemia, os Governadores clamaram pela aprovação rápida do auxílio emergencial. Sabíamos que haveria redução de ICMS, de ISS e que somente o Governo Federal é que pode lançar mão de recursos para encaminhar aos Estados. O Estado não pode fazer empréstimo; o Estado não pode emitir moeda.

São várias declarações minhas que estão nos órgãos de comunicação a fim de que nós pudéssemos fazer com que o Governo Federal rapidamente aprovasse o auxílio emergencial



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pra que a população se sentisse acolhida. Se você pede pra ficar em casa, porque é necessário, e a população não tem uma resposta do auxílio emergencial na mesma agilidade que as medidas de combate à pandemia eram acionadas, evidentemente que você tem dificuldade de conduzir a pandemia.

Então, demorou o auxílio emergencial, os recursos que foram encaminhados para completar o orçamento dos Estados também demoraram e nós tínhamos até já imaginado a possibilidade de redução de salário dos servidores pra poder fazer frente ao controle da pandemia. Os recursos vieram em cima do laço e aí nós conseguimos dar continuidade, mas, até lá, nós tivemos dificuldade de poder fazer esse trabalho.

Então, tudo isso, Senador, eu estou falando, mas tudo isso é documentável...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu sei.

O SR. WILSON WITZEL - ... é analisável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguma ação específica foi custeada com verba federal?

O SR. WILSON WITZEL - Nós recebemos... Eu não tenho acesso aos documentos do Governo do Estado, até porque o processo de cassação me impede; e eu tenho certeza que a requisição desses documentos... Eu posso depois tentar fazer uma relação deles e informar. Mas eu tenho uma resolução que foi feita pelo Coronel Alex Bousquet, meu Secretário de Saúde que substituiu o Edmar, em que ele fez o repasse de forma técnica a todos os Municípios para que nós pudéssemos fazer o controle da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Houve...

O SR. WILSON WITZEL - Eu quero citar um ato, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. WILSON WITZEL - Eu determinei no meu decreto, no dia 13 de março, de 2020, que inclusive os aeroportos tivessem restrições. Por quê? A Anvisa não estava fazendo o controle dos aeroportos, os turistas estavam vindo da Itália, estavam vindo da Espanha, de áreas de contaminação. E eu fui duramente criticado porque tomei essa medida como Governador de Estado. Fui chamado de tirano, ditador, quando, na verdade, a gente chama as pessoas daquilo que a gente é.

Então fui chamado de ditador, fui chamado de tirano porque eu estava combatendo a pandemia. O meu decreto, ele dizia claramente que fica proibido o ingresso de turistas no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeroporto. E, como não havia uma coordenação do Governo Federal, a questão foi solucionada pelo Supremo Tribunal Federal.

E é preciso deixar bem claro. O Supremo Tribunal Federal não impediu o Governo Federal de fazer nada, mas deu aos Governadores e aos Prefeitos as condições necessárias pra que nós supríssemos a omissão do Governo Federal. Se o Governo Federal não impede o turista de entrar, eu, como Governador e por ter sido Juiz Federal entendi que o atendimento à saúde é obrigação de todos e nós temos que agir nesse caso. E tomei a decisão, o decreto estava nesse sentido, só pra deixar claro que eu fui obrigado a tomar esse decreto porque houve uma omissão do Governo Federal e o Supremo Tribunal Federal depois veio dizendo que os Governadores e os Prefeitos estavam certos. Mas deixa claro, não impediu o Governo Federal de fazer nada, é só pra eles, pra que os Governadores pudessem agir e o que o Governo Federal fizesse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sobre isso: houve contingenciamento de verbas destinadas ao Estado do Rio de Janeiro?

O SR. WILSON WITZEL - Eu não tenho essa informação clara. Mas no ano de 2019, em relação ao ano de 2020, em relação a emendas parlamentares, houve uma redução sensível. E o Estado do Rio de Janeiro está no regime de recuperação fiscal. O Ministro Guedes claramente disse que só depois do meu *impeachment* - só depois do meu *impeachment* - é que o regime de recuperação fiscal seria aprovado. Um Estado num *impeachment*, envolvido num processo de *impeachment*, envolvido num processo de retaliação do Governo Federal para que o regime de recuperação fiscal fosse aprovado, nós ficávamos numa situação muito difícil e tínhamos que fazer o contingenciamento. Esse contingenciamento, está assinalado num decreto qual foi o valor e o tamanho do contingenciamento. Mas eu acredito que seja algo em torno de R\$20 bilhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Os critérios de distribuição de recursos para os Estados eram claros, justos do seu ponto de vista?

O SR. WILSON WITZEL - Senador Renan, essa questão do critério... Eu fui contra, mas, como bom membro de colegiado que fui, eu me dei por vencido. O critério que foi utilizado beneficiou quem tem mais participação no regime de distribuição dos recursos federais. E eu não tenho como te afirmar se os recursos que foram para o Rio de Janeiro... Porque eu não tenho esses valores de memória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, o senhor chegou a fazer alguma reclamação formal ao Governo Federal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Não. Em relação ao orçamento não, porque foi aprovada aqui, no Congresso, a questão orçamentária, mas a aprovação que foi aqui, no Congresso, que foi uma proposta do Governo Federal, prejudicou os Estados do Sul e do Sudeste, prejudicou a mim e prejudicou ao Governador Doria. Nós tivemos menos recursos, proporcionalmente, do que outros Estados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILSON WITZEL – Sim, foi baseado no FPE, mas esse critério, em termos de pandemia, não atendia. Então, o Congresso aprovou, mas foi uma proposta do Governo Federal para poder, de uma forma disfarçada, prestigiar os Estados do Nordeste e dificultar os Estados do Sul e do Sudeste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, Governador, não o interrompendo... Aliás, não questionando a sua posição, eu fui Governador também, eu fui Governador por quatro anos, fui reeleito e fiquei mais quatro anos no Governo. O que aconteceu em 2019... Aliás, em 2020, é que o custeio do Estado, de um modo geral caiu.

O SR. WILSON WITZEL – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto? Então, não teve outros gastos. Você deixou de fazer várias atividades fins por causa da pandemia; então, os Estados... O que o Senado e a Câmara aprovaram foram recursos substanciais para os Estados. Não dá pra negar que não faltou recurso. Veja bem...

O SR. WILSON WITZEL – Mas essa questão é uma questão complexa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa questão é uma questão que eu só estou lhe colocando, porque o que nós estamos procurando é uma verdade. E a verdade, a única coisa de que a gente não pode reclamar, sendo oposição ou situação, é que houve realmente um esforço muito grande do Congresso, e o Governo atendeu ao pedido do Congresso. Nós aprovamos aqui a PEC da guerra, pra dar facilidade para os governos atuarem e, com a queda... Por exemplo, um exemplo claro: em 2020, nenhum Estado e nenhum Município gastou dinheiro com transporte escolar; não pode ter gastado com manutenção de escola, com outras atividades que eram recorrentes em anos em que não tinha pandemia.

Então, houve uma economia do Estado muito grande em várias áreas, que poderia ser alocada para a saúde, pra trabalhar, nesse caso específico que eu estou lhe dizendo.

O SR. WILSON WITZEL – O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, o critério utilizado pelo Congresso pode até não ser bom para os Estados do Sul – é o caso de São Paulo, Rio e outros Estados –, mas foi o Fundo de Participação dos Estados, foi esse o critério que nós utilizamos. Inclusive, o meu Estado foi até beneficiado a mais, porque, como estava no auge da primeira onda, e o Amazonas foi o primeiro, teve até um benefício a mais, tanto para o Estado como para os Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Governador, V. Sa. considera que sua relação de oposição ao Presidente da República, tornada pública em diversas oportunidades, foi motivo de algum boicote ou sabotagem por parte do Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan, eu não posso dizer que eu sou... Eu não vou dizer que eu sou oposição. Eu, na verdade, não me vejo dessa forma. O que eu quero dizer é que fiz críticas à atuação, como aqui mencionei no início, críticas à atuação do Governo Federal, e nessas críticas é que eu senti... Não é simplesmente um sentimento; houve retaliação, houve, por parte do Governo Federal, retaliações ao Estado do Rio de Janeiro, especialmente do regime da pandemia, em que nós estávamos cumprindo todas as exigências, com toda a dificuldade, e, se não fosse a aprovação aqui, no Congresso Nacional – e, aí, eu tenho que agradecer ao Presidente Rodrigo Maia, que muito nos ajudou para que fosse aprovado o novo regime de recuperação fiscal, pelo prazo de dez anos –, seria difícil o Rio de Janeiro sobreviver

Então, o que eu posso lhe dizer é que, na medida em que eu fui acusado, de forma leviana, de interferir na Polícia Civil do Rio de Janeiro... O que não é verdade. Isso é mentira. Não há prova e foi uma afirmação leviana que foi feita, de que eu estava interferindo na Polícia Civil do Rio de Janeiro, para que o caso Marielle fosse adiante. Isso é mentira, não é verdade, não há prova, é uma afirmação leviana, inaceitável, da forma como foi feita. Da forma como foi feita. E, a partir daquele momento, do caso Marielle, é que nós... Eu, particularmente, percebi que o Governo Federal e o próprio Presidente começaram a me retaliar.

Depois desse evento, eu não fui recebido mais no Palácio do Planalto e nós tínhamos dificuldade de poder falar com os Ministros para sermos atendidos.

Eu encontrei o Ministro Guedes no avião e fui falar com ele; ele virou a cara e saiu correndo. "Não posso falar com você". Então, esse não é um comportamento republicano. Quando você tem um Governador de Estado que tem que falar com os Ministros, para poder levar recurso para o seu Estado, você tem retaliação, e depois sobrevieram as investigações, da forma como elas foram feitas, eu fico claramente, eu posso dizer que, claramente, eu fiquei numa situação de vulnerabilidade, por uma perseguição política, num processo criminal que tem, por trás desse processo criminal, uma motivação política, em que duas buscas e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreensões foram feitas... Eu nunca vi, como magistrado, fazer uma busca e apreensão e, três meses depois, você faz outra busca e apreensão. E o juiz vai decidir com base naquilo que o Ministério Público leva pra ele. Se o Ministério Público leva pra ele fatos que estão distorcidos, você só vai descobrir depois.

Quantos casos nós estamos falando aqui? O Presidente Collor foi absolvido, o Presidente Michel Temer foi absolvido, o Governador Pimentel foi absolvido, por uma atuação do Ministério Público que, ao longo desses anos, vem sendo politizada. Uma instituição que não deveria ser politizada está sendo politizada.

Então, a partir disso, eu vejo vários atos de perseguição política contra mim, no exercício da minha atividade democrática, que culminaram com o meu *impeachment*.

Esse *impeachment* é um tribunal de exceção, é um tribunal que tirou meus direitos políticos...

Eu queria fazer um relato aqui também, Senador Renan... Eu estive com o Ministro Moro, à época, eu estive com o Ministro Moro e fui pedir a ele que não pedisse de volta os delegados que estavam comigo.

Eu tinha cinco delegados federais que estavam trabalhando comigo. Um deles, inclusive, o Delegado Bernardo Barbosa, que era da Controladoria-Geral do Estado. O Delegado Bernardo Barbosa estava levantando uma série de crimes praticados em governos anteriores, inclusive as OS. O Delegado Bernardo Barbosa descobriu mais de R\$1 bilhão de desvio das OS. E o delegado estava fazendo um brilhante papel.

Eu sou chamado – convidado, evidentemente, pelo Ministro Moro – para conversar. Eu achei estranho, Senador Renan; quando eu cheguei na sala do Ministro Moro, ele não quis tirar foto comigo, ele não quis anunciar o meu nome e disse que ele não poderia estar dando publicidade à minha presença no Ministério da Justiça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando foi essa conversa?

O SR. WILSON WITZEL – Eu tenho a data certinha na minha agenda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, se puder nos informar...

O SR. WILSON WITZEL – Vou informar essa reunião.

E, quando eu cheguei lá...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É...

O SR. WILSON WITZEL - Não, mas esse fato é importantíssimo. Eu cheguei lá, o Ministro Moro disse pra mim o seguinte: "Ô Witzel, o chefe falou pra você parar de falar que quer ser Presidente. O chefe falou pra você parar de falar que quer ser Presidente. E, se você não parar de falar que quer ser Presidente, infelizmente a gente não vai poder te atender em nada, né?". E aí o Ministro Moro falou que ia pedir de volta os delegados, porque estava sendo uma determinação do Governo Federal. Isso é ou não é uma clara intervenção num Estado da Federação, em que o ato está materializado, de intervenção indevida num Estado da Federação?

O delegado é do Governo Federal, ele pode pedir de volta quando ele quiser, mas não nessas condições, porque não havia justificativa pra pedir de volta o Dr. Bernardo Barbosa, que estava fazendo um brilhante papel e investigando as OS - essa relação de OS que eu vou te mandar aqui, porque elas continuam lá, operando, livres, leves e soltas, e fazendo dinheiro pra alguém que não sou eu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - O senhor pode informar à CPI o nome...

Desculpe, Sr. Relator.

O senhor pode informar a esta CPI o nome das OS, quais são?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) - Eu já falei para o senhor. Eu vou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vai informar...

O SR. WILSON WITZEL - Nova Esperança é a campeã. Essa daí é a campeã. Agora, é quebra de sigilo das OS as empresas que trabalham com as OS, porque quem deve estar pagando a propina são as empresas que estão trabalhando com as OS. O dinheiro em espécie sai do caixa dessas empresas. A OS certamente não tira o dinheiro de uma vez, mas a empresa do Sr. Edson Torres, a empresa desse tipo de gente é que pega o dinheiro em espécie e entrega propina pra quem quer que seja.

E eu quero garantir a V. Exa.: já foram feitas duas buscas e apreensões, devassa na minha conta, e não acharam um centavo que eu não tivesse declarado ao Imposto de Renda e fosse produto do meu trabalho. Já no Sr. Edmar Santos, infelizmente, um grande erro da minha parte, que eu não tinha condição de saber... Não é exigível do homem médio que você possa saber que alguém estava com desvio ético, da forma como o Edmar estava. Então,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, ele e o Edson Torres se aproveitaram da fachada do Sr. Edmar Santos pra entrar e dar continuidade à máfia da saúde no Rio de Janeiro, que eu estava combatendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o que o senhor falou, a propósito da conversa anteriormente relatada com o então Ministro da Justiça, depois que ele lhe fez essa indigna colocação em nome do chefe?

O SR. WILSON WITZEL - Eu disse pra ele que ele estava indo por um caminho errado. Eu falei: "Ô Moro, eu acho que você está num caminho equivocado. Eu acho que, se você quer ser Ministro do Supremo, você não precisa fazer isso. Se você quer ser Ministro do Supremo, você tem que procurar convencer os Senadores - se o Presidente vai te indicar - de que você é capaz de ser um Ministro imparcial, de que você é capaz de ser um magistrado que se espera que tenha na Suprema Corte. Agora, esse tipo de coisa, lamentavelmente, de menino de recado, não é um papel que se espera de um magistrado como você, que, como eu; 20 anos de carreira".

E esse fato foi um fato marcante nessa história toda, porque foi depois daquele vídeo em que eu fui levemente acusado de interferir na Polícia Civil.

Senador Renan, mais importante ainda, pra mostrar o quanto o Rio de Janeiro sofreu com essa intervenção indevida do Governo Federal: o Ministro Moro, logo após o porteiro, logo após o porteiro... Isso é importante porque tem a ver com a pandemia. Tudo isso foi um crescente para chegar na pandemia e dar o golpe final contra mim.

O porteiro, uma pessoa simples, prestou depoimento à Polícia Civil. Logo depois, o Ministro Moro, de forma criminosa, lamentavelmente, requisita um inquérito para investigar crime de segurança nacional, porque o porteiro depõe, prestou um depoimento para dizer que o executor da Marielle teria chegado no condomínio e mencionado o nome do Presidente. Se isso é verdade ou não, não é problema meu, não tenho nada com isso, eu não sou juiz e nem delegado do caso. Agora, imediatamente, o Governo do Rio de Janeiro não tomou nenhuma providência em relação a isso. Foi a polícia que atuou junto com o Ministério Público e pediu o encaminhamento do processo ao Supremo Tribunal Federal.

Agora, o porteiro, que estava como testemunha, recebe uma intimação da Polícia Federal - essa Polícia Federal que, infelizmente, eu não estou reconhecendo, uma Polícia Federal que vai lá, à requisição do Ministro da Justiça -, e o Procurador-Geral da República instaura um inquérito para acuar. Qual é a outra leitura que se pode fazer disso? Eu sou jurista. É eminentemente uma acuação da testemunha no curso do processo com um inquérito feito por um Estado que não é democrático, por um Estado com o objetivo de coagir aquela testemunha. Óbvio: depois disso, o que o porteiro fez? Pegou e falou que não tinha nada a ver, que ele se equivocou, etc. e tal. Eu cheguei a falar com a Defensoria Pública: "Vocês não vão fazer a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defesa do porteiro? Vocês não vão pedir ao porteiro para entrar no programa de proteção à testemunha?". O porteiro estava apavorado. Ele não quis mais falar nada, nem entrar no programa de proteção à testemunha.

Então, são indícios veementes de que nós tivemos aí atuações de intervenção numa investigação no Estado do Rio de Janeiro e que caracteriza uma série de atos de perseguição a mim porque eu não me dobro a nenhum tipo de ação ilícita. Fui juiz, não admito interferir na polícia, a minha polícia é independente – aliás, a polícia do Estado do Rio de Janeiro. Eu acabei com a Secretaria de Segurança Pública para não ter intervenção na Polícia Civil, nem na Polícia Militar. E, infelizmente, isso desagradou a muita gente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Izabelle, por favor, peça para exibir o vídeo número um, rapidamente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República chegou a pedir a V. Sa. que ficasse contra ou não declarasse apoio ao isolamento?

O SR. WILSON WITZEL – Não. O Presidente me chamou de estrume, o Presidente me chamou de ditador, me chamou de leviano, ele fez várias afirmações inaceitáveis que eu jamais faria em relação a ele. Eu respeito o cidadão. Eu respeito o cidadão. Eu fui juiz, eu fui defensor público. E, mesmo quando eu era defensor público e entrava no cárcere pra defender alguém, eu sempre chamei aquela pessoa de senhor, porque não adianta nós levarmos esse discurso de que presidio é lugar pra se colocar pessoa, como tem um Deputado aí que falou que bandido tem que ser enterrado de pé... No Estado democrático de direito, a justiça tem que ser feita – e a justiça restauradora. Eu não acredito numa justiça que não seja restauradora.

Então, infelizmente, a postura do Presidente foi de isolamento em relação a mim. Não só ele me ofendeu, ele me chamou de estrume – eu não o processei, eu não entrei com ação em relação a isso –, o Presidente não me recebeu no Palácio do Planalto. Eu vou encaminhar aqui a esta CPI os meus pedidos de requerimento de audiência com o Presidente e a declaração do Presidente, na imprensa – pode buscar –, dizendo que eu tinha que ser mais humilde: "O Governador do Rio tem que ser mais humilde". O que ele queria? Que eu me ajoelhasse aos pés dele e implorasse: "Por favor, senhor soberano, me atenda"? Então, não foi isso que aconteceu. Eu não tive audiência com o Presidente, não pude falar com ele. Tudo que eu pedi ao Presidente, ele se recusou a atender. E, infelizmente, é uma relação difícil.

E vou falar um pouco mais, vou falar mais uma outra questão em que nós tivemos um problema. Nessa época em que o vídeo está sendo apresentado aí – inclusive, eu estava com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Covid –, eu estava no Palácio Laranjeiras, trabalhando no Palácio Laranjeiras, pra poder atender a pandemia, e com Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Estado do Rio de Janeiro, ainda sob sua gestão, foi objeto de operações da Polícia Federal. O senhor reconhece alguma materialidade fática das ações – o senhor já teve a oportunidade de rapidamente falar sobre isso aqui – ou entende que se tratou de operações políticas? Por quais razões?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, esta CPI, com os poderes inerentes que tem, é que vai poder investigar isso aí.

A pandemia é a pedra de toque do resultado de uma série de atos de perseguição política – não só em relação a mim, mas em relação a vários Governadores. Não preciso aqui lembrar, mas, se esta CPI não tem, deve colocar no relatório a representação que foi feita por nove Governadores em face de a Procuradora da República Dra. Lindora... A Dra. Lindora, claramente, no ofício encaminhado aos Governadores, demonstra que é parcial no trabalho ministerial, o que é uma violação dos deveres funcionais. Esse requerimento foi encaminhado ao Conselho Nacional do Ministério Público, por nove Governadores, por conta das perguntas indevidas, no meu sentir, que foram feitas pela Procuradora da República Dra. Lindora.

Em relação a mim, esta CPI é que pode investigar. Agora, aqui nós estamos falando de investigar... Nós estamos falando de investigar aqui atos praticados no curso de uma investigação por uma Procuradora da República. Inclusive, foi aqui já aventada a possibilidade de uma convocação, mas, no meu sentir, como experiência que eu tenho como magistrado, algumas medidas cautelares precisam ser tomadas antes da oitiva dessa pessoa. Então, a minha sugestão é que essas medidas sejam tomadas em segredo de justiça, evidentemente junto ao Supremo Tribunal Federal, pra saber de que forma se atuou, de que forma se fez.

Eu vou falar aqui, sem nominar o fato, mas farei reservadamente, que houve conversas ao longo da noite com Ministro do STJ para poder fazer busca e apreensão em Estados da Federação. E, assim como nós vimos o julgamento no Supremo Tribunal Federal, não cabe ao magistrado se reunir até altas horas da noite com quem quer que seja, principalmente do Ministério Público, para tomar uma decisão. Eu acho uma conduta inadequada. Mas, enfim, isso precisa ser, evidentemente, avaliado de uma forma que seja sob segredo de Justiça, porque medida cautelar não se toma sem segredo de Justiça, a fim de se verificar.

Eu tenho todos os indícios de perseguição política, de desvio funcional no exercício da atividade do Ministério Público. Agora eu, infelizmente, sou vítima nessa história. E, se eu estou aqui hoje, é exatamente para pedir o apoio desta Comissão para que esse ato atentatório à



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia e que envolve a pandemia, porque a atuação da procuradora envolve os Governadores que ela está investigando... No meu sentir, ela deveria imediatamente ser afastada da investigação, porque já está demonstrado que há por parte dela interesse numa narrativa do Governo Federal, o que é inaceitável. De acordo com a Constituição de 1988, o Ministério Público ficou totalmente blindado - e deveria sê-lo - da politização. O Ministério Público não mais participa de defesa do Estado; ele é um órgão independente - devia sê-lo. E isso é algo que precisa ser investigado por esta Comissão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Presidente, só uma questão de ordem, porque é muito grave esse fato que está sendo trazido aqui pelo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Pela ordem.) - Porque, pelo que eu me lembro, ele foi afastado por decisão do Ministro Benedito Gonçalves, do STJ, e em seguida o afastamento dele foi prorrogado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça. Então, o que o depoente está dizendo aqui agora é que há um conluio de ministros do STJ para persegui-lo. E isso é muito grave, Presidente. Isso é muito grave. Tinha que haver alguma comunicação da CPI com o Superior Tribunal de Justiça para que se apurasse o que está sendo trazido por ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor enxergou nessas operações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... alguma digital do Governo Federal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...

O SR. WILSON WITZEL - Senador Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Governador.

Tem uma questão de ordem aqui:

Excelentíssimo Senhor Senador Presidente da CPI [...], na condição de advogado do depoente, apresento questão de ordem, por estarem sendo violadas neste momento as regras de acesso ao plenário desta CPI, as quais estão publicadas no *site* deste Senado Federal, sendo a violação constatada com a presença de pessoas que aqui não poderiam estar, especialmente, alguns Deputados Federais, razão pela qual solicito o acatamento desta questão de ordem para determinar o cumprimento das



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regras de acesso a esta CPI, com a consequente determinação da retirada deste plenário das pessoas que aqui são proibidas de estar, especialmente os Deputados Federais presentes.

Termos em que, respeitosamente, pede deferimento.

Dr. Diego Carvalho Pereira, advogado do depoente.

Dr. Diego, a presença de Parlamentares do Congresso Nacional em qualquer parte do Congresso é permitida desde quando o Congresso existe. Tanto os Deputados Federais podem estar presentes numa Comissão como nós Senadores também podemos estar numa Comissão da Câmara. Então, eu estou indeferindo baseado numa conduta que nós temos aqui há muitos anos. Eu não estava nem aqui, mas essa conduta já...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Tenha medo não, doutor. Tenha medo não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Essa é uma conduta prática nossa. Sempre foi assim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente...

O SR. WILSON WITZEL - Senador Renan...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Só um minuto, se V. Exa. me permite.

Sr. Presidente, eu consideraria importante também comunicar ao senhor depoente que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, se entender e se o depoente assim quiser, pode, inclusive, requisitar uma reunião reservada com os membros da CPI. Se o senhor depoente compreender que tem informações sensíveis para esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Vamos dar transparência à CPI, Senador. Vamos dar transparência à CPI. Não tem que esconder nada de ninguém, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Transparência, mas também a segurança, a garantia de vida ao depoente.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem a possibilidade e o instituto... Isso, se o depoente quiser... O grande objetivo desta CPI é chegar à verdade, custe o que custar, esteja onde estiver. Então, todos os meios para chegar à verdade a CPI tem que buscar. O instituto de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sessão reservada é, inclusive, para o fato de que, se o senhor depoente compreender que tem informações sensíveis a prestar a esta CPI para seguir nas investigações, assim se possa prosseguir.

Eu queria, Sr. Presidente, que o senhor somente comunicasse isso ao senhor depoente. Obviamente, isso é a juízo de valor dele.

Eu quero destacar: essa possibilidade que existe nas Comissões Parlamentares de Inquérito é uma possibilidade constante do Código de Processo Penal, é uma possibilidade do inquérito. E não é para evitar transparência, é ao contrário: é para proteger as informações e fazer com que a verdade alcance seja quem for os responsáveis pelos crimes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sem dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu quero lembrar aqui aos Senadores, às senhoras e aos senhores que estão aqui presentes nesta sala que o depoente hoje está aqui por livre e espontânea vontade. Ele não necessitaria, até porque, ontem, o Ministro Nunes Marques concedeu um *habeas corpus*. E ele está aqui querendo contribuir com as investigações.

Caso queira e tenha alguma informação que não queira falar publicamente, ele ficaria muito à vontade... E ele conhece, até melhor do que a gente... Como ex-Juiz, ele sabe muito bem como pode se comportar no depoimento que ele está dando aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em outras palavras...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) - Só uma pergunta aqui, Sr. Presidente.

Eu concordo plenamente que não é possível aqui impedir a participação de Parlamentares, inclusive de Deputados, mas acho que têm que, primeiro, respeitar as regras da Casa, do ponto de vista sanitário, inclusive, como afastamento social... Essas cadeiras estão aqui marcadas exatamente para que isso aconteça. E, segundo, não deve ser permitido que, daqui de dentro, se façam programas, *lives*, não sei o quê, ficar fazendo transmissões... Isso eu não sei onde está previsto dentro do Regimento. Que possam acompanhar, mas que possam acompanhar de forma silente e respeitosa, de acordo com todas as regras que são praticadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Até agora, eu não vi, sinceramente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Já houve aqui uma transmissão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, mas não hoje. Veja bem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Houve hoje!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Hoje?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Houve, sim. Inclusive, estava atrapalhando a gente ouvir...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Presidente, está sendo transmitido para todo o Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Houve hoje.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Qual o problema de transmitir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Não, mas não interessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sr. Presidente, eu queria, como Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só vou pedir o seguinte. Está indo tão bem aqui. Vamos continuar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria, Presidente, como Relator, fazer um pedido a V. Exa. Primeiro, eu quero saber do Governador se V. Sa. se sente inibido em função da presença desses senhores aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Nossa, quanto carinho e diferença, hein, Sr. Relator! Quanto carinho com a testemunha! Nossa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não estou dando a palavra a V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Não, parabéns! Trate assim todo mundo!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não estou dando a palavra a V. Exa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Trate assim todo mundo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não me interrompa, por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Trate assim todo mundo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não me interrompa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Só estou pedindo isso para o senhor, mais nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Seu pai parece que não lhe deu educação. Não me interrompa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Diferente da sua, graças a Deus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não me interrompa, por favor.

O senhor se sente intimidado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... e gostaria de fazer o depoimento...

O SR. WILSON WITZEL - Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Gostaria de fazer o depoimento sigiloso?

O SR. WILSON WITZEL - Senador Renan, primeiro, Senador Aziz...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, fique inteiramente à vontade. O importante é o seu depoimento da melhor forma possível, de modo a colaborar, contribuir com a verdade que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está buscando.

O SR. WILSON WITZEL - Indubitavelmente. A verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade é o que interessa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer aqui ao Dr. Diego e, respeitosamente, eu vou pedir licença a ele. Os advogados sabem que, às vezes, eu discordo deles, mas eu tenho o maior respeito pela atuação deles.

Eu não faço aqui a menor questão de que o Senador Flávio Bolsonaro esteja ou não presente, muito menos o Deputado Otoni.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Se for reservado, eu vou estar presente também.

O SR. WILSON WITZEL - Não entendi, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Se for reservado, eu vou estar presente também. Eu sou Senador da República.

O SR. WILSON WITZEL - Senador, o senhor pode estar presente onde o senhor quiser...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Pois é.

O SR. WILSON WITZEL - ... desde que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Então, reservado ou público, eu vou estar presente.

O SR. WILSON WITZEL - Desde que a Casa assim o permita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, isso é intimidação. O senhor tem que garantir isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso é uma intimidação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Está tendo um claro ato aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- ... de intimidação ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só vou pedir...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Intimidação onde? Está louco?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere aí. Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Intimidação!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Intimidação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Ele citou o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um pouquinho. Senador...

O SR. WILSON WITZEL - Eu quero só dizer que eu não tenho nenhum problema em estar na presença aqui do Senador...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Lógico.

O SR. WILSON WITZEL - ... Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Veja bem...

O SR. WILSON WITZEL - Eu o conheço desde garoto, garoto que conheço desde... A sua família, a sua mãe, a Rogéria Bolsonaro. Conheço a sua família, conheço seu pai de longa data. E a minha questão aqui não é pessoal. A minha questão é institucional em defesa da democracia.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Ah, que lindo discurso!

O SR. WILSON WITZEL - É! Se o senhor fosse um pouquinho mais educado e menos mimado, o senhor teria respeito pelo que eu estou falando.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Não, eu acho lindo...

O SR. WILSON WITZEL - O senhor me respeite, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Experiência não ter a ver com idade.

O SR. WILSON WITZEL - O senhor me respeite.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... o senhor aprendeu.

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) –
Presidente, Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Sr. Presidente, chame...

O SR. WILSON WITZEL – Se o senhor veio aqui para bagunçar a CPI, o senhor saia.

(Tumulto no recinto.)

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Quando começou a CPI, eu tinha mais cabelo e já perdi bastante. Por favor, eu não quero perder o resto.

Ninguém é criança aqui. Por favor! Eu acho que o respeito mútuo nós todos merecemos, independentemente de questões políticas, de pensamento sobre uma pessoa ou outra. Eu já indeferi o pedido. O Governador Witzel já disse não tem problema nenhum da presença de ninguém. Então, por que nós estamos debatendo a mesma coisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não falou da presença de ninguém.

O SR. WILSON WITZEL – Eu só quero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, ele falou da presença do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Senador nem está em questionamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você me desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você me desculpa, mas o Senador não está em questionamento. Nenhum Senador será questionado sobre a presença aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, o senhor precisa garantir a palavra às pessoas que estão fazendo as perguntas. Há um clima intimidatório, claro. E precisamos ouvir o depoente se ele se sente à vontade para prosseguir dessa forma ou não.

O SR. WILSON WITZEL – Senador, pode ficar tranquilo que eu não sou porteiro. Não vai me intimidar, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem.

O SR. WILSON WITZEL – Ademais, Senador Flávio Bolsonaro, V. Exa. é contumaz em dar declarações atacando o Poder Judiciário, especialmente o Juiz Flávio Itabaiana, a quem eu aqui faço um desagravo pela forma como o senhor tem se dirigido a ele na imprensa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso o Judiciário vai decidir.

O SR. WILSON WITZEL – Eu estou falando.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso o Judiciário vai decidir.

O SR. WILSON WITZEL – O senhor pode esperar eu falar, rapaz?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O Judiciário vai decidir.

O SR. WILSON WITZEL – Então...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – E aqui não é o que o senhor quer, não; não é o que você quer, não.

O SR. WILSON WITZEL – Olha só...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, interrompeu o depoente. Sr. Presidente, interrompeu o depoente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só desculpa, desculpa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Interrompeu o depoente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, eu estou sendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu estou sendo citado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, a questão é a seguinte, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio e Senador Rogério...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu estou aqui ouvindo. Eu quero colocar uma questão muito importante. Nós temos uma ordem de fala. Eu chego aqui às 8h30, espero meu horário de falar e acho um desrespeito comigo e com todos os Senadores que fazem parte desta CPI a interrupção sem inscrição.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele está usando o meu nome, eu tenho que respondê-lo, Senador. Está citando o meu nome.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está citando a minha família inclusive.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor é Senador. Aqui o senhor não é filho do Presidente da República.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sempre que o meu nome for citado, eu vou querer intervir.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor. Por favor, o senhor me escute para eu escutar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, o senhor me garante a palavra, quando eu for citado?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, olha, uma coisa é a seguinte, Flávio...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quando o meu nome for citado, eu queria que o senhor me garantisse a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me dizer uma coisa aqui: aqui o senhor é Senador como eu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Igualzinho. Sem tirar nem pôr. Sem tirar nem pôr.

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor tem que me respeitar na hora em que eu estiver falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você não pode deixar, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pelo amor de Deus! Eu o respeito e você me respeita.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, V. Exa. disse: "O senhor não pode deixar". Só se eu sair daqui, ir lá e botar alguma coisa na boca do Senador. Aí não dá. Aí você me desculpa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O microfone, Presidente. V. Exa. pode cortar o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou pedindo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor pode cortar o som, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode! O senhor não pode permitir isso. Isso é um tumulto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode chamar a atenção e cortar o som.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vem cá, vocês acham que os Senadores não falam mais alto do que o som?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. Cortando o som, não. Deixe ele falando sozinho. Agora, não pode interromper o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, eu peço, por favor. Governador, o senhor com a palavra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Bolsonaro, o senhor vai...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Eu fui citado, Presidente. Queria fazer uma questão de ordem. Fui citado, Presidente, quero falar. Eu estou sendo citado rotineiramente pelo depoente. Então, nada mais correto, regimental...

O SR. WILSON WITZEL - Eu falei o seu nome uma vez só.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - ... do que eu possa responder ao que ele está falando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Ele nem falou.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Eu queria que o senhor me garantisse a palavra.

O SR. WILSON WITZEL - Eu só mencionei o seu nome porque V. Exa. trouxe aqui uma valoração.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - A minha sugestão também ao nosso convidado é que, por favor, não cite nome de ninguém, se detenha aos fatos pra que a gente possa caminhar e ter as informações fundamentais que o senhor tem a repassar para a CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O SR. WILSON WITZEL - Só quero fazer um esclarecimento e, antes de mais nada, dizer que considero relevante a decretação de sigilo de Justiça para as medidas que porventura possam ser tomadas na investigação de fatos que envolvam atividade do Ministério Público e que tenham desvio de finalidade.

Sobre o Superior Tribunal de Justiça, eu quero dizer que tenho profundo respeito por S. Exas. os Srs. Ministros. O Ministro Benedito, inclusive, é originário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, de que eu já tive a honra de fazer parte. A minha questão não é com nenhum Ministro do STJ. O Ministro está fazendo um trabalho que lhe é possível fazer diante dos fatos cuja verdade está sendo desvirtuada ao levar pra ele. A acusação...

E olha, Srs. Senadores, eu fui defensor público, trabalhei em diversos tribunais do júri, trabalhei em vários processos criminais, fui juiz criminal e os excessos do Ministério Público, em várias e várias oportunidades, eu tive a experiência triste de presenciar. Não são todos. É uma instituição valorosa, tem muito promotores, procuradores e procuradoras que são profissionais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valorosos, merecem o nosso respeito, mas não posso admitir que, nessa quadra da República, depois de uma consolidação da instituição Ministério Público, da instituição Polícia Federal, haja cooptação por interesses que precisam ser investigados se são interesses espúrios ou não, que levaram à investigação de Governadores com partidarismo, posições ideológicas e políticas. E precisa ser investigado. Eu não tenho poderes para investigar. Eu não tenho condições de pedir pra nenhum outro órgão investigar, porque sabemos que há uma situação da Polícia Federal extremamente grave.

E, continuando, Senador Renan, eu me lembrei do outro fato aqui, numa reunião em que o Presidente da República disse ao Ministro Moro, e esse foi o fato que o Ministro Moro... Foi a gota d'água pra ele. Ele disse: "Eu quero o Rio de Janeiro; o senhor, o Ministro Moro tem todos os outros Estados, mas o Rio de Janeiro é meu".

Logo depois que foi alterado o superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro, uma escuta telefônica em que o alvo da escuta telefônica, o Sr. Luiz Roberto Martins, ele negou que tenha dito aquilo na escuta telefônica, e eu tenho a impressão, pela minha sensibilidade, pela minha experiência como magistrado, de que o Sr. Luiz Roberto Martins pode ter sido coagido a falar o que falou ao telefone...

E mais: esse senhor falou meu nome ao telefone. O Juiz Marcelo Bretas, que teve, possivelmente está no nosso processo criminal... Isso os advogados podem não concordar, mas eu vou falar. E está no processo criminal um pedido de violação do juiz natural, porque o senhor magistrado... Eu tenho o maior respeito por ele, carinho, mas, quando erra, eu não posso permitir isso. Ele determinou buscas e apreensões, após a escuta telefônica mencionar o meu nome.

Depois, fecharam o pacote com este novo superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro e mandaram isso de bandeja para o Superior Tribunal de Justiça, pra mão da Procuradora da República, que não tinha nada. Ela não tinha nada. Ela conseguiu este material que foi produzido de uma hora pra outra. Tem vários fatos estranhos.

O Juiz Bretas ia fazer a busca e apreensão sem que meu nome tivesse sido mencionado. Estranhamente, o Ministério Público do Rio de Janeiro entra com um mandado de segurança no Tribunal pra que a operação não fosse feita, porque estava com a Covid. Estranhamente... O Ministério Público nunca impediu de pedir busca e apreensão com o Covid.

Esse mandato de segurança o Tribunal Regional Federal deferiu, a busca e apreensão não foi realizada. Ai, logo depois, aparece a escuta telefônica mencionando o meu nome. Quando aparece o nome de uma autoridade com prerrogativa de foro, o que deve fazer o magistrado? Eu fiz isso várias vezes: encaminha ao Supremo Tribunal Federal, ou ao STJ, no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso de Governador do Estado, o que eu peço aqui ao Congresso Nacional, que mude a Constituição e tire o foro dos Governadores do Estado do Superior Tribunal de Justiça. O Governador do Estado tem que ter foro do Supremo Tribunal Federal. Não pode um Governador do Estado ficar com o foro do Superior Tribunal de Justiça. Tem que estar no Supremo Tribunal Federal, como Deputado, como Senador, como Presidente da República, é uma sugestão.

E, logo depois da busca e apreensão ilegal, em que meu nome foi mencionado e a prerrogativa de foro foi violada, não interessa se concordamos ou não... Eu já fui contra a prerrogativa de foro, hoje eu sou favorável, por conta da imaturidade democrática no Brasil e por conta das perseguições que os Governadores estão sofrendo neste momento com este Governo.

Então, o Dr. Bretas – e isso precisa ser investigado – defere a busca e apreensão, encontra documentos que se referem a mim e a minha esposa e manda para Superior Tribunal de Justiça, dizendo que é compartilhamento de provas. Eu entendo que isso não foi compartilhamento de prova coisa nenhuma. Agora, minha opinião como defendente é uma opinião jurídica, e eu posso externá-la sem que seja...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone.*) – Falta objetividade nas respostas.

O SR. WILSON WITZEL – ... qualquer tipo de calúnia, difamação etc.

Esse fato precisa ser investigado, porque esse cidadão que falou na escuta telefônica... Há antenas de celular próximas, policiais federais tiveram contato com ele; ele pode ter sido intimidado a falar meu nome. E, depois disso, surge toda essa história em volta do empresário Mário Peixoto, que havia sido mencionado anteriormente pelo candidato na eleição e faz o que os delatores costumam fazer: reconstroem a história a partir de fatos existentes, para poder dar substância à narrativa. Então, o que precisa ser investigado não são os Ministérios do Superior Tribunal de Justiça, em hipótese alguma.

E aí eu aceito, sim, o pedido de uma reunião reservada com os membros da CPI – com os membros da CPI! –, porque são eles que estão legalmente, constitucionalmente... Aí, Senador Omar, me perdoe, mas não pode participar de uma reunião, sob segredo de Justiça, quem não é membro da CPI e quem não pode votar como juiz, que a Constituição assim outorga. Então, nesta reunião, eu faço questão de apresentar elementos para iniciar uma investigação contra pessoas que estão desvirtuando a atuação funcional. E nós vamos descobrir quem está patrocinando investigação contra Governador, quem está patrocinando essa narrativa criminosa, que o resultado é um só: 490 mil mortes no nosso País.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu acho muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos continuar.

Eu tenho que consultar a assessoria jurídica para saber como pode ser feito esse tipo de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas não seria agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu sei, mas eu vou consultar. Eu sei que não é hoje, não é agora. Eu vou consultar como é que pode ser feito esse tipo de depoimento.

Por favor, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria fazer um apelo ao Governador. Eu vou tentar fazer algumas perguntas...

O SR. WILSON WITZEL - Ser mais sucinto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É, ser mais sucinto na resposta em benefício do próprio depoimento.

O SR. WILSON WITZEL - O problema de professor é esse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, mas superaremos.

O SR. WILSON WITZEL - Vamos superar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor disse em uma certa ocasião: "A interferência anunciada pelo Presidente da República na Polícia Federal está devidamente oficializada." - fecha aspas.

Em que o senhor se baseou para fazer a afirmação? Se puder ser sucinto, será melhor.

O SR. WILSON WITZEL - Tendo em vista que haverá consulta a esta Comissão de instauração de sessão sob segredo de Justiça a fim de que possam ser apreciados fatos que possam levar a essa afirmação, eu peço ao Presidente e a V. Exa., Relator que tais questões sejam tratadas sob segredo de Justiça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, eu vou fazendo as perguntas, e o senhor vai dizendo se prefere responder ou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Sim, se pode ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma Deputada aliada do Governo chegou a antecipar uma operação da Polícia Federal em uma entrevista a uma emissora de rádio do Sul do País. Disse ela, a Deputada – aspas: "A gente já teve operações da Polícia Federal que estavam na agulha para sair, mas não saíram. E a gente deve ter nos próximos meses o que a gente vai chamar, talvez, de "covidão" ou de... Não sei qual é o nome que eles vão dar, mas já tem alguns Governadores sendo investigados pela Polícia Federal." – fecha aspas.

Como o senhor interpretou essa previsão à época e como a analisa hoje?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, vazamentos foram feitos. Quem vazou isso? Está sendo investigado no STJ. Agora, quem está investigando isso? Nós estamos vendo que o investigado se autoinvestiga. Então, se houve vazamento no Ministério Público Federal... Porque quem tem o controle dos processos? O Ministério Público Federal. E esse vazamento eu ataquei duramente, porque como pode uma Deputada Federal ter a informação de que haveria uma operação da Polícia Federal contra o Governador? E esse fato é muito grave.

Eu quero dizer que, às vésperas do meu *impeachment*, foi mais uma vez vazado, num jornal local, que um dos desembargadores que iriam julgar meu processo de *impeachment* tinha sido mencionado na delação do Sr. Lavouras. E esse desembargador era um dos que votou no meu processo de *impeachment*.

Então, esses vazamentos seletivos, o que é muito comum acontecer no nosso País, continuam acontecendo de forma criminosa. Os vazamentos têm por objetivo alimentar a imprensa, assassinar reputações e potencializar o desgaste da autoridade. E, no meu caso, pra poder facilitar o *impeachment*. Então, eu acredito, sim, que houve vazamento.

Esta CPI... Como a investigação não está sendo conduzida de uma forma independente, a CPI, que tem independência, são Senadores com mandato, eles podem, sim, em sessão... Presumo eu, aqui como jurista, que tais medidas possam ser tomadas.

Há o caso do Ministro Salles, em que o próprio Procurador-Geral da República foi afastado da decisão do Ministro. Isso é um indício de que o próprio Ministro Supremo Tribunal entendeu que haveria uma intervenção.

Está ou não está claro que o Senado da República precisa, através desta Comissão, fazer aquilo que ninguém está fazendo? Ou passamos a República a limpo ou a República vai passar a ser suja por um bom tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em uma transmissão em 26 de maio do ano passado numa rede social, o Senador Flávio Bolsonaro rebateu as declarações do senhor quando Governador. Disse ele – aspas: "Quando você fala que eu devia estar preso, preso por quê? Não fiz nada de errado. Como eu me arrependo de ter te eleito Governador aqui no Rio de Janeiro. Ou você não lembra?" – fecha aspas.

Depois, Flávio Bolsonaro elogiou Fabrício Queiroz: "Onde eu ia, você ficava ligando para o Queiroz. Botava assessor pra ligar pra ele pra saber onde eu estava, para ir atrás de mim na campanha eleitoral, porque sabia que o Queiroz estava do meu lado, trabalhando. Um cara correto, trabalhador, dando sangue por aquilo que ele acredita" –, fecha aspas.

Pergunto: isso é verdade?

O SR. WILSON WITZEL – Senador...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu pergunto o que isso tem a ver com o Covid, Presidente, numa boa?

O SR. WILSON WITZEL – Na boa... Na boa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é verdade?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O que é que isso tem a ver com Covid?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para mim, nada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é a pergunta do Relator, e eu não posso intervir na pergunta de nenhum Senador aqui. Pra mim, absolutamente nada, mas o que eu posso fazer?

O SR. WILSON WITZEL – Bom, eu não sei qual é a linha de raciocínio, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é verdade? A pergunta é a seguinte: isso é verdade? O que o senhor... A que o senhor atribui isso?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu, durante a campanha eleitoral, fui procurado pelo Senador Flávio Bolsonaro pra pedir que o meu partido se juntasse ao dele pra dar a ele tempo de televisão, porque ele não tinha tempo de televisão. Então, na verdade, quem procurou o então candidato Wilson Witzel, que foi membro da magistratura federal, a quem ele queria dar o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

braço para poder dar à própria campanha dele uma alavancada, porque ele estava em quarto, quinto nas pesquisas, foi ele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Presidente, agora preciso falar.

O SR. WILSON WITZEL - Então, na verdade, quem me procurou foi o Senador Flávio Bolsonaro pra poder ter tempo de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sinceramente, mas eu não sou questão de intervir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas questão pertinente ao Covid...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Se o Flávio apoiou o Witzel, o Witzel apoiou o Flávio, isso é problema deles lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Excelência... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é problema do Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, mas me permite, cada Senador tem a linha de inquirição que quiser e saber (*Falha no áudio.*)... não sabe qual é a linha que o Senador Renan quer perguntar, como Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Será que eu não posso perguntar, Presidente? É isso? Se eu não puder perguntar, o senhor avisa também.

Por qual razão o senhor declarou que o Senador Flávio Bolsonaro deveria estar preso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Pela ordem.) - Presidente, olha só, aí eu tenho que intervir, porque está claramente fazendo aqui uma afronta a mim, está me desrespeitando como Senador, assunto que não tem nenhuma relação com essa CPI. E eu vou querer falar após a fala do Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E é assim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está ficando ruim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sr. Presidente, não, Sr. Relator, continue com as perguntas, por favor.

E o Senador Flávio Bolsonaro, após as perguntas... Por favor, Senador, o senhor pede uma questão de ordem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu darei uma questão de ordem ao Senador Flávio Bolsonaro. Aí ele fala e explica o que está... Não é assim também. Porque está citando nominalmente o Senador, que está aqui presente. Qualquer um diz Senador....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou fazendo a pergunta. Eu não posso fazer qualquer pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, Senador. E ele também pode depois falar, só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Posso fazer...

Por que razão o senhor fez aquela declaração? O senhor quer falar ou prefere falar...

O SR. WILSON WITZEL - Senador, como essa questão realmente é uma questão delicada e foi feita fora da situação de Covid, é uma questão que trata da eleição e de outros fatos que não são inerentes, eu peço a V. Exa. escusas pra não comentar a tal declaração.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor também declarou à época - aspas: "Continuarei lutando contra esse fascismo que está se instalando no País...

O SR. WILSON WITZEL - Isso é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... contra essa ditadura da perseguição [...]. Não permitirei infelizmente esse presidente que eu ajudei a eleger se torne mais um ditador da América Latina." - fecha aspas. O senhor reafirma isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Isso é verdade, essa é a minha avaliação....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor reafirma isso?

O SR. WILSON WITZEL – ... minha avaliação pessoal. Reafirmo. Eu já dei uma declaração pra imprensa dizendo que nós estamos vivendo um chavismo ao contrário, um chavismo de extrema direita. Infelizmente, é a realidade. Nós temos capacidade de fazer avaliações críticas sobre a atuação de quem quer que seja. Eu fui jurista, sou jurista, sou político e posso fazer avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros... É só para o senhor afirmar "sim" ou "não"?

O SR. WILSON WITZEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não precisa explicar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, a questão de ordem vai me ser concedida em que momento? Só para eu saber...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda me refiro às suas declarações na época, Governador. "[...] na família do presidente, a Polícia Federal engaveta inquéritos, vaza informações" ...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso não é verdade, Presidente. Pelo amor de Deus! O que é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "O Senador Flávio Bolsonaro, com todas as provas que temos contra ele, [declarações à época] que estão sendo apresentadas, dinheiro em espécie depositado em conta, lavagem de dinheiro, bens injustificáveis... O Senador Flávio deveria estar preso." – declarações suas. A que provas o senhor se referia quando afirmou "todas as provas"?

O SR. WILSON WITZEL – Primeiro, eu queria fazer uma retificação, que não é prova que eu tenho. As provas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, estou falando sobre a declaração que o senhor fez anteriormente.

O SR. WILSON WITZEL – Só fazendo uma retificação, não é prova que eu tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fica à vontade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL - A forma de dizer... São provas que o Estado tem, a prova do Ministério Público etc. e tal. É isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Pela ordem.) - Presidente, eu queria evocar aqui o art. 14, inciso VIII, do Regimento Interno, que diz que o Senador pode fazer uso da palavra para explicação pessoal em qualquer fase da sessão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas eu não estou fazendo pergunta ao Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - ... por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não estou fazendo pergunta...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Então, eu quero fazer uso da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. tem toda a razão, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - ... porque ele vai ficar três horas aí falando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor só anota...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - ... e eu não vou ter oportunidade de falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor só anota, porque depois V. Exa. terá o tempo disponível pra falar. Sem problema nenhum, Senador. Se toda vez que ele citar o seu nome aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Pois é, ele vai citar o meu nome...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu já... Senador Flávio, é o seguinte...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Cada vez... Presidente, só uma questão de ordem rapidamente. Cada vez que ele fala, ele cita um fato, e eu queria rebater em sequência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) - Vai anotando, Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Não vou, eu quero rebater em sequência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não estou falando... Estou fazendo pergunta a ele, eu estou citando declarações...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Vai anotando, depois tem o tempo pra falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... que estão surgindo da CPI.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Isso não tem nada a ver com Covid. Por favor, Senador Renan Calheiros, isso não tem nada a ver.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - É um vexame! É um vexame o que você está fazendo aí.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Não pode.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Senador Renan, eu gostaria de ouvir sobre os hospitais de campanha, secretário de Saúde. Eu vim aqui para ouvir o depoimento, que é a chance que ele tem de, inclusive, se defender.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Usando de palanque para, inclusive, atacar Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, muito bem!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Com todo o respeito, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito bem! Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Inclusive, Senador Flávio, eu vou dar todo o tempo que V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Mas não dá pra ficar ouvindo calado as aberrações que ele está fazendo, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - "A Polícia Federal deveria fazer seu trabalho com a mesma celeridade que passou a fazer no Rio de Janeiro, porque o Presidente acredita que eu estou perseguindo a família dele, [novamente,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declarações do Governador], e ele só tem essa justificativa de me perseguir politicamente. Acusações levianas estão sendo feitas a mim, mas tudo isso será esclarecido, de forma clara, nos processos".

O senhor reafirma essa percepção sobre a perseguição?

O SR. WILSON WITZEL – Reafirmo que me considero perseguido politicamente por uma instituição que não deveria ser politizada.

Agora, pra aprofundarmos sobre isso, acredito eu que deva ser em segredo de justiça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor promete aprofundar numa reunião em segredo de justiça. É isso que eu ouvi?

O SR. WILSON WITZEL – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um mês antes da operação, na rumorosa reunião de 22 de abril do ano passado, o Presidente se referiu ao senhor e ao Governador de São Paulo com palavras escatológicas e xingamentos. Essas declarações foram conhecidas em 22 de maio daquele ano, e a operação, tendo como alvo o Rio de Janeiro, se deu em 26 de maio. O senhor faz algum tipo de encadeamento político na deflagração dessas operações?

O SR. WILSON WITZEL – Certamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor faria alguma correlação entre os episódios envolvendo a pandemia aqui relatados e um possível cerco da Polícia Civil do Rio de Janeiro contra Fabrício Queiroz?

O SR. WILSON WITZEL – Polícia Civil do Rio? Ele foi preso pela Polícia Civil de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, cerco.

O senhor faria alguma correlação entre os episódios envolvendo a pandemia aqui relatados, durante o depoimento, e um possível cerco da Polícia Civil do Rio contra Fabrício Queiroz?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu, quando assumi o Governo do Estado do Rio de Janeiro, dei independência à Polícia Civil. Ao nomear o Secretário de Polícia Civil, eu disse a ele que a Polícia Judiciária do Estado do Rio de Janeiro tem independência. Eu não quero saber o que eles fazem ou deixam de fazer. Agora, o Ministério Público é o controle externo da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade policial. Se fizerem errado, cabe ao Ministério Público, então, atuar de forma independente, apartidária.

Então, o que a Polícia Civil fez ou deixou de fazer, ela fez de forma independente, sem a minha intervenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Polícia Civil do Rio de Janeiro, ainda em sua administração, conduziu investigações que redundaram na famosa reportagem de outubro do ano passado, sobre o acesso de milicianos - e há pouco o senhor referiu isso aqui - ao condomínio onde tem residência o Presidente da República.

O senhor estabelece alguma conexão entre esse fato e as operações da Polícia Federal contra a sua administração?

O SR. WILSON WITZEL - Já afirmei aqui anteriormente que entendo que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Entende que sim.

O senhor foi acusado de peculato, corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Em que pé está essa apuração?

O SR. WILSON WITZEL - Senador, tem quatro denúncias contra mim, todas elas afirmam o seguinte: que ofereceram uma vantagem indevida pra mim, e todas as pessoas que ofereceram vantagem indevida pra mim fizeram visitas oficiais ao Governador de Estado.

Comigo não foi encontrado um único centavo. Comigo não foi encontrado qualquer bem que seja considerado de valor: quadro, pedra preciosa, qualquer valor que sejam esses, comuns, de lavagem de dinheiro comigo, não tenho. Não tenho estabelecimento que pode ser utilizado para lavagem de dinheiro, supermercado, loja, não tenho esse tipo de coisa, e comigo não foi encontrado absolutamente nada, razão pela qual quatro denúncias... E ainda sendo estimulada a imprensa com essas denúncias, num claro sentido de assassinato de reputação e perseguição. Uma investigação, um inquérito policial...

E, infelizmente, o juiz de garantia não foi implantado. Eu sou favorável, porque, num juiz de garantia, a defesa vai ter condições também de fazer requerimento. Eu tenho certeza de que nós não teríamos chegado a essas denúncias contra mim e os inquéritos teriam sido arquivados. Na pior das hipóteses, as denúncias seriam rejeitadas.

Como eu não pude falar, a fala do Ministro Benedito, ao receber a denúncia, é clara: "Aqui nós não estamos dizendo que o governador está sendo condenado a nada. É durante a instrução criminal que ele vai se defender". Só que, na vida de um político...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Essa influência o senhor atribui a quem?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – O Ministro Gilmar Mendes tem dito reiteradas vezes que não se pode receber denúncia contra políticos, contra Governadores, contra Deputados, de uma forma rasa. Ele fez isso recentemente, inclusive envolvendo, à época, esse inquérito com o Ministro, na época, Fernando Bezerra, que agora novamente está aí, nessa questão aí, envolvido.

Então, o Ministro Gilmar, nesse voto, que foi vencedor, claramente já disse isso. E, aí, o Superior Tribunal de Justiça, com o maior respeito que eu tenho aos Ministros... Veja bem, eu faço essa crítica desde a época em que eu era Presidente da Associação dos Juízes Federal do Rio de Janeiro e Espírito Santo: nós entendemos que a prerrogativa de foro pode permanecer, mas a questão é que os juízes que julgam a prerrogativa de foro normalmente são juízes que não têm experiência criminal. No STJ, por exemplo, os membros do Órgão Especial não são os membros da Quinta e da Sexta Turmas; são os membros do Órgão Especial, que são juízes que não tiveram atuação em área criminal, o que gera uma certa dificuldade. Isso é uma crítica construtiva, e não um demérito aos magistrados. O que eu quero dizer é que o recebimento da minha denúncia no Superior Tribunal de Justiça, no meu entender, não observou as recentes mudanças do processo penal, que exigiriam aprofundamento nas respostas para se analisar e, assim, for rejeitada a denúncia. Infelizmente, isso não aconteceu, porque o Ministério Público fez uma investigação em que só prevaleceu a versão do Ministério Público. A minha versão vai ser no desgastante processo criminal. Esse é o grande problema.

Então se manipulou um processo criminal, para se assassinar reputação e potencializar o meu *impeachment*. Agora, isso pode ser investigado com mais profundidade, evidentemente, com outras medidas cautelares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Alex teve influência? E essa influência o senhor atribui a quem?

O SR. WILSON WITZEL – Eu suspeito que tenha influência. Agora, pra que nós possamos chegar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, antes de passar pra outro Senador, eu queria fazer minha questão de ordem, porque o Senador Randolfe está interrogando o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Você tem razão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Governador, perto do epicentro da crise envolvendo denúncias contra a sua administração, o senhor foi ameaçado, perseguido ou alertado de possíveis retaliações contra o senhor, particularmente por milícias?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, a gente recebe sempre ameaças nas redes sociais, de que eu deveria estar morto. Sempre recebe esse tipo de ameaça. Durante o período em que eu tinha a minha segurança como Governador, isso me deixava um pouco mais tranquilo. Hoje eu não tenho mais essa prerrogativa, conseqüentemente eu evito sair à rua, eu evito sair em horários que possam ter rotina. Então, o que eu quero te dizer é que o meu governo foi um governo que combateu duramente as milícias. E o fato de ter feito isto, combater as milícias, combater o crime organizado do tráfico de drogas, eu recebi várias mensagens pelo *direct*, de que eu sou traidor, de que eu sou isso, de que eu sou aquilo. Isso, de certa forma, é intimidatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Antes de fazer... E particularmente de milícias recebeu também retaliação ou ameaça?

O SR. WILSON WITZEL – O miliciano, ele não se declara miliciano, ele não vai dizer claramente que ele é miliciano, mas a minha segurança sempre observou aproximações de veículos, procurando mudar o trajeto. Intimidações houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Antes de fazer a última pergunta, eu queria deixar claro aqui para o Presidente e para os Senadores que todas as perguntas que fiz como Relator têm pertinência, sim, com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque as declarações que citei ocorreram depois das operações da Polícia Federal contra o ex-Governador, sobre a acusação de desvios na pandemia. É por isso que elas estão imbricadas e têm pertinência, sim.

O senhor esteve ao lado do Presidente e dos seus filhos na campanha. Sabe informar a que se referia o ex-Ministro Gustavo Bebianno quando se referia à Abin paralela?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, são questões que têm que ser aprofundadas – né? Esta Comissão Parlamentar de Inquérito é para tratar da questão da pandemia. Mas entendo eu que ela traz na sua investigação, no bojo da sua investigação, a necessidade de ver o aparelhamento do Estado de forma inadequada. Que se... O Presidente pode nomear um secretário, o diretor da Polícia Federal, pode nomear o ministro, pode? Pode nomear – né? Pode. Agora, a partir do momento em que se aparelha e nomeia pessoas que vão trabalhar para, efetivamente, o governante, e não para o Estado, isso contamina as instituições. E ela vai crescendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje cooptou um aqui, cooptou outro ali, é a Abin, é a polícia, parte da Polícia Federal, é um membro do Ministério Público. Tudo isso foi uma preparação pra que, na hora em que precisasse jogar pesado, como agora está acontecendo, jogar pesado contra os Governadores, contra Prefeitos, isso viesse à tona, e nós estamos vendo aí o que está acontecendo com os Governadores e com os Prefeitos. E eu fui o primeiro, obviamente – né? –, por ser um Estado que tem o maior interesse dessa estrutura que tomou conta do Estado democrático de direito, que está deixando de ser democrático.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por enquanto, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Renan.

Sobre o caso do Rio de Janeiro, pelo conhecimento que nós temos, pode ser que V. Exa. seja totalmente inocente, como tem colocado. Agora, não dá para esconder que houve um secretário seu, da sua administração, que foi pego com R\$18 milhões. Eu não digo que o senhor tinha obrigação de saber, mas não é possível uma pessoa desviar 18 milhões e ninguém informar – uma controladoria-geral, um delegado da Polícia Federal – para o senhor! Olha, segundo o senhor disse, descobriu desfalques em OS. E foi tomada providência em relação a isso, Sr. Governador? A Controladoria tomou? Esse delegado federal, ele entrou com uma ação contra essas OS? Há essa ação?

Porque, quando nós estamos falando sobre CPI, desvio de Covid, muita gente... Há muitos fatos que viram versões que interessam àqueles que têm mais poder de fogo. Vítima de perseguição, vítima de *fake news*, de robôs eu estou sendo também. Ameaçam à minha família, ameaçam a mim, ameaçam todo mundo. Isso aí está acontecendo com todos nós. Eu não fico choramingando. Por isso que eu não aceito também o cabra dizer: "Olha, tocou no meu nome". Não! Espere aí! No meu nome toda hora é tocado, e de uma forma muito maldosa, de uma forma muito... E não só por mídias sociais, até pelo próprio Presidente da República, que se coloca como Presidente e me chama – sem me conhecer, sem eu nunca ter tido uma conversa com ele –, faz acusações contra mim, porque ouve o compadre; isso aí também eu tenho que dizer. Mas eu não trouxe isso para a CPI – eu não trouxe isso para a CPI!

Eu estou atrás é de a gente investigar omissões do Governo e se houve malversação de verba nos Estados dos recursos que foram repassados para a Covid. Não são outros recursos, não são os fundos constitucionais, não! São recursos da Covid.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse caso, Governador Wilson, eu vou lhe fazer uma pergunta. O senhor falou que tinha um controlador, que o ex-Ministro Moro pediu para tirar, que era delegado da Polícia Federal, que estava investigando OS, que trabalha no Rio de Janeiro e continua trabalhando.

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Não. Não está trabalhando, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não está mais?

O SR. WILSON WITZEL – Não. Foi devolvido. Na medida em que foi requisitado, foi devolvido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não, não! Essas OS continuam trabalhando...

O SR. WILSON WITZEL – Todas. Todas elas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo. Então, veja bem, o Governador, que era seu vice à época, deve ter conhecimento da investigação que o controlador estava fazendo em relação a essa OS. Não tinha?

O SR. WILSON WITZEL – Provavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E tomaram alguma providência?

O SR. WILSON WITZEL – Que eu saiba, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem o antigo...

O SR. WILSON WITZEL – Senador, só um esclarecimento: no depoimento prestado à Polícia Federal, o Sr. Edson Torres, criminoso contumaz, declara, à pag. 2 aqui do depoimento: que o Sr. Edmar Santos recebeu propina, no período, do Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Governo anterior, de 2016 até 2018, de aproximadamente 15 milhões; que esse valor se refere tanto ao período em que Edmar esteve na direção do hospital quanto ao período em que ele recebeu vantagem sem estar no comando do UPE, mas em decorrência do UPE; que o depoente se compromete a entregar a planilha discriminando os valores a Edmar no período citado. Até agora, Senador Omar, a esse Anexo 2, eu não tive acesso para saber quem é que pagou propina ao Edmar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei. Sim, só uma coisa....



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – É para dizer que foi no Governo anterior, não foi no meu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor passou quantos anos no Governo?

O SR. WILSON WITZEL – Vinte meses.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinte meses, um ano e oito, um ano e seis meses, e oito meses.

O Controlador, que era da Polícia Federal, que o senhor citou o nome, o delegado que estava fazendo um bom trabalho, ele passou quanto tempo no seu Governo?

O SR. WILSON WITZEL – Acredito que seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seis meses. Então, ele deve ter investigado essas... Ele deve ter muitos documentos que possam ser repassados pra gente saber...

O SR. WILSON WITZEL – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... em relação a isso. E queremos também saber se ele, por ofício, como Controlador, fez uma denúncia contra essas OSs de que ele tinha já descoberto alguma coisa.

O SR. WILSON WITZEL – Ele fez um relatório apontando valores já descobertos, acredito eu, da ordem de R\$1 bilhão. O Dr. Bernardo Barbosa também fez esse relatório, e nós temos um outro relatório, que é um relatório da Controladoria Geral do Estado, que começou com ele, que é o Relatório nº 51, que faz uma análise profunda de todas as OSs. Qual era o meu objetivo com isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Governador atual tem conhecimento desse relatório?

O SR. WILSON WITZEL – É lógico que... Ele deve ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está prevaricando na função de Governador em não fazer a denúncia contra essa empresa, porque o ex-Controlador-Geral, no meu entendimento, prevaricou, porque ele tinha que ter feito a denúncia.

O SR. WILSON WITZEL – A questão não é prevaricar ou não, Senador. A questão é que o relatório apontava medidas que deveriam ser tomadas para se poder ter critérios de aferição das OSs. Então, OS...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. O senhor disse que ele descobriu corrupção dentro das OSs. E aí não dá. E aí é ser afastado sumariamente. Você não pode esperar... O pessoal continua lá fazendo de conta que não está acontecendo nada.

O SR. WILSON WITZEL – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Controlador-Geral do Estado é pra isso. Ele não pode prevaricar na função. O atual Governador está prevaricando. Aliás, o atual Governador... Continuam essas empresas lá de que o senhor passou os nomes aqui pra gente?

O SR. WILSON WITZEL – É preciso esclarecer que essas OSs... Foram apontados vários problemas em relação a elas e precisaria, a partir daquele momento... Eu não tive tempo de fazer isso, porque eu iria fazer e aí veio o meu processo de *impeachment*. Eu iria fazer critérios para aferição dessas OSs e tirar aquelas que não fossem adequadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor passando os nomes, nós iremos tomar providências para...

O SR. WILSON WITZEL – Tem que investigar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio Bolsonaro, questão de ordem do art. 14.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exa. e pedir que garanta a minha fala sem interrupção, porque eu fui aqui diretamente atacado pelo Relator e pelo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Relator só fez as perguntas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, como se eu não estivesse aqui... Falando meu nome, como se não eu estivesse aqui, na forma mais cínica que pode existir.

E causa indignação, sim, não só em mim, mas tenho certeza de que em todo mundo que está assistindo esta CPI e que esperava que ela tivesse realmente uma preocupação com relação aos fatos envolvendo o Covid. Mas é que esse conchavo duma pessoa que responde a 17 processos no Supremo Tribunal Federal, cujo filho é suspeito de receber R\$800 mil da Odebrecht em troca de uma aprovação a pedido do pai, em troca de aprovação de uma medida provisória em 2014...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Esse pingue-pongue... O Senador Renan Calheiros, com esse pingue-pongue com...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Senador Flávio não faça isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - ... o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Presidente, ele falou aqui de um monte de coisa, eu vou falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, Senador. Eu estou só... V. Exa. está trazendo uma coisa que não tem nada a ver.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Como ele também trouxe.

Então, Presidente, esse conchavo dessa pessoa com outra aqui que é suspeita de desviar R\$700 milhões na saúde do Rio de Janeiro, em plena pandemia... Como diz o colega e amigo Senador Eduardo Girão, isso não é corrupção, isso é assassinato. E tem, sim, o depoente a mão suja de sangue entre esses quase 500 mil mortos. Esse, sim, é o culpado. E vem aqui e cria um monte de narrativa mentirosa. E eu faço questão de desmascarar, porque ele foi eleito mentindo, enganando a população do Rio de Janeiro, e se revelou depois que sentou naquela cadeira de Governador.

As investigações às quais o senhor responde começaram na Polícia Civil do Rio de Janeiro - do seu Estado, do nosso Estado - junto com o Ministério Público estadual. E, quando chegaram ao seu nome, porque o senhor é acusado de ser chefe de uma organização criminosa, é que foi para o Ministério Público Federal. E tudo que o senhor está colocando aqui está ignorando que foi uma decisão tomada por um ministro do Superior Tribunal de Justiça, referendada depois pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça. Há um conchavo de todos contra você?

E mais: o conselho misto que, mais uma vez, por unanimidade, no Rio de Janeiro, o cassou, declarou seu *impeachment*, foi por unanimidade: cinco Desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio e cinco Deputados Estaduais. Por unanimidade, o senhor foi cassado. O senhor quer fazer o que aqui nesta CPI? O senhor está sendo perseguido? Que é um conluio de toda a República contra você?

Por muito menos já vi Relator pedir voz de prisão para depoente aqui - que, aliás, hoje está com um comportamento completamente diferente, né? Levanta as bolas, troca figurinha...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o senhor me desculpe...
Senador...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Parece que combinaram antes de vir para cá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Flávio.

V. Exa. deve ter conhecimento do *habeas corpus* que o ex-Governador Wilson tem em mãos. Ele está aqui por livre e espontânea vontade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, ele está aqui para fazer palanque político – desculpe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ele não pode...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele está usando a CPI para fazer palanque político.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não pode sofrer nenhum tipo de constrangimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – E nem o Senador, como ele me fez passar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Ele não... Aí, veja bem, V. Exa. está falando. Eu dei a palavra ao senhor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sim, sim, Presidente. E eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu tenho que preservar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu estou só rebatendo o que fui acusado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... preservar o *habeas corpus* que foi consentido.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Então, só para terminar, Presidente. Para terminar.

Porque essa narrativa de que há uma mobilização para persegui-lo, isso não existe. É mentira deslavada! Só que você enganou o eleitor do Rio; os Senadores você não vai enganar, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha o que diz o Ministro Benedito no seu voto – vou fazer a leitura aqui, Presidente, e vou abaixar um pouco a máscara, senão fica embaçado e eu não consigo ler:

Os fatos não só são contemporâneos como estão ocorrendo e, revelando especial gravidade e reprovabilidade, a abalar severamente a ordem pública. O grupo criminoso agiu e continua agindo, desviando e lavando recursos em plena pandemia da Covid-19, sacrificando a saúde e mesmo a vida de milhares de pessoas, em total desprezo com o senso mínimo de humanidade e dignidade, tornando inafastável a prisão preventiva como único remédio suficiente para fazer cessar a sangria dos cofres públicos, arrefecendo a orquestrada atuação da [...] [organização criminosa].

Quer dizer, não é bem isso que o depoente está dizendo aqui. Será que isso aqui é perseguição?

E, para concluir, olhe outro trecho, Presidente, para mostrar como é que tem fundamento, tem base, tem prova testemunhal, material. Não é à toa que ele foi cassado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Para concluir.

Outras aspas aqui, do Ministro: "foi utilizado para escamotear o pagamento de vantagens indevidas ao governador, por meio de contratos firmados com pelo menos quatro entidades da saúde ligadas a membros da organização criminosa [...]", recebendo mais de R\$0,5 milhão só no período de 13 de agosto de 2019 a 19 de maio de 2020.

Então, Presidente, é isso aqui que está matando gente. Não é narrativa, não é discurso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só isso, não é? É falta de vacina também no Brasil que está matando as pessoas...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Vacina está chegando, em grande quantidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, mas com a demora necessária...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Por isso, nós somos o quarto País que mais vacina no mundo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu não vou entrar nessa discussão. Por favor!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, não vou entrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É só me dar a ordem dos inscritos, por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Presidente, é só uma questão pela ordem.

É só para o senhor recomendar aos Srs. e Sras. Senadoras para o uso da máscara. É uma medida sanitária necessária nesta CPI, determinada por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quem não está usando a máscara?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- São as recomendações para as medidas sanitárias, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Humberto Costa, com a palavra, por favor.

Senador Randolfe, por favor, sente-se aqui um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Governador, seja bem-vindo.

Sr. Presidente e Sr. Governador, a primeira onda de casos e óbitos da Covid-19 no Rio de Janeiro começou em maio, teve seu ápice em julho, com quase 18 mil casos e 1.372 mortes, e persistiu com uma média de 12 mil casos semanais e 600 óbitos por semana até o final do ano.

O Estado do Rio, Sr. Governador, tem uma relação - o Estado do Rio, a Secretaria Estadual de Saúde - *per capita* de leitos de internação que é de 2,04 por mil habitantes, abaixo da média nacional, que é 2,13 por mil habitantes, conforme informado pelo Cnes. Diferentemente do que ocorre com os demais Estados, existe uma rede federal robusta no Estado do Rio de Janeiro. Além da sede da Fiocruz, o Ministério da Saúde tem sob a sua gestão direta 1,6 mil leitos no Rio de Janeiro em seis grandes hospitais, Lagoa, Ipanema, Servidores do Estado, Cardoso Fontes, Bonsucesso e Andaraí; e os três institutos nacionais, de câncer, traumatologia-ortopedia e cardiologia; além dos hospitais universitários das universidades federais. No entanto, esses hospitais vêm sofrendo denúncias sistemáticas sobre a falta de investimentos federais para a reposição da força de trabalho especializada, o fechamento de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços, a precarização das condições de trabalho e atendimento à população. Os hospitais federais, Sr. Governador, desde 2016, foram paulatinamente desfinanciados e desmantelados. Hoje, há 808 leitos federais no Rio de Janeiro que estão inoperantes, ou seja, 33% do total existente. Portanto, Sr. Governador, somente, por exemplo, o Hospital Bonsucesso, que tinha 511 leitos, hoje possui só 370.

Boa parte desses hospitais não se envolveu diretamente no enfrentamento da pandemia da Covid-19. Alegação: falta de funcionários, que poderiam ter sido contratados pelo Governo Federal. Na verdade, o que nós podemos constatar – esta é a minha interpretação e leitura – é que o Governo Federal não se interessou por colocar essa rede à disposição do enfrentamento da Covid-19.

Eu queria, portanto, perguntar a V. Sa.: quantas reuniões o senhor teve com o Presidente da República ou com o Ministério da Saúde para tratar do tema da pandemia? Eu peço que seja bem objetivo, porque eu tenho muitas perguntas a fazer a V. Sa.

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Senador, obrigado pelas perguntas. Obrigado pela atenção.

Eu pedi ao Presidente que ele me entregasse os hospitais federais, todos, obviamente junto com a verba, para que eu pudesse administrar os hospitais pelo Estado. Realmente não faz sentido, no Estado do Rio de Janeiro, ter hospitais federais administrados pela União, porque o Estado do Rio de Janeiro não é mais capital e... Veja, V. Exa. falou: mais de 800 leitos. Eu queria construir 1,5 mil leitos de hospitais da campanha, que foram sabotados. Então, a conclusão a que eu chego é que não me deram os leitos e ainda sabotaram os hospitais de campanha exatamente para criar o caos.

A verdade é que esses 800 leitos poderiam estar à disposição do Rio de Janeiro – eu pedi no início do meu Governo ao Ministro Mandetta. Ele esteve num almoço comigo. Isso no início de 2019. Eu pedi, eu estive com o Presidente, pedi a ele o porto do Rio de Janeiro, entre outras coisas, para que o Governo do Estado pudesse fazer a privatização do porto, assim como eu fiz a privatização da Cedae. Independente de concordar ou não, é a maior concessão de infraestrutura da história do País, e eu fiz em 18 meses de Governo. E eu queria administrar os leitos hospitalares para que pudessem atender o SUS. E poderíamos, inclusive, na pandemia, estar mais preparados se, lá atrás, eu tivesse obtido, porque...

Um outro problema também, Senador, que eu verifico que agravou a situação da pandemia foi não me entregar os leitos. E, detalhe: esses leitos estão fechados, mas, se nós analisarmos a verba que vai para o Rio de Janeiro, ela não mudou – salvo engano, é algo em torno de R\$3 bilhões. O dinheiro vai para o Rio de Janeiro e os hospitais estão fechados. Então, uma investigação nesses hospitais – por que esses leitos não estão abertos e o dinheiro está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indo para lá, quebra de sigilo – pode chegar à conclusão de quem é o beneficiado pelo dinheiro que está sendo desviado nesses hospitais federais do Rio de Janeiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é importante, Sr. Relator. O depoente diz aqui que o Governo Federal não quis ceder e nem colocar para funcionar os leitos que tem no Estado do Rio de Janeiro. Inclusive é bom dizer que, em princípio, a ideia era constituir 1,7 mil leitos nesses hospitais de campanha, onde aconteceram...

O SR. WILSON WITZEL – Mil e quinhentos, mil e quinhentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... essas coisas todas.

Portanto, se o Governo Federal tivesse colocado à disposição só os hospitais ligados ao Ministério da Saúde, fora os hospitais universitários – vários deles estão também com leitos desativados –, a demanda por leitos de hospitais de campanha teria caído pela metade.

O SR. WILSON WITZEL – Talvez nem fossem necessários os hospitais de campanha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente. Isso aí é uma...

O SR. WILSON WITZEL – Não deram os leitos e ainda sabotaram os hospitais de campanha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa é uma demonstração...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A opção dos hospitais da campanha ficou clara a razão. É por isso que, inclusive, ele está aqui impichado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador, nós temos um Senador inquirindo. O depoente está respondendo. Salvo melhor juízo, V. Exa. está inscrito. Na sua oportunidade, esta Mesa lhe garantirá.

Senador Humberto, prossiga.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pergunto também qual foi a postura do Governo Bolsonaro em relação às medidas não medicalizantes, como distanciamento social, distanciamento físico, uso de máscaras e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação ao público. Como o Governo reagiu diante das medidas que V. Sa. e também o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro tomaram em relação a isso?

A propósito, o senhor acredita que as eventuais tentativas de sabotar essas medidas possam estar relacionadas a uma ideia de que o melhor caminho pra enfrentar o vírus era deixar ele se disseminar, na visão do Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL – Essa é a conclusão a que eu chego. A ideia do Governo Federal era a contaminação de rebanho. Ocorre que eu ouvi vários especialistas – inclusive o Ministro Temporão fazia parte da comissão de especialistas do Rio de Janeiro –, e a ata de reunião desses especialistas deixava claro que a contaminação de rebanho e isolamento vertical não seriam suficientes para o Rio de Janeiro. Então, eu tomei as medidas de restrição de aeroportos, rodovias, tomei medidas que estão no meu decreto, inclusive de esvaziamento das praias do Rio de Janeiro por pelo menos três meses, que era o tempo em que nós teríamos condições de avaliar a disseminação da doença e tomar as providências necessárias. Logo após, tem aqui [link](#) de reportagem, Deputados ligados a esse movimento negacionista fizeram carreatas pedindo a abertura do comércio. E nós vimos que demorou pra chegar o auxílio emergencial.

E apenas pra esclarecer sobre os hospitais de campanha: eu não respondo a nenhuma ação de improbidade envolvendo os hospitais de campanha. O Ministério Público do Rio de Janeiro nem o Ministério Público Federal ingressaram com ação de improbidade em relação a mim. E, muito menos, nenhuma das denúncias criminais, denúncias fajutas criminais contra mim, nenhuma dessas denúncias têm qualquer fato relativo a hospitais de campanha.

No processo de *impeachment* – a ementa do processo de *impeachment* é vergonhosa –, a ementa diz o seguinte: supostamente o Governador, supostamente os hospitais de campanha. Lendo o relatório do Tribunal Especial Misto, nós chegamos à conclusão de que a minha omissão na fiscalização é inaceitável e contrária à jurisprudência, à doutrina do País. Eu não tenho nenhuma responsabilidade com qualquer desvio – que não está comprovado. Não houve desvio. E qualquer afirmação sobre esse ponto é leviana e desnecessária.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Eu queria "adendar" aqui que, por exemplo, o Hospital Gaffrée e Guinle, que é da Unirio, também federal, teve 80 leitos fechados, que não foram reabertos e poderiam ter sido utilizados pra pandemia. No caso da UFRJ, chegou-se a fazer uma campanha de arrecadação de fundos pra recuperação de 60 leitos de UTIs no Hospital Clementino Fraga Filho. V. Sa. confirma esse quadro também envolvendo os hospitais federais universitários?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu não tenho os números de memória, mas as reuniões que eu tive com o Ministro Mandetta, à época – eu não consegui me reunir com o sucessor dele e estive uma vez com o Ministro Pazuello visitando o Hospital de Campanha do Maracanã –, em todas essas oportunidades, os hospitais federais não foram colocados à disposição do Estado do Rio de Janeiro. Na minha gestão, enquanto eu fui Governador, eu não tive a colaboração absolutamente nenhuma para poder fazer o enfrentamento, o combate ao coronavírus.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mais uma pergunta: foi denunciado pela Rede Globo que, em novembro de 2020, os gestores que estavam à frente do escritório do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro teriam autorizado duas contratações sem licitação que somam quase 28,8 milhões. Só pra reformar galpões do Ministério da Saúde, na Zona Norte, foram quase 8,9 milhões. Felizmente, isso aí não chegou às últimas consequências, porque houve por parte de órgãos de fiscalização a orientação de que não fosse feito.

Mas eu pergunto: diante da tragédia que o Estado do Rio de Janeiro viveu e continua vivendo, V. Sa. acha que seria prioritário fazer reforma do escritório do Ministério da Saúde ou de galpão do próprio ministério quando esses recursos poderiam ser utilizados para outras ações, intervenções mais adequadas e necessárias?

O SR. WILSON WITZEL – Entendo exatamente nesse mesmo sentido, foi isso que eu pedi, pra que o Ministro Mandetta, à época, me passasse todos os hospitais federais. Nós íamos fazer uma reestruturação da rede de saúde do Rio de Janeiro, com os hospitais federais, com a verba, porque todas essas questões que o senhor está mencionando... Os hospitais federais não têm leito, não oferecem, o serviço é precário, mas o dinheiro continua chegando. E, durante a pandemia, não foi diferente. O dinheiro chega: algo em torno de quase R\$3 bilhões. E tem gente por trás disso que está se locupletando disso daí. E uma investigação com a quebra de sigilo diz quais são as empresas que prestam serviço pelos hospitais. Não, não são essas; as empresas que prestam serviço pra OS. Vai verificar que tem saque em dinheiro de altos de valores, elevados, nessas empresas e pode chegar à conclusão de que vai ter gente por trás do recebimento desses valores em espécie.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem, eu agradeço a V. Sa., acho que foi esclarecedor. Eu entendo que das questões a que V. Sa. se referiu aqui na sua defesa não me cabe entrar no mérito. Espero que V. Sa. possa concretamente clarificar pra todo o Brasil tudo o que eventualmente aconteceu.

Mas, no que diz respeito à condução do enfrentamento à Covid-19 no Rio de Janeiro, nós podemos chegar a uma conclusão muito clara: quem é responsável em grande parte por esse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo trágico que se viveu e se vive no Rio de Janeiro é o Governo Federal, é o Presidente da República, são aqueles que, durante todo esse processo, sabotaram as medidas de afastamento, de isolamento social, que apregoaram contra as vacinas, que apregoaram contra os testes e que, no momento em que poderiam abrir toda a estrutura do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, os hospitais, os hospitais também do Ministério da Educação, não o fizeram. Foram absolutamente omissos. E esse capítulo, Sr. Relator, nós precisamos investigar, inclusive, com as denúncias que foram feitas aqui pelo depoente em relação ao papel das chamadas organizações sociais.

Diante disso, eu me sinto satisfeito com os aspectos aqui que investiguei, que levantei no que diz respeito à condução do enfrentamento à pandemia. E a mim só vieram as respostas a confirmar a minha avaliação de que a gestão que o Governo Federal deu a esse processo de enfrentamento à pandemia teve o objetivo claro de implementar essa imunidade coletiva por transmissão e relata, reflete um absoluto e total descompromisso com a saúde da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou passar para a Senadora Eliziane, mas antes comunico aos Srs. Senadores que estão inscritos e ao nosso convidado que eu não farei interrupção, e nós encerraremos essa sessão às 16h, porque tem uma medida provisória que diz respeito ao Brasil, e nós temos de participar desta reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu só pergunto uma coisa a V. Exa.: em algum momento, o depoente poderá apresentar a sua versão em relação também aos ataques que sofreu aqui ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A hora que ele... Ele tem todo o tempo possível.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Mais um advogado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) - Sr. Presidente, senhores colegas, Relator, Sr. Witzel, eu inicio perguntando para o senhor acerca da relação do Governo Federal com os Governos durante o seu período.

O senhor pegou um período que é importante do ponto de vista do enfrentamento da pandemia, e nós tivemos naquele momento várias críticas apresentadas pelos gestores estaduais de todo o Brasil da falta de comunicação, de envolvimento junto ao Governo Federal, da falta de comando de uma política, de uma transparência, de uma governança que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente estivesse focada no enfrentamento da pandemia, e neste comando considerando inclusive a política nacional a partir do princípio do SUS. E, em cima disso, nós tivemos várias recomendações do Tribunal de Contas da União, que apontava exatamente uma falta de planejamento, uma falta de uma ação mais unificada, eu diria assim. Em um dos termos, por exemplo, do Ministro Benjamin, ele coloca o seguinte: ele aponta a falta de planejamento para compra de insumos, medicamentos e também equipamentos.

A minha pergunta para o senhor é exatamente o que o senhor sentiu nesse momento, nessa unificação e, ao mesmo tempo, também em relação à implantação dessas políticas que foram – todas elas – em todo o mundo orientadas e que são muito elementares, como, por exemplo, implantação de *lockdown*, uso de máscaras, uso de álcool em gel. O senhor sentia naquele momento, como aliado do Governo Federal, algum tipo de pressão na não adoção dessas medidas que eram recomendadas pela Organização Mundial de Saúde e, naturalmente, orientadas em todo o Brasil, sobretudo, pela orientação da ciência?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Senadora Eliziane, obrigado pela pergunta.

É fato notório que todos os Governadores, através do fórum, estavam clamando por uma organização central no combate à pandemia. Como eu falei no início do meu depoimento, no início da minha contribuição aqui, havia uma narrativa estruturada de que os Governadores iriam exterminar empregos e iriam aproveitar a pandemia para roubar. Essa narrativa foi avançando, e nós vimos o que aconteceu: sem apoio do Governo Federal, desestruturou-se o combate à pandemia; tivemos grandes dificuldades para poder obter os insumos, respiradores, os leitos hospitalares. E isso foi fortalecendo essa narrativa de, além de os Governadores estarem destruindo empregos, querer jogar responsabilidade, politizando a pandemia, sabendo que a economia iria ser fragilizada, querendo colocar a responsabilidade nos Governadores, porque essa é a temática do Governo Federal para responsabilizar os Governadores pela pandemia.

Então, foi preparado, no meu sentir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor sentiu, especificamente, uma pressão no sentido de mudar um pouco essa rotina e, digamos, desvirtuar esse pensamento acerca dessas medidas?

O SR. WILSON WITZEL – Os fatos demonstram que houve uma omissão, houve um distanciamento. Nós não tínhamos reuniões com o Presidente e os Ministros da Saúde não tinham a autonomia necessária. E os Governadores fizeram várias cartas. As cartas estão publicadas. Nós queríamos diálogo, nós queríamos uma centralização, queríamos que o Governo Federal negociasse com a China, negociasse com quem quer que fosse para comprar os respiradores. Como isso não estava acontecendo e os leitos de CTI estavam ficando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lotados, nós tivemos que partir para as medidas de isolamento, um isolamento mais contundente, infelizmente – e era o nosso desespero –, isolamento sem auxílio emergencial, porque demorou.

E tudo leva a crer que tudo isso foi feito para fragilizar os governos estaduais e responsabilizá-los, como está sendo agora: que os Governadores acabaram com os empregos e, por conseguinte, falharam no combate à pandemia, fomentando ainda os desvios, com essa perseguição com o processo penal.

Então, essa narrativa toda está consubstanciada nessa série de fatos que eu estou aqui narrando e que deixam claro que politizou-se a pandemia, e a principal vítima de tudo isso – evidente que nós, Governadores, estamos sofrendo – são as 491 mil pessoas que morreram em detrimento dessa política desastrosa de descontrole no combate à pandemia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Governador, o labas (Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde) foi escolhido aí para a construção e também gerir os hospitais de campanha, não é?

Por exemplo, o custo médio de R\$851 mil por leito envolve equipamentos, insumos, profissionais da saúde e a própria construção da estrutura da unidade. A maior parte dos leitos prometidos não foram entregues. Acabou que, em função disso, esse valor encarece ainda mais exatamente pela falta de entrega.

Quem indicou a contratação do labas?

O SR. WILSON WITZEL – Senadora, como Governador – e, se a senhora não foi Governadora, um dia poderá sê-lo –, ao nomearmos um Secretário de Saúde, ele nomeia o seu corpo técnico. Quem toma as decisões para contratação são os técnicos. A estratégia de combate à pandemia quem formula, obviamente, é o Governador. Então, a minha estratégia foi: diante da negativa dos leitos dos hospitais federais, diante da negativa de um auxílio mais organizado por parte do Governo Federal com as Forças Armadas, para hospitais de campanha com as Forças Armadas, nós partimos... Então, eu dei a determinação pra que se fizessem hospitais de campanha.

Esses hospitais de campanha foram planejados por essa empresa. E, nos termos da Lei 13.979, no art. 3º, inciso VII, não precisaria sequer ser licitado. Isso eu estou falando avaliando a situação jurídica do caso. E foi feita uma avaliação. A Lei 13.979 não exige estudos preliminares. E nós estávamos naquilo que se chama uma guerra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
Você tinha conhecimento do labas? O senhor sabe que ele também foi o contratado para a construção de hospitais no Estado do Amazonas, não é?

O SR. WILSON WITZEL - Bom, essa instituição... Eu vim a saber da existência dela quando ela foi selecionada pela Secretaria de Saúde para poder fazer a instalação dos hospitais de campanha. Já tinha feito em São Paulo, já estava fazendo na Bahia, salvo engano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
O senhor tem informação se ela tem alguma vinculação ou indicação junto a membros do Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL - Senadora, aqui, na delação do Edmar, que fica... Do Edmar, não, do depoimento do Sr. Edson Torres, ele menciona que, numa conversa com Edmar Santos, o Edmar relata a ele - vou me poupar de ler aqui, mas depois encaminho à senhora... Ele relata que o tal do Bertholdo, que eu só vim a conhecer durante duas vezes pra dizer a ele que, se ele não entregasse hospitais, eu iria intervir, como de fato intervim... Eu baixei um decreto intervindo nos hospitais federais, através da Fundação Estadual de Saúde, e todos valores que foram pagos foram devidamente auditados pelo Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. Edson Torres disse que à época o Bertholdo estava em Brasília e teria tido um contato com o então Ministro Mandetta. Está aqui na folha 6 do relatório. Eu não sei se tem credibilidade ou não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
O Bertholdo era ligado ao labas?

O SR. WILSON WITZEL - É, aqui na p. 6 do depoimento dele: "Que Edmar disse que não seria possível mudar o labas, pois estava [...] [em] um relacionamento [...] [em um bom relacionamento] com o então Ministro Mandetta e este o teria apresentado Roberto Bertholdo; Que o depoente [...] [Edson Torres] disse a Edmar que cuidasse do labas; Que ainda em março de 2019 Edmar disse, em uma das reuniões do grupo [de que eu nunca participei, essas reuniões eram feitas pelas minhas costas], que era muito amigo da família proprietária do [...] Hospital Madre Therezinha de Jesus".

Então, esse trecho está no depoimento do Edson Torres. Agora, se o Bertholdo esteve no gabinete do Ministro, tinha relação, cabe, se possível, à própria CPI quebrar sigilos desse Sr. Bertholdo e do próprio Ministro Mandetta, à época, pra saber se houve algum relacionamento, se houve algum tipo de interação. Essa é a que consta aqui do depoimento do criminoso Edson Torres.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
Nosso tempo vai passando bem rapidamente, Sr. Wilson.

Eu queria fazer a pergunta para o senhor acerca do Dr. Zoser. O senhor conhece ele?

O SR. WILSON WITZEL - Desconheço quem seja.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
Tem relação com ele?

O SR. WILSON WITZEL - Não conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
Mas o senhor sabe quem é?

O SR. WILSON WITZEL - Não sei quem é.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
O advogado, Dr. Zoser, que atua no Ministério da Saúde.

O SR. WILSON WITZEL - Desconheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
O senhor lembra de uma reunião que teve no dia 29 com o Ministro Pazuello - e aí,
acompanhado do Zoser -, no Estado do Rio de Janeiro, para uma visita à Fiocruz. O senhor se
lembra dessa visita?

O SR. WILSON WITZEL - Qual foi a época? Qual foi a data?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
Ela foi no dia 25 de maio de 2020.

O SR. WILSON WITZEL - Não fui convidado pelo Ministro Pazuello.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
Mas o senhor teve conhecimento?

O SR. WILSON WITZEL - Não fui convidado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
O senhor nunca ouviu falar do Dr. Zoser?

O SR. WILSON WITZEL - Não, o Governo Federal evitava me convidar pra reuniões no
Rio de Janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Certo. Ex-Governador, eu queria... Minha última pergunta agora para o senhor é exatamente acerca da atuação de milicianos. Eu pergunto ao senhor se alguém que já foi magistrado - portanto, tem uma longa experiência, inclusive nessa área do acompanhamento de processos, em várias áreas -, assumiu o Governo de São Paulo, e aí, como o senhor inclusive colocou aqui um pouco mais cedo, o senhor atuou fortemente no enfrentamento em relação a essas milícias... Eu pergunto ao senhor: como é que foi o comportamento deles no período de pandemia, por exemplo. Qual configuração? Eu sei que meu tempo é muito pouco, mas eu queria que o senhor nos explicasse um pouquinho como se dava.

Por exemplo, havia pressão de grupos de milicianos em relação, por exemplo, ao rompimento da pandemia por parte de alguns comerciantes, a ponto, por exemplo, de pagar lá aquelas famosas taxas, que são as taxas de segurança que acabam sendo cobradas? O senhor poderia nos relatar um pouquinho como se dava, na verdade, essa atuação, se isso aconteceu e como foi, ao mesmo tempo também, a sua atuação em relação a esses grupos?

O SR. WILSON WITZEL - Senadora, é bem provável que, nas carreatas, eles estivessem envolvidos. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ingressou com várias ações para proibir as carreatas. Nós tivemos decisões favoráveis, havia envolvimento de Deputados do Estado do Rio de Janeiro nessas carreatas também, Deputados Federais que são ligados a esse movimento negacionista, e o Ministério Público conseguiu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ligado ao movimento negacionista ou ligado a milicianos?

O SR. WILSON WITZEL - Se os milicianos participavam ou não, pra que nós possamos saber, era preciso ter fotografado as pessoas que participaram das carreatas. Eram muitas carreatas, e até "a gente vai abrir o comércio", mandando os comerciantes abrir o comércio.

A senhora sabe que nós temos muita dificuldade de investigar os milicianos. Eles se infiltram. Eu classifico a milícia como uma máfia, e ela assim o é; a gente é que dá um nome diferente. Investigar a máfia, que tem gente infiltrada na polícia, tem gente infiltrada em Câmara de Vereadores, ligados a Prefeitos, ligados a Parlamentares federais.

Então, pra essas investigações, eu determinei à Polícia Civil, como linha de Governo - a polícia é independente, mas o Governador determina as linhas de investigação que são importantes para o plano de Governo -, determinei investigações contundentes da milícia. O Secretário de Polícia Civil pediu exoneração, dizendo que estava com receio de retaliação, exatamente porque ele estava investigando profundamente as milícias. O secretário ficou com receio até da própria família, da vida dele, e pediu exoneração do cargo, o Dr. Marcus Vinicius.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O senhor teria, por exemplo, concretamente, algum elemento que pudesse nos enviar à Comissão, acerca do que o senhor acaba de colocar, essa relação de poder das milícias com quem, por exemplo, dentro do Legislativo... A gente viu, inclusive, algumas homenagens que foram feitas, no Estado do Rio de Janeiro, a pessoas que depois vieram a ser acusadas de morte, de assassinato, portanto, até de milicianos. O senhor teria algum fato mais concreto que o senhor poderia enviar à Comissão?

O SR. WILSON WITZEL - Senadora, quem tem essas informações é a Polícia Civil do Rio de Janeiro. A Polícia Civil tem os inquéritos que foram abertos em relação a milicianos. Eu determinei, quando assumi o Governo do Estado do Rio, a criação do departamento de combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. Sugeri ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e foi criada, através de lei, uma vara especializada em combate ao crime organizado, que não tinha. A ideia era criar cinco varas; criou-se uma, com juízes especialmente dedicados a isso.

Então, há muito material, certamente, pelo menos havia, não sei se continua... Mas, pelo menos na minha gestão, havia muitos inquéritos investigando empresas e pessoas ligadas ao movimento dito miliciano. Tem que requisitar à Polícia Civil do Rio de Janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - No começo da sua fala aqui, o senhor fez, por exemplo, referência, e o senhor colocou o seguinte: que espera que a ordem democrática seja restabelecida. Aí, no final, o senhor continua: "Quem sabe o mandante do caso Marielle vai ser descoberto?". O que motiva essa sua fala? O que o senhor pode falar, de forma mais clara, à Comissão, quando o senhor... E aí é bom lembrar: o senhor não falou essa frase apenas uma vez, aqui, no seu depoimento; o senhor falou algumas vezes. O que leva, por exemplo, o senhor a ser motivado a falar exatamente isto: "Quem sabe a gente chega aos mandantes do caso Marielle?" - do assassinato brutal e terrível dessa mulher, que foi impacto não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

O SR. WILSON WITZEL - É verdade.

Senadora, a minha condução como Governador não é interferir na investigação. Quando eu chamei os delegados que estavam à frente do caso Marielle, eu havia me comprometido com a família da Marielle, com a mãe, que eu inclusive recebi no Palácio Guanabara, que o Governo do Estado faria de tudo para saber quem eram os executores e mandantes. Com dois meses de Governo, em fevereiro, os executores da Marielle foram presos, porque, na reunião que eu tive com os delegados - eu não tive acesso ao processo. Não é meu papel, como Governador, ter acesso à investigação, mas é meu papel, como Governador, fazer com que a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polícia funcione, assim como é meu papel fazer com que a saúde funcione –, eu perguntei aos delegados: "O que vocês têm de elementos do ponto de vista de autoria e mandante?" Os delegados me disseram: "Nós temos os autores". "Então, não quero saber quem são. Eu sugiro a vocês que fechem essa parte do inquérito e abram um novo inquérito". Uma sugestão, com a experiência como magistrado. "E, nessa nova fase, vocês vão encontrar quem é o mandante do crime".

Quando se fez a prisão dos executores da Marielle, deu-se prosseguimento às investigações dos mandantes e chegou-se ao porteiro. A partir dali, houve esse inquérito requisitado pelo Ministro da Justiça, para, no meu entender – no meu entender –, coagir a testemunha, que foi, de fato, coagida; ela não quis mais prestar o depoimento, e o meu *impeachment* foi na sequência de todos esses atos, e a polícia, hoje... A investigação do caso Marielle caiu em banho-maria, no meu sentir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na sua opinião, o seu *impeachment* é fruto da sua atuação em relação ao caso Marielle...

O SR. WILSON WITZEL – Começou ali. Começou ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Governador Wilson Witzel, eu queria partir do ponto deixado agora pela Senadora Eliziane. Pelo que eu entendi do que V. Sa. relata aqui, ocorreram ações contrárias às medidas restritivas adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro quando V. Exa. estava no exercício do Governo. Eu queria somente que o senhor confirmasse: o senhor entende que algumas dessas ações, e, para corroborar isso, eu peço aqui uma informação... Tem uma notícia de 7 de fevereiro de 2019, antes inclusive da pandemia, V. Exa. ainda estava no Governo, em que o então Ministro Gustavo Bebianno relata ameaça à equipe de Governo, em hospital do Rio de Janeiro, e suspeita da atuação de milícia.

Pelo que V. Sa. destacou ainda há pouco, respondendo à Senadora Eliziane, teve atuação de milícias contra as medidas de isolamento adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. V. Sa. confirma isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Foi o que aconteceu, que eu também tive notícia pela imprensa. Agora, só para esclarecer a V. Exa., como foi um fato ocorrido num hospital federal, nos termos do art. 109 da Constituição, cabe à Polícia Federal apurar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL – E o fato não foi apurado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Mas, após esse episódio – eu falo em relação à pandemia –, teve atuação miliciana contra as medidas restritivas, as medidas de isolamento?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu não posso afirmar isso, porque as carreatas eram organizadas, de forma muito bem organizada, contra as medidas de isolamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Então, vamos a este foco: as carreatas. O senhor relatou aqui... Nós temos conhecimento e o senhor declina aqui que Parlamentares estaduais e federais participaram das carreatas. De fato...

O SR. WILSON WITZEL – Não participaram, eles organizavam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Eles organizavam...

O SR. WILSON WITZEL – Eles organizavam as carreatas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– É, de fato, inclusive, Sr. Relator, aqui temos algumas postagens em redes sociais da época, inclusive de um Parlamentar investigado pelo Supremo Tribunal Federal, dizendo o seguinte: "É hora de começar os trabalhos: manifestações pela reabertura do comércio e isolamento vertical".

Aqui, outra...

O SR. WILSON WITZEL – Como é que um Governador de Estado decreta e, ao invés de se ir ao Judiciário pra questionar a decisão do Governador, faz-se um movimento de desobediência civil, motivando carreatas contra a decisão do Governador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem outra aqui: "Venho alertando há tempos sobre a alteração da estatística de óbitos". Acredito que, inclusive, um dos temas de investigação desta CPI. "Quando a verdade vier a tona, muitos perceberão que a grande esquerdopata mídia participou, com todas forças, do maior experimento social deste e do século passado e, talvez, parem de se pautar por ela".

O senhor podia declinar o nome dos Parlamentares que organizaram carreatas, organizaram eventos contra o isolamento social?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu acredito que sim. Tem umas notícias de jornal, mas é o Deputado Estadual Poubel – um dos mais violentos. Esse cidadão invadiu o hospital de campanha de Nova Iguaçu –, o Deputado Anderson Moraes, a Deputada Alana Passos, o Deputado Federal Otoni de Paula. Que eu me lembre, de cabeça, são esses, são os principais articuladores das carreatas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Sr. Relator, Sr. Relator... (*Pausa.*)

Sr. Relator, Sr. Relator... (*Pausa.*)

Sr. Relator, eu considero importante nós registrarmos nesta CPI os nomes dos Parlamentares que foram declinados pelo Sr. Governador Wilson Witzel, porque esses, assim... Claramente, o Sr. Governador aqui declina nome de Parlamentares que obstaculizaram, sabotaram medidas de prevenção à Covid.

O SR. WILSON WITZEL – Inclusive, Senador, eles são réus, eles foram réus numa ação civil pública promovida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para que não fizessem as carreatas. Alana Passos, Anderson Moraes, Poubel, eles foram claramente réus nessa ação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor não pode afirmar, mas o senhor... Há elementos, há informações que acredita que também, desses atos contra o isolamento, contra as medidas restritivas, teve, ou melhor, tiveram a atuação de grupos milicianos?

O SR. WILSON WITZEL – É bem provável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeito.

Sr. Governador, no Rio de Janeiro, salvo melhor juízo, o senhor me corrija, tem 650 leitos de hospitais federais fechados, né? O senhor chegou a informar o Governo Federal?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) –
Mais de 800.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O senhor chegou a informar o Governo Federal sobre esses leitos fechados e ao Fórum de Secretários Estaduais de Saúde?

O SR. WILSON WITZEL - Senador, eu, no início de 2019, pedi a administração dos hospitais, obviamente com os recursos. Acredito que são mais de R\$3 bilhões. Pra esses hospitais, dá e sobra pra abrir os leitos. E, em 2019, nós já teríamos esses leitos abertos. Não fui atendido, e, durante a pandemia, também não fomos atendidos, com o objetivo exatamente de asfixiar a gestão da pandemia pra fazer prevalecer a narrativa de que os Governadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então, o Governo Federal, propositadamente, não atendeu às requisições...

O SR. WILSON WITZEL - Não atendeu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- ... de V. Sa. para...

O SR. WILSON WITZEL - Não, as justificativas são as mais estapafúrdias: que os leitos estão sucateados, que os leitos não estão em condições de serem operados. Sim, mas, entre construir um hospital de campanha, o que é uma grande dificuldade e um grande problema, e reformar rapidamente leitos, a medida que seria salutar seria reformar os leitos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

Além dos episódios de carreatas contra as medidas restritivas, nós tivemos notícia de invasão de hospitais, e também que teriam sido organizados e patrocinados por Parlamentares.

O SR. WILSON WITZEL - Pelo Deputado... Deputado Poubel. Ele invadiu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Além desse, tinha algum outro?

O SR. WILSON WITZEL - Que eu me lembre, esse daí foi o articulador da invasão ao hospital.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor chegou a constituir um comitê científico de enfrentamento à pandemia durante o seu Governo. As decisões sobre as medidas restritivas foram adotadas no âmbito desse comitê?

O SR. WILSON WITZEL – Todas. Eu, pela experiência como Juiz federal, ouço os peritos. As minhas decisões são pautadas com base na *expertise* dos que são conhecedores do tema. E eu determinei ao Secretário de Saúde que ele constituísse um comitê científico e que todas as decisões seriam motivadas por esse comitê científico nos decretos que foram baixados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor disse que ocorreram intervenções indevidas do Governo Federal no Rio de Janeiro. Uma delas, salvo melhor juízo, foi a mudança do comando da Polícia Federal. O senhor confirma isso? E lhe pergunto: além dessas mudanças, ocorreu algum outro tipo de pressão direta ao senhor para que ocorressem alterações na estrutura de Governo dirigida por V. Exa. à frente do Governo do Rio?

O SR. WILSON WITZEL – Há um fato de que eu vou manter sigilo e, se houver a sessão em segredo de justiça, eu vou revelar. E uma outra questão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Um fato...

O SR. WILSON WITZEL – ... que é o regime de recuperação fiscal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Desculpe-me: um fato...

O SR. WILSON WITZEL – Um fato gravíssimo que eu vou revelar numa sessão que for em segredo de justiça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL – Senão não haverá condições...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Um fato de intervenção do Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL – Que envolve intervenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Em vosso Governo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – No meu Governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Além...

O SR. WILSON WITZEL – Além disso, nós tivemos o regime de recuperação fiscal, que só foi assinado após o meu *impeachment* do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor chegou a ser advertido por alguém do Governo Federal de que isso ocorreria só após o seu *impeachment*?

O SR. WILSON WITZEL – Fui advertido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O Governo Federal chegou a procurar o senhor pra falar do Hospital Geral de Bonsucesso? E o senhor se recorda das prisões ocorridas por ter milícia à frente da direção desse hospital federal?

O SR. WILSON WITZEL – Os hospitais federais, os hospitais federais são intocáveis, ninguém mexe ali. Tem um dono, e esta CPI pode descobrir quem é o dono daqueles hospitais federais. Tem um dono, tem alguém...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor fala "dono" entre aspas?

O SR. WILSON WITZEL – É, tem um dono, ali tem um dono. E tem investigação sobre isso que eu sei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor poderia indicar para esta CPI um caminho para descobrirmos quem são os donos?

O SR. WILSON WITZEL – Quebrando o sigilo das OSs que prestam serviço lá...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Nós encontraremos quem são os donos?

O SR. WILSON WITZEL – ... quebrando o sigilo do superintendente que foi exonerado – teve um que foi exonerado, ou os dois ali –, do que foi exonerado, quebrando o sigilo dele; quebrando o sigilo das OSs que prestam serviço e das empresas que prestam serviço para as OSs. Certamente essa quebra de sigilo, que deve ser sob segredo de justiça para que se possa avançar sem expor, num primeiro momento, os investigados...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- O senhor acredita que, se nós, se esta Comissão Parlamentar de Inquérito seguir nesse caminho, encontraremos quem são, abre aspas, "os donos", fecha aspas...

O SR. WILSON WITZEL - Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- ... dos hospitais federais do Rio de Janeiro.

O SR. WILSON WITZEL - Vai encontrar. Certamente, ali tem dono.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- Perfeito.

Durante o seu período à frente do Governo do Rio de Janeiro, V. Sa. recebeu alguma pressão por parte do Presidente da República no sentido de não decretar isolamento social, de não decretar o uso de máscaras? Caso afirmativo, quando e como isso se deu?

O SR. WILSON WITZEL - Senador, ele nunca fez essa afirmação direta. A afirmação que ele fazia era nos pronunciamentos oficiais. Quando nós decretávamos as medidas de isolamento, vinha um pronunciamento oficial falando gripezinha, falando que os Governadores iam acabar com os empregos, que os Governadores são ditadores, ou seja, não havia uma coordenação. E, não havendo uma coordenação, havia uma descoordenação. Havia um pronunciamento oficial - eu entendo esse pronunciamento criminoso - que impedia os Governadores de fazer o trabalho deles. Este é o problema. O Governador pede pra ficar em casa e o Presidente vai no pronunciamento oficial e fala o contrário: "Olha é uma gripezinha, inclusive eu estou com meu histórico de atleta, não vou ter problema"; ou seja, as pessoas vão pra rua, vão sem máscara, fazem aglomeração, o caos vai se implantando e a dificuldade pra fazer o isolamento é sempre muito grande.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- Em algum momento, houve interferência ou tentativa de interferência do Senhor Presidente da República ou de pessoas próximas do Presidente da República em sua administração, com o objetivo de impedir a adoção das medidas sanitárias aprovadas pela Organização Mundial de Saúde ou algum outro tipo de interferência?

O SR. WILSON WITZEL - Omissão. Omissão. A omissão na coordenação central, a omissão em dialogar com os Governadores pra encontrar uma solução que fosse nacionalmente. A omissão no sentido de se fazer a compra dos respiradores de forma nacional, através da União, junto a outros países, negociar... Hoje mesmo, nós estamos assistindo ao desespero dos Governadores pra poder conseguir vacina, porque, em vez de negociar com o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, está brigando com o Governo chinês. Então, essa é a dificuldade que nós estamos enfrentando desde março de 2020 pra poder minimizar os efeitos da pandemia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Algum pleito feito por V. Sa. ao Governo Federal para adotar as medidas de combate à pandemia foi atendido ou deixou de ser atendido por conta das posições políticas?

O SR. WILSON WITZEL - Muito pouco, muito pouco. Recebemos talvez alguns respiradores, mas muito pouco, e já com o Ministro Pazuello recebemos alguns. Agora esses números todos são muito insignificantes diante da pandemia, mas é uma conduta que fica clara, que demonstra que é uma omissão calculada e atende um pouquinho aqui, um pouquinho ali, dá uns respiradores pra não dizer que não deu nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL - Totalmente insuficiente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor disse que o seu afastamento, o seu *impeachment* foi caracterizadamente um ato político de perseguição por suas posições serem opostas às do Governo Federal. O senhor, inclusive, insinuou que o hoje Governador do Rio de Janeiro, no dia do vosso *impeachment*, estava aqui em Brasília.

O SR. WILSON WITZEL - No dia do meu afastamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- No dia do vosso afastamento...

O SR. WILSON WITZEL - Na véspera do meu afastamento, ele estava em Brasília.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O senhor sabe, tem notícia de que, após isso, houve, ocorreram mudanças no trato com o Governo Federal? E, mais que isso, alguns personagens, como o Sr. Fabrício Queiroz, passaram a frequentar o Palácio Guanabara?

O SR. WILSON WITZEL - Tem foto disso. Depois da minha saída, a relação do Governo Federal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- É fato que a filha dele é nomeada no Governo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Foi nomeada e, depois que saiu a reportagem, foi "desnomeada".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL – E ela...

Tem foto dele no Palácio Guanabara. O Fabrício Queiroz passou a frequentar o Palácio Guanabara. No meu Governo, não chegava nem perto. E eu nunca atendi pleitos de favorecimento a quem quer que seja, embora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Hoje ele frequenta?

O SR. WILSON WITZEL – Bom, tem uma foto dele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Hoje ele frequenta e tem relações com o Sr. Governador, o atual Governador?

O SR. WILSON WITZEL – Não posso dizer, mas que a reportagem mostrou a foto dele dentro do, no estacionamento do Palácio Guanabara, está publicada na imprensa. No meu Governo, ele nunca passou perto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Então, claramente houve... O senhor acredita que o apoio que hoje o Governo do Rio de Janeiro recebe é claramente por conta de o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o atual Governo, apoiar a política adotada pelo Presidente da República, pelo Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL – Certamente. O atual... O Vice-Governador, que me substituiu; o Vice-Governador declarou, inclusive, que vai votar no Bolsonaro em 2022. Ele está fazendo campanha – né? Já declarou isso aí, lamentavelmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor acha que isso tem relação com a omissão do Governo do Estado do Rio de Janeiro nos eventos públicos que o Presidente da República realiza, transgredindo as medias sanitárias no Rio de Janeiro?

O SR. WILSON WITZEL – Certamente. Senador Randolfe, se eu estivesse no Governo do Estado, não ia ter aquele tipo de coisa, não. Não ia ter motociata... Eu ia ingressar na Justiça, provocando o Ministério Público, para que houvesse uma decisão judicial proibindo motociata. Motociata, passeata... ia ter resistência. Infelizmente, sofri o *impeachment*, de uma forma totalmente parcial. Não adianta falar que foi por unanimidade. O Ministério Público fala o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que quer, de forma irresponsável; o juiz vai definir com base naquilo que o Ministério Público fala. Agora, lá na frente... Não adianta ficar citando trecho da delação aí, como foi citado, trecho da decisão, porque a decisão do Ministro é pautada nas inverdades que o Ministério Público leva. E aí, lá na frente – eu nunca fiz isso como juiz – lá na frente, absolvido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Muito obrigado, Sr. Governador.

Sr. Presidente, só comunicando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Só comunicando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... fazer uma pergunta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Só um minutinho, Sr. Presidente. Só para comunicar a V. Exa. e ao Sr. Relator que estou requerendo o depoimento em reservado a esta CPI do Sr. Wilson Witzel. Acho que tem informações complementares que S. Sa. poderá prestar a esta CPI.

Não há mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Governador, para complementar as perguntas do Senador Randolfe.

O senhor saiu dia 28 de agosto de 2020?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Eu fui afastado dia 28 de agosto, com base em... numa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é só... Foi dia 28.

O SR. WILSON WITZEL – Foi dia 28 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Naquela época, dia 28 de agosto, já tinha empresas, laboratórios procurando o Brasil para comprar vacina. O senhor ainda chegou a discutir com alguém do Governo Federal a compra de vacinas?

O SR. WILSON WITZEL – Não. Eu... Eu estava desenvolvendo, no Instituto Vital Brazil, o soro do Covid, com recursos do Estado do Rio de Janeiro, para utilizar nos pacientes internados. E a vacina, eu estava preparando o Instituto Vital Brazil para receber a vacina, mas isso nunca foi conversado comigo. O Governo Federal não conversava comigo. O Presidente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não conversava comigo. O Presidente ignorava qualquer tentativa de aproximação minha com ele para poder conversar sobre questões que dependem de opinião pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque em agosto o Governo brasileiro já tinha recebido várias propostas da Pfizer...

O SR. WILSON WITZEL – Nunca chegou ao meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e de outras empresas. Por isso que, como o senhor participava de reuniões como Governador...

O SR. WILSON WITZEL – O Presidente Bolsonaro chegou a dar uma declaração no cercadinho dizendo que não ia conversar comigo, porque todo mundo sabe onde o Witzel vai estar logo mais. É uma afirmação curiosa de um Presidente: "Ah, logo mais, a gente vai saber onde é que o Witzel vai estar". Só quem fala isso é quem tem a segurança e a garantia de que alguém está trabalhando para ele para prender quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nada acontece do dia para a noite numa relação: a mulher não se separa do marido por nada, amigos não deixam de ser amigos por nada, e aliados políticos também não deixam de ser aliados políticos por nada. O senhor chegou a comunicar ao Presidente – e, com isso, ele ficou com raiva – em relação ao processo da Polícia Civil em que o porteiro citava o nome do Presidente?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, essa pergunta eu só posso responder se a CPI adotar o procedimento de segredo de Justiça, porque os fatos são graves.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Por que nós não fazemos isso em seguida?

O SR. WILSON WITZEL – Eu pediria também, Senador Renan, que nós pudéssemos fazer isso em outra oportunidade, até para que eu possa me preparar para trazer elementos, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós iremos... O Senador Randolfe, que propôs, irá entrar em contato com seus advogados...

O SR. WILSON WITZEL – Até porque para poder também juridicamente preparar, para saber se daquela sessão de sigilo de Justiça poderão adotar medidas cautelares com apoio do Judiciário, etc. Os fatos são graves.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello, representante do grande e bonito Estado de Santa Catarina, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Senadora Soraya, ex-Governador Wilson Witzel, eu vou fazer algumas perguntas bem diretas, como... O próprio Presidente Omar me conhece, todos me conhecem: a minha franqueza, a minha... Não divagar, já ir direto ao ponto.

Eu pergunto a V. Sa.: o senhor contratou o instituto labas para administrar sete hospitais de campanha no Rio de Janeiro, o senhor não sabia do histórico deles de corrupção, de desvio de dinheiro?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Se eu soubesse, eu não tinha contratado, Senador.

Eu não sei se o senhor tem conhecimento da Constituição do Estado do Rio de Janeiro ou de qualquer outra Constituição estadual: não cabe aos Governadores fazer qualquer tipo de ato de fiscalização e, sim, atos de gestão. Eu não sou gestor... Eu não sou gestor de orçamento, não sou engenheiro, não tenho *expertise* em relação à construção de hospital de campanha. A minha determinação foi para que o Secretário de Estado providenciasse construção de hospital de campanha. Tem a determinação de que tudo isso fosse feito com base em apoio à Procuradoria-Geral do Estado. Haja vista que a Lei 13.979 permitia, inclusive, a requisição dos hospitais, podia, inclusive, ter sido uma empresa privada em vez de uma OS, como foi o caso da construção de outros dois hospitais de campanha pela iniciativa privada. A forma pela qual foi feita... Não cabe ao Governador olhar projeto, a Governador cabe dar determinações para que sejam cumpridas. Se elas vão ser cumpridas ou não, os órgãos de fiscalização têm que realizar, sob pena de responsabilizar Governadores e Prefeitos de forma objetiva, o que é inaceitável tanto na teoria da improbidade administrativa quanto na teoria criminal.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, é por isso que o senhor disse, numa entrevista na CBN, no dia 24/04/2021, que não tinha nada a ver com isso, que o senhor não era engenheiro. Então, o senhor agora nos explica... Então, o senhor não se preocupou em saber da eficácia disso, se ia acontecer ou se não ia. O senhor só pediu para contratar e...

O SR. WILSON WITZEL – Vamos simplificar, para ficar mais fácil.

Quando o médico me pede para comprar um bisturi e o secretário traz o orçamento para ser aprovado na Assembleia Legislativa – o orçamento da saúde, no Rio de Janeiro, é algo em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

torno de R\$5 bilhões –, eu não vou perguntar para ele se o bisturi é bom ou não; eu não vou perguntar se o hospital de campanha tem que ser feito assim ou assado ou a forma como ele vai fazer. A determinação é: a saúde não pode parar, a Polícia Militar não pode parar. Quer comprar fuzil? É necessário? Então, o orçamento vai contemplar a compra de fuzil. Agora, eu não sou *expert* no assunto, não sou médico, e, portanto, eu não posso dizer para V. Exa. se houve acerto ou não. Quem tem que dizer isso são os peritos.

Agora, no meu processo de *impeachment* eu pedi para fazer uma perícia para que nós pudéssemos saber exatamente o que aconteceu. Eu não respondo ação de improbidade sobre os hospitais de campanha, não respondo ação penal sobre os hospitais de campanha, e o Tribunal Especial Misto indeferiu a perícia por maioria. Indeferiu! Nós estamos recorrendo em relação a isso. Eu entendo que o julgamento do Tribunal Especial Misto é nulo, é um julgamento que não foi realizado de acordo com o devido processo legal. E, se tivesse deferido a perícia, nós estaríamos aqui respondendo às suas perguntas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Outra pergunta: o senhor considera que a contratação criminosa e fraudulenta do labas contribuiu para o resultado das mortes lá no Rio de Janeiro?

O SR. WILSON WITZEL – Bom, inicialmente, dizer que a contratação é criminosa ou não é, neste momento, inadequado, haja vista que não há nenhuma ação criminal que envolva o hospital de campanha, não houve perícia, e, portanto, nós podemos dizer que, se o hospital de campanha foi contratado regular ou irregularmente, isso somente após o devido processo legal.

O que eu posso dizer para V. Exa. é que o que contribuiu foi o negacionismo do Governo Federal; foram as carreatas; foi a ausência de leitos dos hospitais federais que poderiam evitar que nós tivéssemos construído hospital de campanha. E fica claro, para mim, Senador, que a negativa dos leitos dos hospitais federais e a sabotagem dos hospitais de campanha por Deputados estaduais ligados a esse movimento negacionista, inclusive ao Presidente, é a articulação cristalina de que tudo isso foi planejado para sabotar o controle da pandemia no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor...

Segundo o Ministério Público Federal, a primeira-dama recebeu um pouco mais de meio milhão de reais em propina. O senhor confirma essa informação?

O SR. WILSON WITZEL – Bom, propina fica por sua conta. São honorários advocatícios que ela recebeu por serviços prestados, declarados no Imposto de Renda. Não é em espécie. Muito pelo contrário, na conta da minha mulher, não entrou dinheiro em espécie, diferente de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros fatos por aí. Na conta da minha esposa, entraram honorários advocatícios. Ela é advogada, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil. Ela trabalhou, continua trabalhando com toda a dificuldade. Então, por favor, eu peço que V. Exa. não mencione a palavra propina, porque não é...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Segundo o Ministério Público Federal.

O SR. WILSON WITZEL – Pois é. Segundo esse Ministério Público Federal, que precisa ser investigado...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor acha todo mundo é contra o senhor, então? É só o senhor que está certo?

O SR. WILSON WITZEL – Olha, quanto tempo demorou para dizer que o Presidente Lula estava certo? Que ele estava sendo julgado por um juiz parcial? Demorou – né? Uma hora nós vamos chegar lá.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor recebia mesada de aliados? Pagava pedágio a aliados? Tinha cofre nas residências oficiais no Rio e fora do País para supostamente ocultar recursos financeiros?

O SR. WILSON WITZEL – Em hipótese alguma. Jamais!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O que era o clube do charuto?

O SR. WILSON WITZEL – É um evento que nós fazíamos pra receber amigos. E esclareço a V. Exa.: eu não fumo mais charuto, nem bebo bebida alcoólica. Me converti e sou evangélico.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Então, era só pra fumar charuto.

O senhor considera que roubar em uma pandemia é igual a matar as pessoas, com dolo eventual ou culpa consciente?

O SR. WILSON WITZEL – Considero que a omissão do Governo Federal... Considero que a atuação negacionista do Governo Federal deve ser julgada não só aqui no Brasil, mas pelo Tribunal Penal Internacional, e condenados aqueles que assim o fizeram – os nomes, o senhor já sabe de quem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A Operação Favorito trouxe provas cabais de que Mário Peixoto pagou propina a funcionário do Governo do Estado para reabilitar organizações sociais que estavam inviabilizadas. O que significa a frase na Operação Favorito: "Aquele cafezinho básico de 500 mil pra um e de 1 milhão pra outro"?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, a operação a que o senhor se refere está em julgamento na 7ª Vara Criminal. Esse cidadão que falou essa frase é aquele que eu mencionei no início: Luiz Roberto Martins. Eu acredito que toda a fala desse cidadão foi mediante coação. É só investigar que nós vamos chegar lá. Lembrando que a Polícia Federal teve mudança de superintendente logo depois que ele falou isso no grampo. Tem que investigar.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pra que a gente possa saber. Muito bem.

O SR. WILSON WITZEL – Exatamente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor insiste em acusar o Governo Federal de persegui-lo – o Governo Federal, o Judiciário Federal, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, a Alerj, a Polícia Federal, todas essas operações feitas. Enfim, o senhor acha que isso é uma grande perseguição à sua pessoa?

O SR. WILSON WITZEL – É. Tem muita gente aí que diz que é perseguido também, Senador. Tem pessoas que respondem a processo na Justiça do Rio de Janeiro que também dizem que são perseguidas. Então, nós precisamos investigar e saber se realmente é verdade ou não.

No meu caso, eu não disse que o Judiciário me persegue. Juiz decide com base naquilo que o Ministério Público leva. Como o Ministério Público tem o princípio da legitimidade daquilo que ele leva, normalmente eu, como juiz, várias vezes fiz uma análise criteriosa no recebimento da denúncia, mas não é o caso, no Brasil, a análise criteriosa, pelo princípio do *in dubio pro societate*, que, graças a Deus, está mudando. Então, o juiz recebe a denúncia e, lamentavelmente, lá na frente, a gente faz a absolvição, que é o que está acontecendo em vários casos, e eu acredito que não vai ser diferente comigo.

Então, infelizmente, o Ministério Público do Brasil, de uma forma geral, tem muitos bons profissionais, mas no meu caso, especificamente, há que se investigar uma perseguição política inaceitável, que não é só a mim, tem mais Governador sendo perseguido.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. ex-Governador Witzel, eu fico me perguntando o que pensam aqueles que o senhor, como juiz, condenou. Eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que o senhor foi uma negação para o Estado do Rio de Janeiro, para a política brasileira, o senhor foi uma negação para o Judiciário, pra não dizer uma vergonha. O senhor é um Juiz Federal. Eu vi um depoimento seu emocionado dizendo que não sairia da magistratura pra fazer coisas erradas. E o senhor envergonhou a Justiça brasileira. O senhor pode ter certeza disso, tá?

O senhor está aqui dizendo que é um santo, mas eu fico só imaginando a amargura das pessoas que o senhor meteu a caneta pra condenar. O que que essas pessoas estão pensando hoje do senhor? O senhor saiu do cargo de Juiz Federal pra ser Governador do Rio de Janeiro. Na primeira oportunidade, fez um monte de lambança. Então, eu quero lhe dizer o seguinte: o senhor envergonhou a Justiça, envergonhou o Rio de Janeiro e a população brasileira. E não tenho mais pergunta pra fazer.

O SR. WILSON WITZEL – Senador, como o senhor fez uma afirmação leviana em relação a minha pessoa...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Leviano é o senhor que foi cassado!

O SR. WILSON WITZEL – Se o senhor permitir...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Leviano é o senhor que foi cassado!

O SR. WILSON WITZEL – A sua afirmação foi leviana.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, senhor! O senhor é que... O senhor que está bancando o mocinho aqui, o santo.

O SR. WILSON WITZEL – É... Exatamente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Cheio de picaretagem que o senhor fez lá no Rio de Janeiro.

O SR. WILSON WITZEL – Exatamente. Já está tudo transitado em julgado mesmo, não é?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por isso que foi cassado por unanimidade!

O SR. WILSON WITZEL – Isso... Um tribunal parcial. Mas vamos chegar lá...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, eu não quero saber a sua resposta!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Ué, mas eu tenho o direito de falar. Eu tenho direito de falar.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Fala!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILSON WITZEL – Eu tenho o direito de falar. O senhor está dizendo que eu envergonhei a magistratura. Lamentavelmente, para a sua decepção, isso não é verdade, muito pelo contrário.

Durante o período em que eu estive na magistratura, eu fui um juiz efetivo, eu fui um juiz comprometido com as minhas funções, todas as minhas sentenças submetidas ao tribunal foram sentenças regularmente julgadas. Eu passei 17 anos na magistratura sem responder a nenhum processo disciplinar administrativo. Eu passei 17 anos fazendo um trabalho sério. Saí da magistratura pra ser Governador do Rio de Janeiro. Agora, desculpa, estou incomodando. Eu não baixo a cabeça pra ninguém que quer fazer desse País uma bagunça. Não vou baixar a cabeça pra ninguém. Vou continuar fazendo o meu trabalho e, pra decepção de muitos, vou continuar na política e não vão me impedir de ajudar a reconstruir este País e evitar que pessoas se aproveitem da boa vontade daqueles que estão acreditando numa lorota de que nós estamos numa democracia. Infelizmente, o senhor está apoiando um Governo que é fascista e que se demonstrou antidemocrático.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas de mão limpa, não é? E o senhor, não.

O SR. WILSON WITZEL – Quem sabe? Vamos ver...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Entendeu?

O SR. WILSON WITZEL – Tem o Tribunal Penal Internacional aí...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor vem aqui dizer que é santo, que isso, que aquilo, e os fatos não comprovam isso. Então, portanto, o senhor envergonhou a Justiça brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jorginho.

Próximo inscrito é o Senador Otto Alencar. S. Exa. não está aqui, vamos garantir a palavra no seu retorno. O Senador Marcos Rogério também não está.

Senador Eduardo Girão, V. Exa. Em seguida – se V. Exa. me permite, só para poder destacar os demais –, na sequência, o Senador Alessandro Vieira, Senador Marcos do Val,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério Carvalho, Senador Heinze, Senadora Soraya Thronicke. Se os Srs. Senadores titulares retornarem a esta Comissão, pela ordem, nós asseguraremos a palavra anteriormente, conforme foi estabelecido antes por esta Presidência.

Senador Girão, V. Exa. está com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria dar as boas-vindas ao ex-Governador Wilson Witzel aqui nesse recinto, aqui na CPI. O senhor está aqui graças a um requerimento de minha autoria, assinado por 45 Senadores da República do Brasil que querem rastrear os bilhões de reais de verbas federais enviadas a Estados e Municípios. Esse é o nosso trabalho, isso não é narrativa. Isso não quer dizer que é contra ou a favor de Governo. Isso é uma postura de quem quer realmente a verdade e não fica falando a palavra verdade de forma banalizada. Antes de o senhor caminhar por este roteiro e chegar até onde o senhor está sentado, nós tivemos um episódio triste que mostra a cara desta CPI, a cara verdadeira desta CPI, Senadora Soraya Thronicke.

Eu tenho muitas discordâncias e critico publicamente o posicionamento do Presidente da República. Todo mundo sabe isso. Causa aglomeração; o uso de máscara, não usa; às vezes desrespeita jornalistas, e a gente não deve fazer isso. Senador Flávio, eu tenho essas críticas públicas com relação ao seu pai, mas o que está acontecendo aqui é algo politiqueiro. Param-se reformas importantes para o País, como reforma tributária, reforma administrativa, pra gente socorrer, dar as mãos para as pessoas, para antecipar o calendário político visando sangrar o Governo atual - que eu critico. Eu não tenho um cargo no Governo Federal, eu não tenho nenhuma emenda extra, eu voto contra algumas bandeiras, mas eu reconheço que foi eleito democraticamente, gente! Nós já estamos indo para o último ano do Governo, e não aceitaram ainda. A gente precisa aceitar. O único País do mundo que está fazendo CPI é o nosso. Será que se quer investigar os bilhões de reais que foram enviados para Estados e Municípios mesmo? Se quer mesmo?

Hoje, antes de o ex-Governador entrar aqui, nós tivemos um fato emblemático, e a população está vendo o que aconteceu aqui. Não convocaram o Consórcio Nordeste, e olhem que nós temos 82% desta CPI compostos por Senadores do Norte e do Nordeste do Brasil. É por acaso? O fato é que vou insistir, Senadora Soraya Thronicke, porque eu quero buscar a verdade com V maiúsculo, e não apenas uma parte da verdade.

O Governador Wilson Witzel, que está aqui, é de um Estado que tem protagonizado o símbolo da corrupção nesta pandemia. Assim como o Consórcio Nordeste é para aquela nossa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

região importante, o Rio de Janeiro é para o Brasil, em termos de sucessivos escândalos de corrupção. A gente tem de virar essa página e buscar responsabilidades.

Governador, o senhor tem um roteiro de vida incomum. Foi militar, onde aprendeu valores importantes para sua vida. Depois, Juiz de direito federal, função onde são primordiais o conhecimento e o cumprimento estrito das leis. Em seguida, o senhor foi eleito Governador com o discurso, entre outros, de combate à violência e à corrupção. Mas, segundo o jornal *Gazeta do Povo*, o seu governo se viu diante de investigações sobre suspeita de superfaturamento na compra de respiradores para o combate ao coronavírus, licitações investigadas sobre a construção dos hospitais de campanha e suposto envolvimento com esquema de desvios na saúde, em plena pandemia, por meio de fraudes em contratos, entre outras acusações. Eu queria lhe perguntar o seguinte...

Esta frase não é minha; esta frase é uma frase que virou um mantra hoje no País com relação ao desvio em pandemia: desviar verba pública em época de pandemia não é apenas corrupção, é assassinato.

E eu queria lhe perguntar sobre essa compra dos respiradores para o Rio de Janeiro. O Tribunal de Contas do Estado mostrou aí a aquisição, por R\$183 milhões, de mil respiradores. O Governo Federal comprou 17 mil respiradores – quem é bom de matemática me ajude a fazer o cálculo aí –, segundo o ex-Secretário Elcio, que esteve aqui nesta Comissão, comprou 17 mil respiradores para distribuir para o resto do Estado... E o interessante é o seguinte: o preço com que o Governo Federal comprou esses respiradores... É que eu fiquei assustado com relação ao valor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foram...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Opa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O depoente vai se retirar. Ele está embaçado...

A Comissão foi notificada da decisão do Ministro Nunes Marques do Habeas Corpus nº 203227, impetrado em favor do depoente Wilson Witzel, com o seguinte dispositivo:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...] defiro o pedido de *habeas corpus* para dispensar o paciente, caso queira, de comparecer perante a CPI do Pandemia e, em caso de opção pelo comparecimento, garantir-lhe: o direito ao silêncio, a não assumir o compromisso de falar a verdade (em razão da condição de investigado e não de testemunha) [...]

E ele acabou de me comunicar que quer se retirar da sessão. E a gente não pode fazer absolutamente nada.

O SR. WILSON WITZEL – Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente. Agradeço as perguntas. E tenho certeza que muito temos a contribuir futuramente.

Muito obrigado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não contribuiu em nada. Só veio aqui fazer...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A reunião está encerrada.

Convocamos os Srs. Senadores para amanhã no horário regimental.

(Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 11 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Rose de Freitas, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Carlos Wizard. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Carlos Wizard Martins, em atendimento ao requerimento 553/2021. **Resultado:** Oitiva não realizada por motivo de não comparecimento do depoente. **2ª Parte - Oitiva - Alexandre Marques. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, Auditor do Tribunal de Contas da União, em atendimento aos requerimentos 779/2021 e 789/2021. **Resultado:** Depoimento adiado em virtude da realização da 66ª Sessão Deliberativa Remota do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/17>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento de Carlos Wizard e do Sr. Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques.

Quanto ao depoente Carlos Wizard, a Comissão foi notificada da decisão liminar do Ministro Roberto Barroso no Habeas Corpus 203.387, que diz o seguinte:

defiro a medida liminar, em parte, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito conceda ao paciente o tratamento próprio à condição de investigado, assegurando-lhe o direito de não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha, bem assim para que o dispense de responder sobre fatos que impliquem autoincriminação e, ainda, para que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas de direitos ou privativas de liberdade, como consequência do uso da titularidade do privilégio contra a autoincriminação. Fica assegurado ao paciente o direito de assistência por advogado e de, com este, manter comunicação reservada durante o respectivo depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esclareço que os pedidos de Carlos Wizard para depoimento remoto, para amplo acesso a documentos sigilosos e para a não obrigatoriedade de comparecimento perante esta Comissão foram negados a ele.

Hoje, às 7h da manhã, a Secretaria recebeu pedido dos advogados de Carlos Wizard para uma audiência com esta Presidência para tratar da redesignação da data mais adequada dentro do cronograma dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É uma brincadeira dele, não é? Uma data combinada para ele vir... É uma autoridade...

Carlos Wizard foi regularmente intimado para depor por diversos meios: postal, mensagens em celular e em conta de *e-mail*.

Conforme anunciado na reunião da terça-feira, esta Comissão adotará em relação ao depoente Carlos Wizard, assim como em relação a qualquer outro depoente que se recusar a comparecer, o procedimento descrito no art. 3º, §1º, da Lei 1.579, de 1952.

O que me espanta é um cidadão procurar o Supremo Tribunal Federal para conseguir um *habeas corpus* para vir a esta CPI para ficar em silêncio nas perguntas que forem feitas a ele, e ele não aparece. Então, para que foi ao Supremo se não vinha? O Ministro Barroso, que com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certeza tem muitos afazeres dentro do trabalho que ele tem como Ministro do Supremo Tribunal, concede um *habeas corpus* para o Carlos Wizard, que é uma medida legal – e respeitamos as medidas adotadas pelo Supremo Tribunal Federal. Mas o Sr. Carlos Wizard tem que entender que a Justiça brasileira tem outras coisas para fazer, e não ele levar na brincadeira o Supremo Tribunal Federal. Ele conseguiu um *habeas corpus* para vir à CPI, para estar presente na CPI, e não compareceu à CPI. O Sr. Carlos Wizard está achando que conseguir *habeas corpus* no Supremo é que nem ir na quitanda comprar bombom. É uma falta de respeito, não com a CPI nesse momento, mas com o Supremo Tribunal Federal, que concedeu a ele um *habeas corpus* para ele poder comparecer e ficar em silêncio em alguma coisa que o autoincriminasse.

Por isso, nesse sentido, oficiaremos a um juiz criminal para que requisiute à autoridade policial a apresentação da testemunha faltosa ou determinar que seja conduzido por oficial de justiça, o qual poderá solicitar o auxílio da Força Pública.

Para além dessas medidas, diante da ausência do depoente, determino que seja oficiado à Justiça Federal para que o passaporte do Sr. Carlos Wizard seja imediatamente retido pela Polícia Federal tão logo ele ingresse em Território nacional e somente lhe seja devolvido após a prestação de seu depoimento perante esta Comissão.

A CPI dispõe de poderes próprios de autoridade judicial e, com base na teoria dos poderes implícitos, deve dispor de todos os meios suficientes para fazer cumprir as suas decisões.

Encerrada a parte relativa ao depoimento do Sr. Carlos Wizard, por ausência não justificada do depoente, determino à Secretaria que comunique – comunique – ao Sr. Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques que nós iremos remarcar o depoimento dele, em virtude de ter uma medida provisória de interesse da população brasileira em que todos os Senadores, inclusive este Presidente, têm interesse de debater a matéria, porque se trata de uma medida provisória que mexe com a estrutura da energia elétrica do Brasil. Então, nós não teríamos como... Até porque essa decisão foi tomada ontem à noite, pela Presidência do Senado, de marcar... Não estava marcada essa reunião às 10h da manhã. E tenho certeza de que todos os Senadores desta CPI, individualmente, têm interesse de debater essa matéria tão importante.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, nós remarcaremos.

E pedimos desculpa ao Sr. Alexandre pela vinda dele aqui e a gente não poder fazer a audição que nós queríamos aqui, para ele colaborar com a CPI. Pedimos essas desculpas ao



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Alexandre e, num momento oportuno, nós teremos uma nova data para ele comparecer a esta CPI.

Com a palavra o Sr. Senador Jorginho, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

É só para... Amanhã nós teremos depoimentos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Amanhã nós temos depoimentos do Senador... Amanhã, às 9h, os médicos Ricardo Ariel Zimmerman e Francisco Eduardo Cardoso Alves. Se eu não me engano, é do Senador Luis Carlos Heinze o convite feito a esses dois profissionais de saúde.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Muito bem.

Vai ter deliberativa amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim. Tem antes.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Antes? Antes ou depois?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Antes. Antes.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Antes do depoimento. Aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Amanhã nós votaremos vários requerimentos que foram protocolados ontem. Conforme nós acordamos, tem requerimentos de informação, requerimentos de convocação e requerimentos de quebra de sigilo - parece. Amanhã nós iremos fazer isso antes de ouvirmos os dois convidados.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Sr. Presidente, só queria reconsignar neste meu pela ordem, Sr. Presidente, que ontem, enquanto o ex-Governador do Rio estava aqui, a Dra. Caroline Figueiredo, da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, tornou réus, por organização criminosa e acusação de desvio de dinheiro da saúde, ele e a sua mulher, dois secretários e o Presidente do PSC. Ele é réu pela segunda vez. Então, só queria deixar consignado isso para que não paire... A forma ontem em que houve o depoimento e a nossa participação... Só para deixar isso consignado.

Então, ele não é o santo que ele veio dizer que é.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, Sr. Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - É apenas para apoiar essa informação e colocar a minha indignação pelo que aconteceu ontem, no momento em que eu estava iniciando minhas perguntas, inclusive comparando compra de respiradores que foram feitas pelo Governo Federal, ditos aqui pelo Dr. Elcio os valores. Na hora em que eu estava comparando com o valor do Rio de Janeiro, o ex-Governador saiu. Ou seja, ele estava aqui por um requerimento meu, apoiado por 45 Senadores, para que a gente finalmente comece a se rastrear a questão de corrupção, e, na hora em que a gente começa a falar de corrupção - ele falou de política, falou de tudo aqui, fez comício, como bem colocou o Senador Jorginho Mello -, na hora em que começou a responder sobre corrupção, ele saiu, deixa este Senador que vos fala falando sozinho. Inclusive, uma das perguntas que eu iria fazer, mas fui simplesmente ignorado aqui, era sobre os 8,5 milhões encontrados com o secretário de saúde do Rio de Janeiro. Só para me manifestar com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Girão, é lamentável porque é até constrangimento meu eu ter que falar aquilo, mas o depoimento de ontem estava munido de um *habeas corpus*. Ele podia falar ou se retirar a hora em que ele quisesse. Então, infelizmente, nós chegamos àquele... Agora, o responsável disso se chama Jorginho. Vá para cima dele.

Eu vou encerrar a reunião e convido, convoco os Srs. Senadores para, amanhã, às 9h da manhã, a gente votar requerimentos.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.)